

guia do **VIRA-LATA**
CARA
MELLO
descomplexado



caramellis non-complexis

AS MELHORES
(E AS NÃO TÃO
MELHORES)
RESPOSTAS
DOS APROVADOS
NO CACD 2023.

Sumário

Sobre o Guia.....	10
Turma.....	11
Apresentação.....	13
Perfil dos aprovados.....	16
O CACD hoje.....	39
Pessoas pretas e pardas.....	40
Programa de ação afirmativa bolsa-prêmio de vocação para a diplomacia.....	41
Mentoria Mônica de Menezes Campos.....	42
Pessoas com deficiência(s) no CACD.....	45
Passo a passo no CACD.....	46
Pessoas com deficiência no IRBr/Itamaraty.....	48
Saúde mental.....	50
Recursos.....	53
Língua Portuguesa.....	58
Redação.....	59
Distribuição de notas.....	60
Padrão de resposta.....	60
Leonardo Feldman de Mattos - 59,70.....	61
Lara Mendes Jacob - 59,40.....	64
Marcus Paulo Lisboa Barbosa - 59,00.....	66
Sergio Cavalieri Hablitschek - 59,00.....	69
Bruno Variani Carpeggiani - 58,20.....	72
Resumo.....	76
Distribuição de notas.....	79
Padrão de resposta.....	79

Thais Barros Muniz de Souza - 20,00.....	81
Isidoro Eduardo Americano do Brasil Junior - 20,00.....	83
Bruno Tognolli Guglielmi – 19,65.....	84
Marcela Rangel dos Santos Oliveira – 19,65.....	86
Rita Magalhães de Oliveira – 19,65.....	88
Exercício.....	90
Distribuição de notas.....	91
Padrão de resposta.....	91
Anônimo – 19,00.....	92
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 19,00.....	93
Marcel Soares de Souza – 19,00.....	94
Anônimo – 18,65.....	95
Nathalia Andrade Terra Pereira – 18,65.....	96
Língua Inglesa.....	98
Composition.....	99
Distribuição de notas.....	100
Padrão de resposta.....	100
Juliane Becker Facco - 49,50.....	100
Augusto Alexandre de Sousa Souto – 49,00.....	102
Gustavo Baquião Dantas Rocha – 49,00.....	104
João Lucas Rocha Alves – 49,00.....	105
Isidoro Eduardo Americano do Brasil Junior – 49,00.....	107
Translation – English-Portuguese.....	110
Distribuição de notas.....	111
Padrão de resposta.....	111
Augusto Alexandre de Sousa Souto – 15,00.....	113
Clara Stefanello Sakis – 15,00.....	114
Thais Barros Muniz de Souza – 15,00.....	115
Bruno Tognolli Guglielmi – 14,50.....	116
Gessika Mayumi Nakandakari Soares – 14,50.....	117
Translation – Portuguese-English.....	119
Distribuição de notas.....	120
Padrão de resposta.....	120
João Lucas Rocha Alves - 18,50.....	121
Juliane Becker Facco – 18,00.....	122
Leonardo Feldman de Mattos – 18,00.....	123
Felipe Morelli Rodrigues de Souza – 17,50.....	124
Filipe Brito Hamburgo - 17,50.....	125
Summary.....	127
Distribuição de notas.....	131

Padrão de resposta.....	131
Anônimo – 15,00.....	132
Clara Stefanello Sakis – 15,00.....	133
José Kaio Souza Silva – 15,00.....	135
Rafael Rodrigues Oliveira – 15,00.....	137
Victor Thives dos Santos – 15,00.....	138
História do Brasil.....	141
Questão 1.....	142
Distribuição de notas.....	143
Padrão de resposta.....	143
Bruno Matelli – 26,50.....	147
Anônimo – 26,50.....	151
Marcus Paulo Lisboa Barbosa – 26,50.....	155
Francisco Xavier de Araújo Neto – 26,00.....	160
Leonardo Steil – 26,00.....	163
Questão 2.....	168
Distribuição de notas.....	169
Padrão de resposta.....	169
José Kaio Souza Silva – 27,50.....	172
Lara Mendes Jacob – 27,00.....	175
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 26,50.....	179
George Almeida Margalho – 25,50.....	184
Gessika Mayumi Nakandakari Soares – 25,00.....	187
Questão 3.....	191
Distribuição de notas.....	192
Padrão de resposta.....	192
Filipe Brito Hamburgo – 19,50.....	195
Diogo Machado Gonçalves – 19,00.....	198
Gabriel Fernandes Pimenta – 19,00.....	200
Juliane Becker Facco – 19,00.....	203
Anônimo – 19,00.....	205
Questão 4.....	209
Distribuição de notas.....	210
Padrão de resposta.....	210
José Kaio Souza Silva – 19,00.....	213
Gabriel Fernandes Pimenta – 18,50.....	216
Marcus Paulo Lisboa Barbosa – 18,50.....	218
Rita Magalhães de Oliveira – 18,50.....	221
Luiza Griesang Cabistani – 18,00.....	224

Geografia	227
Questão 1	228
Distribuição de notas.....	229
Padrão de resposta.....	229
Luis Marcelo Gomes Mendes Leite – 27,50.....	236
Francisco Xavier de Araújo Neto – 23,50.....	238
Georgia Bernardina de Menezes Gomes - 22,50.....	240
Carlos Paulo Cavasin Neto – 21,50.....	243
Marcela Rangel dos Santos Oliveira – 21,00.....	245
Questão 2	249
Distribuição de notas.....	250
Padrão de resposta.....	250
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 30,00.....	256
Marcos Augusto Reinaldet dos Santos – 30,00.....	259
Dandara de Souza Araújo – 29,00.....	262
Nathalia Andrade Terra Pereira – 29,00.....	265
Juliana Barreto Tavares – 28,50.....	267
Questão 3	271
Distribuição de notas.....	273
Padrão de resposta.....	273
Danilo Guilherme dos Santos – 20,00.....	276
George Almeida Margalho – 20,00.....	278
Marco de Rosis Muniz – 20,00.....	280
Rita Magalhães de Oliveira – 20,00.....	282
Rogério Gonçalves Gracas – 20,00.....	284
Questão 4	287
Distribuição de notas.....	288
Padrão de resposta.....	288
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 20,00.....	294
Lara Mendes Jacob – 20,00.....	296
Thaís Barros Muniz De Souza – 20,00.....	298
Gustavo Baquião Dantas Rocha – 19,50.....	300
Rafael Piccinini Machado – 19,00.....	301
Política Internacional	304
Questão 1	305
Distribuição de notas.....	306
Padrão de resposta.....	306
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 25,00.....	313
Carlos Paulo Cavasin Neto – 22,00.....	317
Diogo Machado Gonçalves – 21,50.....	320
Rafael Piccinini Machado – 21,50.....	324

Gustavo De Freitas Campos Jucá – 21,50.....	327
Questão 2.....	331
Distribuição de notas.....	332
Padrão de resposta.....	332
Leonardo Feldman de Mattos – 29,50.....	337
Bruno Tognolli Guglielmi – 28,50.....	341
Reis de Souza Neto – 28,50.....	344
Bruno Matelli - 27,00.....	348
Bruno Variani Carpeggiani – 25,00.....	351
Questão 3.....	355
Distribuição de notas.....	356
Padrão de resposta.....	356
Marcos Augusto Reinaldet dos Santos – 18,50.....	361
Banvasten Noronha de Araújo – 18,50.....	363
Reis de Souza Neto – 18,00.....	365
Juliane Becker Facco – 18,00.....	368
Sergio Cavalieri Hablitschek – 18,00.....	370
Questão 4.....	374
Distribuição de notas.....	375
Padrão de resposta.....	375
Bruno Matelli – 15,00.....	378
Marcus Paulo Lisboa Barbosa – 15,00.....	381
Arthur Praxedes – 15,00.....	383
George Almeida Margalho – 14,50.....	386
Marcel Soares de Souza – 14,50.....	388
Economia.....	392
Questão 1.....	393
Distribuição de notas.....	394
Padrão de resposta.....	394
Augusto Alexandre de Sousa Souto – 30,00.....	398
Bárbara Macedo Perrenoud – 30,00.....	400
Juliana Barreto Tavares – 30,00.....	402
Marcel Soares De Souza – 30,00.....	405
Rogério Gonçalves Graças – 30,00.....	408
Questão 2.....	411
Distribuição de notas.....	412
Padrão de resposta.....	412
Banvasten Noronha de Araújo – 30,00.....	413
Dandara de Souza Araújo – 30,00.....	416
Reis de Souza Neto – 30,00.....	418

Felipe Morelli Rodrigues De Souza – 30,00.....	422
Rafael Rodrigues Oliveira – 30,00.....	424
Questão 3.....	428
Distribuição de notas.....	429
Padrão de resposta.....	429
Danilo Guilherme dos Santos – 19,00.....	432
José Kaio Souza Silva – 16,00.....	434
Marcus Paulo Lisboa Barbosa – 17,00.....	436
Alcindo Li – 16,50.....	438
Clara Stefanello Sakis – 16,50.....	440
Questão 4.....	443
Distribuição de notas.....	444
Padrão de resposta.....	444
Marcos Augusto Reinaldet dos Santos – 20,00.....	447
Sergio Cavalieri Hablitschek – 19,50.....	449
Alcindo Li – 19,00.....	452
Diogo Machado Gonçalves – 19,00.....	454
Anônimo – 19,00.....	456
Direito.....	458
Questão 1.....	459
Distribuição de notas.....	460
Padrão de resposta.....	460
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 27,00.....	464
Alcindo Li – 27,00.....	467
Gabriel Fernandes Pimenta – 27,00.....	470
Anônimo – 27,00.....	472
Henrique Tacla Martins – 26,00.....	476
Questão 2.....	480
Distribuição de notas.....	483
Padrão de resposta.....	483
Carlos Paulo Cavasin Neto – 26,00.....	491
Anônimo – 26,00.....	493
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 25,50.....	496
Marco de Rosís Muniz – 25,50.....	499
Luis Marcelo Gomes Mendes Leite – 25,00.....	503
Questão 3.....	506
Distribuição de notas.....	508
Padrão de resposta.....	508
Bárbara Macedo Perrenoud – 20,00.....	512
Danilo Guilherme dos Santos – 20,00.....	514

Marco de Rosis Muniz – 20,00.....	516
Rogério Gonçalves Gracas – 20,00.....	518
Tércio William Pereira Rocha – 20,00.....	520
Questão 4.....	523
Distribuição de notas.....	524
Padrão de resposta.....	524
Luiza Griesang Cabistani – 20,00.....	528
Leonardo Steil – 20,00.....	530
Gessika Mayumi Nakandakari Soares – 20,00.....	532
Anônimo – 20,00.....	534
Anônimo – 20,00.....	536
Língua Espanhola.....	539
Resumen.....	540
Distribuição de notas.....	544
Padrão de resposta.....	544
Giovanna Pereira de Souza Laporte – 25,00.....	546
Arthur Praxedes – 25,00.....	547
Felipe Morelli Rodrigues de Souza – 25,00.....	549
Gustavo de Freitas Campos Jucá – 25,00.....	550
Victor Thives dos Santos – 25,00.....	552
Versión.....	554
Distribuição de notas.....	556
Padrão de resposta.....	556
Marcus Paulo Lisboa Barbosa – 24,65.....	558
Rafael Rodrigues Oliveira – 23,40.....	560
Marcela Rangel dos Santos Oliveira – 23,25.....	562
Gustavo de Freitas Campos Jucá – 23,25.....	564
Tércio William Pereira Rocha – 23,05.....	565
Língua Francesa.....	
Résumé.....	568
Distribuição de notas.....	572
Padrão de resposta.....	572
Thaís Barros Muniz de Souza – 25,00.....	573
Henrique Tacla Martins – 24,50.....	575
João Lucas Rocha Alves – 24,50.....	577
Juliane Becker Facco – 24,50.....	578
Bruno Variani Carpeggiani – 24,00.....	580
Version.....	583
Distribuição de notas.....	584
Padrão de resposta.....	585

Henrique Tacla Martins – 21,10.....	586
Victor Thives dos Santos – 20,55.....	588
Gustavo Baquião Dantas Rocha – 20,45.....	589
Georgia Bernardina De Menezes Gomes – 20,40.....	590
Filipe Brito Hamburgo – 20,25.....	592
Não tão melhores respostas.....	593
Língua Inglesa – Composition (Anônimo) – 39,50.....	595
Língua Inglesa – Translation (Anônimo) – 10,00.....	599
Geografia – Questão 1 (José Kaio Souza Silva) – 8,00.....	601
Geografia – Questão 4 (Anônimo) – 13,50.....	605
Política Internacional – Questão 4 (Tércio William P. Rocha) – 8,50.....	608
Só mais algumas palavras.....	613

Sobre o Guia

Desde 2013, as turmas de ingressantes no Instituto Rio Branco lançam uma coletânea de suas melhores (e não tão melhores) respostas nas fases discursivas, com o objetivo de oferecer subsídios à preparação para o Concurso de Preparação à Carreira de Diplomata (CACD).

O Guia do Vira-lata Caramelo Descomplexado dá continuidade a essa tradição, sabendo, contudo, renovar-se. Neste ano, o guia propõe também ir um pouco além das respostas, para trocar algumas ideias com as pessoas que estudam para o concurso. Foram incluídas seções sobre o Programa de Ações Afirmativas do IRBr, a Mentoria Mônica Menezes de Campos, pessoas com deficiência, além de dicas para o estudo e a realização das provas.

A respeito das piores respostas, nosso Guia de Estudos apresentará algumas novidades. Entendemos que a história por trás das respostas com notas menores também possa ter real valor para o ceacedista, já que humaniza o esforço dos aprovados diante de situações adversas durante as provas. Desse modo, em lugar de uma pior resposta por questão, teremos uma seção à parte, com uma seleção comentada de questões com as menores notas (as não tão melhores respostas). Aqui, portanto, compartilharemos relatos que abordam o que não funcionou e o porquê de não haver funcionado, no intuito de inspirar as histórias ainda não escritas do CACD 2024 e além.

Boa leitura!

Turma



DIPLOMATAS BRASILEIROS

Alcindo Li

Arthur Praxedes

Augusto Alexandre de Sousa Souto

Banvasten Noronha de Araújo

Bárbara Macedo Perrenoud

Bruno Matelli

Bruno Tognolli Guglielmi

Bruno Variani Carpeggiani

Carlos Paulo Cavasin Neto

Clara Soares Nogueira

Clara Stefanello Sakis

Dandara de Souza Araujo

Danilo Guilherme dos Santos

Diogo Machado Gonçalves

Felipe Morelli Rodrigues de Souza

Filipe Brito Hamburgo

Francisco Xavier de Araújo Neto

Gabriel Fernandes Pimenta

George Almeida Margalho

Georgia B. de Menezes Gomes

Gessika Mayumi Nakandakari Soares

Giovanna Pereira de Souza Laporte

Gustavo Baquião Dantas Rocha

Gustavo de Freitas Campos Jucá

Henrique Tacla Martins

Isidoro Eduardo A. do Brasil Junior

João Lucas Rocha Alves	Nathalia Andrade Terra Pereira
José Kaio Souza Silva	Paula Leão Castro de Oliveira
Juliana Barreto Tavares	Paula Pinto Firmeza Veras
Juliane Becker Facco	Rafael Piccinini Machado
Lara Mendes Jacob	Rafael Rodrigues Oliveira
Leonardo Feldman de Mattos	Reis de Souza Neto
Leonardo Steil	Rita Magalhaes de Oliveira
Luis Marcelo Gomes Mendes Leite	Rogério Gonçalves Gracas
Luiza Griesang Cabistani	Sergio Cavalieri Hablitschek
Marcel Soares de Souza	Tércio William Pereira Rocha
Marcela Rangel dos Santos Oliveira	Thaís Barros Muniz de Souza
Marco de Rosis Muniz	Victor Thives dos Santos
Marcos Augusto Reinaldet	Breno Ribeiro Pires Duarte Vieira*
Marcus Paulo Lisboa Barbosa	Emanuel Montenegro Batista Lins*

** Os terceiros-secretários Breno R. Pires Duarte Vieira e Emanuel Montenegro B. Lins foram aprovados no CACD de 2021. Por isso, não constam respostas de sua autoria neste guia.*

DIPLOMATAS INTERCAMBISTAS

Ailson Lopes Gonçalves – São Tomé e Príncipe
Alcino Michael Ferrão – Moçambique
Berchman Alfonso Ponce – Peru
Francisco Sachitola Domingos – Angola
Giliardo Jorge Lopes Nascimento – Cabo Verde
Ingrid Aracely Bermeo Zapater – Equador
Orlindo Dju – Guiné-Bissau
Teresita Mokuy Akue Mbang – Guiné Equatorial

Apresentação

O Guia de 2024. Ou plumas aos cães.

Pareceria óbvio iniciar esta apresentação pela célebre definição de Nelson Rodrigues sobre o “complexo de vira-latas”, a sensação de inferioridade que o povo brasileiro se atribuía diante do mundo. Decidimos, contudo, deixá-la para o fim. Começemos por nosso colega e poeta João Cabral de Melo Neto: “A cidade é passada pelo rio/como uma rua/é passada por um cachorro;/uma fruta /por uma espada”.

Sempre atento ao pipocar da história, o vira-lata é onipresente na vida nacional – ainda que não raro despercebido. A historiografia pode se revirar e divergir sobre os múltiplos sentidos dos grandes acontecimentos desse chão que a partir de 2024 passamos a representar. Relatos, imagens, textos, histórias podem pintar mil versões desses eventos. Há, porém, um consenso: sempre houve um vira-lata por perto.

Recentemente, a pujante indústria nacional de memes consolidou a fusão entre o vira-lata e seu qualificativo incontornável: caramelo. O vira-lata caramelo diz muito de muita coisa que estudamos pra chegar aqui. Em Língua Portuguesa, um fruto da justaposição; em História do Brasil, um personagem frequente; em Geografia, um elemento definidor da paisagem (e certamente Milton Santos reserva uma belíssima palavra para isso). E até com a Economia houve flerte, pois por pouco o vira-lata caramelo não estampou uma cédula de real.

Instituição nacional, o vira-lata caramelo esteve e está por aí não apenas em momentos épicos da história, mas – e talvez principalmente – no cotidiano. Pois a miudeza das ruas, esquinas e

clareiras também nos constitui e é igualmente parte legítima do que chamamos história.

A nós, diplomatas ingressos em 2024, não escapa que esse ser caramelado acabou por virar também um pedaço da brasilidade. Sem raça definida, assim dizem dos vira-latas. E assim se pode dizer de nós, não para fazer apologia da miscigenação ou do mito da democracia racial, mas para enterrar sem honras todo e qualquer supremacismo.

Nosso escolhido não fala só do país, fala também da turma. 54 histórias, origens, caminhos. Tropeços e recomeços. Correções de rumos. Muitas correções. 54 diplomatas de vários cantos, e que, tal qual o vira-lata caramelo, possuem como característica unificadora a diferença. Unem-nos diferenças que poderiam – e deveriam – ser ainda mais diversas, pois atravessadas por todas as contradições da nossa história.

Agora também agentes da cena internacional, somos constantemente provocados a olhar para fora. Trata-se de um pressuposto da diplomacia. Mas isso não pode nos fazer esquecer de olhar para dentro. Olhar para as múltiplas linhas de luta, violência, diáspora e sonho tecidas em grande medida por um “país que não está no retrato”.

Com isso dito, voltemos a Nelson Rodrigues.

Angustiado pelo sentimento de inferioridade que via entre os brasileiros – no futebol e em todos os setores –, o dramaturgo rogava: “O Brasil precisa se convencer de que não é um vira-latas”. E é aqui que a nossa escolha para este Guia respeitosamente diverge de Rodrigues. Não nos toca deixar de ser vira-latas, basta-nos perder o complexo.

Mais do que buscar ser o que não somos, toca-nos fazer do que somos – vira-latas e muito mais – o ponto de partida para trazer aos retratos os brasis que nos trouxeram até aqui.

O Recife de João Cabral era atravessado pela miséria. Era cortada por um cão sem plumas. E um cão sem plumas aparece “quando a alguma coisa roem tão fundo até o que não tem”. Este Guia fala um pouco dos nossos trajetos. Quer auxiliar as pessoas que buscam a carreira de diplomata. Mas também quer fazer um chamado a virar páginas infelizes da história, para que a diplomacia brasileira contribua a devolver plumas aos cães.

Surge, agora, um vira-lata caramelo descomplexado em meio a um jardim que já contava com gnus, calangos, lagartixas, texugos, canarinhos, capivaras, esperanças, jacarés e emas. Pensando bem, era o que faltava.

Saibamos nos reconhecer, dar plumas aos cães, dar voz aos vira-latas. Lembremos de Clarice, que certa vez escreveu sobre seu fiel – e “um pouco neurótico” - vira-lata Ulisses: “Um dia desses vai acontecer: meu cachorro vai abrir a boca e falar. Será a glória”.

Perfil dos aprovados

Cada vira-lata é único, e o mesmo vale para cada pessoa na Turma 2024 do Instituto Rio Branco.

Já ha algum tempo, os Guias de Estudo vêm publicando um perfil das turmas ingressantes, e este ano não será diferente. Esta seção tem três objetivos fundamentais.

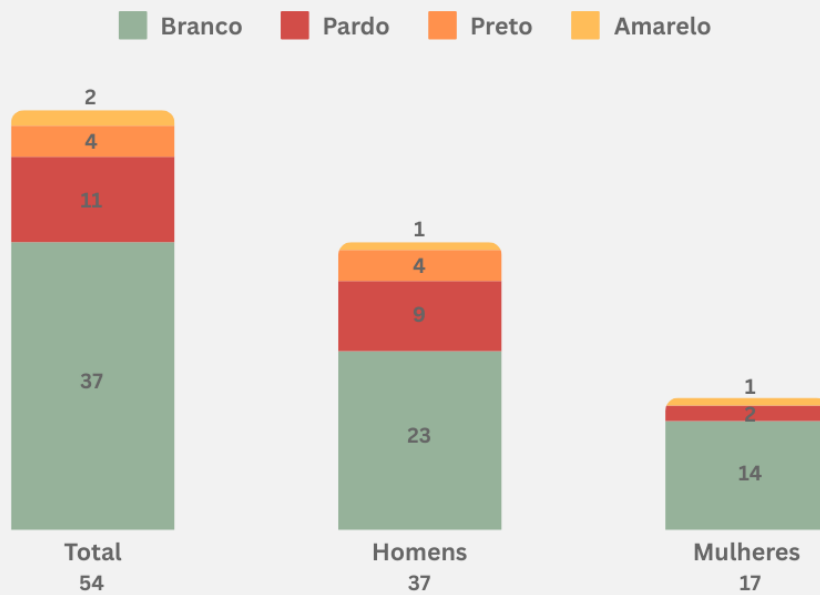
O primeiro é o de ajudar a entender como o CACD vem selecionando diplomatas, identificar alguns padrões, e, com isso, contribuir para um concurso que seja cada vez mais inclusivo e equânime.

O segundo é o de dar uma mostra, ainda que muito breve, de quão distintas são as características das pessoas que integram a turma. Não raro as figuras de quem chega à aprovação no CACD são idealizadas ou mitificadas. Embora tenhamos consciência do quanto ainda é preciso avançar em termos de representatividade, sabemos que há entre nós, como regra, um pouco de tudo.

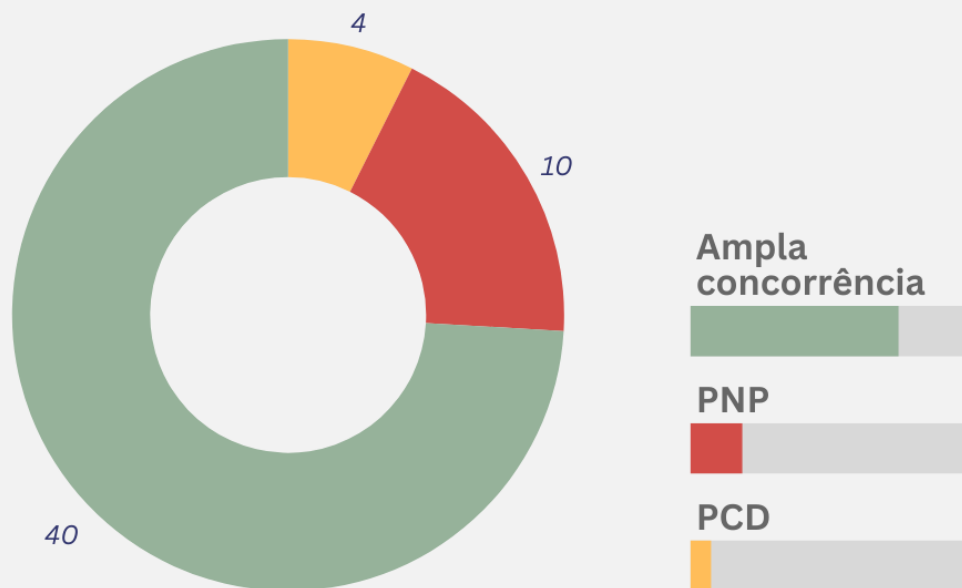
O terceiro é o de tentar arejar um pouco os momentos de estudo de quem agora lê o Guia, trazendo algumas informações descontraídas que vão de times de futebol a signos do zodíaco, passando por preferências musicais e televisivas.

Sabemos que vem muita informação por aí, mas consideramos que, quanto mais conhecimento sobre o nosso perfil pudermos compartilhar, mais contribuiremos não somente com quem estuda para o CACD como também com quem estuda o CACD.

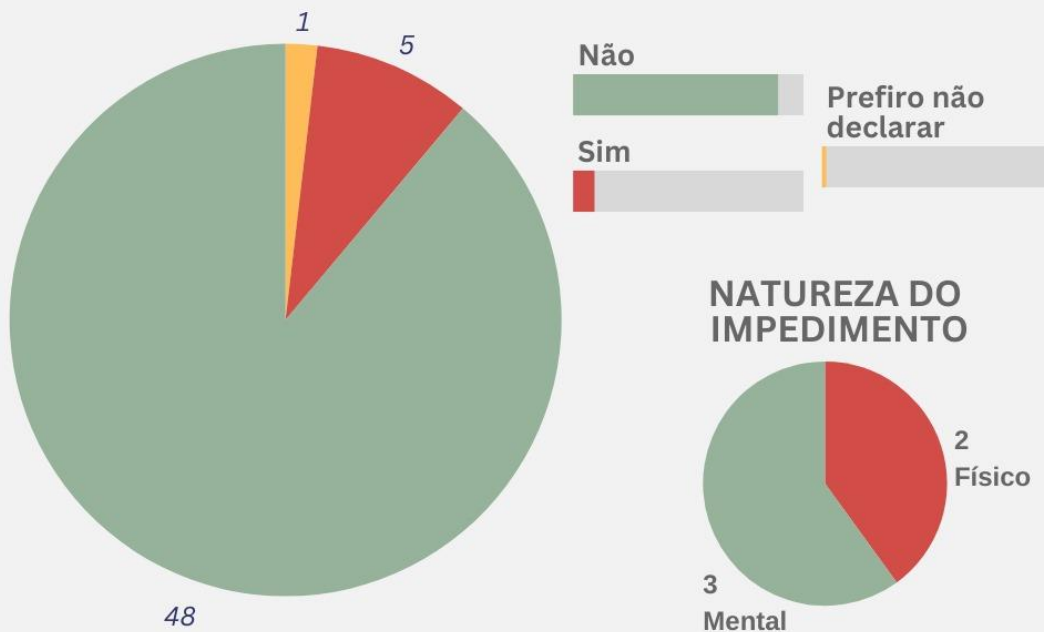
RELAÇÃO RAÇA E GÊNERO



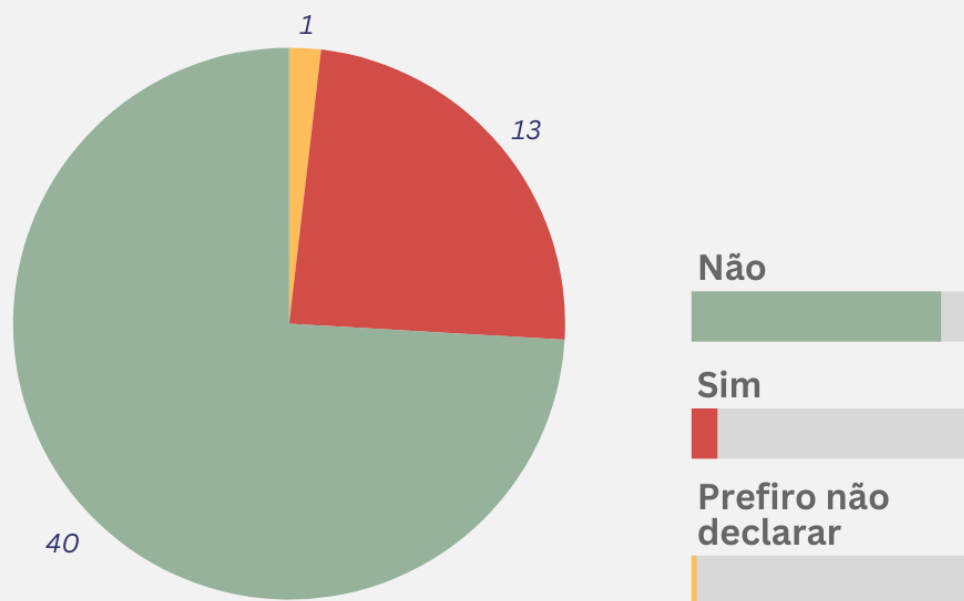
TIPOS DE VAGA



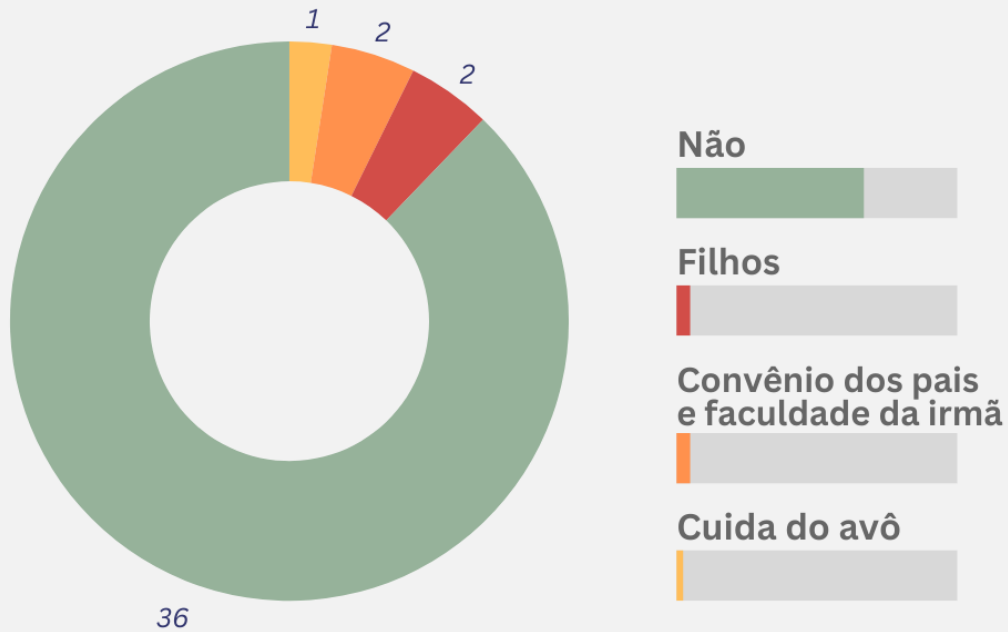
PCD



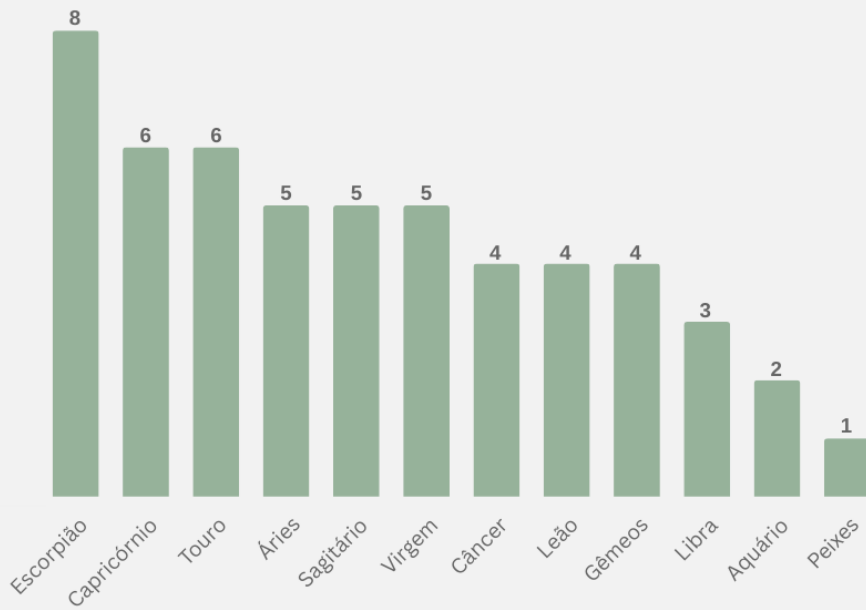
PESSOA LGBTQIAP+



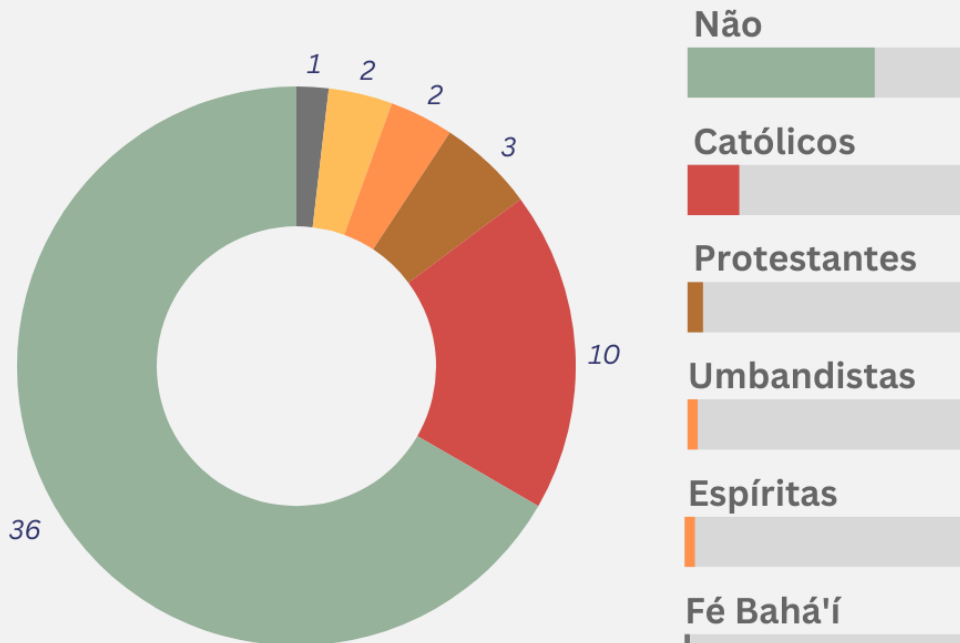
RELAÇÃO DE CUIDADO E FILHOS?



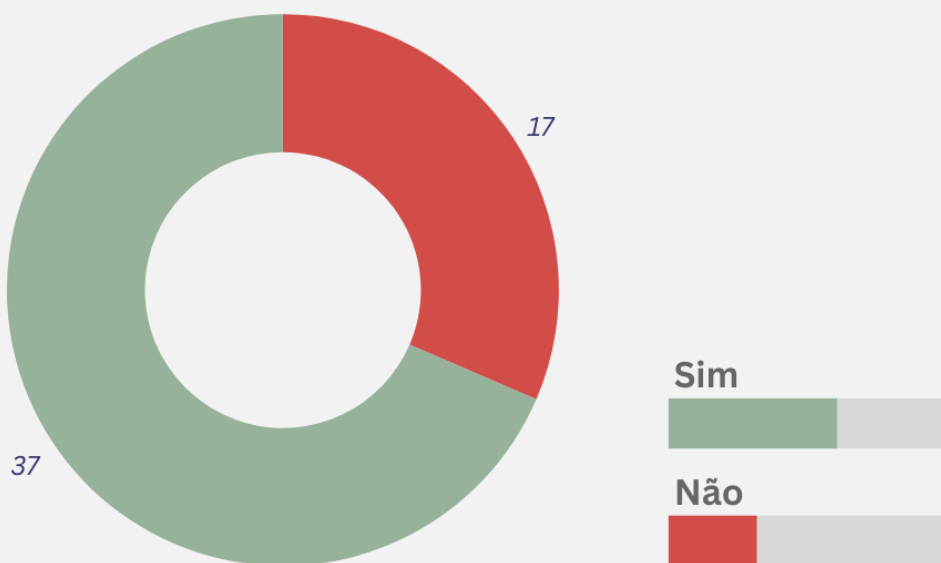
PERFIL ASTROLÓGICO DA TURMA



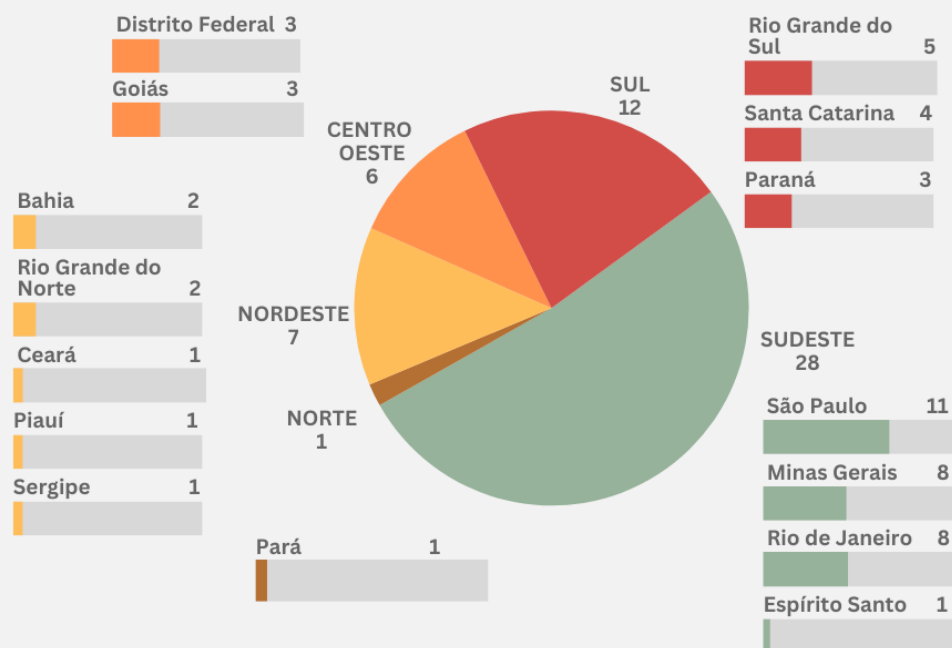
PROFESSA ALGUMA RELIGIÃO?



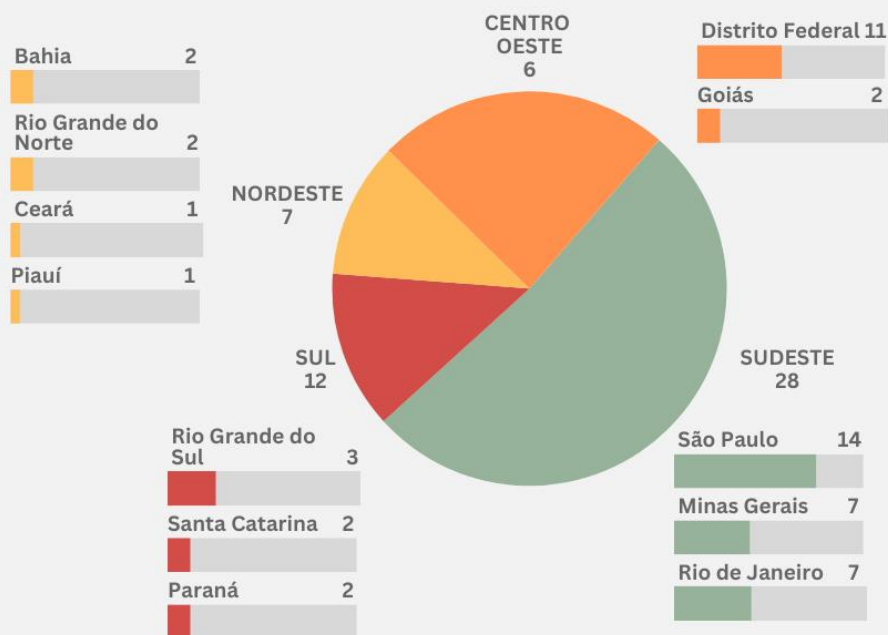
REALIZOU ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO?



ESTADO E REGIÃO DE ORIGEM



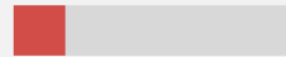
ESTADO E REGIÃO DE ESTUDO



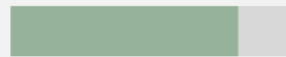
ONDE CURSOU O ENSINO MÉDIO?



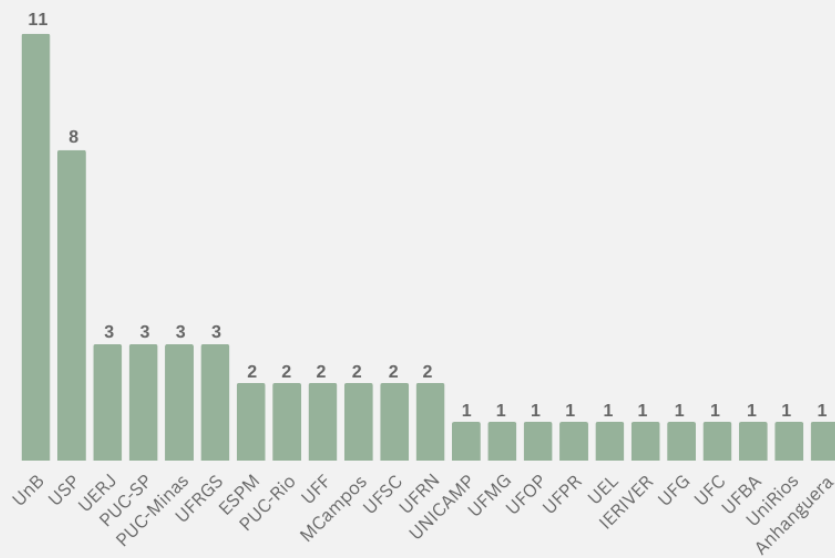
Escola Pública



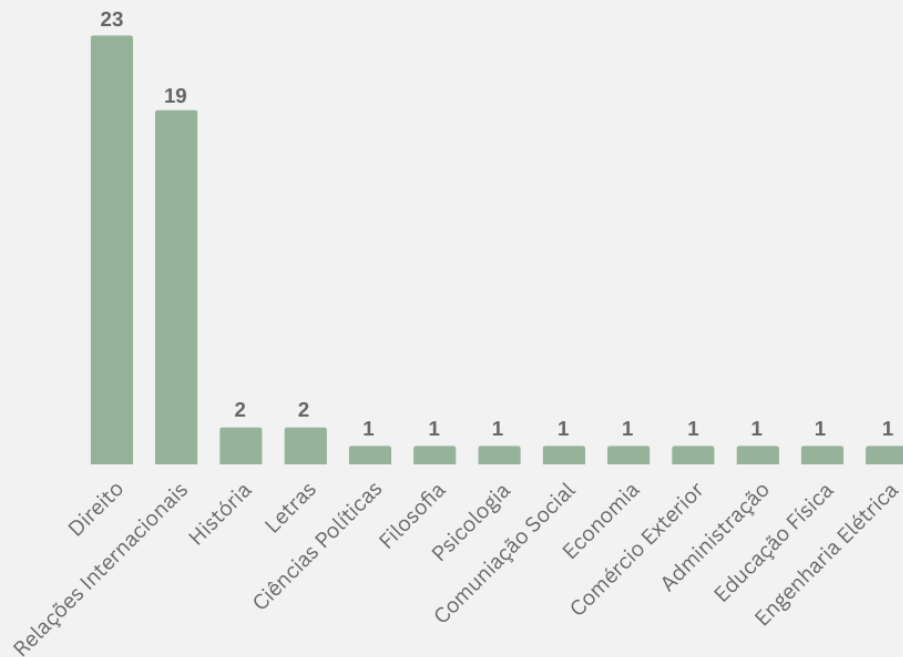
Escola Privada



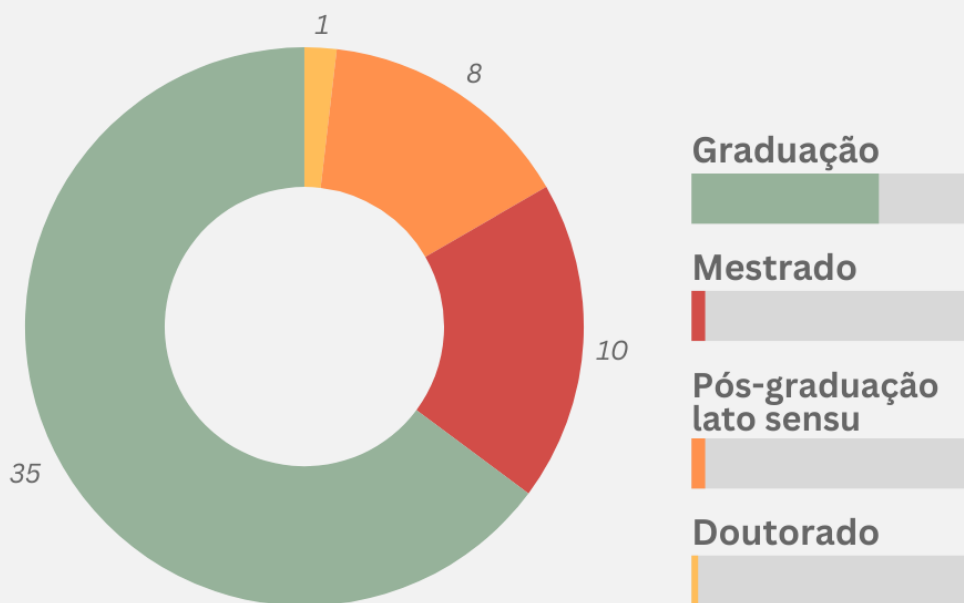
UNIVERSIDADE DE ESTUDOS



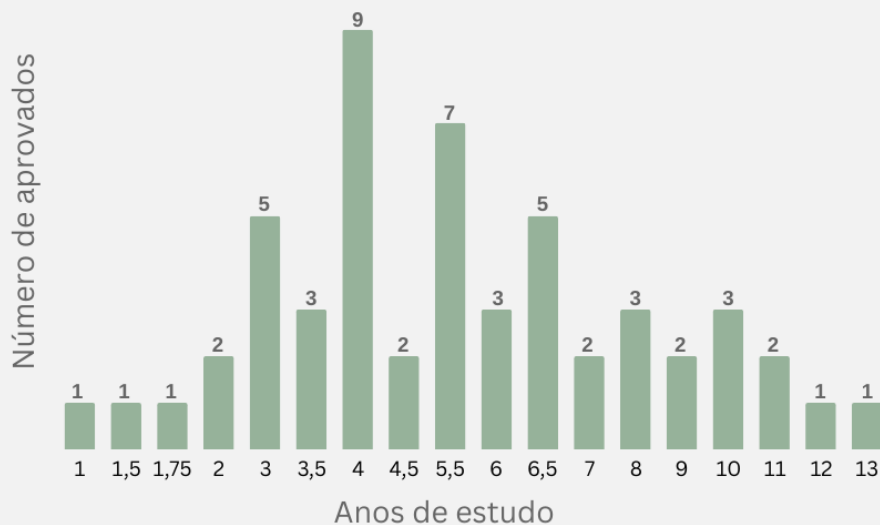
CURSO DE FORMAÇÃO



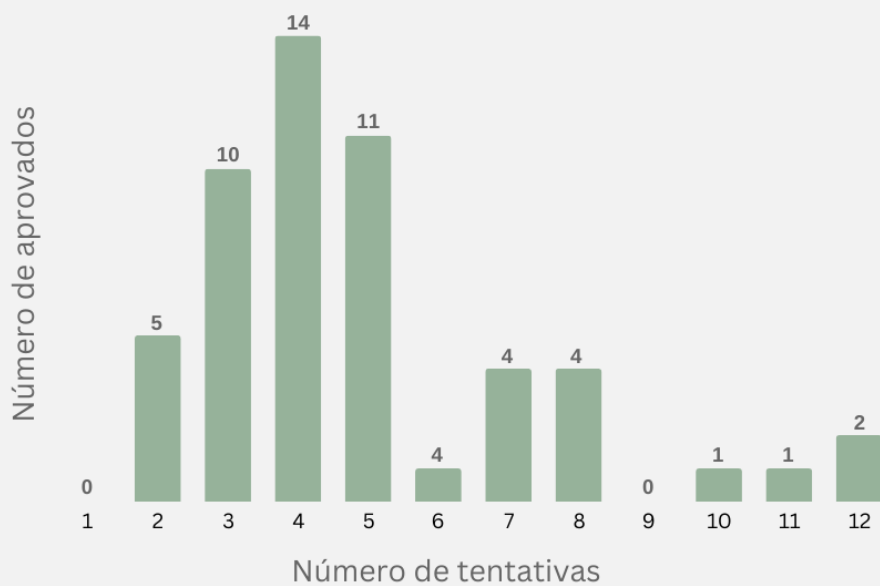
ESCOLARIDADE NO MOMENTO DA POSSE



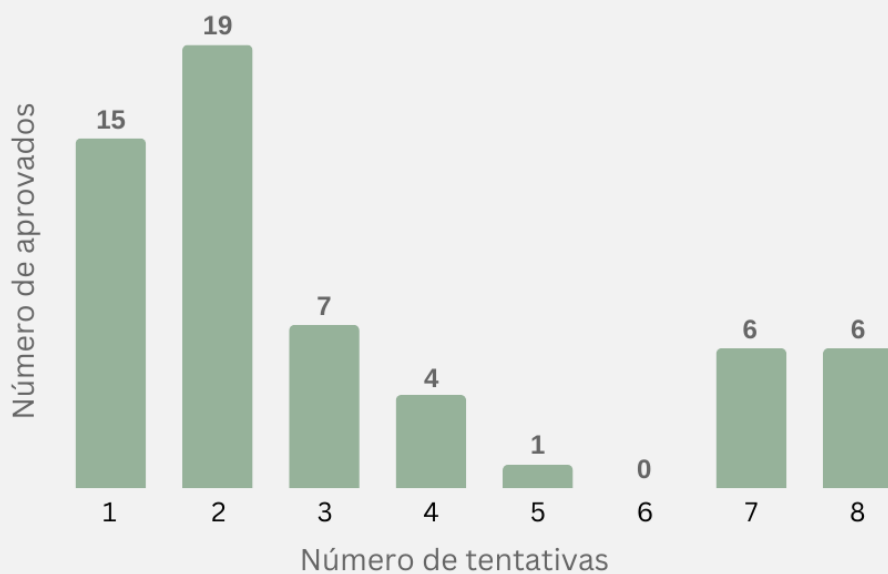
ANOS DE ESTUDO



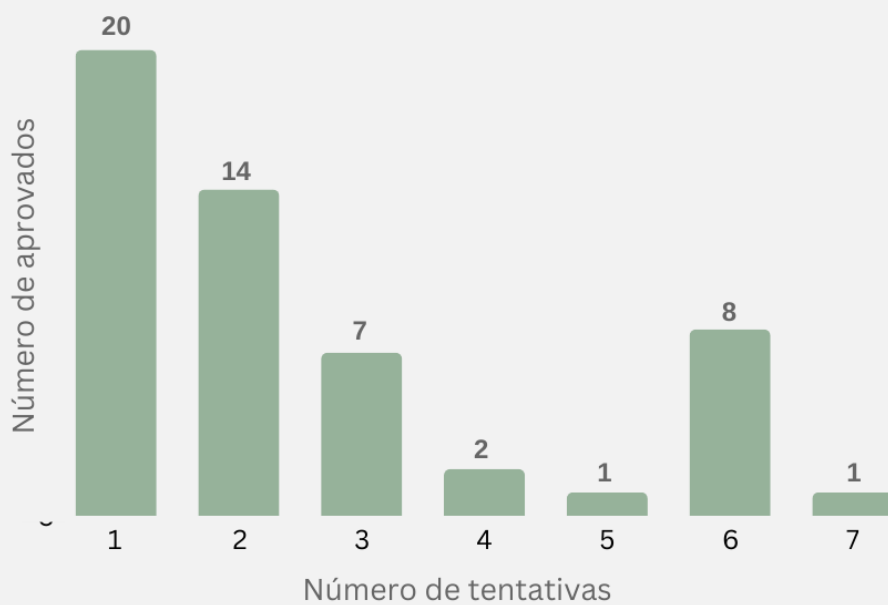
QUANTAS VEZES FEZ O CACD



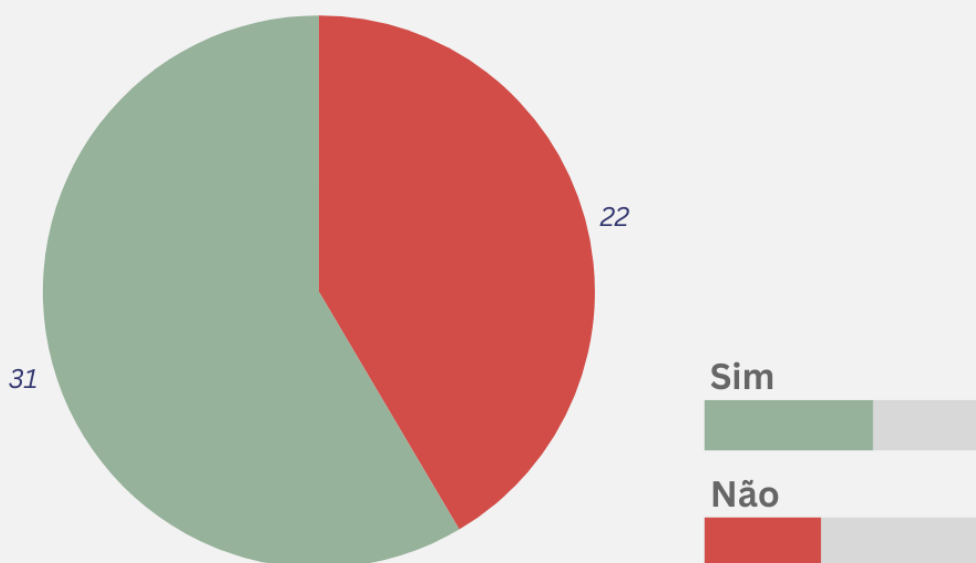
QUANTAS VEZES FEZ A 2a FASE



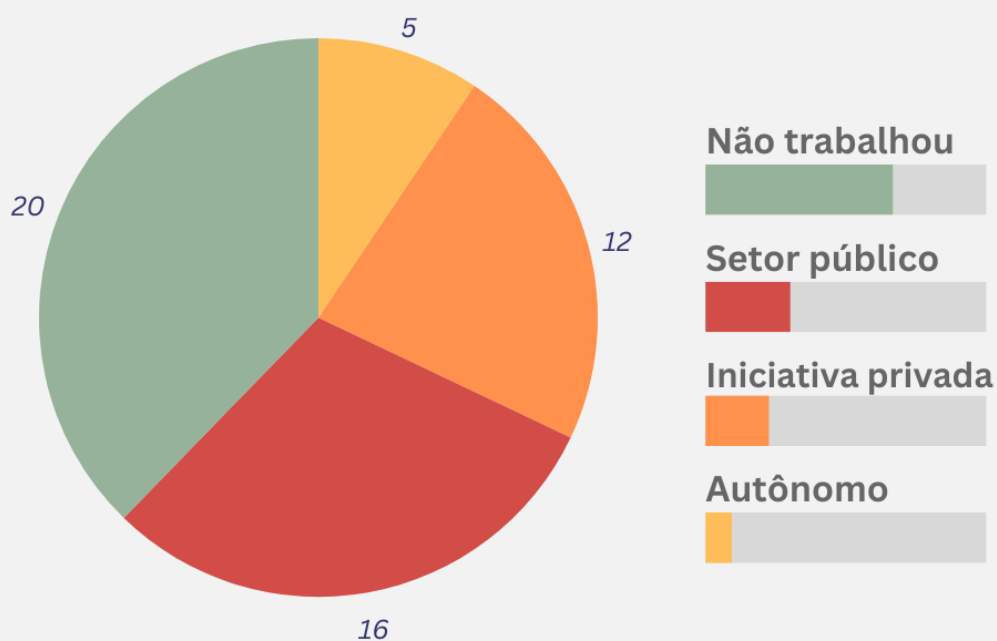
QUANTAS VEZES FEZ A 3a FASE



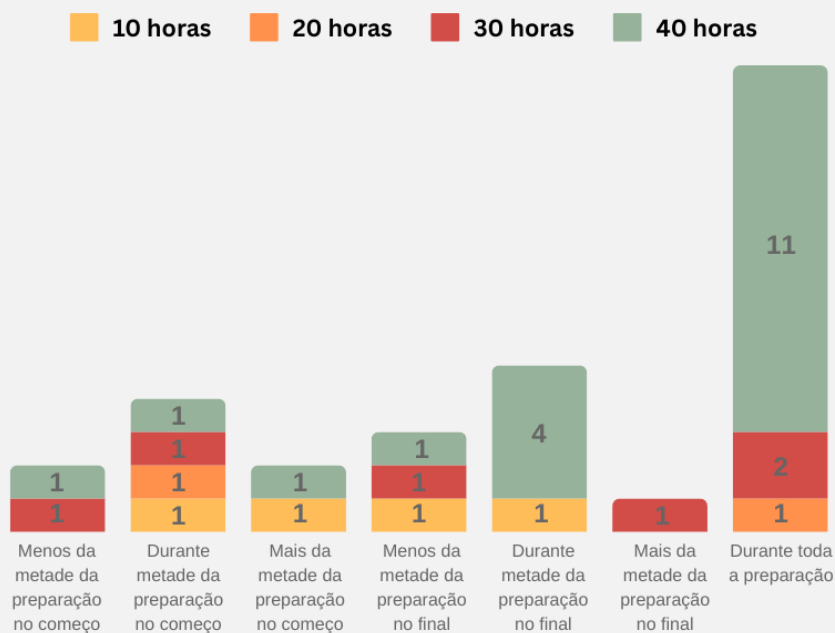
CONCILIOU TRABALHO E ESTUDOS PARA O CACD?



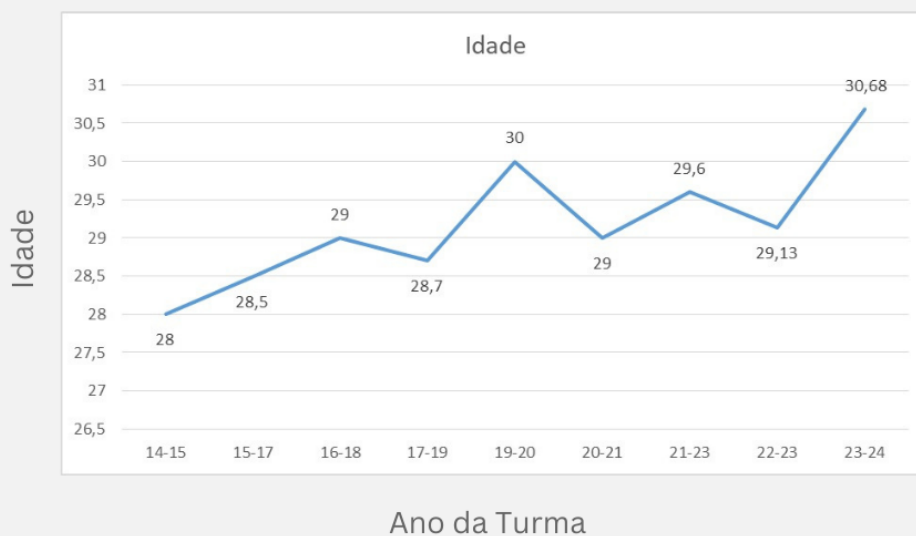
LOCAL DE TRABALHO



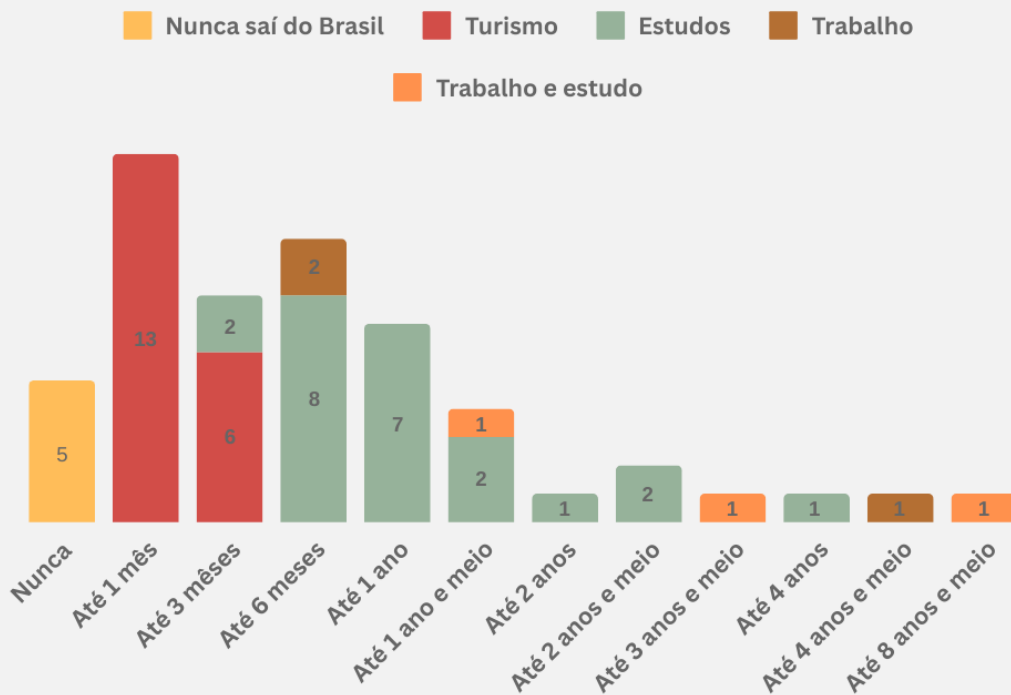
QUANDO E QUANTO CONCILIOU TRABALHO E ESTUDOS PARA O CACD?



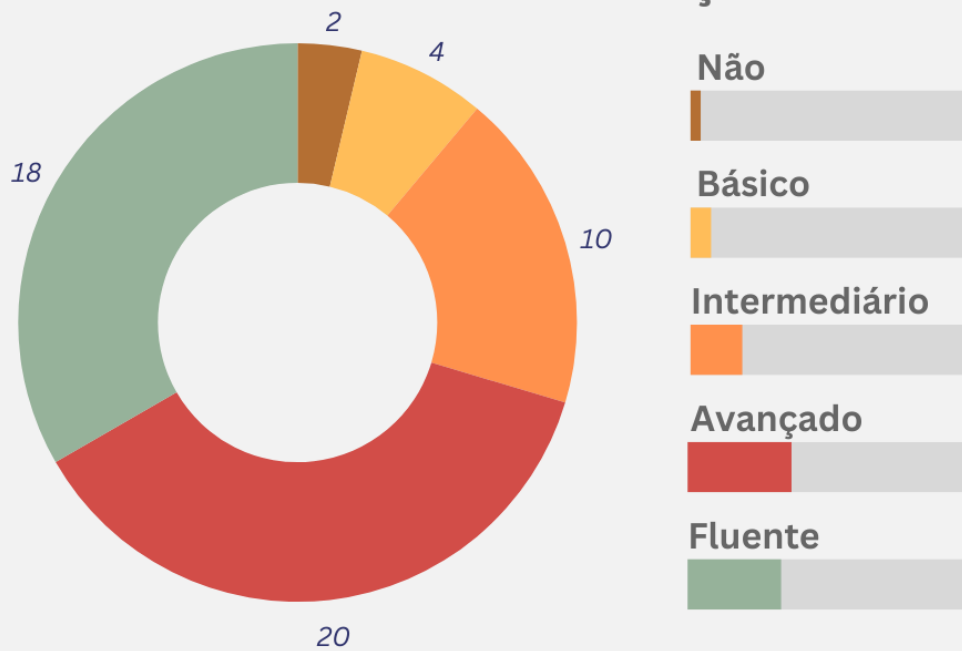
MÉDIA DE IDADE NO MOMENTO DA APROVAÇÃO



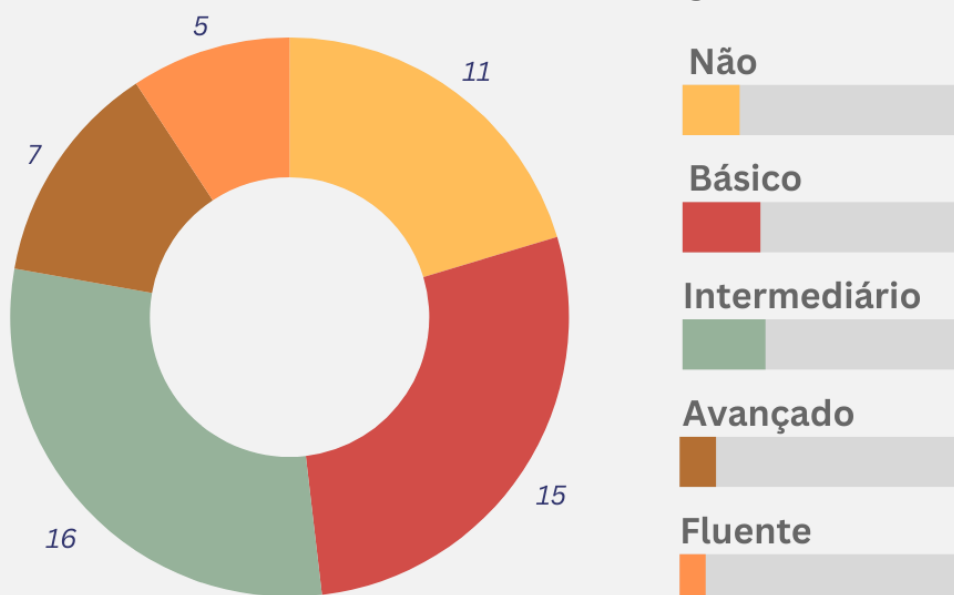
EXPERIÊNCIA PRÉVIA NO EXTERIOR



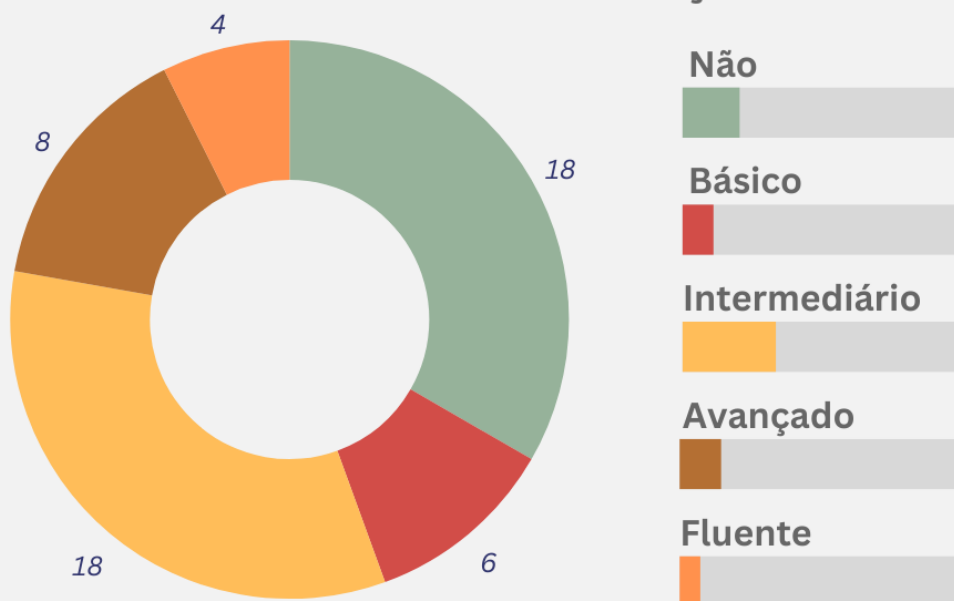
INGLÊS: ESTUDOU ANTES DA PREPARAÇÃO? QUAL O NÍVEL NO INÍCIO DA PREPARAÇÃO?



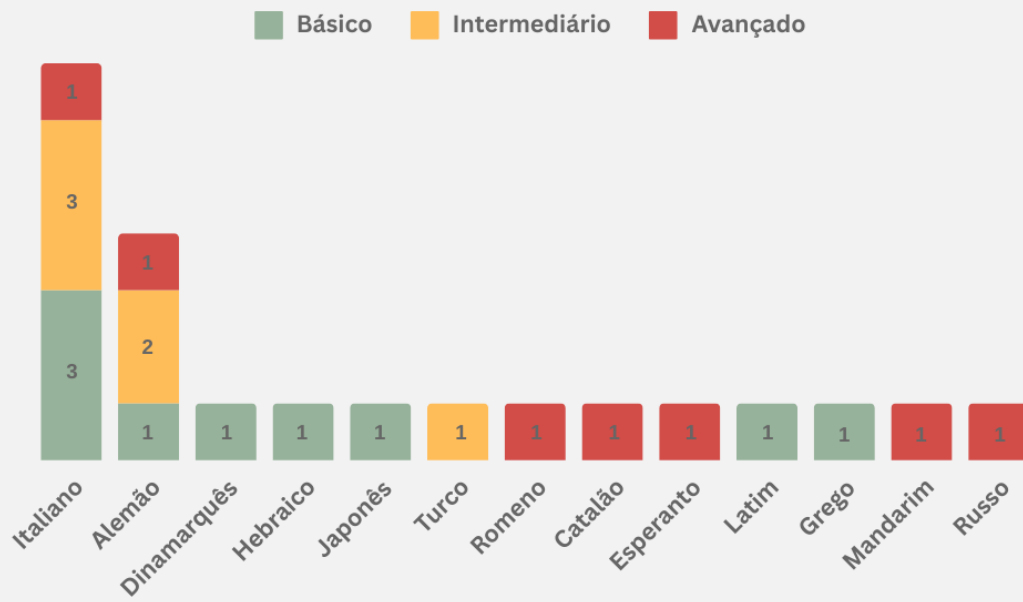
ESPAÑHOL: ESTUDOU ANTES DA PREPARAÇÃO? QUAL O NÍVEL NO INÍCIO DA PREPARAÇÃO?



FRANCÊS: ESTUDOU ANTES DA PREPARAÇÃO? QUAL O NÍVEL NO INÍCIO DA PREPARAÇÃO?



OUTROS IDIOMAS



O QUE FAZIA PARA ESPAIRECER DURANTE A PREPARAÇÃO?

- Academia
- Assistia a filmes e séries
- Assistia a séries e namorava
- Assistia animes, jogava video game e lia.
- Assistia aos jogos do Fluminense, caminhava e saía com amigos.
- Assistia filmes, caminhava, ia à academia, encontrava amigos
- Assistia vídeos no Youtube
- Assistir filmes/séries, jogar video game, caminhar
- Atividade física
- Atividade física e ir ao cinema
- Atividades diversas de lazer (viagens, música, cinema, leituras, etc.)
- Atividades físicas (yoga, pilates); fotografia; ir ao cinema.
- Caminhadas, ir a praia, natação, sair com amigos, shows, viagens
- Caminhar, assistir filmes e séries, sair com amigos
- Caminhava na natureza.
- Caminhava no final da tarde.
- Cinéma e viagens pontuais para visitar a família ou mudar o ambiente de estudos.
- Correr, cozinhar
- Corrida, pilates e tentativa de manter o hábito de leituras não ligadas ao CACD
- Dança
- Encontro com familiares e amigos, viagens, filmes, séries e livros.
- Esportes, ficar com a família, jogar video-game, ver filmes/séries
- Eu assistia a algumas séries e fazia academia
- Exercício físico, Netflix, caminhadas, momentos (mesmo que virtuais) com amigos e família
- Fazia caminhadas e tocava instrumentos musicais.
- Filmes, livros, séries, muita música, sem nunca deixar de conciliar bons momentos com a família e amigos.
- Filmes, séries, festas etc.
- Filmes, séries, restaurantes.
- Ir para o bar
- Igreja, cinema, família
- Leitura e Jiu-Jitsu
- Meditação, Caminhada, Ir ao cinema
- Meditação, natação, leitura, música, cinema
- Música, literatura, séries, filmes
- Nada
- Netflix, exercício físico, encontrar amigos
- Olhava o twitter
- Passeava com o meu cachorro, yoga, crossfit
- Praia, meditação, exercício físico, saídas com amigos.

- Praticar esportes
- Praticava esportes em geral, especialmente corrida; praticava yoga; meditava; viajava; frequentava cachoeiras
- Saía com amigos
- Sair com namorado
- Tocava instrumentos, saía com minha esposa e via minha família.
- Tomar vinho, tocar piano, ouvir música e fazer palavras cruzadas.
- Video-games
- Videogame, séries e literatura
- Yoga, palavras cruzadas e corrida

PARA QUAL TIME DE FUTEBOL TORCE?

- Antiflamengo (contra o flamengo)
- Atlético Mineiro
- Botafogo
- Corinthians
- Cruzeiro
- Flamengo
- Flamengo não praticante.
- Fluminense
- Grêmio
- Internacional
- Juventude
- Nenhum
- Palmeiras
- Remo
- Santos
- São Paulo
- Vasco da Gama
- Vila Nova Futebol Clube

FILME PREFERIDO OU QUE RECOMENDA:

- 12 Homens e uma Sentença
- 2001 - Uma Odisseia no Espaço
- A Árvore do Amor
- A Chegada
- A Forma da Água
- A Grande Beleza
- Amadeus
- Amarcord
- Amnésia
- Amor à Flor da Pele
- Anatomia de Uma Queda

- Antes do Amanhecer/Antes do Pôr do Sol/Antes da Meia-Noite
- A Viagem de Chihiro
- Auto da Compadecida
- Beleza Americana
- Brilho Eterno de uma Mente sem lembranças
- Cléo das 5 às 7
- De Volta para o Futuro
- Dias Perfeitos
- Divertida Mente
- Donnie Darko
- Encontros e Desencontros
- Era uma Vez em Tóquio
- Faça a Coisa Certa
- Harry Potter e as Relíquias da Morte
- Histórias Cruzadas
- Interestelar
- Intocáveis
- Lawrence da Arábia
- Lisbela e o Prisioneiro
- Meu Amigo Totoro
- Senhor dos Anéis
- Os Amantes da Ponte Neuf
- Os Miseráveis
- Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas
- Quanto Mais Quente Melhor
- Sangue Negro
- Shrek
- Speed Racer
- Star Wars - Uma Nova Esperança
- Um Limite entre Nós
- Vestígios do Dia

SÉRIE PREFERIDA OU QUE RECOMENDA:

- Band of Brothers
- Black-ish
- Breaking Bad
- Brooklyn Nine-Nine
- De Férias com o Ex
- Dix pour cent
- Doc - Amazon Prime
- Downtown Abbey
- El encargado
- Escolinha do Professor Raimundo
- Família Soprano
- Fleabag

- Friends
- Friends, Modern Family, Ilhados com a Sogra, Eu Nunca
- Game of Thrones
- Gilmore Girls
- Gravity Falls
- House of Cards
- Killing Eve
- Mad Men
- Modern Family
- Novela Rebelde
- Recomendo: For all mankind
- ROMA (HBO)
- RuPaul's Drag Race
- Seinfeld
- Severance
- Sherlock
- Suits
- The Americans
- The Brink
- The Handmaid's Tale
- The Office
- The Wire
- This is Us
- Veep
- Aachen (2019)
- Xógum

LIVRO PREFERIDO OU QUE RECOMENDA:

- 1984 - George Orwell
- A Diplomacia na Construção do Brasil - Rubens Ricupero
- Coração tão branco - Javier Marías
- Dois irmãos - Milton Hatoum
- Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres - Clarice Lispector
- Problema dos Três Corpos - Cixin Liu
- Ficções - Jorge Luis Borges
- Expiração - Ted Chiang
- A Pedra do Reino - Ariano Suassuna
- Esperando Godot - Samuel Beckett
- Guerra e Paz - Liev Tolstói
- Harry Potter - J.K. Rowling
- Irmãos Karamazov - Fiódor Dostoiévski
- Meio Sol Amarelo - Chimamanda Ngozi Adichie
- Memórias Póstumas de Brás Cubas - Machado de Assis
- Nada de Novo no Front - Erich Maria Remarque
- Senhor dos Anéis - J.R.R. Tolkien
- Silmarillion - J.R.R. Tolkien

- Qualquer coisa escrita por Orwell - George Orwell
- Sobre os ossos dos mortos - Olga Tokarczuk
- Roots - Alex Haley
- Siddhartha - Hermann Hesse
- Mrs Dalloway - Virginia Woolf
- Castelo Animado - Diana Wynne Jones
- Bíblia
- A Insustentável Leveza do Ser - Milan Kundera
- Mine Were of Trouble - Peter Kemp
- Perder a mãe: Uma jornada pela rota atlântica da escravidão - Saidiya Hartman
- Os Pilares da Terra - Ken Follett
- A Paixão segundo GH/ Teoria Geral do Esquecimento - Clarice Lispector
- Tudo é rio - Carla Madeira
- Cem Anos de Solidão - Gabriel García Márquez
- A valsa dos Adeuses - Milan Kundera
- Grande Sertão: Veredas - João Guimarães Rosa
- Torto Arado - Itamar Vieira Junior
- Lavoura Arcaica - Raduan Nassar
- Titanic: minuto a minuto - Jonathan Mayo
- Le Philosophe et le Président- François Dosse
- Grande Gatsby - F. Scott Fitzgerald
- 2666 - Roberto Bolaño
- Continente - Érico Veríssimo
- K.: Relato de uma busca - Bernardo Kucinski
- Filho de mil homens - Valter Hugo Mãe
- Homem que Amava os Cachorros - Leonardo Padura
- Idiota - Fiódor Dostoiévski
- Fenomenologia do Espírito - Georg Wilhelm Friedrich Hegel
- Sagarana - João Guimarães Rosa

ARTISTA DA MÚSICA PREFERIDO(A):

- Academia da Berlinda, Caetano Veloso, Trois Cafés Gourmands
- Baden Powell
- Beyoncé
- Big Flo & Oli
- Billy Joel
- Caetano Veloso
- Chico Buarque
- Chico Buarque - João e Maria só que Cavalô
- David Bowie
- Desde que o samba é samba - versão João Gilberto
- Djavan
- Fleetwood Mac
- Gackt
- Gilberto Gil

- Lana Del Rey
- Lorde
- Ludmilla
- Martha Argerich
- Michael Jackson
- Milton Nascimento
- Mozart
- Oasis
- Pink Floyd
- Racionais MC's
- Radiohead
- Rage Against the Machine
- Rammstein
- RBD
- Red Hot Chili Peppers
- Rodolfo Alucinado (banda de rock)
- Stromae
- Taylor Swift
- The Beatles
- The National
- The Rolling Stones
- The Weeknd
- Tim Maia
- Tom Waits
- Tom Zé
- Vanessa da Mata

QUANDO CRIANÇA, QUERIA SER...:

- "Dona de livraria"
- Advogado/Advogada
- Arquiteto/Arquiteta
- Astronauta
- Astronauta, médica de cachorro e passista de escola de samba
- Ator/Atriz
- Bailarina
- Biólogo
- Cabeleireira
- Caixa de supermercado
- Cientista
- Dentista
- Diplomata
- Diplomata, paleontóloga ou arqueóloga
- Escritor/Escritora
- Físico
- Jogador de futebol

- Juiz
- Médico
- Motorista
- Músico
- Nada
- Não pensava sobre isso quando era criança :)
- Otorrinolaringologista
- Padeira
- Paleontólogo
- Piloto de avião
- Piloto de Fórmula 1
- Presidente
- Professor/Professora
- Professor de História
- Professor de Patologia e Diplomata
- Veterinária
- Zootécnico



O CACD hoje

Apesar de as matérias cobradas no CACD serem as mesmas há muitos anos, a forma e as competências cobradas se alteraram significativamente nos últimos anos. A partir da introdução de 10 quesitos em todo padrão de resposta, a forma como as competências passaram a ser cobradas mudou. Essa mudança pede maior pragmatismo na preparação do candidato. Por isso, a leitura de livros inteiros da antiga bibliografia oficial e da bibliografia oficiosa se tornou dispensável para o candidato competitivo, que deve priorizar a memorização de dados factuais, o que impacta a escolha dos métodos de estudo. Ao invés de se debruçar sobre Casa Grande e Senzala, talvez seja mais proveitoso priorizar técnicas de revisão.

Em relação aos métodos de estudo, muitos dos aprovados da turma 2024-25 optaram por organizar seus estudos por meio de cadernos, flashcards ou mapas mentais. Essas ferramentas ajudaram a revisar os conteúdos de forma mais eficiente e a fixar o conhecimento de maneira mais duradoura. Vale mencionar que nossa turma utilizou diferentes métodos, em diferentes momentos da preparação, o que evidencia que não há um único caminho para atingir o objetivo da aprovação.

Para o dia da prova, algumas dicas são fundamentais, em especial para a fase de questões discursivas. É essencial ler atentamente o edital e sempre respeitar as margens para evitar identificação de prova. A substituição das questões de 90 linhas por questões de 60 linhas tornou a utilização de uma caneta que permita escrever mais palavras, como a MUJI 0.38 ou 0.5, ainda mais importante. Não se esqueça de checar as folhas de respostas antes de começar a escrever. Não são raros os casos de candidatos que se confundem no dia da prova, devido ao nervosismo.

Pessoas pretas e pardas

A reserva de vagas para pessoas pretas e pardas em concursos públicos no Brasil está regulamentada pela Lei nº 12.990/2014. Esse diploma legal estabelece que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União devem ser reservadas para candidatos negros, implementando política de inclusão e reparação histórica para a população afrodescendente no Brasil.

No caso do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), o primeiro certame que contou com reserva de vagas para pessoas pretas e pardas foi o de 2015 e, desde então, mais de cinquenta diplomatas afrodescendentes puderam trazer mais cor e diversidade ao Itamaraty por meio dessa reserva de vagas.

Para fazer jus às vagas reservadas, a/o candidata/o deve se autodeclarar preta/o ou parda/o, no ato de inscrição no concurso, optando por concorrer nesse âmbito específico. Essa autodeclaração será confirmada em momento posterior, por uma banca de heteroidentificação, com o objetivo de evitar fraudes. Até o concurso de 2017, essa banca ocorria entre a primeira e a segunda fase do concurso, mas, desde 2018, passou a ocorrer apenas no final do certame, após a terceira (agora, segunda) fase.

A classificação final dos candidatos negros é realizada separadamente da dos candidatos de ampla concorrência, respeitando a proporcionalidade das vagas reservadas. Vale destacar que, como a primeira fase não é classificatória, um candidato não classificado pela ampla concorrência na primeira

fase pode ser classificado na fase discursiva, desde que obtenha nota suficiente para estar entre os candidatos da ampla concorrência.

Também é importante notar que, mesmo que os candidatos negros obtenham notas menores que os da ampla concorrência, a nomeação dos aprovados segue a ordem de classificação de cada grupo, respeitando a alternância e a proporcionalidade para fins de antiguidade na carreira, conforme definido no edital.

Programa de ação afirmativa bolsa-prêmio de vocação para a diplomacia

O PAA é uma iniciativa inovadora da Administração Pública Federal, que celebrou 22 anos em 2024. Essa parceria envolve o Instituto Rio Branco - Ministério das Relações Exteriores (IRBr/MRE), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

O intuito da iniciativa é aumentar as chances de ingresso nos quadros do MRE, por meio da concessão de bolsas-prêmio para custear os estudos preparatórios para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD).

A bolsa é oferecida a uma parcela daqueles candidatos que, no certame anterior, optaram por se autodeclarar como pretos ou pardos e que obtiveram bom desempenho nas provas. A quantidade de bolsas e o valor concedido variam anualmente, conforme a disponibilidade orçamentária, sendo que, na última edição (edital de 12 de julho de 2024), foram disponibilizadas 44 bolsas distribuídas de forma equânime entre mulheres e homens e, para tanto, foram convocadas 61 candidatas e 61 candidatos para o processo de heteroidentificação.

Após as entrevistas de heteroidentificação, é publicada a relação dos bolsistas contemplados pelo PAA que, em seguida, deverão aguardar ainda um determinado período (não raro, bastante longo...) para a concessão dos recursos. Os valores devem ser usados, obrigatoriamente, para a taxa de inscrição no concurso posterior, aquisição de materiais de estudo, manutenção do candidato, contratação de cursos e aulas particulares, etc. E, a exemplo de qualquer bolsa concedida pelo CNPq, ao fim do prazo de validade de bolsa, exige-se minuciosa prestação de contas, por parte do bolsista, sob pena de devolução dos valores ao erário público.

Malgrado a necessidade de constante aperfeiçoamento do PAA (principalmente, do prazo entre a convocação e a disponibilização dos recursos, bem como a metodologia de prestação de contas), é inegável que o programa é um exemplo de sucesso na inclusão e na mudança de perspectivas de candidatos que, de outra forma, não conseguiriam arcar com os exorbitantes custos de preparação para o CACD.

Portanto, para você, CACDista preto ou pardo que opte por concorrer às vagas reservadas e tenha obtido um desempenho razoável nas provas, ainda que não tenha sido aprovado: fique atento (ao seu email e aos editais publicados no Diário Oficial), porque, em breve, você também poderá ser contemplado e terá a oportunidade de aprimorar a sua preparação nos próximos anos!

Mentoria Mônica de Menezes Campos

A implementação de uma diplomacia diversa e representativa depende não somente de ações afirmativas, que ampliam as oportunidades de acesso para candidatos pretos e pardos, mas também da criação de espaços que, voltados para a ação, fomentam a reflexão sobre as relações raciais e de gênero na

diplomacia brasileira..Em setembro de 2021, diplomata negra e cotista, junto a outros colegas, negros e não negros, deu início a iniciativa voluntária, coletiva e horizontal. Surge, assim, a Mentoria Mônica de Menezes Campos (MMMC), que, ao contribuir, em três anos, para a aprovação de cinco diplomatas negras e quatro negros, realiza trabalho de resgate de memória na instituição, ao homenagear a primeira pessoa negra a aceder à carreira diplomática por concurso público.

Os principais objetivos da MMMC são: contribuir para o aumento do número de pessoas negras nos quadros da diplomacia brasileira; fomentar reflexões sobre os atuais desafios das ações afirmativas no Itamaraty; pautar as questões de raça e de gênero como indispensáveis para a construção de políticas públicas (internas e externa). Para tanto, conta com o apoio de diplomatas que atuam como mentores, com a parceria com cursinhos preparatórios e professores para o oferecimento de bolsas e descontos exclusivos para o programa e com o apoio de especialistas para promover debates e encontros coletivos com mentores e mentorandos.

O programa está estruturado em cinco pilares: realiza encontros individuais entre mentores e candidatos para troca de experiências e orientação; promove sessões coletivas que abordam temas das provas e discutem questões de gênero e raça; busca parcerias com educadores e cursos preparatórios para oferecer bolsas de estudo aos mentorandos; dedica-se ao resgate da história das relações raciais e de gênero no Itamaraty; formula sugestões e promove o diálogo com o Instituto Rio Branco.

Atualmente, a MMMC está em seu terceiro ciclo preparatório. Os processos seletivos acontecem, normalmente, alguns meses após o resultado final do CACD, e aqueles são sempre divulgados na página da MMMC no Instagram. Os candidatos preenchem um formulário e aqueles que obtiveram maior pontuação nos critérios aplicados são selecionados para a

entrevista de heteroidentificação, de acordo com as vagas ofertadas a cada ciclo. Os critérios são definidos pela renda, região geográfica, tempo de estudo, evolução no concurso, financiamento dos estudos, número de dependentes, se trabalha enquanto estuda e se é ou foi bolsista do Programa de Ação Afirmativa do IRBr. Ao final, uma pequena redação de motivação também é avaliada. Independentemente do estágio da preparação, pessoas pretas e pardas podem ingressar no programa, desde que se comprometam com a assiduidade nas atividades individuais e coletivas propostas pela mentoria. É também esperado que ex-mentorandes e atuais diplomatas negras/os deem continuidade ao projeto.

Para mais informações sobre o programa, consulte o instagram @mentoriamicademenezes.

Pessoas com deficiência(s) no CACD

A reserva de vagas às pessoas com deficiência (PCD) em concursos públicos é um direito constitucional. Seu objetivo é garantir que pessoas com deficiência ocupem cargos e empregos públicos em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. A reserva de vagas para as pessoas com deficiência no CACD é crucial para proporcionar condições equitativas de competição, além de contribuir para tornar o Serviço Exterior Brasileiro mais inclusivo e representativo de sua população.

A compreensão plena das regras do concurso demanda leitura cuidadosa do edital do CACD. Esse compilado não se propõe a substituí-lo, apenas dirimir algumas dúvidas.

Quantas vagas são reservadas?

São reservadas 5% das vagas no CACD para pessoas com deficiência (art. 5º § 2º da Lei nº 8.112, de 1990, e suas alterações, e Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018). Essa porcentagem corresponde ao mínimo legal, que pode ser de no máximo 20% das vagas oferecidas no concurso.

Caso o percentual implique fração, deve ser elevado até o próximo número inteiro, desde que não ultrapasse o limite máximo de 20% das vagas. Por exemplo, no CACD 2024, foram disponibilizadas 50 vagas, de forma que 5% equivale a 2,5 vagas. Assim, serão ofertadas 3 vagas reservadas às pessoas com deficiência.

Quem são as pessoas com deficiência?

A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, internalizada no Brasil como Emenda Constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de

2015) definem pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Outras normas mencionadas nos editais: art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, no art. 1º §1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (transtorno do espectro autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Passo a passo no CACD

1. Ainda no período de inscrições, o candidato tem direito de solicitar adaptação das condições de prova de acordo com as suas necessidades, desde que se observem as normas previstas em edital;

2. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá: a) no ato da inscrição, informar que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência; b) enviar, via upload, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência emitido por profissional que atue na área da deficiência do candidato, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente, a validade do laudo médico ou do laudo caracterizador

de deficiência é indeterminada. A validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência, para o caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, é indeterminada;

3. O laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deve apresentar a identificação do candidato e atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações. Deve, ainda, conter a data e o local da emissão, a assinatura e o carimbo legível com identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o laudo. Ademais, o laudo de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, para fins de avaliação biopsicossocial, precisa apresentar dados específicos no relatório médico, associados a dados temporais: capacidade de comunicação e interação social, reciprocidade social, qualidade das relações interpessoais e presença ou ausência de estereotípias verbais, estereotípias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.

4. A banca organizadora avaliará o requerimento do candidato. Caso seja deferido, o candidato passará a ter direito de concorrer às vagas reservadas. Caso seja indeferido, o candidato poderá recorrer;

5. O candidato com a inscrição deferida para concorrer na condição de PCD, se não eliminado no concurso, será convocado para se submeter à avaliação biopsicossocial promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade da banca examinadora, formada por três profissionais capacitados atuantes nas áreas das deficiências que o candidato possuir, dentre os quais um deverá ser médico, e de mais três profissionais da carreira a que o candidato concorrerá, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e suas alterações; dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações; do § 20 1º do art. 1º da Lei

nº 12.764/2012; e da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, bem como do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações; e na Lei Federal 14.768, de 22 de dezembro de 2023.

6. A avaliação ocorre em Brasília/DF, a expensas do candidato, na data prevista em edital. Atente-se que, às vezes, essa data pode ser definida com pouca antecedência e você precisa estar preparado para viajar a Brasília. Nesse dia, o candidato deverá apresentar documento de identidade original e o laudo (original ou cópia autenticada). Além disso, se houver previsão no edital, deverá exibir exames complementares específicos.

7. Se a deficiência do candidato for confirmada pela avaliação biopsicossocial e não for eliminado do concurso, terá seu nome publicado em lista à parte e na de classificação geral;

8. Se o candidato que se autodeclarou com deficiência não for reconhecido como tal na avaliação biopsicossocial, ele não mais concorrerá nas vagas de PCD, mas permanecerá na lista de ampla concorrência. Vale lembrar que o candidato pode, ainda, interpor recurso contra o resultado provisório da avaliação biopsicossocial;

9. Caso o candidato que se autodeclarou com deficiência esteja aprovado e classificado dentro do quantitativo reservado à ampla concorrência, ele não será contabilizado na vaga reservada, a qual será preenchida pelo próximo candidato PCD da lista de classificação.

Pessoas com deficiência no IRBr/Itamaraty

1. Regra da antiguidade: no caso de reserva de 5% das vagas para PCD, elas deverão ser preenchidas na seguinte ordem: 5ª vaga, 21ª vaga, 41ª vaga, 61ª vaga e assim sucessivamente.

2. Direito a adaptações razoáveis: as pessoas com deficiência têm direito a ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. Isso significa que determinadas regras podem ser flexibilizadas diante de uma necessidade individual razoável.

3. Imóveis funcionais: é garantida precedência na lista dos imóveis funcionais às pessoas com deficiência e àquelas responsáveis por pessoas com deficiência, conforme Portaria Nº 419 (novembro de 2022) e Portaria MRE Nº 508 (fevereiro de 2024). Os ocupantes dos imóveis devem pagar taxa de ocupação e condomínio.

4. Comitê de Pessoas com Deficiência: o Comitê foi criado em 2014 e interrompido em 2019, mas retomado, no ano passado, por meio da Portaria Ministerial nº 454 (abril de 2023), que instituiu o Sistema de Promoção de Diversidade e Inclusão (SPDI) do Ministério das Relações Exteriores. O SPDI é composto por 4 comitês (PCD, gênero, étnico-racial e LGBT) e tem como finalidade propor e acompanhar iniciativas relacionadas aos temas de diversidade e inclusão. Compete ao Comitê de pessoas com deficiência, entre outras funções, atuar como instância consultiva na implementação, no âmbito do Ministério, de todos os aspectos relacionados à Lei nº 13.146/2015.

Banvasten Noronha de Araújo, Gessika Mayumi Nakandakari Soares, Isidoro Eduardo Americano do Brasil Junior, Luiza Griesang Cabistani, Marcela Rangel dos Santos Oliveira

Saúde mental

Sem dúvidas, o CACD é um dos processos seletivos mais difíceis do país. Para aumentar suas chances de aprovação, é essencial que você dê atenção à sua saúde mental. Como psicólogo de formação, e como alguém que passou recentemente pela experiência do concurso, gostaria de compartilhar algumas ideias que talvez possam ajudar.

Primeiramente, acredito ser fundamental ter a certeza da escolha pela carreira de diplomata. Entre todas as outras possibilidades de carreira, por que a diplomacia? A decisão foi realmente sua? O tempo médio de preparação tem aumentado nos últimos anos. Você está disposto(a) a passar de 4 a 6 anos (talvez até mais) se dedicando a esse projeto? Penso que a principal motivação para a carreira não deva ser financeira. Há carreiras públicas que são muito mais bem remuneradas, inclusive proporcionando mais tempo livre para outras atividades. Reflexões desse tipo são importantes para avaliar o seu grau de certeza quanto a sua decisão. Não há certo ou errado e a carreira de diplomata tem vantagens e desvantagens, assim como todas as outras. Tente identificar seus motivos e tenha certeza da decisão de entrar nesse projeto. Essa certeza vai te ajudar a continuar estudando mesmo quando você duvidar de si mesmo(a). Não conheço nenhum(a) aprovado(a) que não tenha duvidado da própria capacidade de passar nessa prova; no entanto, todos(as) estavam convictos(as) da escolha feita no início do processo, o que deu forças para que continuassem estudando mesmo após uma ou várias reprovações.

Tomada a decisão, é importante se planejar no tempo. Você estuda e trabalha? Se o seu trabalho é puxado e você tem pouco tempo para estudar, é possível trocar de emprego? Esse foi o caminho escolhido por mim e por vários outros colegas. Quando decidi prestar o concurso, percebi que precisaria de mais tempo livre e de um

trabalho menos estressante. Por isso, decidi me dedicar a um concurso escada antes de me preparar integralmente para o CACD. Nesse novo emprego, pude trabalhar menos horas diárias e ter alguma estabilidade para estudar com mais eficiência. Para os que decidem focar integralmente nos estudos: avaliem por quanto tempo é possível manter essa situação. A família irá apoiar? Por quanto tempo? Conversem e façam acordos. Nenhum plano precisa ser definitivo e a estratégia pode mudar ao longo do caminho, a depender das circunstâncias da vida.

Sobre a rotina de estudos, é preciso que essa seja sustentável. Não adianta tentar estudar 12 horas por dia durante algum tempo e pouco depois entrar em esgotamento. Escutem o próprio corpo. Se precisarem descansar, descansem. A constância nos estudos e as horas líquidas são mais valiosas que várias horas de estudo com baixa qualidade. Exceção feita ao momento pós-portaria ou pós-edital, a depender do seu planejamento. Nesses momentos, o estudo precisa intensificar e é importante aumentar o ritmo.

Se possível, façam terapia. Eu sei que os gastos relacionados a essa preparação são enormes; porém, atualmente há opções de terapeutas a custo social ou até de graça. Várias clínicas particulares oferecem atendimentos sociais em alguns horários da semana. Em universidades ou faculdades onde há o curso de psicologia, também é possível encontrar esse tipo de atendimento. Além disso, não deixem de fazer exercícios físicos. Os benefícios para a cognição já estão amplamente documentados na literatura. Na falta de tempo, caminhadas curtas de 20 ou 30 minutos já ajudam.

Encontrem pessoas que estão no mesmo ritmo de estudos que vocês, ou até mais avançadas, e tentem formar pequenos grupos de estudos/apoio. Isso ajudará na decisão sobre qual material adquirir, sobre formas de se estudar e, mais importante, servirá de apoio emocional. Às vezes só queremos desabafar e poder conversar com pessoas que estão vivendo algo parecido é bastante reconfortante. Não fiquem apegados aos grupos que já formaram. Se sentirem que as pessoas estão em outro ritmo, ou que o grupo não está sendo

produtivo, mudem. Não percam muito tempo acompanhando redes sociais, grupos no Telegram, discussões e especulações sobre datas ou possíveis mudanças nas provas. Felizmente, o concurso é bastante tradicional e, via de regra, tende a acontecer todo ano. Se possível, definam um tempo máximo diário para olhar os grupos, de preferência após já ter finalizado as horas de estudo do dia. Caso você seja uma pessoa negra, pesquise sobre a mentoria Mônica de Menezes Campos. Essa é uma iniciativa fantástica que poderá auxiliar imensamente na sua preparação e reduzir o tempo necessário para a aprovação.

Por fim, quero falar sobre alguns detalhes que não são exatamente sobre saúde mental, mas que eu gostaria de ter sido avisado no começo da minha preparação. Não comprem pacotes fechados de cursos extensivos oferecidos pelos cursinhos. Vocês irão gastar muito dinheiro, provavelmente não irão conseguir completar todas as aulas e perderão a possibilidade de escolher diretamente os professores. O ideal é comprar matérias individualizadas. Conversem com outras pessoas antes de adquirir cursos e escolher professores. Apesar da recente democratização nas opções de cursinhos, os custos ainda são altos e qualquer escolha de professor ou curso deve ser bem embasada. Além disso, usem bastante os guias de estudos na preparação! É uma excelente maneira de estudar para as fases discursivas a um custo zero. Não menosprezem os cuidados com a saúde mental. Ela tem grande impacto nas nossas vidas, especialmente no contexto de um concurso tão desafiador. Espero que essas ideias tenham sido úteis; desejo bons estudos e boa sorte para vocês! Caso queiram tirar alguma dúvida ou conversar sobre algo, podem entrar em contato pelo email: arthurpraxedes8@gmail.com.

Um abraço! Nos vemos em breve aqui dentro do Itamaraty!

Arthur Praxedes é diplomata da turma de 2023, tem graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília.

Recursos

As etapas de recursos têm ganhado importância no CACD, nos últimos anos. Aproveitar a oportunidade de defender sua resposta diante da Banca é fundamental, e mais importante ainda é utilizar uma linguagem respeitosa, direta e objetiva, em estrutura organizada que enfatize bem os pontos fortes da resposta. Abaixo, os(as) candidatos(as) encontrarão alguns relatos da turma sobre a feitura dos recursos, os quais vale a pena ler com atenção:

Relato 1

Ao elaborar recursos, deve-se atentar não só ao tempo - que é limitado e, portanto, exige organização e planejamento -, mas também à objetividade, já que é fácil se perder nos argumentos. Administrar a própria indignação com algumas das marcações também é aconselhável, considerando-se que a linguagem do recurso deve ser sempre respeitosa dos(as) corretores(as), ainda que assertiva. A primeira coisa a fazer, mesmo antes da divulgação dos espelhos de prova, no caso da (atual) 2ª fase, é criar uma fórmula de introdução de recursos que funcione bem para qualquer um deles, com as devidas adaptações. Estabelecer previamente um padrão de abertura, a exemplo de "Estimada/Prezada/Ilustre Banca Examinadora" te fará ganhar algum tempo (ou ao menos não perder). Lógica semelhante aplica-se à conclusão do recurso, na qual é comum o(a) candidato(a) reiterar o pedido de retificação feito no início. Um outro ponto importante é resistir ao cansaço - durante os dias de recurso, a adrenalina é uma aliada da produtividade: encontre conforto na ideia de que o descanso virá em breve - pois ele virá!

Relato 2

Só entrei na lista dos aprovados após os recursos. Por isso, acredito que seja importante recorrer de tudo que for minimamente possível. Ao mesmo tempo em que tive recursos que fiz com convicção indeferidos, alguns que elaborei com pouca confiança foram acatados. Logo, é necessário montar uma força-tarefa para enfrentar essa fase do concurso. Alguns dias antes da divulgação do resultado das provas discursivas, elaborei um documento com modelos de textos para casos como resposta completa e nota zero, resposta incompleta e nota zero, assunto implícito e dupla penalização. Assim que recebi os padrões e as folhas de respostas, fui adaptando essas redações pré-elaboradas ao caso concreto, sempre solicitando a majoração da minha nota (nem sempre pedia o total). Nesse mesmo arquivo, incluí uma cópia do enunciado de cada questão, a nota que recebi para cada quesito/nota total do quesito e uma cópia do padrão de respostas para cada um dos quesitos. Acredito que essa organização tenha facilitado um pouco o trabalho. Na fundamentação, tentei ser clara e objetiva, bem como utilizei todas as informações pertinentes ao quesito que estavam presentes nas minhas respostas, independentemente de estarem na primeira ou na última linha, e sempre mencionei, entre parênteses, em quais linhas dos textos essas ideias estavam localizadas.

Relato 3

Para a chamada quarta (agora terceira) fase do concurso, penso não haver fórmula pronta. O que funcionou para mim foi elaborar a maior quantidade possível de recursos de qualidade. Com um prazo exíguo para interposição de recursos, tive o apoio dos meus familiares para conseguir passar uma noite em claro. Nos recursos, buscava demonstrar correspondência entre o

conteúdo dos quesitos do padrão de resposta da banca e de trechos específicos da minha resposta, indicando as linhas da folha de resposta em que se encontravam e, sempre que possível, transcrevendo-os na integralidade. Em alguns casos, utilizava argumento de proporcionalidade – se cobria, por exemplo, 2/3 do conteúdo de um quesito de 3 pontos em minha resposta, afirmava que o mais proporcional seria que a banca me atribuísse pelo menos 2 pontos no referido quesito. Em outros, recorria a princípios administrativos e constitucionais, como os da razoabilidade e isonomia. Por fim, solicitava o auxílio de professores na análise dos recursos elaborados e, especialmente, no apontamento de outros recursos possíveis.

Relato 4

Caro ceacedista, se me permite um conselho, jamais deixe de recorrer caso vislumbre alguma possibilidade, ainda que mínima, de sucesso em seu pleito! No exercício da Versão da prova de Língua Espanhola, por exemplo, fui penalizado duplamente pelo uso de “el creme”, quando o correto seria “la crema”. Segue abaixo minha argumentação:

“(…) Apenas um erro, entretanto, deveria ter sido assinalado, não dois, já que o candidato manteve a concordância de gênero na estrutura adotada. Este não seria o caso, por exemplo, se o candidato tivesse escrito ‘la creme’. Nesse caso, dois erros teriam sido cometidos, pois o ‘la’ não estaria correto por fazer sentido com ‘crema’, mas incorreto por não concordar com ‘creme’. Assim, considerando que ‘creme’ também estaria incorreto, haveria dois erros na estrutura. No caso em análise, apenas ‘creme’ está incorreto, já que o artigo ‘el’ foi adotado para concordar com o substantivo. Logo, percebe-se que o problema está na construção ‘el creme’ e não no emprego isolado de seus termos. Por essa

razão, o candidato solicita, humildemente, a retirada de uma das penalizações aplicadas no trecho destacado”.

Como resultado, meu recurso foi deferido. Perceba, portanto, que você precisará adotar uma estratégia de contenção de danos em determinadas situações, o que é perfeitamente justificável para o CACD, no qual, a cada edição, um décimo tem o condão de selar destinos.

Relato 5

“A nota total provisória atribuída ao resumo ora em análise foi zero, situação que, em princípio, ainda pode ser revertida. Assim, indica-se a seguir as marcações provisórias de erro que o candidato julga serem passíveis de mudança. (...)”

Com essas palavras iniciei meu recurso para o resumo em língua francesa. Seguiram-se 405 palavras (2596 caracteres) nas quais busquei reverter seis marcações preliminares de erros gramaticais. Consegui reverter cinco e o número total de erros caiu de 28 para 23. Isso significou que a nota passou a ser diferente de zero, o que me fez ganhar cerca de 6 pontos na nota final do concurso. Isso fez toda a diferença para a minha aprovação.

A partir dessa experiência, deparei as seguintes lições: I) não importa o que aconteça, não entre em pânico. É muito fácil deixar que isso aconteça quando ocorre algo tão chocante quanto a anulação de um exercício inteiro; II) a banca vai ser injusta e vai cometer erros grosseiros. Não se surpreenda demais com isso e lembre-se de que a fase de recursos existe por essa razão; III) se for para cair, caia atirando. A esperança é a última que morre e “milagres” podem acontecer; IV) pelo menos nos critérios puramente gramaticais, a banca vai ler seus recursos e vai dar uma resposta coerente. Isso não é sempre verdade para as outras disciplinas, mas continua valendo a pena tentar; V) seja objetivo,

utilize referências “consagradas” como o Larousse e, no caso de situações extremas como essa, deixe claro para o corretor quais seriam as consequências de um rigor tão excessivo que beira a ilegalidade.

“(…) Com base em tais observações, o candidato deposita sua confiança no critério avaliador da banca e no fato de que a justiça seria melhor (sic) preservada na hipótese de uma nota diferente de zero, reconhecendo os esforços do candidato e o conhecimento demonstrado por meio de sua produção textual. Ainda que marcado por erros pontuais e limitações, a nota zero seria uma expressão pouco fiel do texto agora analisado.”

LÍNGUA PORTUGUESA



Redação

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A inteligência artificial (IA) traz grandes benefícios em muitas áreas. Entretanto, sem parâmetros éticos, tem-se o risco de reproduzir preconceitos e discriminações do mundo real, alimentando divisões e ameaçando direitos e liberdades fundamentais. [...] A recomendação [da UNESCO sobre a ética da IA] estabelece um conjunto de valores alinhados com a promoção e proteção dos direitos humanos, da dignidade humana e da sustentabilidade ambiental. Promove princípios essenciais como transparência, responsabilidade e estado de direito. Também inclui políticas concretas que exigem melhor governança de dados, igualdade de gênero e aspectos importantes de aplicações de IA em educação, cultura, mercados de trabalho, [...] saúde, bem-estar social e economia.

UNESCO. Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence. Adapted on 23 November 2021. Paris: UNESCO, 2023, p. 4-5. Tradução e adaptação.

Disponível em

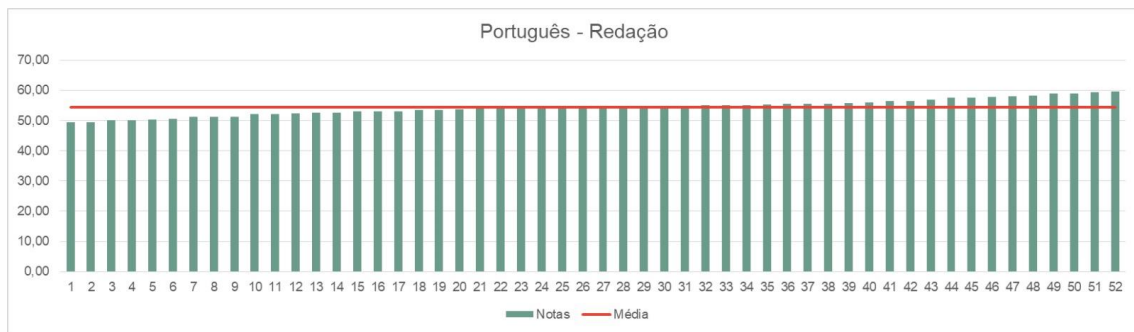
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385082/PDF/385082eng.pdf.multi>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Considerando alguns elementos do texto apresentado, discorra acerca de possíveis impactos positivos e negativos da IA para o futuro da diplomacia.

Extensão do texto: de 65 a 70 linhas.

[valor: 60,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Os candidatos deverão apresentar uma definição genérica de inteligência artificial (IA) e apontar, de forma sucinta, impactos positivos e negativos na sociedade, com foco nas atividades e funções do Estado, detendo-se, necessariamente, na diplomacia. O aspecto central a ser considerado, no âmbito dos impactos negativos, é a nova assimetria tecnológica – e, portanto, de poder – entre as nações, em áreas como produção industrial e de serviços, infraestrutura de comunicação e tratamento de informações, defesa, segurança, educação, e, para corrigir tais assimetrias, a premência de cooperação com (e entre) países em desenvolvimento.

Aplicações da IA no tratamento da informação diplomática poderão ser exploradas, tais como leitura e resumo de grandes quantidades de documentos (relatórios e imprensa, por exemplo), elaboração de textos padrão, ferramentas de pesquisa, tradução, detecção de tendências em redes sociais e mecanismos de alerta de eventos sensíveis, entre outros.

Deve-se enfatizar especialmente questões éticas. Nesse sentido, deverá ser abordada a influência da IA nos campos da diplomacia, que lidam com elementos mencionados no texto motivador: políticas públicas em segmentos como direitos

humanos, sustentabilidade ambiental, transparência, responsabilidade, estado de direito, governança de dados, igualdade de gênero, educação, cultura, mercado de trabalho, saúde, bem-estar social e economia.

Casos concretos, citações pertinentes, propostas, ideias e análises originais farão jus a pontos adicionais e, do mesmo modo, a comparação entre a inteligência política e intuitiva, necessária na diplomacia, e a “artificial”.

Resposta 1 – Leonardo Feldman de Mattos

Nota: 59,70 TL: 67 TP: 831 TP/TL: 12,40 NE: 1

De acordo com o teórico das relações internacionais Alexander Wendt, “a anarquia é o que os Estados fazem dela”. De modo análogo, a tecnologia é o que os Estados fazem dela. Diante dos consideráveis avanços tecnológicos no campo da inteligência artificial (IA), o século XXI apresenta oportunidades e desafios para a diplomacia. Celebrada pelas empresas de inovação e pelo mercado financeiro, a IA pode fornecer novas ferramentas, com as quais os diplomatas devem buscar o atendimento dos pleitos de seus países. Não obstante, a diplomacia deve analisar, cautelosamente, os impactos negativos da IA, como propõe a UNESCO em relatório de 2023. Cabe à comunidade internacional unir esforços para regulamentar o uso da IA, de modo a mitigar os efeitos negativos dessas tecnologias.

É inegável que o progresso alcançado no domínio da inteligência artificial pode contribuir para a materialização de benefícios para a diplomacia. Primeiramente, a aplicação dos chamados “modelos de linguagem longa” – base da IA – ao campo diplomático enseja a possibilidade de aprimoramento das capacidades de negociar e de representar. Seria possível, por exemplo, simular uma conferência internacional virtualmente.

Conhecendo o posicionamento histórico de cada Estado participante, um jovem diplomata poderia testar argumentos que levassem ao atendimento do pleito de seu país. Do mesmo modo, outra vantagem decorreria de acordos entre Estados e empresas de tecnologia, cujas ferramentas de IA poderiam auxiliar na consecução de objetivos nacionais. Nesse diapasão, um diplomata brasileiro poderia buscar empresas de IA que auxiliem o país a erradicar o desmatamento até 2028, conforme a meta brasileira apresentada nas últimas conferências ambientais. A mesma lógica vale para as metas brasileiras de educação: a IA pode complementar o ensino brasileiro, conforme evoca o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Por fim, menciona-se também a contribuição da IA à consecução de comunicação mais fluida entre diplomatas de diferentes países ou entre chefes de Estado. A diplomacia poderia ser conduzida sem o uso de intérpretes, nesse caso. Cada ator escutaria, em seu idioma nativo, os seus colegas.

A existência de numerosos benefícios não permite elidir desconsiderar [sobrescrita] desvantagens advindas da disseminação do uso da IA. No contexto das relações internacionais, o acesso às ferramentas de IA é nitidamente desigual. Diante disso, países periféricos tendem a tornar-se menos competitivos. O aumento das lacunas socioeconômicas entre os Estados seria refletido nas relações de poder entre eles, engendrando novos desafios para países em desenvolvimento, como o Brasil. Os impactos da IA sobre o mercado laboral, por sua vez, podem afetar o desempenho macroeconômico de países inteiros, o que demandaria esforços diplomáticos para enfrentar novas crises de balanços de pagamentos. Outra ameaça relevante, nesse âmbito, é a incorporação de IA em armas de guerra, como drones e tanques. Nesse sentido, a IA pode tornar conflitos existentes ainda mais letais, gerando amplos danos à população civil. Um erro de programação, por exemplo, poderia ocasionar dezenas de mortes de inocentes. Pode-se apontar, igualmente, o uso da IA por grupos racistas, xenofóbicos ou terroristas como

uma ameaça. Grupos terroristas poderiam visar cidadãos estrangeiros ou embaixadas em certos países, utilizando a IA para formular estratégias de ataque ou para convencer mais pessoas a cooperar com a sua empreitada.

Tão importante quanto as possibilidades e desafios decorrentes da IA são as respostas da diplomacia ao espraiamento dessas tecnologias. Cabe à coletividade internacional atuar para enfrentar as desvantagens da IA. Desafios globais demandam soluções globais. Os Estados devem estabelecer tratados internacionais que regulamentem os usos da IA. É necessário banir a utilização desta em guerras, pois o controle efetivo sobre armamentos deve ser humano. Deve-se envidar esforços para impedir que as ferramentas de IA sejam utilizadas para a reprodução de preconceitos, de mentiras e de mensagens de cunho radical. A IA não pode findar por causar mais conflitos, mais mortes e mais injustiça. De maneira igualmente importante, a diplomacia deve garantir que a IA sirva à finalidade benévola de reduzir disparidades. Não se pode tolerar que as desigualdades entre Estados continuem aumentando. Pode-se, por exemplo, fomentar o uso de IA para a implementação de novos setores econômicos em países de menor desenvolvimento relativo. Do mesmo modo, as desigualdades podem ser mitigadas por intermédio de inteligência artificial em setores competitivos de países periféricos, como a agricultura de precisão e a extração mineral com o apoio de satélites. Neste caso, os satélites indicariam onde há mais recursos a serem explorados. Caso os Estados obtenham êxito na regulamentação da inteligência artificial, os aspectos positivos dessa tecnologia predominariam ante os negativos.

Difundindo-se aceleradamente, a inteligência artificial compreende, em seu âmago, oportunidades e desafios, que os Estados precisam reconhecer. A complexidade do tema relaciona-se ao fato de que, teoricamente, o mesmo modelo de linguagem longa pode gerar negociações de paz ou conflitos, crescimento

econômico ou miséria, numa dualidade comparável à das telas Guerra e paz, de Portinari. É essencial que as diplomacias de cada Estado atuem em coordenação, para delimitar os usos de novas tecnologias, como a inteligência artificial. A cooperação internacional deve ditar os rumos do futuro, conduzindo a humanidade à paz, à justiça e à prosperidade.

Resposta 2 – Lara Mendes Jacob

Nota: 59,40 TL: 68 TP: 704 TP/TL: 10,35 NE: 2

Nas últimas décadas, a intensificação da globalização contribuiu para a diminuição das distâncias e para a facilidade da comunicação, por meio do surgimento de transportes mais velozes e da "Internet". O surgimento de novas tecnologias contribuíram para a democratização do conhecimento e para o acesso à informação; essas inovações, no entanto, também promoveram a desinformação e perpetuaram desigualdades sociais. Segundo Milton Santos, em *Por uma outra globalização*, a técnica representa a mediação entre a sociedade e a natureza, razão pela qual a decisão sobre como as tecnologias são utilizadas depende dos seres humanos. Os recentes avanços da inteligência artificial têm contribuído para o crescente receio em relação às mudanças políticas, sociais e econômicas que essa nova tecnologia criará. Em relação à diplomacia, a inteligência artificial apresenta consequências positivas e negativas, de maneira que cabe aos governos e às organizações internacionais regulamentar o uso para a promoção dos direitos humanos e da paz internacional.

A inteligência artificial representa um desafio para os diplomatas, visto que a ausência de regulamentação pode ameaçar direitos e liberdades fundamentais. As redes sociais, por exemplo, foram criadas com o objetivo de promover o acesso à informação e à democracia. Com efeito, durante a Primavera Árabe, indivíduos

puderam denunciar graves violações de direitos humanos por intermédio de aplicativos como o “Facebook” e o “Instagram”. Em contrapartida, como não foram regulamentadas, as redes sociais não foram submetidas aos mesmos padrões estabelecidos para a imprensa, o que contribuiu para a intensificação da desinformação e do crime de ódio. A interferência da “Cambridge Analytica” no plebiscito do “Brexit”, no Reino Unido, e a perseguição aos Rohingya, no Myanmar, demonstram que, quando não regulamentadas, tecnologias podem ser mecanismos de violação de direitos humanos. Para que a inteligência artificial se torne uma tecnologia eficiente para o desenvolvimento de políticas públicas, deve-se criar padrões internacionais, de maneira que a diplomacia pode ser importante nesse processo.

A inteligência artificial pode contribuir para a resolução de conflitos e para a manutenção da paz, já que ela é mecanismo que facilita as negociações internacionais e o monitoramento de acordos. A inteligência artificial pode facilitar o trabalho dos diplomatas, porque ela permite a criação veloz de resumos e o acesso a informações, auxiliando, desse modo, o processo de negociação de acordos de paz. A inteligência artificial também facilita a tradução simultânea em cúpulas, bem como ajuda negociadores a criarem cenários distintos durante a negociação e a identificarem possíveis interesses por meio de tecnologias de reconhecimento facial. A inteligência artificial pode ser importante, também, para o monitoramento de acordos nucleares, já que ela consegue perceber, facilmente, a realização de testes nucleares mediante resíduos atômicos na atmosfera. Por meio da diplomacia, novas tecnologias contribuem para a paz internacional.

A promoção da diplomacia dos direitos humanos e do meio ambiente é uma possível consequência da inteligência artificial. No contexto da guerra na Ucrânia, essa tecnologia tem sido utilizada para a documentação de graves crimes contra a humanidade, os quais têm sido investigados pelo Tribunal Penal Internacional (TPI).

Durante conflitos armados, violações de direitos humanos são agravadas, uma vez que políticos e instituições nacionais não conseguem, de forma efetiva, proteger os indivíduos, razão pela qual a inteligência artificial pode ser uma consequência positiva para a diplomacia. Além disso, considerando-se que a mudança climática é um dos temas mais sensíveis na atualidade, a inteligência artificial pode auxiliar governos e organizações internacionais na preservação de ecossistemas. Na Amazônia, tecnologias como satélites são essenciais para o monitoramento do desmatamento da floresta, de maneira que a inteligência artificial tem o potencial de contribuir, de forma ainda mais efetiva, para o objetivo brasileiro de zerar o desmatamento ilegal na região, até 2030.

O surgimento de tecnologias sempre afeta e continuará afetando a sociedade, porque elas representam a maneira pela qual os seres humanos se relacionam com a natureza. O modo pelo qual os indivíduos, os governos e as organizações internacionais utilizam novas técnicas é uma decisão política, de forma que a inteligência artificial, assim como qualquer outra criação da humanidade, pode manter injustiças ou mudar o estado de coisas. Se regulamentada, a inteligência artificial tem o potencial de afetar a diplomacia positivamente, ao auxiliar na negociação de acordos de paz e ao promover os direitos humanos e o meio ambiente.

Resposta 3 – Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Nota: 59,00 TL: 68 TP: 707 TP/TL: 10,39 NE: 0

Os impactos positivos e negativos da inteligência artificial sobre a diplomacia são objeto de intenso debate na quadra histórica contemporânea. Conforme mencionado em recomendação publicada pela UNESCO, novos mecanismos de inteligência artificial, desde que regulamentados de acordo com

parâmetros éticos, têm potencial para gerar numerosos benefícios em distintas áreas. Em um contexto global marcado por sucessivas revoluções tecnológicas, a diplomacia não ficará alheia aos impactos provocados pelas novas ferramentas. Especificamente para o campo diplomático, a inteligência artificial proporcionará negociações mais informadas e analíticas ao ampliar o acesso ágil a informações e reduzir o tempo gasto em tarefas meramente burocráticas. No entanto, a despeito dos benefícios informacionais trazidos pela inteligência artificial, a diplomacia também será impactada pela emergência de desigualdades decorrentes da falta de universalidade de acesso às novas ferramentas de tecnologia.

Em um mundo inicial de benefícios à diplomacia, os novos mecanismos de inteligência artificial, notáveis por sua capacidade de compilar informações, fornecerão mais vasta gama de conteúdos aos diplomatas durante negociações. Contemporaneamente, serviços de busca de informações operados por inteligência artificial apresentam dados diversos organizados de acordo com a preferência do pesquisador. Nesse sentido, uma pesquisa que demandaria consulta a múltiplas fontes pode ser substituída por um simples comando que forneça ao sistema de busca diretrizes das informações demandadas. Para a diplomacia, a possibilidade de reunir rapidamente informações diversas constitui avanço significativo. Ilustrativamente, em discussões ambientais, informações de distintos países sobre níveis de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa seriam compiladas em tempo diminuto, viabilizando discussões mais aprofundadas sobre a temática. Nesse sentido, a inteligência artificial beneficiaria a diplomacia ao garantir acesso imediato a informações relevantes para debates internacionais, tornando, portanto, mais embasadas as discussões em fóruns globais.

Além de garantir maior acesso a informações, a inteligência artificial também impacta positivamente a diplomacia ao reduzir o tempo gasto em atividades de caráter meramente burocrático.

Embora se notabilize pelas tarefas de representação e negociação, o ofício diplomático frequentemente se ocupa de trabalhos de reduzida dimensão analítica. Relatórios sobre o funcionamento de postos diplomáticos e rotinas administrativas são responsáveis pelo consumo de tempo significativo dos diplomatas. Considerando a dimensão menos analítica dessas atividades, a inteligência artificial pode desempenhá-las sem que haja prejuízos às nações. Uma vez desincumbidos de parte das tarefas de cunho descritivo, diplomatas seriam capazes de dedicar mais tempo aos ofícios centrais da diplomacia. Especialmente em ambientes multilaterais, nos quais temas diversos são debatidos, as negociações diplomáticas tornar-se-iam mais densas, porque conduzidas por atores mais informados e com maior possibilidade de dedicação temporal aos temas em análise.

No entanto, ainda que os benefícios trazidos pela inteligência artificial sejam numerosos, as desigualdades no acesso à tecnologia impactarão negativamente a diplomacia. A criação de ferramentas de inteligência artificial demanda significativos investimentos econômicos e conhecimento técnico especializado. Por circunstâncias históricas diversas, o domínio de tais variáveis não é uniforme ao redor do mundo. Conseqüentemente, alguns países poderão desenvolver sistemas próprios de inteligência artificial, enquanto outras nações dependerão de mecanismos privados ou de menor potencial. Nesse sentido, se a inteligência artificial fornece mais informações e possibilita maior tempo de dedicação aos diplomatas que dela dispõem, os agentes diplomáticos de países com menor acesso tenderão a dispor de informações menos abrangentes, circunstância que impõe uma nova camada de desigualdade no campo diplomático. Diante disso, negociações sobre a própria regulamentação da inteligência artificial, as quais, segundo a UNESCO, são imprescindíveis, ocorreriam em cenário de acentuada desigualdade, pois os países produtores de ferramentas de inteligência artificial teriam vantagem de conhecimento expressiva.

Portanto, em que pese o conjunto de benefícios que adiciona ao ofício diplomático, a inteligência artificial também implica consequências negativas à diplomacia, uma vez que acentua desigualdades em processos negociadores.

Se a multiplicação de ferramentas de inteligência artificial no cenário contemporâneo constitui tendência inexorável, os efeitos dessas ferramentas para a diplomacia são variáveis. De um lado, o acesso cada vez mais veloz a informações e a possibilidade de dedicação mais intensiva aos núcleos da tarefa diplomática proporcionados pelos mecanismos de inteligência artificial concorrem para o fortalecimento da diplomacia. Por outro, a falta de universalidade no acesso às tecnologias de inteligência artificial implica aumento das desigualdades, circunstância que fragiliza a ideia de negociações prioritárias, pilar da diplomacia. Com tantas nuances complexas, a inteligência artificial, portanto, impacta a diplomacia de diversas maneiras.

Resposta 4 – Sergio Cavalieri Hablitschek

Nota: 59,00 TL: 70 TP: 862 TP/TL: 12,3 NE: 0

O ritmo das mudanças globais das últimas décadas impressiona, sobretudo no campo das inovações tecnológicas. Uma de suas novidades mais potencialmente impactantes é a inteligência artificial (IA), que pode ser definida como uma tecnologia digital capaz de realizar funções humanas com absoluta precisão e, por vezes, em segundos. Seu uso já é relativamente disseminado em países desenvolvidos, com exemplos de aplicação em diversos espaços da vida cotidiana, como na medicina, em que máquinas inteligentes realizam cirurgias, ou no sistema educacional, em que instrumentos de pesquisas e de acesso à informação são usados. Ainda que persistam dúvidas sobre reais impactos da IA, é certo que a diplomacia será afetada de modo

tanto positivo, quanto negativo. Considerando que essa tecnologia ainda é muito concentrada em empresas privadas do Norte Global, sem um compromisso explícito e transparente com princípios éticos e multilaterais, é fundamental que a diplomacia, especialmente dos países em desenvolvimento, atue para que os benefícios da IA sejam equitativamente repartidos, de modo a evitar que os impactos negativos aumentem as desigualdades globais.

Partindo de uma visão holística de diplomacia, em que agendas como diplomacia pública, pluralidade de opiniões na formação do pensamento diplomático e articulação entre setores do poder público na execução dos compromissos são valorizadas, a IA tem potencial positivo na consecução desses objetivos. Em relação à diplomacia pública, essa tecnologia digital possibilita maior integração do corpo diplomático com a sociedade civil, na medida em que são abertos novos canais de participação pública, os quais podem tornar discussões diplomáticas mais acessíveis e inclusivas. Além de aumentar as ferramentas de busca de informação e de facilitar a execução de audiências públicas virtuais com a sociedade civil, a IA permite que os resultados diplomáticos, como acordos ou declarações de conferências, sejam publicados instantaneamente. Essa potencialidade do uso da IA pode tornar, portanto, a diplomacia mais democrática e inclusiva; afinal, com maior participação popular tanto na elaboração diplomática, quanto na apresentação dos seus resultados, há a tendência de aumentar a pluralidade de visões na conformação da política externa.

A IA também permite a articulação entre as esferas de poder. Alguns desafios globais não serão resolvidos sem uma profunda cooperação de agentes, e essa tecnologia pode atuar no sentido de construir pontes de contato, que tornem agentes públicos e privados mais interdependentes. A agenda climática é elucidativa nesse sentido, porquanto a obtenção de dados, que, muitas vezes,

são captados por satélites de empresas privadas, a exemplo daqueles de monitoramento de águas pertencentes ao empresário Elon Musk, cumpre papel importante na definição de políticas climáticas. O Brasil, ademais, já promoveu cooperação triangular com a China e com nações africanas para compartilhar dados dos satélites CBERS, de modo que sejam fornecidos mais elementos para elaboração de políticas eficientes. Os recursos fornecidos pela IA são capazes, em suma, de aproximar atores internacionais, incluindo novos agentes, como firmas multinacionais, o que beneficia o enfrentamento dos desafios globais.

Como qualquer ferramenta a ser operacionalizada por seres humanos, a inteligência artificial não é neutra. Essa tecnologia está, em verdade, concentrada nos países desenvolvidos, de maneira que seus benefícios não serão, a princípio, compartilhados com a integralidade das nações. Por essa razão, a diplomacia brasileira manifestou, na última conferência do G77 em Havana, sua insatisfação com a concentração das tecnologias digitais nas grandes empresas do ramo, como Google e Meta. Tais firmas, ademais, não estão sujeitas a nenhum instrumento regulatório multinacional, de modo que obedecem às suas próprias regras ou, no máximo, às normas de interesse de seus países. A falta de compromisso ético explícito com valores fundamentais, como respeito aos Direitos Humanos, permite que a IA seja utilizada como um instrumento de poder dos atores que a detêm, o que incrementa as desigualdades globais. No extremo, o uso militar de IA, por meio de drones inteligentes ou escudos antiaéreos baseados nessa tecnologia, tem potencial ameaçador para o equilíbrio das relações internacionais, já que a concentração excessiva de poderes pode frustrar o próprio ofício diplomático.

Tal como recomendado pela UNESCO em 2021, considerações éticas, baseadas em valores internacionais, especialmente aquelas dispostas na Carta da ONU e na Declaração Universal de Direitos Humanos, precisam ser incorporadas ao uso

de ferramentas digitais. Por meio, por exemplo, de um compromisso convencional multilateral que distribua, de maneira equitativa, os recursos da IA, a diplomacia, sobretudo dos países do Sul Global, terá mais instrumentos para buscar a consecução dos objetivos socialmente pertinentes. Reduzindo as desigualdades na detenção da IA e pautando o debate a partir de princípios humanitários, essa ferramenta tecnológica é capaz de facilitar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como com o aumento da produtividade de alimentos para erradicar a fome ou por meio de maior acesso à informação segura com vistas ao incremento da inclusão social.

Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU na virada do século XX para o XXI, afirmou que a globalização oferece grandes benefícios, mas que, no presente, são distribuídos de maneira desigual e os seus custos são compartilhados por todos. As modernas tecnologias digitais permitem a mesma conclusão, pois seus impactos negativos já são globalmente reconhecidos, mas seus benefícios seguem concentrados em poucos países. Cabe à diplomacia aproximação entre as nações para o maior compartilhamento dessas tecnologias e correção desse rumo.

Resposta 5 – Bruno Variani Carpeggiani

Nota: 58,20 TL: 69 TP: 698 TP/TL: 10,12 NE: 1

A inteligência artificial (IA) é um campo da ciência que, nos últimos anos, tem atraído vultuosos montantes de investimentos, tanto privados quanto públicos, demonstrando sua posição central no atual cenário global de inovação. A ocupação desse espaço privilegiado pela IA decorre dos avanços prometidos por sua potencial aplicação transversal, a qual deve abranger, portanto, inúmeros setores econômicos e da atividade estatal. No âmbito desta última, encontra-se a diplomacia, que, em alguns de seus

aspectos, deve ser impactada de maneira duradoura, assim como já o foi em outros momentos da história em que esteve sujeita a eventos disruptivos análogos. Apesar de uso das técnicas de IA buscar o aperfeiçoamento da prática diplomática, é preciso considerar, no entanto, que a diplomacia não estará isenta de incorporar, concomitantemente, os pontos negativos que acompanham a implementação dessas novas tecnologias, permeadas de vieses e de dilemas éticos.

Uma faceta da atividade diplomática que deve ser fundamentalmente modificada pela incorporação de tecnologias de IA é a negociação de acordos. Atualmente, as tecnologias disponíveis de produção instantânea de textos já conseguem elaborar informes ou relatórios qualitativamente similares àqueles redigidos por seres humanos, o que pode dinamizar conferências de negociações. Além disso, as ferramentas de tradução instantânea, por vezes incorporadas a óculos eletrônicos, servem como instrumentos eficazes para romper barreiras linguísticas, o que, no futuro, poderá permitir conversas entre dois interlocutores com línguas maternas distintas, dispensando a necessidade de intérpretes. Entretanto, os maiores ganhos devem dar-se na negociação dos aspectos materiais do acordo. Nesse sentido, as tecnologias de computação quântica, que já se encontram em estágio avançado de desenvolvimento, serão capazes de simular o efeito da adoção de uma determinada norma proposta sobre a realidade fática. Isso permitirá que as diplomacias nacionais tomem decisões mais rápidas e informadas, gerando impactos significativos sobre o processo negociador, especialmente comercial.

A análise quantitativa de textos e vídeos, um dos campos mais promissores de IA, também é dotada de amplo potencial de aplicação na atividade diplomática. Os algoritmos matemáticos, produzidos com base em dados publicamente disponíveis, por serem capazes de detectar sentimentos, podem ser

instrumentalizados por diplomatas para identificar sutilezas ou tendências, fornecendo informações de grande valia sobre a posição de uma chancelaria estrangeira quanto a determinado assunto. Ademais, em países democráticos, como o Brasil, tal análise de sentimento pode ser considerada ferramenta de fortalecimento da diplomacia pública, permitindo aos tomadores de decisão o acesso a informações qualificadas da opinião pública [rasura] no que tange aos temas mais polêmicos da política externa. Nesse aspecto, a tecnologia fortalece o caráter democrático da atuação externa de uma nação, em consonância com a tendência recente de abertura institucional das chancelarias para sociedade civil.

A difusão de ferramentas de IA, contudo, deve produzir impactos negativos sobre a prática diplomática, a exemplo da acentuação das desigualdades já existentes entre países ricos e países em desenvolvimento. Nesse sentido, é esperado que a utilização dessas novas tecnologias na diplomacia se concentre nos países que mais dispõem de recursos para investir na concepção de novos modelos e algoritmos, o que deve colocar as nações mais pobres em posição de desvantagem nas negociações internacionais, prejudicando, a longo prazo, suas aspirações de maior desenvolvimento e igualdade material. Além disso, se não houver regulação que estabeleça padrões éticos mínimos de utilização estatal da IA, esta pode tornar-se um instrumento autoritário, com violações de direitos humanos básicos. A exemplo disso, é possível citar o direito à privacidade, relacionado à necessidade de efetiva governança no tratamento dos dados utilizados para alimentar os sistemas de IA, inclusive no que diz respeito à propriedade intelectual.

Ainda que a diplomacia seja considerada uma arte, dotada de métodos tradicionais bem estabelecidos, há espaço para eventuais aperfeiçoamentos decorrentes do surgimento de novas tecnologias. Percebe-se, diante disso, que a IA poderá ser capaz de

corrigir ineficiências inerentes às atividades diplomáticas, além de produzir avanços na produtividade de práticas consolidadas. No entanto, a implementação da IA deve ser cautelosa, de modo que as diplomacias nacionais e a sociedade civil possam eficazmente controlar os riscos advindos da aplicação de seus recursos. Simultaneamente, será preciso elaborar regras de governança abrangentes, fundamentadas na dignidade humana, na transparência, na responsabilidade e no estado de direito, conforme recomendado pela UNESCO, em 2011.

Resumo

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem personalidade própria e dos quais emana, pouco a pouco, a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio, por seu valor histórico ou sentimental; depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.

Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral [...].

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar, nos testemunhos do passado, aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo o que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de

construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras, demolidas; em outros casos, poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certas excepcionalidades poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico.

Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres [...].

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do esteticismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode, às vezes, ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e a saúde moral do indivíduo.

Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados, até então, imutáveis.

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela demolição. Mas quando essa medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Em vez de suprimir o obstáculo à circulação, desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem, impor-se-lhe-á uma passagem sob um

túnel. Enfim, pode-se também deslocar um centro de atividade intensa e, transplantando-o para outra parte, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada. A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para chegar a desfazer os nós que parecem mais inextrincáveis.

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará ocasião para criar superfícies verdes.

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.

Quais métodos são contrários à grande lição da história? Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para a sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas, e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de

desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha em empenho em preservar.

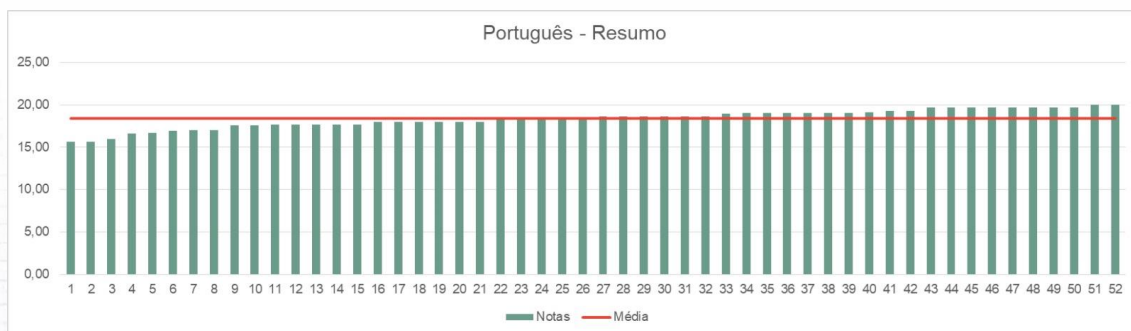
LE CORBUSIER. Carta de Atenas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2023, com adaptações.

Redija, com as suas próprias palavras, um resumo do texto apresentado.

Extensão do texto: de 35 a 50 linhas.

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados. A vida de uma cidade consiste em um acontecimento contínuo e manifesta-se por meio de obras materiais, traçados ou construções que são testemunhos preciosos do passado, os quais compõem o patrimônio humano cuja herança deve ser transmitida intacta para os séculos futuros.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados se constituírem a expressão de uma cultura anterior e um interesse geral. Assim como os seres vivos, as obras feitas pelos homens também chegam ao fim, mas é preciso escolher, com sabedoria, o que deve ter direito à perenidade. Na ocorrência de pontos de vista opostos com relação a essa escolha, deve-se procurar conciliá-los: nos casos de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas podem ser conservadas e outras, demolidas; em determinadas situações, é possível isolar apenas a parte que constitua lembrança ou um valor real; em casos excepcionais, elementos incômodos podem ser transplantados.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados se sua conservação não acarretar o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres. As regras da justiça social não podem ser ignoradas pelo culto estrito ao passado: a conservação de antigos bairros pitorescos deve levar em consideração a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. O culto do pitoresco e da história jamais deve ter primazia sobre a salubridade da moradia.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados se for possível remediar a presença prejudicial. O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios, como a demolição. Se essa medida, no entanto, acarretar a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, é válido pensar em desviar a circulação em lugar de suprimir o obstáculo, por exemplo. É preciso usar a imaginação, a invenção e os recursos técnicos para solucionar esse tipo de problema.

A demolição dos cortiços ao redor dos monumentos históricos poderá ensejar a criação de superfícies verdes. É verdade que essa demolição poderá destruir uma ambiência secular, o que é lamentável, mas se pode aproveitar essa situação

para introduzir superfícies verdes. Assim, os vestígios do passado adentrarão uma ambiência nova, da qual toda a vizinhança se beneficiará.

Por fim, o emprego de estilos do passado nas construções novas das zonas históricas, sob pretextos estéticos, não deve ser tolerado. Cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções e sua estética, empregando os recursos técnicos de sua época. Copiar o passado consistiria em erigir o “falso” como princípio, pois, além de as antigas condições de trabalho não poderem ser reconstituídas, a aplicação da técnica moderna levaria a um simulacro sem vida. Ao se misturar o “falso” ao “verdadeiro”, chega-se apenas a uma reconstituição fictícia, que desacredita os testemunhos autênticos por cuja preservação mais se empenhava.

Resposta 1 – Thaís Barros Muniz de Souza

Nota: 20,00 TL: 47 TP: 452 TP/TL: 9,62 NE: 0

Deve-se preservar as estruturas arquitetônicas. As construções e as demais obras materiais de uma cidade são representações que conferem a esta personalidade própria. Inicialmente, elas são preservadas porque possuem valor histórico ou emocional. Em um segundo momento, decide-se preservá-las em razão da valorização estética atribuída a algumas de suas estruturas. Essas representações do passado compõem o patrimônio da humanidade, e as pessoas que as possuem ou que são responsáveis por sua proteção devem assegurar que essa herança arquitetônica permanecerá preservada ao longo do tempo. A preservação dessas obras será garantida se estas representarem uma cultura anterior e se houver interesse coletivo nessa preservação.

No entanto, assim como todo ser vivo, as obras arquitetônicas também estão sujeitas a desaparecer. Nem todas as

representações do passado têm direito a permanecer de pé. É preciso selecionar, de maneira sábia, aquilo que deverá ser preservado. Deve-se buscar, portanto, uma conciliação nas situações em que a permanência de determinadas obras lesa os interesses da cidade. Se houver muitas construções repetidas, algumas serão preservadas, a fim de que sejam registradas. Em outras situações, uma única parte poderá ser preservada, e, em casos excepcionais, a possibilidade de transplantação de certos elementos incômodos poderá ser considerada, uma vez que se busca a conservação de seu valor histórico ou estético.

Ademais, deve-se assegurar que a preservação dessas construções não signifique a manutenção de indivíduos em condições de moradia insalubres. Desse modo, não se pode abrir mão da justiça social em favor da valorização do passado. Aqueles que defendem a conservação de determinados bairros pitorescos, sem pensar nas condições desumanas a que estão submetidos os que neles habitam, assumem uma grande responsabilidade. Cada caso deve ser analisado, e soluções criativas devem ser propostas. O bem-estar dos indivíduos deve ser priorizado.

Quando uma cidade cresce exponencialmente, tem-se um dilema: optar pela demolição de obras ou manter o patrimônio arquitetônico intacto. Deve-se buscar alguma solução que resolva esse impasse por meio do uso da imaginação e de técnicas, como é o caso da construção de túneis.

Além disso, áreas verdes poderão ser construídas onde antes havia cortiços ao redor de monumentos históricos. Possivelmente, a demolição de cortiços levará à destruição de um ambiente secular, o que é lamentável, mas, ao mesmo tempo, inevitável. As novas superfícies verdes beneficiarão os bairros vizinhos.

A aplicação estética do passado a construções novas estabelecidas em áreas históricas apresenta resultados indesejáveis, de modo que seu uso não será aceito.

Nunca se observou um retrocesso. As construções do passado evidenciam que cada geração possui suas peculiaridades. A cópia cega do passado resulta em uma condenação à mentira. A mescla de elementos falsos e verídicos apenas leva a uma reconstrução irreal, a qual deslegitima as obras autênticas, ao invés de valorizá-las.

Resposta 2 – Isidoro Eduardo A. do Brasil Júnior

Nota: 20,00 TL: 39 TP: 302 TP/TL: 7,74 NE: 0

Os valores arquitetônicos devem ser protegidos, pois representam o acontecimento contínuo que é a vida de uma cidade, sua alma. Esses marcos arquitetônicos serão respeitados por seu significado histórico, sentimental e artístico, pois o patrimônio humano deve ser transmitido ao futuro. A morte, porém, também atinge as obras humanas. Nem tudo do passado tem direito a ser perene: quando interesses da cidade são lesados, deve-se avaliar o que deve ser demolido e o que deve ser preservado. Em alguns casos, haverá somente modificação parcial do espaço. Em outros, pode haver a transplantação de elementos. A conservação do patrimônio arquitetônico não pode acarretar a insalubridade da população.

O culto do passado não pode ignorar a justiça social. Bairros pitorescos não podem ser preservados se forem focos de miséria, promiscuidade e doença. Há grave responsabilidade em deixar essa mal continuar.

O culto à história e ao pitoresco não pode tolher a salubridade da moradia, o bem-estar e a saúde moral do indivíduo.

O crescimento excepcional da cidade é perigoso, gerando a necessidade de sacrifícios e demolições. Quando há, no caminho da renovação, algo de valor arquitetônico, histórico ou espiritual, é preciso procurar outras soluções, como desviar a circulação ou deslocar um centro de atividade intensa. É preciso usar a imaginação e a inovação técnica para buscar soluções.

É preciso destruir os cortiços ao redor dos monumentos históricos para abrir áreas verdes. É lamentável, porém inevitável, a destruição de habitações seculares. Os bairros vizinhos serão beneficiados pelas novas áreas verdes.

Copiar cegamente os estilos passados é intolerável. Esses métodos contrários à lição da história ignoram o fato de que não pode haver retrocesso. As obras antigas mostram que cada geração teve seu modo de pensar. Copiar o passado é mentir, é um simulacro. Mesclar o falso e o verdadeiro desacredita o que se queria preservar.

Resposta 3 – Bruno Tognolli Guglielmi

Nota: 19,65 TL: 49 TP: 446 TP/TL: 9,10 NE: 1

Devem-se preservar os valores arquitetônicos. As obras e construções, em uma cidade, marcam sua personalidade e sua continuidade ao longo do tempo. Caracterizam o passado, em função, inicialmente, de seu valor histórico e sentimental e, posteriormente, de seus atributos plásticos, oriundos do gênio humano. Por isso, integram o patrimônio da humanidade e impõem a seus donos ou a seus administradores o dever de preservá-los. Sua preservação é oriunda de seu valor histórico e do interesse geral.

As obras humanas são finitas, assim como seus criadores. Assim, deve-se identificar as obras que seguem vivas e selecionar

as que devem ser preservadas. A manutenção de certas obras pode ir de encontro aos interesses da cidade, o que demanda um processo conciliatório: caso haja variadas obras similares, pode convir demolir algumas e manter outras; pode-se, ainda, manter apenas a parte valiosa de uma obra, enquanto o resto é alterado.

A manutenção de uma obra não deve ocorrer em detrimento do bem-estar da população. A justiça social deve prevalecer sobre os anseios estéticos e passadistas. À medida que a cidade cresce, obras do passado podem tornar-se prejudiciais à salubridade humana, à circulação e ao zoneamento urbano. Cria-se, desse modo, um dilema, cuja solução requer alguma perda, como a demolição de uma obra. No entanto, se essa solução resulta na desaparecimento de valores da arquitetura, da história ou do espírito do local, outras medidas devem ser buscadas. Por exemplo, a circulação pode ser desviada em função do obstáculo, em vez de este ser destruído em função daquela. A circulação de uma zona de trânsito intenso pode ser alterada, por meio da alteração de um centro de intensa atividade. Essas situações complexas podem ser solucionadas, mediante a combinação de recursos técnicos, inventivos e imaginativos.

Espaços verde podem substituir cortiços nos arredores de monumentos históricos. Ocasionalmente, a destruição de cortiços e de casas insalubres ocasiona a extinção de uma construção histórica. Trata-se de situação que corresponde a uma necessidade, a despeito de de eventuais lamentações, pois a emergência de espaços verdes beneficiará os arredores do local e criará nova ambiência em que passam a inserir-se as marcas do passado.

Novas obras, em zonas históricas, devem prescindir de aplicar estilos do passado. Esse emprego tem resultados negativos, razão pela qual não deve ser admitido. O ser humano nunca retrocedeu. As gerações passadas tiveram concepções artísticas e imaginativas próprias, condizentes com a realidade de

suas respectivas épocas. Emular o passado portanto, significa atrelar-se à falsidade, pois as técnicas atuais são distintas, de modo que sua aplicação a modelos passados criaria uma obra carente de vida. Assim, misturar elementos falsos e verdadeiros gera um simulacro que compromete até mesmo os testemunhos verdadeiros cuja preservação era almejada.

Resposta 4 – Marcela Rangel dos Santos Oliveira

Nota: 19,65 TL: 49 TP: 594 TP/TL: 12,12 NE:1

Os valores arquitetônicos precisam ser preservados, tanto em edifícios afastados quanto em conjuntos urbanos. A vida de uma cidade tem uma dinâmica contínua, a qual pode ser percebida, ao longo do tempo, por meio das construções materiais que lhe concedem personalidade própria e a ajudam a moldar sua alma. Essas obras são testemunhas importantes do passado, as quais devem ser respeitadas, em primeiro lugar, por seu valor histórico ou simbólico, e, em segundo lugar, por possuir um valor plástico que apresenta intenso grau da inventividade humana. Como pertencem ao patrimônio humano, essas obras devem ser preservadas, o que significa que os responsáveis pela sua manutenção devem fazer o possível para mantê-las para a futura geração.

As construções serão preservadas caso expressem uma cultura anterior e caso seja de interesse geral. As obras materiais são, também, afetadas pela morte, por isso é importante reconhecer, por meio dos testemunhos do passado, quais ainda estão vivas. É preciso escolher com sabedoria quais obras devem ser mantidas, pois nem todas devem ser eternizadas. Se a cidade tem seus interesses prejudicados por causa de construções de uma época já encerrada, deve-se buscar uma solução conciliatória entre duas perspectivas opostas. Quando existem construções repetidas em massa, algumas devem ser mantidas, para

preservação histórica, e as outras devem ser demolidas. Outra alternativa é a preservação de uma única parte, para servir como lembrança, e a modificação do restante, a fim de lhe dar utilidade. É possível, igualmente, mudar de lugar construções que, apesar de incômodas, devem ser preservadas devido ao seu importante valor estético ou histórico.

É importante, também, refletir sobre se a conservação de determinada obra não prejudica a população que vive em condições degradantes. A valorização do passado não deve prevalecer sobre a justiça social. Alguns defensores da estética demandam a conservação de antigos bairros pitorescos, enquanto ignoram a miséria, a promiscuidade e a patologia que habitam esses lugares. Essa situação deve ser estudada de maneira responsável e solucionada de maneira criativa, mas o culto do pitoresco e da história não pode prevalecer sobre a salubridade dos moradores e o bem-estar do indivíduo. É possível, nesse caso, atenuar sua presença incômoda com medidas radicais, como mudanças na circulação desses espaços ou deslocamento desses centros.

Além disso, o crescimento exorbitante de uma cidade pode levar a uma situação difícil, o que pode exigir certos sacrifícios. O obstáculo pode ser solucionado pela demolição, mas outra solução deve ser buscada se a obra tiver valores relevantes para a arquitetura, a história ou a espiritualidade. É possível, por exemplo, desviar a própria circulação, criar um túnel, se as condições forem propícias, deslocar um centro dinâmico ou alterar o fluxo da zona congestionada. Tudo depende da combinação entre imaginação, invenção e recursos técnicos.

O desmantelamento de cortiços próximos a monumentos históricos possibilitará, ainda, a formação de superfícies verdes. Embora seja lamentável, a destruição de obras de valor histórico ao redor de habitações insalubres é inevitável. Apesar disso, essa

situação possibilita a criação de áreas verdes, renovando os resquícios do passado e beneficiando os bairros vizinhos.

Em contrapartida, o uso de estilos antigos em construções modernas nas zonas históricas não deve ser tolerado, tendo em vista suas consequências negativas. Essa situação seria equivalente a um retrocesso, uma vez que as obras-primas do passado representam o pensamento de cada geração. A cópia seria, desse modo, um simulacro desprovido de vitalidade, tendo em vista as diferenças das técnicas de cada época. A mistura do princípio falso com o verdadeiro, em vez de demonstrar a pureza estética, apresenta uma reconstituição fictícia, que acaba por desrespeitar os testemunhos genuínos.

Resposta 5 – Rita Magalhães de Oliveira

Nota: 19,65 TL: 37 TP: 386 TP/TL: 10,4 NE: 1

É relevante salvaguardar os valores arquitetônicos. A vida das cidades é contínua, sendo marcada, ao longo dos séculos, por obras materiais, traçados e construções. Essas manifestações arquitetônicas são lembranças do passado que, a princípio, serão respeitadas por seu valor histórico ou sentimental. Depois, poderão ser respeitadas em função de suas virtudes plásticas. Elas fazem parte do patrimônio humano, e, portanto, as autoridades competentes têm de fazer o possível para que sejam transmitidas às gerações futuras.

Há de se ter em vista, contudo, que nem toda manifestação arquitetônica tem de ser preservada. Nesse sentido, caso os interesses atuais da cidade sejam prejudicados pela manutenção de construções antigas, será necessário buscar uma solução conciliatória. Caso haja inúmeras construções repetidas, por exemplo, é possível conservar algumas e demolir outras. Em outros casos, é possível manter de uma construção apenas a parte

específica que corresponda a uma lembrança ou valor real. Também é possível transplantar elementos para locais menos incômodos.

De maneira geral, a conservação das construções não pode prejudicar grupos marginalizados. Muitos defendem a manutenção de bairros pitorescos, sem se preocupar com as condições sociais nesses locais. É possível pensar em soluções engenhosas, mas, de forma alguma, o culto do passado pode ter primazia sobre o direito de acesso a uma moradia adequada.

O crescimento das cidades pode exigir que certos sacrifícios sejam feitos. Pode-se, por exemplo, recorrer à demolição. Todavia, é possível pensar em soluções que evitem a destruição de valores arquitetônicos, históricos ou espirituais. A título de exemplo, ao invés de demolir um obstáculo à circulação, é possível desviar a circulação ou construir um túnel. Também é possível deslocar um centro de atividade intensa para outra parte, a fim de alterar, por completo, o regime circulatório na zona congestionada. Nos casos em que é necessária a destruição de casas insalubres e de cortiços ao redor de um monumento histórico, deve-se aproveitar para construir espaços verdes. Esses espaços, além de serem toleráveis, podem beneficiar os bairros vizinhos.

Não se deve utilizar estilos do passado em construções novas. As manifestações arquitetônicas refletem a forma como uma geração pensa, bem como suas concepções e sua estética. Copiar estilos antigos, utilizando técnicas atuais e empregando condições de trabalho distintas, leva apenas ao surgimento de simulacros desprovidos de vida. Essas reconstituições fictícias podem acabar desacreditando testemunhos autênticos, que são preservados com esforço.

Exercício

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Paul Virilio disse recentemente que, se parece bastante prematura a declaração de Francis Fukuyama a respeito do “fim da história”, pode-se, cada vez com mais confiança, falar atualmente do “fim da geografia”. As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”. Parece claro, de repente, que as divisões dos continentes e do globo como um todo foram função das distâncias, outrora impositivamente reais em razão dos transportes primitivos e das dificuldades de viagem.

[...] Parece ser essa a razão – assinalemos – pela qual a “realidade das fronteiras” foi, como regra, no geral, um fenômeno estratificado de classe: no passado como hoje, as elites dos ricos e poderosos eram sempre de inclinação mais cosmopolita que o resto da população das terras que habitavam; em todas as épocas elas tenderam a criar uma cultura própria que desprezava as mesmas fronteiras que confinavam as classes inferiores; tinham mais em comum com as elites além-fronteiras do que com o resto da população do seu território.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

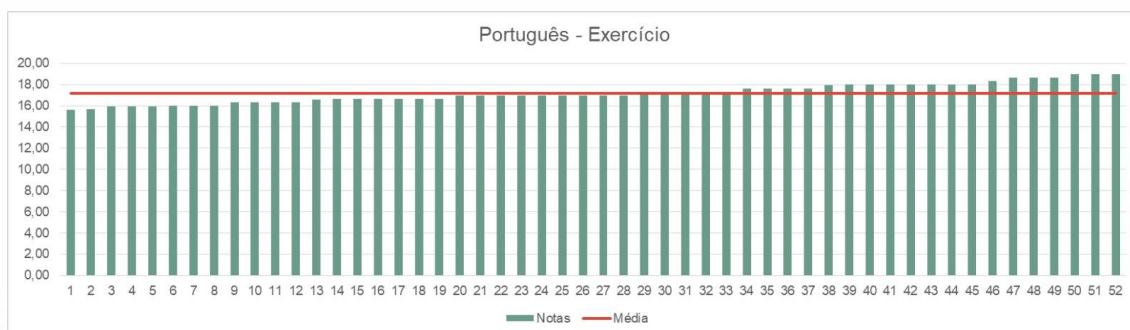
Nesse texto, o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman questiona o que seria o “fim da geografia”, em que a ideia de fronteiras fixas parece não fazer mais sentido. Além disso, o

pensador relaciona a “realidade das fronteiras” a uma condição estratificada da sociedade. Com base nas ideias do autor, discorra, de forma crítica e sucinta, acerca do acesso à internet e das tecnologias digitais como fatores que sustentam a tese do “fim da geografia” e como elementos de exclusão social.

Extensão do texto: de 15 a 20 linhas.

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

O comentário deve ser produzido de forma sucinta, textualmente coesa e com evidente progressão de argumentos coerentes com a problematização proposta. Além disso, o candidato deve propor argumentação com exemplos e ideias originais, por exemplo: a) dificuldade na inclusão digital de alguns extratos da população; b) diferenças de letramento digital, advindas das desigualdades de acesso à educação digital; c) custos para aquisição de equipamentos, programas e aplicativos capazes de possibilitar a interação das pessoas nos meios digitais; e d) disparidades quanto à qualidade do sinal de internet nos

diversos territórios. A expectativa de resposta é de textos desenvolvidos com retórica predominantemente argumentativa, e não meramente descritiva e informativa. A avaliação seguirá o critério comparativo, o que significa que a avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Assim, mesmo que o candidato tenha produzido uma resposta de boa qualidade, a nota a ele atribuída deverá considerar a qualidade (menor ou maior) dos demais textos elaborados. Tal qualidade considera o repertório cultural de conhecimentos, o vocabulário, a capacidade de contextualização e o nível acadêmico das respostas produzidas. Serão avaliadas positivamente citações pertinentes de autores acadêmicos e personalidades reconhecidas.

Resposta 1 – Anônimo

Nota: 19,00 NE: 0 TL: 20 TP: 203 TP/TL:10,15

Em suas reflexões sobre a globalização, o sociólogo Zygmunt Bauman questiona a permanência das fronteiras geopolíticas diante das conveniências proporcionadas pela tecnologia em superar distâncias físicas. Ele insinua, ainda, a possibilidade de reduzir as diferenças de classe com o fim das fronteiras, pois ser cosmopolita não mais dependeria de possuir meios pecuniários para atravessar limites geográficos. Contudo, não há o “fim da geografia”, pois o acesso aos meios de comunicação e à tecnologia permanece desigual, nacionalmente ou internacionalmente.

A criação da Zona Franca de Manaus permitiu que a região recebesse investimentos e acesso a tecnologias de produção importantes para o desenvolvimento local. Porém, ao mesmo tempo, agravou a desigualdade social, pois houve concentração de riquezas nas classes investidoras e favelização por falta de empregos. Segundo o IBGE, cerca de 40% da população manauara

vive em favelas sem acesso à infraestrutura adequada, excluída socialmente. Internacionalmente, os EUA concedem benefícios fiscais para atrair indústrias de semicondutores a se instalarem em seu território, de modo a privar a China do acesso a essas tecnologias, promovendo sua exclusão econômica. Portanto, não há o “fim da geografia”, pois fronteiras sociais e geopolíticas permanecem. As melhorias nas comunicações não superaram distâncias, pois o acesso à tecnologia ainda é desigual.

Resposta 2 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 19,00 TL: 20 TP: 214 TP/TL: 10,7 NE: 0

Se Francis Fukuyama não acertou quando dispôs acerca do “fim da história”, tampouco Paul Virilio o fez quando alegou o “fim da geografia”. O mundo contemporâneo realça a desigualdade por meio do injusto acesso à internet e às tecnologias digitais. Entretanto, embora as fronteiras pareçam mais fluidas aos olhos das elites cosmopolitas, a divisão entre hemisférios subsiste e é ampliada pelas diferenças ocasionadas pelo acesso desigual às tecnologias.

Durante a pandemia de coronavírus, a diplomacia digital ganhou destaque, pois possibilitou que os Estados discutissem temas relevantes apesar da distância física. Uma análise precipitada poderia considerar, então, que fronteiras fixas podem ser ignoradas; contudo, relatório recente ressaltou que o continente africano lidou com obstáculo à participação de alguns Estados do continente em reuniões.

Como mais da metade da população do continente não tem acesso às tecnologias básicas, a diplomacia pública do continente foi comprometida, o que diminui a voz da região em fóruns relevantes. Os africanos também são excluídos de decisões políticas realizadas em sítios eletrônicos, como a escolha de

pautas em reuniões no âmbito da CPLP. A internet e as tecnologias digitais, embora aproximem Estados e indivíduos, representam elementos de exclusão de todo um continente que luta por maior representatividade e poder político. Assim, não há “fim da geografia”, o Sul Global continua marginalizado.

Resposta 3 – Marcel Soares de Souza

Nota: 19,00 TL: 19 TP: 201 TP/TL: 10,57 NE: 0

Em Globalização: as consequências humanas, Zygmunt Bauman reflete sobre a tese de Paul Virilio, para quem as novas tecnologias de transporte e comunicação teriam levado ao “fim da geografia”. De fato, o avanço da técnica comprimiu dimensões da experiência das distâncias, tornando-as, no linguajar de Bauman, líquidas. Não obstante, como apontou Milton Santos, o princípio geográfico da localização nunca concebeu espaços ou distâncias como elementos meramente materiais. É próprio da geografia o interesse pelas diferenças e pelas especificidades, categorias que não foram suplantadas pela globalização tecnológica, apesar de terem adquirido novos sentidos e mediações.

Como bem aponta Bauman, fronteiras já eram relativas antes da globalização e sua permeabilidade foi historicamente mediada pela estratificação social. Se hoje é possível a jovens a potencialização do aprendizado por meios digitais, a consequência da não universalização do acesso à tecnologia pode aprofundar distâncias sociais, mesmo que redes sociais produzam a aparência de uma aldeia global. Sob esse sentido alargado dos conceitos de fronteira e de distância, a geografia não acabou. De todo modo, para que a tecnologia não sirva à perversidade de que falava Milton Santos, a inclusão digital deve se somar à inclusão social no âmbito de um conceito crítico e renovado de cidadania.

Resposta 4 – Anônimo

Nota: 18,65 TL: 20 TP: 229 TP/TL: 11,45

Ao defender o "fim da geografia", o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman baseou-se em dois argumentos principais: a perda da importância das distâncias físicas e a obsolescência das fronteiras, diante de avanços tecnológicos nas áreas de transportes e comunicações. Ao final dos anos noventa, não se imaginava, ainda, a extensão dessa revolução tecnológica; atualmente, o acesso à internet e dispositivos como o smartphone permitem que pessoas se comuniquem, de modo imediato, em quase todas as localidades. Não obstante a expansão da rede mundial de internet, verifica-se desigualdade no acesso a tecnologias digitais, sobretudo de naturezas socioeconômica e política.

Embora o argumento proposto por Bauman esteja situado, temporalmente, na década de noventa, é possível interpretá-lo à luz do contexto atual, de acesso desigual à tecnologia. Aproximadamente metade[1] da população mundial não se encontra conectada à internet, e há obstáculos tanto políticos quanto econômicos que contribuem para essa exclusão. Países como China e Arábia Saudita, por exemplo, restringem o conteúdo digital disponível dentro de suas fronteiras nacionais, de modo a controlar a troca de informações entre seus cidadãos e o restante do mundo. Isso exemplifica, ademais, como as fronteiras geográficas seguem sendo relevantes para as relações internacionais, ao contrário do preconizado por Bauman. Parafraseando Milton Santos, a globalização é não só perversidade e fábula, mas também possibilidade. Considerando a tecnologia como importante elemento geopolítico, deve-se promover acesso mais igualitário a ela.

[1] O dado exato é 33% (versus 67% que têm acesso), mas a precisão da informação não é um critério avaliado nas provas de Línguas.

Resposta 5 – Nathalia Andrade Terra Pereira

Nota: 18,65 TL: 20 TP: 267 TP/TL: 13,35 NE: 1

Em Globalização: as consequências humanas, Zygmunt Bauman discorre sobre a tese de Paul Virilio acerca do “fim da geografia”, que, ao contrário do “fim da história”, de Francis Fukuyama, seria cada vez mais factível. Os avanços dos meios de transporte facilitaram de tal maneira a tarefa de viajar que as distâncias e as fronteiras seriam hoje desprezíveis. Bauman, entretanto, destaca que as elites, ao fazerem uso de seus vastos recursos financeiros, sempre puderam viajar com frequência, o que deu origem a uma cultura própria entre elas. Hodiernamente, a expansão da internet e das tecnologias digitais fortalece o processo de “fim da geografia” preconizado por Virilio. Cresce em ritmo vertiginoso o número de pessoas conectadas em redes sociais, estabelecendo entre si fluxos informacionais que ocorrem em tempo real. O indivíduo depende assim, cada vez menos, de fortunas pessoais para ser cosmopolita.

Não se deve, todavia, adotar teses excessivamente idealistas. Ao longo da história, avanços tecnológicos serviram como poderosos mecanismos de exclusão, e com a internet não é diferente. No Brasil e no mundo, populações de baixa renda sofrem com fornecimento precário de energia e os altos preços de smartphones e computadores de última geração, o que lhes impede de desfrutar plenamente do cosmopolitismo crescente do século XXI. Esse cenário tornou-se evidente durante a pandemia de COVID-19, cujo combate impôs ao mundo um rígido isolamento social. Famílias ricas puderam seguir trabalhando, estudando e até

mesmo consumindo lazer e arte, de modo virtual, ao passo que aqueles com acesso precário às tecnologias digitais foram desproporcionalmente afetados. A clivagem social identificada por Bauman ainda é, embora cada vez menos, uma realidade.

LÍNGUA INGLESA



Composition

Read the quotations below carefully.

Diplomacy is the art and practice of conducting negotiations, fostering dialogue, and resolving conflicts between nations through peaceful means. It serves as the primary mechanism for promoting understanding, cooperation and the peaceful settlement of disputes in the international system.

Marie Julie in Global Diplomacy – Investigating International Relations.

We have no more reason to believe that the days of Gunboat Diplomacy are over than to believe that the threat of force will not be used on land and in the air.

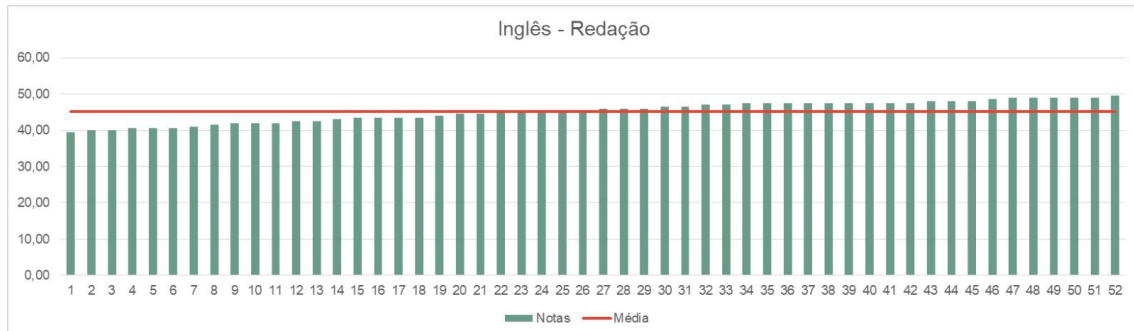
T. B. Millar in James Cable Gunboat Diplomacy – Political Applications of Limited Naval Force.

Taking the quotations above into consideration, write a short essay explaining how these antagonistic views can be reconciled in the daily practice of Diplomacy. Provide a historical framework for your analysis.

Text length: 45 to 50 lines.

[value: 50,00 points]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato discorra sobre as visões apresentadas pelos autores das citações, valendo-se, conforme avalie apropriado, de elementos sobre a evolução das distintas perspectivas. O candidato poderá citar exemplos históricos que fundamentem sua argumentação.

Resposta 1 – Juliane Becker Facco

Nota: 49,50 TL: 49 TP: 576 TP/TL: 11,75 NE: 1

Diplomacy lacks a consensual conceptualization and its non-violent character is controversial among scholars and practitioners. In effect, as noted by Marie Julie, diplomacy is centered on the establishment of peaceful contacts and on the peaceful settlement of conflicts in the international system. At the same time, as argued by T.B. Millar, diplomacy also entails the use of threats for political persuasion. These two antagonistic views can be reconciled in the daily practice of Diplomacy, when we accept the two-fold character of diplomacy: a mechanism for

promoting peace and an expression of state power, as can be seen in the foundation of the UN and in the Cold War.

After World War II, diplomacy contributed to creating the United Nations, which stems from negotiations and dialogs led by diplomats in their daily effort to promote cooperation and the peaceful conduct of relations. However, diplomats represent the interests of their States and, sometimes, they experience tensions in negotiations with other countries that can lead to threats or to the imposition of their will. Indeed, in the context of the creation of the Security Council, it became clear that Russia, China, France, the UK, and the US would act as the guardians of the international system, even by force, as the Suez episode would demonstrate. The UN is the principal stage for the art and practice of diplomacy, as argued by Marie Julie, in a peaceful manner, and most of the daily practice of diplomats can be conducted in the way prescribed by Liberalism, with focus on trade and absolute gains. However, at times, diplomats use the threat of force to persuade other countries to act according to their interests, as prescribed by Realism, Diplomacy is the combination of these two impulses, which make up the essence of this activity.

During the Cold War, the use of coercive diplomacy did not mean the end of the development of cooperative diplomacy, as these two types of conduct are part of the daily practice of Diplomacy. In effect, in 1962, the US threatened Cuba and the Soviet Union after the Americans had found weapons in Cuba that could be used against the US, which led to the establishment of a direct line between the **President** of the US and of the Soviet Union and to a more cooperative phase of the Cold War. As these historical examples demonstrate, diplomacy is always acting on a continuum that involves negotiating trade accords, resolving conflicts, and the possibility of the use of force. Even if the West and the East were opposing sides in the dispute for power, there were attempts to negotiate treaties to limit the use of force, such as

the START. Diplomacy and its daily practice go beyond simplistic views that separate force and diplomacy, for it lies in peaceful understandings, but also in sharp power. Therefore, Marie Julie's statement and T. B. Millar's quotation are perfectly reconciled in the daily practice of Diplomacy, which consists of peaceful and coercive means to achieve political objectives.

Diplomacy lacks an agreed definition and the attempts to define it have often led authors to draw a clear-cut line between its peaceful nature and its coercive tools. However, the daily practice of Diplomacy reveals that Marie Julie's view can be reconciles with T. B. Millar's, as we understand the two-fold character of Diplomacy: a tool for promoting peaceful relations and an expression of state power, which compels the diplomat to make decisions considering this continuum.

Resposta 2 – Augusto Alexandre de Sousa Souto

Nota: 49,00 TL: 48 TP: 456 TP/TL: 9,5 NE: 1

Since the foundation of the United Nations, diplomacy has been key to ensuring international peace and security. It is the primary mechanism for promoting peaceful solutions to conflicts in the international realm according to Marie Julie. However, the use of force and "Gunboat Diplomacy", which is the threat to use force, are still common. To reconcile these two antagonistic views, diplomats must engage in bilateral negotiations and use multilateral institutions in their favor.

Modern diplomacy is a result of the two World Wars in the 20th century. After the end of the First War, the international community created the League of Nations (LN) to promote peace and avoid another conflict. Nevertheless, the LN failed to achieve its goals, mostly due to its excessive idealism. Thus, during the Second War, the Allies started to discuss the creation of an

organization capable of imposing peace if necessary. The United Nations (UN) emerged after this process, and its Security Council (UNSC) was authorized to use force against any nation that posed a threat to peace.

The daily practice of diplomacy has to deal with the use of force by the UNSC. Moreover, some countries still try to impose their will **over** less powerful nations using military attacks and the threat to use force, which is known as "Gunboat Diplomacy". The International Court of Justice has already affirmed that this practice is illegal according to the international law, but some nations such as Russia and Israel still use it. Furthermore, new menaces, like cyberattacks and autonomous weapons, offer new challenges.

Therefore, diplomats have to try to promote peace in a world that is characterized by the use and the threat to use force. To reconcile these antagonistic realities, many have relied on multilateral initiatives. The UN has taken measures to mitigate negative effects of current conflicts, such as the War in Ukraine. The Treaty of the Black Sea, for example, allowed for the trade of Ukrainian grains with vulnerable countries during most of the Russian invasion. Other diplomats have tried to promote a negotiated solution to the war by means of bilateral meetings. Although these initiatives have not been enough to end the conflict, they have contributed to promoting dialogue and avoiding the worsening of the crises. The economy of many African and Latin American countries would have been harmed without the efforts of the UN and diplomats.

In conclusion, diplomacy is the primary mechanism for promoting understanding on the international front. Although some nations still use the threat to use force to settle disputes, diplomats are still capable of fostering dialogue between nations through multilateral and bilateral initiatives. The daily practice of diplomacy

proves that it is one of the most important tools for ensuring peace in today's world.

Resposta 3 – Gustavo Baquião Dantas Rocha

Nota: 49,00 TL: 40 TP: 455 TP/TL: 11,4 NE: 2

Marie Julie advocates a liberal view of diplomacy and international politics, according to which there is enough room, in the international system, for cooperation. T. B. Millar's stance, however, embodies the Realist tenets of International Relations, inasmuch as he considers "Gunboat Diplomacy" and the "threat of force" ineluctable drives of world politics. In reality, the daily practice of diplomacy reconciles both views. Whereas mutual benefits are the norm during peacetime, the United Nations (UN) Charter, itself, allows the use of force under specific circumstances, in which inaction is more detrimental than repression.

The endeavor to settle a nation's disputes "through peaceful means", as stated by Marie Julie, lies among diplomacy's core functions. Since the end of World War II, and, to a large extent, thanks to diplomats' efforts under the auspices of the UN, there have been no more global wars. Furthermore, after the end of the Cold War, the relative peace in the world enabled what ambassador Lindgren Alves named "the decade of the conferences" in the UN. Interstate antagonism lost relevance and simmering topics, such as sustainable development and human rights have gained momentum.

It is naïve, however, to ignore T. B. Millar's point about Gunboat Diplomacy and the threat of force. The former was, especially during the nineteenth century, a commonplace practice employed by powerful nations to impose their desiderata upon weaker countries. The two Opium Wars, led by European countries against China between 1838 and 1860, in order to open its ports to

international trade, are a case in point. After World War II and its ensuing technological advancements, the mere threat of nuclear force was enough to constrain nations, in a scenario of mutually assured destruction.

The UN, a central stage for world politics, has been able, since its foundation, to reconcile liberal and realist perceptions of diplomacy. Article 2(4) of the UN Charter sets forth a general rule for the interactions of its members: the prohibition of the use of force. Article 51, however, permits the resort to force for a nation's self-defense, when assaulted by an attacking country. Additionally, article 42 enshrines the principle of collective defense, by empowering the UN Security Council to use force when there is an international disturbance of peace.

Edward Hallet Carr, writing in the short time span between the two World Wars, affirmed that humankind needs Idealism and Realism. Principles and norms are paramount to set the ideal goals international society must strive for. Realism, in its turn, prevents statesmen from overlooking threats to their nations' security. Responsible diplomacy, as well, needs to take both stances into account, in order to expand a nation's relations during peacetime and provide, under the UN Charter, appropriate and effective responses to unlawful displays of force.

Resposta 4 – João Lucas Rocha Alves

Nota: 49,00 TL: 50 TP: 498 TP/TL: 9,96 NE: 2

Everyone who enters the UN Headquarters in New York City would be astonished to see two large paintings, "War" and "Peace", painted by Portinari, a famous Brazilian artist. How come, in a place built for promoting peace, international leaders accepted to exhibit an artwork that depicts sorrow? Possibly to show the relations existing between conflicts and the settlement of disputes, both

routinely addressed by diplomats, as indicated in Marie Julie and T. B. Millar's excerpts. Historically used to manage conflicts between countries, diplomacy has recently evolved into a tool designed to avoid military conflagration, even if bellicose solutions might be applicable in some cases.

Throughout history, diplomacy has been used to wage wars, albeit not exclusively for that purpose. In the 19th century, for instance, a period comprehensively covered in Hobsbawm's works, European countries joined together to invade and annex Chinese and African territories alike, in what came to be known as "The Scramble for Concessions" and "The Scramble for Africa", respectively. Likewise, in the early-20th century, treaties and agreements, although not openly bellicose, were the underlying causes of World War I. Even if all these conflicts had been followed by diplomatic arrangements, it is undeniable that international politics has been used for military ends.

The current international system, however, is designed for diplomacy to work as a peaceful means of settlement of disputes. After the disastrous results of two major wars in the first half of the 20th century, political and economic leaders realized that the time had come for international cooperation to create stability. As a consequence, the 1945 UN Charter has since prohibited the use of force against all countries, and perhaps more importantly, has also established mechanisms to be followed if any State tries to disturb international peace. Present in chapters VI and VII of the said Charter, these measures are deemed to be efficient at avoiding military conflagration, as seen by the relatively stable period in the years following the San Francisco Conference.

Despite the historical development of the daily practice of diplomacy, many mechanisms that might result in military escalation are still applicable. In multilateral institutions, for example, the **Treaty of the Atlantic** provides that any attack against any member shall be considered as an attack against all members.

Bilaterally, the USA and Taiwan have an agreement that would force the former to take action if the island is invaded. The persistence of these mechanisms, which has recently been observed in the last few years, indicated that there is no antagonism between war and peace but rather interdependence.

Not everyone is capable of seeing the relations existing between two apparently opposing things. On one hand, diplomacy has historically been used to stir conflict in the world; on the other, it has recently evolved into a tool especially designed to make peace. The existence of mechanisms that relate these two sides, however, shows that there is actually a blurred line between international conflagration and world peace, a reality ingeniously understood by Portinari.

Obs.: em "in the early-20th century", houve marcação no uso do hífen.

Resposta 5 – Isidoro Eduardo A. do Brasil Júnior

Nota: 49,00 TL: 47 TP: 438 TP/TL: 9,32 NE: 2

Theodore Roosevelt famously stated that one should speak softly, but carry a big stick. This contrast between the kindness of words and the utility of force is intimately linked to the nature of diplomacy. The apparent contradiction between the views of Marie Julie and T.B. Millar, between the understanding of diplomacy as peaceful dialogue and the recognition of the role played by force in the politics among nations lends itself to the complexity of diplomatic practice. The conduct of diplomacy will always reflect the conduct of the statesmen that apply it.

The prevalence of the idea of diplomacy as the opposite of conflict and war, as peaceful settlement of disputes, is best illustrated by the fact that the eruption of war is often considered a

failure of diplomacy. During the **events** (sobrescrito) of July 1914, diplomats from all sides **scrambled to avoid** (banca discordou do uso da expressão, recorri, revertido.) national mobilizations. Amidst the exchange of telegrams between the Kaiser and the Tsar, and the numerous pleas from diplomats in Berlin, Vienna, and St. Petersburg, the First World War is considered perhaps the greatest diplomatic **blunder** (banca marcou como erro, recorri, revertido) of all time - and has puzzled diplomatic historians ever since.

If war is considered a failure of diplomacy, **the** keeping of **the** (banca marcou os dois, mas só penalizou o segundo uso, recorri, revertido) peace may be seen as its ultimate goal. As paradoxical as it may seem, however, the threat of force may be a valid and sometimes essential tool for peacekeeping. It is doubtful that peace—or at least the absence of open conflict in the Korean **peninsula** (banca marcou errado pois entendia que seria *P* maiúsculo, recorri, manteve o erro) —is kept due to the kindness of heart of the Kim family that rules the North. It is, rather, the combat readiness of the South — and, of course, its protection by Washington's nuclear umbrella — that avoids another convulsion akin to the Korean War.

Diplomacy is what statesmen make of it. Some may conceptualize it as a peaceful conduct of relations, while others may toe the line between diplomacy and the threat of violence. Gunboat Diplomacy, or, as it is currently called, coercive diplomacy, may be seen as equally valid as peaceful talks by some statesmen. The nature of the other side certainly plays a role in the choice of method. These definitions seem contradictory because statesmen are human, and, as such, are prone to act in a contradictory manner.

Diplomacy is hard to define because it is more practice than theory. Sometimes it is planned years in advance, sometimes it is made up **on the fly** (banca marcou a expressão idiomática como erro, recorri, reverti) - nowadays it may even be presented in the

form of a tweet. It is true that contradictions will arise whenever diplomacy is defined, but there is nothing more diplomatic than allowing for contradictions to coexist.

Translation English-Portuguese

The political study of international institutions reveals a vibrant and diverse body of scholarship. In recent decades, research has turned from the study of formal international organizations to the study of regimes and institutions, informal as well as formal. For the most part, this turn has been salutary, as it has reflected a broad interest not only in formal organizations but in the deeper role that rules and norms play in a system of formally co-equal states. Initially, this turn was instigated by the observation that much of what is interesting about world politics – especially during the Cold War period – seemed to take place among intensely interdependent actors, but beyond the purview of formal interstate organizations. This turn was furthered by a rational-functionalist approach to the study of institutions, which took up the puzzle of how we could understand international cooperation at all, given the assumptions of neorealism prevalent in the US international relations literature at the time. Meanwhile, in European circles, theorists of international society worked from sociological assumptions on a parallel question: how can order be maintained in an anarchical international society?

These orientations have made for interesting theoretical fireworks, as we have seen in the broader debates between today's constructivists and rationalists. This debate is clearly reflected in the institutional literature as a distinction between those who view international institutions (including institutional form) as rational responses to the strategic situations in which actors find themselves, versus those who insist on a subjective interpretation of social arrangements (which may or may not be "rational" and are

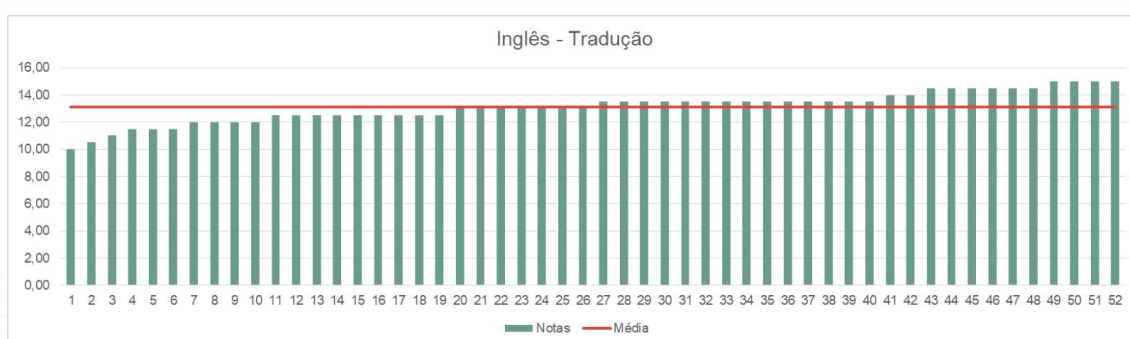
unlikely to be understood through the use of positive methodologies).

MARTIN, Lisa L.; SIMMONS; Beth A. International Organizations and Institutions. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2013. p. 343-344. [adapted]

Translate this excerpt into Portuguese.

[value: 15,00 points]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

O estudo político das instituições internacionais revela um conjunto intenso e diversificado de produções acadêmicas¹. Nas últimas décadas, as pesquisas passaram do estudo das organizações internacionais formais para o estudo de regimes e instituições, tanto informais quanto formais. Em grande parte, essa mudança foi salutar², pois refletiu um amplo interesse não apenas nas organizações formais, mas no papel mais importante que as regras e normas desempenham em um sistema de Estados oficialmente iguais. Inicialmente, essa mudança foi fomentada pela

observação de que muito do que é interessante na política mundial – sobretudo durante o período da Guerra Fria – parecia ocorrer entre atores intensamente interdependentes, mas fora da alçada³ das organizações interestatais formais. Essa virada⁴ foi impulsionada por uma abordagem racional-funcionalista no estudo das instituições, que abordou a questão⁵ de como poderíamos entender a cooperação internacional, dadas as hipóteses do neorrealismo predominantes na literatura⁶ de relações internacionais dos EUA na época. Enquanto isso, nos círculos europeus, os teóricos da sociedade internacional trabalharam a partir de pressupostos sociológicos em uma questão paralela: como a ordem pode ser mantida em uma sociedade internacional anárquica?

Esses posicionamentos geraram uma exibição teórica interessante, como vimos nos debates mais amplos entre os construtivistas e os racionalistas atuais. Esse debate se reflete claramente na literatura⁷ institucional como uma distinção entre aqueles que veem as instituições internacionais (incluindo a forma institucional) como respostas racionais às situações estratégicas nas quais os atores se encontram, em comparação àqueles que insistem em uma interpretação subjetiva dos arranjos sociais (que podem ou não ser “racionais” e que provavelmente não serão compreendidos por meio do uso de metodologias positivas

¹ Ou “pesquisa”, “estudos”.

² Ou “benéfica”, “edificante”.

³ Ou “fora do alcance”, “para além dos limites”.

⁴ Ou “mudança”.

⁵ Ou “lidou com o desafio”.

⁶ Ou “bibliografia”.

⁷ Ou "bibliografia".

Resposta 1 – Augusto Alexandre de Sousa Souto

Nota: 15,00 TL: 20 TP: 276 TP/TL: 13,8

O estudo político de instituições internacionais revela um corpo acadêmico vibrante e diverso. Nas últimas décadas, as pesquisas mudaram seu foco do estudo de organizações internacionais formais para o estudo de regimes e instituições, tanto informais quanto formais. Em sua maior parte, essa mudança foi salutar, já que refletiu um amplo interesse não só em organizações formais, mas também no papel mais profundo que regras e normas desempenham em um sistema de Estados formalmente iguais. Inicialmente, essa mudança foi instigada pela observação de que o que é interessante acerca de políticas mundiais - especialmente durante o período da Guerra Fria - aparentemente ocorre entre atores intensivamente interdependentes, porém além da vigilância de organizações interestatais formais. Essa mudança foi promovida por uma abordagem racionalista e funcional ao estudo das instituições, o que buscou solucionar o enigma de como podemos entender a cooperação internacional de qualquer forma, dadas as premissas do neorrealismo que prevaleciam na literatura das relações internacionais dos EUA naquele momento. Enquanto isso, nos círculos europeus, teóricos da sociedade internacional trabalharam a partir de premissas sociológicas em uma questão paralela: como a ordem pode ser mantida em uma sociedade internacional anárquica.

Essas orientações possibilitaram surgir interessantes fogos de artifício teóricos, assim como vemos nos debates mais amplos entre os atuais construtivistas e racionalistas. Esse debate é claramente refletido na literatura institucional como a distinção

entre aqueles que enxergaram instituições internacionais (inclusive sua forma institucional) como respostas racionais às situações estratégicas em que atores se encontram, contra aquele que insistem em uma interpretação subjetiva de arranjos sociais (o que pode ou não ser “racional” e é improvável que seja compreendido por meio do uso de metodologias positivistas).

Resposta 2 – Clara Stefanello Sakis

Nota: 15,00 TL: 27 TP: 270 TP/TL: 10

O estudo político de instituições internacionais revela um conjunto de trabalhos acadêmicos vibrante e diverso. Em décadas recentes, as pesquisas passaram do estudo de organizações internacionais formais ao estudo de regimes e instituições, tanto informais quanto formais. De maneira geral, essa mudança foi salutar, já que refletiu um vasto interesse não apenas em organizações formais mas também no papel mais profundo que regras e normas desempenham em um sistema de Estados formalmente iguais. Inicialmente, essa mudança foi estimulada pela observação de que muito do que é interessante sobre política internacional – sobretudo durante o período da Guerra Fria – parecia ocorrer entre atores intensamente interdependentes que estavam, no entanto, além do alcance de organizações interestatais formais. Essa mudança foi aprofundada por uma abordagem racional-funcionalista do estudo de instituições, que assumiu o desafio de **investiguar*** [sic] seríamos capazes, em alguma medida, de compreender a cooperação internacional, considerando as premissas do neorrealismo que eram, à época, dominantes na literatura estadunidense sobre Relações Internacionais. Enquanto isso, nos círculos europeus, teóricos da sociedade internacional trabalhavam, por meio de premissas sociológicas, em uma questão paralela: como a ordem pode ser mantida em uma sociedade internacional anárquica?

Essas abordagens levaram a descobertas teóricas interessantes, como vimos em debates mais amplos entre construtivistas e racionalistas na atualidade. Na literatura institucional, esse debate reflete-se, claramente, na distinção entre aqueles que entendem as instituições internacionais (inclusive a forma institucional) como respostas racionais a situações estratégicas nas quais os atores se encontram e aqueles que insistem em uma interpretação subjetiva dos arranjos sociais (os quais podem ser “racionais” ou não e, dificilmente, podem ser compreendidos por meio do uso de metodologias positivas).

Resposta 3 – Thaís Barros Muniz de Souza

Nota: 15,00 TL: 29 TP: 276 TP/TL: 9,52 NE: 1

O estudo político das instituições internacionais revela um vibrante e diverso corpo de escolas. Em décadas recentes, a pesquisa deixou de ser um estudo sobre organizações internacionais formais para se tornar um estudo sobre regimes e sobre instituições, tanto informais quanto formais. Em sua maior parcela, essa mudança tem sido salutar, uma vez que tem refletido um amplo interesse não apenas em organizações formais, mas também no papel mais profundo que regras e normas desempenham em um sistema de Estados formalmente igualitários. Inicialmente, essa mudança foi instigada pela observação de que grande parte do que é interessante sobre a política mundial – especialmente, durante o período da Guerra Fria – pareceu ocorrer entre atores intensamente interdependentes, mas além do alcance de organizações interestatais formais. Essa mudança foi intensificada por uma abordagem racional-funcionalista ao estudo das instituições, a qual resolveu o quebra-cabeça de como poderíamos compreender a cooperação internacional em seu todo, dadas as premissas neorrealistas predominantes na literatura dos EUA sobre relações internacionais

naquela época. Enquanto isso, nos círculos europeus, teóricos da sociedade internacional trabalhavam, com base em premissas sociológicas, em uma questão paralela: como pode a ordem ser mantida em uma sociedade internacional anárquica?

Essas orientações resultaram em explosões teóricas interessantes, como temas vistos em debates mais amplos entre construtivistas e racionalistas atuais. Esse debate está claramente refletido na literatura institucional como uma distinção entre aqueles que enxergam as instituições internacionais (incluindo a forma institucional) como respostas racionais às situações estratégicas nas quais os atores se encontram e aqueles que insistem em uma interpretação subjetiva dos arranjos sociais (os quais podem ou não ser "racionais" e dificilmente serão compreendidos por meio do uso de metodologias positivistas).

**O erro marcado foi referente a uma rasura ao final da linha.*

Resposta 4 – Bruno Tognolli Guglielmi

Nota: 14,50 TL: 33 TP: 282 TP/TL: 8,55

O estudo político das instituições internacionais revela um conjunto de estudos acadêmicos vibrante e diversificado. Em décadas recentes, a pesquisa passou do estudo de organizações internacionais formais para o estudo de regimes e instituições, tanto formais quanto informais. De modo geral, essa mudança tem sido salutar, pois tem refletido um interesse abrangente, não só nas organizações formais, mas também no papel mais profundo que as regras e as normas exercem em um sistema de estados formalmente equivalentes. Inicialmente, essa mudança foi instigada pela observação de que muito do que é interessante sobre a política global – sobretudo, durante o período da Guerra Fria – parecia ocorrer entre atores intensamente interdependentes, mas fora do âmbito das organizações interestatais formais. Essa

mudança foi levada mais adiante por uma abordagem racional-funcionalista acerca do estudo das instituições, que lidou com a questão desafiadora sobre como podemos entender a cooperação internacional de alguma maneira, dadas as premissas neorrealistas preponderantes na produção escrita sobre as relações internacionais dos Estados Unidos naquele período. Enquanto isso, nos círculos europeus, teóricos da sociedade internacional trabalhavam, com base em premissas sociológicas, em uma questão paralela: como a ordem pode ser mantida em uma sociedade internacional anárquica?

Essas orientações possibilitaram a emergência de lampejos teóricos interessantes, como temos visto nos debates mais amplos entre racionalistas e construtivistas da atualidade. Esse debate está, claramente, refletido na produção acadêmica institucional, como uma distinção entre aqueles que consideram as instituições internacionais (incluindo a forma institucional) respostas racionais para as situações estratégicas em que os atores se encontram, em contraposição aos que insistem em uma interpretação subjetiva dos arranjos sociais (que podem ou não ser “racionais” e que, dificilmente, serão compreendidos mediante o uso de metodologias positivas).

Resposta 5 – Gessika Mayumi Nakandakari Soares

Nota: 14,50 TL: 27 TP: 263 TP/TL: 9,7

O estudo político de instituições internacionais revela um corpo de estudos diverso e vibrante. Em décadas recentes, a pesquisa mudou do estudo de organizações internacionais formais para o estudo de regimes e instituições, tanto informais quanto formais. Majoritariamente, essa mudança foi salutar, uma vez que refletia o amplo interesse não só em organizações formais, mas também no papel mais profundo que as regras e as normas

desempenham em um sistema de Estados formalmente equivalentes. Inicialmente, essa mudança foi instigada pela observação de que muito do que é interessante sobre política mundial – especialmente durante o período da Guerra Fria – acontecia entre atores intensamente independentes, mas além do escrutínio de organizações interestaduais formais. Essa mudança foi aprofundada por uma abordagem racional-funcionalista ao estudo de instituições, que aceitaram tentar solucionar o quebra-cabeças de como e de **se*** poderíamos entender a cooperação internacional, dadas as hipóteses do neorealismo que prevaleciam na literatura de relações internacionais americana da época. Enquanto isso, em círculos europeus, teóricos da sociedade internacional trabalhavam com hipóteses sociológicas em uma questão paralela: como a ordem pode ser mantida em uma sociedade internacional anárquica?

Essas orientações tornaram-se um espetáculo teórico, assim como vimos em debates mais amplos entre construtivistas e racionalistas. Esse debate claramente se refletiu na literatura institucional como a distinção entre aqueles que viam instituições internacionais (incluindo a forma institucional) como respostas racionais a situações estratégicas nas quais os atores se encontravam, em contraposição àqueles que insistem na interpretação subjetiva de arranjos sociais (que podem ou não ser “racionais”, e é improvável (sic) que sejam compreendidos por meio do uso de metodologias positivistas).

Translation Portuguese-English

Recentemente, prevalece a tendência em se ver o relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política sob uma ótica maniqueísta, segundo a qual o Estado apresenta-se como o vilão e a sociedade, vítima indefesa.

Sabe-se que as dicotomias, via de regra, não se prestam a elucidações dos fenômenos de índole social. Teoricamente, elas separam o que são lados da mesma moeda, partes do mesmo todo. O maniqueísmo inviabiliza mesmo qualquer noção de cidadania, pois ou se aceita o Estado como mal necessário, à maneira agostiniana, ou se o nega totalmente, à moda anarquista.

Na prática, ele acaba por revelar uma atitude paternalista ao considerar o povo vítima impotente diante das maquinações do poder do Estado, ou de grupos dominantes. Acaba por bestializar o povo. Parece-nos ao contrário que, exceto em casos muito excepcionais e passageiros de sistemas respaldados inteiramente pela repressão, é mais fecundo conceber as relações entre o cidadão e o Estado como uma via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada. Todo sistema de dominação, para que sobreviva, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos.

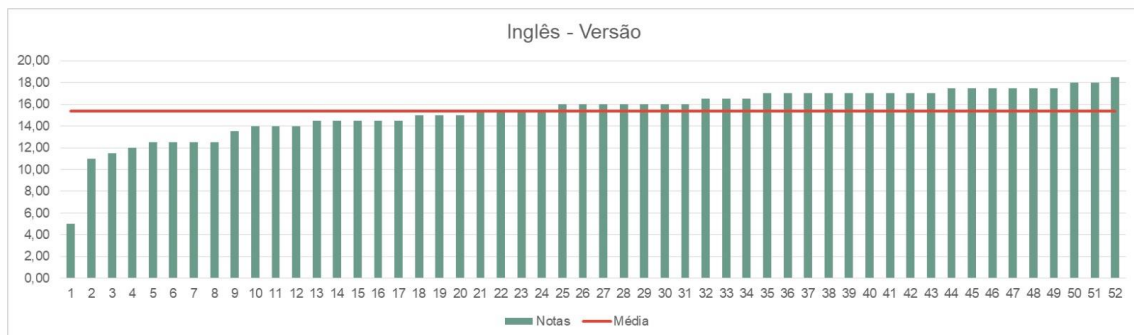
O momento de transição do Império para a República é particularmente propício ao estudo dessa questão. Tratava-se da primeira grande mudança do regime político após a independência. Mais ainda, tratava-se da implantação de um sistema de governo que propunha, exatamente, trazer o povo para o proscênio da atividade política.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras, 4. ed. 2019, com adaptações.

Translate this excerpt into English.

[value: 20 points]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

There has recently been a tendency to view the relationship between citizens and the State, or between citizens and the political establishment or still between citizens and the political activity itself from a Manichean perspective, whereby the State assumes the role of the villain and society that of the helpless victim.

It is (a) well-known (fact) that dichotomies do not generally lend themselves well to the elucidation of phenomena of a social nature. In theory, they separate what should be the two sides of one coin, which are constituent parts of a whole. Manichaeism renders any notion of citizenship unachievable, for one either accepts that

the State is a necessary evil, as Augustinians do, or one rejects it categorically, as anarchists do.

In practical terms, Manichaeists ultimately adopt a paternalistic (condescending) attitude, for they regard people as helpless victims of the machinations of the State power or that of dominant groups. What follows is the brutalization of the people.

It seems that this is not quite the case. Except in very rare and short-lived cases when, for example, systems are based entirely on repression, it is more rewarding to conceive of the relations between citizens and the State as a two-way street even if it is not necessarily balanced.

In order for any governing system to survive, it has to develop some sort of legitimacy base even if it is built only on the apathy of citizens.

The occasion when the Empire morphed into the Republic is particularly opportune for the raising of this issue. It was the first major post-independence change of political regime. Furthermore, we were faced with the implementation of a system of government/regime that meant precisely to place the people at the forefront of the political scene/sphere.

Resposta 1 – João Lucas Rocha Alves

Nota: 18,50 NE:3 TL: 31 TP: 269 TP/TL: 8,67

Recently, **there is** a prevalence of the tendency to see the relationship between the citizen and the State, the citizen and the political system, and the citizen and the political activity itself from a Manicheian point of view, according to which the State is presented as the villain, and the society, as the defenseless victim.

It is known that dichotomies, as a rule, do not elucidate social phenomena. In theory, they separate what are sides of the same coin, parts of a whole. Manicheism even makes any notion of citizenship impossible because either the State is accepted as a necessary evil, in the Augustinian way, or it is completely denied, in the anarchist way.

In practical terms, it turns out revealing a paternalistic attitude by considering the people a powerless victim against the **manifestations** of the power of the State or that of dominant **groups**. It ends up considering the people a beast. On the contrary, we think that, except in very exceptional and temporary cases of systems entirely based on repression, it is more ingenious to conceive the relations between the citizen and the State as a two-way road, albeit not necessarily balanced. All systems of domination, so that they survive, have to develop some basis of legitimacy, even if it is the citizens' apathy.

The moment of transition from the Empire to the Republic is particularly fit for the study of this question. It was about the first big political regime change after independence. More importantly, it was about the establishment of a government that, exactly, proposed to bring the people to the center of political activity.

Resposta 2 – Juliane Becker Facco

Nota: 18,00 TL: 22 TP: 268 TP/TL: 12,18 NE: 4

Recently, the tendency to see the relationship between citizen and the State, citizen and the political system, and citizen and the political activity itself under a good-evil logic **prevails** [tempo verbal], according to which the State represents the **villain** and society, the defenseless victim.

It is known that **dychotomies**, in general, do not serve to explain social phenomena. Theoretically, they separate two sides of the same coin, parts of the same whole. The good-evil logic makes any notion of citizenship impossible, because either the State is accepted as a necessary evil, // **in August's way**, or it is completely denied, in an anarchic fashion.

In practice, it ends up revealing a paternalistic attitude as it considers the people a powerless victim in the context of arbitrary actions of the power of the State, or of dominant groups. It portrays the people as fools. It seems that, on the contrary, except in very exceptional and temporary cases of systems based entirely on repression, it is more fruitful to think of the relations between citizen and the State as a two-way route, though not necessarily balanced. Every system of domination, in order to survive, will have to develop a basis of legitimacy, even if it is the apathy of the citizens.

The moment of transition of the Empire to the Republic is especially suitable for the study of this issue. It was the first great change in the political regime after the independence. More than that, it consisted of the establishment of a system of government that exactly proposed to bring the people to the center of the political activity.

Resposta 3 – Leonardo Feldman de Mattos

Nota: 18,00 TL: 23 TP: 275 TP/TL: 11,95 NE: 4

Recently, **there is** a prevalent trend of observing the relationship between the citizen and the State, the citizen and the political system, the citizen and the very political activity under a manicheist perspective, according to which the State is presented as a villain and society, the helpless victim.

It is known that dualities are not, as a general rule, useful for explanations of social phenomena. Theoretically, they separate two sides of a same coin, parts of the same whole. Manicheism really impedes any notion of citizenship, as one can either accept the State as a necessary evil, in Saint **Augustus's** way, or one can deny it totally, in an anarchic way.

In practice, it ends up by revealing a paternalistic attitude when it considers the people a helpless victim before the State's power games, or before those of dominant groups. It leads to the "beastification" of the people [turning the people into beasts]. It seems to us, on the contrary, that, except for very exceptional and **efemerous** cases of systems entirely backed by repression, it is more fruitful **conceiving** the relations between the citizen and the State as a two-way road, albeit not a necessarily balanced one. The whole domination system will have to develop some base of legitimacy in order to survive, even if that is the citizen's apathy.

The moment of transitions between the Empire and the Republic is particularly inviting to the study of this question. That was the first major political regime change after the independence. More importantly, it was the implementation of a system of a government that proposed, exactly, to bring the people to the spotlight of political activity.

Resposta 4 – Felipe Morelli Rodrigues de Souza

Nota: 17,50 TL: 27 TP: 284 TP/TL: 10,51

Recently, the tendency of **seeing** the relationship between citizen and State, citizen and the political system, citizen and the political activity in itself from a **manicheist** perspective has prevailed, according to which the State presents itself as a villain and the society as an **indefensable** victim.

It is known that dichotomies, as a rule, are not useful to understand phenomena of social nature. In theory, they separate two sides of the same coin, parts of a same boy. **Manicheism** prevents even from establishing any notion of citizenship, because one either accepts the State as a necessary evil, just like St. August did, or denies it altogether just like anarchists do.

In practice, it ends up showing a paternalistic behaviour by considering the people to be a **dispotent** victim in face of machinations of the power of State or dominating groups. It ends up turning the people into beasts. It looks to us, in opposition to this idea, that except for cases very exceptional and temporary of systems held entirely by repression, it is more fecund to conceive of relations between citizen and State as a double-edged sword, in spite of the fact that it is not necessarily balanced. Every system of domination, in order to survive, will have to develop a base of any sort of legitimacy, even if this base is the apathy of its own citizens.

The moment of transition from the Empire to the Republic is particularly appropriate for the study of this issue. It was the first major change in the political regime after the independence. Even more, it was the establishment of a system of government that proposed, exactly, bringing the people to the centre of the political activity.

Resposta 5 – Filipe Brito Hamburgo

Nota: 17,50 TL: 20 TP: 264 TP/TL: 13,2

In recent times, **there is** a prevailing tendency to see the relationship between citizen and State, citizen and political system, citizen and political activity itself through black-and-white lenses, according to which the State presents itself as the villain, and society presents itself as a defenseless victim.

It is known that **dichotomies** as a rule, offer no light on phenomena of a social nature. In theory, they separate those that are both faces of the same coin, parts of a same whole. Manicheism **inviabilizes** any notion of citizenship whatsoever, as one can merely either accept the State as a necessary evil, as did **Agostine**, or deny it completely **¶** in and anarchic fashion.

In practice, it ends up revealing a **paternalist¹ attitude** by considering the people to be and impotent victim facing the State's or dominant groups' power machinations. It ends up treating the people like beasts. Conversely, it seems to us that, **save²** very exceptional and fleeting cases relating to systems underpinned entirely by repression, it is more fertile to think of the relations between the citizen and State as a two-way road, however not necessarily balanced. All systems of domination, in order to survive, have to develop some basis of legitimacy, even if it be citizens' apathy.

The moment of the **transitioning of** the Empire into the Republic is particularly receptive to the study of this question. It was the first big change of political regime after the Independence. Moreover, it was the implementation of a system of government that precisely endeavored to bring the people to the first plane of political activity.

¹ Revertido nos recursos.

² Revertido nos recursos.

Summary

Read the following text carefully.

Whilst there is a rich and growing literature on diplomacy, theories of diplomacy are less abundant. In view of its pivotal role in International Relations, diplomacy until recently received surprisingly little attention amongst theoretically oriented International Relations scholars. Indeed, a description of diplomacy is that it is “particularly resistant to theory”, and the well-known Israeli diplomat and foreign minister, Abba Eban, argued in 1983 that the “intrinsic antagonism” between theory and practice was more acute in diplomacy than in most other fields. This proposition may be less tenable today, as recent decades have seen a growing interest in, and several efforts to theorise, diplomacy. What is lacking, however, is “any metatheory of diplomacy – a theory of the theories of diplomacy – which might present all the different things that people want to identify and discuss in a single set of coherent relations with one another”.

Why, then, has diplomacy not been the object of more meta-theorising? There may be several reasons for the relative dearth of diplomatic theory. Two major factors relate to the conceptualisation of diplomacy and the character of the authors writing about diplomacy. A consensual conceptualisation of diplomacy that can serve as a foundation for theorising does not exist. Diplomacy “emerged as a contested concept”, and it “has repeatedly been contested over the last two centuries”. The use of the words “diplomacy” and “diplomatic” have several different meanings. In fact, the words have been characterised as “monstrously imprecise”, simultaneously signifying “content,

character, method, manner and art". According to Peter Marshall, a retired British diplomat, at least six related meanings may be distinguished.

First, "diplomacy" sometimes refers to the content of foreign affairs as a whole. Diplomacy then becomes synonymous with foreign policy. This means that theories of foreign policy are applicable. Second, "diplomacy" may connote the conduct of foreign policy. The word then becomes a synonym of statecraft. Henry Kissinger's book, *Diplomacy*, which draws on his experiences as United States secretary of state, is a case in point. A third connotation of diplomacy focuses on the management of international affairs by negotiation; thus, the Oxford English Dictionary defines diplomacy as "the conduct of international relations by negotiation". A similar definition is "negotiations between political entities which acknowledge each other's independence". Theories of negotiation, which are well developed, are then necessary to understand diplomacy. Fourth, understanding diplomacy resides in the use of diplomats, organised in a diplomatic service. This usage is more time-bound, as the organisation and professionalisation of diplomacy is rather recent. Fifth, diplomacy, and especially the adjective "diplomatic", often refers to the manner of conducting relations. To be diplomatic means to use "intelligence and tact", to quote Ernest Satow's classic formulation. A sixth, related conceptualisation is to understand diplomacy more specifically as the art or skills of professional diplomats.

One definitional controversy concerns the non-violent character of diplomacy. Some experts conceptualise diplomacy in terms of "the peaceful conduct of relations" or "the establishment and development of peaceful contacts", regarding diplomacy as the opposite to war or any use of force. Conversely, others are reluctant to draw such a clear-cut line, arguing either that the opposition of war and diplomacy is a Western notion; or that the blurring of the line between diplomacy and violence is one of the characteristics of

modern diplomacy. During the Cold War, the coining of the phrase "coercive diplomacy" denoted the use of threats or limited force in diplomatic persuasion. In short, the lack of an agreed definition has been an obstacle to rigid theorising. As developed below, different conceptualisations of diplomacy entail different theoretical approaches.

A second major factor impeding the development of theory concerns the authorship of most works on diplomacy. Until recently, either practitioners or diplomatic historians wrote the bulk of the vast literature on diplomacy. Neither category of authors was particularly interested in theory building. Practitioners tended to be anecdotal rather than systematic, and diplomatic historians idiographic rather than nomothetic. Just as historians are interested in a particular past, practitioners draw on their own particular experiences. Neither practitioners nor diplomatic historians have been prone to generalise from different historical experiences and insights.

Diplomats have been prolific writers. Many have had scholarly ambitions and credentials and have reflected on their own practice to an extent that few other professions can match. Much of this literature is in the form of memoirs. In these works, there is a clear prescriptive bent. What characterises the good diplomat? How best to conduct diplomacy? These are questions occupying authors from antiquity to today. In addition to this prescriptive tendency, modern day ambassadorial memoirs tend to emphasise and exaggerate the profound changes that their authors claim to have experienced in their time of service whilst overlooking elements of continuity.

Diplomatic historians, for their part, have amassed a wealth of information about specific eras or incidents from antiquity onwards but have failed to forge any strong links with International Relations theorists. Although diplomatic history and International Relations have been characterised as "brothers under the skin",

academic parochialism as well as stereotypical and caricatured readings of one another's sub-field have hampered interdisciplinary cross-fertilisation.

These and other aggravating factors notwithstanding, a number of theoretical approaches to diplomacy exist and continue to be developed. The most important of these, beginning with the long tradition of prescriptive tracts, offer observations and advice concerning the conduct of diplomacy. Realism, the predominant school of thought in International Relations scholarship after the Second World War, encompasses a conceptualisation of diplomacy tied to state power in an anarchic world. The so-called English School offers a rivalling approach and different understanding of diplomacy, anchored in an international society with rules and institutions guiding state behaviour. Beside these two chief alternative approaches, there are more recent attempts at theorising diplomacy, drawing on post-positivist approaches, diplomatic understandings of international relations, suggestive metaphors, social anthropology, and gender studies.

JÖNSSON, Christer. Theorising Diplomacy. In: B.J.C. McKercher (ed.). *The Routledge Handbook of Diplomacy and Statecraft*.

2. ed. London/New York: Routledge, 2022 [2012]. p. 13-14.
[adapted]

Write a summary of the text in your words.

Text length: up to 50 lines.

[value: 15,00 points]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

The text "Theorising Diplomacy", by Christer Jönsson, discusses the scarcity of theoretical perspectives on diplomacy despite the extensive literature available on the subject. The lack of theoretical depth and the difficulty in establishing a proper theoretical framework are attributed to the inherent complexities in conceptualizing diplomacy and the historical authorship of works on the topic. Diplomacy holds multiple interpretations and meanings: it can be perceived as the content of foreign affairs, the execution of foreign policy, negotiation management, the diplomatic service, the manner of conducting relations, and, finally, as the skills of diplomats. Disagreements also arise regarding its non-violent nature, that is, some view diplomacy as the antithesis of war, while others view it in a more nuanced light, relating it to coercion. Additionally, the paucity of a theoretical development in this discipline is further explained by the various types of authorship. Diplomatic practitioners often draw on personal experiences, while historians focus on historical contexts. However, the text outlines some approaches that have emerged in spite of these challenges: prescriptive tracts offer practical advice on diplomatic conduct; Realism, a perspective from International

Relations, links diplomacy to state power; and the English School introduces an alternative viewpoint that places diplomacy within the context of an international society governed by norms and institutions. Lastly, the author highlights contemporary attempts to theorize diplomacy. For instance, post-positivism approaches, diplomatic interpretations of international relations, social anthropology, gender studies, among others. Yet, a comprehensive “meta-theory” is still absent within this discipline.

Resposta 1 – Anônimo

Nota: 15,00 TL: 42 TP: 446 TP/TL: 10,62

In *Theorising Diplomacy*, Christer Jönsson argues that there is a lack of theories of diplomacy, that is, academic studies focused on a theoretical understanding of diplomacy. According to the author, this is explained by a traditional resistance to regard this subject as a theory and not only a practice. More recently, however, there have been significant efforts to theorise the work of diplomats. Nevertheless, Jönsson criticizes the lack of what he calls a metatheory, due to the difficulty in conceptualizing diplomacy. Because there is no consensus over the meaning of the word, the adjective diplomatic has been used in many different contexts, at times as a synonym to “manner” or “art”.

In Jönsson's view, although diplomacy may be understood as the essence of foreign affairs or as a synonym to foreign policy, it is still subject to interpretation. This is because the term may be used in reference to the conduct of diplomats, but it may also mean negotiation, depending on the context. In order to correctly understand the meaning of diplomacy, thus, it is necessary to study both the organization of a country's diplomatic corps and its approaches towards international relations. The author mentions six conceptualizations of diplomacy, all of which are useful to understanding how a theory of diplomacy may be developed.

Jönsson also mentions two controversies regarding the definition of diplomacy. The first is its non-violent character, which has a direct influence over its conceptualization, since many scholars define diplomacy as a synonym to peace and antonym of war. However, there are those who challenge this definition, drawing attention to the fact that this is a Western view of diplomacy. Furthermore, directly linking diplomacy to peace means to ignore episodes such as the Cold War, when the term "coercive diplomacy" was coined. The second controversy mentioned by Jönsson is the authorship of most works on diplomacy. The majority of the literature on diplomacy are works written by diplomats or diplomatic historians. In both cases, there is little preoccupation with theory building, and the texts are usually focused on personal narratives or historical experiences.

In Jönsson's opinion, while diplomats have written many works, they tend to address their own experiences in the diplomatic corps, something the author defines as a prescriptive tendency. Diplomatic historians, in their turn, fell short of the author's expectations precisely because they failed to establish a link with International Relations scholars, probably due to academic rivalry.

In spite of the factors listed by Jönsson, there are important theoretical approaches to diplomacy. Prescriptive works, Realism's definition, which emphasizes power, and the focus given by the English School to institutions are all useful perspectives, to which post-positivists approaches have recently been added.

Resposta 2 – Clara Stefanello Sakis

Nota: 15,00 TL: 40 TP: 453 TP/TL: 11,33

In the text "Theorising Diplomacy" presented in The Routledge Handbook of Diplomacy and Statecraft, author Christer Jönsson discusses different issues concerning diplomatic theory.

Despite its crucial role in International Relations, diplomacy is considered to be particularly theory-resistant. Israeli diplomat Abba Eban has raised attention to the fact that there is a greater antagonism between theory and practice in diplomacy than in most fields. In recent decades, the attempts to theorise diplomacy have increased, but a metatheory of diplomacy is still lacking. There are at least two major factors that explain this situation. The first is the absence of a consensual definition of diplomacy, and the second refers to the authors that usually write about the subject.

When it comes to defining diplomacy, Peter Marshall argues that the word diplomacy has at least six possible connotations. Diplomacy can simply refer to foreign affairs or foreign policy, in which case it would be subject to foreign policy theories. It can also mean statecraft: this is the sense used in Kissinger's book Diplomacy. Another possibility is to understand diplomacy as negotiation. In this case, there is a vast array of negotiation theories that become essential to the understanding of diplomacy. Considering a more recent timeframe, the word can also designate the diplomatic corps serving a nation. The adjective "diplomatic" can describe a tactful and intelligent manner of conducting relations. Lastly, the word can also refer to the skills of professional diplomats. The definition of diplomacy as the opposite of war, which underlines its non-violent character [sic], is also controversial. Some argue that this definition is time-limited, as it only describes modern diplomacy, while others associate this particular notion with Western values. Either way, the absence of one consensual definition makes theorising hard and generates multiple theoretical approaches.

The authorship in the diplomatic field poses different challenges to the development of diplomatic theories. Until recently, works on diplomacy were mainly made by diplomats or diplomatic historians, neither of which were particularly concerned with theory building. Historians had a idiographic tendency, while

diplomats had an anecdotal one – both usually shirked from theoretical generalization. Besides, the memoirs and works from diplomats usually focused on their particular experiences and on prescriptive analysis, often exaggerating elements of change and overlooking continuity. Diplomatic historians, in turn, despite having collected a great amount of information, could not establish significant connections with International Relations theorists, due to academic stereotypes and vanities. Nonetheless, there are theoretical approaches to diplomacy being developed.

Realism links diplomacy to state power in a world that is essentially anarchic, while the English School understands diplomacy in a more cooperative way. More recently, post-positivist approaches are gaining traction, as well as theories that engage suggestive metaphors, gender studies, and social anthropology.

Resposta 3 – José Kaio Souza Silva

Nota: 15,00 TL: 48 TP: 495 TP/TL: 10,31

In “Theorising Diplomacy”, Christer Jönssons makes a thorough analysis about the manifold definitions of diplomacy and the reasons that hamper it from becoming the object of a major theory. Although there are a lot of studies regarding diplomacy, theories about this craft are still scarce, having received little attention from scholars until recently. Many causes can be pointed out for the existence of difficulties in creating a major theory. One of the factors involves the very definition of diplomacy, which does not have a consensual concept. The other factor is the authorship of most works on diplomacy.

In fact, the words “diplomacy” and “diplomatic” have at least six close meanings, according to Peter Marshall. The first definition is that which considers diplomacy synonymous of foreign policy. Second, there is the meaning that defines diplomacy as

synonymous with statecraft. The third one is similar to the meaning provided by the Oxford English Dictionary, which describes diplomacy as “the conduct of international relations by negotiation”. In this sense, theories of negotiation become quintessential to understand diplomacy. The fourth meaning is associated to the use of diplomats. The fifth refers to the adjective “diplomatic”, which means to behave with intelligence and tact. A sixth possible meaning is the concept of understanding diplomacy as the arts and skills of diplomats.

One definition stands out among this vast group, one that describes diplomacy as having a non-violent character. Now, this definition is a controversial one. Some experts argue that a precise line cannot be drawn between diplomacy and the use of force. During the Cold War, for instance, the phrase “coercive diplomacy” was created to refer to the use of threats in diplomatic negotiations. Overall, the lack of a consensual meaning has been an obstacle to form a rigid theory.

The second factor hampering the creation of a major theory for diplomacy concerns the very character of the authors who write about it. During most of history, practitioners of diplomacy and diplomatic historians were those who most wrote about the subject and neither was interested in creating a theory for diplomacy. Practitioners were prone to draw attention to their own experiences, while historians were interested in particular periods of history. Diplomats are known for being excellent writers. Many of the literature they have written are made up of memoirs. They tend to focus on the necessary characteristics a diplomat needs to have and tend to generalize historical experiences. On the other hand, diplomatic historians fail to link their work to International Relations theories. Although the two subjects are closely related, academic parochialism and other factors have made it difficult for an interdisciplinary study to be carried out.

Despite these factors, there are some theoretical attempts to diplomacy, such as Realism, which focus on state power, and the English School, which is based on an international society with rules and institutions. Furthermore, there are more recent approaches at building a theory for diplomacy, such as post-positivist studies, gender studies, among others.

Resposta 4 – Rafael Rodrigues Oliveira

Nota: 15,00 TL: 40 TP: 399 TP/TL: 9,75 NE: 0

Christer Jönsson writes about theoretical approaches to diplomacy in an article for *The Routledge Handbook of Diplomacy and Statecraft*. Jönsson begins by stating that, historically, theorists have neglected diplomacy. The Israeli diplomat Abba Eban attributes this indifference to the distinction between diplomatic theory and practice. This indifference has changed in the last decades, but diplomacy still lacks a broad metatheory to encompass its theories. Two main difficulties have been highlighted when it comes to creating a metatheory for diplomacy: there is no consensual definition of diplomacy and the authors writing about diplomacy do not theorize.

It is hard to find a consensual definition of diplomacy. Peter Marshall, a retired British diplomat, has found six different meanings for the word. Diplomacy can be the content of foreign affairs and foreign policy. It can also be the conduct of foreign policy, as illustrated by Henry Kissinger's "Diplomacy". The definition provided by the Oxford Dictionary is the management of international affairs by negotiation, which is related to the theories of negotiation. Diplomacy can also be a way of conducting relations with "intelligence and tact", according to Ernest Satow. It can be synonymous with the skills of professional diplomats. There is a debate about the definition of diplomacy as the pursuit of peace, in

opposition to war. Critics remark that this is a Western notion and point out to the “coercive diplomacy” of the Cold War to counter this definition.

The authors writing about diplomacy have also been an impediment to theorization. Most of the literature on diplomacy has been written by diplomats or diplomatic historians. Both tend to focus on particular events rather than general approaches, which are the core of theory. Diplomats tend to write memoirs that are prescriptive, as they try to answer the question of what are the characteristics of a good diplomat or emphasize the changes of the profession. Diplomatic historians have written detailed accounts of particular events, but have failed to forge a link with the theory of International Relations, due, mainly, to academic parochialism.

Despite these difficulties, there have been attempts to theorize about diplomacy. Realism defines diplomacy as related to state power in an anarchic world. The English School emphasizes the role of diplomacy in an international society with rules and institutions. In addition to these two main approaches, there have been alternative theory approaches, stemming from post-positivism, such as social anthropology and gender studies.

Resposta 5 – Victor Thives dos Santos

Nota: 15,00 TL: 50 TP: 415 TP/TL: 8,3 NE: 0

In “Theorising Diplomacy”, author Christer Jönsson argues that, while there is a growing body of literature on diplomacy, there are few theories of diplomacy. International Relations scholars have not focused on theorizing diplomacy, which is considered to be a concept “resistant to theory”. Abba Edan, an Israel Diplomat, believes the “intrinsic antagonism” between theory and practice is even more relevant when diplomacy is considered. Although there have been some efforts to theorize diplomacy in recent decades, a

metatheory of diplomacy, relating diplomatic concepts in a broad manner, is still lacking.

Why is that? There are two main reasons: the problem of conceptualization and the character of the authors. There is no consensual conceptualization of diplomacy, as the words "diplomacy" and "diplomatic" have various meanings, thus being imprecise. Peter Marshall, a former British diplomat, points out six related meanings. First, "diplomacy" can refer to foreign affairs as a whole, being synonymous with foreign policy, which means that foreign policy theories would be applicable. Second, it can be a synonym of statecraft, as is the case of Kissinger's book Diplomacy. A third meaning associates diplomacy with negotiation, as does the Oxford English Dictionary, in which case theories of negotiation would be applicable. Fourth, "diplomacy" is related to a professional diplomatic service, which is a time-bound definition, inasmuch as the professionalization of diplomacy is quite recent. Fifth, diplomacy is associated with an intelligent manner of conducting relations. Finally, a sixth definition relates diplomacy to the skills of professional diplomats.

Against this backdrop, a conceptual controversy concerns the "non-violent" character of diplomacy, which opposes diplomacy and war. While some experts defend this opposition, others believe their difference is blurred. The phrase "coercive diplomacy" epitomizes this controversy. In sum, the lack of a definition has impeded further theorizing.

A second important issue that hinders theory development is the authorship of most works in the field, which are authored by diplomats or by historians, who are not prone to theorizing. Whereas practitioners tend to be anecdotal, historians are idiographic. Diplomats have been prolific writers, but their memoirs are normally prescriptive and exaggerate their role in history. Diplomatic historians, in turn, have not forged strong links with International Relations theorists, due to academic parochialism.

Nevertheless, there is a growing body of theoretical literature on diplomacy. Realism, for instance, sees diplomacy as linked to state power amid anarchy. The English School, in turn, bases its analyses on rules and institutions. More recent theoretical efforts have been made by post-positivists, anthropologists, and gender experts.

HISTÓRIA DO BRASIL



Questão 1

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador pelo espaço de quinze anos. [...] A figura de maior expressão da história política brasileira do século XX provinha de uma família de estancieiros de São Borja, na região gaúcha da Campanha. [...] Foi promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul. Em 1930, saltou para a Presidência da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001, p. 185.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca do governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945, de sua ascensão ao poder até sua queda. Aborde, necessariamente, os aspectos da política externa e econômica do Brasil no período.

Extensão do texto: até 90 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 e Q2. Deve-se iniciar fazendo uma breve contextualização da Crise de 1929, focada nos impactos para o Brasil. A queda do nível de atividade na economia mundial fez os preços do café caírem consideravelmente no final de 1929, contribuindo para uma grande redução das exportações brasileiras (o café correspondia a cerca de 70% do total). Além disso, também colaborou para essa redução a adoção de políticas alfandegárias protecionistas pelos principais parceiros comerciais do Brasil.

Q3. É necessário abordar a ruptura de Washington Luís com Minas Gerais e a formação de um grupo de oposição intitulado Aliança Liberal, que era composto por forças regionais não associadas ao café. A Aliança Liberal lançou Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) e João Pessoa (Paraíba) na chapa para a Presidência, mas Júlio Prestes venceu o pleito. Com isso, iniciou-se uma movimentação militar da Aliança Liberal, cujo estopim foi o assassinato de João Pessoa em julho de 1930. Em novembro, a Junta Governativa Provisória entregou o poder a Getúlio Vargas.

Q4. No final de 1931, a responsabilidade pela política cafeeira passou das instituições paulistas para o Departamento Nacional de Café, e o governo passou a adquirir safras de café como tentativa de elevar os preços (30% para estocagem, 30% para exportações e 40% para a chamada "quota de sacrifício"). Também foram aprovadas alterações na política cambial brasileira, com diferenciação para os produtos tradicionais, como o café, e para os não tradicionais.

Q5. O comércio do Brasil com a Alemanha expandiu-se na década de 1930. O comércio bilateral, com base em acordos de compensação, era conduzido tendo como meta o equilíbrio entre o valor das exportações brasileiras para a Alemanha e o valor das importações brasileiras da Alemanha. Ademais, a modalidade permitia um controle do mercado interno, de modo que não fosse ameaçado com mercadorias alemãs concorrentes. Com a abordagem, as importações alemãs tornaram-se mais atraentes, e a participação do país nas exportações totais brasileiras subiu. Por fim, a prática também autorizava a assinatura de contratos para o fornecimento de material bélico.

Q6. Com o advento do Estado Novo, em 1937, algumas questões despertaram apreensão em Washington, em um primeiro momento, notadamente a simpatia de Vargas pelos regimes totalitários europeus, o crescimento do comércio bilateral entre Brasil e Alemanha e a aproximação dos dois países no tocante ao comércio de armamentos. Contudo, o governo brasileiro manteve-se em "equidistância pragmática" entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Alemanha, para viabilizar acordos econômicos com os dois lados. Outro ponto que contribuiu para as relações do Brasil com os EUA melhorarem foi a presença de Oswaldo Aranha, respeitado no país norte-americano, à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Q7 e Q8. No início das hostilidades, o governo brasileiro declarou neutralidade. No que se refere às relações comerciais, as

importações e exportações alemãs sofreram declínio e houve aumento no intercâmbio comercial com os EUA e a Grã-Bretanha. A retração da presença comercial da Alemanha levou o Brasil a afastar-se da equidistância entre o final de 1941 e o início de 1942, substituindo pelo alinhamento com os EUA, que passaram a fazer concessões para obter a colaboração brasileira. Ademais, o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, provocou reprovação da opinião nacional, contribuindo para a mudança de posicionamento. Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

Q9. Os EUA, por meio da política da boa vizinhança e da retórica pan-americanista do governo Roosevelt, buscavam ampliar sua zona de influência na América Latina. O Brasil ocupava posição estratégica no sistema defensivo, e Getúlio Vargas pediu o fornecimento de recursos e tecnologia para a construção de uma usina siderúrgica como contrapartida da cooperação. As negociações foram difíceis e, em setembro de 1940, foi firmado o acordo.

Q10. Quando a guerra se encaminhava para o estágio final com a derrota do Eixo, começou a ficar claro que o Estado Novo também não sobreviveria por muito tempo. Após a entrada na guerra, personalidades de oposição começaram a se manifestar a respeito da contradição entre o apoio brasileiro às democracias aliadas e à ditadura de Vargas. O governo justificava a ditadura pelo contexto de guerra, mas, ao mesmo tempo, prometia a transição para um regime constitucional quando o conflito acabasse. Após pressão interna, foi agendada a data das eleições para dezembro, mas, em outubro, Getúlio foi forçado a renunciar após um imbróglio relacionado à indicação do irmão para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de

acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2011. FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Angela de Castro (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 4. Olhando para Dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Quesitos de pontuação

Q 1. Contextualização da Crise de 1929 e os impactos no Brasil.

Q 2. Apresentação dos problemas com a queda dos preços do café e a redução das exportações brasileiras.

Q 3. Apresentação de aspectos que levaram à ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Q 4. Apresentação de políticas econômicas de combate à Grande Depressão na década de 1930.

Q 5. Explicação a respeito da política de comércio de compensação com a Alemanha na década de 1930.

Q 6. Explicação acerca da “equidistância pragmática”, da política externa brasileira concernente aos Estados

Unidos da América (EUA) e à Alemanha nos anos de 1930.

Q 7. Apresentação do posicionamento brasileiro frente à Segunda Guerra Mundial.

Q 8. Explicação quanto ao alinhamento com os Aliados e ao rompimento de relações diplomáticas e comerciais com o Eixo.

Q 9. Apresentação das negociações entre Brasil e EUA para a construção de uma usina siderúrgica em solo brasileiro.

Q 10. Indicação de causas para a queda de Getúlio Vargas em 1945.

Resposta 1 – Bruno Matelli

Nota: 26,50 TL: 90 TP: 1245 TP/TL: 13,8

Vargas assume o governo em novembro de 1930, após a Revolução de 3 de outubro capitaneada por ele, os tenentes civis do RS e MG, as duas oligarquias principais que formavam a Aliança Liberal (mais Paraíba e PD de São Paulo), e os tenentes, como Juarez Távora. A Aliança Liberal perdera as eleições de 1930 para a coligação encabeçada pelo PRP de Júlio Prestes, mas as notícias da morte de João Pessoa foram o estopim para a deflagração da revolução que derrubou Washinton Luís, após intervenção militar (Barreto, Fragoso e Noronha). Vargas assume o governo provisório sem grandes conflitos militares (Washington Luís foge), adotando medidas centralizadoras: dissolve o Legislativo (federal e estaduais), nomeia interventores para os Executivos estaduais (menos Minas, parte da AL, que selara o Pacto do Hotel Glória (1929). Juarez Távora torna-se o “Vice-Rei do Norte” e João Alberto é nomeado para SP, já em 1931. Para isso, cria-se a Lei das

Interventorias. Começou a esboçar-se o “estado de compromisso” que caracteriza o período, com Vargas como árbitro de várias facções que disputam o poder (Exército, tenentes, oligarquias, nascente burguesia industrial). Há insatisfação entre as oligarquias estaduais com a centralização, mormente em SP, onde forma-se a FUP para congregar PD e PRP e que culmina na Revolução de 1932, vencida pelo Governo Federal de Vargas, que contemporiza com as oligarquias paulistas, nomeando interventor civil e paulista. A cafeicultura do estado ainda era o motor da economia e do balanço de pagamentos, mas, com a Crise de 1929, o preço do café desabara e os fluxos de capitais externos também. A Caixa de Estabilização é extinta, sem reservas, praticamente, em 1931, e o monopólio cambial do BB (que havia sido rescindido) é reinstituído entre 1931 e 1932. Para estabilizar a posição externa, com a escassez de divisas, o governo adota política de compra e de destruição de estoques de café para segurar os preços, ao mesmo tempo que adota controles de importação. Ainda não era uma medida deliberadamente industrializante, mas terá esse efeito ao manter a renda interna com a política fiscal e monetária (e cafeeira) expansionista e proteger o mercado de importações (proteção e falta de divisas). A política externa contribui para isso: é adotada uma nova tarifa (substituindo a Tarifa Murtinho de 1900) e Afrânio de Melo Franco, chanceler, faz acordos comerciais com cláusula de NMF com mais de 20 países em 1931-1934, em política liberal. Também dá ênfase à política comercial, com criação de departamento do MRE (Reforma Melo Franco), que vinha da gestão Mangabeira. Afrânio teve que enfrentar a Questão de Leticia em sua chancelaria, com a disputa entre Peru e Colômbia pela região de fronteira com o Brasil (Colômbia obtivera a região pelo Tratado Salomón-Lozano, mas o Brasil garantira a Linha Apapóris-Tabatinga pela Ata de Washington). A disputa é mediada pela LdN, com o Brasil em 1933, e fica com a Colômbia. Também se inicia a Guerra do Chaco em 1932, com o Brasil declarando neutralidade. O maior comprador do café brasileiro eram os EUA, que reconhecem

o novo governo, apesar do envio do Cruzador Pensacola logo na esteira da Revolução de 1930. A Alemanha, contudo, torna-se mais importante economicamente para o Brasil, principalmente após primeiro ajuste de comércio de compensação (1934), que poderia ser feito com moeda não conversível (Brasil não tinha divisas). Brasil também edita a Tarifa Aranha em 1934, em meio à falta de divisas para importações.

A política comercial muda a partir de 1934, com Macedo Soares no MRE. Apesar de assinado acordo com cláusula de nação mais favorecida (NMF) com os EUA (1935), os outros acordos assinados por Afrânio são denunciados, pois muitos países não os cumpriram pelo protecionismo da época da Grande Depressão. É também criado o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), primeira iniciativa de centralização da matéria. Também são criados os Institutos do Café, do Cacau, do Açúcar e do Álcool, para controlar essas exportações, ainda no governo provisório, e a CF-1934 prevê a nacionalização de quedas d'água e minas. Com o acordo com os EUA (1935), inicia-se a "equidistância pragmática", com o Brasil equidistante dos dois polos de poder – EUA e Alemanha Nazista, com a qual assinamos acordo de comércio de compensação (1936). A partir de então, a Alemanha ultrapassou os EUA como maior fonte de importações, até 1938. Os EUA haviam implantado a política de Boa Vizinhança na Conferência de Montevideu (1933), com o Presidente Roosevelt. Na Conferência da Paz de Buenos Aires (1936), Macedo Soares tenta proposta de solidariedade continental (não é acatada pela Argentina) e Macedo Soares também participa da Conferência da Paz do Chaco (1936), sob ordens de Vargas e Justo. Sob a presidência de Saavedra Lamas, a paz é concluída em 1938, com o Paraguai com a maioria do território litigioso. A Bolívia assina o Acordo de Roboré para exploração petrolífera com o Brasil (acreditava-se que havia petróleo no Chaco). Com o Golpe do Estado Novo (1937), o Brasil decreta a moratória da dívida externa (o 3º Funding Loan unilateral havia sido decretado em 1931), com a piora da situação cambial.

O Estado Novo representava maior centralização (Legislativo fechado e governadores trocados por interventores) e a intervenção direta do Estado na economia, que já vinha crescendo nos anos anteriores, se acentua, de modo a buscar a industrialização por substituição de importações. O princípio da PEB passa também, a partir de 1930, a ser o desenvolvimento. Em 1937, foi criada a CREAL do BB (crédito), a CF-1937 nacionaliza as quedas d'água e minas e prevê nacionalização bancária, é criado o Plano Especial de Obras Públicas (1940), a Coordenação de Mobilização Econômica (1942) e a SUMOC (1945). O Estado torna-se empresário com a CSN (1941), Vale (1942), FNM (1943). Em 1937, Souza Costa negocia a dívida com os EUA, sem sucesso. Em 1938, Aranha assume a chancelaria, passando-se do "equilíbrio possível" ao "rompido" no âmbito da equidistância. A dissolução do Partido Nazista no Brasil causa a questão Ritter (embaixador alemão desde 1936, quando o Brasil também abriu embaixada na Alemanha). As relações foram restabelecidas em 1939. Nesse mesmo ano, a Missão Aranha aos EUA sela a aproximação e o retorno dos pagamentos da dívida são acordados. Há troca de visitas entre Góis Monteiro e George Marshall (Estados-maiores). Os EUA pressionam o Brasil para o fornecimento de materiais estratégicos, as bases do Nordeste e apoio político ao continente (Argentina pende ao Eixo). Com a Guerra (1939), são bloqueadas as importações ao Brasil, mas mesmo com o "equilíbrio rompido" o Brasil consegue barganhar com os EUA: discurso do Minas Gerais (1940) assusta os EUA, que dão suporte à CSN em setembro do mesmo ano. A opção pelos EUA fica clara: acordo para bases militares, Brasil no Lend and Lease e financiamento para o Brasil (forças armadas) ainda antes de Pearl Harbor. I Conferência de Chanceleres com neutralidade (1939), II Conferência com solidariedade (1940) e apoio brasileiro ao rompimento com o Eixo na III Conferência (1942). Pelos Acordos de Washinton, Brasil consegue financiamento para a CSN e militar. Cria o Banco da Borracha e exporta minerais, além do Acordo do Café. Em 1943, há

encontro entre Vargas e Roosevelt em Natal, e Brasil envia a FEB. Com a contrariedade entre liberar a Europa do fascismo e o autoritarismo do Estado Novo (Carta dos Mineiros, Sociedade dos Amigos da América), Vargas sofre pressões para democratização e se aproxima dos trabalhadores (salário mínimo, CLT, justiça do trabalho) e edita a Lei Malaia antitruste. É derrubado em 1945 pela cúpula militar (Dutra, Góis).

Resposta 2 – Anônimo

Nota: 26,50 TL: 90 TP: 1259 TP/TL: 13,98

A Revolução de 1930 representou a última das crises oligárquicas que marcaram a Primeira República e inaugurou nova tradição política no Brasil, cuja principal característica é o fim dos partidos estaduais e o surgimento de partidos e movimentos sociais de abrangência nacional. Após as cisões entre SP e MG na Campanha Civilista e na Reação Republicana, nova crise é precipitada pela definição do sucessor de Washington Luís. Este, do Partido Republicano Paulista (PRP), insistiu na indicação de Júlio Prestes, também paulista do PRP, frustrando as expectativas de Minas Gerais. Assim, com a fragilização da aliança de Ouro Fino, tem-se a aproximação entre PRM (Partido Republicano Mineiro) e PRR no Pacto Hotel Glória e a formação, nas eleições de 1929, da Aliança **Nacional**^[1]. Apesar disso, Prestes, candidato governista, vence as eleições, marcadas por fraudes de ambos os lados. Com o assassinato de João Pessoa, que fora candidato a vice-presidente ao lado de Vargas, este para presidente, tem-se o estopim para a Revolução. O assassinato, de motivação pessoal, foi instrumentalizado pelo baixo oficialato das Forças Armadas, notadamente os tenentes, que organizaram sublevações na Paraíba e no RS, estabelecendo lá base de operação para mobilização de forças. O tenentismo está, desse modo, no centro da Revolução de 1930; Vargas, contudo, é seu protagonista por ter

administrado a aliança oligárquica - ele mesmo tendo sido ministro do governo Washington Luís - e manter os tenentes sob controle. O crescimento das sublevações leva à adesão da Alta Cúpula e, finalmente, à deposição de Washington Luís, que é enviado ao exílio. Assume, então, Junta Provisória de Governo - triunvirato das Forças Armadas- que busca, num primeiro momento, manter-se no poder, mas recusa diante da força política de Vargas, que consagra sua liderança - e, simbolicamente, a ascensão de uma outra oligarquia, a gaúcha - ao chegar ao Rio de Janeiro portando chapéu típico da cultura gaúcha e amarrando seus cavalos no obelisco no centro da cidade.

Entre 1930 e 1934, tem-se o governo provisório de Vargas, marcado pela edição do Código de Interventores e pela nomeação de interventores em todos os estados, exceto Minas Gerais, governado por **Teófilo Otoni**^[2]. Observa-se, nesse contexto, que alguns deles, como Bahia e Pernambuco, haviam recusado aderir abertamente à Revolução; assim, Juarez Távora é nomeado interventor no Nordeste. Nesse momento, figuras como Góes Monteiro - que fora fundamental para a Revolução - fundam o Clube 3 de Outubro, na tentativa de institucionalizar o movimento tenentista; a organização, no entanto, tem vida curta, pois Vargas busca controlar os tenentes. Em 1931, Vargas cria o Ministério do Trabalho e, em 1932, firma diversos acordos comerciais bilaterais, inovação na postura externa do país, no âmbito econômico; todos serão, porém denunciados. Em 1932, explode a Revolução Constitucionalista em SP, com a formação da Frente Única Paulista (FUP). Uma de suas demandas era a nomeação de um interventor paulista para o estado, o que ocorre com a nomeação de Pedro de Toledo. As pressões por uma Constituinte ganham força e essa é convocada para 1933, com a inovação dos deputados classistas, que garantem a Vargas maioria. Em disputa contra Góes Monteiro, Vargas é eleito indiretamente, em 1934. A Assembleia Constituinte de 1933 foi marcada pela incorporação das leis trabalhistas que haviam sido editadas (sobre trabalho urbano, diante da

intocabilidade das relações do campo) e do Código Eleitoral de 1932, editado por Vargas, que criou deputados classistas e autorizou, pela primeira vez, de modo expresse, o voto feminino no país. A 1ª mulher eleita deputada constituinte foi Carlota Pereira de Queirós, e Bertha Lutz atuou como suplente. Em 1934, Vargas media a Questão de Letícia.

Entre 1934 e 1937, tem-se o governo constitucional de Getúlio Vargas, cuja característica mais marcante foi a forte polarização político-ideológica, consubstanciada nos movimentos sociais de massa surgidos no período, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A primeira foi um movimento de extrema direita, capitaneado por Plínio Salgado, que defendia a centralização política, um Estado forte e o culto ao líder personalista. De viés culturalmente conservador, a AIB chegou a apoiar Vargas no golpe do Estado Novo, em 1937, mas a aliança rapidamente se desfez e Salgado, frustrado, liderou o Putsch Integralista, malgrado, ao Palácio do Catete, terminando no exílio, em Portugal. Já a ANL teve em Luiz Carlos Prestes seu líder, egresso do movimento tenentista que, heterogêneo, chegara a abranger tenentes de diferentes espectros políticos. De esquerda e fortemente antifascista, a ANL foi extinta, por Vargas, com base na Lei de Segurança Nacional, de 1935. Diante disso, Prestes tentou pôr em prática a Intentona Comunista que, reprimida duramente, ensejou a criação de Tribunais de Exceção e aprofundou o anticomunismo na sociedade brasileira. Em 1936, Vargas assinou o Acordo de Marco de Compensação com a Alemanha, que fez que, em 1938, esse país ultrapassasse os EUA como principal origem de importações; houve, porém, tensões no relacionamento bilateral, sobretudo depois de Vargas proibir partidos estrangeiros no país, o que afetou a sede do Partido Nazista, no Sul. O Caso Ritter, no entanto, foi resolvido diplomaticamente. Com os EUA, desde o início da Política da Boa Vizinhança de Roosevelt, em 1933, as relações bilaterais vinham se aprofundando. Foi assinado o Acordo de Washington, em 1938, e a Missão Aranha logrou resultados

econômicos positivos quanto à dívida. Vargas foi hábil em praticar equidistância pragmática entre os dois países, cujos projetos políticos eram crescentemente antagônicos. Roosevelt financia projetos culturais no Brasil, subsidiando visita de Walt Disney e Orson Welles ao país, por meio de órgão cultural chefiado por Nelson Rockefeller.

Em 1937, os maiores poderes atribuídos a Vargas após a Intentona geram atritos com o Legislativo. O golpe do Estado Novo se segue à divulgação do Plano Cohen, de autoria do general Olímpio Mourão Filho, que previa falso golpe comunista no país. O contexto de ascensão de regimes personalistas e de anticomunismo concorrem para o golpe. Em relação, há demissão coletiva dos ministros gaúchos, incluindo Oswaldo Aranha. No Estado Novo, Vargas proíbe partidos estaduais, promove queima das bandeiras e edita a Consolidação das Leis do Trabalho. Esta, junto à Lei de Unidade Sindical de 1931, fortalece o sindicalismo pelego, cooptado por Vargas. Vargas também coopta para a estrutura estatal figuras do modernismo, como Drummond, que se torna chefe de gabinete de Capanema. No marco da equidistância, Vargas faz Discurso a Bordo do Minas Gerais no qual exalta as potências europeias. Como resultado da barganha nacionalista com os EUA, tem-se a construção da CSN e a aquisição de armas via Lend and Lease. Na 2ª GM, o Brasil rompe com o Eixo na Conferência do RJ, em 1942, e, pouco depois, adentra o conflito. O uso da base aérea de Natal (trampolim para a vitória) e o envio da Força Expedicionária Brasileira ao teatro de guerra europeu (Batalha de Montecastelo) garantem ao país prestígio no pós-guerra e participação na Conferência de São Francisco, como membro fundador da ONU e tendo inclusive obtido apoio dos EUA a assento permanente no CSNU (URSS e Reino Unido rejeitam). Internamente, as contradições da atuação externa com o autoritarismo são evidentes: o Manifesto dos Mineiros e o Manifesto dos Escritores, além da perda de apoio da ala militar, levam Vargas a tentar controlar a constituinte; diante da nomeação

de seu irmão para chefatura de polícia no RJ, porém, ele é deposto. A Lei Agamenon Magalhães, porém, estrutura os novos partidos (PSD, PTB e UDN), e o apoio de Vargas é fundamental para a vitória de Dutra (PSD). Vargas é eleito senador e retira-se para São Borja, retornando na eleição de 1950 e provando a força do Queremismo.

[1] Nas provas de HB e PI, temos 4 horas para escrever 400 linhas. É normal que sua mão não acompanhe sua linha de raciocínio e erros "idiotas" sejam cometidos, como trocar "Liberal" por "Nacional".

[2] Outro exemplo de lapso mental: o governador de MG à época era Benedito Valadares ("será o Benedito?"), e não Teófilo Otoni. Como já dito e repetido por professores de História do Brasil para o CACD, erros pontuais e objetivos de informação não prejudicam sua questão; o importante é que ela tenha conteúdo. Nesse caso, cuidado para não confundir duas cidades distintas de Minas Gerais! O curioso é que temos colegas de ambas: Teófilo Otoni e Governador Valadares!

Resposta 3 – Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Nota: 26,50 TL: 90 TP: 1428 TP/TL: 15,86

Nos estertores da República Velha, Minas e São Paulo selaram acordo para a sucessão de Washington Luis. O então presidente, oriundo do PRP, deveria indicar Antônio Carlos Andrada para sua sucessão, do PRM. No entanto, Luis indica Julio Prestes, também do PRP para sua sucessão. A quebra do acordo leva à formação da Aliança Liberal, capitaneada por Vargas e João Pessoa, contando ainda com o apoio de MG. Contra Vargas, Julio Prestes se sagra vitorioso, mas as acusações de fraude eleitoral levam o grupo varguista a buscar a revolução, ímpeto que se acentua com o assassinato por razões pessoais de João Pessoa. O exército do Sul se insurge em apoio a Vargas. O temor de uma

guerra civil faz com que a cúpula do exército destitua o governo e leve Vargas ao poder. No governo provisório (1930-1934), Vargas tem de lidar, na seara econômica, com os efeitos da crise de 1929 e a conseqüente desvalorização do café (preço cai a $\frac{1}{3}$ em cinco anos). Para tanto, o Ministro da Fazenda Whitaker proibirá novas plantações do gênero por cinco anos e imporá a queima de 40% da safra anual, de modo a evitar uma desvalorização excessiva. O financiamento dessa política não era feito majoritariamente por empréstimos estrangeiros, pois estes estavam inacessíveis, mas pela impressão de moeda, o que desvaloriza a moeda nacional, que seria substituída pelo Cruzeiro em 1934. Sem acesso a moeda forte e sem a possibilidade de novos plantios, os cafeicultores diversificam seus empreendimentos, com investimentos em uma indústria incipiente. Destaca-se no governo provisório a criação do Conselho Nacional do Café, que seria substituído ainda em 1933 pelo Departamento Nacional do Café. Adepto da conciliação de interesses, Vargas buscará ampliar mercados para o café enquanto mantém um câmbio atrativo para o setor industrial. No front externo, o governo provisório se notabiliza pela manutenção de laços econômicos com a Inglaterra (novo Funding Loan em 1931), aproximação com os EUA, então principal comprador de café, e mediações políticas na América do Sul, como o oferecimento de bons ofícios para a retomada das relações entre Uruguai e Peru, a mediação na questão de Letícia e na guerra do Chaco, com atuação de Macedo Soares e Saavedra Lamas. Destacam-se também o Pacto Antibélico e de Não Agressão de 1933, assinado com vizinhos, e a participação brasileira na Conferência Interamericana de 1933, com assinatura do Pacto Briand-Kellog.

Premido pela Revolução Constitucionalista de 32, Vargas estabelece um Código Eleitoral inovador (justiça eleitoral, voto feminino, voto para maiores de 21 anos e classista) e convoca eleição para a Constituinte. Vitorioso nas eleições para a Constituinte, dado o fracasso da Rev. Constitucionalista de 32, que seria majoritariamente rejeitada fora de São Paulo, Vargas vê uma

Constituição que lhe era conveniente aprovada. A primeira eleição presidencial seria indireta. Vargas, com maioria parlamentar, insuflada pelos deputados classistas, sagra-se vitorioso. Enquanto as eleições de 1938 se aproximavam, o governo Constitucional de Vargas (1934-1937) buscava meios de se manter no poder em clima de polarização política, com atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), de extrema direita, nacionalista e liderada por Plínio Salgado, e da Ação Nacional Libertadora, que unia tenentismo e comunismo na tentativa de chegar ao poder sob liderança de Luis Carlos Prestes. Após a intentona comunista de 35, Vargas conseguirá aprovar a Lei de Segurança Nacional, que empodera o chefe da Polícia Filinto Muller e proscree a atuação do grupo de Prestes. Em 1937, Olímpio Mourão Filho concebe o falso Plano Cohen, que seria utilizado por Vargas para cancelar as eleições do ano seguinte sob pretexto da ameaça comunista. Em 1937, instala-se o Estado Novo, com nova Constituição, que mantinha o ideário social-democrata de 1934, mas que era extremamente autoritária. A Constituição de 1937 instituía regime apartidário, inspirava-se nos governos autoritários europeus, permitia largamente as intervenções nos estados, centralizava a prática sindical sob jugo do estado. O parlamento só seria aberto depois do plebiscito de confirmação da constituição, o que nunca ocorreu, o que conseqüentemente inviabilizou o funcionamento do Estado Novo. No governo Constitucional, vale ainda destacar a consolidação do paradigma nacional-desenvolvimentista na política externa, em substituição à abordagem liberal, e o início das barganhas nacionalistas. Pragmático, Vargas buscou benefícios das duas principais potências da época, os EUA, com o qual fazia livre-comércio com base em acordo de 1935, e a Alemanha, com o qual fazia comércio compensado, com base em acordo de 1936. O comércio compensado se baseava na troca de bens que geravam saldos não conversíveis, os quais deveriam ser trocados por outros produtos. Os principais produtos exportados pelo Brasil para Alemanha eram couro e algodão. Em 1936, a Alemanha chegou a

ser a principal origem de produtos importados pelo Brasil. Ainda no governo Constitucional, em 1935, o governo Vargas denunciou inúmeros acordos de livre-comércio que haviam sido assinados no começo da década com base na cláusula da Nação Mais Favorecida. As denúncias foram motivadas pela adoção de medidas protecionistas por outros países no contexto pós-crise de 29.

O equilíbrio entre EUA e Alemanha, no entanto, não duraria muito. Com a eclosão da II Guerra Mundial, os EUA pressionaram o Brasil a romper com a Alemanha. Vargas, que já não havia assinado o Pacto AntiKomintern proposto pela Alemanha para não melindrar os EUA, buscará auferir benefícios em troca do apoio aos americanos. No governo brasileiro, no início da guerra, havia posições divergentes. O grupo de germanófilos, capitaneado por Dutra, preferia a neutralidade, ao passo que americanistas, como Oswaldo Aranha, endossavam a posição dos EUA. Em 1937, uma reunião do Conselho de Segurança Nacional acabou sem consenso sobre o tema. No entanto, a maior proximidade do Brasil com os valores dos EUA, em detrimento das teses racistas do Nazismo, a impossibilidade de continuar a fazer comércio sólido com a Europa em razão das guerras submarinas e as vantagens propostas pelos EUA levaram o Brasil a se inclinar para o lado norte-americano. Com postura pragmática sintetizada pelo discurso a bordo do navio Minas Gerais, Vargas conseguiu apoio dos EUA, via Eximbank, para a construção da CSN, da Vale do Rio Doce e para a troca de minerais por materiais bélicos (Acordo de Washington de 42). Ademais, os EUA enviaram as missões Taub e Cook, no início dos anos 40 para auxiliar no diagnóstico dos problemas econômicos brasileiros. A gradual inclinação do Brasil em direção aos Estados Unidos foi pavimentada por uma série de eventos, como a Missão Sousa Dantas, a visita de Oswaldo Aranha aos EUA em 1939, de chefes militares brasileiros aos EUA para verificar o que os norte-americanos poderiam oferecer ao Brasil, a visita de Roosevelt ao Brasil antes de uma conferência interamericana.

Diante de todo esse cenário, quando do ataque japonês a Pearl Harbor, os países americanos, que em reuniões de consulta anteriores deliberaram pela neutralidade e pela solidariedade continental, se reuniram no Rio e deliberaram uma recomendação de rompimento com o Eixo, que não foi seguida por Chile e Argentina. O rompimento do Brasil em janeiro de 42 levaria ao torpedeamento de navios brasileiros, o que redundaria na declaração de Estado de Beligerância contra Itália e Alemanha em agosto de 42 (contra o Japão seria apenas em 45). A participação do Brasil na guerra se destacaria pela cessão do saliente nordestino de Noronha e pelo envio da FEB para lutar na Europa. Com a vitória ao lado dos democratas, o governo autoritário de Vargas perdeu legitimidade. O Manifesto dos Mineiros, o Manifesto dos escritores contra a censura e a manifestação de soldados da FEB pelo retorno à democracia fizeram com que Vargas convocasse eleições em 1945, já disciplinadas pela Lei Agamenon. Apesar do quererismo, Vargas já não tinha forças para se manter no poder. A nomeação intransigente de seu irmão, Benjamin, para a chefatura da polícia do Rio deixou o clima insustentável, levando a cúpula militar a derrubar Vargas e colocar no poder, até as eleições de 45, o então presidente do STF, Linhares.

No front econômico, o Estado Novo se notabilizou pela adoção decidida de uma industrialização por substituição de importações. Nesse sentido, houve uma coalizão entre estado, burguesia nacional e investidores estrangeiros para consolidar a indústria de base no país. A criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1938 e as intervenções no setor elétrico se inserem nesse contexto, assim como o apoio americano à CSN e à Vale. A CLT, de 43, a Justiça do Trabalho, o imposto sindical também foram marcas da estratégia conciliadora de Vargas, assim como a indicação de tenentes para intervenções nos estados e o aumento do aparato estatal com a DASP, em 1938, e a forte ampliação do funcionalismo público, desejo da classe média.

Resposta 4 – Francisco Xavier de Araújo Neto

Nota: 26,00 TL: 90 TP: 830 TP/TL: 9.22

O período da história brasileira conhecido como a Era Vargas foi um momento iniciado por ruptura institucional que resultou em múltiplas mudanças de cunho social, político, econômico e de política externa, apesar de evidentes continuidades. As políticas então adotadas pelo novo regime foram também influenciadas pelo contexto internacional da época, o qual representou tanto oportunidades quanto desafios.

A política econômica dos anos 1930-45 pode ser compreendida com base no trinômio café-indústria-trabalhismo positivista. Fato determinante foi a crise da bolsa de valores americana de 1929, o que afetou sobremaneira a estrutura produtiva e o balanço de pagamentos do Brasil. Getúlio Vargas adotou política de sustentação e defesa dos preços do café, o que incluiu a compra de excedentes e a destruição de estoques por parte do poder público, algo semelhante à destruição de uvas na Argentina e abate de gado bovino na Austrália. A crise dos preços do café serviu como um alerta para a fragilidade econômica do Brasil e impulsionou o esforço de industrialização por substituição de importações (antes mesmo da teoria cepalina). Além das compras governamentais, há de se mencionar a criação do Instituto Nacional do Café, o Departamento Nacional do Café e acordos internacionais envolvendo outros vendedores do produto.

O modelo de industrialização do Brasil da época baseou-se na exploração do mercado interno (substituição de importações) e na busca de "barganhas" no âmbito internacional. No contexto da assim chamada "equidistância pragmática", houve a busca de condicionar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial à obtenção de créditos e investimentos para o esforço de industrialização nacional. **O exemplo*** mais ilustre de tal tendência é a Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, construída com

ajuda de créditos dos EUA após múltiplas negociações diplomáticas. Decisiva tanto do ponto de vista prático como ideológico, a siderurgia era então vista como gargalo nacional.

A equidistância pragmática de Vargas justificava-se também devido às relações crescentemente estreitas com a Alemanha na primeira metade da década de 1930, apesar de o comércio nunca ter superado as trocas com os EUA. O governo americano temia (de maneira lógica) a aproximação entre dois regimes autoritários, algo demonstrado com a visita de generais brasileiros à Alemanha e, sobretudo, após o discurso de Vargas à bordo do navio Minas Gerais no dia do soldado, quando o presidente brasileiro elogiou as "nações fortes e os povos vigorosos", cheios de vida, que não se deixavam limitar por moralidades estéreis". No mesmo discurso, Vargas afirmou que o Brasil "não estava vinculado a nenhuma das ideologias externas, tendo encontrado um sistema político adequado a suas necessidades". Mesmo assim, o elogio aos regimes fascistas e crítica às democracias era evidente.

Em termos comerciais, no entanto, deve-se observar as limitações do modelo de trocas estabelecido com a Alemanha que se baseava em moeda inconvertível, ou marcos de compensação. Isso geraria, já na administração Dutra, o fenômeno da "ilusão de divisas", que foi a acumulação de déficits com países de moeda convertível (EUA, Reino Unido) enquanto os superávits ocorriam em áreas de moeda inconvertível (Alemanha).

Eventualmente, tornaria-se impossível manter a equidistância. Após o torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães (incluindo a nau Changri-lá), o Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados contra o Eixo. Relevante, porém tímida, a contribuição do Brasil se deu por meio da cessão de bases militares aos EUA no nordeste, fornecimento de matérias primas estratégicas (como as areias monazíticas) e o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A FEB foi mais uma

insistência brasileira do que desejo dos aliados, ajudando a garantir créditos no programa “Lend and Lease” e buscando uma maior participação na construção da nova ordem internacional.

Não obstante ao apoio (ainda que tímido) dos EUA, o Brasil fracassou em seu intento de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Como nota adicional, é possível citar encontros entre autoridades brasileiras e americanas no período 1930-1945, como o encontro entre Roosevelt e Vargas na cidade de Natal (Rio Grande do Norte) e a “Missão Aranha” que buscou créditos junto aos EUA em 1939 e a negociação dos termos da dívida, com nível muito baixo de sucesso. Vale lembrar que a dívida externa não estava sendo paga desde 1937. Conforme havia dito Vargas: “ou pagamos a dívida, ou reequipamos as forças armadas”.

Domesticamente, o período foi marcado por tensões entre os germanófilos (Góis Monteiro, Lott) e os americanófilos (Oswaldo Aranha), com prevalência destes últimos. Houve também tensões internacionais quando o partido nazista brasileiro foi considerado ilegal (protesto do embaixador alemão) e, por orientação da Internacional Comunista, o partido comunista do Brasil apoiou o governo Vargas contra os nazistas (incluindo o apoio de Luís Carlos Prestes). No âmbito das conferências pan-americanas, o Brasil inicialmente resistiu ao rompimento com o Eixo, mas acabou adotando essa política. A atuação hemisférica do Brasil sempre apoiou mais a necessidade do desenvolvimento econômico do que as divisões de cunho ideológico. Por fim, a economia “trabalhista” se manifestou na CLT da década de 40, novos Ministérios e grandes discursos (São Januário, Pacaembu).

Resposta 5 – Leonardo Steil

Nota: 26,00 TL: 90 TP: 1274 TP/TL: 14,15

O governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 pode ser dividido em três fases: provisório (1930-1934), constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Sua gestão, em geral, pode ser sintetizada pela modernização do Estado brasileiro, vivenciando grandes transformações da sociedade e da política brasileira, como a industrialização como projeto de Estado. Vargas chegou ao poder em 1930 como resultado da Revolução de 1930, que refletiu o desgaste do modelo político e econômico da Primeira República (1889-1930), caracterizada pelas oligarquias estaduais, a política dos Estados de Campos Sales, e o domínio do café-com-leite ou dos estados de São Paulo e Minas Gerais no Executivo federal e suas políticas econômicas voltara para a economia cafeeira em detrimento de interesses da economia interna, como expressado pelo Rio Grande do Sol. Após fissuras no sistema, demonstradas nas eleições de 1910 e 1922, o movimento revolucionário de 1930 põe fim ao governo oligárquico e Vargas emerge como presidente provisório.

No governo provisório, Vargas já empreendeu medidas de reorganização do Estado rumo a modernização administrativa e econômica, pensando e planejando, pela primeira vez, políticas de âmbito nacional. Com apoio do seu grupo político, que havia perdido as eleições de 1929/1930, da Aliança Libertadora, com apoio do PD Paulista e de tenentistas, nomeou interventores nos estados da federação, destituindo os quadros anteriores. Criou institutos para gestão do Estado, onde se dariam as dinâmicas políticas e lobby econômico, como o DASP e o DIP. Logo de início, criou novos ministérios, como o de Educação e Saúde (MES) e o do Trabalho, implementando as primeiras medidas trabalhistas, que seriam uma tônica do seu governo. No plano econômico, Vargas deu continuidade à política de sustentação da economia cafeeira,

haja vista sua centralidade para a economia do país e sua projeção internacional, com a compra de excedentes para estoque e queima de parcela da produção, configurando política fiscal expansionista de tipo keynesiano *avant-la-lettre*, para revitalizar a economia do país frente aos efeitos da Crise Econômica Internacional de 1929, sendo bem-sucedido. No plano internacional, o período foi marcado pela assinatura de mais de 30 tratados comerciais com cláusulas de nação mais favorecida, que seriam denunciados naquela década, haja vista o crescente protecionismo no comércio mundial diante da crise do liberalismo nos países do Norte Global. A demora das eleições de Vargas, sobretudo quanto a uma nova Constituição, frustrou parte de seus apoiadores de 1930, notadamente os paulistas do PD, seus adversários, como os políticos do antigo PRP, oligarcas deslocados do poder, fomentou a Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar da vitória de Vargas sobre o episódio, ficou patente a necessidade de negociação com os diversos grupos que comprunham o Estado e de atendimento de interesses, como a Constituição de 1934.

A partir da nova constituição, dá-se a fase constitucional do governo Vargas. Eleito indiretamente, o presidente dá continuidade às políticas de modernização econômica e administrativa. Progressivamente, vai se delineando o imperativo do desenvolvimento como projeto e o Estado como Gestor, seu promotor. Em todo o período de Vargas, de 1930 a 1945, tem-se a criação e a atuação de diversos institutos, como o IAA, CNAEE, DNERT, CNP, entre outros, para organizar os setores do açúcar e do álcool, águas e energia elétrica, transporte, petróleo, respectivamente e entre outros, no sentido de organizar a gestão e modernização do país, além da criação de políticas, como o código nacional das águas ou o código florestal, racionalizando a gestão do país rumo ao desenvolvimento. No plano interno, como a progressiva industrialização e urbanização, institucionaliza-se o trabalho como dimensão de valorização social, inclusive com o apoio do aparato cultural e de propaganda do Estado, com a

radiodifusão da Voz do Brasil, ou as celebrações do Dia do Trabalho, e o aparato trabalhista, como a formalização de sindicatos geridos pelo Estado como mediador. No plano externo, o imperativo do desenvolvimento e a centralidade do comércio internacional fomentarão uma relativa aproximação com a Alemanha, notadamente pelo comércio compensado, chegando a ultrapassar os EUA com principal destino das exportações brasileiras (concentradas em materiais primários, com destaque para o café) e importações (máquinas e equipamentos para a industrialização). Com os EUA, mantinha-se acordo comercial também e relativa aproximação via política de boa-vizinhança do governo Roosevelt para a América Latina, com o cuidado de não alienar os governos da região para que se aproximassem dos governos autoritários da Europa, notadamente a Itália e crescentemente a Alemanha, ou comunistas. Neste sentido, a política de Vargas também foi influenciada pelos acontecimentos no exterior, ora como modelo, ora como reação, como a influência das causas trabalhistas, o nacionalismo, os Estados fortes, a luta contra o comunismo. Vargas manteve-se de fora da Liga das Nações, mas atuou em algumas organizações e comitês, notadamente na Questão da Letícia, entre Peru e Colômbia. O tema da segurança nacional também influenciou políticas de ocupação e integração do território, como a Marcha para o Oeste, a criação de territórios, principalmente em zonas de fronteira, e a política migratória de estrangeiros desejáveis e afastamento de indesejáveis, com apoio de grupos pela nacionalização do trabalho, sendo o imigrante percebido como agitador ou grevista desde meados da Primeira República.

Entretanto, Vargas necessitava de mais poder para empregar seus projetos de governo e a proximidade de eleições segundo o rito eleitoral constitucional não lhe apossou necessariamente. No contexto da agitação do período, como a Intentona Comunista de 1935 pela ANL e o embate da AIB e os integralistas contra os comunistas, o episódio do Plano Cohen e o medo comunista dão o

impulso para Vargas fechar o governo, com a instauração do Estado Novo, em 1937. No regime ditatorial varguista, nacionalista, de Estado forte com elementos próximos dos fascismos, mas deles também distintos, Vargas governa autoritariamente sem Congresso via decretos-lei e sem partidos políticos e legislativo. Além da ausência de um partido único como sínteses da organização total da sociedade, a ausência de ímpedtos expansionistas é outra característica do regime que contrasta com os fascismos italiano, alemão e japonês. Mas havia algumas convergências, o que fomentava certa aproximação, sem afastar-se de parceiros tradicionais internacionais, orientando-se pelo pragmatismo em favor do desenvolvimento nacional. No contexto de tensão da política internacional, Vargas empreendeu uma política externa de Equidistância Pragmática para colher os melhores resultados para o interesse nacional das relações com os EUA e a Alemanha. Esse equilíbrio foi posto em cheque no contexto da Segunda Guerra Mundial. Era do interesse nacional a industrialização, com a configuração de uma grande siderurgia, objeto de negociações com alemães e com americanos. Vargas soube barganhar com gestos a ambos os lados, como nos notórios discursos dos encouraçados, sua aproximação pelo desenvolvimento nacional em troca. Ao final, decidiu-se pelos EUA com a intervenção de Roosevelt via US Steel e financiamento do projeto que deu origem à CSN. Com o agravamento do conflito na Europa, Vargas demonstrou a solidariedade brasileira no continente nas reuniões de MREs sobre o conflito. Após Pearl Harbor e o ingresso dos EUA na guerra, o Brasil rompe com o Eixo e, após ataques alemães a navios brasileiros, entra na guerra. No conflito, o Brasil tem papel de relevância, com a cessão de bases do Nordeste aos EUA para operações de guerra na África e na Europa, além do envio da FEB à Itália. Sua participação rendeu frutos nas negociações da ordem internacional pós-1945, inclusive com debates sobre uma possível membresia permanente no CSNU. Porém, as incompatibilidades de um governo autoritário que luta ao

lado das democracias na Europa fomentaram debate político que levou ao fim do Estado Novo, com a deposição de Vargas. Apesar disso, Vargas se reposicionou no período democrático da República Liberal (1945-1964), com o movimento queremista, sua eleição como senador e posterior retorno à presidência em 1950.

Questão 2

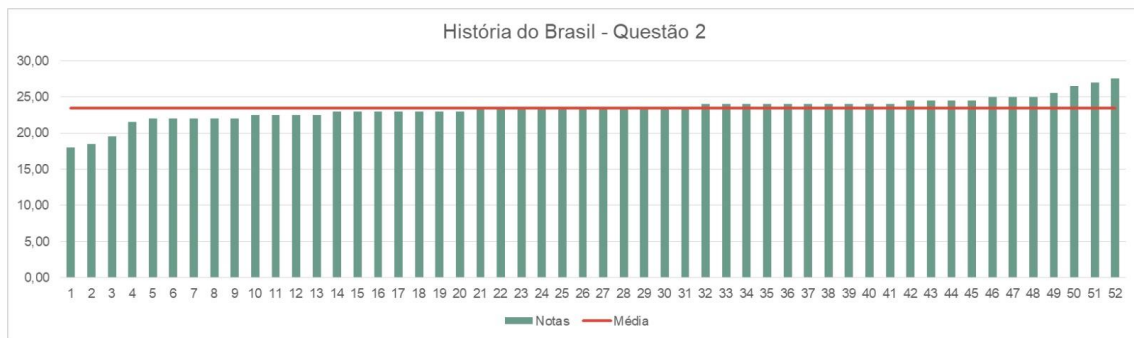
Redija um texto dissertativo a respeito da vida político-institucional no Primeiro Reinado. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) as relações entre as características do exercício do poder ligadas ao período colonial e as ideias liberais;
- b) a construção do texto constitucional de 1824, seus precedentes e suas consequências;
- c) as configurações político-jurídicas e os movimentos populares; e
- d) as características do sistema imperial então vigente e as tentativas de transformá-lo.

Extensão do texto: até 90 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Inicialmente, espera-se que o candidato destaque que o Primeiro Reinado deve ser examinado além da cronologia tradicional estrita, considerando que o período foi marcado pela convivência de paradigmas ainda ligados às práticas de poder do Antigo Regime e às ideias liberais tidas como modernas. Um exemplo concreto, entre outros, das consequências desse paradigma está na relação entre as novidades introduzidas pelo movimento constitucional de 1820 e a configuração do poder provincial em bases tradicionais.

Q2. Espera-se dos candidatos que tratem dos mecanismos político-institucionais e legais que estiveram em voga no período, relacionando as discussões acerca da soberania, da liberdade e da autonomia às experiências parlamentares iberoamericanas, à Assembleia Constituinte e à Constituição de 1824.

Q3. O tema da Constituição de 1824 abre a discussão a respeito da dinâmica entre os poderes políticos soberanos e a construção da nação, mas não somente. Cabe destacar a importância do tema da soberania nas relações internacionais e na

economia. Em ambos os casos, deve ser enfatizado o conjunto de interesses, sobretudo do comércio do Rio de Janeiro, voltados para a autonomia do Brasil.

Q4. É necessário estabelecer uma divisão entre as fases políticas do Primeiro Reinado. Inicialmente, cumpre apresentar o momento do triunfo do constitucionalismo, as circunstâncias da Guerra da Cisplatina e da celebração do Tratado de Paz e Amizade e, por outro lado, as tensões despertadas pelas reivindicações de livres pobres, escravizados e libertos no âmbito dos debates relacionadas à cidadania.

Q5. É preciso, ainda, considerar o período inaugurado em 1826, com a reabertura da Assembleia Geral, as intensas discussões em relação à imprensa e às reformas da Justiça. No caso da imprensa, é indispensável observar que a circulação de notícias por intermédio de panfletos e jornais permite inferir a participação popular nos processos políticos em questão, e, ao mesmo tempo, sublinhar as discussões em torno do projeto referente ao abuso de liberdade de imprensa proposto por Gonçalves Ledo.

Q6. É fundamental estabelecer relações entre os processos jurídicos e políticos por meio da construção do projeto referente aos juízes de paz, tendo em vista sua forte repercussão. Os candidatos devem comentar as atribuições dos magistrados e considerá-las à luz das dinâmicas municipais. Também cabe mencionar as tentativas realizadas pelo Senado de regulamentar as câmaras municipais, com conseqüências para o arranjo administrativo imperial.

Q7. É também necessário mencionar as disputas entre o governo e a Câmara dos Deputados, com a pauta da criação de um sistema monárquico parlamentar, entre as posições do imperador e as do grupo de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Q8. O tema das revoltas do final da década de 1830 deve ser comentado, sobretudo a partir da situação das províncias, como Pernambuco e Bahia, que permite pensar as repercussões de decisões políticas tomadas no Rio de Janeiro e as características específicas daquelas regiões.

Q9. O encerramento da questão deve ser encaminhado com a discussão baseada no processo eleitoral, notadamente a partir do impacto da escolha de juízes de paz.

Q10. Por fim, espera-se uma reflexão acerca dos movimentos de tropas e do "povo", no contexto das manifestações contrárias ao governo e favoráveis a uma nova distribuição do poder político.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão In: SALLES, Ricardo Henrique; GRINBERG,

Keila (orgs.). O Brasil Imperial: volume I (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 139-173.

BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). Revista de Índias, vol. LXVIII, n. 242, pp. 225-254.

FERNANDES, Renata Silva. Um governo por conselhos: as províncias e o Império do Brasil. Curitiba: Appris, 2021.

Resposta 1 – José Kaio Souza Silva

Nota: 27,50 TL: 81 linhas TP: 1018 TP/TL: 12,56

Após a Independência (1822), urgia dar forma constitucional ao país. Com efeito, D. Pedro I (1822-31) convocou uma Constituinte, a qual prometeu jurar uma Constituição – desde que digna do Brasil e de sua pessoa. Na Constituinte, viram-se formar diferentes grupos com projetos distintos para o país. Havia o “Partido Brasileiro”, que defendia maior autonomia do Legislativo e das províncias, e o “Partido Português”, que defendia um poder mais centralizado, com proeminência para a figura do Imperador. Havia, também, algumas figuras mais exaltadas, como Cipriano Barata, que participara da Revolução de 1817 e defendia a República. Nesse cenário, destacaram-se as figuras dos irmãos Andrada. José Bonifácio, ministro dos negócios estrangeiros e que havia sido promotor de uma “monarquia dual”, defendeu a extinção do tráfico de escravizados, além da gradual extinção da escravidão no texto constitucional. Prevalencia no país o estigma do haitianismo e Bonifácio defendia que a integração do negro e do indígena era fundamental para a construção da pátria. Ademais, defendeu medidas hoje consideradas ambientalistas, como replantar bosques e florestas.

A “Constituição da Mandioca”, projeto apresentado por Antônio Carlos, possuía diversos dispositivos liberais inspirados na Constituição Gaditana (1812), além de aventar um possível fim do tráfico e maior autonomia do Poder Legislativo e das províncias. Conforme o projeto desagradou a D. Pedro, o Imperador dissolveu a Constituinte, na esteira do rompimento com os irmãos Andrada, na chamada Noite da Agonia, prometendo entregar uma Constituição

“duplamente” liberal. Assim, a Constituição de 1824, redigida pelo Conselho de Estado, foi outorgada em 1824. Previa uma República Constitucional, com quatro Poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador (“a chave de todo o ordenamento político”, baseado nas ideias de Augusto Comte). O Executivo e o Moderador seriam exercidos a um só tempo pelo Imperador, que nomearia ministros e tinha o poder de dissolver o Parlamento e de convocar novas eleições.

O Poder Legislativo era dividido em uma Câmara de Deputados (eleitos indiretamente) e um Senado (cujo mandato era vitalício), escolhido em uma lista tríplice. O voto era censitário e havia duas categorias de eleitores: votantes e o eleitor propriamente dito, que deviam ter renda de 100 mil-réis e 200 mil-réis, respectivamente, para poder votar, além de ser católico e ter 25 anos de idade (ou 21 para os casados ou bacharéis). As províncias possuíam presidentes de província indicados pelo governo central e conselhos legislativos, com capacidade legislativa bastante limitada.

A Constituição de 1824 banuiu, ainda, as denominadas penas cruéis, embora na prática continuassem a valer para os escravizados. Os escravizados não foram citados na Carta, reconhecendo-se a instituição tacitamente. A religião do Império seria a católica, sob o regime do beneplácito, embora fossem tolerados os cultos domésticos. E o Poder Moderador possuía ampla proeminência para realizar a política externa: haja vista que o Imperador era inviolável e sagrado e somente cabia ao Poder Legislativo debater política externa quando envolvesse permuta territorial. Apesar disso, vários dos dispositivos liberais do projeto da Constituinte foram mantidos, como liberdades individuais, e cabia ao Estado o dever de zelar pela educação.

A Constituição outorgada foi levada para juramento pelas Câmaras municipais e foi recebida por muitas elites locais com ultraje: no período colonial vigorou um regime político em que as

então capitânias possuíam grande autonomia dentro do reino, podendo comunicar-se diretamente com Lisboa e legislar sobre cargos, salários etc. Essas elites locais viram sua autonomia reduzida com a transmigração da Corte em 1808 e o subsequente Período Joanino, uma vez que as reformas empreendidas pelo príncipe-regente acarretaram maior peso tributário: passaram, assim, a perceber um colonialismo interno, emanado do Rio de Janeiro. Essa insatisfação se demonstrou em 1817, na Revolução Pernambucana, e as províncias do Norte rapidamente aderiram às Cortes quando estas propuseram uma Constituição em 1820, embora tenham se decepcionado e aderido, posteriormente, ao Projeto de Independência de D. Pedro. Ora, a Constituição de 1824 teve como reação imediata a Confederação do Equador (1824), que reuniu outras províncias, como Paraíba e Ceará. Mais que Independências, a Confederação foi um movimento de indignação contra os desígnios autoritários de D. Pedro I. Foi violentamente reprimida, com a execução das principais lideranças.

Em 1826, quando a Assembleia foi reaberta, predominou um grupo político do "Partido Brasileiro", que se colocou contra as medidas autoritárias de D. Pedro: a Guerra Cisplatina (1825-28), a crise econômica, a independência subserviente à Inglaterra, que resultou em endividamento do país e a renovação dos tratados de 1810 (que concediam tarifa de 15% para a Inglaterra), além da previsão do fim do tráfico escravo em três anos. A Assembleia se tornou órgão de importante contestação a D. Pedro. Com efeito, aprovou-se lei sobre a responsabilidade dos ministros, que foram convocados inúmeras vezes para prestar contas, embora nenhum tenha sido responsabilizado. A Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos (1828) estendeu a redução tarifária às demais nações, buscando acabar com o privilégio inglês: teve efeitos deletérios sobre as finanças públicas, haja vista que as receitas alfandegárias constituíam a maior parte das receitas do Império. Com a baixa receita e os conflitos no país, necessitou-se recorrer ao emissionismo, e o Banco do Brasil acabou sendo encerrado em

1829 (D. João, ao deixar o país, fizera volumoso saque). A inflação exacerbou o sentimento anti-imperador e contra os portugueses. Ademais, em 1828, eclodiu revolta de mercenários estrangeiros na capital do país, tendo-a tomado por quatro dias.

Entre as tentativas de reforma, cita-se – além da Lei de Responsabilidade dos Ministros e da Lei Bernardo Pereira de V. – a regulamentação do juiz de paz, em 1828: possuía um modelo liberal anglo-saxônico, de caráter eletivo, não técnico (em detrimento dos magistrados de carreira) e era eleito localmente. Em 1830, assinou-se o Código Criminal, que regulamentou muitos dos dispositivos constitucionais, substituindo o Livro V das Ordenações Filipinas. Tinha caráter liberal e inspiraria códigos penais em outros países, como Espanha e França.

O despotismo do Imperador acarretaria sua abdicação em 7 de abril de 1831. Durante a Regência (1831-40) debates entre centralização e descentralização seriam deflagrados, sendo que os liberais moderados prevaleceriam em um primeiro momento: Guarda Nacional (1831), CPC (1832) e Ato Adicional (1834), que extinguiu o Conselho de Estado, criou as Assembleias Provinciais e a Regência Una.

Resposta 2 – Lara Mendes Jacob

Nota: 27,00 TL: 90 TP: 1250 TP/TL: 13,88

O processo de Independência iniciou-se, sobretudo, por meio da Revolução Vintista, de 1820, em Portugal. Os portugueses demandavam o retorno da família real, a criação de uma constituição e o reestabelecimento de Portugal como a cabeça do Império. A Revolução do Porto foi liberal e esteve inserida no contexto das revoluções da década de 1820 na Europa. Nesse processo, enquanto as Cortes em Lisboa não criavam uma Constituição, adotou-se a Constituição Gaditana, espanhola, para a

eleição dos representantes nas Cortes em todos os territórios do Império português. No Brasil, a convulsão política contribuiu para que d. Pedro criasse a Junta do Procuradores de Província, que seria um órgão consultivo, embora, no projeto de Gonçalves Ledo, esse órgão seria deliberativo. Em seguida, d. Pedro convocou a Assembleia Brasílica, a fim de obter o apoio das províncias no Brasil. Com efeito, entre 1820 e 1822, Lisboa e Rio de Janeiro disputaram o apoio das províncias para ser a cabeça do Império, tendo em vista a concepção da Monarquia Corporativista portuguesa. Bahia e Maranhão, por exemplo, estabeleceram Juntas Governativas, aderindo à Lisboa. O Dia do Fico, o decreto do "cumpra-se", os Manifestos de Agosto de Ledo e de Andrada, o grito do Ipiranga e a aclamação de d. Pedro I como imperador resultaram na ruptura com Portugal. As guerras de Independência na BA, no MA e na Cisplatina, principalmente, submeteram, militarmente, as províncias contrárias ao RJ, formando um país unificado entorno de um projeto político centralizado no RJ. Em 1823, a Assembleia Constitucional reuniu-se para criar uma constituição: a Constituição da Mandioca. Essa constituição não entrou em vigor, era liberal, liderada por Bonifácio de Andrada, previa o voto censitário e a abolição gradual da escravidão. Esse último aspecto foi importante para a ruptura entre os Andrada e d. Pedro I. D. Pedro I, insatisfeito com o projeto da Constituição da Mandioca, que limitava seus poderes, fechou o parlamento, em 1823, no que ficou conhecido como a Noite da Agonia. D. Pedro I outorgou a Constituição de 1824, a qual ele chamou "duplamente liberal". A Constituição de 1824 previa o voto censitário, eleições em 2 níveis, criava o Conselho de Estado e o Poder Moderador, previa direitos civis e políticos e obrigava o Estado a fornecer educação primária. A outorga da Constituição de 1824 e o fechamento do Congresso iniciaram o processo de distanciamento do "partido" brasileiro em relação a d. Pedro I, explicando o processo que levou d. Pedro I a ter apoio do "partido brasileiro" e

do "partido português" no início de seu governo até ser obrigado a renunciar em 1831.

O Poder Moderador previsto na Constituição de 1824 era baseado na concepção de Benjamin Constant; contudo, em vez de o Poder Moderador ser uma entidade para harmonizar os outros 3 poderes, no Brasil, o Poder Moderador se tornou meio para o Imperador governar e administrar o país, em moldes que para o "partido brasileiro" seria autoritário e não liberal. A Guerra da Cisplatina, os tratados de reconhecimento estabelecidos com Portugal e com a Inglaterra, bem com a interferência de d. Pedro I na sucessão portuguesa contribuíram para a insatisfação no Brasil com o governo de d. Pedro I. A Constituição de 1824 estabelecia, ainda, o Senado vitalício e Assembleias Provinciais, cujos presidentes eram nomeados pelo Imperador. Além disso, a Constituição de 1824 foi submetida às Câmaras Municipais, embora não houvesse possibilidade de emendá-la. O único órgão a continuar existindo após a Independência do Brasil, em 1822, foi a Câmara Municipal. A Câmara Municipal representava o locus do poder na colônia e o meio pelo qual centro e periferia do Império se relacionavam. A Constituição de 1824 deu continuidade ao processo iniciado desde a Revolução do Porto de "império das províncias", ou seja, de tentativa de transferir o locus do poder local para o nível provincial. Assim, embora a Câmara Municipal continuasse existindo, a Constituição de 1824 limitou suas competências.

A reabertura do Parlamento em 1826 escancarou, no Brasil, o embate entre o Executivo e o Legislativo. O Legislativo, que, em 1823, já contava com a maioria de latifundiários brasileiros, manteve essa composição majoritária em 1826. Assim, o Legislativo passou a aprovar medidas liberais que visavam limitar o poder do Executivo, ou seja, do Imperador d. Pedro I. A lei Bernardo Pereira de Vasconcelos diminuiu a taxa de importação para produtos estrangeiros para 15%, mesma taxa paga pelos

ingleses conforme tratado de Amizade e de Comércio de 1826. O parlamento, ademais, determinou que tratados deveriam passar por sua aprovação congressional. Criou-se, também, o Código Criminal de 1830 que previa a criação do habeas corpus, dos juízes de paz e do tribunal do júri, ou seja, medidas que atacavam a magistratura profissional e visava a fortalecer o poder local. A Constituição de 1834 estabelecia, ainda, que a política administrativa ficaria a cargo das Assembleias Provinciais.

O Primeiro Reinado, embora não contasse ainda com partidos formais, foi caracterizado pelo surgimento de grupos políticos diferentes: o “partido português” que representava aqueles mais conservadores e portugueses enraizados que eram mais próximos do círculo pessoal de d. Pedro I; “o partido brasileiro” representava um grupo com ideais mais liberais e dividiam-se entre os “radicais”, liderados por Gonçalves Ledo, e os “moderados” representados por Bonifácio Andrada. Andrada e Ledo disputaram influência no Império e de d. Pedro I sobretudo por meio das lojas maçônicas. Por fim, d. Pedro I aproximou-se de Bonifácio Andrada, que foi escolhido como chanceler no Primeiro Reinado. A chancelaria de Bonifácio Andrada ficou conhecida como “diplomacia nacional”, visto que Bonifácio defendeu os interesses brasileiros de forma ativa. O fechamento do Congresso em 1823 e as discordâncias em relação ao processo de negociação para o reconhecimento da Independência do Brasil contribuíram para o distanciamento entre d. Pedro I e Bonifácio, de modo que a política externa para o período seguinte ficou conhecida como “diplomacia dinástica”, já que d. Pedro I privilegiou seus interesses dinásticos em relação aos interesses brasileiros. Entre 1826 e 1831, a tensão entre “portugueses” e “brasileiros” aumentou. Em uma tentativa de manter a governabilidade, d. Pedro I nomeou o “Ministério de Março” composto principalmente por brasileiros e liberais. A tensão e a discordância política permaneceram, de modo que d. Pedro I demitiu esse gabinete e nomeou o “Ministério de

Marqueses”, composto por “portugueses” próximos ao círculo político e social de d. Pedro I.

O Primeiro Reinado foi caracterizado, também, por relativa liberdade de expressão e de imprensa, de forma que a opinião pública também se manifestava contrária ao autoritarismo de d. Pedro I. A morte do jornalista Libero Badaró foi atribuída a d. Pedro I, o que convulsionou grande parte da população no RJ. Enfrentamentos entre defensores de d. Pedro I e opositores gerou grande violência, no que ficou conhecido como a Noite das Garrafadas. Era também um contexto de crescente antilusitanismo e, na França, a vitória da revolução liberal que instituiu a Monarquia de Julho inspirou os protestos contra d. Pedro I. Em 1831, com dificuldades de governabilidade e tendo seu irmão, d. Miguel, iniciando movimento conservador contra o governo de sua filha, d. Pedro I decidiu renunciar. Assim, seu filho, futuro d. Pedro II, por ser ainda menor de idade, não assumiu o trono dando início à Regência, a qual ficou caracterizada pelo aumento do reformismo liberal que iniciara ainda em 1826. Logo, a Lei de Regência, o Código de Processo Criminal, o Ato Adicional (1834) e a criação da Guarda Nacional durante a Regência foram tentativas de diminuir o poder Executivo em favor do poder provincial e do Legislativo.

Resposta 3 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 26,50 TL: 86 TP: 1329 TP/TL: 15,45

Nos Trópicos, muito do que ocorria politicamente foi reflexo do zeitgeist europeu. A decadência portuguesa causou uma “inversão metropolitana” que levou muitos políticos, como Anchieta, Dom Luís da Cunha e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho a propor um império estabelecido na América. Em 1808, como reflexo das invasões napoleônicas e ataque inglês a Copenhague, deu-se o início da “interiorização da metrópole”. O período joanino causou

reboiço cultural e político na antiga terra de Santa Cruz. Se o comando e o prestígio aumentaram no Rio de Janeiro, as províncias do Norte passaram a lidar com o ônus tributário da iluminação e a ostentação no Rio de Janeiro. Na falta de partidos os grupos “português” e “brasileiro” debatiam pautas localizadas, pois não havia identidade comum nacional. Em 1817, Pernambuco tenta sua autonomia, pois os exportadores de algodão, cada vez mais ligados aos países europeus, visavam ao liberalismo comercial e ao fim de impostos abusivos. Em 1815, o Brasil torna-se Reino Unido a Portugal e Algarves, no Congresso de Viena, irritando os órfãos de Lisboa.

Em 1820, a Revolução Liberal do Porto, dialogando com o espírito da época, como a Revolução de Cádiz na Espanha sem o Rei Fernando VII, consegue o retorno da família real do Brasil (D. João VI) e o envio, às Cortes de Lisboa, de delegados das agora províncias. Com as guerras de independência (Cisplatina, Bahia, Pará, Maranhão e Piauí), e negociações (como com a Junta dos Matutos, no Recife), consegue-se a independência do Brasil, unificado. Politicamente, entretanto, não há grandes alterações. A política de interesses bragantinos de Dom Pedro é preferida àquela de Bonifácio (de reconhecer o Brasil como nação desde 1815, exposta no Manifesto às Nações Amigas, de 1822). Assim, a política feita no Brasil segue sendo portuguesa. O reconhecimento ilustra isso. Caldeira Brant na Inglaterra, Cabugá nos EUA e Correia Câmara na Argentina não conseguem fazer valer as ideias de Bonifácio, e o Brasil torna-se reconhecido tendo como herança o legado português de dependência da Inglaterra, que é renovado de Methuen (1703), 1810 (Aliança e Amizade) e, agora, em 1825 (1827 é ratificado). Esse tratado retira muito do potencial comercial brasileiro, além de comprometer-se com a abolição e não aproximação da África.

Em 1823, a Constituinte finaliza o texto da Constituição da Mandioca. Ali, constava a abolição gradual, a Câmara responsável

por atos políticos e voto censitário baseado na propriedade rural. Com a Noite da Agonia, a Constituinte é fechada, novamente refletindo a Europa, pois o golpe de Villafrancada retomava o conservadorismo português em Lisboa. Dom Pedro promete constituição duplamente liberal, mas outorga Carta, em 1824, que reflete, acima de tudo, o liberalismo conservador em voga na Europa, ilustrado pelo Poder Moderador. A Constituinte, se minou, em 1823, o ideal pouco mais liberal, de Gonçalves Ledo, que propunha o voto universal ao povo; em 1824, minava, também, o ideal de Bonifácio, que pensava um conservadorismo em bases de Tocqueville. A Carta previa voto em dois graus, para eleitor e votante, baseado na prova de 100 mil réis e 200 mil réis para essas posições. Havia direitos políticos e civis, em bases de Locke, mas ao fim do texto, demonstrando não ser a prioridade bragantina. A menção aos índios (presente no Projeto da Mandioca) foi retirada. Havia menção à educação, que seria feita também nas bases neoclássicas advogadas na Europa. A inspiração foi na Carta de 1823, na Constituição espanhola e em ideais ingleses. Os senadores eram vitalícios, escolhidos por lista tríplice pelo Imperador (mais liberal do que no projeto anterior), mas o parlamento não lidava com assuntos estrangeiros, que eram resolvidos pelo Imperador, a não ser que fosse em relação ao uso da força.

Ainda no Primeiro Reinado, em contexto de questionamento do autoritarismo bragantino, há a Confederação do Equador, que expõe o desejo pernambucano por autonomia e a simpatia pelo liberalismo e republicanismo presentes nos EUA. Apesar de não radicais ou abolicionistas, os pernambucanos, como Frei Caneca, não apenas mimetizam o liberalismo lockeano, mas o misturam a interesses locais. Após o embate entre Rio e Lisboa (1822) e entre Ledo e Bonifácio (1822), passa a tomar forma o embate entre Executivo e Legislativo e mesmo as tentativas de alteração de eleições em Conselhos provinciais, que enviaram deputados ao Rio, não apagam a antipatia parlamentar frente ao autoritarismo

remanescente do Antigo Regime levado a cabo por Dom Pedro. Em 1826, o Parlamento é reaberto, mas, já em 1828, tem-se o início da Guerra na Cisplatina, que mina ainda mais o poder do Imperador. Nesse contexto, o parlamento veta o aumento orçamentário e impede o reforço às tropas, como gesto que buscava opor-se.

A lei de responsabilização de ministros e a Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos intentam barrar a dependência econômica à Inglaterra e o conservadorismo bragantino. Em 1827, surge o Partido Liberal, que tem em Locke, Guizot e Tocqueville sua inspiração. Eles pretendem não a democracia, malquistada na época, mas direitos políticos pouco mais amplos e a separação de poderes, que era impedida pelo Poder Moderador (de Benjamin Constant, mas distorcido). A imprensa liberal tem nos jornais *A Áustria* e *Aurora Liberal* seus principais representantes. A organização Sociedade para Libertação Nacional também contrapõe-se ao conservadorismo bragantino. Os representantes do partido são funcionários públicos e parte da elite coimbrã do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, principalmente. Entre os juizes, Bernardo Pereira de Vasconcelos destaca-se. Pouco depois, o Partido Exaltado, que defende o liberalismo em direitos sociais, é criado. Ali, encontra-se a incipiente sociedade urbana e ideais de Rousseau. A Sociedade Federal é criada e o jornal *O Exaltado* ilustra os debates na imprensa.

Com o golpe de Dom Miguel em Lisboa, Dona Maria precisa de ajuda de Dom Pedro, que envia a Missão Santo Amaro, ajuda financeiramente os portugueses, recebe portugueses ostentosos na Corte e passa a priorizar Portugal. Nas ruas, falava-se no auxílio a Carlos X, que caíra na França, e passa-se a desejar um comando burguês como o de Luís Filipe. O antilusitanismo tomam forma na antipatia à “Camarilha do Imperador” e ao português Chalaça, odiado por brasileiros. Com a derrota na Cisplatina, a economia declina, tal como o frágil poder do Imperador. Após viagem, há a Noite das Garrafadas, que opõe os pés-de-chumbo e os pés-de-

cabras, portugueses e brasileiros. O Ministério dos Brasileiros é substituído pelo Ministério dos Marqueses, de portugueses, levando a insatisfações do Exército e do povo. Em Pernambuco, tem-se a Revolta dos Afogados, em 1827; há, na Corte, sublevações de tropa e povo; no Ceará, a Revolta de Benze cacetes, a de Pinto Madeira; a Carneirada. A Abrilada e a Novembrada no Pernambuco e a Revolta do Ano da Fumaça, nas Minas Gerais. Ainda, um levante de negros contra o incidente que rebelou irlandeses e alemães mercenários contratados em 1822 e que continuaram no Brasil.

Com as tropas rebelando-se contra o governo, juntamente com o povo; além das pressões políticas, como as publicações de Libero Badaró e as cartas em relação à morte do boticário Davi Pamplona; brasileiros e portugueses opõem-se. Leis que proíbem direitos privilegiados para enterros portugueses também contribuem para reacender as disputas.

Com todo o ocorrido, Dom Pedro I é obrigado a abdicar o trono, pois não consegue lidar com a perda de legitimidade. A troca de ministérios e a Noite das Garrafadas representa o último suspiro de seu governo. O remanescente de poder bragantino é combatido pelos ideais liberais moderados e exaltados de grupos que agora organizam-se como partidos políticos. As demandas de fim do Poder Moderador, autonomia provincial, Senado não mais vitalício, Exército controlado (que levará à Guarda Nacional); intervenção parlamentar em assuntos estrangeiros, o que não pôde ocorrer na chancelaria de Carneiro de Campos, mesmo após a divisão da Secretaria de Negócios Estrangeiros por Bonifácio; levam a um amálgama que, juntamente com a falência do Banco do Brasil, antilusitanismo e rebeliões de tropa e povo, causam a queda de Dom Pedro I, tal como a queda de Carlos X, o que ressalta que, nos Trópicos, o espírito do tempo europeu prevalecia também.

Resposta 4 – George Almeida Margalho

Nota: 25,50 TL: 90 TP: 915 TP/TL: 10,16

A vida político-institucional do Primeiro Reinado representou as primeiras tentativas de conformação do Brasil como um Estado-Nação. Pedro de Alcântara nomeou José Bonifácio como ministro da guerra e dos negócios estrangeiros, sendo esse responsável pelas primeiras tratativas de reconhecimento da independência (missões Brandt, Silvestre e Correia). Internamente, Bonifácio havia convocado o Conselho de Procuradores de Províncias, cuja decisão final foi a convocação da Assembleia Brasílica, que, por sua vez, foi por ele convocada já como Assembleia Constituinte. Bonifácio dirigiu os trabalho da constituinte, mediando os conflitos entre as alas brasileira e portuguesa. Bonifácio representava o projeto político aristocrático, apesar de ser pessoalmente favorável à abolição gradual da escravidão e à reforma agrária, contrapondo-se ao projeto político democrático de Gonçalves Ledo. O primeiro projeto constitucional adotou o liberalismo à brasileira, ou seja, previu a separação de poderes e concedeu certa autonomia às províncias, mas não abolia a escravidão. Determinava, ainda, que só poderiam votar os plantadores de pés de mandioca (Constituição da mandioca). Pedro I fechou a constituinte (noite da agonia) e demitiu Bonifácio, que, junto com seus irmãos, exilou-se no exterior. Em 1824, outorgou-se a nova Constituição, que previa a aprovação pelas Câmaras Municipais e possuía características liberais e absolutistas. Estabelecia o Poder Moderador, de inspiração do suíço Benjamin Constant, o Conselho de Estado, o Senado vitalício, a irresponsabilidade jurídica do imperador e de seus ministros, o catolicismo como religião oficial, o culto privado de qualquer religião, o padroado e o beneplácito, a separação de poderes, a educação pública e gratuita, a nomeação dos presidentes de província pelo poder central, a figura do juiz de paz, a eleição em dois níveis (paroquial e provincial), cujo voto era censitário e indireto, e as mulheres não votavam.

A Constituição outorgada não foi aprovada pela Câmara Municipal de Recife e, logo em seguida, a Confederação do Equador proclamou sua independência, contando com a adesão de províncias vizinhas, como a Paraíba. Defendiam a república, o federalismo, o antilusitanismo e a liberdade e autonomia locais, inspirando-se na Constituição da Grã-Colômbia. As forças enviadas pelo Rio de Janeiro, que contavam com mercenários estrangeiros (Labatut e Cochrane), rapidamente contiveram o movimento.

D. Pedro I adotou uma PEB dinástica, cedendo demasiadamente pelo reconhecimento da independência. Em 1825, o acordo, com mediação inglesa, garantiu o reconhecimento do Brasil por Portugal, mediante a indenização de dois milhões de libras e o compromisso com a não incorporação de colônias portuguesas na África. Em 1826, a convenção sobre o tráfico, que entrou em vigor no ano seguinte, e o Tratado de 1827 que manteve as vantagens comerciais concedidas aos britânicos (Tratados de 1810), assim como os gastos com a guerra civil portuguesa (D. Miguel vs. Filha de D. Pedro I) e os gastos com a guerra da Cisplatina, que diferentemente da Argentina, foi impopular e gerou muitas críticas pelo Parlamento, após sua abertura em 1826, terminando com a adoção da proposta de Ponsonby ("algodão entre dois cristais") e visto como uma derrota brasileira.

O sistema imperial, portanto, baseava-se nas arbitrariedades do imperador, mais preocupado com seus interesses dinásticos do que com o país. O Parlamento foi reaberto em 1826, representando a maior organização política da ala brasileira, formada majoritariamente por proprietários de terra e membros das elites provinciais, que aprovou iniciativas legislativas que limitavam o poder do Imperador e a autonomia das províncias, ocasionando o embate entre os poderes legislativo e executivo do Primeiro Reinado. Pode-se citar a Lei de Responsabilização dos Ministros de Estado (1827), que eram regularmente convocados

para prestar esclarecimentos junto ao Parlamento, a Lei de Regimento das Câmaras Municipais (1828) e a Lei de Bernardo Pereira de Vasconcellos (1828), que reduziu significativamente as receitas do governo, abrindo o mercado consumidor brasileiro até mesmo para as nações que ainda não haviam reconhecido o país. Em 1830, o Código Criminal foi uma das principais leis liberais do Primeiro Reinado, ao limitar a arbitrariedade estatal, servindo de modelo para a elaboração de códigos criminais de outros países, como a Argentina. O Código Criminal previa o Habeas Corpus, que, por sua vez, só veio a ser regulamento pelo Código de Processo Criminal (1832).

A imprensa permitiu a politização das ruas. A substituição por D. Pedro I de um ministério de brasileiros pelo ministério de portugueses (Ministério dos Marqueses) foi recebida com desconfiança, e a noite das garrafadas simbolizou a falta de popularidade do imperador e o constante embate entre brasileiros e portugueses. A morte do jornalista Libero Badaró acentuou os conflitos políticos domésticos, e o cenário de completa ingovernabilidade levou à abdicação de D. Pedro I em 07 de abril de 1831, chamada por alguns como a verdadeira data da independência brasileira. D. Pedro I engajou-se na guerra civil portuguesa, na qual era chamado de D. Pedro IV, vindo a falecer em 1834. Seu filho ficou sob tutela de Bonifácio e ocuparia o trono apenas em 1840, após a aprovação da Lei da Maioridade.

Às ideias liberais das revoluções europeias e norte-americana associavam-se a separação de poderes, a autonomia das Câmaras Municipais, a figura do juiz de paz, o Código Criminal e a pressão parlamentar sobre o imperador. Quanto ao período colonial, associavam-se o poder moderador, apesar de sua inspiração liberal, a centralização econômica e política no Rio de Janeiro (nova Lisboa), a irresponsabilidade jurídica do imperador, o Conselho de Estado, a nomeação pelo poder central dos presidentes de província, o senado vitalício e a continuidade da

dependência econômica em relação ao Reino Unido, antes indireta (via Portugal) e agora direta e, claro, a continuidade da escravidão.

Resposta 5 – Géssika Mayumi Nakandakari Saori

Nota: 25,00 TL: 90 TP: 1071 TP/TL: 11,90

A vida político-institucional do Primeiro Reinado foi bastante intensa, tendo em vista que nascia uma nova nação, o Brasil, dentro de um regime liberal constituinte que se contrapunha ao Antigo Regime, em que o monarca tudo podia. A colônia, a partir da vinda da família real em 1808, começaria a ter um papel institucional de cada vez mais destaque na política portuguesa. Maria Odila chamaria esse evento de “interiorização da metrópole” em que reinóis e colonos das províncias do Sul começariam a amalgamar-se institucionalmente, a exemplo da abertura dos portos às nações amigas em 1808. Em 1815, o Brasil seria elevado a (sic) condição de Reino Unido deixando de ser colônia. A falta de protagonismo das Províncias do Norte levaria ao descontentamento dos pernambucanos e ensejaria a Revolta dos Padres em 1817. A revolta foi debelada, mas ali haveria uma primeira tentativa de independência (daquela porção do território) com o envio de Cabugá para pedir apoio estadunidense. Era o primeiro sinal de ideias liberais no Brasil.

Em 1820, ocorreria a Revolução do Porto, demonstrando que as ideias liberais estavam por toda parte. O (sic) portugueses do continente europeu exigem que D. João VI retorne à Europa e que jure a Constituição de Cádiz. D. João VI retorna, mas não jura a constituição gaditana, em lugar haverá a convocação de Cortes Constituintes para decidir o destino de Portugal e do Brasil. São 200 deputados nas Cortes, sendo 50 deles brasileiros. D. Pedro I ficaria no Brasil como regente. Apesar do liberalismo constituinte, para o Brasil as cortes representaram uma ameaça, dado que

cogitava-se (sic) o retorno à condição de colônia. Os brasileiros que participaram das cortes, a exemplo dos irmãos Andrada, não tinham intenções independentistas de início, mas percebem que são minoria e que podem perder autonomia com as cortes. Muitos dos deputados retornam ao Brasil, e Dom Pedro I, influenciado também por D. Leopoldina, anuncia que ficará no Brasil (Dia do Fico) mesmo com as cortes exigindo seu retorno.

Começam então as manifestações em prol da independência. Em agosto de 1822, Gonçalves Ledo e José Bonifácio redigiram os Manifestos de Agosto, demonstrando que ambos tinham influência junto a D. Pedro I. Ledo defendia maior autonomia das províncias e um poder monárquico mais difuso. Bonifácio defendia poder central monárquico forte e menos autonomia para as províncias. Essa será uma das grandes questões da Constituinte que se estabelece em 1823. Bonifácio, inicialmente, tem o endosso de D. Pedro I, o que é demonstrado pela sua nomeação a Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Bonifácio tem o encargo, portanto, de debelar os focos de insurgência que existe (sic) no Pará, no Maranhão, na Bahia e na Cisplatina. Ainda em 1823, após conseguir debelar a maior parte das dissidências, D. Pedro I dissolve a Constituinte de 1823 no que fica conhecido como Noite da Agonia.

Em 1824, haverá a confederação do Equador, juntando deputados do Norte que estavam descontentes com o fechamento da Constituinte e a frustração de seus interesses. Seriam debelados, porém demonstra que a independência como um todo não foi tão pacífica, algo que Helio Franchini demonstrou em seu livro sobre as guerras da independência. D. Pedro I daria ao Marquês de Caravelas o encargo de redigir a Carta de 1824. Embora liberal, vide o fato de haver Constituição. D. Pedro tem flertes centralizadores, de modo que a Carta de 1824 contém 4 poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário somados ao Poder Moderador, pensado pelo francês Benjamin Constant. O governo

seria, portanto, ainda mais centralizador do previra Bonifácio, e o Imperador contaria com plenos poderes, nomeando ele mesmo presidentes de província e o Conselho de Estado (vitalício).

Fica patente, portanto, que a briga entre maior ou menor autonomia para as províncias permanece questão premente durante todo o primeiro reinado. Ainda não havia um sistema partidário definido, de forma que havia um antagonismo entre brasileiros e portugueses que culminaria na Noite das Garrafadas, em que ambos brigariam por influência nos Ministérios de D. Pedro I. O Imperador cercaria-se (sic) cada vez mais de portugueses e em 1825 obteve o reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal e por Inglaterra. Bonifácio diria que tratado com Portugal, reconhecendo que a Independência fora concedida, que o Brasil devia uma soma altíssima em reparações e que D. João seria Imperador de Portugal e do Brasil até o fim de sua vida, era uma concessão desnecessária. Ricupero afirma que foi influência dinástica de D. Pedro I, que se manteve como príncipe de Portugal e herdeiro do trono.

Em 1826, em meio a Guerra da Cisplatina e com necessidade de financiamento e apoio popular, Dom Pedro I reabre o Congresso. Inicia-se então a formação de um sistema político no Brasil com debates intensos de deputados. A Guerra da Cisplatina é reflexo das guerras de independência. Bonifácio chegou a sugerir que a província fosse parte do Reino Unido do Brasil, percebendo que seria difícil manter o controle sobre a região. Com o reclame argentino do local e com as tentativas de uruguaios eles mesmos de obterem poder local e autonomia, a Guerra entrou em impasse. Nem argentinos, nem brasileiros conseguiriam vitória militar definidoras. Enquanto isso, no Congresso, a popularidade de D. Pedro só cai, dadas as dívidas de guerra e a perspectiva de que Pedro não está com a cabeça nas questões do Brasil. Afinal, seu pai morrera e Pedro abdicara do trono português em favor de Dona Maria da Glória.

Em Portugal, D. Miguel, irmão de Pedro, busca tornar-se monarca em bases absolutistas, ameaçando casar-se com Dona Maria da Glória. Pedro não conseguiria a vitória na Guerra Cisplatina e, em 1828, com mediação inglesa, o Uruguai surgiria para tornar-se, nas palavras de Lorde Posonby, um “algodão entre dois cristais”. Ou seja, D. Pedro segue tendo problemas no Brasil e em Portugal. Por mais que busque apoiadores, as tensões seguem altas (vide a já mencionada noite das garrafadas), dessa forma D. Pedro precisará escolher qual local terá ênfase de sua atenção.

Em 1831, D. Pedro I inesperadamente abdica ao trono do Brasil em favor de seu filho D. Pedro II. Em Portugal, ele será visto como constitucionalista que debelou o autoritarismo de D. Miguel. No Brasil, terá a marca autoritária de outorgar uma Constituição após fechar o Congresso. A briga entre centralidade e autonomia das províncias seguirá na Regência, e Miriam Dolhnikoff defende que o federalismo vence. Também formar-se-á o sistema de partidos que permeará o 2º Reinado: liberais e Conservadores.

Questão 3

Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Com a doença e posterior morte de Tancredo Neves, momento de perplexidade nacional, coube a José Sarney assumir a Presidência da República e iniciar a transição em direção à democracia. Parecia irônico, e mesmo um jogo amargo do destino, que, após o movimento das “Diretas Já” e da campanha nacional da oposição, coubesse ao ex-presidente da ARENA e do PDS, e não a um político da oposição, conduzir a democratização do País.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 389.

Em fins dos anos de 1970, a ditadura suscitara uma contradição básica. Impulsionara a modernização do País, sofisticando as estruturas de sociabilidade e potencializando as aspirações por direitos, mas negou-os na prática. Não gratuitamente, uma repulsa geral marcou seu fim “lento, seguro e gradual”. A partir dos anos de 1980, concluída a difícil transição democrática, uma nova Constituição, a de 1988, consagrou os direitos sociais sob a égide do Estado, retomando um padrão historicamente celebrado pelas classes populares, instaurando, ao mesmo tempo, plenas liberdades democráticas.

REIS, Daniel Aarão. As marcas do período. In: REIS, Daniel Aarão (org.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2014, p. 24.

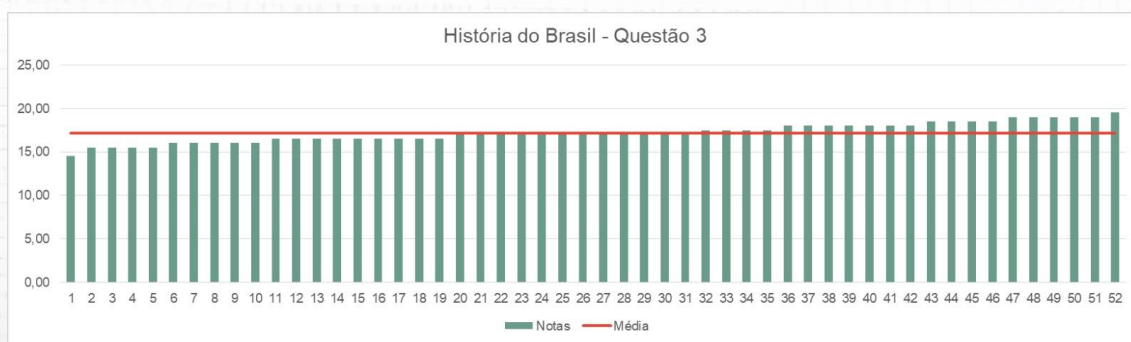
Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) o processo de mudança do regime militar para um governo civil e as respectivas rupturas e continuidades;
- b) o papel desempenhado pelos movimentos sociais nos anos de 1980;
- c) a crise socioeconômica da década de 1980; e
- d) a Constituição de 1988.

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Do ponto de vista político e institucional, o candidato poderá iniciar a resposta utilizando os anos do governo Ernesto Geisel (1975 – 1979) como o período inicial de abertura “lenta, gradual e segura” do regime civil-militar. Poderá tratar acerca das contradições desse período marcado, por um lado, por um compromisso com a abertura e, por outro, com a manutenção de práticas autoritárias em defesa da permanência dos militares no poder.

Q2. A literatura relativa ao tema tem reiterado o caráter mais conservador do processo de redemocratização do Brasil, quando comparado ao de outros países. O candidato poderá referir-se a como a transição foi negociada internamente com a finalidade de evitar que os sujeitos envolvidos em crimes contra os direitos humanos fossem julgados e presos.

Q3. O candidato poderá expor os impactos do fim dos Atos Institucionais para o processo de abertura política a partir de 1979, bem como os efeitos da legislação produzida no governo Geisel, em especial a Lei Falcão (1976) e os Pacotes de Abril (1977) no sentido de apresentar o papel dos militares na condução do processo de transição para a democracia. Outra questão importante a ser explorada é o fim do bipartidarismo no Brasil (1979) e a formação de novos partidos políticos, além da coalizão de forças, construída para que o processo de abertura política se concretizasse.

Q4. O período da redemocratização marcou também outro entendimento em relação à democracia. Para os envolvidos nas organizações da sociedade civil e nos novos partidos políticos, a democracia foi entendida como a ampliação da participação do indivíduo na vida pública do País, ou seja, em um exercício ampliado da cidadania.

Q5. O candidato poderá tratar do contexto mais amplo da chamada “década perdida” em que, no Brasil, os elevados índices

de inflação e o aumento do custo de vida contribuíram para a ocorrência de perdas salariais reais para os trabalhadores brasileiros desde a segunda crise do petróleo em 1979.

Q7. O candidato deverá tratar dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987 e da mobilização de amplos setores da sociedade civil e dos movimentos sociais em prol da elaboração de uma nova Constituição. Destaca-se o papel de lideranças do movimento negro e indígena na elaboração do documento.

Q8. É importante atentar para o processo eleitoral que elegeu Tancredo Neves, que não assumiu a Presidência, e a condução política conservadora da abertura para a democracia no governo de José Sarney(1985 – 1990).

Q9. Ademais, a literatura ressalta que um dos maiores desafios da redemocratização seria o de enfrentar a instabilidade econômica, impulsionada desde o colapso do chamado “milagre econômico” e aprofundada pela segunda crise do petróleo. Além disso, atenta-se para uma maior adesão às ideias do neoliberalismo após o consenso de Washington.

Q10. No que tange à Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, é importante considerar o caráter do documento. Nela, há dispositivos e leis que contemplam uma gama variada de assuntos, destacando-se sua preocupação com os direitos sociais e civis. Há também uma preocupação com as instituições e o peso dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A tortura e o racismo foram configurados como crimes inafiançáveis.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua

nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

LINHARES, Maria Yeda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M. (coord.). Coleção História do Brasil Nação, 1808 – 1810. V. 5. Modernização, ditadura e democracia, 1964 – 2010. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2014.

Resposta 1 – Filipe Brito Hamburgo

Nota: 19,50 TL: 60 TP: 766 TP/TL: 12,8

O regime militar havia decidido, a despeito dos elementos ligados à “linha dura”, realizar uma abertura “lenta, gradual e segura” começando no governo Geisel. A lei Falcão e o “pacote de abril” são exemplos desses movimentos, às vezes contraditórios, de redução do poder de mobilização da oposição com esboços de abertura, que começou de forma contundente com a extinção do AI-5 (que havia suspenso o habeas corpus) em 1978. O movimento de distensão fora também impactado pelo receio ocasionado pela derrota nas eleições de 1974, que o MDB havia obtido sucesso inesperado pelo regime.

Com a mudança do pacote de abril (1 emenda à constituição de 1967 e 6 decretos-leis promulgados por Geisel), Figueiredo assume, em 1979, para um mandato de 6 anos, ao dos quais haveria eleições indiretas para presidente. O caráter ainda difuso do MDB encetava situações em que era necessário ter criatividade para lutar contra o regime pelas vias institucionais, com a realização de manifestações políticas das mais diversas formas

nas ruas, nos shows e nos programas de televisão quando fosse possível. Nesse sentido, destaca-se o movimento social mais relevante da década de 1980, o Diretas Já!, que tomou o país entre 1983, e 1984 com demonstrações pacíficas de estudantes e da sociedade civil inconformadas com o ritmo da abertura. Houve, assim, a proposta da emenda Dante de Oliveira, para eleições diretas em 1985, sem sucesso.

Assim, em vista da abertura política e do avanço com a volta dos partidos, o nome de Tancredo Neves viabilizou-se como o símbolo da sucessão presidencial e da volta do poder aos civis. Ele havia protagonizado a oposição institucional à ARENA nos quadros do MDB e era tido como resistência histórica ao regime, dada a sua trajetória como político de MG. Por outro lado, para garantir o apoio do máximo de representantes do colégio eleitoral, a ala moderada da ARENA, transformada em PDS, ensejou a formação da chapa Tancredo=Sarney (como vice). Ocorre que, com o fim da ARENA, muitos congressistas que estavam ligados à base de apoio do regime acabaram conformando o PDS. Embora não bem recebida pela sociedade, essa solução de compromisso foi a que levou à eleição de Tancredo em 1985.

Tancredo não tomou posse em 1986, em face de sua doença e falecimento nos primeiros dias do ano. Sarney, como vice, assumiu a presidência e tratou de endereçar o principal problema econômico à época, a inflação. Com medidas heterodoxas de controle de preços e indexação, o Plano Cruzado obteve sucesso momentâneo, durante o ano de 1986, mas com a piora nos indicadores macroeconômicos a partir de 1987, criou-se forte sentimento de insatisfação entre as massas populares. Desde o segundo choque do petróleo, em 1979, a dívida brasileira externa era motivo de fuga de capitais e desvalorização da moeda nacional, sendo o Brasil obrigado a decretar moratória e pedir recursos ao FMI. No plano doméstico, a população continuava alijada do processo político do ponto de vista institucional, o que contribuía

para o sentimento de que pouco havia mudado (ou que as coisas haviam piorado desde a abertura).

A Constituinte representou a esperança política de renovação nacional. Com ampla participação popular, incluindo numerosas historicamente alheias a produção das leis, a Constituinte funcionou ao longo de meses para garantir a elaboração de um leito constitucional moderno que firmasse o federalismo e que contemplasse as demandas do povo brasileiro. No contexto da Guerra Fria, era importante sublinhar o equilíbrio entre a liberdade econômica e os princípios sociais elevados na Carta. Com isso, o texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989 (a Constituição Cidadã), com discurso de Afonso Arinos de Melo Franco, consubstanciou as esperanças do povo brasileiro por estabilidade e pelo Estado Democrático de Direito. Ela viabilizou a eleição direta no ano seguinte de Fernando Collor e trouxe inúmeras inovações de ordem ambiental, social, da ordem econômica e da repartição de receitas de arrecadação, consolidando o modelo tripartite de pacto federativo (União, Estados e Municípios). Além disso, contou com a participação dos partidos políticos, dos movimentos sociais (ambientalistas, comunidades indígenas, MST etc.) e de setores da sociedade civil organizado na sua elaboração.

Durante toda a década de 1980, chamada “estagflação” predominantemente. Ela caracteriza-se pela persistência da inflação sem crescimento econômico, contrariando a curva de Philips. As suas causas eram as dificuldades de balanço de pagamentos (crise do petróleo e falta de liquidez internacional com o aumento dos juros nos EUA com Paul Volcker). Com isso, houve substancial imigração para o exterior, empobrecimento das classes médias urbanas e a emergência de uma arte contestadora mesmo após a queda da ditadura, substanciada no rock nacional dos anos 1980.

Resposta 2 – Diogo Machado Gonçalves

Nota: 19,00 TL: 60 TP: 838 TP/TL: 13,96

O processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 foi culminância de vários fatores, tais como a luta da oposição (consentida e "ilegal"), a perda de legitimidade econômica, social e política do regime, e o desejo de parte dos militares de promoverem uma transição controlada de uma ditadura civil-militar para uma democracia conservadora, com base na transição efetivada na Espanha.

Apesar de já existirem, desde Castelo Branco, movimentos de abertura e fechamento, é a partir do retorno da ala castelista ao poder, em 1974, que se vislumbra um projeto de transição. Ernesto Geisel (1974-1979), consubstanciado nas ideias de Golbery Silva que, apesar de ter sido um dos autores do Memorial dos Coronéis, teorizou a abertura "lenta, gradual e segura" colocada em marcha pelos gov. Geisel e Figueiredo. Falar em abertura não quer dizer, contudo, que não houve repressão. O AI-5 vigorou até 1979 e, mesmo após sua revogação, a repressão, a censura e a tortura foram parte do "savoir faire" militar. Outrossim, a linha dura e os porões da Ditadura do SNI, dos DOI-CODIs e dos torturadores seguiram tentando barrar o processo até sua inevitável conclusão.

As eleições de 1972, quando Ulisses Guimarães se lança anticandidato, e o sucesso da oposição do MDB nas eleições de 1974, quando conseguem vencer a maioria das cadeiras em disputa no senado, evidenciaram, justamente o esgotamento do "milagre" após a crise 1973, que o período de diástoles voltava a predominar na história. Assim, Golbery e Geisel iniciam a abertura, sem, contudo, deixar de controlá-la, como pode ser verificado na aprovação da Lei Falcão e do Pacote de Abril que, em conjunto, limitaram a propaganda política nas eleições (nome e foto), mudaram a proporcionalidade das bancadas, criaram a figura do senador biônico (eleito nas Assembleias por um colegiado),

reduziram a maioria de $\frac{2}{3}$ para absoluta para aprovar ECs, já que a ARENA não detinha maioria de $\frac{2}{3}$ no Senado e criaram as listas unificadas e aumentaram o mandato presidencial para 6 anos.

Na transição entre Geisel e Figueiredo (1979-1985), foram ainda editadas a lei de Anistia e a Reforma dos Partidos. O governo almejava não só permitir o retorno das lideranças exiladas, além de conceder anistia a torturadores, mas também permitir a criação de novos partidos para, então, “pulverizar” a oposição do MDB em diversas outras agremiações, com vistas a assegurar a maioria nas eleições para governador de 1982. Com efeito, criaram-se o PMDB, o PDT, o PTB (Ivete Vargas), o PT, o PDS e, posteriormente, PFL, PP, PSDB, PCB, PCdoB. O fim do AI-5, em 1979, finalizou a etapa de distensão em relação à oposição, pois colocou fim ao aparato repressivo, como a censura prévia.

Os movimentos sociais dos anos 1980 foram fundamentais para manter a pressão elevada contra o governo militar. Egressos das ligas camponesas de Julião, em conjunto com a Igreja Católica da Teologia da Libertação e da Pastoral da Terra, mantiveram a luta pela reforma agrária e pelos direitos do trabalhador camponês acesa até as conquistas na Constituinte e a formação do MST. A igreja católica, que havia apoiado o golpe de 1964, especialmente a CBD, passou a fazer oposição ao regime e a proteger perseguidos. A DAB e a AIB, sem o AI-5, vociferavam contra o governo na imprensa e no Judiciário. O novo sindicalismo, na figura de Lula da Silva, retomava o espírito de 1968, em Contagem, e promovia greves sem precedentes no ABC Paulista. Artistas da MPB, sobretudo da tropicália, voltavam do exílio e promoviam festivais contra a ditadura. Tudo isso culminou com o movimento multipartidário das Diretas Já que, apesar de não obter sucesso com a emenda Dante de Oliveira, mostrou ao governo Figueiredo que a redemocratização não seria controlada.

O segundo choque do Petróleo de 1979 desencadeou o fim do PND e o início da crise da dívida externa e da hiperinflação.

Apesar dos esforços de Figueiredo em estabilizar o setor externo (maxidesvalorizações de 1979 e 198; recessão de 1984 e 1983), a inflação era sentida pelo povo e contribuía para deslegitimar ainda mais os militares. Em paralelo, a linha dura promovia atentados contra bancas de jornal, imprensa e oposição. Os eventos desastrosos do Rio Centro culminaram na Demissão de Sílvio Frota e de Golbery (por motivos distintos) e enfraqueceram a oposição à redemocratização dentro das FAAs.

Por fim, após eleições indiretas para Presidente, que colocaram Tancredo e Sarney (PFL) contra Paulo Maluf (PDS), o primeiro presidente civil foi eleito. A morte de Tancredo antes da posse, contudo, levou ao poder um histórico ARENISTA que, apesar de compor a AD, era um conservador. Nesse contexto, o Plano Cruzado de Sarney contribuiu para a eleição de esmagadora maioria conservadora para a Constituinte, pois, nos primeiros meses (1968), a inflação caiu vertiginosamente. Não fosse o domínio das comissões pelos part. de esquerda e pelos "autênticos" do PMDB, a Constituição de 1988 não seria Const. Cidadã de Ulysses, na medida em que seu texto foi construído major. por políticos que compuseram o chamado "Centrão", sobretudo do fisiologismo do PMDB, PDS, PFL, PPS, PP e outros.

Resposta 3 – Gabriel Fernandes Pimenta

Nota: 19,00 TL: 60 TP: 722 TP/TL: 12.03

Ainda que a proposta de redemocratização do Brasil tenha sido apresentada em prol de um processo "lento, gradual e seguro" pelo governo Geisel em 1974, é seguro afirmar que ela ocorreu entre 1979 e 1988. Com efeito, o início da "remoção do entulho autoritário" se deu em 1979, por meio da revogação do AI-5, do fim da censura prévia, da aprovação da Lei da Anistia e da nova Lei dos Partidos. Essas medidas não só restabeleceram direitos civis e políticos como também permitiram o retorno ao país de lideranças

importantes, como Miguel Arraes e Leonel Brizola. Ademais, elas permitiram a melhor organização de movimentos sociais como o novo sindicalismo, articulado a partir das greves do ABC paulista em 1979, e o Movimento Negro Unificado, criado em 1978. Ainda que a lei dos partidos tivesse como objetivo fragmentar a oposição reunida no MDB, sua aprovação foi essencial para a reativação da vida partidária. Houve, porém, resistências à abertura: grupos radicais das Forças Armadas promoveram ações como o envio de bombas a instituições e sequestros – o malgrado bombardeio do Riocentro, em 1982, sinalizou a dificuldade do governo Figueiredo em conter os radicais, levando à demissão do ministro Golbery do Couto e Silva.

As eleições para os governos estaduais sinalizaram a força da oposição ao governo militar em 1982, com vitórias em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Contribuiu para o sucesso da oposição a situação econômica delicada desde o choque dos juros dos EUA em 1979: havia subida inflacionária, com recessão em 1981 e recurso do Brasil ao Fundo Monetário Internacional em 1982. A oposição seguiu sua trajetória de fortalecimento com a causa das eleições diretas: com base em projeto apresentado pelo senador Dante de Oliveira em 1983, o movimento das “Diretas Já” uniu a oposição e propiciou os maiores movimentos de manifestação popular desde o começo do governo autoritário. A despeito da maioria dos votos favoráveis, a emenda não foi aprovada, já que o governo articulou para que os parlamentares do PDS – partido governista, sucessor da ARENA – não comparecessem à sessão.

O processo eleitoral indireto de 1985 foi marcado inicialmente pela divisão no PDS: Paulo Maluf saiu vitorioso da convenção partidária, derrotando Mário Andreazza, favorito do governo militar. O caso levou à formação do Partido da Frente Liberal (PFL), de dissidentes do PDS. O apoio do PFL ao PMDB, principal partido de oposição, em troca do posto de vice-presidente

na chapa eleitoral, foi fundamental para a vitória de Tancredo Neves contra Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. O retorno dos civis à presidência, porém, ainda enfrentaria o obstáculo do falecimento do presidente-eleito, gerando incertezas sobre a continuidade do processo de abertura. O acordo entre elites partidárias e a cúpula das Forças Armadas garantiu que José Sarney – que havia apoiado o governo autoritário durante a maior parte do tempo – tomasse posse.

O governo Sarney se equilibrou entre duas frentes. Por um lado, o combate à inflação feito por meio de planos de viés heterodoxo, como o Cruzado, cujo sucesso momentâneo em 1986 ajudou a consolidar o PMDB como principal força partidária do país. Por outro, a condução da redemocratização: o “Emendão”, de 1986, garantiu o voto dos analfabetos e a organização de partidos comunistas, enquanto a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) teve como objetivo consolidar a democracia pela substituição do texto de 1967 e suas emendas de 1969.

A dinâmica da ANC reproduziu as tendências políticas do país. O enraizamento de grupos conservadores na máquina partidária de legendas como o PDS e o PFL garantiu a formação de um bloco de direita, conhecido como “centrão”. Ao mesmo tempo, houve a consolidação de novos partidos, como o PT, e a articulação de outros, como o PSDB, criado a partir de uma dissidência progressista do PMDB. Ademais, a articulação de grupos da sociedade civil, como os das mulheres e dos indígenas, garantiu o registro de direitos sociais **no textos*** constitucional, valendo o apelido de “Constituição cidadã”. O novo texto retomou elementos da Carta democrática de 1945, como a autonomia federativa, mas submeteu outros elementos, como a forma de governo, a plebiscito popular, evidenciando não somente sua natureza democrática como alguns impasses da ANC. Ademais, seu artigo 5º, cláusula pétrea, cimentou a garantia dos direitos civis

e políticos obtidos ao longo do processo de redemocratização. Não houve, porém, solução para o agravamento do quadro inflacionário.

Resposta 4 – Juliane Becker Facco

Nota: 19,00 TL: 60 TP: 828 TP/TL: 13,8

A transição para a democracia no Brasil tem origem na desaceleração econômica da década de 1970, com a perda do Arena da maioria qualificada no CN com as eleições de 1974 e com a volta do grupo Castalista (Sorbonne) com Geisel e Golbery. Golbery percebe movimento de sístole e diástole, deveria fazer transição lenta, gradual e segura (inspiração Pacto de Moncloa) para democracia conservadora, mas o processo teve rupturas e continuidades, com oposição da linha dura (CSI) nos DOI CODIS e pressão dos movimentos sociais. Em 1974, Geisel cria a lei falcão (torna a propaganda eleitoral inócua para oposições) e lança Pacote de Abril (sub-representação do sudeste e muda maioria para aprovação de EC), ao mesmo tempo, pune torturadores (exonera Caveirinha pós morte de Herzog e Manuel Fialho) e demite Frota (min da guerra). Extingue AI-5, mas passa a valer só em 1979, com Figueiredo, seu sucessor e também castalista que continua a abertura, mas perde o controle do processo (Atentado ao Rio centro é organizado por militares e investigação é forjada, o que leva Golbery a se demitir e proliferam greves no ABC paulista. Em 1979 faz lei da anistia para presos políticos voltarem do exílio, mas perdoad também torturadores e não se aplica a crimes de sangue (sequestro, assassinato). Em 1980, cria lei dos partidos, que possibilita o surgimento do PMDB, PTB, PDT, PDS. Em 1982, as eleições para governadores serão diretas. Apesar do grande movimento popular em torno das Diretas Já em 1984, maior de massas da história, a Emenda Dante de Oliveira em 1985 não terá quórum suficiente para aprovar eleições diretas, mesmo com maioria dos votos favoráveis, o que fez que as eleições

presidenciais ocorressem de forma indireta em 1985, com eleições de Tancredo Neves (MDB) e vice Sarney (antes do PDS) na aliança democrática, já que Maluf não tinha apoio interno no partido e a maioria da constituinte é PMDB adesista ou de direita (PDS, ex-Arena, PFL). Em 1985 com o Emendão de Sarney permite-se o voto do analfabeto e a volta dos partidos comunistas; PCB, PCdoB. Em 1988, surgirá o PSDB da dissidência do PMDB. Os movimentos sociais, nos anos 1980, com as diretas já, o novo movimento operário do ABC – que realiza inúmeras greves e não quer só direitos sociais mas também democracia – têm papel na deslegitimação do regime. O mesmo ocorre com a atuação da igreja católica no campo e as ligas camponesas, o movimento sem terra e sem teto, que introduzem novas demandas sociais e evidenciam a desigualdade aprofundada pela ditadura. O movimento negro, o movimento gay, o feminista e o ambientalista também se opõem ao regime e trazem pautas para a nova constituição corporativista, que traz, porém, pela primeira vez um capítulo sobre o meio ambiente, o voto de analfabeto e direitos civis e política amplos (HC, mandado de segurança coletivo, habeas data).

A crise da década de 1980 já se anunciava com o esgotamento do modelo de ISI com o alto endividamento externo, o II coque do petróleo e o choque dos juros de Nixon, que fizeram a dívida mais do que quadruplicar, e os capitais fugirem com a moratória mexicana. Delfim Neto adotou maxidesvalorizações cambiais de 30% em 1979 e 1981 para impulsionar exportações, e os projetos do II PND mudaram a pauta exportadora já em 1983, com volta de superávit, mas a inflação estava fora de controle e os mecanismos de indexação da ditadura, os aumentos de tarifas e o endividamento das estatais eram insustentáveis. Com a redemocratização impunha-se mudar o modelo de desenvolvimento e frear a inflação, que trazia instabilidade para o novo regime. Sarney implementa o Plano Cruzado, com congelamento de preços, introduz o cruzado e o

gatilho salarial para recompor o poder de compra, mas logo há desabastecimento, preços são remarcados e não há credibilidade nem abertura econômica para competição. O governo mantém medidas com Cruzado II até eleições, que consagram ampla maioria do PMDB porque o congelamento é popular, mas insustentável. [...] Brasil declara moratória e negocia com credores ajuste impopular implementado por Collor, com privatizações, abertura econômica e criação do Mercosul., mas a inflação e a volta da estabilidade econômica só seriam resolvidos com plano real sob Itamar.

A constituição de 1988 é fruto de uma constituinte majoritariamente de centro-direita, que coordenou os trabalhos de redação (ex-Arena, PMDB adesista, apesar da presença de Ulysses Guimarães e Mário Covas, mais ligados às pautas cívicas. A CF/88, ou constituição cidadã mantém direitos sociais históricos, como a CLT, e traz a remoção do entulho autoritário, com eleições diretas, por voto secreto, universal e periódico, federalismo cooperativo (com autonomia para a união, DF, estados e municípios), HC, mandado de seg., projeto popular de lei, direitos fundamentais, princípios para as relações internacionais do Brasil, defensoria pública União, direito de greve, direitos para as associações (não podem ser dissolvidas sem decisão judicial transitada em julgado), previsão de adesão a tratados e tribunais internacionais (ADCT 7 e TPI) e outras previsões que a consagram como “dirigente”.

Resposta 5 – Anônimo

Nota: 19,00 TL: 60 TP: 811 TP/TL: 13,52

A fim de conduzir o processo de redemocratização e instaurar uma democracia conservadora no país, baseada na ideia de “sístoles e diástoles” de Golbery, o governo Geisel iniciou o processo de abertura “lenta, gradual e segura”. Houve tanto rupturas quanto continuidades, visto que houve medidas para

revogar os Atos Institucionais contrários à Constituição e a revogação da Lei de Segurança Nacional. O modelo almejado era o Pacto de Moncloa espanhol e buscava-se evitar algo como a Revolução dos Cravos em Portugal, contexto de retorno da democracia nesses países. Ao mesmo tempo, o governo adotou medidas autoritárias como regras eleitorais a fim de beneficiar a ARENA, o Pacote de Abril, com o fechamento do Congresso para aprová-la, criação dos senadores biônicos, divisão do MT e do MS, etc., após a vitória da oposição nas eleições estaduais de 1974. Já no governo Figueiredo houve o fim do bipartidarismo, visando a fragmentar a oposição e a aprovação da Lei de Anistia, como forma de “roubar” a pauta da oposição. Ao contrário do demandado pelo povo, como o Movimento de Mulheres a favor do tema, a anistia não foi “ampla, geral e irrestrita”, pois não abrangeu crimes de sangue, como sequestro e terrorismo, e acabou beneficiando os torturadores.

Tanto os cidadãos como parcela das Forças Armadas, a Linha Dura, opuseram-se à abertura como ela foi feita. A Linha Dura realizou atentados a bancas de jornais, OAB, AIB e Rio Centro, acabou havendo a demissão de Sylvio Frota por Geisel, sendo que Frota, da Linha Dura, queria ser o sucessor de Geisel. Geisel também tentou coibir a tortura, razão pela qual “Caveirinha” foi demitido após a morte do jornalista Herzog. A sociedade civil que, em grande parte, havia apoiado o Golpe de 1964, também passou a pressionar o governo pela abertura. CNBB, OAB e AIB, por exemplo, passaram a defender a redemocratização, visto que o governo militar, que inicialmente afirmou que seria uma breve reforma do sistema já durava décadas. Surgiu, ademais, o movimento Diretas Já, que reuniu diversas frentes da oposição a favor da realização de eleições diretas para presidente. Foram realizados comícios pelo país. Ocorre que a Emenda Dante de Oliveira acabou não sendo aprovada por falta de quórum, visto que o governo militar agiu no sentido de evitar isso, declarando estado de emergência em Brasília. Assim, as eleições de 1985 foram indiretas. Venceu a

Aliança Nacional, com Tancredo Neves como presidente e José Sarney, antigo membro da ARENA, como vice. Com a morte de Tancredo antes da posse, Sarney acabou assumindo o governo.

A década de 1980 foi caracterizada como “década perdida”, dificultando a ideia de “legitimação pela eficácia” dos militares. Após o Milagre Econômico (1968-1984), quando houve crescimento de cerca de 11% ao ano, reduzida inflação e saldo positivo da balança de pagamentos, os anos 1980 foram caracterizados por estagflação. Ocorreram, em 1973 e 1979, choques do petróleo, aumentando o valor do produto no qual a economia brasileira era muito dependente. Houve, ademais, fim da liquidez externa, visto que o FED norte-americano aumentou a taxa de juros. Como grande parte do crescimento brasileiro foi financiado por empréstimos externos, contraídos a juros flutuantes, houve elevado crescimento da dívida externa brasileira. Essa crise da dívida ocorreu em grande parte da América Latina. Os países, por meio do Consenso de Cartagena, buscaram uma negociação política do problema, mas acabou prevalecendo a negociação econômica da dívida, realizada de forma individual. Ressalta-se que, além do desafio de uma crescente inflação, a questão da dívida brasileira só foi efetivamente solucionada em 1994, com o Plano Brady. A deterioração da vida contribuiu para aumentar a insatisfação da sociedade civil com o regime militar.

Em 1985, o governo Sarney adotou o Emendão, que legalizou todos os partidos, inclusive o Partido Comunista, possibilitou o voto de analfabetos e restabeleceu as eleições diretas em todos os níveis, entre outras medidas. Com base nessas normas, ocorreu eleições para a Assembleia Constituinte, que originou, em 1988, a Constituição da República. Além das regras já previstas no Emendão, a CF/88 garantiu direitos civis, políticos e sociais aos cidadãos. Contém artigos sobre o meio ambiente, proibição de censura e garantia constitucionais como habeas corpus, além do bicameralismo. Após emenda, as eleições presidenciais passaram

a ser para mandato de 4 anos, podendo haver uma reeleição. Ocorre que a Constituinte acabou sendo dominada pelo grupo “Centrão”, como maioria dos membros do PFL e do PMDB. Devido à discordância sobre o tema no PMDB, houve a formação do PSDB como dissidência. Tais parlamentares buscavam garantir seus interesses, razão pela qual a CF/88 é considerada corporativista, além de conter mais de 200 artigos a fim de beneficiar os diversos grupos heterogêneos que a redigiram. Outra inovação constitucional foi a inclusão dos princípios que regem as relações internacionais. Apesar dos problemas, a CF/88 constitui marco no país, pondo fim definitivo à ditadura, com as eleições diretas, e garantindo direito aos brasileiros.

COMENTÁRIO:

- 1. A caneta utilizada para redigir a resposta foi a Muji 0.5, e escrevi 811 palavras em 60 linhas (13,5 palavras por linha);*
- 2. Divido ao escasso número de linhas, decidi escrever apenas as siglas – como MT, MS, OAB, AIB, CNBB, PMDB etc. –, sem defini-las, para ganhar espaço;*
- 3. Consegui lembrar o teor de diversos itens da primeira fase sobre esse tema, a exemplo de itens das provas de 2006, 2007, 2011, 2014 e 2016, e aproveitei para inserir essas informações em minha resposta;*
- 4. Interpus recursos a 2 quesitos, os quais foram indeferidos.*

Questão 4

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A historiografia sobre a transição da colônia para os diferentes Estados nacionais na América Latina tem sido influenciada pela concepção de um longo século XIX, temporalmente mais ou menos balizado entre os anos 1780 e 1930 (LARSON, 2004, p. 3). O século XIX seria, desse ponto de vista, fundamentalmente um período de transição repleto de tensões e ambiguidades, em que a emergência de novas formas de produção econômica, concepções de mundo, práticas institucionais e movimentos políticos e sociais conviveram lado a lado com a capacidade de duração, persistência e continuidade de valores, hierarquias sociais e instituições herdadas do período colonial. Em outras palavras, um momento de marchas e contramarchas em que apenas gradualmente o Antigo Regime e a ordem colonial foram transformados e substituídos por ideologias e instituições de caráter liberal e democrático, no lento processo de construção de Estados nacionais.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino & MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os povos indígenas e a formação do Estado Nacional brasileiro.

In: MOREIRA, Vânia Maria Losada et al (orgs.). *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 123.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca do

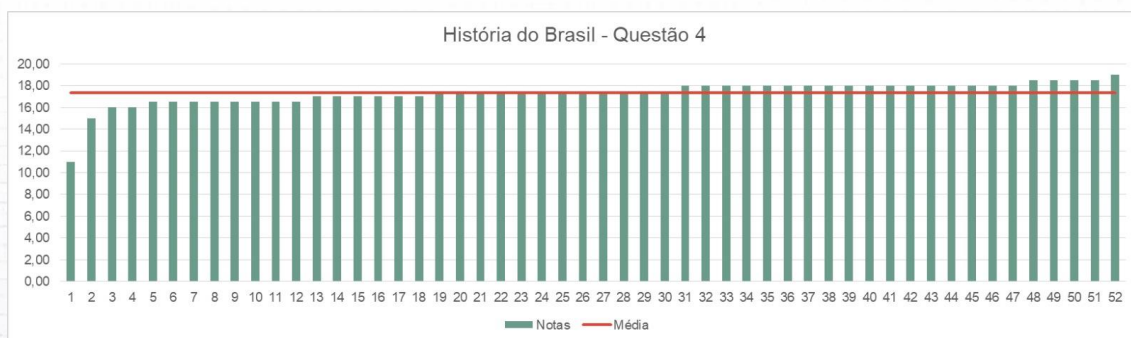
processo de Independência do Brasil. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) o reformismo ilustrado e sua influência sobre a conjuntura no período de 1808 a 1824;
- b) a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro e os impactos desse episódio sobre o processo de independência; e
- c) as diversidades regionais, os constitucionalismos luso-brasileiros e os diferentes projetos e expectativas políticas dos grupos sociais envolvidos nessa época de transformações.

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Realize um balanço historiográfico acerca do período, contemplando as categorias de ruptura e continuidade como

chaves interpretativas importantes para compreender o processo de independência, rejeitando, assim, tanto perspectivas que ressaltem apenas o seu conservadorismo, obscurecendo a agência de diferentes atores políticos e projetos divergentes (tal como a influência das ideias liberais e revolucionárias que circulavam no mundo atlântico à época), quanto àquelas que sobrevalorizam, em chave nacionalista e ufanista, a ruptura nacional e a anterioridade e precocidade da identidade nacional brasileira.

Q2. A influência do reformismo ilustrado e do ambiente revolucionário da segunda metade do século XVIII para a formação de elites coloniais a um só tempo, alinhadas aos objetivos reformistas da Coroa portuguesa, mas também ocupadas progressivamente com ideias de liberdade comercial e fiscal e autonomia político-administrativa.

Q3. A interiorização da metrópole e o impacto da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, considerando a importância de eventos que alteraram o estatuto colonial do Brasil antes mesmo de 1822, como a abertura dos portos (1808) e a elevação à categoria de Reino Unido.

Q4. A conjuntura revolucionária e liberal da virada dos séculos XVIII e XIX e os impactos da circulação de suas ideias relacionados ao Brasil, suas elites e grupos subalternizados, tendo em vista eventos como a independência das Treze Colônias na América do Norte e a Revolução do Haiti.

Q5. As diversidades regionais e os diferentes interesses e projetos de poder presentes nas capitanias e que, muitas vezes, entraram em choque contra as intenções da Corte do Rio de Janeiro, considerando, especialmente, o ocorrido em Pernambuco à época de 1817 a 1824.

Q6. A recepção e as consequências da Revolução do Porto sobre a América portuguesa, a crítica ao absolutismo e a crise das

identidades da Nação portuguesa no contexto das Cortes de Lisboa.

Q7. A construção do projeto de independência sob a liderança das elites do Centro-Sul e com a chancela do príncipe-regente dom Pedro.

Q8. As complexidades históricas da participação popular no processo de independência, a cidadania restrita na sociedade escravista e o medo das elites pela haitianização do Brasil.

Q9. As guerras de independência contra as Cortes de Lisboa e as adesões progressivas ao projeto de separação liderado pelas províncias do Centro-Sul.

Q10. As bases do pacto político e constitucional acertado entre dom Pedro e as elites da antiga América portuguesa e sua crise em 1824.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University, 1988.

BERNADES, Denis. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marcos Joaquim. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). 2. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil imperial. Vol. 1808-1831. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEAL, Bruno; CHAVES, José Inaldo (orgs.). As várias faces da Independência. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2014.

NEVES, Lucia Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

Resposta 1 – José Kaio Souza Silva

Nota: 19,00 TL: 55 linhas TP: 713 TP/TL: 12,96

A transmigração da Corte para seu território americano já fora aventada diversas vezes, inclusive por intelectuais da geração de 1790, como D. Rodrigo de Souza Coutinho. As Guerras Napoleônicas e o Bloqueio Continental, com o subsequente

ultimato, fizeram D. João executar o plano Vasto e Poderoso Império, transmigrando-se para a colônia. Uma vez no Brasil, ocorreu longo processo de interiorização da metrópole e enraizamento no centro-sul. O príncipe-regente buscou recriar o aparato burocrático de Lisboa, com a criação de ministérios congêneres, além da criação de instituições diversas, como Banco do Brasil, Imprensa Régia, Jardim Botânico, Teatro Real e Escola Imperial de Belas Artes. O reformismo ilustrado teve grande influência sobre as decisões políticas do período: ainda em 1808, sob influência do futuro visconde do Cairu, abriram-se os portos às nações amigas, pondo-se termo ao exclusivismo metropolitano. Posteriormente, a Inglaterra conseguiria os Tratados de Comércio e Navegação, Amizade e Aliança (1810), conseguindo taxa de 15%, além de imunidade extraterritorial para seus súditos.

D. João revogou o Alvará de 1785, que proibia manufaturas e declarou guerra à França, ocupando Caiena (1809-1817), além de duas incursões à Banda Oriental, a primeira retirada em 1812 por pressão inglesa e a segunda logrando anexar o território como província Cisplatina. Apesar de criar ânimo inicial, a figura do monarca em território americano gradativamente gerou desconforto. Particularmente nas denominadas Províncias do Norte (atual Nordeste). Durante o Período Colonial, cada capitania gozava de relativa autonomia, possuindo ligação político-comercial com Lisboa. Com a transmigração, essa autonomia viu-se reduzida, e os gastos vultosos realizados no Rio de Janeiro, com sobretarifação das demais capitanias, foram mal-recebidos. Percebia-se uma colonização interna, que gerou desagrado particularmente em Pernambuco, onde eclodiu a Revolução dos Padres (1817), concebida como “Segunda Restauração de Pernambuco”, em que se chegou a redigir Lei Orgânica e enviar emissário aos EUA, o “Cabugá”. Ora, a permanência da família real no país, com a transformação do Brasil em Reino Unido e a coroação de D. João em 1818 também aumentaram a insatisfação do outro lado do Atlântico. A Revolução do Porto ou “Vintista”

buscava recuperar a autonomia de Lisboa, que se via política e economicamente desprestigiada. Anistiou os revoltosos de 1817 e convocou “os portugueses de todo o reino” para elaborar uma Constituição em que se limitariam os poderes monárquicos.

As províncias do Norte, insatisfeitas, foram as primeiras a aderir (Pará e Bahia), seguidas pelas demais. Sem alternativa, D. João regressou a Portugal, deixando seu filho como príncipe-regente e convocando eleições. As províncias do Centro-Sul possuíam um projeto de monarquia dual, ambicionando a permanência do príncipe-regente em território americano. As províncias do Norte queriam reconquistar sua autonomia. As bases da Constituição foram juradas antes de muitos deputados brasileiros chegarem a Lisboa. A ideia de monarquia dual e relativa autonomia não seriam concedidas nos termos pretendidos. As Cortes exigiam o retorno de D. Pedro. Assim, no Brasil, a noção de autonomia passou gradativamente a perceber-se com a de Independência. Em janeiro de 1822, ocorreu o “Dia do Fico”, em maio, o “Cumpra-se”, buscando-se submeter as demais províncias. Em agosto, houve o manifesto às nações amigas (de José Bonifácio) e o manifesto aos povos do Brasil (de Gonçalves Ledo), além de declarar que tropas portuguesas seriam declaradas inimigas.

Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro proferiu o grito do Ipiranga. As províncias coligadas (SP, MG e RGS) foram as primeiras a aderir ao projeto de D. Pedro. As demais aderiram posteriormente, de boa vontade ou por força, por meio de guerras de Independência que eclodiram pelo país (Cisplatina, Maranhão, Pará, Piauí e Bahia). D. Pedro convocou uma Constituinte, prometendo jurar a uma Constituição, se digna do Brasil e de si mesmo. Conforme não lhe agradou o projeto da mandioca, fechou a Constituinte na Noite da Agonia, prometendo uma Constituição “duplamente liberal”.

Em 1824, outorgou a Constituição elaborada pelo Conselho de Estado, bastante centralizadora e com um Poder Moderador. As províncias do Norte sentiram-se traídas e o resultado imediato foi a Confederação do Equador (1824), que, mais que uma proposta de independência, resultava de um sentimento de traição pelo monarca, buscando oferecer um projeto alternativo de país. O evento mostra que o Brasil não tinha uma identidade única, mas que suas províncias eram colchas de retalho dentro de um território, com identidades políticas e sociais próprias.

Resposta 2 – Gabriel Fernandes Pimenta

Nota: 18,50 TL: 60 TP: 669 TP/TL: 11,15

O processo de independência do Brasil evidenciou o extenso cabedal de ideias e práticas políticas presentes no território luso-brasileiro. O período entre 1808 e 1824 teve dinâmicas próprias, mas também herdou influências da segunda metade do século XVIII: o reformismo ilustrado do período pombalino estava evidente nos projetos de modernização da administração imperial e de transmigração da corte para a América elaborados por D. Rodrigo Coutinho na década de 1790, sendo notável a influência coimbrã nessas ideias. A ilustração também estava presente na proposta liberal da abertura dos portos apresentada por José Lisboa e implementada em 1808 – além de administrador colonial, Lisboa foi o primeiro propagador das ideias de Adam Smith no Brasil. Essa tendência intelectual também foi importante no trabalho de José Bonifácio, ministro articulador da independência e proponente da centralização política com modernização técnica – além de ideias sobre a industrialização autônoma do país, Bonifácio propunha, de modo progressista para o período, a abolição da escravidão e a assimilação de povos indígenas. Esse reformismo, contudo, não era dominante: tanto a corte de D. João VI quanto a de D. Pedro

eram formadas por moderados, próximos de ideais liberais, e por conservadores.

Nesse contexto, é interessante considerar a atual discussão historiográfica sobre a influência da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Enquanto as abordagens tradicionais veem a transmigração da corte como ponto inicial da independência, valorizando elementos como a elevação a Reino Unido em 1815, abordagens mais recentes indicam que a presença monárquica no Brasil pode ter postergado o processo – em comparação com as independências na América espanhola, ocorridas na década de 1810, Leslie Bethell argumenta que a monarquia adiou o processo, mas garantiu a unidade territorial. Para isso, contribuiu o processo de interiorização da metrópole, composto pela adesão das elites do centro-sul da América portuguesa à corte fluminense, ao redor de um projeto centralizador e moderadamente liberal. As vertentes historiográficas convergem ao apontar que a recriação de instituições do império português, como a Mesa de Consciência e Ordens, a Imprensa Régia e a Biblioteca Real no Rio de Janeiro, contribuiu para a formação de um Estado independente centrado na corte.

O percurso de independência também evidenciou a diversidade de perspectivas políticas nas periferias do território luso-brasileiro. Os levantes pernambucanos de 1817 e 1824, por exemplo, indicam a prevalência do ideário liberal na região, associado ao Seminário de Olinda e inspirado pela autonomia local celebrada desde a expulsão dos holandeses no século XVII. Com efeito, a proposta pernambucana de independência era uma alternativa ao processo centralizador liderado pelo Rio de Janeiro, como chama a atenção Evaldo Cabral de Melo. A Revolução do Porto de 1820 foi outro episódio de expressão de interesses regionais divergentes, uma vez que a região e suas elites haviam se tornado periféricas no arranjo de poder imperial desde 1808.

Esposando uma proposta liberal, que chegou a adotar provisoriamente da Constituição de Cádiz de 1812, a revolução ganhou a rápida adesão das províncias do norte da América lusa, como o Grão-Pará: elas também tinham sido escanteadas no arranjo imperial pós-1808, em tensão com seus laços históricos com Lisboa. Essa associação ao núcleo de poder português explica o porquê de o Grão-Pará ter sido um dos focos de resistência contra o Rio de Janeiro na guerra de independência – conflito no qual forças portuguesas na Bahia e na Cisplatina também mostraram intensa oposição às tropas lideradas por Labatut e Cochrane.

O processo de elaboração da constituição do Brasil independente também expôs diferentes grupos políticos. O projeto inicial, apelidado de “Constituição da mandioca”, era defendido pelos setores liberais moderados locais, com a previsão de somente três poderes e franquia eleitoral relativamente ampla para a época. Já o projeto outorgado por D. Pedro após envio para aclamação nas Câmaras Municipais era centralizador e mais conservador, em linha com o grupo social de elites portuguesas, lideradas por Carneiro de Campos, que o escreveu. Nele, a autonomia provincial foi consideravelmente restrita e o imperador era, além de irresponsável, titular do Poder Moderador, capaz de se sobrepor aos demais.

Resposta 3 – Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Nota: 18,50 TL: 60 TP: 883 TP/TL:14,71

Desde as revoluções burguesas da segunda metade do século XVIII, como a Independência Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789), os ideais iluministas de autores como Locke, Rousseau e Montesquieu se tornaram mais influentes ao redor do globo. Entre 1808 e 1824, ideias de matriz iluminista, ainda

que cotejadas com intuítos meramente reformistas, tiveram peso na então colônia brasileira, que anos antes fora objeto de práticas de despotismo esclarecido sob o ministério comandado por Pombal. A abertura dos portos, proposta pelo Visconde de Cairu, em 1808, as pressões inglesas para o fim do tráfico de escravos, já constantes do Tratado de 1810, a influência de Dom Rodrigo Coutinho sobre Dom João, a Revolta Pernambucana em 1817 são exemplos de como o ideário ilustrado esteve presente no mencionado período. Ademais, as medidas de interiorização da metrópole adotadas pela Corte no Brasil, como as Academias Médico-Cirúrgicas no RJ e na Bahia, a Academia de Belas Artes, a instauração de uma imprensa régia e a revogação do Alvará que proibia a produção de manufaturas locais também dimensionam a importância da perspectiva de uma governança ilustrada. A própria Revolução do Porto, de 1820, que teria impactos decisivos no processo de independência nacional se vale do ideário iluminista, ao buscar submeter o monarca a uma constituição liberal.

Foi nesse contexto que a Corte Portuguesa aportou no Brasil em 1808, trazendo consigo segundo algumas estimativas aproximadamente 15 mil portugueses. A vinda da corte, que não constituía uma ideia inédita no ideário político português, uma vez que já tinha sido sugerida por Dom Rodrigo Coutinho, decorria da iminência da invasão napoleônica, uma vez que Portugal, para não romper com a Inglaterra, não aderiu ao Bloqueio Continental. A chegada da Corte Portuguesa deslocaria o protagonismo político da metrópole para a colônia (processo de inversão colonial). O fim do exclusivo metropolitano, com a abertura dos portos, fortaleceria a economia local. A elevação do Brasil ao Reino de Portugal e Algarve, formalmente, extirpava o status colonialista. A criação de uma série de instituições locais, passo fundamental no processo de interiorização da metrópole, comportou a criação de um Ministério governativo local, de instâncias judiciais, de uma Mesa de Consciência e Ordem, de um exército, do Banco do Brasil e de uma intendência de polícia. Além disso, instituições culturais como

as Academias Médico-Cirúrgicas e a Academia de Belas Artes, além das Missões Francesas e Austríacas concorreram para a formação de uma vida cultural local. Diante de todo esse cenário econômico e da criação de uma considerável burocracia pública, além dos casamentos entre locais e portugueses, uma ampla rede de interesses locais que, posteriormente, não aceitariam um status de liberdade e influência política menor do que aquele oferecido pelo processo de interiorização da metrópole. Com a Revolução do Porto, Dom João teve de retornar a Portugal, deixando Dom Pedro como príncipe regente. Nesse momento, a gama de interesses locais já mencionados se aliou a Dom Pedro para evitar uma redução do peso político local.

Após a Revolução do Porto, os líderes revolucionários adotaram provisoriamente a Constituição de Cádiz, 1812, e convocaram uma Assembleia Constituinte, que teria representação das províncias brasileiras. Embora a medida parecesse um convite à participação da população local, as demandas brasileiras não foram adequadamente consideradas. A ideia de independência ainda não era predominante nos círculos brasileiros, prevalecendo a ideia de uma monarquia dual, capitaneada como projeto por Bonifácio. As Cortes portuguesas, no entanto, avançaram e concluíram o novo texto constitucional português sem que $\frac{1}{3}$ dos representantes brasileiros tivesse chegado à Portugal. Enquanto RJ e Bahia foram os primeiros a enviar representantes, MG sequer foi representada. A desconsideração do projeto brasileiro levou ao ideal de um Império Brasileiro. Dom Pedro, que já fora apoiado pelas elites locais, como as democráticas de Gonçalves Lêdo e as coimbrãs de Bonifácio, em episódios como as Bernardas do General Avilez e o Dia do Fico, rompeu definitivamente com Portugal em 7 de setembro de 1822, ao receber a notícia de que, sob a nova Constituição Portuguesa, a nomeação de ministros teria de passar por Portugal. Com a independência declarada, as diferenças regionais se acentuaram e levaram a guerras. No sul, havia confrontos na Cisplatina, no Centro, havia confrontos na

Bahia e no Norte havia confrontos no Pará, no Ceará, em Pernambuco. De modo geral, o país se dividiu em Províncias Coligadas (RJ, MG, SP e RS) leais a Dom Pedro e Províncias Constitucionalistas, ao norte, ligadas a Portugal. Sob liderança de Dom Pedro, Bonifácio e Lima e Silva e com o auxílio de mercenários, como Labatut, Cochrane e Grenfell, o projeto do RJ conseguiu submeter as demais províncias sem que houvesse fragmentação territorial. Com o Brasil independente, projetos distintos de nação buscarão apoio de Dom Pedro. Gonçalves Lêdo proporá um regime com maior prevalência do legislativo e eleições diretas para a formação de uma Constituição, ao passo que Bonifácio buscará um projeto liberal de predomínio do executivo e com votação censitária para a Constituinte. Embora tenha vencido a disputa com Lêdo, o projeto liberal e soberanista de Bonifácio, que incluía gradual abolição da escravidão e manejo sustentável do meio ambiente, perderá fôlego com sua demissão, motivada pela falta de substantivo apoio política às suas ideias. O fechamento do Congresso em 1823 e a Constituição outorgada de 1824, que seria adotada em Portugal em 1826, consolidaram uma monarquia centralizada.

Resposta 4 – Rita Magalhães de Oliveira

Nota: 18,50 TL: 60 TP: 867 TP/TL: 14,45

Para muitos historiadores, a vinda da família real ao Brasil marca o início do período de independência. Já em 1808, há a abertura do comércio às nações amigas, pondo fim ao exclusivo metropolitano. Em 1810, há tratados desiguais com a Inglaterra. A presença da família real no Brasil também tem várias outras implicações. Há a vinda de diversos órgãos e instituições para o Brasil, como é o caso do Erário Régio, do Conselho da Fazenda e da Biblioteca Real. Há, também, criação de um Tribunal de Súplica, da Mesa de Desembargo do Paço e da Intendência Geral de Polícia.

Muitos brasileiros passam a fazer parte dessa burocracia, contribuindo com capital para o BB, etc. Ou seja, há um entrelaçamento dos interesses da Coroa e da elite política e econômica do Sudeste, o que Maria Odila designa “interiorização da metrópole”. Em 1815, há a elevação do Brasil ao status de “Reino Unido”, na Conferência de Versalhes. Nem todas as províncias, contudo, são beneficiadas com a transmigração e se ressentem quanto aos investimentos feitos da “nova Lisboa”. Era o caso, principalmente, das províncias do Norte. É por isso que eclode, em 1817, a Revolução Pernambucana. A população se insurgia contra os benefícios dados aos portugueses, contra os altos impostos para bancar a corte no Rio, contra o recrutamento forçado para as disputas no Prata (em 1811 e 1816), etc. A falta de coesão do movimento acaba facilitando sua contenção. Nesse mesmo ano, ocorre a revolta de Gomes Freire, em Portugal. Em 1820, estoura a Revolução do Porto, que se insurgia contra a inversão colonial. Demandava-se o retorno de Dom João e a convocação das Cortes. Quando as notícias chegam ao Brasil, são bem recebidas especialmente nas províncias do Norte. Bahia e Grão-Pará já elegem, em fevereiro de 1821, juntas provinciais fiéis a Lisboa. Há uma primeira bernarda no RJ, e Dom João é obrigado a jurar a futura constituição. Convoca eleições para as cortes e para as juntas provinciais e reúne uma assembleia de eleitores, que será fechada. Parte para Portugal, deixando amplos poderes com Dom Pedro. Em seguida, há nova bernarda, que permite a destituição do ministério. Ao longo de 1822, são expedidos inúmeros decretos pelas cortes que demandavam o retorno de Dom Pedro; extinguíam instituições e tribunais no Brasil; determinavam eleições para as juntas provisionais; determinava que as juntas teriam um governador de armas designado pelas Cortes. Havia, nesse momento, alguns brasileiros presentes nas Cortes, mas que não se opõem, a princípio, aos portugueses, pois tinham interesse na constitucionalização do regime e pois ainda criam na possibilidade de uma monarquia bifronte. Ademais, ao

contrário da delegação de SP, as demais não tinham instruções diretas sobre como agir. Quando a notícia quanto aos decretos chega ao Brasil, as províncias de MG, RJ e SP se unem e promovem a “Campanha do Fico”. Em 09/1/1822, Dom Pedro decide ficar no Brasil, encarrega José Bonifácio de montar o ministério e cria o “Conselho de Procuradores”. Em seguida, seguindo o plano de Gonçalves Ledo, mais radical, convoca uma Assembleia Constituinte. Também expede a “Lei do Cumpra-se”. Em agosto, há dois manifestos, um de Gonçalves Ledo, que defendia a ruptura imediata com Portugal, e um de José Bonifácio, o “Manifesto às Nações Amigas”. Destaca-se que, até o último momento, Bonifácio defendia uma monarquia bifronte, com paridade nas Cortes, sede no Brasil (ou sede em alternância), duas constituições, etc. Diante da inviabilidade, dada a intransigências das Cortes, acaba aderindo ao movimento independentista (ainda que em bases menos liberais que Ledo). Em 7 de setembro, o processo chega ao auge, com a proclamação da Independência. Pode-se dizer que, nesse processo, há uma união entre a elite brasileira do Sudeste (que tinha interesse, sobretudo, na manutenção da escravidão) e a “elite interiorizada”, portugueses que haviam estabelecido bases no país e tinham interesses econômicos aqui. O processo de independência, contudo, não foi pacífico, uma vez que diversas províncias eram mais vinculadas a Lisboa que ao Rio de Janeiro. Há, portanto, guerras de independência na BA, MA, Grão-Pará, PI, CE e na Cisplatina. Para debelá-las, tem início uma arregimentação de brasileiros e de mercenários estrangeiros. Na Cisplatina, por exemplo, há disputas entre as forças brasileiras e a Divisão de Voluntários Reais, que havia sido designada para combater nos conflitos platinos. A marinha tem grande relevância para debelar o conflito. Na Bahia, há disputas entre tropas do General Madeira e resistências do Recôncavo (senhores de engenho). Há, também, grande relevância da marinha (destaque para o mercenário Cochrane e para o brasileiro João das Botas). As disputas conseguem ser aplacadas, sendo a Cisplatina a última província a

ser pacificada. Nota-se, portanto, que o processo de independência é marcado por choques de estruturas entre brasileiros e portugueses, mas também entre brasileiros de diferentes regiões. O projeto das Cortes de, na prática, submeter o Brasil ao status de colônia, revertendo as liberdades concedidas desde 1808, se incompatibilizou com os interesses dos brasileiros (tanto daqueles que defendiam uma monarquia bifronte, quanto daqueles que eram pró-independência) e da elite portuguesa transmigrada, que tinha interesse em resguardar os benefícios auferidos no Brasil, seja no comércio, seja na burocracia, seja no exército. Assim, o "Reino Unido" não aceita a recolonização, o que leva à independência.

Resposta 5 – Luiza Griesang Cabistani

Nota: 18,00 TL: 60 TP: 741 TP/TL: 12,35

A "lenda dourada" acerca do mito da independência pacífica brasileira não se sustenta mais na historiografia contemporânea (Lilia Schwartz). Desde a geração de 1790, com Rodrigo Coutinho e José Bonifácio, contrastavam-se o reformismo ilustrado com a manutenção do Brasil como colônia. Influenciados pelas ideias liberais da revolução industrial, americana e francesa, o país era o centro dinâmico do Império Português, porém em condição de inferioridade. O Elitismo Burocrático das elites de Coimbra e Montpellier influenciaram, já desde Pombal, medidas liberalizantes na colônia, sobretudo com a transmigração da Corte em 1808. Fugida de Napoleão, a Corte veio ao Brasil sob proteção inglesa, dando início ao projeto de "interiorização da metrópole" (Maria Odila). Iniciou-se processo de sociabilidade e novas ideias com o Jardim botânico, BB, Escola Cirúrgica de Medicina e a introdução música erudita. A Revolução do Porto em 1820 exigiu retorno de D. João VI para jurar a constituição; o Brasil, cujo exclusivo colonial havia terminado em 1808 com a abertura dos Portos às Nações Amigas, participa da nova constituição. Desde 1815, no contexto de

Viena, o Brasil havia alcançado o status diferenciado com o "Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve".

Juntas Constitucionais haviam se formado e as capitanias do Norte participavam com representantes; o Brasil teria a metade de constituintes que Portugal. O constitucionalismo era amplamente debatido, e tinha vertentes diversas (José Inaldo), especialmente nas capitanias do Norte (atual Nordeste), o qual sofria com o fiscalismo do Rio. Com a mudança da Corte, ampliou-se os gastos para reformas urbanas, e o algodão de PE era sobretaxado, especialmente após a safra de 1816, quando respondeu por 80% das exportações de Recife. Tais capitanias queriam autonomia em relação à Portugal e agora ao Rio de Janeiro, a nova força colonial. Todavia, com o Golpe de Vila Francada, e antes mesmo com a formulação das bases da Constituição antes da chegada dos representantes brasileiros, abriu-se caminho para a independência. Os grupos eram diversos: comerciantes, fazendeiros, elites locais. Mas D. Pedro I assumiu que convocaria Assembleia; e as capitanias do Norte adentram, de forma condicionada, conforme Frei Caneca, acreditando que ganhariam autonomia nesse novo Brasil. Aderiram ao projeto Pedrino, este decidiu ficar no Brasil (Fico, jan. 1822), apesar das pressões bragantinas. A Imperatriz Leopoldina convocou o Conselho de Estado para declarar independência de Portugal, resultando no Grito do Ipiranga de D. Pedro, que estava em viagem às províncias coligadas para conseguir apoio (MG e SP).

Houve enfrentamentos e batalhas sangrentas na Bahia, Piauí (Jenipapo), Cisplatina, Maranhão para garantir integridade do território. 60 mil mortos, o que equivale à Guerra do Paraguai, segundo Doratioto. Mercenários como o inglês Cochrane e o francês Pierre Labatut foram contratados para liderar e promover o Exército e a Marinha, respectivamente. A atuação de populações escravizadas, e de mulheres como Maria Felipa, Freira Angélica e Maria Quitéria (vestida de homem para lutar), foi essencial para

expulsar os portugueses e garantir a independência. Segundo Laurentino Gomes, foi a Guerra de Independência da Bahia (2 de julho de 1823) que garantiu a soberania brasileira. Desde os acordos de 1810 com a Inglaterra, eram evidentes as contradições do Brasil colonial, onde se encontrava a verdadeira riqueza de Portugal. A transmigração da Corte não foi mera eventualidade, mas foi o início de um processo que durou pelo menos 20 anos.

Apesar da adesão das demais províncias ao projeto Pedrino, a diversidade de projetos, agendas e constitucionalismos era enorme. A Constituinte Brasileira discutiu diversos projetos, como a Constituição da Mandioca, de Bonifácio, mas acabou fechada na Noite da Agonia, e outorgada em 1824, com aspectos autoritários (Poder Moderador) e liberais (garantias individuais). Persistiam as contradições do reformismo ilustrado e as incertezas sobre qual projeto político seria vencedor. Frustradas, as capitanias do Norte (PE, CE, RN, PB, CE e outras) promoveram a Confederação do Equador (1824), uma república federalista, de acordo com os anseios de participação política latentes desde a Rev. Pernambucana de 1815. Duramente reprimida, a Conf. do Equador foi derrotada, mas as diversidades regionais e as expectativas políticas dos agentes sociais distantes do Rio de Janeiro persistiam. Assim, longe de pacífica e unânime, a Independência do Brasil contou com disputas e agendas distintas, com a participação ativa e determinante de diversas classes sociais nas diferentes províncias do país. Venceu o projeto Pedrino e a manutenção do território, da economia latifundiária escravista, mas os embates persistiriam ao longo do Primeiro Reinado e do Período Regencial (1831-1841), cujas revoltas de tropa e povo são símbolo expressivo.

GEOGRAFIA



Questão 1

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A literatura a respeito de redes urbanas aponta, já há algum tempo, para a diversidade dos inúmeros conjuntos articulados de centros urbanos. Diversidade real que, entretanto, não diminui o mérito, ao contrário, enfatiza a necessidade de esforços de elaboração de tipos ideais e modelos hipotético-dedutivos acerca da rede urbana, como são, entre outras, as formulações de Christaller, Lösch e Zipf. A diversidade refere-se às possíveis combinações dos mesmos elementos que, entretanto, ao se concretizarem, o fazem de modo específico, pois cada um desses elementos assume uma própria especificidade. Entre outros elementos, estão a gênese dos centros, o tamanho deles, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e as relações espaciais que delas derivam. Outros elementos, de natureza política, social e cultural, considerados menos frequentemente na literatura, podem ser agregados, explicitando mais nitidamente a rica e complexa diversidade de redes urbanas.

CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, pp. 121-129, jan./jun., 2000. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/nugea/files/2014/09/Rede-urbana-Lobato.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2023.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo analisando o processo de urbanização e a formação de redes urbanas sob a

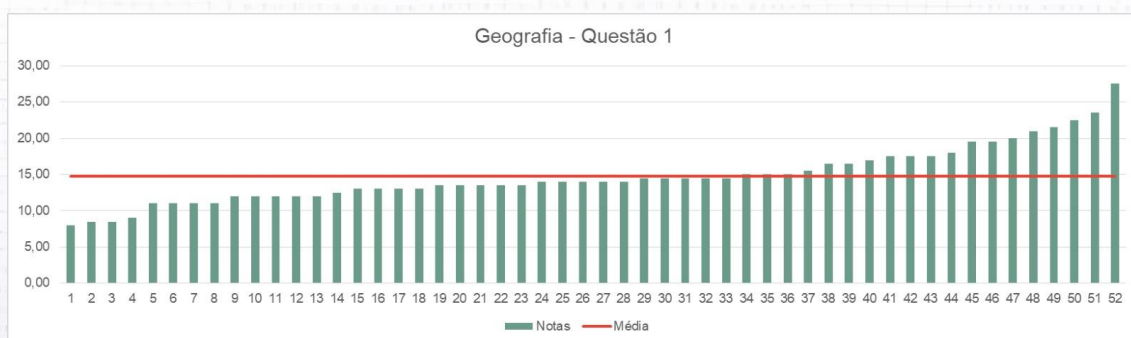
perspectiva geográfica. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a concepção e a conceituação de rede urbana;
- b) as categorias de análise da rede urbana;
- c) a natureza dialética da rede urbana como realidade espacial;
- d) as interações espaciais na constituição da rede urbana e a tipologia dos padrões de interações espaciais; e
- e) a relação entre urbanização e formação das redes urbanas.

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A noção de rede não é algo recente no campo dos estudos geográficos. Nos trabalhos clássicos dos séculos XIX e início do século XX, já se encontram análises abordando esse tema, conforme ilustrado pela perspectiva desenvolvida por La Blache. Ele argumentou que as técnicas relacionadas à mobilidade humana, como aquelas representadas pelas ferrovias, tiveram um impacto profundo em todo o hemisfério norte, onde a organização do ambiente influenciou inúmeras intervenções no espaço. Atualmente, os estudos relacionados à temática das redes experimentam uma notável expansão e reconhecimento, impulsionados principalmente pela maneira como o espaço e a sociedade estão estruturados no mundo contemporâneo.

Q2. As redes urbanas, um dos objetos de estudo da geografia urbana, têm base fundamental, como é típico das redes em geral, na interconexão coordenada de centros urbanos. De acordo com Roberto Lobato Corrêa, é possível conceituar a rede urbana como “o conjunto de centros urbanos que estão funcionalmente interligados entre si”. Essa compreensão da rede urbana, que está intrinsecamente ligada às interações entre centros urbanos, também é evidenciada por Milton Santos, quando ele descreve as redes urbanas como “a manifestação dos movimentos populacionais, das atividades agrícolas e industriais, bem como dos fluxos monetários de informações e ordens”. Da mesma forma, Milton Santos a define como um “conjunto de aglomerações que produzem bens e serviços, juntamente com uma infraestrutura de apoio e os fluxos que circulam entre essas aglomerações através desses meios de intercâmbio”. Essa ênfase nos fluxos ressalta a importância crucial de considerar as interações espaciais.

Q3. Milton Santos propôs categorias de análise por meio das quais seria possível tentar compreender a complexidade e a importância da rede urbana. A primeira categoria é a “estrutura” que envolve a interconexão de todas as partes de um conjunto, o

método de organização ou produção, e conseqüentemente influencia qualquer acontecimento ou componente de natureza social que, ao estar inserido nessa situação, faz parte desse conjunto representado pela estrutura. Portanto, compreender a rede urbana requer a consideração de que ela é uma manifestação de forças abrangentes de natureza estrutural, decorrente da reprodução das relações capitalistas de produção. Isso justifica a perspectiva de Roberto Lobato Corrêa de que a rede urbana serve como um meio para facilitar a produção, a circulação e o consumo.

Q4. A categoria de análise conhecida como “processo” pode ser caracterizada como uma ação contínua que se desenrola em direção a um resultado específico, envolvendo conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Essa categoria envolve a observação da dinâmica social, das transformações, das interrupções e das continuidades. A utilização da categoria processo na análise da rede urbana implica reconhecê-la como uma realidade em constante evolução, em processo de estruturação ou reestruturação contínua. Isso enfatiza a importância de compreender a origem e o desenvolvimento da rede urbana, pois, sem esse conhecimento, não é possível compreender o seu funcionamento no presente. De acordo com Roberto Lobato Corrêa, o processo fundamental que permeia a rede urbana é a criação, apropriação e circulação do valor excedente.

Q5. A terceira categoria de análise da rede urbana é a “função” que, segundo Milton Santos, se refere a uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. A tentativa de classificar as cidades com base nas funções que desempenham dentro da rede urbana é uma abordagem clássica de pesquisa. Nesse contexto, os centros urbanos são agrupados conforme as respectivas características essenciais, levando em consideração as funções urbanas, bem como os fatores de natureza social, econômica e política.

Q6. A quarta categoria de análise da rede urbana é a “forma”, que se refere ao aspecto visível de algo, ou seja, à disposição particular de objetos. Roberto Lobato Corrêa identifica duas formas diferentes de rede urbana: a rede urbana dendrítica, que representa a forma mais simples da rede urbana e tem raízes coloniais; e a rede urbana complexa, caracterizada por um padrão locacional multifacetado dos centros, que podem estar localizados próximos a rios, na confluência de regiões diferentes ou espalhados em vastas planícies, resultado de um longo e diversificado processo de desenvolvimento e reconfiguração de atividades produtivas.

Q7. A análise da rede urbana por meio de suas categorias (estrutura, processo, função e forma) somente é viável porque a rede urbana está intrinsecamente ligada à dinâmica espacial. Portanto, quando se discute a rede urbana, aborda-se o espaço. Esse espaço é de natureza social e manifesta-se como parte integrante da sociedade como um todo. É um espaço entendido como uma dimensão da sociedade que mantém uma relação dialética com ela, sendo simultaneamente uma parte inseparável e possuindo certa singularidade dentro desse contexto. Assim, compreender a concepção de espaço é essencial como um pré-requisito para compreender a natureza da rede urbana. O espaço é considerado um fenômeno social, pois representa uma realidade objetiva que surge como resultado das interações historicamente estabelecidas entre os indivíduos. Isso ajuda a entender por que as redes urbanas mais densamente conectadas têm a propensão de aumentar a própria densidade e centralidade em comparação com outras redes urbanas menos densas, que geralmente têm menos dinamismo econômico e, conseqüentemente, menor diversidade de centros hierárquicos. As redes urbanas mais densas, que atuam como espaços de comando, tendem a se adaptar e a responder rapidamente às mudanças nas dinâmicas de produção, circulação e consumo. Enquanto isso, as redes urbanas menos densas, que funcionam como espaços de execução, enfrentam desafios maiores para se ajustar às novas lógicas de mercado e, por essa

razão, muitas vezes permanecem sob o controle de agentes externos.

Q8. A rede urbana é uma realidade inerentemente espacial, compartilhando a mesma natureza do espaço do qual é uma parte inseparável. A rede urbana é, em essência, uma coleção de sistemas de objetos, sendo em si mesma um sistema abrangente, especialmente quando considerados os centros urbanos como componentes desse sistema. No entanto, a significância desse sistema de objetos somente se manifesta plenamente quando é ativado por sistemas de ações. Em outras palavras, a rede de cidades existe em decorrência das funções desempenhadas pelos centros urbanos, pelas atividades que eles abrigam e pela ação de agentes concretos, tais como empresas, entidades governamentais, movimentos sociais, entre outros. Em suma, a vitalidade da rede urbana é intrinsecamente ligada à dinâmica social que a preenche. Portanto, examinar a rede urbana significa não apenas abordar suas configurações físicas, mas também compreender suas relações e atividades subjacentes. A rede urbana está intrinsecamente ligada ao conceito de conexão e articulação, o que enfatiza a importância de entender profundamente as maneiras pelas quais os centros urbanos interagem entre si, como um passo crucial para compreender a verdadeira natureza dialética.

Q9. Na sociedade capitalista contemporânea, as cidades estão se tornando cada vez mais centros cruciais de conexões e interações de diversas naturezas, que vão desde as relações puramente sociais até aquelas intimamente ligadas às atividades econômicas. Essa observação enfatiza a importância da análise das interações entre cidades para a compreensão de processos que abrangem diversas ordens e escalas, desde os que dizem respeito ao espaço interno da cidade até aqueles de alcance global. Para isso, é preciso compreender o conceito de interação espacial. Segundo Roberto Lobato Corrêa, as interações espaciais

representam um vasto e intrincado conjunto de movimentos que envolvem pessoas, mercadorias, capital e informações através do espaço geográfico. Essas interações podem variar em intensidade, dependendo da frequência com que ocorrem, podendo assumir diferentes propósitos, características de acordo com a distância e direção envolvidas e se concretizar por meio de diversos métodos e velocidades. É possível identificar tendências gerais nas interações espaciais ao examinar as redes geográficas. Roberto Lobato Corrêa propõe uma tipologia para categorizar os padrões de interações espaciais com base nas redes geográficas, composta por cinco tipos. É importante ressaltar que esses modelos são conceitos gerais que, embora sejam derivados de situações reais, não podem capturar integralmente a riqueza e a complexidade da realidade socioespacial. No entanto, eles servem como ferramentas eficazes para nos aproximar dessa complexidade do mundo real.

Q10. À medida que a urbanização avança, mais pessoas se mudam para as cidades, aumentando a população urbana. Isso, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico e a diversificação das atividades urbanas. O crescimento das cidades, resultante da urbanização, leva à formação de novos centros urbanos e à expansão dos existentes, o que contribui para a constituição de redes urbanas mais complexas. As cidades, em uma rede urbana, muitas vezes desempenham funções complementares, como centros industriais, comerciais, educacionais e culturais. Elas trocam bens, serviços e recursos uns com os outros, fortalecendo a interdependência econômica. O desenvolvimento das infraestruturas de transporte, comunicação e logística é fundamental para facilitar a interconexão entre as cidades em uma rede urbana. As redes urbanas podem ter um impacto significativo na distribuição regional de empregos e recursos, influenciando a qualidade de vida, o acesso a serviços, bem como a dinâmica econômica nas áreas urbanas e rurais circundantes. Assim, o processo de urbanização contribui para a formação e para o desenvolvimento das redes urbanas, enquanto

as redes urbanas, por sua vez, moldam a dinâmica econômica e social das áreas urbanas em uma região ou em um país. Ambos os fenômenos estão intrinsecamente ligados e têm um papel importante no funcionamento das sociedades contemporâneas.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CORRÊA, R., L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R., L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R., L.; GOMES, P., C. da C. Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R., L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: CORRÊA, R., L. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, M. Espaço e método. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

Resposta 1 – Luis Marcelo Gomes Mendes Leite

Nota: 27,50 TL: 60 TP: 681 TP/TL: 11,35

A rede urbana é um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados. Essas redes, que não existem isoladamente, podem e costumam interagir entre si, o que cria dificuldades para delimitar e tipificar seus modelos. No caso do Brasil, por exemplo, onde a urbanização se deu de modo tardio e acelerado, as redes urbanas são marcadamente metropolitanas, apesar de exceções notáveis, como a rede urbana da região sul, mais equilibrada. O caso brasileiro é bastante ilustrativo para a concepção de rede urbana como resultado da interação entre homem e natureza, perfazendo o que Milton Santos chamou de Espaço Usado, produto da territorialização das técnicas que viabilizam a formação dos referidos arranjos reticulares.

Uma rede urbana pode ser entendida através de diversas categorias de análise. Podem ser analisadas de acordo com seu processo de formação, o que diferencia as redes urbanas antigas (Europa Ocidental) e recentes (América Latina e África). Também podem sê-lo pelo tamanho dos centros, que classificariam redes mais homogêneas (sul do Brasil) e heterogêneas (Amazônia, que é macrocéfala). Outra possibilidade são suas densidades: a rede urbana pode ser densa (região polarizada pelo Rio de Janeiro, com relações de tipo city-ness) ou pouco densa (região polarizada por Brasília, com relações mais horizontalizadas de tipo town-ness com o amplo entorno). As redes podem, ainda, ser analisadas pelas funcionalidades: a rede do Meio Norte tem, em Teresina, um centro de prestação de serviços médicos e educacionais.

Como posto, território é espaço usado. Desse modo, a forma como os núcleos urbanos interagem é um reflexo do processo de construção da realidade espacial. Sua natureza é dialética, portanto, é atestada pela evidente relação entre territorialização das técnicas e seus usos. A existência de próteses no território tais

como infraestrutura física ou mesmo digital favorece uma maior ou menor concentração. No Brasil, o exemplo de São Paulo é ilustrativo: por meio da acumulação de capital monetário e físico, a cidade transformou-se em nossa "irrecusável metrópole nacional", como posto por Milton Santos. A rede urbana, portanto, é produto e produtora de espaço geográfico, influenciando atores como: Estado, empresários, trabalhadores e movimentos sociais.

Os sistemas reticulares urbanos surgem de interações espaciais determinadas pelas técnicas e pelas funcionalidades. A depender destes fatores, podem as redes urbanas organizar-se de modo: dendrítico (centros articulados a cidades médias, como na Amazônia); solar (um centro articulado a uma grande área, como Brasília); linear (em forma de linha, como a rede urbana chilena, em região de características físicas peculiares); Christalleriano (concepção idealizada de equilíbrio entre os centros, semelhantes à rede urbana do sul do Brasil); circular; ou reticular (de modo menos ordeiro, o que tende a ser mais comum em áreas mais densas). Desse modo, importam às redes o "onde" e o "como", uma vez que as características naturais e espaciais podem favorecer ou dificultar suas formações.

Produto de sua história, o espaço geográfico determina uma relação evidente entre urbanização e formação das redes urbanas. O Brasil, por exemplo, viveu uma urbanização terciária e tardia, que, de modo geral, favoreceu a formação de uma rede urbana macrocéfala, com destaque para a centralidade de São Paulo, onde historicamente se concentrou o parque industrial e os serviços especializados. Na Europa, onde o processo se arrastou por séculos, foi possível formar redes mais equilibradas, ao passo que, na África Subsaariana, a formação acelerada de redes macrocéfalas tem sido a norma, o que reforça a necessidade de cumprimento do ODS 11 (cidades justas e sustentáveis).

Outras teorias explicativas para o fenômeno das redes urbanas são ilustrativas. Segundo Taylor, por exemplo, as redes

urbanas são produto de influências exercidas entre centros urbanos, uns sobre os outros, independentemente de estarem em seus entorno, aproximando-se do que Milton Santos chamou de verticalidades. Por sua vez, Christaller argumenta que a natureza das redes urbanas é, antes de tudo, marcada pela preponderância da proximidade, no que Milton Santos chamaria de horizontalidades. De todo modo, sendo as técnicas mediadoras das relações entre homem e natureza, as redes urbanas são entendidas como a materialização espacial das interações entre as cidades. Cidades estas que são caracterizadas pela compacidade, muito embora inexista uma definição universalmente aceita de cidade.

Resposta 2 – Francisco Xavier de Araújo Neto

Nota: 23,50 TL: 60 TP: 530 TP/TL: 8.83

O principal documento de referência para compreender a rede urbana brasileira é o relatório Regiões de Influência das Cidades, publicado em sua edição mais recente em 2017 (REGIC). Tal documento define a rede urbana, em linhas gerais, como um sistema interconectado de fixos e fluxos abrangendo determinado número de aglomerações urbanas, em um conjunto que torna-se interdependente e com evidente conotação técnica, científica e informacional. A partir de quatro categorias fundamentais de análise espacial (forma, estrutura, processo e função), a rede urbana é identificada e mensurada. Materialmente, o relatório vale-se de múltiplos indicadores como: linhas aéreas, vias de comunicação, trânsito intermunicipal e interestatal de pessoas, localização de sedes e filiais de empresas, transporte de mercadorias e muitos outros.

Em termos metodológicos, as cidades brasileiras são definidas segundo diferentes categorias de acordo com o seu grau de centralidade e integração na rede urbana nacional. São Paulo é

a única “grande metrópole nacional”, Rio de Janeiro e Brasília são “metrópoles nacionais” e há algumas dezenas de “centros regionais” das categorias A, B e C, segundo ordem decrescente de importâncias. Aqui, é necessário destacar que a visão tradicional de hierarquia rígida na rede urbana foi em grande medida superada, no contexto de uma rede densa e multipolar, e não linear. Assim, torna-se fundamental compreender a distinção feita pelo geógrafo Milton Santos entre “espaço relativo” e “espaço absoluto”. Enquanto que este é definido pelas distâncias físicas e obstáculos naturais, aquele depende do uso da técnica e dos meios de comunicação, dentre outros fatores, redefinindo assim os conceitos tradicionais de “perto” e “longe”.

No que diz respeito à tipologia dos padrões de interação espacial, vários autores apresentam diferentes interpretações e propostas para a classificação de tais fenômenos. As dicotomias inclusão/exclusão, integração/isolamento, dependência/autonomia e comando/subordinação escapam a modelos teóricos de descrição uniforme, sendo possível interpretar as relações no contexto das redes urbanas sob diferentes prismas. Na região de fronteira, por exemplo, o menor ou maior nível de interação humana pode ser expresso por meio de diferentes denominações como zona-tampão, frente ou sinapse. O conceito de “cidade-gêmea” normalmente se aplica a municipalidades de distintos países que se encontram fisicamente e socialmente conectadas, enquanto que a instituição das “cidades irmãs” pode expandir redes entre cidades para muito além das fronteiras nacionais.

Existe **um íntima relação*** entre o processo de urbanização e a formação de redes na medida em que a expansão das cidades cria novas verticalidades e horizontalidades em uma dinâmica contínua de especialização e, não raro, marginalização. Essas continuidades e descontinuidades espaciais formam rugosidades territoriais e exacerbam o contraste entre espaços rápidos e lentos, opacos e luminosos, que mandam e que obedecem, na expressão

do geógrafo Milton Santos. Assim a conformação de uma rede urbana possui uma faceta "macro" (é dizer, de âmbito regional ou nacional) e outra "micro": a definição de quem tem, de fato, o "direito à cidade".

O processo de urbanização no Brasil seguiu tendência latino-americana, onde tal processo ocorreu de forma tardia, rápida, excludente e gerando redes macrocéfalas. A tendência de "desconcentração concentrada" passou a modificar a rede urbana a partir da década de 1980, e o CENSO demográfico de 2022 mostra marcantes evoluções como a diminuição da população de oito capitais estaduais.

Resposta 3 – Geórgia B. de Menezes Gomes

Nota: 22,50 TL: 60 TP: 730 TP/TL: 12,2

A rede urbana é o conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos. As redes urbanas tornaram-se cruciais à análise geográfica com a progressiva urbanização mundial, que se desenvolveu, principalmente, durante o século XX. A expansão do modo de produção capitalista e as revoluções industriais propiciaram a formação de cidades, inicialmente sob uma base fordista, de criação de conglomerados industriais. A industrialização foi acompanhada do êxodo rural, pelo qual as populações buscaram oportunidades socioeconômicas nas cidades. As cidades multiplicaram-se, tornando-se locais de moradia, produção e convivência, para além de sediarem serviços administrativos do governo. Nesse contexto, incentivou-se a metropolização, rede no qual um centro urbano exerce influência sobre núcleos menores e com eles interage. Esse processo foi desigual no mundo, regiões como América Latina e África passando por uma urbanização terciária, que foi mais rápida e mais enfocada no setor de serviços do que a que ocorreu nos

países centrais. Atualmente, ocorre uma reformulação das redes urbanas, cada vez mais influenciadas pelos fluxos, em um contexto de acumulação flexível e ascensão do meio técnico-científico-informacional (MTCI).

A análise da rede urbana pode dispor de categorias para melhor compreender os fenômenos que nela ocorrem. Nas cidades, é crucial a questão demográfica, visto que, diferentemente do meio rural, o meio urbano é marcado pela maior densidade demográfica. Esse acúmulo de pessoas influi na formação de deseconomias de aglomeração, que tornam a vida nas cidades mais custosa e violenta a seus habitantes. Destaca-se também o tamanho dos centros e de suas redes, que podem ser influenciados tanto pelo contingente populacional quanto pela concentração de atividades econômicas ou administrativas. O grau de conexão de transportes e logística pode também ser atualizado para avaliar as redes, crescentemente dominadas pelas verticalidades. Sublinha-se também as interações humanas e fluxos sociais de moradia e trabalho que podem estruturar as redes e dotá-las de organicidade.

Como realidade espacial, a rede urbana tem natureza dialética, pois, ao mesmo tempo, é influenciada por fenômenos políticos, econômicos, sociais e de outros tipos e os influencia. O espaço não é apenas uma realidade espacial, ele é território usado, marcado por interações múltiplas, e essa noção se aplica também à rede urbana. As redes podem ser adaptadas de acordo com câmbios econômicos, como o emergente padrão de acumulação flexível destacado por David Harvey, que tem levado à realocação de indústrias e a sua internacionalização; mas também podem influenciar na implementação de empresas focalizadas nos setores quaternário e terciário em seu território. A rede urbana está em permanente construção, o que deriva de seu caráter primordialmente relacional, de interação entre grupos humanos e suas atividades. Dessa forma, não pode ser compreendida de

forma estática ou associada a apenas um padrão de interação espacial, manifestando vários deles.

As interações espaciais são o alicerce das redes, podendo ser analisadas com teorias como a de Christaller, que identifica localidades centrais e a formação de redes em torno delas. Atualmente, como no REGIC 2018, são preconizadas as teorias como a dos fluxos centrais de Taylor, que concede caráter mais dinâmico às redes urbanas e avalia a dimensão de town-ness e city-ness dos núcleos de uma rede. Logo, percebe-se a predominância dos fluxos em detrimento dos fixos. Entre os diversos padrões de interações espaciais, podem-se destacar o axial, no qual a rede se articula em torno de um centro, e o linear, no qual há um centro que predomina num padrão do tipo linear. Destaca-se, também, a rede dendrítica, pela qual se segue o padrão dos rios, como é o caso da rede amazônica. Esses padrões de interação, contudo, costumam não se manifestar exclusivamente, um centro urbano estando articulado a redes de padrões diversos.

A urbanização é, dessa forma, crucial à formação e adaptação das redes urbanas, que respondem à sua evolução. Se a progressiva urbanização levou à formação de redes, historicamente, sua atual expansão para zonas rurais, ou onde predominava o meio natural, faz com que as redes se modifiquem. No Brasil, por exemplo, o adensamento da rede de cidades, com o crescimento de cidades médias, engendra a formação de novos núcleos e a reestruturação das redes. Além disso, a ascensão das cidades globais e a mudança resultante no caráter das antigas metrópoles propicia a formação de redes mais extensas e marcadas por fluxos logísticos e informacionais. Nesse sentido, em uma era de MTCI, as redes urbanas ganham cada vez maior centralidade.

Resposta 4 – Carlos Paulo Cavasin Neto

Nota: 21,50 TL: 60 TP: 738 TP/TL: 12,3

Rede urbana é um conjunto de centros urbanos em vista de suas inter-relações políticas, econômicas, sociais e/ou simbólicas, seja a nível regional, nacional ou global. Essa articulação permite relações urbanas reticulares, não necessariamente contíguas, entre diversas “nebulosas urbanas”, que se influenciam mutuamente, seja vertical ou horizontalmente, dando caracterização própria à rede urbana. A concepção de redes urbanas só é possível em um cenário de intensas trocas (comerciais, humanas, políticas) entre os centros urbanos, gerando certa interdependência entre eles; assim, é certo que o meio técnico-científico-informacional favorece a concepção de redes urbanas cada vez mais complexas.

A nível global, a rede urbana da gênese às cidades globais, que são o nó primário de uma rede urbana articulada em torno de poder político, econômico, cultural, ou a coexistência de vários desses elementos. Não há critérios globalmente consensuais sobre o que são cidades globais; contudo, Nova York, Londres e Paris são exemplos indisputáveis. Em comum, elas possuem grandes centros decisórios em instâncias de repercussão global, grandes polos tecnológicos, educacionais e de inovação e populações altamente cosmopolitas. São Paulo (alpha) e Rio de Janeiro (Beta) aparecem em algumas classificações de cidades globais.

A nível nacional, o REGIC do IBGE classifica a hierarquia da rede urbana brasileira em metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais, de acordo com a influência que exercem sobre a rede urbana brasileira. No Brasil, as 15 metrópoles influenciam diretamente todos os municípios brasileiros, com primazia para São Paulo (única grande metrópole nacional), Rio de Janeiro e Brasília (metrópoles nacionais) e cidades como Campinas e Florianópolis (metrópoles). Essa

influência se dá tanto via longo alcance (verticalidade) quanto pela proximidade (horizontalidade).

Outros critérios de análise de redes urbanas podem envolver seu tamanho, suas funções, densidade e a gênese de seus centros. Enquanto as cidades médias possuem mais de 500 mil habitantes, as metrópoles possuem mais de 1 milhão, e as megalópoles, mais de 10 milhões; estas, se concentrando, sobretudo, no Sul Global (só a China possui 6 das 33 contabilizadas no último relatório da ONU). As redes urbanas ainda podem ser analisadas pelas suas funções (centro urbano voltado ao turismo, à burocracia, à inovação, ou mesmo “cidades-dormitórios”); densidade populacional rarefeita ou saturada; se possui relações transfronteiriças (cidades-gêmeas ou mesmo globais); ou se sua gênese é planejada, de urbanização terciária ou histórica. As diversas categorias de rede urbana se sobrepõem e se misturam.

Como realidade espacial, a rede urbana possui natureza dialética, já que conforma determinadas articulações, mas também é conformada pelos usos do espaço, sobretudo, os políticos e econômicos. O espaço, como “território usado”, nas palavras de Milton Santos, é lugar por excelência das tensões dialéticas entre local e regional, nacional e global e das contradições e conflitos próprios ao seu uso pela economia capitalista. Assim, toda rede urbana condiciona e é também condicionada pela dinâmica própria que resulta da articulação de seus centros urbanos.

As interações espaciais são o próprio substrato que constitui uma rede urbana. São essas interações que geram o grau de articulação dos centros urbanos, bem como a eventual primazia política ou econômica de um (ou uns) sobre outros, o que também pode gerar e perpetuar desigualdades em uma rede; afinal, “rede é sinônimo de poder”, nas palavras de Claude Raffestin. As interações espaciais em uma rede urbana podem ser mais capilarizadas, quando há uma dinamicidade mais horizontalidade, ou mais concentrada, quando as interações partem de uma

metrópole ou de uma cidade global, de modo mais verticalizado. A interação espacial ainda pode ser de proximidade, típica do Fordismo, ou à distância, típica do pós-Fordismo e do aprofundamento do meio técnico-científico-informacional.

Não pode haver a formação de redes urbanas sem que haja urbanização. Por isso, tais redes inexistem ou são bastante precárias em regiões do mundo ainda pouco urbanizadas, como a África Subsaariana, onde somente cerca de 40% da população vive em áreas urbanas. A Índia, que concentra a maior população rural do mundo e tem uma urbanização bastante desigual, também possui bolsões em que as redes urbanas inexistem ou são disfuncionais. Não por acaso, as três regiões mais urbanizadas do mundo – América do Norte, América Latina e Caribe e Europa – possuem redes urbanas bastante articuladas, ainda que cada região possua suas singularidades. No Brasil, a urbanização metropolizada e “terciária”, no termo de Milton Santos, gerou significativas macrocefalias urbanas nas metrópoles, fazendo que elas sejam pontos nodais das redes urbanas brasileiras, a despeito do fenômeno de “desmetropolização”, que ocorre desde os anos 1970.

Resposta 5 – Marcela Rangel dos Santos Oliveira

Nota: 21,00 TL: 60 TP: 814 TP/TL: 13,56

O processo de urbanização remete ao crescimento das zonas urbanas em comparação com as zonas rurais, acarretando o predomínio da população no meio urbano. Desse processo deriva a formação da rede urbana, definida como a conjugação articulada de centros urbanos por meio da ligação física (próteses do território, como rodovias, ferrovias e pontes) e da circulação de bens e serviços. Inicialmente, a urbanização ocorre em poucos centros urbanos com melhor infraestrutura e capacidade

polarizadora, ensejando o processo de metropolização e, no caso latino-americano, de macrocefalia urbana. À medida, porém, que a rede urbana se complexifica, a hierarquia urbana torna-se mais densa, acarretando diferentes níveis de análise.

A rede urbana pode ser analisada por diferentes níveis, a depender do critério utilizado. Por exemplo, pode-se pensar no tamanho e na complexidade dessa rede, a qual pode abrigar um fluxo de bens, serviços e pessoas tão denso que suscita a ideia de nebulosa urbana. Outra classificação é a da densidade populacional, a qual define uma rede urbana a partir do número de pessoas que vive em determinado centro urbano. É uma das classificações da ONU para identificar um centro urbano. É possível, ainda, medir a rede urbana pela combinação entre densidade e funções realizadas naquele centro, como demonstra a classificação da OCDE de redes predominantemente urbanas (atividades ligadas ao meio urbano), predominantemente rurais (atividades ligadas ao campo) e intermediárias (muito comum nas cidades no entorno de grandes centros). No caso do Brasil, utiliza-se o critério político-administrativo, no qual um centro urbano se define como sede de município. Há, ainda, a análise de rede urbana por meio de sua capacidade de polarização, como a teoria das cidades centrais, proveniente dos modelos hipotéticos-dedutivos da Nova Geografia, que classifica a hierarquia da rede pela capacidade de comando de um centro urbano em relação a outros e pelas funções exercidas no espaço.

A rede urbana apresenta uma realidade espacial de natureza dialética, uma vez que ela combina fatores da globalização como utopia com a globalização como perversidade, ensejando vivências diferenciadas sob o mesmo espaço urbano. De um lado, a rede urbana abriga bens e serviços altamente especializados, notadamente nas grandes metrópoles, além do acesso a elementos culturais e políticos. De outro, a rede urbana contém a proliferação do circuito terciário inferior, com o crescimento do trabalho

informal e a precarização do trabalho. A rede urbana contém, igualmente, a representação geográfica da desigualdade social por meio da segregação espacial, com a convivência da autosegregação, da segregação imposta e da segregação induzida, bem como os movimentos de revalorização do espaço com a gentrificação e, em contrapartida, a periferação e a favelização. A dialética permeia, igualmente, a subordinação dos espaços que obedecem aos espaços de comando, dos espaços opacos aos espaços luminosos, e das relações nem sempre equilibradas entre o local e o global. Além disso, a realidade espacial vislumbra o crescimento da desmetropolização e das deseconomias de aglomeração, devido aos problemas das grandes metrópoles, junto ao processo de desconcentração produtiva e geográfica, o qual permite o crescimento das cidades médias e o adensamento das redes.

No que tange às interações espaciais da rede urbana, predomina a hierarquia dos centros a partir de sua capacidade de polarização e de conurbação com outros centros. Com efeito, o padrão tradicional dessa interação era uma rede na qual uma cidade menor se limitava a relacionar-se com uma cidade de maior patamar e mais próxima, até que, nesse fluxo, se alcançava a metrópole. Com os avanços no setor de transportes e de telecomunicações e com o adensamento da rede a partir da importância econômica das cidades médias, a interação intrarede tornou-se mais fluida, elevando a capacidade de polarização de centros intermediários, permitindo conexões diretas entre pequenos e grandes centros e incrementando as relações horizontais (em relação ao entorno) e verticais (transfronteiriças) das grandes metrópoles. De fato, o adensamento da rede e a introdução do meio técnico-científico-informacional levou ao aparecimento de cidades globais, que polarizam múltiplas escalas (nacionais e internacionais), levando ao topo da hierarquia urbana. No caso do Brasil, São Paulo é a grande metrópole nacional, passando de metrópole fabril para metrópole relacional, pois liga a

economia nacional com as dinâmicas econômicas internacionais, de maior polarização. Logo depois aparecem Rio de Janeiro e Brasília como metrópoles nacionais, a primeira de grande peso político e a segunda, econômico, e as doze metrópoles do IBGE, de caráter regional.

O incremento da urbanização leva à formação das redes urbanas, que se tornam mais densas à medida que intensificam relações entre os centros urbanos. A metrópole pode, ao conurbar seu entorno, levar à criação de uma macrometrópole ou de uma megalópole, caso de Bos-Wash nos EUA. A maior densidade populacional pode acarretar a megacidade, que agrega mais de 10 milhões de habitantes, enquanto a megarregião pode incitar o fluxo intenso entre regiões distintas, como revela o aprofundamento da conexão SP-RJ, cujos laços difusos e interconectados remetem a uma situação de nebulosa urbana.

Questão 2

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Diversos estudos apontam uma crise da água. A principal razão é política. A falta dessa substância natural vital à vida em determinados locais poderia ser resolvida por meio de uso de técnicas conhecidas de estocagem e reaproveitamento da água [...]. Água é fonte de conflitos porque sua distribuição natural não corresponde à sua distribuição política. Em alguns países, os recursos hídricos são mais que suficientes para abastecer as necessidades de seu povo. Mas eles são raros em outros. Como o estilo de vida hegemônico está baseado no consumo incessante de mercadorias, o uso da água para a produção industrial tende a aumentar, o que pode desencadear novos conflitos pelo seu acesso.

RIBEIRO, Wagner Costa. In: Geografia política da água. São Paulo: Annablume, 2008.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da referida temática. Aborde, necessariamente os seguintes tópicos, com a devida exemplificação:

- a) a distribuição desigual do recurso pelo planeta e especialmente no Brasil – sobre as diferenças entre ecossistemas;
- b) os usos e os acessos da água nas áreas urbanas, agrícolas, industriais, rurais e domésticas;

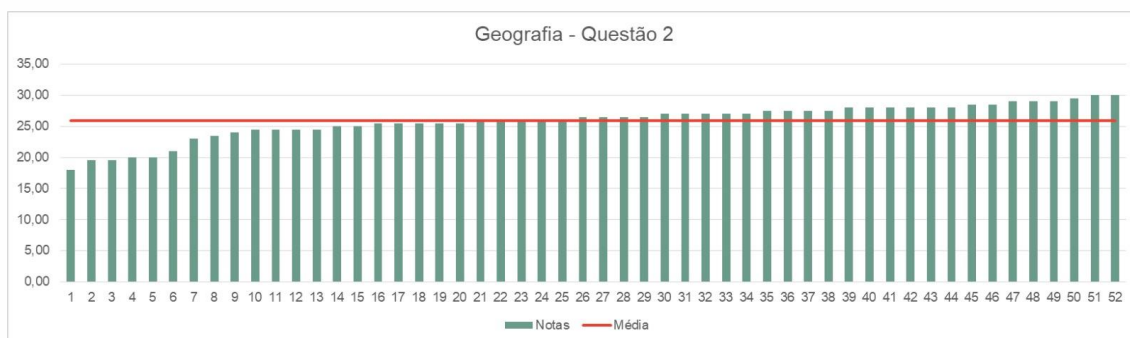
c) a ordem ambiental internacional e a importância do Brasil nesse cenário; e

d) as possíveis soluções para a crise global.

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O Brasil é um país com uma rica diversidade de biomas, e a água varia significativamente em cada um deles, afetando o acesso a ela nos principais biomas brasileiros. Por exemplo, o bioma Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, tem uma grande quantidade de recursos hídricos, incluindo rios como o Amazonas. Nessa região, a disponibilidade de água é relativamente alta, no entanto o acesso à água potável pode ser um desafio em algumas áreas remotas da Amazônia em razão da falta de infraestrutura de saneamento básico.

Q2. O cerrado é uma savana tropical que abriga importantes aquíferos, como o aquífero Guarani. Portanto, a disponibilidade de água é geralmente boa na região. Por outro lado, a pressão crescente de atividades agrícolas e de mineração pode levar à degradação da qualidade da água. O pantanal, a maior planície alagável do mundo, é caracterizado por áreas úmidas e rios sazonais. Apesar de a água ser abundante na região, o acesso à água potável pode ser um desafio para as comunidades isoladas do pantanal por causa da falta de infraestrutura. A caatinga é um bioma semiárido, que enfrenta condições climáticas adversas com escassez de chuva. A disponibilidade de água é limitada, sendo os períodos de estiagem um desafio crônico na caatinga, afetando o acesso à água potável e a disponibilidade para a agricultura e a pecuária. A mata atlântica, bioma costeiro e florestal, possui rios e córregos importantes. A disponibilidade de água é relativamente boa em muitas áreas, no entanto a urbanização intensa e a degradação ambiental podem afetar a qualidade da água em algumas regiões. O pampa é um bioma de campos sulinos, com disponibilidade de água podendo variar a depender das condições climáticas. A gestão sustentável da água é essencial em razão da agricultura e da pecuária na região. Já os manguezais estão presentes em várias regiões costeiras do Brasil, sendo ecossistemas costeiros críticos que servem como berçário para a vida marinha e, portanto, a qualidade da água é vital. A degradação dos manguezais e a poluição costeira afetam diretamente a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas.

Q3. A água é essencial para uma variedade de usos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Ela desempenha um papel crucial em diferentes setores e áreas da vida, incluindo o urbano, agrícola, industrial, rural e doméstico. Nas áreas urbanas, a água é fornecida para consumo humano por meio de sistemas de abastecimento de água tratada. Isso inclui água para beber, cozinhar, tomar banho e fins domésticos em geral. A água também é usada para descarga de resíduos humanos e para operar sistemas de esgoto e

tratamento de águas residuais nas cidades. A agricultura é um grande consumidor de água. A água é utilizada na irrigação de culturas, permitindo o crescimento de safras e a produção de alimentos em larga escala. Também é necessária para a criação de animais, como gado, aves e aquicultura. Nas áreas rurais, as pessoas dependem da água para suas necessidades diárias, incluindo irrigação de pequenas hortas, criação de animais e consumo doméstico, sendo, muitas vezes, obtida de poços, nascentes, rios ou represas locais. A indústria utiliza água em uma variedade de processos, desde a produção de energia até a fabricação de produtos químicos, aço, papel e muito mais. A água é frequentemente usada para baixar a temperatura de instalações industriais, dissipando o calor gerado pelos processos. O uso doméstico inclui banho, lavagem de roupas, lavagem de pratos e outros fins cotidianos. Normalmente, a água potável é distribuída por meio de sistemas de abastecimento público ou poços particulares.

Q4. Muitos dos recursos hídricos do Brasil estão localizados em áreas menos densamente povoadas, como a região amazônica e o pantanal. Essas regiões possuem uma abundância de rios, lagos e aquíferos, que contribuem significativamente para o suprimento de água do País. Enquanto isso, as áreas mais densamente povoadas, como as grandes cidades, enfrentam uma demanda crescente por água em decorrência do aumento da urbanização e da população. Isso pode levar a desafios de abastecimento de água, especialmente durante períodos de seca ou estiagem. Além da desigualdade geográfica na disponibilidade de água, o Brasil também enfrenta problemas de desperdício de água e poluição em algumas áreas urbanas, o que afeta a qualidade da água e tornam necessárias medidas de tratamento e saneamento. Para lidar com esses desafios, o Brasil precisa de uma gestão eficaz e sustentável de recursos hídricos. Isso abrange a implementação de políticas de conservação, investimentos em infraestrutura de abastecimento de água e tratamento de esgoto, e

a promoção de práticas agrícolas sustentáveis para reduzir o uso excessivo de água. As mudanças do clima também podem agravar a desigualdade na distribuição de água, com eventos climáticos extremos, como secas mais intensas e prolongadas, afetando diferentes regiões de maneira desigual.

Q5. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece a água como direito humano, embora, somente em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução 62/92, declarou o direito à água potável e ao saneamento. No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas reconheceu a água e o saneamento como direitos universais e, a partir das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os países têm até o ano de 2030 para avançar nesses objetivos. No caso do Brasil, a Lei Federal no 9.433/1997 dispõe acerca da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), sendo a água entendida como “bem público, não passível de alienação, com valor econômico e a cobrança pelo uso da água é permitida” (BRASIL, 1997, art. 1o), ou seja, o direito ao acesso à água ainda é frágil do ponto de vista legislativo no País, comprometendo assim garantia e universalização.

Q6. O acesso à água potável é um direito fundamental e uma prioridade global, e muitos esforços são feitos para garantir que todas as pessoas tenham acesso a água limpa e segura para as necessidades básicas. Além disso, a gestão sustentável da água é essencial para preservar os recursos hídricos naturais, equilibrar a demanda crescente e proteger os ecossistemas aquáticos. Isso é particularmente importante em um país como o Brasil, que possui uma vasta gama de biomas e desafios relacionados à água em diferentes regiões. Nas áreas rurais, o acesso à água, muitas vezes, acaba comprometido pela falta de infraestrutura de captação e distribuição, afetando a segurança hídrica e alimentar, já que grande parte dos agricultores também produz para o consumo das próprias famílias, dependendo dos recursos hídricos disponíveis.

Q7. O Brasil possui uma das maiores disponibilidades de água doce do planeta, em razão de sua vasta extensão territorial e da presença de diversos biomas, como a amazônia, o pantanal e a bacia do rio Paraná. A abundância de recursos hídricos no Brasil é um ativo valioso, mas também traz responsabilidades significativas para a gestão sustentável desses recursos. A preservação dos ecossistemas aquáticos, a promoção da eficiência hídrica e a garantia de acesso à água potável para a população são desafios cruciais para o País, especialmente em um contexto de mudanças do clima e pressões crescentes sobre os recursos hídricos. Portanto, a gestão responsável da água é essencial para manter a disponibilidade de água doce no Brasil e no mundo.

Q8. A seguir, algumas das principais razões que tornam o Brasil relevante em relação às reservas de água. A maior parte da Amazônia está localizada no Brasil, abrigando uma rede complexa de rios, incluindo o rio Amazonas, o mais longo do mundo em termos de volume de água. A bacia amazônica é responsável por uma parcela significativa da água doce do planeta. O Brasil também possui importantes aquíferos, como o aquífero Guarani, um dos maiores sistemas de água subterrânea do mundo. Esses aquíferos fornecem água para abastecimento humano, agricultura e indústria. O País é cruzado por várias bacias hidrográficas significativas, como as dos rios Paraná, São Francisco, Tocantins e outros. Esses rios desempenham um papel crucial na oferta de água para abastecimento, irrigação agrícola e geração de energia. Além das grandes quantidades de água doce, o Brasil é rico em recursos aquáticos, como peixes e biodiversidade aquática, que desempenham um papel importante na segurança alimentar e na biodiversidade global.

Q9. A crise hídrica global intensifica-se por conflitos de usos múltiplos e pela crescente demanda nas últimas décadas. A crise global dos recursos hídricos é uma questão crítica que afeta a segurança hídrica, o meio ambiente e o bem-estar humano em

todo o mundo. Para abordar essa crise e garantir o acesso sustentável à água no futuro, é necessário adotar uma abordagem holística e implementar uma série de soluções.

Q10. A seguir, algumas possíveis soluções abarcando a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), que significa implementar políticas e práticas de GIRH que considerem todas as fontes de água, incluindo rios, lagos, aquíferos e águas pluviais, para garantir um uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos: investimentos em conservação e eficiência hídrica a partir da promoção do uso eficiente da água em todos os setores, incluindo agricultura, indústria e uso doméstico; ações de reciclagem e reúso da água; proteção de ecossistemas aquáticos a partir da preservação e restauração de ecossistemas aquáticos, como rios, lagos e manguezais, que desempenham um papel fundamental na manutenção da qualidade e da disponibilidade da água; gestão de secas e inundações; investimento em infraestrutura hídrica; educação e conscientização; fomento à cooperação internacional para abordar questões transfronteiriças relacionadas à água, como gestão de bacias hidrográficas compartilhadas; e investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas para o tratamento de água, dessalinização, monitoramento da qualidade da água e eficiência hídrica. A abordagem para resolver a crise global dos recursos hídricos deve ser adaptada às condições locais e regionais, levando em consideração as necessidades específicas de cada comunidade. Além disso, é fundamental reconhecer a água como um recurso finito e precioso que requer ação coletiva e responsável de governos, do setor privado e da sociedade civil para garantir sua disponibilidade sustentável para as gerações futuras.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma

correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BOLDRINI, Eliane Beê; LACERDA, Liliane; CASSILHA, Murilo Fernandes. Floresta, água e clima: boas práticas nos biomas brasileiros. 2015.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica. Editores: José Esteban Castro, Léo Heller, Maria da Piedade Moraes. Brasília: Ipea, 2015. 322 p.

PAZ, Mariana Gutierrez Arteiro da et al. Os conflitos das políticas da água e do esgotamento sanitário: que universalização buscamos? Estudos Avançados, v. 35, p. 193-208, 2021.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política da água. São Paulo: Annablume, 2008.

Resposta 1 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 30,00 TL: 57 TP: 939 TP/TL: 16,47

Quando havia predominância de meio natural, a natureza determinava as ações humanas de modo mais claro. Assim, as grandes sociedades foram espacializadas em espaços geográficos com predominância de água. Nas bordas do Nilo, ao redor do Tâmis e próximo ao São Francisco concentraram-se comunidades.

Atualmente, apesar de o meio técnico-científico-informacional possibilitar feitos como a produção de fruticultura no

sertão nordestino e a produção de soja no latossolo ácido goiano, a água continua sendo o centro de debates geopolíticos, principalmente pela distribuição desigual. 97% da água do planeta é salgada; dos 3% restantes, a maior parte está congelada ou subterrânea. Da água superficial disponível, a maior parte está no Brasil. Entretanto, mesmo no Brasil, há estresse hídrico e disputa. No Norte, concentra-se 90% da água brasileira, mas 10% do povo brasileiro. Ainda, o uso ali tem comprometido a potencialidade da água, pois Manaus e Belém são campeãs no desperdício hídrico devido à falta de estrutura. A população brasileira concentra-se, ainda, no litoral, onde a oferta não é atendida.

O aquífero Alter do Chão e o SAGA, sistema de aquífero Grande Amazonas, é o maior do mundo, retendo muito mais volume do que o explícito no Amazonas. Ao Sul, tem-se o aquífero Guarani. Ainda, das 12 unidades hidrográficas do Brasil, as 7 bacias são Parnaíba, Amazonas, Araguaia, Paraná, Paraguai, Uruguai, São Francisco e Tocantins. Apesar do potencial hídrico, a demanda concentra-se no centro-sul, e a água superficial, ao Norte. A demanda para agricultura é a maior no Brasil, seguida da demanda industrial e, depois, da demanda doméstica. Entretanto, a Lei Nacional de Recursos Hídricos, de 1997, dispõe que, em caso de conflito, a água, que possui valor econômico, deve ser oferecida ao ser humano e à dessedentação animal, o que cria outro paradoxo, pois fica clara a possibilidade de multiplicação de conflitos em âmbito nacional entre uso doméstico urbano e para agropecuária, em zonas rurais. Ainda, há conflitos locais, como na Bacia do São Francisco, onde a água aumentou a produtividade da economia agroexportadora, mas criou embates, pois as propriedades familiares passaram a receber água contaminada por agrotóxico, além da percepção de redução de 40% na vazão do rio perene São Francisco e seus tributários, como o Uiraçu.

No centro-sul, a bacia do rio Paraná e do Tietê não são suficientes para a demanda industrial, em São Paulo, demanda

urbana doméstica, no Rio de Janeiro, e agricultura irrigada, no Rio Grande do Sul. Assim, há estresse hídrico na capital de São Paulo e racionamento. Ainda, o volume de chuva, irregular devido às mudanças climáticas e aos fenômenos El Niño, fortalece o conflito.

Em 2021, a pouca chuva fez necessária a utilização de termelétricas, pois a hidrelétrica de Itaipu não conseguiu atender à demanda nacional. Ainda, o debate ambiental está presente em relação à construção da usina de Belo Monte, que diminuiria a vazão dos rios locais, além de alterar a natureza, que é sagrada a povos da região. No mesmo contexto, o desmatamento no cerrado leva à erosão hídrica de raízes profundas do “berço das águas”, onde está a nascente de inúmeros rios e parte do aquífero Guarani. A produtividade é aumentada, possibilitando que menos áreas sejam desmatadas, de forma a fazer uso intensivo (produção vertical) como Bertha Becker propôs, o que é feito pelo uso de pivôs (transplantes tecnológicos no território, como “próteses”), mas, por outro lado, esse uso hídrico contamina lençóis freáticos e gera tensões sociais pelo uso da água.

Internacionalmente, o Mercosul lida com o SAG, projeto de uso racional do Aquífero Guarani; e a OTCA, com o Projeto Amazonas, que garante potencial hídrico para ribeirinhos. Ainda, o MRE lida com as racionalidades do uso de unidades hídricas internacionais. Se a Lei Nacional de Recursos Hídricos favoreceu a criação da ANA, além de Secretaria e Conselho Federal; nos estados, há órgãos também parte do SINGREH, sistema que rege a água do Brasil desde a revogação do Código das Águas de 1934. Multilateralmente, a ONU tem o Fórum Mundial das Águas, que foi sediado em Brasília em 2017, além da conferência de cidades mundiais em relação à água. Na Rio-92, a Declaração do Rio prevê, em seu princípio 2, o uso que garante o recurso para futuras gerações, o que é internalizado nos programas e políticas brasileiras. Ainda, a lei de 1965 criou as APPs e Reserva legais, que preservam vegetação ciliar, o que previne o uso abusivo de

vegetação, comprometendo o uso hídrico. Além da água doce superficial no Brasil, a Amazônia, enquanto floresta, ilustra o gigantismo brasileiro em relação a águas também, pois os “rios voadores” precisam da floresta como “gêiser” para o resto do país, após o encontro dos ventos com o paredão dos Andes, o que previne a desertificação no NE e arenização no Sul, além da savanização no cerrado. Assim, o Brasil tem enorme responsabilidade em relação ao tema.

A crise global por água, ilustrada em escala local nas margens do São Francisco, pode ser solucionada pela politização da questão a nível internacional. O uso racional, com utilização de meio técnico-científico-informacional, pode prevenir a escassez. A criação de organizações com a que lida com o Nilo, tal como as políticas da Marinha brasileira em relação à Amazônia Azul e a criação de zonas especiais (sítios de Ramsar e região hídrica da Antártica) servem a esse propósito. Ainda, além do recente BBNJ, que assegura biodiversidade marítima, é necessário que haja um acordo internacional robusto sobre lixo marítimo, o que tem sido postergado. O direito à água é explícito ao ODS 4 e a Lei de 1997 brasileira, a solução virá com estratégias racionalizantes de gestão conjunta e por meio da implementação das normas já existentes.

Resposta 2 – Marcos Augusto Reinaldet

Nota: 30,00 TL: 60 TP: 726 TP/TL: 12,1

Bertha Becker entende a água como “mercadoria fictícia”. De fato, a transformação da água em commodity é favorecida pela distribuição desigual do recurso pelo planeta, pela urbanização acelerada, o processo de degradação ambiental, a crise climática e o sobreconsumo. Apenas uma fração da água do planeta é apropriada para o consumo humano, e sua distribuição desigual, bem como o “gap” entre oferta e demanda, engendram conflitos

políticos, como as tensões relativas à barragem do renascimento Etíope com o Egito, ou a disputa pelo recurso no Vale do Rio Jordão e Cisjordânia. Atualmente, verifica-se grande consumo da água na moderna agricultura ("agro-hidro-negócio"), na indústria ("água virtual", para a fabricação de jeans, por exemplo), e uma parcela menor voltada ao consumo residencial. Observa-se, também, grandes desigualdades no acesso à água, que é mais abundante em grandes centros e menor em regiões mais interiorizadas e nas periferias empobrecidas de grandes metrópoles, como Manaus, onde a elevada favelização está associada a déficits de infraestrutura, água potável e saneamento básico. Muitas vezes, o acesso à água em áreas rurais é dificultado pelas assimetrias socioespaciais de difusão do meio técnico-científico-informacional, e as redes de distribuição são menos densas nessas localidades.

No Brasil, país que possui a maior reserva de água doce do mundo, o bioma amazônico tem destaque no que diz respeito à disponibilidade hídrica (bacia do Amazonas), mas a densidade populacional nessa região é menor. Além disso, o aquífero Alter do Chão tem destaque na região amazônica. No centro-sul, as bacias do Paraná, Paraguai e Uruguai destacam-se pelo caráter transnacional (com iniciativas de cooperação no âmbito do Mercosul, assim como temos a OTCA na Amazônia). Apesar disso, há regiões de estresse hídrico no Brasil, principalmente São Paulo (dinamismo econômico, agronegócio, hidrelétricas, alta demanda, centro-sul, região concentrada) e no Polígono das Secas (norte de MG e estados nordestinos), em razão do semi-árido, secas periódicas. Nessa região, os rios são majoritariamente intermitentes e, por isso, os rios S. Francisco e Parnaíba (perenes) tem papel destacado. Vê-se maior resiliência da região nos últimos anos, pela urbanização do semi-árido e o projeto de transposição do S. Francisco. A Política Nacional dos Recursos Hídricos (1997) busca a gestão descentralizada, integrada e participativa, reconhece a água como bem público com valor econômico,

consagra o uso múltiplo da água e prevê a bacia hidrográfica como unidade de gestão (Estado como maior produtor do espaço geográfico e ordenamento territorial) e cria o Comitê de Bacias Hidrográficas. A CF/88 trata sobre a conservação dos recursos ambientais no art. 225. Assim, a distribuição desigual dos recursos hídricos também é verificada no Brasil, o que estimula conflitos pelo uso do território, inclusive em terras indígenas e quilombolas. Ressalte-se que minorias enfrentam maiores dificuldades no uso e acesso à água potável (mais vulneráveis).

A ordem ambiental internacional, para W. C. Ribeiro, consiste no conjunto de acordos e normas sobre meio ambiente, cujos primórdios remetem ao início do século XX (Conv. Animais, Pássaros e Peixes). O Brasil é ator incontornável nesse contexto, abrigando grande reserva de água doce (ex: Aquífero Guarani) e incomensurável patrimônio biológico e genético em seus 6 biomas (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, Pantanal, M. Atlântica) e com extensa bacia hidrográfica, que drena 15% da água do planeta. Ademais, sediou importantes conferências ambientais (Rio-92, Rio+20), integra os principais acordos ambientais (UNFCCC, P. Kyoto, A. Paris) e possui 25 sítios de Ramsar (zonas úmidas de importância internacional).

Mediadora da relação sociedade-natureza, a técnica é essencial para a solução da crise da água, pelo aperfeiçoamento da estocagem/reaproveitamento, construção de redes transmissão mais densas, melhoras no processo produtivo para reduzir a necessidade de água pela indústria. É importante também o fortalecimento da ordem int. ambiental com a cooperação político-diplomática entre as nações (como ocorre na OTCA), a promoção do uso sustentável com campanhas de conscientização sobre o sobreconsumo e a valorização de saberes de povos tradicionais, que promovem o uso sustentável da natureza e dos recursos naturais. A técnica, de fato, tem potencial para reduzir o desperdício e aumentar a eficiência do uso da água, amainando

tensões geopolíticas. Nesse sentido, seu emprego será vital para mitigar o impacto da crise climática e o aquecimento global sobre o uso da água, que tem potencial de dificultar o combate à fome e pobreza e agravar a insegurança alimentar (para a qual a água é essencial) e energética, assim como as desigualdades do consumo doméstico da água.

Resposta 3 – Dandara de Souza Araújo

Nota: 29,00 TL: 60 TP: 837 TP/TL: 13,95

A crise hídrica global é um dos principais temas de debate e de reflexão para países e no âmbito da política internacional. Um dos fatores para a crise é a distribuição desigual do recurso pelo mundo, uma vez que, conforme aponta Wagner Costa Ribeiro em "Geografia política da água", alguns países dispõem de recursos hídricos em abundância, como o Brasil, a China e a Rússia, que possuem as maiores reservas hidrográficas do mundo, ao tempo em que outros países, como aqueles situados na região do Sahel, pouco abaixo do deserto do Saara, como Burkina Faso, Mali e Níger, não possuem recursos hídricos suficientes para as necessidades de suas populações e podem caminhar rumo a situações hídricas ainda mais difíceis, a depender do desenvolvimento econômico e da industrialização (os países do Sahel, por exemplo, apresentam alguns dos menores índices de desenvolvimento humano do mundo e economias ainda muito rurais. Em caso de crescimento econômico, de industrialização e de urbanização, os padrões de vida populacionais podem mudar e podem passar a pressionar ainda mais as disponibilidades hídricas desses países).

A situação da distribuição desigual dos recursos hídricos torna-se ainda mais grave no contexto de mudanças climáticas vivido pelo planeta, no século XXI. Diversos países já situados em

áreas carentes em reservas hídricas são aqueles mais vulneráveis a processos de desertificação, como países na África subsaariana, a exemplo dos já citados Estados do Sahel, mas também de países mais ao sul do continente, como a Namíbia e Madagascar. Além disso, as mudanças do clima podem afetar os regimes de chuvas pelo mundo, causando secas prolongadas em diferentes regiões e agravando, como consequência, a crise hídrica, visto que reservatórios e rios podem ficar vazios.

A distribuição desigual dos recursos hídricos também afeta o Brasil, ainda que o país tenha algumas das maiores disponibilidades hídricas do planeta. Enquanto alguns biomas, como a Amazônia e a Mata Atlântica, têm grande disponibilidade de recursos hídricos e regime regular de chuvas (mais intensas no bioma amazônico do que na mata atlântica), outros dispõem de recursos limitados e sofrem com secas, como o cerrado (que, com clima tropical típico, tem duas estações marcadas no ano, em relação aos regimes de chuva, podendo enfrentar secas prolongadas) e a caatinga (conhecida pela alta suscetibilidade a secas, as quais se agravam em anos como 2023, nos quais ocorre o fenômeno El Niño, que causa aquecimento das águas do Pacífico e tem como consequência fortes secas e temperaturas altas no norte e no nordeste do Brasil). A fim de atenuar o problema da distribuição desigual dos recursos hídricos no território brasileiro, o governo do país já dispõe, inclusive, de políticas públicas e de obras de infraestrutura, como a obra de transposição de trechos do Rio São Francisco, para que a água pudesse passar a chegar a áreas antes não alcançadas, como no nordeste do país.

Além da bacia do Rio São Francisco, o Brasil conta com diversas bacias hidrográficas relevantes, sendo a principal e mais cheia a bacia do Rio Paraná. Nesse sentido, uso importante dos recursos hídricos no país é a geração de energia elétrica, a partir das diversas hidrelétricas localizadas pelo país (Itaipu, Belo Monte, Tucuruí). A atividade que mais utiliza recursos hídricos no Brasil

é, todavia, a agropecuária, em razão dos grandes complexos agroindustriais do país e do peso do agronegócio para a economia nacional. Nesse sentido, ainda que o uso de recursos hídricos por atividades industriais seja, também, relevante e que o estilo de vida urbana, baseado no consumo intenso de mercadorias, cuja produção demanda uso de água abundantemente, tenham importante parcela de consumo da água disponíveis no país, é a atividade agropecuária dos grandes complexos industriais a atividade responsável pelo maior consumo de água no Brasil. Nas atividades domésticas, a água é muito utilizada para banhos, mas a garantia de acesso à água limpa e, principalmente, ao saneamento básico e ao tratamento de esgoto, atividades relacionadas à gestão dos recursos hídricos, ainda é, paradoxalmente, um desafio nos ambientes urbanos das cidades brasileiras, frequentemente marcadas pela favelização, especialmente, nas metrópoles e nas regiões metropolitanas.

A gestão da crise hídrica é tema que depende do debate e da coordenação dos países, principalmente no âmbito multilateral, visto ser tema de impacto global. Por ser país com grande biodiversidade e grande disponibilidade de recursos hídricos, o Brasil tem papel central nesse debate e grande potencial de contribuição. Desde a década de 1980, o Brasil assumiu postura crescentemente engajada nos debates ambientais internacionais. Atualmente, a boa gestão dos recursos hídricos e a garantia de acesso à água limpa, a saneamento básico e o combate à poluição de recursos hídricos estão previstas como objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030, adotada pela ONU em 2015. A crise hídrica global pode ser solucionada, nesse sentido, pela cooperação e pela coordenação internacional dos países, bem como pela promoção de políticas públicas que promovam e privilegiem o uso racional dos recursos hídricos, a estocagem e o reaproveitamento da água, técnicas de dessalinização (que permitem melhor aproveitamento da água do mar), despoluição de rios.

Resposta 4 – Nathalia Andrade Terra Pereira

Nota: 29,00 TL: 59 TP: 821 13,91

A água está distribuída de maneira desigual entre os diferentes ecossistemas no mundo. Há regiões com grave escassez de recursos hídricos, sobretudo as de clima desértico, como o Sahel africano e vastas porções do Oriente Médio. Em outras regiões desérticas, altamente integradas à economia mundo, a escassez é contornada por meio, por exemplo, da exploração de aquíferos, canais de irrigação ou novas técnicas, como a dessalinização. É o que ocorre, por exemplo, em Israel e na Califórnia, o que mostra que dificuldades naturais podem ser contornadas com investimento. Em áreas tropicais, há ampla disponibilidade de água, mas nem sempre há alta demanda nessas regiões. É o que ocorre na Amazônia e na região do Congo. Para além da pluviosidade, é fundamental se analisar também o papel do relevo como determinante do grau de disponibilidade de recursos hídricos.

No Brasil, a esmagadora maioria dos recursos hídricos está na Amazônia, tanto pelos rios da bacia amazônica, quanto pelo aquífero Alter do Chão. Toda essa água, no entanto, está longe da maior parte da população do país, ainda muito concentrada no litoral. Há moderada escassez de água no semi-árido do Nordeste, que sofre com baixa e irregular pluviosidade, além de solo pedregoso; o rio São Francisco, único perene de maior porte, é o grande fornecedor de água da região - daí a importância de sua transposição. No Cerrado, a despeito das marcadas épocas de seca e chuva, as características do solo, relevo e vegetação garantem disponibilidade de água à região, onde nasce boa parte dos rios brasileiros de grande porte, como o Paraná e o Tocantins. No litoral, com exceções, há água em grande volume, mas a elevada demanda traz situações cada vez mais recorrentes de escassez.

Com exceção do litoral nordestino mais setentrional, que sofre com rios intermitentes, dada a pouca disponibilidade de água no agreste e sertão, as grandes cidades costeiras do Brasil, como Rio de Janeiro e Salvador, não têm falta de água, mas, mesmo assim, quadros de estresse hídrico têm sido cada vez mais frequentes. Além de enorme demanda da população para o uso doméstico, pesam os altos níveis de desperdício na rede de transmissão. Grandes consumidores industriais são, na prática, incentivados ao sobreuso de água, pois ganham das empresas descontos no já baixo preço da água. Racionamentos nas grandes cidades não raro penalizam o acesso doméstico à água, ao passo que grandes indústrias não são afetadas, embora consumam muito mais. No campo brasileiro, situação semelhante ocorre diante do sobreuso de água em propriedades extensivas, que empregam técnicas obsoletas de irrigação, como ocorre na lavoura de arroz no sul do país. Verifica-se, portanto, uma enorme desigualdade nos usos e acessos da água entre, de um lado, a população, e, de outro, a indústria e o grande agronegócio. Este é um cenário que extrapola o Brasil, sendo verificado também na América Latina e em boa parte do mundo, dada a mercantilização da água e os padrões modernos de consumo, que, como aponta Wagner Ribeiro, devem levar ao aumento do uso da água para produção industrial e de conflitos decorrentes.

Nas últimas décadas, a comunidade internacional tem buscado, se não reverter, ao menos conter esse processo. Um dos primeiros acordos internacionais na agenda ambiental foi sobre a conservação de zonas úmidas, a Convenção de Ramsar, de 1971. A água foi debatida também em Estocolmo (1972) e no Rio de Janeiro (1992/2012). Em 1994, assinou-se a Convenção para o Combate à Desertificação, com foco específico no Sahel. A questão da água é ponto central da Agenda 2030, estando presente, de maneira direta, em dois ODS (água e vida aquática), e de maneira indireta, em diversos outros.

O Brasil, por abrigar cerca de 1/5 de toda a água doce disponível em superfície do mundo, é ator incontornável nesta agenda, tendo sediado a iniciativa Fórum da Água, em Brasília, além de pressionar por avanços mais concretos em outros foros, como nas conferências entre as partes (COPs) sob a égide da Convenção das Nações Unidas de Combate à Mudança do Clima. Para além das dificuldades já citadas, o aquecimento global deve agravar a questão da água nas próximas décadas, com a alteração em regimes pluviométricos, a desertificação ou savanização de algumas regiões e o aumento do nível do mar, ameaçando fontes de água doce.

Em uma crise complexa, as soluções também o são. A comunidade internacional precisa urgentemente adotar novos padrões de consumo, mais sustentáveis, que demandem menos água para bens e usos supérfluos. Aos governantes e diplomatas, por sua vez, cabe avançar nos compromissos assumidos nas negociações ambientais internacionais, e, sobretudo, em seu cumprimento, com a expansão das áreas aquáticas protegidas (ainda são muito poucas, comparadas às terrestres) e o aumento do financiamento aos países em desenvolvimento, por exemplo. Aos atores econômicos de grande porte, como conglomerados industriais, bancos de desenvolvimento e grandes empresas do agronegócio, cabe implementar modelos de produção mais sustentáveis, visando otimizar o uso da água e reduzir o desperdício e sobreuso.

Resposta 5 – Juliana Barreto Tavares

Nota: 28,50 TL: 58 TP: 868 TP/TL: 14,96

A água é uma substância natural imprescindível para a vida urbana. A escassez relativa desse elemento tem transformado-o em recurso de disputa política, segundo a lógica de Raffestin. Mais

que escasso, o recurso é mal distribuído entre as necessidades de demanda e a oferta. Embora, historicamente, as civilizações tenham se aglutinado em torno de cursos de água (Egito, dádiva do Nilo; Crescente Fértil), atualmente, as regiões de maior disponibilidade de água de superfície são zonas tropicais, com menor uso intensivo da água. Nas zonas temperadas, há água na região dos Grandes Lagos, nos cursos fluviais que cruzam os continentes americano, europeu e asiático. Já nas regiões dos polos, há arsenal de água doce, mas congelada. O Brasil possui o maior volume de água disponível do mundo, tanto devido ao volume de suas bacias hidrográficas (Amazônia, Paraná, São Francisco) quanto de seus aquíferos (Guarani). Além disso, o país tem boa parte dessa parte preservada, ao contrário de países europeus (França, Alemanha) ou norte-africanos (Egito, Tunísia), em que os recursos são consumidos intensivamente há gerações. Outros países sul-americanos também possuem elevados recursos hídricos (Paraguai, Venezuela, Colômbia), mas, dentre os grandes territórios políticos no mundo, o Brasil é o único com grande volume hídrico.

A distribuição e o uso da água entre diferentes atividades também é desigual. A indústria concentra o maior uso (cerca de 40% no Brasil), o que explica o consumo mais intensivo nas economias industrializadas. As atividades agrícolas costumam ser menos intensivas em água, mas isso depende do sistema agrícola adotado (rotação de culturas, rotação de terras, plantation, belts, jardinagem) e dos meios técnicos disponíveis. Já o uso doméstico, embora mais alardeado em campanhas de conscientização, representa um pequeno percentual, apesar do problema do desperdício. De modo geral, há maior uso em áreas urbanas, mas áreas rurais, dependendo do tipo de ação agrícola, também pode usar mais água. O acesso ao recurso varia bastante, tanto em função de condições naturais quanto técnicas. Nas áreas urbanas, a desigualdade de acesso ocorre mais devido à desigualdade socioeconômica do que do bem em si. Por exemplo, na crise

hídrica na cidade de São Paulo, em 2014, os baixos periféricos sofreram mais com a escassez de água, isso ocorre, porque a técnica é intencional e a instalação de redes de água atende antes a interesses de poder. Nos meios agrícolas, o acesso é influenciado por condições naturais, como o regime pluviométrico e os rios, mas a instalação de próteses no território, como açudes e reaproveitamento de água, permitem a ampliação do acesso. O sofisticado sistema de irrigação em Israel demonstra isso, igualmente, a transposição do Rio São Francisco viabiliza o acesso a grupos naturalmente excluídos. Dinâmica semelhante verifica-se nos usos agrícolas, industriais e domésticos. Dessa forma, percebe-se que o avanço do meio técnico permite a superação paulatina de entraves naturais, decorrentes de questões de ecossistemas.

Apesar do avanço tecnológico favorecer o acesso à água, trata-se de um bem finito, cujo uso deve ser regulado para garantir a sobrevivência humana. A Ordem Ambiental Internacional, instituída a partir de 1972, é fundamental para a preservação desse recurso. Em Estocolmo (1972), o combate à poluição foi elencado como um dos compromissos globais, na década 1980, elabora-se a ética do futuro, importante para o uso da água. A ECO-92 traz um marco importante, com a Convenção de Combate à Desertificação, trazendo resoluções tangíveis para enfrentar esse problema, diretamente relacionado à escassez de água. A tomada de consciência foi crescente, com a inclusão de metas de proteção à água nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Brasil é ator incontornável nessa agenda, sendo impossível discutir o tema de água internacionalmente sem considerá-lo. A importância advém não somente da incontestável vantagem natural, mas também pela liderança assumida no mundo em desenvolvimento e o necessário debate sobre as responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Como maior entre os países amazônicos, o Brasil também lida com a tentativa de sacralização da Amazônia, conforme define Bertha

Becker. A realização da COP-30 em Belém do Pará é importante para que a comunidade internacional conheça esse bioma e entenda que se trata de uma floresta urbanizada, não um santuário.

A crise hídrica é sobretudo política e econômica. A distribuição de recursos é natural, mas a implementação da técnica é intencional e corresponde aos interesses do capital. Há quatro razões de destaque para a crise global: a distribuição dos recursos, o aumento da demanda no contexto capitalista, o desperdício no uso e a baixa oferta. Para o primeiro, há pouco o que se fazer, mas a instalação de próteses no território viabiliza uma solução; a administração da demanda pode vir por meio da evolução da técnica, que permite abandonar modelos de produção sem excessivo uso de água; o desperdício pode ser reduzido com a conscientização, o que pode contribuir para contornar as deficiências de oferta. O enfrentamento da questão hídrica exige um trabalho conjunto, com o envolvimento da comunidade científica, da sociedade civil e de articulações diplomáticas. Além disso, é fundamental o cumprimento de compromissos político e a regulação do uso no planeta. A solução para a crise global depende do protagonismo brasileiro e do entendimento de que, apesar de recurso, a água é também um bem comum.

Questão 3

Leia, com atenção, o excerto e os dados a seguir.

Os dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que houve crescimento da população brasileira de 190.755.799 habitantes residentes em 2010 para 203.062.512 em 2022, com aumento de cerca de 6,5% entre os dois períodos censitários.

Tabela: Crescimento absoluto e relativo por faixa de tamanho de município

Faixa de tamanho de população do município em 2022	População 2010	População 2022	Crescimento absoluto 2010-2022	Crescimento relativo 2010-2022 (%)
Mais de 2 milhões	29.459.099	29.705.526	246.427	0,84
Entre 750 mil e milhões	18.179.724	18.412.610	232.886	1,28
Entre 250 mil e 750 mil	32.920.251	36.940.307	4.020.056	12,21
Entre 100 mil e 250 mil	27.004.531	30.586.691	3.582.160	13,27
Entre 50 mil e 100 mil	21.119.901	23.417.569	2.297.668	10,88
Entre 20 mil e 50 mil	30.237.886	32.006.964	1.769.078	5,85
Entre 10 mil e 20 mil	18.953.167	19.208.533	255.366	1,35
Entre 5 mil e 10 mil	8.344.014	8.341.946	-2.068	-0,02

Menos de 5 mil	4.537.226	4.442.366	-94.860	-2,09
Total Brasil	190.755.799	203.062.512	12.306.713	6,45

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023)

Os dados do Censo Demográfico 2022 indicam que o número de população total do Brasil ficou abaixo das projeções anteriores do órgão. Em 2021, o prognóstico apontava que o País teria pelo menos 213 milhões de habitantes. Em dezembro de 2022, já com dados prévios do levantamento, o IBGE revisou a estimativa para 207,7 milhões, e os dados finais indicaram uma população menor ainda com aproximadamente 203 milhões de habitantes.

Outro dado importante é que o crescimento populacional foi maior no interior do que em capitais – 66,58% dos novos habitantes concentraram-se em regiões fora desses grandes centros urbanos.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/06/28/censo-2022-brasil-tem-203-milhoes-de-habitantes-47-milhoes-a-menos-que-estimativa-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2023, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado e os dados da tabela têm caráter meramente motivador, redija um texto analítico abordando os seguintes tópicos:

- a) causas da queda do crescimento da população brasileira;
- b) fatores que levam ao crescimento das cidades na faixa de população entre 750 e 50 mil habitantes;

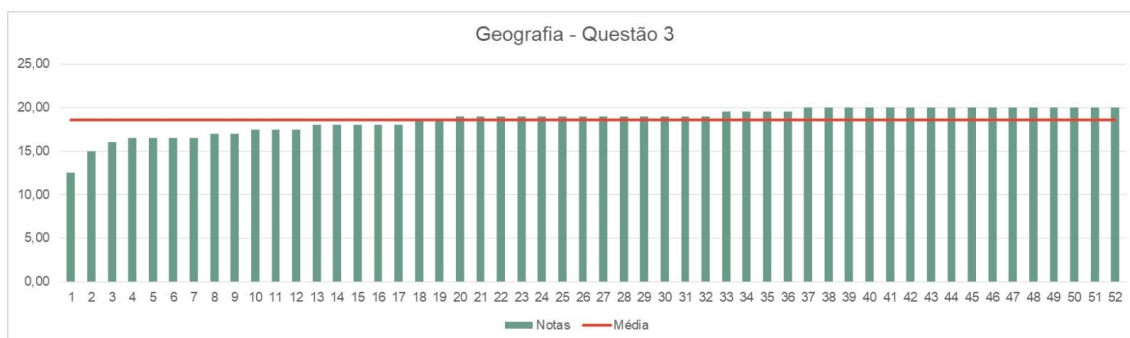
c) fatores que explicam a perda de população em municípios-sede de regiões metropolitanas; e

d) crescimento das cidades no entorno das metrópoles.

Extensão do texto: até 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Entre as importantes mudanças pelas quais o Brasil passou nos últimos 100 anos, destaca-se a revolução demográfica. No início do século XX, a esperança de vida no País não passava dos 33,5 anos de idade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela atingiu mais de 73 anos em 2009 (76,5 para as mulheres e 69 anos para os homens). A proporção de idosos subiu de 9,1% em 1999 para 11,3% em 2009, compondo atualmente um contingente acima de 22 milhões de pessoas, superando a população de idosos de vários países

européus. O aumento da expectativa de vida tem sido mais impressionante entre idosos acima de 80 anos de idade.

Q2. Em decorrência, a taxa bruta de mortalidade caiu de 6,60 em 1997 para 6,23 em 2009, conforme o IBGE. Enquanto crescem as proporções de idosos no quadro demográfico, o número crianças diminuiu.

Q3. O envelhecimento populacional é ocasionado, sobretudo, pela queda da fecundidade, que leva a uma redução na proporção da população jovem e ao conseqüente aumento na proporção da população idosa. A redução da mortalidade infantil acarreta o rejuvenescimento da população graças a uma sobrevivência maior das crianças. Observa-se que o envelhecimento pelo topo foi mais expressivo entre as mulheres, dada a sua maior sobrevivência.

Q4. A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestados na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles.

Q5. As cidades médias ganham importância na economia nacional. Em vários aspectos, a análise dos dados mostra que as cidades médias têm um maior crescimento do que as outras cidades do Brasil. A tabela revela que as cidades médias aumentaram sua participação no produto interno bruto (PIB) nacional. Desde a década de 1970, as cidades médias têm desempenhado um papel importante na dinâmica econômica e espacial do País.

Q6. A desconcentração da atividade industrial, o crescimento do setor de serviços, a expansão do agronegócio, a ocupação da fronteira agrícola e internacional, bem como o espraiamento urbano dos grandes centros são fatores que explicam o crescimento das cidades no interior do País.

Q7. No século 21, esses espaços da migração intrametropolitana marcam as áreas periféricas como espaços de forte absorção migratória metropolitana em contraposição ao núcleo, os quais, por vezes, se caracterizam como áreas expulsoras de população em direção à periferia.

Q8. A concomitância desse processo de desconcentração populacional na direção desses eixos espaciais tem contribuído para “expandir as fronteiras da dispersão populacional” (GOTTDIENER, 1993:14) no contexto nacional, com a configuração de espaços migratórios em metrópoles fora do sudeste e no interior dos estados. A atual forma de crescimento socioespacial metropolitana assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede da metrópole.

Q9. A mobilidade da população entre os seus diferentes municípios é um bom indicador do grau de interação entre eles e, portanto, da densidade social, construído por meio dos vetores de expansão.

Q10. Os dados recentes do Censo 2022 indicam que diversas cidades que são o centro de regiões metropolitanas perderam população, mas não é correto afirmar que todo o conjunto de municípios da região metropolitana perdeu população. Programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, a expansão de condomínios fechados, a instalação de empresas e atividades de serviços, bem como a gentrificação são processos que explicam o crescimento das cidades nas periferias metropolitanas.

Referências

BAENINGER, Rosana Aparecida; PERES, Roberta Guimarães. *Metrópoles Brasileiras No Século 21: Evidências Do Censo*

Demográfico de 2010. INFORME GEPEC, Toledo, v. 15, número especial, p. 634- 648, 2011.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro, IPEA, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. KANSO, Solange. Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados. Rio de Janeiro, IPEA, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 28(2):208-209, fev, 2012.

MOTTA, Diana Meirelles da; MATA, Daniel da. Crescimento das cidades médias. Brasília, Boletim de Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, dez, 2008.

Resposta 1 – Danilo Guilherme dos Santos

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 514 TP/TL: 12,85

O Censo de 2022, cujos resultados foram apresentados recentemente pelo IBGE, indica um crescimento demográfico de 6,5% da população brasileira, menor, portanto, do que o próprio instituto projetava e resultado mais baixo da série histórica (desde o Censo de 1872). A redução do ritmo de crescimento da população brasileira pode ser explicada por diversos fatores: primeiramente, houve uma redução da taxa de fertilidade da mulher brasileira (típico da 3ª fase do Modelo de Thompson), muito próximo ao limite da taxa de reposição natural (2,1 filhos/mulher), explicado pela maior inserção da mulher no mercado de trabalho, maior acesso a métodos contraceptivos e alteração de padrões culturais (planejamento familiar). Ademais, com o aumento da expectativa de vida, há maior probabilidade de óbito, situação tristemente agrava pelos efeitos da Pandemia de Covid-19 (número

anormalmente alto de óbitos entre 2020 e 2022). Também é válido apontar que, desde o último registro (2010), houve maior saída de emigrantes do que ingresso de imigrantes, com a comunidade brasileira no exterior na casa de 5,5 milhões de pessoas, todos fatores que contribuíram para que a população brasileira, atualmente, seja contabilizada em 203 milhões de pessoas.

Outro dado bastante relevante do levantamento é o crescimento de cidades médias, aquelas com população entre 50 e 750 mil pessoas (com aumento médio quase duas vezes superior ao da média nacional). Esse fenômeno pode ser explicado pela intensificação do que Milton Santos descrevia como “desmetropolização”: o aumento das cidades médias em ritmo maior do que o das metrópoles. Assim, fatores expulsivos das grandes cidades, especialmente metrópoles (como deterioração dos níveis de segurança pública, trânsito, especulação imobiliária, encarecimento de bens e serviços) concorrem com fatores atrativos das cidades médias (serviços públicos de qualidade superior, menor carestia, níveis mais aceitáveis de segurança e trânsito). Ademais, observa-se um aprofundamento da “interiorização” do Brasil, com um crescimento espetacular de cidades médias do complexo agroindustrial das commodities brasileiras (Sinop, Alta Floresta, Lucas do Rio Verde, Catalão, Santarém, Barreiras, dentre outras). É necessário apontar, também, que o aprimoramento do MTCl permite a fixação de residência em lugares mais distantes dos grandes centros (ex. a Pandemia de Covid-19 também intensificou o trabalho remoto), graças ao acesso mais facilitados inclusive nas cidades pequenas e médias e, inclusive, no meio rural. Esses mesmos motivos contribuem para a compreensão do fenômeno do encolhimento populacional de municípios-sede de regiões metropolitanas, como Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e Belém (PA), ao passo que cidades médias do entorno das metrópoles (Canoas e Lauro de Freitas, por exemplo), registraram crescimento. Evidencia-se que o inchaço dessas redes urbanas chegou a um patamar máximo quando se consideram os

centros das redes (Regiões Metropolitanas), provocando um transbordamento populacional em direção as cidades do entorno mais imediato, um fenômeno que pode ser descrito, também, como “periferização”. Registre-se, todavia, que não foram todas as metrópoles que encolheram: Brasília e São Paulo cresceram, ainda que, no caso de SP, tenham crescido em ritmo mais acelerado as cidades médias do entorno imediato e das regiões metropolitanas circundantes (São José dos Campos, Campinas, Baixada Santista), reforçando a tendência de desmetropolização, interiorização e periferização.

Resposta 2 – George Almeida Margalho

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 489 TP/TL: 12,22

O Censo IBGE 2022 registrou 203 milhões de brasileiros, número abaixo das estimativas iniciais de 203 e 207 milhões de habitantes. A taxa de crescimento anual foi de 0,5%, sendo a menor desde o Censo de 1872. Entre as razões para a queda, pode-se citar a sobremortalidade decorrente da pandemia de Covid-19; a emigração de brasileiros, que bateu o recorde de 4,5 milhões, cujos principais destinos são EUA, Portugal, Paraguai, Reino Unido e Japão; a baixa taxa de fertilidade da mulher brasileira, que se encontra abaixo da taxa de reposição populacional (2,1), desde 2005 (2 filhos por mulher), enquanto o censo de 2010 registrou a taxa de fertilidade de 1,7. As regiões brasileiras apresentaram diferentes taxas de crescimento, são elas: Nordeste (0,2%), Sudeste (0,4%), Sul (0,74%), Norte (0,75%) e Centro-Oeste (1,2%). Esse cenário aproxima o país do final do seu bônus demográfico, projetado para acabar no final da década de 2030.

A população brasileira é historicamente litorânea, mas o cenário atual é de interiorização, com destaque para o crescimento de Manaus, Brasília e Goiânia. As cidades com população entre 750

e 50 mil habitantes também apresentam crescimento, que é associado à expansão da fronteira agrícola pelo interior do país, potencializando a urbanização e promovendo os complexos agroindustriais (CAIs), que incorporam o elemento industrial ao setor primário. Assim como as cidades médias, que se relacionam a melhores indicadores socioeconômicos, atraindo habitantes da metrópole, especialmente no Centro-Sul, onde as relações capitalistas de produção já estão consolidadas.

A CF/88 atribui aos estados federados a competência para a criação de regiões metropolitanas, enquanto a REGIC/2018 estabelece que há 15 metrópoles, devido à inclusão de Campinas, Vitória e Florianópolis, em 2018. O Censo 2022 aponta que diversas metrópoles tiveram redução populacional, como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além de outros capitais estaduais, como Natal (não é metrópole). Entre as razões, há o alto custo de vida no município-sede de regiões metropolitanas, decorrente da gentrificação e da especulação imobiliária, a insegurança pública e o inchaço urbano, como consequência da urbanização terciária de nosso país.

Esse fenômeno pode dar origem à periferização (crescimento das cidades no entorno das metrópoles), à desmetropolização (crescimento das cidades médias) ou ao êxodo urbano (crescimento do campo, especialmente do meio rural conectado). Em alguns casos, como o de Belém, de Salvador e de Porto Alegre, percebe-se que o encolhimento do município-sede da região metropolitana é seguido pelo crescimento das cidades de seu entorno, caracterizando, portanto, a periferização, que se dá pelos motivos citados anteriormente, como alto custo de vida e inchaço urbano.

Ressalta-se que o maior crescimento populacional brasileiro foi de 1950 a 1990, quando saltou de 50 milhões para 150 milhões de habitantes. Entretanto, desde a década de 1970/1980, a população nacional já apresentava queda na taxa de crescimento,

decorrente da redução do crescimento das cidades, simbolizando uma alta taxa de urbanização e, portanto, o novo padrão de reprodução prevalecente na cultura urbana.

Resposta 3 – Marco de Rosis Muniz

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 638 TP/TL: 15,95

Os dados do Cens Demográfico 2022 demonstraram um crescimento da população brasileira abaixo do esperado em projeções anteriores do IBGE. Entre as causas desse crescimento menor, menciona-se o avanço do processo de transição demográfica no país, cuja janela de oportunidade está fechando, à medida que a base da pirâmide se estreita e o topo cresce, com o aumento dos anos vividos, o envelhecimento da população. Houve queda sensível nas taxas de natalidade e de fecundidade, esta encontra-se abaixo da taxa de reposição há tempos. Outro aspecto que pode ter ocasionado a queda da taxa de fecundidade e da de natalidade e o conseqüente menor a crescimento da população é o represamento da natalidade, com a decisão de evitar, por hora, filhos dos casais e mulheres brasileiros. Isso deve-se a sucessivas crises econômicas e às situações sanitárias graves, a dos vírus da Zika e da COVID-19. Ademais, com o aumento do custo de vida e as mudanças socioculturais, as famílias pátrias postergam ter filhos, reduzem o número que almejam ter e até optam por não os ter.

Cabe notar que a grande diferença entre os dados do Censo de 2022 e das projeções do IBGE são, pelo menos em parte decorrentes do grande intervalo intercensitário, da ausência de medições regulares e de alguma resistência da população em participar da coleta de dados pelo IBGE.

As cidades na faixa de populações entre 750 e 50 mil habitantes têm crescido em função de quatro principais processos. Primeiro, há a involução metropolitana, que torna a vida nas

idades menos interessante em termos qualitativos e favorece que as empresas realoquem sua produção para outros locais, como cidades médias da região concentrada. Segundo, vê-se um processo de desmetropolização que nada mais é do que a territorialização e a consolidação do espaço geográfico desse crescimento maior das cidades médias do que o das metrópoles. Muitas destas ainda crescem, a um ritmo menor, mas há algumas que perdem população, como o Rio de Janeiro. Terceiro, a desconcentração produtiva e a locação de produções em cidades médias torna a oferta de trabalho atrativa à mudança de cidade, em um cenário que essa mudança já era desejada pelo trabalhador, diante da involução metropolitana. Quarto, surgem novas cidades, com oferta de emprego, como as cidades do campo, vinculadas ao agronegócio, setor pujante e dinâmico da economia.

Os municípios sede de regiões metropolitanas têm perdido população por cinco grandes fatores. Primeiro, pela redução na qualidade de vida, com a saturação dos espaços urbanos, levando a elevados tempos de deslocamento e maiores necessidades de trabalhar para arcar com os custos da vida metropolitana. Segundo, a elevação do custo de vida, decorrente da maior demanda local e de processos como especulação imobiliária. Terceiro, a especulação imobiliária, que encarece a vida metropolitana, dificultando ou inviabilizando esta. Quarto, o aumento da violência e a saturação dos serviços públicos, devido à grande e crescente população. Quinto, a oferta de empregos com remuneração igual ou maior em cidades médias do entorno.

O crescimento das cidades no entorno da metrópole tem três grandes causas. Primeiro, a busca de maior qualidade de vida e a disposição para efetuar movimentação pendular para trabalhar ou a opção de teletrabalho. Segundo, a periferização de aspecto de segregação induzida ou de autosegregação. A segregação induzida pode decorrer da especulação imobiliária e da "gentrificação" de áreas como a República em São Paulo ou de

políticas públicas de habitação popular em áreas mais afastadas e no entorno das metrópoles. Já a autossegregação pode decorrer da decisão de viver em um reduto de riqueza e de segurança, como os condomínios “Alphaville”. Terceiro, a saturação vertical leva à expansão horizontal da ocupação, também influenciada pelo crescimento da oferta de empregos decorrente da desconcentração produtiva. Assim, o Censo 2022 demonstra que dados demográficos regulares e oportunas são necessárias para a elaboração de políticas públicas adequadas e efetivas.

Resposta 4 – Rita Magalhães de Oliveira

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 614 15,35

O censo de 2022 apontou que, na última década, houve desaceleração do crescimento brasileiro. Houve diferença de cerca de 10 milhões de pessoas entre o estimado e o apurado. Isso se explica por diferentes motivos. Primeiramente, desde os anos 1970, a taxa de natalidade no país vem caindo. Em 2010, pela primeira vez, atingiu patamar inferior ao da taxa de reposição (2,1 filhos por mulher). Os motivos da queda são múltiplos: aumento do custo de vida; maior participação das mulheres no mercado de trabalho; disseminação de métodos contraceptivos; mudança nos padrões culturais de natalidade; redução do benefício econômico de se ter muitos filhos etc. Na última década, especificamente, duas crises sanitárias impactaram a natalidade. O surto de Zika, entre 2015 e 2016, adiou os planos de ter filhos de inúmeros casais, especialmente dados os riscos de macrocefalia fetal engendrados pela possível contaminação materna. Em 2020, teve início a pandemia de COVID, que também adiou a natalidade (por motivos de superlotação dos sistemas de saúde e por motivos de diminuição da renda das famílias). O COVID também aumentou a mortalidade, sobretudo nas faixas superiores da pirâmide etária, o que também contribuiu para o decréscimo da população. Há de se

destacar, ainda, que, desde 2013, o país vive cenário de crise econômica, que foi fortemente agravada pelo COVID-19. Em cenário de diminuição da renda das famílias e de incerteza quanto ao futuro, a tendência também é de queda da natalidade. O cenário econômico também promove saldo migratório negativo (segundo o MRE, há cerca de 4 milhões de brasileiros no exterior). A ausência de contagem intercensitária e o alto número de domicílios fechados também podem explicar a “queda” populacional inesperada.

O censo de 2022 também revelou grande crescimento das cidades médias. Esse processo vem ocorrendo desde a década de 1970, seguindo o processo de desconcentração produtiva. A produção passa a migrar para as cidades médias, dado os altos custos de produção nas metrópoles (mão de obra, aluguel, etc.). A população também tem interesse em migrar, dado o processo de involução metropolitana (custos de vida, poluição, violência, etc.). Há, inclusive, relevante participação governamental nesse processo. Cita-se, como exemplo, as superintendências regionais, que buscam fomentar o desenvolvimento fora da região concentrada. No II PND, houve um programa específico para desenvolvimento das cidades médias, com criação, por exemplo, de centros universitários em municípios menores. Ademais, a própria expansão da agricultura para o cerrado promove o crescimento das chamadas “Cidades do Campo”. A esse respeito, nota-se que o CO é a região que proporcionalmente mais cresce no país, seguida do Norte, exatamente em função das cidades do agronegócio (como Sinop e Lucas do Rio Verde). Ou seja, o crescimento das cidades médias explica-se tanto pelo espraiamento da produção industrial quanto pela ascensão das cidades vinculadas ao agronegócio. Nos últimos anos, as metrópoles cresciam menos que as cidades médias. O que o novo censo demonstrou, contudo, é que já há decréscimo populacional em metrópoles como Salvador e Belo Horizonte. Há, concomitantemente, uma expansão do entorno das metrópoles. Isso demonstra que o custo de vida e as condições de

vida na sede acabam repelindo a população para as chamadas "cidades satélite". Esse movimento ocorre entre a população de classes mais baixas, que buscam condições de habitação mais acessíveis e que realizam movimento pendular para exercer funções laborais na sede. No DF, por exemplo, muitos trabalhadores habitam em cidades satélite, como Samambaia e Planaltina. Todavia, a população de alta renda também realiza o movimento de "autossegregação", para fugir das condições de vida das metrópoles. A título de exemplo, a cidade de Nova Lima, nas cercanias de Belo Horizonte, possui um dos maiores PIBs per capita do país, graças a essa autossegregação das elites.

Resposta 5 - Rogério Gonçalves Graças

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 545 TP/TL: 13,63

A queda nas taxas de fecundidade e natalidade, a mudança nos padrões comportamentais, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento do custo de vida nas cidades (saúde e educação) e as mudanças de visão sobre o papel da família e da cultura contribuem para explicar a queda do crescimento da população brasileira entre 2010 e 2022. Consoante o modelo de Warren Thompson, o Brasil transita entre a 3ª e 4ª fases, em que a forte diminuição da natalidade se associa à já baixa mortalidade. A pirâmide etária brasileira tem formato moderno, assemelhando-se a economias avançadas. Após o bônus demográfico, a janela de oportunidade aberta para o aumento da produtividade e a redução de razão de dependência, passou a ocorrer envelhecimento populacional, em meio à população majoritariamente adulta com proporção crescente de pessoas com 60 anos ou mais. Recentemente, a pandemia de Covid-19 e sua alta fatalidade, bem como a crise econômica entre 2015 e 2017 são fatores que geraram incerteza na economia e no planejamento familiar, o que também diminuiu o ritmo de crescimento da população brasileira.

As cidades de entre 750 e 50 mil habitantes crescem em razão da maior integração do território, da maior atratividade exercida pelas cidades médias (como parte da involução metropolitana), da desmetropolização (caos urbano, violência, poluição, trânsito nas metrópoles) e da diversificação das atividades econômicas. Novos polos de desenvolvimento associaram-se a indústrias (em Catalão – GO, a empresa Mitsubishi; em Anápolis – GO, a fábrica da Hyundai). A melhoria da infraestrutura promoveu migração de retorno de nordestinos do Sudeste para suas cidades de origem, como João Pessoa e Fortaleza. Planos governamentais, como o Bolsa Família, mediante o Programa de Cadastro Único e promoção da educação pública e outros direitos contribuíram para a distribuição de renda. Populações ganharam maior mobilidade migratória e as cidades pequenas se tornaram destinos de oportunidade econômica e recomeço de muitas famílias que viviam em situação de risco e vulnerabilidade nas grandes cidades, em favelas e áreas urbanas vulneráveis a catástrofes. As tecnologias de informação, os transportes e o acesso à internet facilitam a criação de boas condições de vida em cidades menores, mais próximas do campo e da natureza, atração para muitas pessoas.

Municípios-sede de regiões metropolitanas perdem habitantes com a crise do Estado, que enfrenta dificuldades no combate à violência e aos problemas urbanos. O Estatuto das Cidades prevê direitos e deveres aos cidadãos. Insatisfeitas com os males da pobreza e da falta de acesso a serviços básicos, pessoas deixam as regiões metropolitanas. A demora na locomoção entre bairros nas regiões metropolitanas implica não apenas perda de tempo, mas também custos logísticos, associados ao custo-Brasil (burocracia e ausência de infraestrutura adequada), o que acarreta o encarecimento de fretes e perda de competitividade. Por essas razões, empresas migram para regiões fiscalmente atraentes, para ampliar lucros e reduzir custos, pois, com suas localizações, empresas e indústrias reduzem custos (aluguel de terrenos,

encargos trabalhistas, trabalhadores sindicalizados) típicos das metrópoles, mas se mantêm próximas aos mercados consumidores, tornando os transportes mais eficientes. A descentralização da população, com o menor crescimento das metrópoles (sobretudo no litoral) e o maior crescimento das cidades médias, auxilia na integração do território, na interiorização das atividades econômicas, na melhoria da qualidade de vida, no abrandamento dos problemas urbanos e na desconcentração industrial.

Questão 4

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Os domínios morfoclimáticos brasileiros, domínios espaciais de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo. A essa área mais típica e contínua – via de regra, de arranjo poligonal – aplicamos o nome de área core, logo traduzida por área nuclear – termos indiferentemente empregados segundo o gosto e as preferências de cada pesquisador. Entre o corpo espacial nuclear de um domínio paisagístico e ecológico e as áreas nucleares de outros domínios vizinhos – totalmente diversos –, existe sempre um interespaço de transição e de contato, que afeta de modo mais sensível os componentes da vegetação, os tipos de solo e sua forma de distribuição e, até certo ponto, as próprias feições de detalhe do relevo regional.

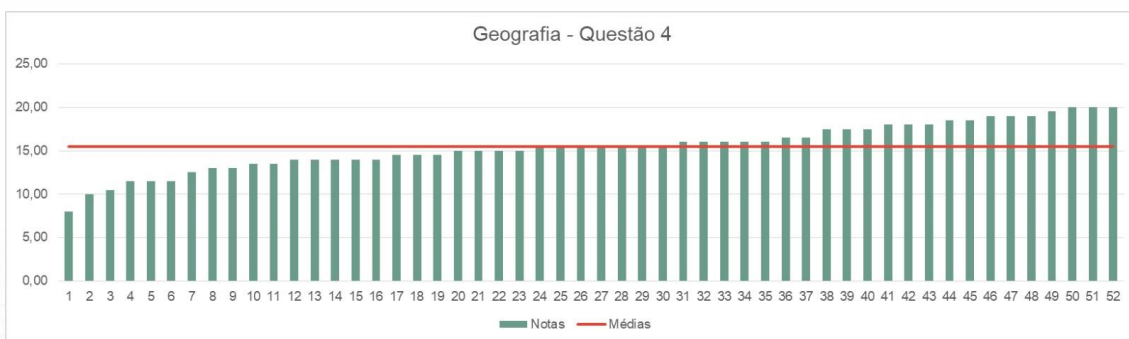
AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto que descreva a macrodivisão natural do espaço brasileiro por meio dos domínios morfoclimáticos. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) contexto histórico e conceituação de domínios morfoclimáticos;
- b) características físicas dos domínios morfoclimáticos brasileiros e faixas de transição; e
- c) principais impactos ambientais sobre os domínios morfoclimáticos brasileiros.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O território do Brasil abriga uma diversidade de paisagens e ecossistemas tropicais, o que despertou a curiosidade de pesquisadores europeus ao longo da primeira metade do século XX. Esses estudiosos, acostumados a explorar regiões geograficamente menores e mais homogêneas em termos de vegetação, ficaram impressionados com a riqueza e a

complexidade das paisagens encontradas no Brasil. Nesse contexto histórico, surgiram as primeiras universidades no Brasil, introduzindo abordagens de estudo mais precisas e alinhadas com as características geomorfológicas do território brasileiro. Isso marcou uma ruptura em relação à fase anterior de estudos predominantemente naturalistas e descritivos. A paisagem passou a ser investigada de forma mais profunda, com ênfase na compreensão das interações entre seus elementos e nos processos que a moldaram. No contexto das evoluções teóricas, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber introduziu o conceito de domínio morfoclimático e fitogeográfico, também conhecido como domínio morfoclimático, ou ainda, domínio paisagístico ou domínio de natureza. Esse conceito geográfico, minuciosamente elaborado, considera de maneira abrangente a estruturação coerente das características geográficas, incluindo os relevos e seus processos subjacentes.

Q2. Ab'Saber conceitua o domínio morfoclimático e fitogeográfico como uma área geográfica de extensão significativa, que abrange centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados, caracterizada por uma organização coesa de características de relevo, tipos de solo, vegetação e condições climáticas e hidrológicas inter-relacionadas. Esses domínios se estruturam no território em uma área central de dimensões específicas e disposição particular, onde as condições fisiográficas e biogeográficas se combinam para criar um complexo unificado e expansivo. Isso ressalta os aspectos geomorfológicos e climáticos, levando em consideração as características distintas presentes em cada domínio. A abordagem proposta por Ab'Saber define seis domínios morfoclimáticos no Brasil: amazônico, caatinga, cerrado, araucárias, pradarias e mares de morros, além das zonas de transição. A exploração desses domínios morfoclimáticos está intrinsecamente ligada à análise das potencialidades regionais no Brasil e à compreensão das complexas estruturações resultantes de influências naturais e ações humanas.

Q3. O domínio amazônico, a maior das seis unidades paisagísticas do Brasil, predomina na região Norte do País. Este domínio é caracterizado por um clima equatorial, com altas temperaturas, elevada umidade relativa do ar e chuvas frequentes. Sua paisagem é predominantemente ocupada pela Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo, e inclui matas ciliares, igapós, igarapés e matas de terra firme, abrigando uma vasta biodiversidade. A hidrografia desse domínio é composta pelas bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia. O relevo é bastante diversificado, abrangendo áreas de planície e terras baixas amazônicas, bem como planaltos e depressões. Os solos, em sua maioria, são pobres em nutrientes e, em parte, apresentam características arenosas, o que contrasta com a exuberante vegetação da floresta tropical. No entanto, eles possuem uma camada de material orgânico depositado em sua superfície, o que contribui para a fertilização do solo e manutenção da floresta.

Q4. A caatinga está localizada no sertão nordestino, região Nordeste do Brasil. Nessa área, prevalece um clima semiárido, caracterizado pela sazonalidade irregular das chuvas. O relevo é marcado pelas depressões sertaneja e do rio São Francisco, evidenciando uma significativa influência de processos erosivos na região. Os solos variam de acordo com a localização e com relevo, resultando em áreas com solos férteis e outras cobertas por solos com baixo teor de nutrientes e rochosos, o que limita o crescimento de vegetação densa e dificulta as atividades agrícolas. A vegetação típica desse domínio é a caatinga, composta por plantas adaptadas ao calor e aos longos períodos de estiagem. Em decorrência do regime pluviométrico, muitos dos rios na região são intermitentes, sendo o Rio São Francisco o principal curso d'água perene da área.

Q5. O cerrado apresenta um clima predominantemente tropical, caracterizado pela alternância entre uma estação seca e outra chuvosa, o que se reflete diretamente em sua vegetação, que é formada de cerrados e cerradões e varia desde gramíneas,

arbustos e árvores de pequeno porte, originando campos e savanas, até árvores de grande porte e densas formações florestais. O relevo do cerrado é caracterizado pela presença de planaltos, chapadas e depressões. Os solos encontrados nesse domínio geralmente carecem de nutrientes, resultando em baixa fertilidade natural. O cerrado é considerado o "berço das águas", pois nele nascem os rios que formam as principais bacias hidrográficas do continente sul-americano.

Q6. O domínio das araucárias abrange o Sul do Brasil e é caracterizado por um clima subtropical com variações sazonais de temperatura e uma grande amplitude térmica, acompanhadas de precipitações anuais bem distribuídas. A maior parte desse domínio é coberta por matas de araucárias, cujo crescimento é favorecido não apenas pelas condições climáticas, mas também pelos solos altamente férteis, conhecidos como "terra roxa", que são latossolos avermelhados formados a partir da decomposição do basalto. O relevo é predominantemente composto por áreas elevadas, que formam planaltos e chapadas, apresentando variações que vão desde terrenos suavemente ondulados até encostas íngremes. Os cursos d'água, em sua maioria, são perenes em função da regularidade na distribuição das chuvas.

Q7. O domínio das pradarias engloba uma região conhecida como Campanha Gaúcha ou região das campinas ou ainda campos sulinos, que está sujeita a um clima subtropical caracterizado por temperaturas amenas a frias e um curto período de estiagem no verão, além de uma elevada amplitude térmica. A vegetação predominante consiste principalmente de gramíneas, com arbustos e árvores dispersas. O domínio das pradarias ocorre principalmente nas áreas de relevo com menor altitude, como nas planícies, e apresenta suaves ondulações e áreas planas conhecidas como "coxilhas". Trata-se de uma região com solos geralmente férteis, frequentemente rasos e altamente propícios para atividades agrícolas. A rede hidrográfica na região é perene, embora com

densidade e volume hídrico geralmente menores em comparação com o domínio das araucárias. Os cursos d'água possuem calhas largas, seguindo canais em formato de meandros, frequentemente com a presença de coroas arenosas.

Q8. O domínio dos mares de morros abrange todo o litoral leste do Brasil, desde a região Nordeste até o Sul. A característica proeminente desse domínio é a presença de conjuntos de morros arredondados que dominam grande parte de sua extensão. Além dessas formas de relevo, também se destacam as planícies litorâneas, que são áreas de baixa altitude, e as serras, juntamente com formas residuais. Os climas nessa região variam de acordo com a latitude, indo desde o tropical quente e úmido até o subtropical. Nos estados da região Sudeste, também ocorrem climas tropical e subtropical de altitude nas áreas mais elevadas. Esse domínio apresenta um contínuo de florestas, hoje intensamente devastado, formado pela mata atlântica, com uma diversidade de paisagens, incluindo florestas, campos e vegetação litorânea. Possui um sistema de drenagem bem desenvolvido, potencializado pelo relevo acidentado da região.

Q9. Dentro das áreas centrais dos domínios morfoclimáticos, encontram-se regiões de transição e de contato conhecidas como faixas de transição. Essas faixas de transição, por sua localização, apresentam características físicas e climáticas que se assemelham às dos domínios geográficos adjacentes. No Brasil, algumas das principais faixas de transição incluem: mata dos cocais, agreste e pantanal. Essas faixas de transição desempenham papel fundamental na compreensão da diversidade geográfica do Brasil, pois representam áreas onde diferentes ecossistemas se encontram e interagem, resultando em características únicas. Elas também são de grande importância para estudos ambientais e de conservação, pois abrigam uma mistura de espécies e influências ecológicas originadas dos domínios vizinhos.

Q10. Em todos os domínios morfoclimáticos do Brasil, são identificados problemas ambientais. O principal impacto, responsável por danos nos domínios amazônico, do cerrado e das pradarias, está relacionado com a expansão da produção agropecuária, que envolve a abertura de novas áreas para o cultivo de commodities, como a soja, e a criação extensiva de gado. No domínio das pradarias, observa-se um processo de arenização dos solos, causado pela remoção da vegetação natural para a agricultura em larga escala. Na caatinga, o desmatamento avança em razão da extração de recursos utilizados na produção de lenha e carvão vegetal, das atividades agropecuárias. Esse domínio também enfrenta ameaças significativas de desertificação. Por sua vez, nos domínios das araucárias e dos mares de morro, os níveis de degradação são elevados e estão ligados à exploração de recursos destinados à indústria madeireira, além do crescimento das áreas urbanas. Esses desafios ambientais variados refletem a complexidade das interações entre a atividade antrópica e o meio ambiente, demandando ações de conservação, manejo sustentável e medidas para minimizar os impactos negativos sobre esses domínios.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SABER, A. N. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil, 1967. In: MODENESI- GAUTTIERI, M. C.;

BARTORELLI, A.; MANTESSO-NETO, V.; CARNEIRO, C. dal R.; LISBOA, M. B. de A. L. (org.). A obra

de Aziz Nacib Ab'Saber. São Paulo: Beca-Ball, 2010. ROSS, J. S. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2005.

Resposta 1 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 20,00 TL: 39 TP: 660 TP/TL: 16,92

A atual divisão regional do Brasil não harmoniza com as divisões naturais do território, como ocorreu na primeira divisão pelo IBGE e na proposta de Pedro Geiger. Entretanto, Aziz Ab'Saber dividiu o território em domínios morfoclimáticos, que considera a vegetação e as características ecológicas de forma mais específica que a divisão em biomas, que tem enfoque no relevo, dividindo as áreas de transição distintamente. Na zona tropical equatorial, Ab'Saber caracteriza o domínio amazônico, área de vegetação relativamente homogênea: folhas latifoliadas para evapotranspiração, chuva regular o ano todo, predomínio de vegetação de alto porte (apesar da divisão em mata, igapó e várzea), clima equatorial, com altas temperaturas, alta biodiversidade, solos rasos e não tão férteis. Ali, a penetração humana é recente, mas tem sido rápida após a década de 1970, quando as rodovias, em especial a Transamazônica, tornaram-se vetores de desmatamento no ocidente do domínio, no que hoje é parte do "Arco do fogo", onde a legislação, menos restritiva, permite a cultura da soja. Essa área é a menos desmatada entre os domínios, mas sua importância resulta que o "ponto de não retorno de desmatamento" ali pode estar próximo, seu desmatamento geraria erosão hídrica, savanização do cerrado (pelos rios voadores), erosão do solo (pela chuva) e alteração climática em

todo o planeta devido ao depósito de carbono. No domínio caatinga, que inclui maior parte do Nordeste, parte de Minas Gerais, a vegetação é cactácea, caducifólia, com espinhos e mecanismos que armazenam água durante as longas estiagens, a chuva é irregular, ocorrendo no “inverno”, e há secas prolongadas quando há El Niño. O solo é pedregoso, sofre intemperismo físico (na Amazônia, há químico). Nesse domínio, a desertificação poderia ocorrer, além de lixiviação e perda do grande endemismo.

A caatinga está sendo muito desmatada recentemente, restando apenas 13% da vegetação original, o clima ali é tropical semiárido. No Cerrado, têm-se troncos retorcidos e raízes profundas, além de solos ácidos. As raízes formam “florestas invertidas” que acumulam água para que a metade do ano sem chuva não seja prejudicial às espécies. A importância do cerrado como “berço das águas” é extraordinária, mas não tem sido observada, pois o domínio tem sido devastado em razão de **empreendimento agroindustriais*** para a plantação de soja, cana e milho, a ocupação é recente, data da “Revolução Verde” que possibilitou produtividade no latossolo por meio de tecnologia de calcário posto no solo, por meio da Embrapa na década de 1970. A recente devastação, que pode comprometer a oferta de águas em todo o país, contrasta com a antiga devastação na caatinga, onde a pecuária chegou quando leis impediram a criação de gado na Zona da Mata, que foi reservada à cultura da cana.

Na pradaria, o solo tem sofrido arenização, pois após longo período de utilização, no Rio Grande do Sul, do espaço para pecuária extensiva, preservando o solo, a cultura de soja tem aumentado, tal como o desmatamento da região. O clima tem pluviometria regular e bem distribuída, é tropical úmido, sofrendo maior impacto da Massa Polar Atlântica, a gramínea prevalece. O domínio morfoclimático das araucárias inclui parte significativa do Paraná e parte de São Paulo e está quase completamente devastado devido à antiga antropização no litoral. O clima tropical

de altitude conta com muita chuva e bem distribuída, a vegetação é menos diversa, com muitos pinheiros. O desmatamento serviu para a exportação de madeiras e o solo de terra roxa e fértil foi base para a cafeicultura no século passado. O domínio da Mata dos Cocais faz a transição entre caatinga e amazônico, contando com espécies como palmeiras, babaçu e coqueiros. A devastação prejudica ambas a caatinga e a floresta amazônica e foi motivada para industrialização de produtos extrativistas. A zona de transição do bioma Pantanal não é considerada um domínio morfoclimático, devido à heterogeneidade ecológica nessa região, que é entendida como parte do extenso domínio do cerrado. A Mata Atlântica tampouco existe como domínio, mas os Mares de Morros e a Araucária são analisados por Ab'Saber.

Resposta 2 – Lara Mendes Jacob

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 655 TP/TL: 16,38

Aziz Ab'Saber criou uma macrodivisão natural do território brasileiro com base nos domínios morfoclimáticos em um contexto no qual o Brasil deixava de ser caracterizado por arquipélagos econômicos e passava a se integrar de forma mais efetiva. Assim, após a construção de um todo, ficou evidente a necessidade de criar uma regionalização no Brasil, sendo que o critério natural era um dos favoritos para embasar as regiões do Brasil, como, de fato, ocorreu na regionalização realizada pelo IBGE em 1942. Ab'Saber estabeleceu 6 domínios morfoclimáticos: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mar de Morros, Araucária e Pampa. Domínio morfoclimático representa uma área que possui condições naturais similares, como paisagens e ecossistemas integrados.

O domínio morfoclimático da Amazônia é caracterizado pela floresta fechada e densa, vegetação com folhas latifoliadas e biodiversa, clima equatorial úmido, com chuvas distribuídas ao

longo do ano, solos de alta fertilidade e majoritariamente formada por depressões. É o domínio que engloba a Bacia Amazônica, região com maior acesso à água doce superficial do mundo, e a evapotranspiração da floresta junto com a mEc leva umidade e chuvas para outras regiões, como o Centro-Oeste e Sudeste. O domínio amazônico está 80% preservado e é a região que mais abriga unidades de conservação e reservas indígenas, mas o avanço da pecuária, da atividade mineradora e do cultivo de soja na região AMACRO e no Arco de Ocupação Consolidada representam desmatamento veloz nas últimas décadas. O domínio da Caatinga possui clima semiárido, com chuvas concentradas no verão, em 4 meses, chamado pelos locais "inverno". Na Caatinga, predomina uma vegetação com galhos tortuosos e há estresse hídrico, sobretudo em anos de El Niño, quando não chove, embora também seja um domínio com alto grau de endemismo. A Caatinga tem sido desmatada para utilização de carvão vegetal e se encontra, sobretudo, no Sertão Nordestino. O domínio do Cerrado está localizado principalmente no Centro-Oeste do Brasil, sendo que o clima é o tropical típico, os solos são latossolos de baixa fertilidade, a vegetação, dependendo do grau de umidade da região, pode ser de Cerradão (mais úmido), Cerrado ou Campos Sujos (menos úmido). O PRODECER desenvolveu correção de solos no Cerrado, o que aliado ao relevo plano, permitiu o grande desenvolvimento do cultivo agrícola da região, sobretudo da soja. Estima-se que 60% do Cerrado já foi desmatado, o que é explicado pelo avanço do agronegócio no Centro-Oeste e no MATOPIBA. O domínio mar de morros está situado no litoral do Brasil e possui relevo acidentado, vegetação biodiversa com matas a fechadas e falhas latifoliadas. O solo de massapê e a terra roxa são de alta fertilidade embora já estejam esgotados. O domínio Mar de Morros engloba a Mata Atlântica, um dos biomas mais desmatados, em razão da ocupação ter iniciado no litoral, sendo que as áreas conservadas são protegidas por estarem em áreas altas e por unidades de conservação. O domínio Mata de Araucárias situa-se

no Sul do Brasil e é caracterizado por vegetação de coníferas e clima subtropical com chuvas bem distribuídas ao longo do ano. A Araucária é a vegetação mais desmatada do Brasil, devido à produção de carvão vegetal e à atividade madeireira. Por fim, o Pampa é um domínio com clima subtropical, localizado no Rio Grande do Sul sobretudo, com vegetação gramínea, que, durante muito tempo, foi pouco desmatada em razão do estilo de vida local e da pecuária. Atualmente, o Pampa tem sido desmatado para produção de soja, e a silvicultura tem descaracterizado a paisagem do local. O Pampa possui poucas unidades de conservação. As faixas de transição entre os domínios morfoclimáticos citadas são, sobretudo, o Pantanal, considerado um bioma pelo IBGE e a mata de cocais. O Pantanal é uma planície que alaga, o que facilita sua conservação, embora conte com poucas unidades de conservação e a atividade agrícola do entorno possa ser um risco em razão do uso de fertilizantes. O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo devido a sua localização intertropical.

Resposta 3 – Thaís Barros Muniz de Souza

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 471 TP/TL: 11,78

Os domínios morfoclimáticos brasileiros foram conceituados por Ab'Saber a fim de prover capacidade analítica e de formulação de políticas ao governo brasileiro. Dessa forma, destaca-se a divisão entre domínio da Amazônia, do Cerrado, Caatinga, Mares de Morros, Pradarias, Pantanal, zonas litorâneas, Araucárias. Ressalta-se, ainda, a existência da Mata dos Cocais como faixa de transição entre os domínios da Amazônia e da Caatinga. Assim, embora alguns domínios morfoclimáticos coincidam com os biomas, não se trata de classificação equivalente.

Enquanto a Amazônia representa região densamente preenchida por floresta, com presença de três faixas bem destacadas, como a várzea e a mata de igapó, apresentando clima equatorial úmido, com alta incidência de chuvas, o Cerrado possui duas estações bem definidas, verão chuvoso e inverno seco, com diferentes faixas de vegetação, como o Cerradão e campos sujos e limpos. Nos dois domínios, o avanço da agropecuária representa impacto ambiental preocupante, com amplo desmatamento, emissão de CO₂ e risco de contaminação, além de perda da biodiversidade. O Pantanal, área naturalmente alagada boa parte do ano, embora apresente certa defesa natural, vem sofrendo igualmente com os impactos das queimadas e do desmatamento. Além disso, ressalta-se que as alterações climáticas na Amazônia colocam em risco o Cerrado, uma vez que seu regime de chuvas está diretamente relacionado à massa equatorial continental, além de ser no Cerrado onde nascem as principais bacias hidrográficas do país.

Na Caatinga, há baixa pluviosidade e altas temperaturas, o que determina vegetação xerófila e majoritariamente arbustiva, com poucas árvores de grande porte. Nesse domínio, não apenas o avanço agropecuário pelo MATOPIBA, mas também **o elevado uso da lenha pelas famílias colocam*** em risco a preservação da diversidade da região, o que vem ocorrendo igualmente na Mata dos Cocais. Já nos domínios mais ao sul, como a Pradaria, o risco envolve igualmente o processo de arenização dos solos, em uma região já tradicionalmente marcada pela agropecuária. As faixas litorâneas, que compreendem em grande parte o bioma da Mata Atlântica, sofreu intenso desmatamento ao longo de vários séculos, uma vez que configura região onde se fixou inicialmente a população e onde, ainda hoje, reside a maior parte dos brasileiros.

Ressalta-se, ainda, que embora todos os domínios sofram impactos ambientais, os do Sul e do Sudeste são os que mais sofreram com desmatamento, embora, atualmente, o Cerrado seja

o domínio mais ameaçado. Além disso, destaca-se a construção de estradas como vetor do desmatamento, além da crise hídrica que assola diversos Estados, sobretudo os que compreendem zonas mais densamente povoadas. Assim, grande parte dos danos ambientais aos domínios morfoclimáticos brasileiros está relacionada ao avanço da atividade agropecuária, sobretudo o cultivo da soja e a criação de gado que se deslocam cada vez mais para a Amazônia e o MATOPIBA. Além disso, a perda da biodiversidade, com alteração do uso do solo, tende a agravar a situação ainda mais.

Resposta 4 – Gustavo Baquião Dantas Rocha

Nota: 19,50 TL: 40 TP: 393 TP/TL: 9,8

Os domínios morfoclimáticos de Aziz Ab'Saber representam divisões do território brasileiro que compartilham características similares de vegetação, relevo, regime pluviométrico, temperatura, paisagem e biodiversidade. Foram propostos na transição dos anos 1970 para 1980, quando se pretendia mapear o Brasil para determinar suas potencialidades naturais e econômicas e quando havia já uma incipiente preocupação ecológica sobre o estado de devastação do meio natural brasileiro, especialmente da Mata Atlântica. Ab'Saber identificou os Mares de Morros, a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, a Zona Costeira e os Pampas como os 6 domínios morfoclimáticos brasileiros.

Os Mares de Morros abrangem a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, são marcados pela Mata Atlântica, têm altitude de 1000 a 2000 metros, clima tropical úmido ou subtropical, vegetação latifoliada e alta disponibilidade hídrica. A Zona Costeira tem relevo baixo e plano, pluviometria anual bem distribuída, é marcada pela atuação da massa tropical atlântica, pela presença de solos arenosos ou pantanosos e por restingas e mangues. A

Amazônia sofre a influência da massa equatorial continental, tem alta pluviosidade, vegetação latifoliada e fechada, com alta evapotranspiração e que se estende, em seus igapós, várzeas e matas de terra firme, pelas bacias do Amazonas e Araguaia. O Cerrado se localiza em escudos cristalinos de 500 a 1500m de altitude, tem vegetação arbustiva de raízes profundas, latossolos com muito alumínio e volumosos lençóis freáticos. A caatinga tem vegetação cactácea e xeromórfica, com precipitação anual de 400 a 800mm e baixa disponibilidade hídrica no solo. Os Pampas são vegetação herbácea do sul do RS, com relevo de coxilhas e chuvas bem distribuídas anualmente, mas não abundantes.

Faixas de transição apresentam características dos domínios morfoclimáticos limítrofes, além de espécies vegetais e animais autóctones. Podem-se citar a Mata dos Cocais no Maranhão (com grande presença de babaçus, açaís e macaúbas na transição entre a Amazônia e a Caatinga) e o Pantanal do MT e MS (com índice pluviométrico similar ao do Cerrado, mas que, pela inundação periódica do rio Paraguai, também tem espécies amazônicas).

A Zona Costeira, os Pampas e a Caatinga são afetados pela desertificação, sobretudo após a remoção de sua vegetação nativa. A Amazônia é marcada pelo desmatamento pela pecuária extensiva, os Mares de Morros pela poluição urbana e pela agricultura intensiva e o Cerrado pela indústria carvoeira e pela agropecuária. Os mangues da Zona Costeira são intensivamente desmatados para a ocupação urbana.

Resposta 5 – Rafael Piccinini Machado

Nota: 19,00 TL: 40 TP: 485 TP/TL: 12,12

O conceito de domínios morfoclimáticos, desenvolvido por Aziz Ab'Saber nos anos 1970-80, parte de novas descobertas sobre

o território brasileiro (projeto RADAM, por exemplo) e de discussões fundamentais sobre a conservação dos ecossistemas nacionais (pós-1972) e a gestão do território. O conceito, pois, mais abrangente que o de biomas, usado pelo IBGE, combina características de tipo de vegetação, relevo, clima (temperatura, regime hídrico etc) e solo, criando zonas ou "áreas nucleares" relativamente homogêneas e entremeadas por faixas de transição.

Assim, Ab'Saber dividiu o território nacional entre os domínios da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mares de Morros, Araucárias e Pradarias, com faixas de transição como Pantanal e Mata de Cocais. Na Amazônia, predominam as florestas densas e vegetação latifoliada, solo pobre, mas com serrapilheira, alta pluviosidade, clima tropical equatorial e planícies (com terraços pleistocênicos). Na Caatinga, predomina a vegetação arbustiva, plantas com espinhos para reduzir transpiração, planaltos (e serra da Borborema), clima semiárido (precipitação < 750mm ao ano) e solo pobre e raso. Já no Cerrado, predomina vegetação arbustiva e arbórea (campos limpos, sujos e cerradão, por exemplo), planaltos (e depressões relativas) com chapadões, clima tropical-típico (chuvas e secas bem marcadas). Nos Mares de Morros, a vegetação é densa e latifoliada, relevo acidentado por morros (áreas mamelonares) e variação altimétrica, clima tropical atlântico (predominante), úmido, com solos ricos em matéria orgânica. No domínio Araucária, a vegetação é típica de pinheiros, clima tropical de altitude, relevo acidentado e mais elevado (serras) e solo de terra roxa. Nas pradarias, predominam as gramíneas, clima subtropical, relevo suavizado de colinas e solo arenoso. A mata de cocais faz a transição entre o domínio Amazônico e o semiárido da Caatinga (apresentando características intermediárias, florestas mais densas, clima tropical, solo mais profundo) e entre estes e o Cerrado. O Pantanal, por sua vez, é a transição entre o Cerrado, o domínio das Araucárias e o dos Mares de Morros, com vegetação densa, inundável, depressões, clima tropical úmido e solo lixiviado.

O desmatamento e perda da cobertura florestal é o impacto comum a todos os domínios (>95% no Mares de Morros e Araucárias, >50% no Cerrado e na Caatinga e > 20% na Amazônia). Sob lógica de economia de fronteira, a ocupação da Amazônia avança no Pará e em Rondônia, sobretudo com a criação de gado. No Cerrado (e MATOPIBA) avança o agronegócio, via desmatamento, gerando, também, contaminação do solo e da água por agrotóxicos. Nas densas zonas de ocupação do litoral, onde predominam os Mares de Morros, o desmatamento é antigo, há pressão sobre as bacias hidrográficas e poluição da água (Bacia do Tietê, por exemplo), como também ocorre no domínio das Araucárias. Nas Pradarias do Sul, há crescente arenização do solo raso em função da criação de gado, enquanto na Caatinga há progressiva desertificação em função do desgaste do solo e do regime de chuvas. Por fim, destaque-se que o solo do Cerrado é profundo e oxidado, demandado corretivos para o cultivo.

POLÍTICA INTERNACIONAL



Questão 1

Leia, com atenção, o excerto e a informação a seguir.

O Brasil superou, em 2022, o percentual de 20% do efetivo total de agentes de segurança formado por mulheres para atuar em missões internacionais de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). O número ficou acima da estratégia de paridade de gênero criada pela organização – Uniformed Gender Parity Strategy 2018-2028 – acerca da participação de mulheres, por país contribuinte, nas missões individuais e que fixou um mínimo de 19% do efetivo total, até chegar a 25% em 2028. O tema “Igualdade de Gênero” é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

MILITÃO, C.; BUENO, R. Brasil supera meta da ONU para emprego de mulheres em operações de paz. Brasília: Ministério da Defesa, 8 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/brasil-supera-meta-da-onu-para-emprego-de-mulheres-em-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 6 set. 2023, com adaptações.

A promoção da igualdade de gênero no âmbito das missões de paz das Nações Unidas é um tema que se consolidou na agenda onusiana nas últimas duas décadas.

Considerando que o excerto apresentado e essa informação têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a

respeito da “Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança” e o Brasil. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) os antecedentes históricos e as propostas da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU);
- b) a implementação da Resolução 1325 (2000) nos mandatos de missões de paz das Nações Unidas;
- c) o histórico da participação de mulheres brasileiras nas missões de paz das Nações Unidas; e
- d) o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Extensão do texto: até 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Tenciona-se que, no primeiro item, o candidato disserte a respeito do arcabouço institucional que antecedeu a adoção da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, em seguida, explique as propostas dessa resolução. Inicialmente, é preciso tratar das quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres, sediadas, respectivamente, na Cidade do México (1975), em Copenhague (1980), Nairóbi (1985) e Pequim (1995), as quais contribuíram para a conscientização acerca do assunto e o combate à desigualdade de gênero, discutindo temas como os incentivos à paz, o desarmamento, a violência sexual como arma de guerra, a participação política, entre outros. Em geral, essas conferências resultaram na elaboração de documentos específicos, por exemplo, as Estratégias Orientadas ao Futuro para o Avanço das Mulheres (1985), bem como a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação (1995), os últimos dois são marcos importantes no que diz respeito à vitimização das mulheres em conflitos armados e à participação delas como agentes de construção da paz. Em segundo lugar, faz-se necessário mencionar a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês), realizada em 1979, que se tornou um marco importante para proteger e promover os direitos das mulheres nas esferas públicas e privadas. Além disso, convém fazer menção à Declaração sobre a Participação das Mulheres na Promoção da Paz Internacional e da Cooperação, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 1982, na medida em que o documento foi precursor em lidar com questões de gênero e missões de paz, e à Declaração e Programa de Ação de Viena e à Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adotadas em 1993, as quais avançaram na proteção dos direitos humanos das mulheres. Por fim, no ano de 2000, deve-se tratar da Declaração e do Plano de Ação de Windhoek, que recomendaram a participação feminina em todos os níveis das missões de paz, desde a negociação de acordos até a comunicação social. Em outubro desse mesmo ano,

a Resolução 1325 (2000) foi aprovada, por unanimidade, pelo CSNU, e todo o processo negociador contou, em grande medida, com o protagonismo de países em desenvolvimento, como a Namíbia, Bangladesh, Jamaica e Mali.

Ainda no primeiro item, o candidato deve identificar pelo menos três propostas – às vezes denominadas três pilares – da Resolução 1325 (2000). A primeira delas é a necessidade de promover a participação feminina em todos os níveis do processo decisório (nacional, regional ou internacional) e em diversas funções, desde a prevenção de conflitos até a negociação da paz ou o engajamento em missões de paz, contribuindo para o estabelecimento de uma governança inclusiva. A segunda é a proteção de mulheres e meninas contra a violência sexual e de gênero, particularmente em situações de crise e de conflito, tanto nos campos de refugiados quanto na formação e no treinamento do pessoal (militares e civis) envolvido em operações de paz. A terceira é a prevenção contra a violência sexual e a promoção dos direitos femininos, com a punição dos responsáveis por crimes que violam o direito humanitário internacional e a garantia da segurança jurídica às mulheres no âmbito das legislações nacionais e com o apoio de outras iniciativas locais ou multilaterais.

No segundo item, o candidato deve, primeiramente, argumentar a respeito da obrigatoriedade de incorporar a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), instituída a partir da Resolução 1325 (2000), a todos os mandatos de missões de paz no século XXI. Das dez novas missões aprovadas desde a adoção dessa resolução, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro- Africana (Minusca, na sigla em inglês), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (Unmiss, na sigla em inglês) e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (Minusma) são as que mais incorporaram

itens da agenda “MPS”, com destaque para o aumento da participação feminina como peacekeepers e a proteção das mulheres e meninas contra a violência sexual. Em segundo lugar, é preciso discorrer acerca das novas práticas voltadas para a implementação dessa agenda, as quais surgiram nas missões onusianas, como a criação da função de conselheiros ou assessores militares de gênero, dos pontos focais de gênero e das Equipes de Engajamento Feminino (FET, na sigla em inglês). Especificamente no tocante à última prática, a composição de equipes formadas por profissionais diversas (médicas, psicólogas, militares, entre outras) contribuiu para a criação de confiança e a assistência à população feminina local, desde o apoio à saúde física e psicológica até o treinamento de mulheres locais militares e policiais. Por fim, o candidato deve ressaltar que as unidades femininas estabelecidas pelas novas práticas estão normalmente vinculadas à liderança da missão de paz e fornecem apoio a todos os setores dessa missão para o desenvolvimento ou o monitoramento de estratégias que promovam a igualdade de gênero.

No terceiro item, o candidato precisa argumentar que não houve participação de mulheres brasileiras nas missões de paz até o início da década de 1990. A ausência de legislações inclusivas e a estrutura institucional das forças armadas e policiais – em particular, as políticas de ingresso ou de progressão ao longo da carreira –, entre outras razões, dificultaram a presença feminina nessas missões. Em 1992, duas sargentos da Polícia Militar de Minas Gerais foram as primeiras brasileiras a participarem de uma missão de paz, servindo na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem II, na sigla em inglês). Desde então, mais mulheres brasileiras passaram a atuar como peacekeepers, sobretudo militares, mas o número delas permaneceu proporcionalmente bastante inferior à participação masculina. Em grande medida, as variações no contingente feminino do Brasil em missões de paz estão associadas à Missão das Nações Unidas

para a Estabilização no Haiti (Minustah, na sigla em inglês). Esse contingente aumentou significativamente após o terremoto no país caribenho, em 2010, e se manteve elevado até 2017, quando passou a diminuir justamente por causa do encerramento da Minustah.

Finalmente, no quarto item, o candidato deve, em princípio, explicar que o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança internaliza, formalmente, as obrigações internacionais contraídas pelo Brasil no âmbito da agenda MPS. O plano foi lançado em 8 de março de 2017, renovado em 29 de março de 2019 e estabeleceu quatro pilares de atividades: (1) participação, com o propósito de aumentar a presença e a qualificação de mulheres brasileiras em questões relacionadas com a paz e a segurança; (2) prevenção e proteção, cuja finalidade é assegurar os direitos das mulheres e meninas e combater as violências sexuais e baseadas no gênero antes, durante e depois de conflitos armados; (3) consolidação da paz e cooperação humanitária, que propõem a priorização do enfoque de gênero nas ações cooperativas, nos processos decisórios e na construção/recuperação da paz ou na reconstrução pós-conflito; e (4) aprofundamento, sensibilização e engajamento, com o objetivo de promover maior envolvimento da sociedade civil em relação à agenda acerca de mulheres, paz e segurança, incluindo a disseminação de conhecimentos relacionados ao assunto. Cada pilar contém um conjunto de objetivos, atividades esperadas, instituições responsáveis e outras organizações participantes. Para concluir, o candidato precisa comentar a respeito dos dois objetivos estratégicos que perpassam todas as metas e atividades previstas no plano, que são: (a) a transversalização de gênero, isto é, a necessidade de considerar os diferentes interesses, experiências e impactos das relações de gênero na elaboração, na implementação e no monitoramento de políticas e programas; e (b) o empoderamento de mulheres e meninas como agentes promotoras da paz duradoura. Ambos os objetivos convergem para a adoção de uma

perspectiva inclusiva e sustentável na promoção da paz e da segurança internacionais.

Quesitos de pontuação

Q1. Apresentação das Conferências sobre as Mulheres, da CEDAW, da Declaração e do Plano de Ação de Windhoek e de outras iniciativas adotadas no âmbito das Nações Unidas.

Q2. Identificação de, pelo menos, três propostas da Resolução 1325 (2000).

Q3. Reconhecimento da obrigatoriedade de incorporação da agenda MPS a todos os mandatos de missões de paz.

Q4. Explicação das novas práticas instituídas nas missões de paz para a implementação da agenda MPS.

Q5. Compreensão do vínculo direto entre as unidades de gênero e a liderança política da missão de paz.

Q6. Explicação a respeito da ausência da participação de mulheres brasileiras em missões de paz entre 1947 e 1992.

Q7. Conhecimento acerca da relação existente entre a participação de mulheres brasileiras em missões de paz e a Minustah.

Q8. Identificação do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança como um instrumento de internalização da agenda MPS no Brasil.

Q9. Explicação dos quatro pilares de atividades do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Q10. Identificação de duas estratégias centrais do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança para a realização dos objetivos e atividades previstos.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

BALBINO, V. R. Terá a paz rosto de mulher? Uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2022.

MORAIS, D. Mulheres, paz e segurança: os planos nacionais de ação e a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nação e Defesa, dez. 2020, p. 9-27.

DRUMOND, P.; REBELO, T. Implementando a agenda sobre "Mulheres, paz e segurança" no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação. Artigo Estratégico 31. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, mar. 2018. Disponível em:

<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-07-AE-31_Plano-Nacional-Mulheres-web.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

OAKES, R. F.; KYRILLOS, G. M.; FLORIO, B. P. Normativas internacionais de gênero: agenda mulheres, paz e segurança e o caso brasileiro. Revista Feminismos, v. 11, n. 1, jan./jun. 2013, p. 1-27.

HAMANN, E.; GIANNINI, R.; PEREIRA, P. A. Mulheres brasileiras em missões de paz: a coragem em dados e relatos. Artigo Estratégico

44. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, dez. 2019. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

Resposta 1 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 25,00 TL: 87 TP: 1297 TP/TL: 14,90

A relação do Brasil com os debates em relação a gênero no âmbito da ONU data da própria fundação da organização, quando, em São Francisco, a delegada Bertha Lutz, juntamente com a delegada da República Dominicana, logrou êxito na menção à paridade de gênero no preâmbulo da Carta da ONU (em relação à igualdade entre povos); no artigo 1º (princípios da ONU) e no artigo 8º, em relação à paridade de gênero na organização, suas agências especializadas e demais órgãos. Ainda, o engajamento de Lutz incentivou a criação do CSW (Comissão sobre o Status da Mulher), no âmbito da ONU, em 1946. Ainda em relação ao tema, o Brasil assinou a Convenção para Eliminação de Toda Forma de Violência a Mulher, de 1979; sediou a Conferência sobre Eliminação de Violência, no Belém do Pará, em 1984 e participou, em 1995, da Conferência de Pequim, momento em que os direitos da mulher foram definidos e acordou-se o Plano de Ação de Pequim. Em 1990, no Cairo, direitos reprodutivos foram debatidos e, em Viena, em 1993, a Declaração expôs que os direitos de meninas e mulheres devem ser considerados de modo interseccional também. Em 2011, a ONU mulheres foi criada; e o ODS 5 tratou de expor que leis internas devem apoiar a igualdade de gênero em relação ao desenvolvimento e em matéria de cargos, conferindo 5 responsabilidades aos Estados.

Em relação à segurança, o Brasil propôs, em sessão da AGNU, em 1985, uma declaração sobre a participação de mulheres

em operação de paz e sobre o cuidado com as mulheres em situação de conflito. O texto foi aprovado com unanimidade e influenciou na Resolução 1325, aprovada em 2000, que trata da institucionalização da Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Essa resolução dispõe que deve haver engajamento para participação feminina em missões de paz da ONU, não apenas para atingir a meta (posteriormente analisada), mas devido às contribuições que as mulheres agregam nesse contexto. Ademais, a resolução propõe que mulheres em situações de conflito devem ser priorizadas devido às violências sexuais como arma de guerra, o que ocorreu em Ruanda, por exemplo, e, pra além, há destaque sobre o engajamento pós-conflito, pois as mulheres são mais vulneráveis nesses lócus belicosos; a resolução requer que, em operações de “peacebuilding”, como a Minustah, deve haver estratégias para engajamento feminino na sociedade e nas instituições remodeladas ali; ainda, leis são estimuladas.

Após a resolução, foi notável a implementação da Resolução 1325 nas operações. Já em 2004, a Minustah contou com a participação feminina, embora não tão significativa numericamente, e as mulheres haitianas foram consideradas, principalmente após 2010, pois foram mais afetadas pelo terremoto e pelos conflitos. A Binuh também buscou implementar a Agenda durante o mandato da Minujusth, criando legislações que favorecem o desenvolvimento feminino no Haiti. A UNAVEM, a UNOMOZ, a UNIMISS, a UNTAET também contaram* com participação feminina. A partir de 2018, entretanto, a Agenda tornou-se mais engajada, Antonio Guterres, o Secretário-Geral da ONU estabeleceu que aumentaria o número de mulheres em todos os órgãos da ONU, o que foi plenamente alcançado em 2012, inclusive com a presença brasileira de Maria Luisa Viotti da Costa como chefe de seu gabinete. A Estratégia de uniformização de Paridade de Gênero 2018-2028 foi lançada e estabeleceu um mínimo de 19% do efetivo em operações de paz para mulheres, o que deve alcançar 25% em

2028. Apesar da evolução na maior parte das instituições da ONU, a meta não foi atingida na maior parte dos países contribuintes.

O Brasil envia mulheres para operações de paz desde o início de sua contribuição (o que data da UNTSO e de Suez); entretanto, a participação era reduzida no início e, algumas vezes, limitada ao pessoal administrativo ou policial. Na Minustah, apesar da contribuição, não há grande destaque para a participação feminina; na Unifil, por outro lado, o comando da Marinha brasileira agregou mulheres como a brasileira Vitória Régia. Foi no contexto da Monusco e da Minusca, entretanto, que o Brasil ganhou enorme destaque, pois mulheres como Carla Monteiro e Sílvia Moura foram premiadas pela ONU por sua participação e seu esforço na operação, no ano de 2019. Atualmente, cresce o número de mulheres capacetes azuis, entre o pessoal administrativo, entre militares, na força policial e, também, nas instituições que fazem a gestão das operações, como o Comando Conjunto para Operação de Paz Naval e o Comando Conjunto para Operação de Paz do Brasil. Nesse mesmo contexto, o Santa Cruz Report, pelo general Santa Cruz, tratou do tema de mulheres capacetes azuis e segurança dessas participantes em situações conflituosas, em 2017. Recentemente, o esforço brasileiro na Guiné-Bissau contou com programa específico de paz concernente a mulheres na região, o que buscou inserir mulheres na operação e também considerar as mulheres locais afetadas durante e após os conflitos, desde 2007, o Brasil tem engajamento nessa região no CCP da ONU.

Em 2017, o Brasil internalizou a Agenda Mulheres, Paz e Segurança no formato de Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. Esse plano visa ao aumento do engajamento de brasileiras em tema de segurança e está em harmonia com a Resolução 1325, com o CSW, com a ONU Mulheres e com a CF/88, que trata da promoção da paz e da cooperação como princípios brasileiros sobre relações internacionais. O Plano contou com apoio da Funag, do Itamaraty, das forças armadas brasileiras, da

Fundação Calógeras e da nova Associação de Mulheres Diplomatas. Após o primeiro período, o Brasil superou a meta de 20% de efetivo total de agentes de segurança formado por mulheres, alcançando 22% do efetivo. Em 2019, o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança foi renovado. Recentemente, houve reengajamento em relação ao Plano e remodelação desse, que busca aumentar o número de mulheres em comando em operações, além do engajamento em situações pós-conflito. Ademais, o esforço para aumentar a contribuição científica de mulheres em tema de segurança pode ser atribuída ao Plano. O livro, lançado pela Funag, "Teria a Paz Rosto de Mulher?", por Viviane Brito coaduna-se com tal plano, tal como o seminário recente em relação ao Plano Nacional Mulheres, Paz e Segurança em sua "parte II", ou seja, após remodelações.

O tema de perspectivas femininas nas relações de segurança tem sido debatido com maior vigor. Cinthia Enloe em "beaches, bananas and bases" aprofundou a discussão em relação a contribuições femininas em bases militares no exterior. Segundo a autora, as mulheres são agentes-chave da atuação em guerra e em paz. Ainda, há discussões sobre a associação entre o gênero feminino com esforços pacíficos e diplomáticos e com o poder privado, enquanto que o poder público e a atuação em guerra seria um campo de ação masculina. Isso tem sido desmistificado gradualmente, o que leva também à visibilidade de mulheres que se engajaram em cenários belicosos no passado, tal como Jovita Feitosa e Luísa Mahin, e também mulheres que ajudaram a construir a paz, como Bertha Lutz, Leopoldina de Habsburgo e a princesa Isabel. Tal temática tem sido debatida em contexto brasileiro, estimulando a contribuição brasileira de mulheres em temas securitários. As militares brasileiras premiadas por sua atuação em 2019 destacaram a contribuição feminina para a segurança mundial em suas falas.

Atualmente, a questão da atuação feminina em ações de segurança consta das prioridades brasileiras em sua atual participação no Conselho de Direitos Humanos e no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em ambos os órgãos, o Brasil tem enfatizado temas de gênero, tendo recentemente suspenso sua atuação na Convenção de Genebra, que restringe as definições em relação aos debates de gênero. Há, também, engajamento brasileiro no aumento da quantidade de diplomatas mulheres, além da atuação na CIM (OEA) e na Reunião de Ministras do Mercosul. Na atual semana, a ampliação da Agenda em âmbito brasileiro e hemisférico foi tema de seminário na Funag.

Resposta 2 – Carlos Paulo Cavasin Neto

Nota: 22,00 TL: 79 TP: 959 TP/TL: 12,14

O tema da igualdade de gênero começou a ganhar força nas relações internacionais a partir do fim da Guerra Fria, uma vez que o tema da securitização deixou de ser o foco primordial do debate internacional. Contudo, antes mesmo desse evento, já se delinearam, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, as bases de uma teoria feminista das relações internacionais, que vê no machismo estrutural um fator amplamente comum a todas as sociedades, o que impede tanto a produção de um conhecimento mais plural e descolonizado, quanto a ação prática de mulheres na seara internacional. Na Conferência de São Francisco (1945), ainda que seja famosa a foto de Eleanor Roosevelt segurando a Carta da ONU, coube à brasileira Bertha Lutz e a outras poucas delegadas mulheres da América Central – Guatemala e República Dominicana – a pressão para que se caracterizasse a igualdade de gênero na Carta, tanto no preâmbulo quanto no artigo que a consagrou. Pesquisa documental recente demonstra a resistência das delegadas dos países centrais, sobretudo do Reino Unido, em consagrar tal princípio na Carta. Foi notável, também, o papel de

Indira Gandhi na Conferência de Estocolmo (1972), e da norueguesa Gro Harlem Brundtland, cujo relatório de 1987 foi pioneiro em definir o desenvolvimento sustentável no sentido de preocupação com as gerações futuras.

Outros antecedentes históricos da “Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança” passam, necessariamente, pelas Conferências sobre os direitos da Mulher da ONU. Apesar da importância das três primeiras, realizadas durante a Guerra Fria, a IV Conferência em Pequim (1995) foi um marco no tema, pois fez a transição do tema “mulher” para “gênero”, com toda sua complexidade e transversalidade com as agendas sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas. Anteriormente, em 1979, foi aberto para assinatura o Tratado sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, em vigor desde 1981 e amplamente ratificado pela comunidade internacional, inclusive o Brasil. O tema da igualdade de gênero ainda foi abordado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), lançado em 2000, mas de esparsa implementação. Na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 5 consagra a igualdade de gênero e as respectivas metas para seu cumprimento.

A Resolução 1325 (2000), aprovada por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), se apoia sobre dois pilares. Primeiro, reconhece que as mulheres são fundamentais para a manutenção da paz e da segurança internacionais, devendo suas participações em missões de paz da ONU ser encorajadas pelos países, que são convidados a elaborar seus respectivos planos nacionais sobre o tema. Segundo, reconhece que mulheres e meninas sofrem muito mais intensamente as mazelas dos conflitos armados, sobretudo devido a serem vítimas de estupros e outras violências sexuais, a exemplo do que ocorreu no caso do genocídio em Ruanda e na Bósnia, nos anos 1990. A resolução ainda se baseia na ideia de que, se há mulheres nas missões de

paz, pode haver a diminuição da violência generalizada e da violência sexual nas situações de conflito.

A implementação da Resolução 1325 (2000) passa pelos planos nacionais a serem elaborados pelos Estados, o que conta atualmente com ampla adesão, de mais de 60% dos membros da ONU. A Estratégia Uniformizada de Paridade de Gênero da ONU (2018-2028) lançou a meta de 19% de mulheres no efetivo total nas operações de paz, para chegar a 25% em 2028. Ainda que nem todos os países tenham atingido a meta, é notável o aumento do efetivo de mulheres nas missões de paz no Congo (MONUSCO), na República Centro-Africana (MINUSCA), no Líbano (UNIFIL), no Sudão (MINURSO) e no Chipre. Caso cumpram suas metas, países como Nepal e Bangladesh, que figuram entre os maiores contribuintes às missões em números absolutos, impulsionarão a implementação da Resolução em vista do tamanho de suas tropas.

No início dos anos 1990, a participação de mulheres brasileiras nas missões de paz da ONU se reduzia a menos de 1% do efetivo total. Esse percentual foi aumentando lentamente ao longo da década, e aumentou mais rapidamente dos anos 2000 em diante, quando o Brasil assumiu o comando militar da MINUSTAH, no Haiti, da MONUSCO, no Congo (aonde ainda exerce) e na frota naval da UNIGIL, no Líbano, entre 2011 e 2022, sendo o primeiro país não membro da OTAN a liderar o comando naval de uma missão de paz. Recentemente, duas mulheres brasileiras foram premiadas pela ONU pelos serviços prestados na missão de paz na República Centro-Africana, o que dá prestígio e destaque ao Brasil na Estratégia de Paridade da ONU. Em 2022, o Brasil tinha pouco mais de 20% de mulheres em seu efetivo, superando a meta de 19% da ONU e estando a frente de diversos países centrais.

No Brasil, o Plano Nacional de Ações sobre Mulheres, Paz e Segurança foi publicado em 2017. Ele se apoia em quatro pilares: proteção e prevenção, participação, consolidação da paz e sensibilização e engajamento. O Plano contou com ampla

participação de mulheres diplomatas no Itamaraty, que, recentemente, oficializaram a Associação das Mulheres Diplomatas do Brasil, e de setores das Forças Armadas. O Plano segue as linhas gerais da Resolução 1325 (2000), reconhecendo tanto a vulnerabilidade acentuada das mulheres nas missões de paz quanto a importância da presença feminina nas tropas. Há a previsão de programas educacionais, de conscientização e de incentivo à participação das mulheres nas missões, além de cooperação e intercâmbio de informações sobre as boas práticas de outros países. O Plano também reconhece a importância do ODS 5 (igualdade de gênero) e da influência positiva que a presença feminina traz aos conflitos, tanto no sentido de empoderá-las quanto no potencial de trazer paz e segurança a situações em que a violência é normalmente perpetrada por homens e o impacto negativo é mais sentido por mulheres e meninas.

Resposta 3 – Diogo Machado Gonçalves

Nota: 21,50 TL: 90 TP: 978 TP/TL: 10,87

O tema “Igualdade de gênero” se insere em um dos nove eixos de política externa destacados no discurso de posse do chanceler Mauro Vieira. A defesa dos direitos humanos, consubstanciada no artigo 4º da CF de 1988, está, pois, no centro das preocupações da diplomacia pátria. Com efeito, o tema também fez parte do programa United to Reform, lançado em 2017, pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, com vistas a alcançar a paridade de gênero nas posições de poder da organização e nas demais instâncias subordinadas. Ademais, a transversalidade dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prevê que o cumprimento do ODS 4 deva ser efetivado em todas as agendas internacionais, sobretudo em questões de paz e

segurança. Desse modo, cumpre debater a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança da ONU e o papel do Brasil.

A proposição da Resolução 1325 (2000), que contou com o apoio da diplomacia brasileira, foi precedida de um contexto de intensos debates na ONU, a respeito dos mandatos das operações de paz (PKOs). Nesse sentido, o relatório Brahimi levantou importantes questões sobre a chamada "Mission Creep, qual seja, a falha da ONU e do CSNU em responder efetivamente às crises humanitárias ocorridas na década de 1980, sobretudo em Ruanda e na Somália. Adicionalmente, escândalos de abusos perpetrados por capacetes azuis, especialmente na Bósnia e no Kosovo, demandavam medidas de accountability.

Essa conjuntura foi amplamente sustentada teoricamente pela doutrina feminista das relações internacionais, impulsionada pelo pós-positivismo da disciplina. Nesse sentido, destacou-se o fato de que mulheres são as que mais sofrem em conflitos (abusos sexuais, morais, mutilações) e, por isso, demandam cuidado especial das forças de PKOs. Fortaleceu, então, a ideia de ampliar a presença feminina nas PKOs. Outrossim, a teoria feminista advoga por maior participação das mulheres também nos processos de negociação e resolução de conflitos.

Nesse contexto, a Resolução 1325 (2000) passou a ser implementada nos mandatos dos PKOs, em todas as dimensões de sua atuação, como no atendimento psicológico às vítimas mulheres e meninas, no contato com as tropas (que passaram a contar com pelo menos uma mulher em cada unidade) e na gestão junto aos envolvidos na operação.

Essa conjuntura de recepção a novas práticas, no âmbito das PKOs, ganhou novo impulso no contexto da última reforma da ONU. O discurso do então SG Kofi Annan, *In larger freedom*, evidenciou a necessidade de se aprofundar as reformas da ONU, inclusive das PKOs. Desse modo, a criação da Comissão de

Consolidação da Paz, em 2005, possibilitou a ampliação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança, pois seu escopo de ação não mais se restringiu às PKOs. A CCP atua, pois, na construção de elementos que conjuguem paz, segurança e desenvolvimento, reforçando o papel da diplomacia na prevenção de conflitos, no fortalecimento das instituições em contexto pós-conflito e no desenvolvimento dos países que recebem missões no âmbito da CCP. Assim, a AMPS passou a atuar também no mandato da CCP e, hoje, como no caso da Guiné Equatorial, onde o Brasil exerce a liderança, promove ações de reforço à igualdade de gênero, como proteção a mulheres e meninas vítimas de violência e de acesso à educação.

O histórico da participação brasileira em missões de paz remonta ao voto favorável à criação da primeira PKO da ONU, no contexto da Primeira Guerra Árabe-Israelense. No entanto, a participação efetiva, com envio de tropas, ocorreu em 1956, com o Batalhão de Suez, enviado à UNEF I. Desde então, o Brasil já participou de mais de 50 PKOs, com enfoque especial nos PALOPS e países latino-americanos e caribenhos. O exercício de liderança brasileira nas operações de paz ficou evidente quando, em 2007, após receber garantias da França, no CSNU, aceitou a liderança militar da MINUSTAH, no Haiti, sob os auspícios do Capítulo VII da Carta da ONU. Essa foi a primeira vez que o Brasil atuou em uma PKO com base no capítulo VII.

Nesse contexto, a missão multidimensional (4ª geração) no Haiti marcou um ponto de inflexão na atuação das mulheres brasileiras em missões de paz da ONU. Embora não tenha inaugurado essa participação, a MINUSTAH representou a estruturação do engajamento de capacetes azuis brasileiras, com uma agenda especificamente desenhada pela Resolução do país, no início dos anos 2000, e a consequente empreitada de reconstrução do país, sobretudo após o terremoto de 2010, guarda

estreita relação com a atuação de militares, enfermeiras e outras profissionais brasileiras.

Esse engajamento do Brasil ensejou, durante o governo Dilma Rousseff, a criação do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, com vistas a cumprir as metas estabelecidas no âmbito da AMPS. Desse modo, o Brasil já superou a marca dos 20% do efetivo formado por mulheres, como afirma Militão e Bueno. Ademais, o cumprimento da Uniformed gender Parity Strategy (2018-2028) passa pela formação de homens e mulheres nos cursos das FAAs brasileiras voltados, especificamente para a atuação em PKOs. Conseqüentemente, o Brasil já teve reconhecida a excelência do Plano Nacional junto à ONU e duas **suas capacetes azuis*** receberam homenagens pelo reconhecimento de sua excelência em missões da organização. O Plano Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança já teve seu mandato renovado uma vez e se estrutura, cada vez mais, para se tornar um programa permanente.

Por fim, cumpre ressaltar a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Nacional de Defesa, que consideram a participação em missões de paz e segurança internacionais. Com efeito, a liderança da Missão Naval da UNIFIL, entre 2011 e 2020, o comando renovado na MONUSCO e a participação atual em mais de 8 missões, na África e no Oriente Médio, reforçam o engajamento brasileiro na agenda da paz e segurança, sem perder de vista a defesa dos direitos humanos. Assim, o país segue sendo um dos maiores entusiastas da transversalidade da defesa da igualdade de gênero, seja nas PKOs, seja no cumprimento da Agenda 2030, ou nos processos de consolidação da paz.

Resposta 4 – Rafael Piccinni Machado

Nota: 21,50 TL: 90 TP: 1017 TP/TL: 11,3

A participação de mulheres em missões de paz já se verifica como realidade positiva e inclusiva no âmbito da agenda global de missões de paz, embora ainda esteja aquém do ideal expresso na Uniformed Gender Parity Strategy (UGPS) 2018-2028. De fato, as discussões acerca da temática vêm desde os anos 1990, em momento, por um lado, de otimismo liberal após o fim das disputas Leste-Oeste, e, por outro, de novos desafios, atores e ameaças globais. Assim, desde a proposta de B. B. Gali de “uma agenda para a paz”, discute-se a inclusão mais igualitária de mulheres atuando ativamente em missões de paz.

Os anos 1990 assistiram a um momento de otimismo global após o fim da Guerra Fria. Outrossim, a humanidade foi capaz de adensar discussões em agendas como direitos humanos, meio ambiente e igualdade de gênero, de que são exemplos a Rio-92 (CNUMAD) e a Conferência de Viena sobre direitos humanos. Nesta última, por exemplo, além de se reconhecer o caráter indivisível e universal dos Direitos Humanos, reconheceu-se, também, a importância da igualdade de gênero e sua ativa promoção pelos Estados. A Rio-92, ainda, lançaria as bases dos ODM, cujos objetivos previam o avanço na igualdade de gênero e a proteção à mulher. Destaque-se, ainda, a Conferência de Pequim de 1995 sobre a mulher, que consagrou o princípio da busca pela igualdade e paridade com o sexo masculino. Esta década marcou também a ascensão das teorias feministas em Relações Internacionais, as quais entendem que o machismo histórico e estrutural perpetua desigualdades e violência na comunidade internacional, a qual balizará o entendimento da ONU na Res.1325/2000.

Em paralelo a esses notáveis avanços, o mundo também viveria a multiplicação de conflitos intraestatais e causados por novos atores, como grupos terroristas e étnicos. Assim, na esteira

do fim da Guerra Fria, o Secretário-Geral da ONU, B. B. Gali, lançaria sua nova agenda para a paz, já com indicação da necessidade de diplomacia preventiva e o robustecimento de missões de paz, que se tornariam de 2ª geração, incorporando componentes de auxílio ao desenvolvimento e solução de conflitos. No entanto, fracassos dessas operações – como verificado em Ruanda e na Somália – levariam a ONU a discutir a necessidade de missões que se inscrevessem no Capítulo VII da Carta da ONU (não mais apenas no Capítulo VI, que previa missões que contavam com o consentimento dos Estados e o não uso da força). É, pois, nesse contexto que se discute a proposta da Res. 1325, aprovada pelo CSNU em 2000. A resolução reconhece que mulheres (e crianças) não combatentes são as que mais sofrem em casos de conflitos armados, majoritariamente conduzidos por homens. Nesse sentido, com vistas a dar maior legitimidade e ampliar a eficácia das novas missões, o CSNU propunha ampliar o efetivo feminino em missões de paz, inclusive nas mais robustas, ampliando o número de mulheres em posições de comando e em negociações diplomáticas (diplomatas também, não apenas militares) para ativa diplomacia preventiva.

A implementação de tal Resolução, no entanto, ficou aquém do esperado por diferentes fatores. Por um lado, o 11 de setembro de 2001 mudou radicalmente a postura otimista dos anos 1990, levando à mudança de pauta na agenda global e às ações unilaterais dos EUA (Iraque, por exemplo), com sua Doutrina Bush. Por outro lado, muitos serviços e importantes contribuidores de tropas à ONU tiveram dificuldade de adaptar-se às novas demandas por maior inclusão. Ressalte-se, ainda, que o termo de igualdade de gênero (embora reconhecido pela ONU e pelos ODS) enfrenta desafios políticos de implementação, dado o machismo de certas sociedades, como aquelas do Oriente Médio, algumas nações africanas e latino-americanas. A despeito desses desafios, os novos mandatos de missões de paz já seguem a Res. 1325/2000, prevendo, idealmente, maior equilíbrio dos efetivos,

como verificado no mandato da MINUSTAH ou da MONUSCO, por exemplo. Para contornar tais desafios, ademais, a ONU lançou a UGPS citada no excerto, cuja implementação elevará o efetivo feminino a 25% em 2028.

No caso brasileiro, mulheres compõem missões de paz desde os anos 1990, quando das missões em Angola e Moçambique e em função da tardia permissão para que integrassem as fileiras das Forças Armadas. À época, porém, sua participação era pequena e limitada, e somente ampliará, estruturalmente, com a participação do Brasil como líder da MINUSTAH. De fato, essa ambiciosa missão de 4ª Geração, que visava pacificar o Haiti e desenvolvê-lo, deveria contar com participação feminina não somente para maior representatividade, mas também para ampliar sua eficácia e legitimidade, ampliando também a identificação com a população local (onde, ainda, o componente racial tem valor central). Tal participação feminina ampliou-se gradualmente ao longo dos anos na MINUSTAH, sendo favorecida com a criação do CCOPAB no Rio, para treinamento de pessoal para missões de paz, o qual treina, inclusive, mulheres de outros países. Acrescente-se que, além de superar a meta da UGPS, o Brasil posiciona mulheres em postos de comando, embora ainda não tenha havido mulher *force commander*.

Além disso, em linha com a UGPS, o Brasil lançou, já em 2018, o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, o qual prevê, inclusive, superar os 25% demandados pela UGPS, em linha ainda com os ODS e a Res. 1325. O Plano também prevê maior participação feminina na CCOPAB, dando e recebendo treinamento, alinha-se com o disposto na Estratégia Nacional de Defesa (END) sobre o Brasil e missões de paz e evita cair no lugar comum de associar o sexo feminino a um pacifismo inócuo. Acrescente-se, ainda, a criação, no MRE, de uma secretaria especial para a igualdade de gênero, a qual pode promover diplomatas a posições centrais de soluções de conflitos. Desse

modo, o Brasil posiciona-se como ativo defensor e promotor da igual participação das mulheres na agenda global de segurança, sendo um de seus objetivos centrais no biênio 2022-23 ao ocupar assento no CSNU.

A Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança segue como tema prioritário na agenda onusiana desde 2000, passando pelas discussões sobre reforma do CSNU, criação do CDH (e sua atuação) e discutida, também, na Cúpula da Paz, 2005, e no âmbito dos ODS, confirmando, assim, sua transversalidade temática.

Resposta 5 – Gustavo de Freitas Campos Jucá

Nota: 21,50 TL: 90 TP: 951 TP/TL:10,6

A Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança é fundamental para um sistema internacional mais inclusivo, representativo, legítimo e eficaz. Na Conferência de São Francisco, a atuação de Bertha Lutz foi determinante para a inclusão da igualdade de gênero na Carta da ONU, além da composição dos juízes da CIJ. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma a igualdade de gênero em seu texto. No mesmo sentido, os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos econômicos, sociais e culturais garantem à mulher a igualdade salarial e encoraja a participação nas atividades. Houve conferência internacional de SH sobre as mulheres na década de 70.

No contexto do fim da Guerra Fria, a agenda securitária dá lugar a novos temas como desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos e paridade de gênero. Nesse sentido, com a Agenda para Paz e o Suplemento à Agenda para Paz, da década de 1990, passou-se a considerar missões de paz mais abrangentes, que não só visavam a manter a paz, mas que também construíssem a paz (peacebuilding), por meio de atividades civis.

Nesse contexto de missões de paz multidimensionais, abordadas por Boutros Boutros Gahli, a participação das mulheres passou a ser cada vez mais debatida, pois aumenta a eficácia e a legitimidade das missões de paz. Em 1995, durante a década das Conferências, há a Conferência de Pequim sobre as Mulheres, na qual se ressalta o princípio da igualdade de gênero, da transversalidade e do empoderamento feminino.

Com as crises em Ruanda e na Iugoslávia, necessitou-se repensar a política das missões de Paz. Nesse contexto, o CSNU aprovou a resolução 1325, em 2000, intitulada Women, Peace and Security (WPS), por meio da qual reiterava a importância da participação das mulheres nas operações de paz (inclusão, representatividade, legitimidade e eficácia), mas, também, ressaltava a importância da proteção das mulheres nos conflitos, pois são as mais vulneráveis. A proteção das mulheres em conflitos armados remonta às Convenções de Genebra (1949), e há, na história, diversos exemplos de abuso das mulheres, como a questão das "comfort women" chinesas durante a ocupação japonesa, tópico sensível até os dias correntes. Para evitar novas tragédias, o CSNU emitiu a res 1325/00 da WPS, que propõe o treinamento, a capacitação e a participação das mulheres em operações de paz; a proteção das mulheres e das meninas em conflito armado ou em crises humanitárias; o empoderamento feminino; a transversalidade em outros segmentos da ONU; a igualdade de gênero e a paridade de postos de comando entre os gêneros.

A Resolução 1325/00 foi implementada nos mandatos de missões de Paz das NU, com o aumento significativa da participação das mulheres, sendo o Brasil um grande contribuinte. Houve aumento da participação das mulheres na MINUSTAH, no Haiti, na MONUSCO, no Congo, e na UNIFIL, no Líbano, e em tantas outras missões de paz existentes. As mulheres, contudo, ainda representam apenas 20% do contingente utilizado nas missões de

paz, havendo amplo espaço para o aumento da participação feminina. O Brasil é um dos países que mais contribui para o aumento da participação das mulheres em missões de paz. Como um dos grandes defensores da agenda WPS, o Brasil aumentou sobremaneira a participação feminina desde os anos 2000. Destaca-se, contudo, que a participação das mulheres brasileiras em missões de Paz antecede a referida resolução. A atuação das mulheres brasileiras é reconhecida internacionalmente, vide o recente prêmio recebido pela Capitã Braga em sua atuação na MONUSCO. A capitã Braga não foi a única, pois mulheres brasileiras foram premiadas em dois anos consecutivos na década de 2020. Para a melhor implementação da Red 1325/00, houve outras resoluções do CSNU dentro da Agenda sobre Mulheres Paz e Segurança, com vistas a incentivar e empoderar a participação feminina e a garantir a proteção de mulheres e meninas na década de 2010.

O Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA) é um plano brasileiro para implementar a Agenda sobre WPS no Brasil. O plano foi adotado em 2017 e renovado em 2019 por mais 4 anos, até 2023. O PNA foi precedido por outras normas brasileiras importantes para a sua implementação, como a Secretaria das Mulheres para política (SMP) no início da década de 2010, que propunha a transversalidade do tema e da equidade de gênero para dentro de todos os ministérios. O PNA defende a igualdade de gênero, o empoderamento feminino e a transversalidade, que é fundamental para que a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança não fique restrita a instituições temáticas, capilarizando-se por meio de toda a estrutura burocrática do governo. Ressalta-se que o PNA foi fundamental para o aumento da participação brasileira feminina em missões de Paz e para a melhor capacitação das mulheres brasileiras, o que resultou no reconhecimento internacional consubstanciado no prêmio a Capitã Braga e a outras brasileiras.

Ressalta-se que, na ONU, a paridade de gênero foi objetivo central secretário-geral sul-coreano, mas o desejo de Bertha Lutz na Conferência de São Francisco só foi devidamente atingido no secretariado de António Guterres. A Agenda WPS, as resoluções de segurança do CSNU e as iniciativas domésticas dos membros da ONU, como o PNA do Brasil, foram fundamentais para garantir a participação feminina em postos de comando na ONU. Esse movimento é fundamental, pois a Agenda WPS não somente visa a aumentar a participação feminina no Front, mas também nos postos de comando, para que possam negociar a paz ou tomar decisões que levem em consideração os mais vulneráveis, aumentando, assim, a representatividade, a legitimidade e a eficiência das Operações de Paz. Na Rio+20, iniciaram-se as discussões sobre os ODS, lançadas em NY (2015) para a Agenda 2030. Entre eles, o ODS-5 prevê a igualdade de gênero, demonstrando a transversalidade e dialogando com a Agenda WPS.

Questão 2

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

(30/8/2023) O aquecimento global traz uma série de ameaças. Um desses efeitos colaterais é o derretimento da calota de gelo do Ártico, que abre a região para o transporte de mercadorias e para a exploração de recursos naturais, aumentando o risco de atritos entre os oito países com território no Círculo Polar – a Rússia e sete membros da Otan.

Disponível em:

portalcambe.com.br/manchete_dos_jornais_dest_a_quarta-feira_30_de-agosto_de_2023/. Acesso em: 20 set. 2023.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca das variadas transformações atualmente em curso no Círculo Polar Ártico. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) as consequências das mudanças do clima para a exploração econômica e comercial do Oceano Ártico; e
- b) os impactos na competição entre as grandes potências, especialmente, mas não exclusivamente, entre Rússia e Estados Unidos da América.

Extensão do texto: até 90 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deverá discorrer inicialmente acerca da relação entre as mudanças do clima, o aquecimento global e a aceleração do derretimento das calotas polares, mencionando a tendência observada de aquecimento mais acelerado no Ártico e na Antártica e, de forma ainda mais pronunciada, naquele do que no resto do planeta. Região historicamente caracterizada como inóspita e de difícil acesso em função, sobretudo, das baixas médias de temperaturas e da amplitude da cobertura de gelo – o que dificulta o estabelecimento de presença humana e o transporte terrestre ou marítimo –, a redução da cobertura de gelo no Círculo Ártico, causada pelo aquecimento global, passa a ser mais convidativa para atividades econômicas e reacende os interesses geopolíticos dos países árticos, mas não somente deles. A matéria motivadora oferece suficientes pistas, cabendo ao candidato explorar e desenvolver os argumentos.

Nesse sentido, espera-se, relativamente ao primeiro tópico, que o candidato identifique, como uma das principais consequências desse conjunto de fenômenos climáticos, a abertura de rotas de navegação marítimas, antes inacessíveis ao

longo de todo o ano em razão da espessura do gelo no oceano Ártico. Destacam-se, em particular, a Rota Nordeste (ou “do Norte”) (Rússia/Noruega/Islândia) e a Passagem Noroeste (Canadá/Estados Unidos da América – EUA), especialmente no inverno do Hemisfério Norte, mas cada vez mais possível durante o ano todo, dispensando mesmo a utilização dos custosos navios “quebra-gelo”. Ao encurtar a conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico pelo norte do planeta, passa a existir potencial para gerar economia considerável no transporte e no escoamento de mercadorias entre os principais mercados exportadores e importadores (EUA, Europa e China). Detecta-se, dessa forma, possibilidade de redução no trânsito de embarcações pelos principais pontos de passagem do transporte marítimo internacional (Canal de Suez, Canal do Panamá e estreito de Malaca).

Ainda a respeito dos aspectos econômicos do derretimento da cobertura de gelo no Círculo Polar Ártico, no contexto do tópico b, espera-se que o candidato refira-se à exploração de hidrocarbonetos (petróleo – estimado em 90 bilhões de barris em reservas – e gás – 44 bilhões de barris) e outros minerais como ouro, zinco, níquel e ferro, presentes especialmente no solo do oceano Ártico. Isto é, as oportunidades de exploração econômica abertas como consequência das mudanças do clima e do aquecimento global poderão, elas mesmas, em razão das emissões de gás carbônico resultantes da maior disponibilidade de combustíveis fósseis, contribuir no agravamento da crise climática, precipitando um perigoso ciclo vicioso.

Referente ao tópico b, o candidato deverá caracterizar o Círculo Polar Ártico, como espaço geopolítico próprio, cuja importância tem recrudescido por causa da maior acessibilidade causada pela aceleração do derretimento das calotas polares. Foi no decorrer da Guerra Fria que se verificou o ápice da importância estratégica da região por causa da confrontação sistêmica de dois

poderosos Estados árticos (União Soviética e EUA). Nesse contexto, deverá ser observado que a Rússia é de longe o maior país ártico, enquanto a exposição dos EUA ao Círculo Polar Ártico se restringe ao estado do Alasca.

São os fenômenos climáticos e as respectivas repercussões econômicas que aguçaram novas tensões, dessa vez, entre EUA (e seu conjunto de aliados da Otan) e a Rússia (sucedânea da URSS) no Círculo Polar Ártico. Essa é a dinâmica que o candidato deverá apontar, aludindo à recente militarização da presença dos Estados árticos na região. O acirramento da competição geopolítica poderá acentuar, inclusive, os litígios territoriais e pelo controle de espaços marítimos no Ártico, que permaneciam dormentes ou irresolvidos. Deverá também contextualizar a guerra na Ucrânia como variável, opondo a Rússia aos demais países árticos, todos do campo geopolítico ocidental. Entretanto, o interesse reavivado na região, especialmente quanto à dimensão econômica, tem capturado a atenção de países não árticos, a exemplo da China, da Índia e do Reino Unido. Considerações relacionadas à expansão da aliança transatlântica no contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia – abarcando Finlândia e Suécia, antes formalmente neutras – são adequadas na resposta ao tópico.

O candidato não deverá furtar-se de mencionar o Conselho do Ártico, o espaço diplomático institucional criado em 1996 para fomentar a cooperação entre os países árticos (EUA, Canadá, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Islândia e Rússia), para avançar pesquisas científicas e para atuar em favor da preservação do meio ambiente. Poderá argumentar o sucesso relativo do Conselho em compartimentar o enfrentamento geopolítico mais amplos em favor da cooperação. Foi o que aconteceu em 2014 quando da ocupação da Crimeia pela Federação Russa. A guerra na Ucrânia, no entanto, obstaculizou trabalhos do mecanismo, que, durante a Presidência de turno russa, estiveram virtualmente paralisados. O candidato poderá expor a ambivalência não

resolvida até o momento entre os estímulos à cooperação embutidos no Conselho do Ártico ou o incremento das rivalidades geopolíticas em um contexto internacional turbulento.

Referências

BUCHANAN, Elizabeth. *Red Arctic. Russian Strategy under Putin*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2023.

BURKE, Danita Catherine. *Diplomacy and the Arctic Council*. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2019.

GREAVES, Wilfrid & LACKENBAUER, P. Whitney. *Breaking Through. Understanding Sovereignty and Security in the Circumpolar Arctic*. Toronto, Buffalo & London, 2021.

LE MIÈRE, Christian & MAZO, Jeffrey. *Arctic Opening. Insecurity and Opportunity*. London: International Institute for Strategic Studies, 2013.

MARSHALL, Tim. *Prisoners of Geography*. London: Elliot & Thompson, 2015.

SPOHR, Kristina & HAMILTON, Daniel (orgs.) *The Arctic and World Order*. Washington, DC: Johns Hopkins University, 2020.

YERGIN, Daniel. *The Quest. Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. New York, Penguin Books, 2011.

Quesitos de pontuação

Q1. Apontar conexão entre as mudanças do clima, o aquecimento global e o derretimento das calotas polares como fatores responsáveis pelo recrudescimento do interesse no Ártico.

Q2. Comentar redesenho das rotas de navegação marítima internacionais pela utilização da Rota do Norte e Passagem do Nordeste.

Q3. Indicar possibilidades de exploração de recursos minerais de regiões antes cobertas por gelo no Ártico (petróleo, gás, ouro, ferro, níquel e outros minerais).

Q4. Considerar que a possibilidade de descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos poderá agravar a crise climática.

Q5. Identificar o Círculo Polar Ártico como espaço geopolítico próprio, cuja importância atingiu seu ápice durante a Guerra Fria.

Q6. Demonstrar que a competição estratégica entre grandes potências, particularmente entre Rússia e EUA, acompanha recrudescimento do interesse econômico no Ártico.

Q7. Apontar o crescente interesse de potências não árticas na região, especialmente da China.

Q8. Argumentar que a guerra na Ucrânia é um fator complicador na administração do relacionamento entre a Rússia e os demais países árticos.

Q9. Demonstrar conhecimento acerca do Conselho do Ártico como espaço diplomático e institucional para fomentar a cooperação entre os membros e avançar pesquisas científicas sobre a região.

Q10. Apresentar questionamento a respeito do Ártico como nova fronteira geopolítica a ser vocacionada para a competição geopolítica (entre Rússia e Ocidente) ou para a cooperação (Conselho do Ártico).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o

critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Leonardo Feldman de Mattos

Nota: 29,50 TL: 90 TP: 1257 TP/TL: 13,97

O século XXI vem demonstrando os efeitos devastadores das mudanças climáticas sobre os biomas da terra, frequentemente com consequências geopolíticas para atores estatais e não estatais. No inverno do hemisfério norte de 2022-23, a calota polar que cobre tradicionalmente o Ártico atingiu o menor nível histórico desde que começaram as medições. Com isso, alguns países vêm buscando aproveitar oportunidades logísticas e econômicas que a região oferece. Conseqüentemente, o Ártico torna-se um dos "hotspots" a serem analisados na geopolítica do século XXI, tornando uma região tradicionalmente de pouca tensão geopolítica em um dos cenários de projeção de poder entre as potências.

Uma das mais notáveis consequências das mudanças de clima no ártico- região que vem experimentando um dos maiores aumentos de temperatura no mundo - é o derretimento das camadas de gelo que cobrem o oceano Ártico. Com isso o mundo ganha, por um período mais prolongado do que antes, uma nova rota de comércio marítimo, a rota ao Norte da Rússia. Por meio dessa rota, um cargueiro que saia de Yokohama no Japão ou de Shanghai na China poderia reduzir consideravelmente a distância navegada para chegar a Rotterdam nos Países Baixos ou outro porto europeu. Isso traria economias de tempo e de combustível,

facilitando e barateando o comércio. Por outro lado, a rota do Noroeste, ao norte do Canadá, também poderia facilitar a ligação entre Atlântico Norte - por exemplo na costa dos EUA ao leste - até a costa do Pacífico ou extremo oriente da Ásia. Para isso, há certa corrida entre as potências para construir navios quebra-gelo, que podem auxiliar a travessia. A China e a Rússia são os países que mais vem construindo embarcações desse tipo. A China e a Rússia vêm também demonstrando grande capacidade de concertação para o aproveitamento das rotas do norte da Rússia, o que se coaduna com a estratégia Belt and Road Initiative (BRI) de comércio marítimo e terrestre por parte do "Império do Meio". Nesse sentido, a China vem investindo em portos e bases ao norte do território russo, com fins logísticos de viabilizar a rota. Há investimentos ao norte da Sibéria, com especial atenção para a Península de Kola e portos como Murmansk e Severomorsk.

O Ártico, contudo, não apresenta apenas possibilidades logísticas. A região é um dos novos fundos territoriais de recursos, um dos últimos relativamente pouco explorados pela humanidade. Estima-se que o Ártico abrigue quantidades enormes de hidrocarbonetos - petróleo e gás -, cuja exploração seria viabilizada pelo derretimento das calotas polares. O projeto de explorar mais recursos fósseis no círculo polar ártico é altamente controverso, pois as mudanças climáticas que atingem o planeta se devem justamente a esses recursos. Disso decorre a atuação da sociedade civil organizada em protestos contra a exploração de petróleo e gás no Ártico, seja em protestos nas grandes urbes americanas e europeias, seja em balsas que buscam chegar a plataformas de petróleo na Rússia. A exploração dos recursos ainda é incipiente, devido aos altos custos da operação. Destacam-se também recursos minerais no leito marinho do Ártico (inclusive a possibilidade de recursos como terras raras, de alta relevância para a transição energética atual) e dos recursos de patrimônio genético, como crustáceos, cetáceos e outros animais, plantas e fungos. Isso dá destaque à bioquímica, farmácia e cosmética.

Se desde a Guerra Fria, EUA e URSS enfrentavam-se no Oceano Ártico - sem conflitos reais, mas projetando influência na região-, no momento atual, a região é um dos possíveis loci de embate geopolítico entre EUA e Rússia. A Rússia, que domina cerca de $\frac{2}{3}$ das terras acima do círculo polar ártico, vem reativando bases navais na região, bem como terrestres e aeródromos. Recentemente, o Kremlin renovou uma das mais importantes de suas bases do Comando do Norte, no Ártico. Destaca-se também a importância do arquipélago de Nova Zemlya, ao norte da Rússia. Já os EUA articulam sua atuação por meio da OTAN. Para isso, além do Alaska - comprado da Rússia em 1867-, os EUA possuem base ao norte da Groenlândia, território dinamarquês. Países como Canadá, a Noruega, a Suécia e a Finlândia tendem a cooperar em maior ou menor grau com os EUA. Essa cooperação tende a se intensificar a partir do momento atual, na medida em que, após o conflito na Ucrânia, Suécia e Finlândia revisaram suas posturas de neutralidade e solicitaram adesão à OTAN. Apesar da complementaridade econômica, China e Rússia já tiveram disputas lindeiras.

É relevante a menção de que, desde meados dos anos 1990, existe um fórum multilateral para a região, o Conselho do Ártico. Funciona com base no consenso e busca manter a paz na região, maximizar os cuidados e o bem-estar dos povos da região- com especial atenção para aqueles povos originários como os povos esquimós - e a conservação dos ecossistemas. A missão do Conselho do Ártico torna-se mais difícil à medida que a região se torna um loco de disputas geopolíticas que têm o condão de pôr em lados opostos China e Rússia contra EUA e OTAN. Os membros do Conselho do Ártico são os EUA, a Rússia, o Canadá, a Islândia, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia e a Finlândia. O Conselho conta também com países observadores, é o caso da China e da Índia.

O Ártico é palco de disputas territoriais, com especial atenção para as plataformas continentais. A Rússia reclama boa

parte da extensão dos fundos marinhos no Ártico, com o argumento da continuidade geográfica da cordilheira submarina de Lomonosov. O Canadá e a Dinamarca, por meio da Groenlândia, disputam com a Rússia parte do território de leitos marinhos que a Rússia clama para si. Em plena disputa, a Rússia foi o primeiro país do mundo a solicitar à Comissão para Fundos Marinhos da ONU para estender o seu direito à plataforma continental. Diante da inconclusividade do pleito russo, Moscou realizou demonstração de força, colocando uma placa de titânio com a bandeira russa no fundo do Mar Ártico, por meio de submarino adaptado, ainda na primeira década do século XXI. Chama-se atenção também para a iniciativa americana, de Donald Trump, de oferecer para comprar a Groenlândia da Dinamarca, o que foi recusado por Copenhague. A tensão entre EUA e Rússia é também sentida entre o Alaska e o extremo oriente russo, no estreito de Bering. Destaca-se ainda a relativa proximidade da região do Ártico de atores como a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, o Japão - que tem também disputas territoriais com a Rússia - e a China, grande potência em ascensão que vem demonstrando crescente interesse em atuar na região.

O Ártico é certamente uma região com grandes potenciais de exploração. Por meio do agrupamento BRICS, o Brasil poderia valer-se da proximidade com a Rússia para estudar a região e desenvolver tecnologias conjuntas. De igual modo, o Brasil também poderia cooperar com os EUA, o Canadá e países europeus para a ciência, inovação e tecnologia. Ao contrário do que ocorre com a Antártica, que conta com tratado de Washington (1959), não há tratados que congelem os pleitos por soberania no Ártico, nem que evitem a sua exploração econômica ou ainda que proíbam a instalação de armas nucleares na região. Com isso, o Ártico vem se tornando área mais relevante do que no passado em termos geopolíticos. Rotas marinhas, projetos de exploração e disputas de poder são cada vez mais frequentes na região. Cabe à comunidade internacional e mais especificamente ao CSNU e ao Conselho do Ártico manter a paz no Ártico. É necessário igualmente que

cooperem para enfrentar o desafio comum da mudança climática, um multiplicador de ameaças, conforme António Guterres.

Resposta 2 – Bruno Tognolli Guglielmi

Nota: 28,50 TL: 90 TP: 908 TP/TL: 10,09

O derretimento da calota de gelo do círculo polar Ártico é uma das consequências mais visíveis do aquecimento global. Além de suas implicações ambientais, o fenômeno tem repercussões geopolíticas. Em um contexto no qual tensões geoeconômicas e estratégicas são exacerbadas por desafios globais como as mudanças climáticas e os conflitos armados, a reconfiguração do Ártico acarreta aumento das disputas entre as grandes potências.

O Ártico representa enorme potencial econômico. Seus recursos naturais, notadamente, notadamente petróleo e minérios, oferecem vantagem comparativa aos países a seu redor. Diferentemente da Antártida, que é um continente em terra firme sob camada de gelo, o Ártico é um oceano coberto por gelo, cujo derretimento gera oportunidades de navegação e de exploração petrolífera. Seu uso é regulado pela Convenção de Montego Bay no que tange à exploração da zona econômica exclusiva e da plataforma continental pelos países do entorno (Rússia, EUA, Canadá, Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca/Groenlândia). Nesse contexto, a Rússia demanda perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU o reconhecimento do direito de exploração da cordilheira submersa de Lomonosov, sobre a qual afirma ter soberania por ser uma extensão de seu território continental. Os demais países que compõem o Conselho do Ártico contestam o pleito russo e acusam seu governo de promover o acirramento de tensões geopolíticas na região do Ártico.

Diante de tensões exacerbadas pelo atual conflito na Ucrânia, os atritos geopolíticos entre Estados Unidos e Rússia no círculo polar Ártico são fator de consternação. A disputa pelos recursos minerais e novas rotas de navegação, a despeito de seu potencial econômico, são fator de atrito. A Rússia já se utiliza de ice-breakers, navios com capacidade de transitar pelas rotas do Ártico. As distâncias diminuem sensivelmente com a abertura de novas passagens, o que facilita trocas comerciais, mas favorece o potencial de conflito, tendo em vista a proximidade entre os países ao norte.

Além das potências diretamente envolvidas do entorno do Círculo Polar Ártico, o derretimento das calotas tem atraído a atenção de atores de fora das imediações, com destaque para a China. O gigante asiático tem interesse nas rotas por reduzir seus custos de comércio e sua dependência de gargalos marítimos, sobretudo o estreito de Malaca. A China, que já é o principal trader mundial, pode expandir ainda mais seu comércio, ao conectar-se diretamente com o hemisfério ocidental por meio da passagem ártica ao nordeste da Rússia.

A Rússia é sem dúvida o principal beneficiário da exploração do Ártico, pelo fato de seu território estender-se pela maior porção da área circundante. Os pontos de atrito com a OTAN aumentarão, à medida que Canadá, Alaska (EUA) e países nórdicos membros da Aliança do Norte terão novas fontes de contato e de possível disputa em relação à Rússia. O histórico pleito russo de acesso a mares permanentemente navegáveis, que antes se associava aos estreitos de Bósforo e Dardanelos, agora tem no derretimento do gelo polar uma nova forma de concretização.

Enquanto o polo sul é zona livre de armas nucleares e de disputas pela exploração econômica e apropriação militar (conforme prevê o Tratado da Antártida, de 1959), o polo norte é permeado por interesses geopolíticos de potências que disputam a hegemonia econômica e militar. Rússia e EUA são os dois grandes

detentores mundiais de ogivas nucleares. Uma eventual escalada de disputas no Ártico pode levar à disseminação de artefatos nucleares ali instalados, pois não há uma regulação comparável à da Antártida para o Ártico.

As rotas de transporte marítimo, por sua vez, passarão por profundas transformações à medida que as passagens do Ártico se tornam mais numerosas e permanentes. A dependência relativa do Atlântico, Pacífico e Índico para os fluxos comerciais diminuirá. Países do Norte global, principalmente, já estão ampliando as rotas no entorno do Ártico, tendência que deve aumentar. Pelo lado negativo, o uso mais frequente dessa rota acelera seu derretimento em decorrência das ações antrópicas, contribuindo para a elevação do nível do mar e colocando em risco cidades costeiras.

No que tange à exploração petrolífera e mineral, a Rússia terá à sua disposição mais rotas de óleo e gás, reforçando sua posição de grande provedora. Estados Unidos e Canadá, grande produtores globais, também reforçarão seu potencial de exploração de petróleo e gás. A exploração, que já ocorre atualmente, tende a aumentar. Essa dinâmica ampliará o poder estratégico desses países ao reforçar sua posição de grandes produtores de energia. Além de petróleo e gás, o Ártico tem em seus fundos marinhos grande quantidade de minérios, o que alterará as reservas dos países produtores. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, que regula e supervisiona a exploração mineral para além dos limites dos Estados soberanos, deve ter potencial de atuação limitado, tendo em conta que grande parte do Ártico se encontra nas 200 milhas marítimas que integram a zona econômica exclusiva dos Estados ou nas 350 milhas que compreendem os limites máximos de exploração estatal concedidos pela Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Eventuais conflitos pela delimitação de áreas marítimas, construção de ilhas artificiais, rotas de navegação e exploração de recursos acirram as disputas geopolíticas entre OTAN, Rússia e

outros atores, como China e Japão. A transformação da região em área de cooperação em vez de foco de conflito parece improvável, pois as tensões entre os atores transcendem as disputas pelo Ártico e integram um cenário geopolítico conturbado pela guerra na Ucrânia, pela ameaça das mudanças climáticas e por disputas econômicas. O derretimento da calota polar do Ártico complexifica essas disputas.

Resposta 3 – Reis de Souza Neto

Nota: 28,50 TL: 90 TP: 1268 TP/TL: 14,08

O oceano ártico é região tradicionalmente sob disputa entre os países, o que se acentuou na segunda metade do XX. Países como Rússia, EUA, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Canadá, Islândia e Suécia são os Estados que têm territórios terrestres que margeiam o Ártico. Trata-se a princípio de mar aberto, o que implicaria tratamento do Ártico em geral como patrimônio comum da humanidade, sendo alto mar, e seus fundos e recursos deveriam ser vertidos em favor da humanidade como um todo, nos termos da Convenção de Montego Bay (1982). Assim, caberia à Autoridade dos Fundos Marinhos gerir a região, e à sua “Empresa” lidar com atividades econômicas ligadas aos recursos naturais minerais e biodiversos. Vale acrescentar que há importante reserva de hidrocarbonetos, gás natural e recursos minerais na região, o que atinja o interesse dos países envolvidos. Na região ártica, no entanto, estabeleceu-se intensa disputa territorial, desde, em especial, a bipolaridade da Guerra Fria. Antes da Convenção de Montego Bay, não havia costume internacional sobre o tamanho do mar territorial, o que implicava diferentes e conflitantes pretensões. Após Montego Bay, estabeleceu-se o critério de 12 milhas de mar territorial e 188 extras de zona econômica exclusiva, no total de 200 milhas, além de a ZEE poder ser estendida a 350 milhas, por causa da plataforma continental prolongada. Com isso, a Rússia

acentuou sua tese de que pode explorar os recursos do subsolo e da superfície de parte expressiva do Ártico, por alegado prolongamento da Cordilheira Lomonossov, de modo que prevaleceria sobre os demais países. Estes, que foram enumerados acima, são membros da OTAN, preocupados em conter a expansão antes soviética e agora russa na região. Os países, conquanto haja tensões, buscaram e buscam soluções consensuais, e criaram, para tanto, o Conselho do Ártico, grupo com baixa institucionalidade e maior flexibilidade que busca estabelecer consensos e avanços no uso conjunto da região ártica. Houve, ainda, a formação de grupos menores entre países nórdicos (Conselho Nórdico) e grupos entre estes, a Grã-Bretanha e outros países, que tratam de diversos temas, entre os quais a questão do Ártico. Isso é compreensível, pois, conquanto o mar congele em parte do ano, o Ártico tem não só recursos minerais e biológicos, como é uma rota fundamental de encurtamento de distâncias de navegação, o que é fundamental para um comércio mundial embasado em cadeias globais de valor que dependem do transporte de navios-contêineres. O tema do Ártico, em razão das tensões e interesses mencionados, é discutido no âmbito da Assembleia Geral da ONU e do ECOSOC, bem como da OTAN, da Organização de Cooperação de Xangai, da União Econômica Eurasiática e da Comunidade de Estados Independentes, pois as potências buscam atrair aliados para as suas opiniões. E tudo se agrava com as mudanças climáticas.

Com a intensificação do aquecimento global nas sociedades industriais e pós-industriais, devido ao aumento da emissão de gases estufa, ocorre o progressivo derretimento de calotas polares, além de se reduzir, ano a ano, a fração do Ártico que congela. Há, em primeiro lugar, o grave problema, daí decorrente, de aumento do nível do mar, com riscos aumentados de submersão de países insulares e regiões costeiras, bem como de ocorrência de eventos extremos, como tsunamis. Esses riscos podem ter impactos bilionários em termos de prejuízos econômicos e comerciais, para

além da inestimável perda de vidas. Não por acaso, desde o Relatório Brundtland, que definiu desenvolvimento sustentável, passando pela criação do IPCC (88), pelos documentos e tratados da Rio-92 (especialmente a Convenção de Mudança Climática), pelo Protocolo de Quioto e sua Emenda Doha, pelo Acordo de Paris (2015) e pelo estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015 – Conferência de Desenvolvimento Sustentável), a comunidade internacional estabeleceu como prioridade conter o avanço do aquecimento global, dados, entre outros, os potenciais danos devidos ao derretimento do Ártico. Ocorre que, ao mesmo tempo, o derretimento ártico e o congelamento cada vez menos extenso tornam a região cada vez mais navegável, com potencial de diminuir consideravelmente o tempo de viagem marítima e os custos de transporte de bens e mercadorias. Os países se veem, por consequência, diante da contradição de optar por ganhos econômicos egoísticos ou por medidas que promovam um desenvolvimento sustentável. Com os derretimentos e descongelamento oceânico, ademais, os países têm mais acesso a recursos minerais e vivos no Ártico, bem como hidrocarbonetos e gás natural, com potencial de ganhos econômico-comerciais e estratégicos, como a menor dependência da importação de recursos energéticos. Vale agregar que a Rússia tem expertise nesse tipo de exploração, graças à histórica extração de petróleo e gás nos mares árticos da região siberiana, e ela sofre com o problema do derretimento do permafrost. O derretimento no Ártico, ademais, libera gases estufa como metano, que estavam aprisionados no gelo, e traz riscos biológicos ao revelar bactérias e superbactérias congeladas por milênios.

As transformações no Ártico acirram as disputas entre as grandes potências. No atual contexto, há franca deterioração de relações entre EUA, Rússia e Europa Ocidental, em razão da expansão da OTAN para o leste, do conflito na Ucrânia, da intervenção em lados opostos em conflitos regionais (Líbia, Síria, Iêmen), das acusações recíprocas de espionagem, dos alegados

episódios de envenenamento por parte de agentes russos e da alegada interferência russa em eleições nos EUA e na Europa. Assim, os instrumentos de contenção bélica bilaterais foram suspensos ou abandonados (Novo START, INF, Tratado de Céus Abertos), a Rússia foi excluída ou se excluiu do Conselho da Europa, do Conselho de Direitos Humanos, do mecanismo de diálogo da OTAN. Com as maiores potencialidades energéticas do Ártico e seu potencial uso comercial, a região pode se tornar mais um foco de tensões e desentendimentos. Isso, em verdade, já ocorre, pois Rússia e EUA se acusam de boicotar a agenda climática global por seus interesses no Ártico, com os EUA acusados de expansionismo ao, por exemplo, tentar comprar a Groenlândia. Os europeus buscam reduzir sua dependência energética da Rússia, o que pode tornar, para eles, mais interessante a exploração de recursos decorrentes das mudanças climáticas, em contraposição à pretensão soberana russa. A China é outra superpotência que tem interesses crescentes no Ártico, pois, sendo a principal responsável pelas logísticas marinhas das cadeias globais de valor, tem grande interesse em explorar as rotas comerciais do Ártico. Nesse sentido, busca participar e aderir ao Conselho do Ártico e incluiu a rota no seu mega-projeto "Cinturão e Rota", o que atrai desconfiança e tensões com adversários da China e da "Rota da Seda", como EUA e Índia. Isso se deve às tensões que os chineses suscitam com os vizinhos pelas disputas marítimas nos mares do leste (Coreia e Japão) e sul (Malásia, Filipinas, Brunei, Vietnã), bem como às acusações, de EUA e alguns europeus, de que a China teria pretensões expansionistas. Com a retomada do Quad, a criação do AUKUS e a consolidação da estratégia japonesa do "Free and Open Indo Pacific", além das crescentes rivalidades comerciais e políticas entre EUA e China, há grande potencial de tensões no Ártico aumentarem. O interesse da China, ademais, está ligado ao fato de que hoje seu comércio depende de longa e delicada rota que passa por áreas disputadas com seus vizinhos e pelo Estreito de Málaga, um gargalo de

transporte internacional. Progressivamente, outros países vêm manifestando interesse no Ártico, como o Japão e a Índia, tanto por razões de logística comercial e custos de transporte, quanto em razão dos recursos naturais; ademais, há debates multilaterais em curso, na ONU e no âmbito da Convenção de Montego Bay, sobre regramentos multilaterais mais específicos para a circulação e a extração de recursos no Ártico. O pleito russo sobre Lomonossov ainda não foi decidido na ONU.

Resposta 4 – Bruno Matelli

Nota: 27,00 TL: 90 TP: 1094 TP/TL: 12,15

As mudanças do clima têm impacto significativo para o Ártico. A região é, na verdade, mar coberto de gelo, por grande parte do ano ou permanentemente, estando, assim, regulada pela UNCLOS (1982). Os países que têm territórios no Círculo Polar Ártico são os EUA (Alasca), Rússia, Canadá, Islândia, Noruega, Dinamarca (Groenlândia), Suécia e Finlândia. Os dois últimos não têm saída para o Oceano Ártico. O degelo da calota polar, ocasionado pelo aquecimento global, tem reduzido a extensão e os períodos do ano em que a calota permanece congelada. Isso proporciona consequências econômicas e comerciais significativas para os países da região e, até mesmo, globais.

A exploração econômica de recursos minerais e vivos da região é a primeira delas. Estima-se que haja grandes reservas de gás e petróleo no Ártico (fala-se em mais de 1/3 das reservas de gás natural). O degelo e condições climáticas menos inóspitas abrem a oportunidade de exploração comercial: a Rússia já desenvolve diversos projetos de GNL em sua costa ártica, como o Yamal, com capitais chineses envolvidos. A Rosneft também já explora petróleo em poços na região. A Noruega também tem buscado explorar petróleo na região ártica por meio da Equinor. Há

também projetos para exploração no Canadá e no Alasca. A exploração mineral também será importante, já que a região possui amplas reservas de minérios como ouro e cobalto, pelas pesquisas mais recentes. A exploração fora das ZEEs dos países, contudo, teria de ser feita em benefício da humanidade, segundo a UNCLOS, que consagra a Área (leito marinho fora da jurisdição de ZEEs ou plataformas continentais estendidas) como patrimônio da humanidade. A exploração de organismos vivos, como a pesca e os usos genéticos dos organismos também pode ser facilitada no Ártico. Os organismos vivos fora das jurisdições nacionais também serão patrimônio da humanidade segundo o Tratado do Alto Mar. Os países da região, contudo, poderão melhor explorá-los nas zonas sob sua jurisdição.

A produção agrícola e pecuária da região também poderá desenvolver-se melhor com o aquecimento global, tornando alguma parte das terras agricultáveis com a redução do permafrost. As novas rotas marítimas que se abrem são a consequência mais visível da redução da calota polar. A Rota do Mar do Norte é a mais famosa delas: com o degelo da calota em torno da costa norte da Rússia e da Noruega por parte do ano, seria viável a abertura de rota comercial entre a China (ou Ásia) e a Europa, sem necessidade de passagem pelo Canal de Suez ou do Estreito de Malaca, reduzindo as distâncias da viagem em mais de um terço. A Rússia tem apostado na abertura dessa rota para aproveitar-se da cobrança de pedágios e serviços aos navegadores em sua costa norte, em parceria com a China, que deseja abrir caminho comercial alternativo entre seu país e a Europa. Também há a possibilidade das rotas do Noroeste pela costa norte do Canadá e do Alasca e, no futuro, de rota que cortará transversalmente o Polo Norte. Tanto a Rota do Mar do Norte quanto a Rota do Noroeste já foram testadas, mas os custos ainda são elevados pela necessidade de navios quebra-gelo para auxiliar na passagem e pelo dano que as condições inóspitas causam aos navios. O degelo crescente da calota polar, contudo, deve permitir a

redução desses custos e a operação comercial por boa parte do ano, o que reduzirá as distâncias entre a Ásia, a Europa e a América do Norte, barateando fretes e abrindo novas oportunidades.

A competição entre as grandes potências no Ártico tem aumentado sobremaneira nos últimos anos. Foi criada uma organização internacional para a cooperação entre países árticos após a Guerra Fria, o Conselho do Ártico (1996), resultado da Declaração de Rovaniemi. São membros os oito países árticos, além de haver outra categoria de membros para as populações autóctones da região, como os inuíts e os saami. A Rússia é a atual presidente pro-tempore, mas as discussões estão travadas desde a invasão da Ucrânia, pois o país é antagonizado pelos outros sete membros – 6 são da OTAN (EUA, Canadá, Islândia, Noruega, Dinamarca e Finlândia) e um está em processo de adesão (Suécia). Além disso, há Estados observadores no Conselho do Ártico, como Alemanha e China. Este último se considera um país “quase-ártico”, conceito rejeitado pelos EUA. A competição militar no Ártico já vinha acentuando-se antes da invasão da Ucrânia, com a Rússia revitalizando antigas bases soviéticas na região e instalando mais mísseis, enquanto a Noruega também já vinha reforçando seus contingentes na região. A Rússia também tinha a primazia em termos de navios quebra-gelo, inclusive nucleares, enquanto Noruega, Alemanha e Canadá também avançam na construção desses navios. Quem mais avançou, contudo, foi a China, desenvolvendo alguns nos últimos anos. O país tem grande interesse na região, que possui projetos da BRI, inclusive de exploração de gás. Mas seu grande interesse é geopolítico: contornar o Estreito de Malaca e o Canal de Suez, que podem ser fechados para o comércio chinês em caso de conflito militar. A Rota do mar do Norte seria uma alternativa.

Os EUA têm grande interesse na região desde a Guerra Fria, com bases no Alasca e na Groenlândia. Nos últimos anos, contudo, a região foi negligenciada relativamente a outras prioridades. O

país está atrás de Rússia e China em navios quebra-gelo, mas após a invasão da Ucrânia os planos de reativar bases na região ganham força pelo potencial econômico e geoestratégico – é a rota mais curta pelo ar entre Rússia e EUA, que poderiam atacar-se mutuamente com mísseis e aviões pelo Ártico. Há também disputas territoriais na região: entre Rússia e EUA (fronteiras marítimas entre a Sibéria e o Alasca); entre Canadá e Dinamarca (Ilha de Hans, resolvida recentemente); entre Canadá e EUA (fronteira marítima); e as delimitações da plataforma continental (Rússia reivindica a dorsal de Lomonosov e plantou bandeira no fundo do mar no Polo Norte em 2007). Além disso, os EUA tentaram comprar a Groenlândia da Dinamarca em 2019. Os outros países do Conselho do Ártico são contrários às reivindicações russas. Havia também as disputas por Svalbard, resolvidas por tratado nos anos 1920 – Rússia e Noruega exploram carvão na ilha, que pode tornar-se foco de disputas com o aumento da temperatura. Os EUA, assim, tentam bloquear os desígnios russos no Ártico, colocando em xeque, juntamente com seus parceiros na OTAN, as forças russas na região, mas tentam, ao mesmo tempo, afastar as pretensões chinesas de “país quase-ártico” e monitoram a abertura de novas rotas comerciais, que podem servir também como saída para o mar da marinha russa, bloqueada no Báltico e no Mar Negro.

Resposta 5 – Bruno Variani Carpeggiani

Nota: 25,00 TL: 67 TP: 732 TP/TL: 10,92

O Ártico pode tornar-se um dos “hotspots” geopolíticos das próximas décadas. Ao analisar-se um mapa do globo em projeção azimutal, como aquela no símbolo das Nações Unidas, pode-se notar a proximidade de duas potências mundiais crescentemente hostis uma à outra. O aquecimento global pode aproximá-las ainda mais, dado o potencial de exploração da região ártica nessas novas condições climáticas.

Com o aquecimento planetário, o decorrente derretimento das calotas polares permite o encurtamento de distâncias entre grandes economias mundiais. Há, portanto, um grande potencial logístico, já explorado, notadamente, durante os meses de verão no Hemisfério Norte, mas com um grande potencial de expansão, facilitando e tornando menos caras as transações inter-oceânicas do comércio internacional. No futuro, mesmo em momentos mais frios, os navios especializados em cortar gelo podem nem mesmo ser necessários. Além das questões logísticas, a região possui grande potencial em recursos naturais, isto é, hidrocarbonetos e minerais, além de recursos vivos, normalmente obtidos por meio da pesca.

Ao contrário da Antártida, que é uma massa continental e que possui um regime jurídico próprio, estabelecido no Tratado da Antártida, de 1959, o Ártico é um oceano congelado e, dessa maneira, as relações jurídicas ali aplicáveis estão previstas na Convenção de Montego Bay, de 1982, a UNCLOS. Por um lado, tal instrumento garante regras claras quanto às liberdades de alto-mar, contando, ainda, com a Autoridade Internacional Para os Fundos Marinhos (ISA), que regula as atividades econômicas na Área. Por outro lado, as disposições da UNCLOS podem engendrar disputas sobre controle territorial ou de inclusão de determinadas áreas na zona econômica exclusiva de um ou outro Estado.

Há, ademais, um mecanismo institucional que promove cooperação relativa na região, o Conselho do Ártico, composto por Estados Unidos, Canadá, Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Rússia. Trata-se de mecanismo onde são abordados diversos temas, mas explicitamente não há cooperação em defesa. Destaca-se a representação da sociedade civil, especialmente dos povos indígenas da região.

A competição entre os Estados Unidos e a Rússia insere-se em um quadro maior de disputas geopolíticas que antagonizam essas duas potências. Primeiramente, é preciso ressaltar a

ausência dos Estados Unidos na UNCLOS, o que põe em dúvida a aplicabilidade dos termos da Convenção à região, com profundas implicações, dada a presença territorial dos Estados Unidos (Alasca) e da pequena distância, no Estreito de Bering, que separa os dois países. Mesmo se plenamente aplicável, a UNCLOS não veda o transporte de armas, nem mesmo de destruição em massa, em grande diferença em relação ao continente antártico. A Rússia, por sua vez, já investe na exploração da região há mais de uma década, reivindicando os direitos de exploração das cordilheiras submersas de Lomonosov e Mendeleev, considerada uma extensão da plataforma continental pelo país. Por fim, dada a Guerra na Ucrânia, que opõe os demais sete membros do Conselho do Ártico à Rússia, essa instância encontra-se paralisada, sem avanços na cooperação entre os países da região.

Além das disputas entre os Estados Unidos e a Rússia, é lícito mencionar que são igualmente significativos os interesses na região. A China, desde 2013, integra o Conselho do Ártico como observadora, havendo oposição interna, notadamente por parte dos Estados Unidos, para que ela se torne um membro pleno do mecanismo. O país asiático tem investido na construção de navios capazes de trafegar durante todo o ano no Ártico, além de buscar abrir rotas que permitam a passagem de navios cargueiros, os quais ligam a China a importantes mercados consumidores na Europa e nos Estados Unidos. Na iniciativa Cinturão e Rota, há explícita menção ao Ártico como uma possível expansão para a "Nova Rota da Seda".

Percebe-se, portanto, que, enquanto os impactos ambientais podem fornecer oportunidades no Ártico, especialmente para os países da região, há riscos que advêm da reprodução de disputas geopolíticas que já ocorrem em outras partes, em um contexto de frágil regulação. Esses possíveis benefícios podem, inclusive, diminuir o engajamento das grandes potências em questões

climáticas e levar a políticas de militarização das áreas ao norte do Círculo Polar Ártico.

Nesse sentido, as questões do Ártico, se não reguladas sob o prisma jurídico, devem gerar um aumento nas tensões entre as grandes potências, ávidas por garantir a possibilidade de exploração dos vastos recursos presentes na região. No momento, para além de algumas plataformas russas, o foco da atuação no Ártico tem sido o de exploração ["exploration", e não "exploitation"] e o de realização de pesquisas científicas.

Questão 3

Leia, com atenção, a informação a seguir.

Em 12 de abril de 2023, o governo brasileiro promulgou a Convenção sobre o Crime Cibernético, também conhecida como a Convenção de Budapeste. A adesão do Brasil a um dos principais documentos internacionais de combate ao crime cibernético deve facilitar o desenvolvimento de iniciativas e ações multilaterais.

Considerando que a informação apresentada tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da internet e da segurança cibernética no âmbito da política externa brasileira. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a contextualização geral da Convenção de Budapeste (atores, conteúdo e protocolos adicionais);
- b) a posição defendida pelo Brasil em relação à governança global da internet;
- c) as ações e as iniciativas diplomáticas previstas na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber); e
- d) as vantagens, para o Brasil, em ser parte da Convenção de Budapeste.

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro item, o candidato deve identificar que a Convenção de Budapeste é um tratado internacional adotado pelo Conselho da Europa, em 23 de novembro de 2001, com a finalidade de fortalecer e harmonizar a legislação nacional dos Estados-membros, relacionada com o combate ao crime cibernético, e de promover a cooperação internacional para enfrentar as atividades criminosas em sistemas informáticos, redes e dados de computadores. Não obstante a convenção tenha sido concebida no âmbito europeu, países de outras regiões passaram a aderir a esse tratado, a exemplo dos Estados Unidos da América, do Japão, da Austrália, da Argentina, do Chile, entre outros, e agora, também do Brasil. Ainda no primeiro item, o candidato deve demonstrar que conhece o conteúdo da referida convenção, especificamente as medidas indicadas para as jurisdições nacionais, tanto em termos de direito penal quanto de direito processual, para tipificar os crimes cibernéticos (por exemplo, crime informático, crimes contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados e sistemas de computador, crimes relacionados ao conteúdo da informação etc.), e os princípios gerais da cooperação

internacional (extradição e assistência mútua na falta de acordos internacionais aplicáveis). E, por fim, é preciso mencionar os dois protocolos adicionais à Convenção de Budapeste: o primeiro deles referente à criminalização de atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos por meio de sistemas de computador, e o segundo acerca do reforço da cooperação e da divulgação de provas eletrônicas, ambos assinados em Estrasburgo, respectivamente, em 2003 e 2022.

Já no segundo item, primeiramente, o candidato deve esclarecer que o Brasil defende um modelo multissetorial, à semelhança daquele adotado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e em consonância com a Agenda de Túnis, para a governança global da internet. Em segundo lugar, é necessário explicar que o governo brasileiro pauta a atuação externa em torno de princípios como a neutralidade da rede, a proteção da privacidade, a liberdade de expressão e de conteúdo, entre outros que constam no Marco Civil da Internet. E, finalmente, o Brasil busca exercer a liderança nessa governança, propondo temas e iniciativas para as discussões, como o problema da representação assimétrica, desproporcional e desequilibrada entre os setores (em nível estatal ou não estatal), relacionados com a internet, e a apresentação, em conjunto com a Alemanha, de um projeto contra a espionagem na Assembleia Geral das Nações Unidas, após o caso Snowden em 2013.

No terceiro item, o candidato precisa reconhecer que a dimensão internacional e parcerias estratégicas é apresentada como um dos eixos transformadores da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber). Em seguida, convém ressaltar que o fortalecimento da atuação brasileira em segurança cibernética no cenário internacional é um dos objetivos estratégicos da E-Ciber. Além disso, essa estratégia também propõe, como ação estratégica, a ampliação da cooperação internacional do Brasil em segurança cibernética com o maior número de países, de forma

transparente, e em respeito à tradição diplomática brasileira consagrada nos princípios constitucionais. Essa ação estratégica cooperativa envolve um conjunto de medidas: o estímulo à cooperação internacional e aos acordos de cooperação em cibernética; o incentivo a discussões a respeito do assunto em fóruns multilaterais dos quais o País participa; a intensificação das relações com países latino-americanos; a promoção de eventos e exercícios internacionais; o uso de mecanismos internacionais de combate aos crimes cibernéticos; o estímulo à participação brasileira na definição da estrutura normativa futura relacionada com a criação de padrões de segurança em tecnologias emergentes (sobretudo, redes de comunicação 5G, inteligência artificial e internet das coisas), entre outras.

Em conclusão, no terceiro item, é desejável que o candidato, em princípio, estabeleça uma relação entre a adesão brasileira à Convenção de Budapeste, a posição do País em relação à governança global da internet e as ações e iniciativas diplomáticas previstas na E-Ciber. Essa convenção representa um dos tratados multilaterais mais abrangentes para o combate aos crimes cibernéticos, de modo que o Brasil pode contribuir para a elaboração de normas internacionais e buscar exercer a liderança em uma das áreas da governança global da internet. Além disso, o documento também amplia as possibilidades de cooperação internacional, incluindo a de celebração de acordos com outros países e as trocas de informações no enfrentamento de atos ilícitos praticados no espaço cibernético. Para concluir, a Convenção de Budapeste ainda permite a adequação das legislações brasileiras a legislações adotadas internacionalmente, o que facilitaria a padronização de conceitos e da tipificação de crimes, a obtenção de provas eletrônicas para as investigações criminais, entre outros aspectos.

Referências

BRASIL. Decreto no 10.222, de 5 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10222.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Decreto no 11.491, de 12 de abril de 2023. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11491.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

DINIZ, G.; MUGGAH, R.; GLENNY, M. Deconstructing cybersecurity in Brazil: threats and responses. Strategic Paper 11. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Dec. 2014. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Strategic-Paper-11-Cyber2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.

COUNCIL OF EUROPE. The Budapest Convention on Cybercrime: benefits and impact in practice. Strasbourg: Cybercrime Convention Committee, Jul. 13 2020. Disponível em: <<https://rm.coe.int/t-cy-2020-16-bc-benefits-rep-provisional/16809ef6ac>>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTORO, M.; BORGES, B. Brazilian foreign policy towards internet governance. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60, n. 1, 2017.

Quesitos de pontuação

Q1. Identificação da Convenção de Budapeste como um tratado internacional do Conselho da Europa aberto à adesão de Estados não membros da organização e de outras regiões do globo.

Q2. Apresentação de medidas a serem adotadas nas jurisdições nacionais e dos princípios da cooperação internacional.

Q3. Menção aos Protocolos Adicionais à Convenção de Budapeste, respectivamente, referentes à criminalização de atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos por meio de sistemas de computador (2003), e acerca do reforço da cooperação e da divulgação de provas eletrônicas (2022).

Q4. Identificação da defesa brasileira do modelo multissetorial para a governança global da internet.

Q5. Apresentação de princípios que orientam a diplomacia brasileira em temas relacionados com a internet.

Q6. Explicação da posição brasileira de buscar o exercício da liderança na governança global da internet.

Q7. Reconhecimento da dimensão internacional e de parcerias estratégicas como um eixo transformador da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber).

Q8. Identificação do fortalecimento da atuação brasileira em segurança cibernética no cenário internacional como um objetivo estratégico da E-Ciber.

Q9. Descrição de medidas a serem adotadas no âmbito da ação estratégica prevista na E-Ciber, de ampliação da cooperação internacional do Brasil em segurança cibernética.

Q10. Explicação de vantagens da adesão brasileira à Convenção de Budapeste, como a contribuição na elaboração de normas internacionais, a ampliação da cooperação internacional e a adequação das legislações nacionais.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse

sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Marcos Augusto Reinaldet

Nota: 18,50 TL: 59 TP: 639 TP/TL: 10,83

A Convenção de Budapeste (2001), concebida no âmbito do Conselho da Europa, é o 1º instrumento jurídico internacional a tratar de crimes cibernéticos. Ela busca o estabelecimento de uma política criminal comum, abrangendo ações de prevenção, mitigação e repressão, orientando a elaboração de legislações nacionais. A Convenção trata de temas como direitos autorais, proteção de sistemas de informação, repressão à disseminação da pornografia infantil, proteção à propriedade intelectual.

Em 2023, o Brasil promulgou a Convenção de Budapeste. Para o país, a internet deve ser um espaço neutro e não discriminatório, devendo haver um equilíbrio entre a promoção dos direitos humanos, o direito à privacidade e a proteção de sistemas de informação. O Brasil advoga pelo conceito de “segurança cibernética”, que abrange não apenas ações de prevenção e repressão ao crime cibernético, mas a proteção e robustecimento dos sistemas de informação. O Brasil promove uma gestão multissetorial da internet, ratificada pelo Comitê Gestor da Internet (1995) e pelo Marco Civil da Internet (2014), instrumento avançado que fortalece a governança global sobre o tema.

A segurança cibernética é elencada como prioridade pelos documentos estruturantes da segurança nacional, em especial a Política Nacional de Defesa, que estabelece os objetivos nacionais de defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, que cuida da implementação da PND, e do Livro Branco de Defesa Nacional.

Assim, o tema é tido como estratégico para a segurança nacional e os documentos sublinham, nesse sentido, a importância da cooperação internacional. Assim, a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber) prevê ações e iniciativas diplomáticas como o intercâmbio de informações e dados relevantes à segurança nacional, diálogos para a construção de bancos de dados cooperativos/comuns, treinamento e capacitação técnica conjunta de agentes, cooperação técnica em matéria de sistemas de informação, realização de consultas e reuniões de alto nível entre as agências de segurança dos países (no caso do Brasil, a ABIN).

Em âmbito multilateral, após a divulgação por Edward Snowden de ações de espionagem do governo dos EUA e Reino Unido, Brasil e Alemanha copatrocinaram resolução sobre direito à privacidade na AGNU. Posteriormente, o Brasil apoiou a discussão e a adoção de resoluções sobre o tema no CDH, inclusive a criação de Grupo de Peritos (2018) sobre o tema.

A promulgação da Convenção de Budapeste pelo Brasil traz vantagens ao Brasil, como o acesso facilitado a dados e provas judiciais constantes nos sistemas de informação de outros países, o que favorece a celeridade da cooperação jurídica internacional; além disso, o Brasil fortalece a governança já promovida pelo país em matéria de cibercrime, com o robustecimento da cooperação técnica para a construção de sistemas de informação mais resilientes e eficientes. A promulgação da Convenção de Budapeste reforça o compromisso do Brasil com o multilateralismo normativo e fortalece o engajamento do país nas discussões e debates sobre a construção de uma nova governança global em matéria de crime cibernético, o que está associado aos imperativos constitucionais de promoção da dignidade da pessoa humana (art. 1º), prevalência dos direitos humanos (art. 4º) e a tradicional posição brasileira de defesa da interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. A Convenção de Budapeste e sua promulgação

pelo Brasil têm o condão, portanto, de fortalecer e estimular o desenvolvimento de iniciativas multilaterais em matéria de crime cibernético, o que reforça o engajamento brasileiro no combate ao financiamento do terrorismo (GAFI, GAFILAT, Reunião Ministerial de Brasília em 2016, Mecanismo de Segurança Regional, Rede Interamericana contra o Terrorismo, CICAT), combate ao narcotráfico (CICAD, Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, Acordo Policial do Mercosul). A Convenção de Budapeste possui protocolos adicionais, que versam sobre temas como política criminal, propriedade intelectual, direitos autorais, combate à pornografia infantil, sistemas de informação, cooperação técnica e jurídica em matéria de crime cibernético. 1º instrumento jurídico a tratar do tema, constitui marco histórico relevante para o combate ao crime cibernético e promoção dos direitos humanos.

Resposta 2 – Banvasten Noronha de Araújo

Nota: 18,50 TL: 53 TP: 559 TP/TL:10,53

A Convenção de Budapeste foi elaborada pelo Conselho da Europa, como reação à intensificação de crime cibernéticos e espionagem em um mundo crescentemente conectado. Em um contexto crescentemente marcado pelo uso do “Sharp Power” cibernético por países como a Rússia, China e EUA, além do recrutamento de pessoas e operações financeiras ilícitas e não rastreáveis, em criptomoedas por agentes terroristas, “rogue states” e narcotraficantes, países europeus lançaram a Convenção de Budapeste, como acordo inicial, aberto à assinatura de outros países. A Convenção estabelece diretrizes e princípios sobre o uso da internet e o combate ao crime cibernético, além de promover medidas de cooperação, troca de informação e inteligência entre os países, bem como a harmonização de legislações domésticas, que facilitem o combate a crimes cibernéticos, de caráter

transnacional. Sendo acordo amplo, do tipo “guarda-chuva”, a Convenção visa a elaborar protocolos específicos, sobre crimes como terrorismo ou aspectos processuais, relativos à cooperação jurídica.

Nesse contexto, o Brasil defende a ampliação da governança global sobre a internet. Pioneiro no tema, especialmente entre emergentes, o país lançou o Marco Nacional sobre a Internet, que estabeleceu as regras de uso da internet, bem como sobre cibercrimes, em território nacional, e inseriu a cibersegurança na Estratégia e no Plano Nacional de Defesa, e no Livro Branco de Defesa Nacional. No âmbito internacional e regional, o país protagonizou a negociação de resolução na AGNU condenando a espionagem (em resposta a indícios de espionagem estadunidense), assinou a Convenção de Budapeste, e atua ativamente na promoção de um convenção abrangente sobre o tema na ONU e cooperar com outros países e blocos, como o BRICS, o G20, o Mercosul e a UNASUL no combate a cibercrimes. Por meio dessas iniciativas, o Brasil defende, amplia e fortalece uma governança global da internet livre, aberta, segura, acessível, democrática e inclusiva, que amplie o potencial de mudança positiva da internet e mitigue, por meio da preservação de dados como provas de cibercrimes e da cooperação judicial e policial entre países, suas ameaças.

Em conformidade com essa perspectiva, o país lançou estratégias nacionais sobre a inteligência artificial e segurança nacional. A E-Ciber prevê iniciativas como a participação na negociação de uma convenção abrangente; a cooperação regional e internacional em matéria policial e judicial, por meio de medidas como a troca de informações, o armazenamento de dados, o fornecimento de tecnologias, a harmonização de legislação e a interface com a justiça brasileira na expedição de medidas de cooperação como cartas rogatórias, ao amparo da Convenção de Palermo; a ampliação de marcos legais e institucionais nacionais

(em iniciativas com a participação de diferentes atores civis e empresas e órgãos governamentais) e internacionais, como o Protocolo de Las Leñas e a Convenção de Budapeste; e a conciliação de medidas de prevenção, combate e controle.

A participação na Convenção de Budapeste, nesse contexto, vai ao encontro da E-Ciber. Por meio dessa participação, o país poderá participar ativamente da formação da governança global sobre internet e elaboração de protocolos adicionais que estejam em consonância com suas visões sobre o tema. Poderá, também, cooperar com outros países no combate e prevenção de cibercrimes e ter acesso a boas práticas, de modo a garantir a segurança global e nacional. Poderá, além disso, reduzir assimetrias entre países desenvolvidos e o sul-global (que tendem a aumentar com a proliferação de tecnologias da informação, como indicador pelo Embaixador Eugênio Vargas Garcia.

Resposta 3 – Reis de Souza Neto

Nota: 18,00 TL: 60 TP: 868 TP/TL: 14,46

A Convenção de Budapeste foi celebrada no começo dos anos 2000, no âmbito europeu ligado ao Conselho da Europa. Embora inicialmente um tratado negociado principalmente entre os membros do Conselho, foi um marco global do tratamento ao tema da segurança digital, com adesão de diversos países do mundo, entre os quais o Brasil, que ratificou e, em abril de 2023, promulgou a Convenção. Atualmente, negocia-se na ONU um tratado multilateral sobre segurança e crimes cibernéticos, em grande parte por inspiração da Convenção de Budapeste. A internet como fenômeno global é muito recente, tendo sido desenvolvida a partir de experiências militares na segunda metade do séc. XX, de modo que é compreensível que essa Convenção seja de 2003 e inclua alguns dos países com as melhores infraestruturas de rede de

computadores do planeta. A Convenção estabelece diretrizes e princípios de estruturação e manutenção de redes seguras, além de tipificar delitos contra a segurança cibernética. Para guiar as políticas dos Estados e organizações internacionais, a Convenção aponta a necessidade de transparência no uso de dados, de promoção de responsabilidade social no uso das redes e de mecanismos de monitoramento efetivo de práticas criminosas cibernéticas, sejam públicos, como polícias e serviços de inteligência, ou privados, nacionais ou internacionais. Para tanto, é fundamental a articulação com o ICANN, que reúne setores privados e agentes governamentais em uma instância supranacional que busca organizar e padronizar as diretrizes técnicas de internet, especialmente os protocolos de navegação, que contam com associação de engenheiros e cientistas da informação dos EUA. O Brasil tem intensa atuação na governança global da internet.

Além de o país integrar o ICANN e colaborar ativamente para as negociações do tratado de segurança e crimes cibernéticos no âmbito da ONU, o país toma ações específicas para lidar com as múltiplas facetas de segurança cibernética. Com o Comitê contra o Terrorismo, a adesão aos tratados internacionais relacionados ao combate ao terrorismo, a adesão à Convenção da OEA sobre o terrorismo, participação no GAFI e no GAFILAT, o Brasil articula-se com os esforços para combater a criminalidade praticada com uso da internet, sendo voz ativa na necessidade de haver um regimento abrangente da governança global da internet. Para tanto, tem diversas iniciativas domésticas exemplares, como a Lei Carolina Dickmann, que pune crimes cibernéticos, a Lei de Proteção de Dados, o projeto de lei sobre uso ético da inteligência artificial (em consonância com a diretriz da UNESCO) e o Comitê Gestor da Internet, que reúne governo, empresários, acadêmicos e sociedade civil em geral. O país também colabora ativamente com comitês, grupos de trabalho e comissões sobre temas cibernéticos no ECOSOC e na OEA, além de incluir o tema nos acordos bilaterais de

defesa e segurança que celebrou com os vizinhos latino-americanos, com EUA e países europeus. Em 2013, Brasil e Alemanha protagonizaram declaração em favor da privacidade digital, em razão de espionagem estadunidense, e o Brasil também agrega a preocupação com a governança da internet à sua participação na Convenção de Palermo (crimes transnacionais) e Mérida (corrupção). Vem editando, ainda, Políticas de Defesa Nacional e Estratégias de Defesa Nacional que incluem as preocupações cibernéticas nas prioridades, além de haver editado a fundamental Estratégia Nacional de Defesa Cibernética (E-Ciber).

Por meio da E-Ciber, o governo estabelece iniciativas diplomáticas voltadas ao acesso inclusivo das populações mundiais a uma rede eficiente e segura. O acesso à internet, para o Brasil, é um direito fundamental do qual dependem muitos outros, como a liberdade de pensamento, a cidadania, a educação, a cultura. Cabe, assim, conforme a E-Ciber, a articulação dos Estados e das respectivas sociedades, em instâncias bilaterais e multilaterais, adotar todas as medidas que democratizem o acesso à internet, como acesso a computadores ou melhoria ampla da infraestrutura de rede. Também cabe aos Estados se articularem para criar e manter entes capazes de monitorar ameaças e crimes cibernéticos, sem, no entanto, violar a privacidade dos usuários. Para tanto, sempre conforme o E-Ciber, é essencial que os Estados cooperem entre si e com organizações internacionais para harmonizar legislações sobre monitoramento de redes e proteção de dados, o que pode ser feito em debates multilaterais amplos. Cabe fortalecer agentes como Interpol, GAFI, GAFILAT, além de ampliar a cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para capacitação dos governos em lidar com ameaças digitais. O E-ciber inclui políticas domésticas ligadas à aprovação de leis (já mencionadas) e fortalecimento da Polícia Federal e da Receita Federal.

São múltiplas as vantagens, para o Brasil, em ser parte da Convenção de Budapeste. O país conta com mecanismos de

cooperação para a promoção da boa governança da internet, com instrumentos e canais bilaterais e multilaterais para trocar experiências e discutir estratégias de combate aos crimes na internet. O país, ademais, assumiu compromissos em termos de políticas públicas a implementar e leis civis e criminais a criar, de modo que, contando com o know-how das demais partes da Convenção, pode estabelecer práticas que melhoram a vida da população e reduzem a vulnerabilidade do governo e dos entes privados a ataques cibernéticos. Aderir à Convenção, ademais, sinaliza que o país trata como prioridade a segurança cibernética, atraindo investimentos produtivos e especulativos, feitos pela internet, pois diminui incertezas e riscos jurídicos e sistêmicos. Também há promoção dos direitos humanos nas redes brasileiras.

Resposta 4 – Juliane Becker Facco

Nota: 18,00 TL: 60 TP: 652 TP/TL:10,86

A convenção de Budapeste, ou Convenção sobre o Crime Cibernético, foi proposta no âmbito do Conselho da Europa e envolve não só países europeus e asiáticos, mas também outros países interessados no combate ao crime cibernético internacional. Essa convenção prevê definições, ações conjuntas, diretrizes e ferramentas de combate a crime cibernéticos, também por meio da cooperação entre países signatários e suas agências. Seus protocolos adicionais especificam as previsões do tratado e regulamentam as estratégias de ação multilateral.

Para a Política Externa Brasileira, a governança global da internet está pautada em um equilíbrio entre o binômio acesso-segurança. Com efeito, o acesso a Internet deve ser garantido pelo potencial que a rede tem na promoção do conhecimento, do desenvolvimento e na democratização do acesso à informação, com potencial para a redução de desigualdades e assimetrias nos

países e entre eles, em linha com a Agenda 2030. No entanto, o acesso livre à internet não pode significar a constituição de um domínio livre para crimes cibernéticos, para o terrorismo, atentados aos direitos humanos e outros ilícitos, nem mesmo a possibilidade de privatização e limitação do acesso por parte de empresas privadas. Portanto, o Brasil, juntamente com a Alemanha já propôs resoluções sobre a matéria no contexto da divulgação de episódios de espionagem da NSA a governos nacionais e propugna pela adoção de princípios mínimos, em linha com a UNESCO, para garantir o acesso e a proteção de dados na internet. Nesse sentido, o Brasil além de aderir à Convenção de Budapeste, cria a LGPD e insere entre seus direitos fundamentais o direito à proteção de dados. A governança global da Internet deve ter ampla participação dos países na formulação de normas e da sociedade civil, para proteger os direitos humanos de abusos e ataques à transparência e outras medidas autoritárias/ No entanto, a governança da Internet também pressupõe, para o Brasil, a prevenção, o combate e a punição de crimes cibernéticos, especialmente em linha com as diretrizes da GAEI, do CICAT e, agora, com a Convenção de Budapeste.

A Estratégia Nacional de Segurança (E-Ciber) complementa a ESN, o Livro Branco de Defesa e a Política Nacional de Defesa em seus esforços de definir eixos prioritários e estratégias para a segurança do país, o que também compreende, além das fronteiras tradicionais, o ambiente cibernético, reconhecido como crítico para a segurança nacional em um contexto em que a economia e as infraestruturas dependem progressivamente de soluções digitais e podem ser rapidamente impactadas por ataques hackers. Pela E-Ciber, o Brasil deve continuar a engajar-se multilateralmente em tratativas que promovam a segurança cibernética e a governança global da internet, de modo a prevenir crimes como a lavagem de dinheiro, o terrorismo e a violação de direitos humanos. Além disso, as FA devem trabalhar para o fortalecimento da segurança de estruturas críticas, e o Brasil deve participar ativamente de debates

regionais e internacionais que ensejem a discussão de novas normas, meio de combate a ilícitos e de prevenção de ataques, bem como estratégias e modalidades de cooperação com outros países.

A adesão do Brasil à Convenção de Budapeste complementa o marco legal nacional da LGPD e facilita o combate ao crime cibernético por viabilizar o desenvolvimento de novas iniciativas e ações multilaterais junto com os demais países membros. Participar de um dos principais documentos internacionais de combate ao crime cibernético facilita a troca de informações e melhores práticas entre autoridades brasileiras e demais países partes e auxilia na efetividade do combate a esse crime que não se limita a fronteiras nacionais nem a atores estatais, o que torna mais difícil a punição e a localização de criminosos. Além disso, a adesão à Convenção eleva as credenciais brasileiras nas negociações de normas no âmbito das discussões sobre a governança global da internet e de uma futura Convenção abrangente contra o terrorismo. Por fim, com a adesão, o Brasil poderá discutir e influenciar futuros protocolos adicionais para resguardar os interesses da PEB.

Resposta 5 – Sergio Cavalieri Hablitschek

Nota: 18,00 TL: 60 TP: 840 TP/TL:14

A convenção de Budapeste sobre crime cibernético foi firmada no âmbito do Conselho da Europa, que é formado por países da Europa do Leste e Oeste, além da Rússia (que foi suspensa, quando da invasão à Ucrânia) e outros países. A Convenção tem foco em aumentar a fiscalização, compartilhar dados e melhores práticas para estimular a cooperação entre os signatários, bem como incentivar leis e programas nacionais, com vistas a reduzir os ilícitos on-line, destacadamente crimes contra a confidencialidade dos sistemas, crimes sobre a informação, a

pornografia infantil, comércio de mercadorias ilícitas e propagação de ideias terroristas e violentas. Desde sua elaboração, no início dos anos 2000, a Convenção conta com ampla gama de atores que promoveram sua adesão, com destaque para países americanos, da Oceania e Japão; além disso, já foram aprovados dois protocolos adicionais, para especificar alguns ilícitos e melhor disciplinar os países membros diante das rápidas mudanças que ocorreram nas redes nos últimos anos.

O Brasil mostra-se preocupado com a segurança na internet e com a cibersegurança. O Estado critica a falta de um acordo multilateral e multissetorial sobre o tema, o que provoca um sistema descentralizado e uma governança global precária, de modo que proliferam regimes autônomos e autárquicos que impedem respostas conjuntas para problemas comuns. Nesse sentido, o país clama pela consecução de um acordo multilateral sobre comércio eletrônico na OMC, cuja política é de uma moratória das tarifas desse comércio. Ademais, o Itamaraty busca engajar atores internacionais para fazer com que o tema seja tratado holisticamente no CSNU, em linha com que foi definido pela Agenda de Túnis, de modo a conformar uma agenda sobre o tema tal qual o órgão fez com a Resolução 1325 sobre a proteção das mulheres e meninas. O país também destaca a concentração de novos recursos, como a IA, em poder de poucos países desenvolvidos, clamando, assim, em foros como G77+China, pelo compartilhamento de tecnologia, bem como pela adoção de parâmetros éticos nova temática, tal qual destacou a UNESCO em relatório recente. Em relação ao crime cibernético, o Brasil reconhece a ocorrência desses delitos no país, que seriam facilitados pela carência de instrumentos normativos globais, aumentando a percepção de impunidade nas redes, já que muitos endereços eletrônicos têm origem em países cuja legislação é fraca e ineficiente.

O Marco Civil da Internet de 2014 estabelece uma série de princípios que balizam e disciplinam a matéria, notadamente a liberdade de expressão, a proteção da privacidade e a neutralidade da rede. Outros instrumentos legislativos já foram também aprovados, o que confere credenciais ao Brasil para propor mudanças na governança global da internet. Cumpre ressaltar que as recentes cúpulas do BRICS e do MERCOSUL têm reconhecido os riscos no ciberespaço, e clama por iniciativas conjuntas para reduzir os ilícitos que tendem a aumentar as desigualdades entre Sul e Norte global. O G20 também manifesta posição favorável à inclusão da governança global da internet mais cooperativa na agenda.

Recentemente, o Brasil criou a Estratégia Nacional de Segurança **Energética*** (SIC), com implicações para o Itamaraty. Diplomáticamente, o país atuará na fiscalização e compartilhamento de informações sobre ilícitos, a exemplo da troca de informações e melhores práticas sobre lavagem de dinheiro e acionamento da Interpol. Além da cooperação para coibir delitos, o país se engajará diplomaticamente para aderir institucionalmente o regime, propondo normas, políticas e iniciativas. Vale ressaltar que o país tem políticas nacionais avançadas acerca da supervisão de crimes virtuais, como a lavagem de dinheiro e combate a corrupção online. Nesse sentido, o Brasil pretende exportar suas melhores práticas, bem como integrar as cadeias de dados uniformizados pela Convenção de Budapeste.

A ratificação da Convenção oferece uma série de vantagens ao Brasil. Vale destacar a oportunidade de debater e negociar temas abrangidos pela Convenção, que, até o momento, é o maior regime sobre o tema. Assim, o país pode tratar das questões envolvendo bitcoins e outros criptoativos, bem como sua relação com crimes online, como corrupção e tráfico de armas e drogas. A participação do Brasil no regime reforça o seu esforço multilateral,

no sentido de que o “multilateralismo é a expressão normativa da multipolaridade”, de modo que o Brasil aumenta suas credenciais e se torna mais legítimo em suas aspirações globais. Especificamente, a Convenção permite ao Brasil acesso a dados e integração às práticas de um regime bem desenvolvido, com ligações com a Interpol e outras instâncias, que buscam aumentar a segurança nas redes e identificar criminosos. Essas vantagens permitirão até que o Brasil possa adequar suas normas domésticas e melhorar a integração com vizinhos, em obediência à mandamento constitucional, e com países do entorno estratégico para desenvolver iniciativas que fiscalizam de forma mais apropriada as fronteiras e os grupos criminosos que atuam nessas regiões.

Finalmente, cumpre destacar a facilitação de articulação da ABIN com agências de inteligência dos países abarcados pela Convenção, tornando as políticas de fiscalização mais efetivas e as redes em geral mais seguras para os indivíduos. Em suma, a Convenção de Budapeste pode servir como elemento importante de diplomacia de resultados que visa à consecução de políticas públicas.

**Na pressa e tensão da prova, escrevi erroneamente energética em vez de cibernética. Acontece, não se desespere.*

Questão 4

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Ao longo de décadas, a inimizade entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Irã foi institucionalizada, tanto em Washington quanto em Teerã. Para chegar a um acordo com o Irã, não só foi necessária uma mudança de política, senão uma mudança de paradigma.

PARSI, Trita. Losing an Enemy. Obama, Iran and the Triumph of Diplomacy. New Haven & London: Yale University Press, 2017, p. 318 (tradução livre), com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto que descreva a trajetória recente do relacionamento entre EUA e Irã, tendo em vista especialmente o desenvolvimento do programa nuclear do país persa.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]**

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deverá identificar a natureza essencialmente conflitiva do relacionamento bilateral entre Estados Unidos da América (EUA) e Irã, desde a Revolução Islâmica e a queda do Xá Reza Pahlevi (ambas em 1979). Poderá indicar o rompimento de relações diplomáticas e a ausência de representações diplomáticas permanentes nas respectivas capitais, além do regime de sanções unilaterais imposto por Washington. Da mesma forma, poderá apontar a rivalidade regional entre a República Islâmica do Irã e Israel, tradicional aliado dos EUA, como motivador adicional das animosidades entre Washington e Teerã.

A título de contextualização histórica, poderá referir-se à ocupação da embaixada norte-americana em Teerã e à crise dos reféns (1979-1981) e ao papel ambíguo desempenhado por Washington na guerra Irã-Iraque (1987-1988). Nesse contexto, também se inserem a inclusão do Irã no chamado “Eixo do Mal” pelo Governo George W. Bush e a ocupação do Iraque, que teve impactos na configuração de um novo equilíbrio regional no Oriente Médio, fortalecendo a posição relativa iraniana.

A respeito do programa nuclear iraniano, o candidato deverá mencionar o apoio norte-americano no reinado do Xá Reza Pahlevi e, em contraste, identificar os esforços posteriores de repetidos governos, democratas ou republicanos, em conter o progresso do Irã em dominar o ciclo nuclear, mesmo em suas dimensões civis. Acerca da relação do país com o regime internacional de não proliferação, o candidato deverá recordar-se de que o signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Irã, presentemente, não dispõe de armas nucleares, embora o progresso técnico-científico de seu programa desperte suspeitas entre seus aliados quanto às intenções por trás dele.

Com relação aos esforços da comunidade internacional para, de um lado, afastar uma intervenção militar norte-americana e, de outro, limitar o domínio do Irã ao ciclo nuclear e garantir o uso estritamente pacífico da energia nuclear, o candidato poderá referir-se à criação do grupo P-5+1 (ou E3+3). Será igualmente adequado recordar-se do esforço envidado por Brasil e Turquia, na forma da Declaração de Teerã, de 17 de maio de 2010. Deverá, finalmente, referir-se ao Plano de Ação Abrangente (JCPOA, na sigla em inglês), acordado entre o P-5+1 e o Irã em 2013, que representou congelamento do enriquecimento de urânio, por parte do Irã, em troca do alívio de sanções unilaterais norte-americanas e europeias. Como se sabe, o governo do ex-presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo, tendo precipitado, de um lado, a reimposição de sanções unilaterais e, de outro, a retomada do enriquecimento de urânio em território iraniano. Os esforços do governo do presidente Joe Biden para negociar o acordo em novas bases com o governo do presidente Ibrahim Raisi não produziram resultados concretos até o momento.

Referências

KINZER, Stephen. *All the Sha's Men. An American Coup and the Roots of Middle East Terror*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

LEVERETT, Flynt & LEVERETT, Hillary Mann. Going to Tehran. Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran. New York: Metropolitan Books, 2013.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein. The Iranian Nuclear Crisis. A Memoir. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

PARSI, Trita. Treacherous Alliance. The Secret Dealings of Iran, Israel, and the United States. New Haven & London: Yale University Press, 2008.

_____. Single Roll of a Dice. Obama's Diplomacy with Iran. New Haven & London: Yale University Press, 2013.

_____. Losing an Enemy. Obama, Iran and the Triumph of Diplomacy. New Haven & London: Yale University Press, 2017.

Quesitos de Pontuação

Q1. Identificar a relação de animosidade histórica entre EUA e Irã (ausência de relações diplomáticas e de representações permanentes em Washington e Teerã).

Q2. Contextualizar historicamente o rompimento do relacionamento após a Revolução Islâmica de 1979.

Q3. Contrastar o apoio dos EUA ao programa nuclear iraniano no reinado do Xá Reza Pahlevi à oposição desde o estabelecimento da República Islâmica.

Q4. Inserir o programa nuclear no regime global de não proliferação (adesão ao TNP).

Q5. Observar que a invasão do Iraque pelos EUA, em 2003, alterou o equilíbrio de poder regional no Oriente Médio em benefício do Irã.

Q6. Apontar os esforços da comunidade internacional para evitar que, de um lado, a animosidade dos EUA em relação ao Irã resultasse em confrontação militar e, de outro, certificar-se de que o programa nuclear iraniano mantivesse caráter estritamente civil.

Q7. Aludir ao esforço do Brasil e da Turquia, que resultou na Declaração de Teerã, de 17 de maio de 2010.

Q 8. Descrever os termos gerais do acordo nuclear iraniano (Plano de Ação Abrangente/Joint Comprehensive Plan of Action-JCPOA), estabelecido entre o Irã e o P-5+1 em 2013 (interrupção do enriquecimento de urânio versus levantamento de sanções).

Q 9. Referir-se à retirada dos EUA do JCPOA pelo governo do ex-presidente Donald Trump e às suas consequências sistêmicas e para o relacionamento bilateral.

Q10. Comentar a ausência de progresso na negociação de novo acordo nuclear entre o P5+1 e o Irã no governo de Joe Biden e do presidente Ibrahim Raisi.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Bruno Matelli

Nota: 15,00 TL: 60 TP: 757 TP/TL: 12,6

A inimizade entre EUA e Irã teve início com a Revolução Iraniana de 1979. Até então, o regime do Xá Reza Pahlevi era

grande aliado dos EUA na Guerra Fria, com regime ocidentalizado. Com a revolução – episódio dos reféns na embaixada de Teerã foi emblemático – as relações diplomáticas foram rompidas entre os EUA de Carter e o Irã do Aiatolá Khomeini. A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) foi instigada pela invasão iraquiana, com apoio dos EUA a Saddam Hussein. Desde então, os EUA se aproximaram mais da Arábia Saudita (rival iraniano) e o Irã usa “forças proxy” para ampliar seu poder no Oriente Médio, com apoio ao Hamas, ao Hezbolá (Guerra Civil Libanesa) e, mais recentemente, a Assad na Síria e a forças xiitas no Iraque, todos contrários aos desígnios dos EUA na região (e seu aliado maior, Israel). As ameaças iranianas de fechamento do Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, por onde passa boa parte do petróleo mundial, também têm o fito de antagonizar os EUA, cuja marinha faz operações de livre-navegação com outros aliados, como os sauditas.

O programa nuclear iraniano, contudo, é a maior fonte de tensão entre os dois países. O regime do Xá tinha programa baseado no “Átomos para a Paz”, de Eisenhower, que foi descontinuado com a Revolução de 1979 – a grande causadora do II Choque do Petróleo. Nos anos 1980 e 1990, O Irã desenvolvia um programa de mísseis relativamente sofisticado, e reiniciou o programa nuclear de forma gradual. A comunidade internacional começou a preocupar-se com o tema em 2002, quando denúncia de um físico nuclear sobre a planta de Natanz para enriquecimento de urânio veio à tona. O Irã fazia então parte do “eixo do mal” de George W. Bush. Os EUA adotam sanções ao regime. A AIEA também fez alertas sobre o programa iraniano. O país era parte do TNP e da AIEA, mas não assinara o protocolo adicional aos protocolos de salvaguarda, que permitiriam inspeções extensas da agência. Sanções foram adotadas no CSNU em 2006. Em 2009, contudo, o governo Obama deixou clara sua disposição de negociar com o Irã. Na Cúpula de L’Aquila do G8 (2009), os EUA pediram ao Brasil que mediasse as negociações, dados os bons canais entre Brasil e Irã. O Acordo de Teerã (2010), entre Irã, Brasil e Turquia

promovia a troca de urânio enriquecido por combustível nuclear para reator de pesquisa do Irã, vindo da Turquia. Os EUA, então, mudaram de postura e rejeitaram o acordo: afirmaram que não dava garantias de que o programa iraniano não prosseguiria. Nova rodada de sanções é imposta ao país persa em 2010 no CSNU, com voto contrário do Brasil e Turquia, que achavam que a rejeição do acordo se deu pelos EUA não terem participado, apenas.

Negociações entre os chamados P5+1 (EUA, Rússia, França, China e Reino Unido, além da Alemanha) prosseguem nos anos seguintes. Chega-se a um acordo provisório em Genebra em 2013 e, finalmente, no Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), de 2015. Acorda-se um limite ao enriquecimento de urânio iraniano (20%) e a proibição de quaisquer atividades relacionadas a um programa nuclear militar. Em troca, as sanções são levantadas, o que revitaliza a economia iraniana entre 2016 e 2017. São anunciados diversos investimentos europeus, inclusive de montadoras e venda de aviões, ao país persa. Em 2017, contudo, Donald Trump chega ao poder nos EUA. Abertamente contrário ao acordo de 2015, que afirmava não contemplar o programa de mísseis iraniano, nem o uso de "forças proxy" pelo país no Oriente Médio, nem garantia que os recursos do levantamento de sanções não fossem utilizados para desenvolver uma bomba nuclear no futuro, Trump pondera a retirada dos EUA. Não renova a garantia semestral de que o Irã o cumpria, em 2017, e efetivamente o denuncia em 2018. Os europeus tentam manter-se, criam mecanismo de pagamentos (Instex) para contornar as sanções dos EUA, mas o Irã também começa a descumprir o acordo. No início de 2020, os EUA matam comandante iraniano das Forças Quds (Soleimani). Em 2021, Biden chega ao poder nos EUA: negociações indiretas entre Irã e os EUA em 2021 e 2022 não prosperaram, já que os EUA querem que o Irã retome os compromissos do JCPOA antes de retornarem, o Irã exige primeiro o levantamento de sanções. Em 2022, físico nuclear iraniano é assassinado em Teerã: o parlamento vota lei para elevar o enriquecimento a 20% que,

atualmente, já passa de 60% (Natanz e Fordo). O Irã, assim, tem-se aproximado do Oriente: acordo de investimentos com a China e ingresso na OCX, em 2022.

Resposta 2 – Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Nota: 15,00 TL: 60 TP: 827 TP/TL: 13,78

As relações do Irã com potências ocidentais, incluindo os Estados Unidos, tem capítulo inaugural de deterioração com o apoio ocidental para a queda de Mossadegh, no início dos anos 1950. A derrubada do chefe de governo nacionalista visava garantir uma política, sobretudo petrolífera, consoante com os interesses ocidentais, os quais seriam representados pelo Xá Reza Pahlevi. Com a Revolução Iraniana de 1979, de caráter religioso islâmico e nacionalista, os Estados Unidos perderam seu aliado no comando do país persa. O sequestro de funcionários da embaixada americana no contexto da Revolução levou à ruptura de relações diplomáticas entre EUA e Irã, até hoje não retomadas. Na década de 1980, os EUA apoiaram o Iraque na guerra travada contra o Irã, ainda que a descoberta da venda clandestina de armas para o Irã com objetivo de auferir recursos para o financiamento do grupo paramilitar Contra da Nicarágua torne o cenário mais complexo. No governo de George W. Bush, especialmente no contexto de Guerra ao Terror, o então presidente americano classificou o Irã como um dos países que compunham um suposto eixo do mal, ao lado de Iraque e Coreia do Norte.

No século XXI, a questão nuclear ganhou relevo nos confrontos entre EUA e Irã. O programa de enriquecimento de urânio do país persa levantou preocupações na comunidade internacional, capitaneada, nesse sentido, pelos Estados Unidos. Em 2006, o CSNU aprovou uma série de sanções sobre o Irã em razão de descumprimentos à obrigação de não-proliferação

nuclear, tendo em vista que o Irã é membro do TNP. A escalada da crise, permeada pela preocupação de que uma potência regional como o Irã acessasse armamentos nucleares no instável contexto do Oriente Médio, levou integrantes da comunidade internacional a se mobilizarem em busca de soluções. Por seu turno, o Irã também se mostrava disposto a negociar, visto que as sanções econômicas se mostravam extremamente deletérias para a população local. Nesse contexto, Brasil e Turquia em 2010 conseguiram extrair o compromisso iraniano por um enriquecimento de urânio em níveis somente compatíveis com o uso pacífico da energia nuclear. A Declaração de Teerã ainda previa o acesso de autoridades fiscalizadoras, especialmente da Agência Internacional de Energia Atômica às instalações nucleares iranianas. Apesar do avanço representado pelas negociações, a falta de apoio americano à iniciativa, ilustrada pela postura da então Secretária de Estado Hillary Clinton, fez com que não houvesse acordo definitivo sobre o tema. Já sob a administração Obama, os Estados Unidos buscaram se engajar em nova rodada de negociações sobre o programa nuclear iraniano, agora no âmbito do grupo P5 + 1, composto pelos cinco membros permanentes do CSNU e pela Alemanha. As negociações redundaram, em 2015, no acordo JCPOA, pelo qual o Irã concordava em limitar seu enriquecimento de urânio a níveis de uso pacífico da energia nuclear e abrir suas instalações para fiscalizações periódicas da AIEA. Em troca dessa concessão, as sanções econômicas que pesavam sobre a economia iraniana foram levantadas. A ascensão à presidência norte-americana de Donald Trump, no entanto, mudaria os rumos do acordo. Adotando uma política de pressão máxima sobre o regime iraniano, Trump se retirou do JCPOA sob argumento de que o Irã descumpria os termos do acordo, em critério que não foi endossado pelos demais parceiros do JCPOA. Além de se retirar do acordo, Trump impôs sanções unilaterais ao país persa, o que estimulou o Irã a retomar o desenvolvimento de seu programa para fins militares. A eleição de Joe Biden representou um novo capítulo dessa dinâmica política.

Biden e o Irã mostram disposição de retomar um acordo sobre a questão nuclear, no entanto, as negociações, supervisionadas pela AIEA avançam muito lentamente, pois nenhuma das partes, Biden e Irã, se mostra disposta a fazer a concessão inicial para que as negociações sejam destravadas. Enquanto o Irã exige a retirada prévia de sanções para prosseguir no debate, os EUA exigem que o Irã retroceda primeiro em seu programa nuclear para que as sanções sejam levantadas.

A rivalidade recente entre EUA e Irã, no entanto, não se resume à questão nuclear. Para além das clássicas divergências sobre a ordem política e econômica internacional, com o Irã se aliando a teses econômicas terceiro-mundistas e à construção de uma ordem multipolar, de que é exemplo a iminente entrada do país persa nos BRICS, EUA e Irã têm visões diametralmente opostas sobre as dinâmicas políticas no Oriente Médio. Na questão israelo-palestina, o Irã sequer reconhece a existência de Israel, professando apoio à causa palestina e rejeitando propostas americanas para a questão, como o plano de Trump. Na Síria, o Irã apoia Bashar Al-Assad, a quem os EUA se opõem. No Iêmen, os iranianos apoiam a facção houthi, enquanto os EUA se aliam às forças pró-Arábia Saudita. Ademais, o alinhamento histórico dos EUA com os sauditas representa contraponto à influência iraniana na região. No governo Trump, o assassinato por americanos do líder das forças QUDS iranianas, Soleimani, despertou inclusive temores de que pudesse haver uma guerra entre os dois países, tamanha a animosidade.

Resposta 3 – Arthur Praxedes

Nota: 15,00 TL: 60 TP: 698 TP/TL: 11,63

EUA e Irã, na atualidade, possuem elevada inimizade e não há relações diplomáticas entre os países. Porém, nem sempre a

situação foi assim. Em 1923, Reza Xá assumiu o poder na Pérsia e buscou criar uma monarquia de contornos seculares, com aproximação ao ocidente. Houve, nesse contexto, grande aproximação c/ a potência (em decadência) à época, o Reino Unido.

Os britânicos tinham interesses nas reservas de Petróleo persas, assim, houve acordo de exploração e estabelecimento de atuação de petroleira Anglo-Persa. Contudo, os termos da parceria eram desiguais, de modo que a Pérsia ficava c/ menos de 10% das receitas. Nesse contexto, há aproximação persa à Alemanha nazista. O país muda de nome nos anos 1930, passa a chamar-se Irã. No contexto da 2ª Guerra, ainda que o Irã alegasse neutralidade, sua atuação e posicionamento ia ao encontro dos interesses nazistas, de modo que intervenção inglesa remove Reza Xá do poder. Assume seu filho, Reza Pahlevi, ainda criança, que será tutelado durante alguns anos.

Já na maioridade, Pahlevi dá continuidade à uma modernização conservadora do Irã, reduzindo valores religiosos, enfatizando o secularismo e a etnia persa. Aproxima-se dos EUA; é bem recebido nas principais cidades ao redor do mundo e o Irã é um dos primeiros países a participar do programa Atoms For Peace, de Eisenhower, recebendo tecnologia nuclear dos americanos e apoio de países europeus. Naquela época, o Irã era visto como um dos principais aliados dos EUA no OM.

Contudo, internamente o governo era visto como autoritário e corrupto, ademais, setores religiosos abominavam o secularismo. Em 1979, sob a liderança de Ali Komenei, estoura a Revolução Iraniana. Cai Pahlevi e o país torna-se uma teocracia xiita. A embaixada dos EUA é atacada e diplomatas e outros funcionários são feitos reféns por meses, o que dá o tom das tensas relações a partir daí. Pouco depois, como consequência, há o II Choque do Petróleo, gerando inflação mundial e subida de juros nos EUA.

Desde então, EUA e Irã são inimigos. Desde a revolução, a cooperação nuclear foi cortada e sanções americanas iniciaram. No início dos anos 2000, dissidentes iranianos denunciam que o país havia continuado seu programa nuclear e estaria enriquecendo urânio e quebrando compromissos que assumiu no TNP. O país nega, porém, não permite a princípio, investigações. Alguns anos depois, o Irã permite observadores internacionais que concluem que o país não havia sido transparente quanto ao seu programa nuclear, porém não havia provas substanciais de enriquecimento ilícito.

Nesse contexto, os EUA aumentam sanções e acusam o continuamento do programa. Sem entendimento claro ao longo dos anos 2000, o Brasil decide atuar para tentar equalizar a questão. Em 2010, Brasil, Turquia e Irã assinam o acordo de Teerã. Neste, o Irã enviaria material p/ ser enriquecido na Turquia, o qual voltaria ao Irã dentro dos níveis permitidos. O Irã, porém, não se compromete a interromper seu programa nuclear. As potências ocidentais não apoiam o entendimento. Em 2015, contudo, chega-se a acordo, o JCPOA. Neste, os 5 membros do CSNU + Alemanha assinam entendimento c/ o Irã. A atividade nuclear iraniana seria transparente e dentro dos níveis permitidos, em troca, recursos bloqueados seriam progressivamente descongelados. O acordo foi considerado uma grande vitória de Obama, que precisou costurar uma mudança de paradigma na política externa dos EUA para efetivá-lo. Porém, este durou pouco.

Trump chegou ao poder e nomeou o acordo de "pior do 'século'", denunciando-o em seguida e alegando que o Irã havia desrespeitado seus termos e estaria usando os recursos desbloqueados p/ financiar o Hezbollah, o Hamas, a Síria, os houthis e outros grupos. Desde então, não houve arrefecimento das tensões entre os países. Em 2020, Trump ordenou o assassinato de Soleimani, peça-chave da segurança iraniana. Biden assume em 2021 prometendo retornar ao acordo; porém, os iranianos exigem

que os recursos sejam liberados antes pelos EUA, além de novas garantias de que não haverá nova denúncia. Por isso, há divergências internas nos EUA sobre esse entendimento e não houve avanços na negociação. Ademais, a China tem aumentado sua presença no OM. Recentemente, assinou amplo acordo de cooperação c/ o Irã e, desse modo, tem aliviado parte dos problemas econômicos do país. A Rússia também tem se aproximado do Irã.

Resposta 4 – George de Almeida Margalho

Nota: 14,50 TL: 60 TP: 690 TP/TL: 11,5

O Irã é um país tradicionalmente importante, tendo em vista a abundância do ativo estratégico petróleo. Nas duas guerras mundiais, alianças com a Pérsia eram prioritárias para as nações beligerantes. Na Conferência de Teerã (1943), decidiu-se pela independência da Pérsia. No início dos anos 1950, seu líder nacionalista estatizou as companhias estrangeiras que exploravam o petróleo do país. Assim, com o apoio das potências ocidentais, um golpe de Estado levou o Xá Reza Pahlavi ao poder, adotando uma política de ocidentalização do Irã, de bom relacionamento com o Ocidente e de neutralidade no Oriente Médio. A partir da iniciativa “Átomos para a Paz” de Eisenhower, os EUA começaram a cooperar com o desenvolvimento do programa nuclear iraniano, tendo em vista a participação de Teerã no TNP e sua submissão às inspeções da AIEA. Pahlavi foi um político popular no Ocidente, mas, domesticamente, problemas de inflação, de pobreza e de desigualdade social corroíam a popularidade do líder iraniano. Em 1979, a Revolução Iraniana derrubou Pahlavi e instaurou uma república islâmica, levando à segunda crise do petróleo e ao episódio da crise dos reféns, que acarretou o rompimento das relações diplomáticas com os EUA, que seguem rompidas até hoje.

A partir de então, o Ocidente suspendeu a cooperação nuclear com o Irã, e a comunidade internacional acreditou que seu programa nuclear havia sido interrompido. Em 2002, a AIEA constatou que o Irã seguia com seu programa nuclear ativo e, em 2006, levou o caso ao CSNU, que determinou a suspensão do programa iraniano, que o recusou sob a justificativa de que tinha direito a um programa nuclear pacífico, conforme o art. 4º do TNP, resultando na primeira rodada de sanções ao Irã, ainda em 2006, que foram renovadas em 2007, 2008, 2010 e 2012. Em 2010, a Declaração de Teerã, adotada a partir da iniciativa brasileira e turca, previu que o enriquecimento de urânio iraniano ocorreria na Turquia, mas a oposição dos EUA e as novas sanções do CSNU inviabilizaram o sucesso da iniciativa. Em 2015, a iniciativa JCPOA finalmente entrou em vigor a partir da assinatura do P5+1 (países permanentes do CSNU e Alemanha) e do Irã, prevendo a retirada gradual das sanções e a garantia de um programa nuclear estritamente pacífico. Em 2018, D. Trump denunciou o acordo, alegando que o Irã não estaria cumprindo com seu compromisso, enquanto o Irã o condicionava à retirada prévia das sanções. Os demais países mantiveram o JCPOA vigente, e Biden manifestou o interesse em retornar os EUA ao acordo, o que não aconteceu até o momento. Ressalta-se que o Irã é parte do TNP, AIEA, CAQ, OPAQ, CPAB e PTBT.

As sanções norte-americanas não se restringem àquelas relacionadas ao programa nuclear iraniano, havendo, também, a imposição de sanções por violação a direitos humanos, como a recente morte da jovem iraniana que não portava o véu islâmico corretamente. A China apresenta-se como uma alternativa às sanções impostas ao Irã, aumentando constantemente as importações de petróleo iraniano e aumentando os investimentos no país persa. Recentemente, o Irã foi convidado para aderir ao BRICS e, por meio de mediação chinesa, retomou as relações diplomáticas com a Arábia Saudita, que foram rompidas em 2016.

A partir da Revolução Iraniana, os países vizinhos passaram a temer a exportação da revolução xiita, vertente religiosa majoritária no Irã, e a guerra Irã-Iraque (1980-1988), contou com o apoio saudita e norte-americano a S. Hussein. O Irã adotou, também, política externa mais ativa na região, formando alianças com o Hezbollah, Hamas, Hutis e Síria (al-Assad). O tabuleiro geopolítico do Oriente Médio vem sendo marcado por novas tensões entre Irã e seus aliados contra EUA e seus aliados, como Israel e Arábia Saudita. O recente conflito entre Israel e Hamas acarreta a radicalização das tensões geopolíticas, e ameaças de participação do Irã e do Hezbollah preocupam Israel e EUA. As proxy wars no Oriente Médio são frequentes, nas quais Irã e EUA/Arábia Saudita apoiam grupos militares distintos, como na guerra civil do Iêmen e da Síria. Espera-se que a retomada das relações Irã-Arábia Saudita represente um novo episódio na história do Oriente Médio e que a diplomacia seja capaz de garantir a paz.

Resposta 5 – Marcel Soares de Souza

Nota: 14,50 TL: 60 TP: 745 TP/TL: 12,41

Estados Unidos e Irã não mantêm relações diplomáticas desde 1979, quando eclodiu a Revolução Iraniana, seguida do episódio dos reféns mantidos na Embaixada local. Ao longo das décadas, como destaca Trita Parsi, essa inimizade foi institucionalizada, mantida durante as duas guerras do Golfo e potencializada por rivalidades regionais. Na sequência dos ataques às Torres Gêmeas, o então presidente George W. Bush incluiu o país persa no que chamou de “Eixo do Mal”. O único período de relativa distensão nas relações entre os países se deu durante o Governo Barack Obama, logo interrompido pelas políticas externas de Donald Trump e Joe Biden.

A questão nuclear foi central nesse quadro, especialmente nas duas últimas décadas. Embora seja parte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), as revelações sobre a existência de um programa nuclear iraniano na década de 1990, que o país alega manter para fins pacíficos, alimentou a tensão histórica entre Irã e Estados Unidos. Desde o Governo George W. Bush, os EUA mantiveram sanções unilaterais ao Irã como resposta ao programa nuclear. Somam-se a isso as acusações lançadas pelos EUA contra o Irã no que diz respeito ao patrocínio de movimentos que os EUA classificam como terroristas, a exemplo do Hezbollah e do Hamas. As relações próximas que os EUA mantêm com Israel e Arábia Saudita, dois grandes rivais dos persas no Oriente Médio, também prejudicaram historicamente o relacionamento entre os países.

Em 2010, abriu-se a possibilidade de negociação quanto ao programa nuclear iraniano no contexto do Governo Obama, que buscou amenizar certas rivalidades históricas norte-americanas, a exemplo de Cuba e do próprio Irã. Em paralelo, o Brasil e a Turquia conduziram uma tentativa de acordo com o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, em 2010, expressa na Declaração de Teerã. Pelo acordo, o Irã custodiaria um montante de suas reservas de urânio à Turquia. Os EUA, contudo, rejeitaram a proposta, alegando que não havia garantias suficientes acerca da destinação dos estoques. Na sequência, foram mantidas as sanções e as relações voltaram a piorar.

Em 2015, foi entabulado um novo acordo, dessa vez com a participação dos EUA, França, Reino Unido e Alemanha, conhecido como JCPOA, envolvendo novas garantias do Irã quanto aos usos pacíficos como meio de aliviar as sanções impostas ao país, então governado por Hassan Rouhani. Seguiu-se ao acordo um incremento nas relações entre Irã e Europa, especialmente com a França.

Durante o Governo Trump (2017-2021), atendendo à promessa de campanha, o presidente dos EUA retirou o país do acordo e restabeleceu todas as sanções impostas anteriormente. No mesmo ano, um grupo de países europeus denunciou que o programa iraniano estava enriquecendo urânio além do patamar mínimo para usos pacíficos. O período Trump foi marcado pelo profundo agravamento das tensões entre os dois países, que teve como ápice a operação que assassinou o comandante iraniano Kassim Suleimani no início de 2020. Suleimani, figura central e de grande popularidade no Irã, era acusado pelos Estados Unidos de manter vínculos com terroristas, especialmente da Al-Qaeda, bem como de apoio aos houthis no Iêmen.

O início do governo Biden foi caracterizado pelas tentativas de voltar a negociar um acordo com o Irã a respeito da questão nuclear. As conversas, contudo, não avançaram. Eventos recentes, como a guerra na Ucrânia e o conflito entre Israel e a Palestina contribuíram para o arrefecimento das negociações.

No quadro das mudanças da ordem internacional recentes, o reflexo da atuação dos EUA na região favoreceu outros atores. A Rússia tem estreitado laços com o Irã e, em 2023, Irã e Arábia Saudita anunciaram retomada de relações em encontro medido pela República Popular da China. Um dos efeitos desse novo cenário foi o convite, também em 2023, durante a Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, para o ingresso de Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes no grupo.

A nova inserção internacional do Irã, país que enfrentou graves protestos em 2022 no contexto de um aumento de combustíveis e de lutas pelos direitos das mulheres, busca reagir a desafios internos e internacionais, voltando-se cada vez mais para o "sistema asiático". No início de outubro de 2023, com os atentados terroristas praticados pelo Hamas em Israel, verificou-se novo aumento de tensões, com setores da política dos EUA acusando diretamente o Irã pelos eventos e com o deslocamento

de porta-aviões dos EUA para a costa israelense como forma de dissuasão. O percurso histórico de “institucionalização da inimizade”, portanto, tem se mostrado a regra nas relações recentes entre Irã e Estados Unidos, com impactos em todo o sistema internacional.

ECONOMIA



Questão 1

Leia, com atenção, a informação a seguir.

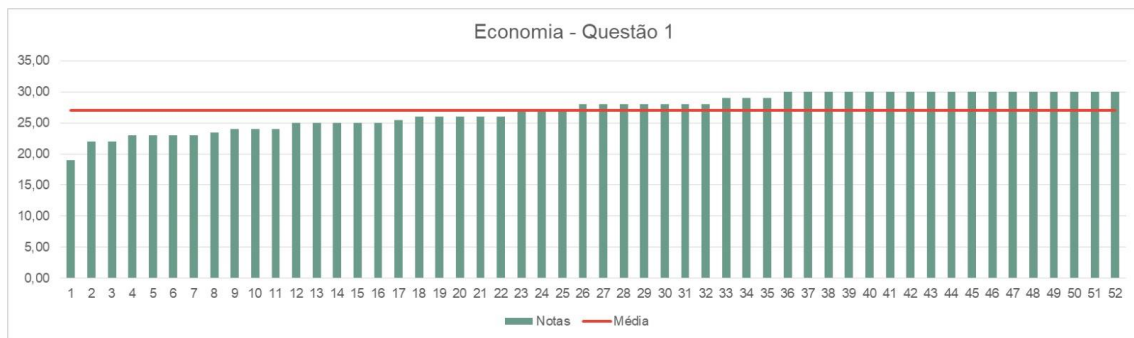
Uma distinção importante na ciência econômica é aquela entre curto prazo e longo prazo. Em outras áreas, como a contabilidade, esse conceito tem conotações relacionadas ao tempo. Mas, em economia, ele é usado de maneira bem específica. Os efeitos dessa especificidade se veem em vários lugares, e um deles é observado na determinação da elasticidade-preço da oferta.

Considerando que a informação apresentada tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da elasticidade-preço da oferta e dos efeitos da distinção entre curto e longo prazo sobre essa elasticidade. Deve-se tratar de mercados de concorrência perfeita abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) os fatores de produção e a função de produção, mostrando a distinção entre o curto e o longo prazo;
- b) o significado da curva de oferta, a partir dos diversos conceitos econômicos de custos; e
- c) a definição de elasticidade-preço da oferta, tendo em vista o efeito do curto e do longo prazo na sua análise.

**Extensão do texto: até 60 linha.
[valor: 30,00 pontos]**

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Para a economia, produção é um processo de transformação de alguns bens (insumos) em outros bens (produtos). A função de produção é a relação que permite determinar quanto de um produto é produzido a partir das quantidades de insumos utilizadas. Os insumos, também chamados fatores de produção, têm uma grande variedade, mas podem ser agrupados em quatro categorias: trabalho, capital, terra e capacidade empresarial.

A decisão a respeito da quantidade a ser produzida envolve a seleção das quantidades dos fatores em função dos preços desses fatores e do produto, de modo a maximizar o lucro. Nesse momento, a distinção entre curto e longo prazo se faz presente. O economista considera uma análise de longo prazo aquela em que todos os fatores de produção são variáveis, ou seja, todos podem ser ajustados de acordo com o critério de decisão do produtor. Já a análise de curto prazo corresponde à análise na qual pelo menos um dos fatores de produção é fixado, ou seja, é dado e não pode ser alterado.

Ao considerar os custos para determinação do lucro a ser maximizado, o curto prazo separa os custos variáveis dos custos fixos, estes últimos são correspondentes aos fatores de produção cuja quantidade utilizada na produção está fixada. Já no longo prazo, todo custo é variável, não havendo nenhum insumo fixo. Uma vez conhecida a estrutura de custos, o custo marginal indica o custo de cada unidade adicional do produto. Sob concorrência perfeita, a firma maximiza seus lucros quando o preço de venda do produto é igual a esse custo marginal. Assim, pode-se afirmar que a curva de oferta corresponde à curva de custo marginal da firma, a partir do ponto de viabilidade.

A elasticidade-preço da oferta mostra a porcentagem de variação da quantidade ofertada diante de um aumento de 1% no preço. Dessa maneira, ela é diretamente afetada pelos custos marginais da firma e, portanto, pela consideração do curto ou do longo prazo. O efeito do prazo fica evidente quando se considera a descrição feita, uma vez que, no longo prazo, a firma tem mais opções a considerar para determinar seu equilíbrio de maximização do lucro e, logo, tem maior capacidade de reação a uma variação de preços. No curto prazo, a presença de um fator de produção com quantidade fixada limita essas opções. Por isso, diz-se que a elasticidade-preço da oferta é maior no longo prazo do que no curto prazo.

Quesitos de pontuação

Q1. Definir a função de produção - "A função de produção é a relação que permite determinar quanto de um produto é produzido a partir das quantidades de insumos utilizadas."

Q2. Enumerar os fatores de produção (não é necessário conceituar) - "Os insumos, também chamados fatores de produção, têm uma grande variedade, mas podem ser agrupados

em quatro categorias: trabalho, capital, terra e capacidade empresarial.”

Q3. Mencionar a maximização de lucro como objetivo da firma - “A decisão a respeito da quantidade a ser produzida envolve a seleção das quantidades dos fatores em função dos preços desses fatores e do produto, de modo a maximizar o lucro.”

Q4. Distinguir curto prazo do longo prazo - “O economista considera uma análise de longo prazo aquela em que todos os fatores de produção são variáveis, ou seja, todos podem ser ajustados de acordo com o critério de decisão do produtor. Já a análise de curto prazo corresponde à análise na qual pelo menos um dos fatores de produção é fixado, ou seja, é dado e não pode ser alterado.”

Q5. Apresentar o custo fixo somente no curto prazo - “Ao considerar os custos para determinação do lucro a ser maximizado, o curto prazo separa os custos variáveis dos custos fixos, estes últimos são correspondentes aos fatores de produção cuja quantidade utilizada na produção está fixada.”

Q6. Apresentar os custos como variáveis no longo prazo - “Já no longo prazo, todo custo é variável, não havendo nenhum insumo fixo.”

Q7. Descrever os custos marginais - “Uma vez conhecida a estrutura de custos, o custo marginal indica o custo de cada unidade adicional do produto.”

Q8. Associar a curva de oferta à curva de custo marginal (não é necessário descrever, tampouco mencionar, o equilíbrio médio-marginal) - “Sob concorrência perfeita, a firma maximiza seus lucros quando o preço de venda do produto é igual a esse custo marginal. Assim, pode-se dizer que a curva de oferta corresponde à curva de custo marginal da firma, a partir do ponto de viabilidade.”

Q9. Definir elasticidade-preço da oferta - "A elasticidade-preço da oferta mostra a porcentagem de variação da quantidade ofertada diante de um aumento de 1% no preço."

Q10. Descrever o efeito do prazo na elasticidade-preço da oferta - "O efeito do prazo fica evidente quando se considera a descrição feita, uma vez que, no longo prazo, a firma tem mais opções a considerar para determinar seu equilíbrio de maximização do lucro e, logo, tem maior capacidade de reação a uma variação de preços. No curto prazo, a presença de um fator de produção com quantidade fixada limita essas opções. Por isso, diz-se que a elasticidade-preço da oferta é maior no longo prazo do que no curto prazo."

O candidato poderá usar conceitos mais formais ou formulação matemática, como derivadas, por exemplo, como parte da argumentação, mas eventuais incorreções ou inadequações conceituais no uso de tais ferramentas resultará na redução dos pontos do quesito correspondente.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Augusto Alexandre de Sousa Souto

Nota: 30,00 TL: 59 TP: 785 TP/TL: 13,30

Os fatores de produção são terra, capital e trabalho. A função de produção mostra o que é tecnicamente viável quando se produz eficientemente. É uma demonstração do nível de tecnologia da economia. Ela é representada por uma curva de inclinação positiva no plano formado por insumos (eixos das abscissas) e produto total (eixo das ordenadas). Sua inclinação é cada vez menor, já que o produto marginal é decrescente, ou seja, as unidades adicionais de insumos incrementam cada vez menos o processo produtivo total. A sua função é dada por $Q = F(K, L)$, em que Q representa a quantidade de produto, K o capital e L o trabalho. Partindo da análise de mercados em concorrência perfeita, admite-se retornos constantes de escala. As principais diferenças entre o curto e longo prazo, nesse ponto, é que no curto prazo a firma costuma lidar com somente um dos fatores de produção como variável, qual seja, o L . Assim a decisão de produção leva em conta somente o produto marginal do trabalho (PMgL) em relação aos salários (w). Sempre que o PMgL for maior que w , haverá mais contratações e expansão da produção. No longo prazo, no entanto, todos os fatores são variáveis, de maneira que a firma decide com base em uma certa alocação de insumos que gera um produto máximo. Isso é representado por isoquantas, curvas de inclinação negativa e variada, que nunca se cruzam e que indicam um produto máximo maior quanto mais à direita estiverem.

A curva de oferta é uma representação da quantidade de produto que os produtores estão dispostos a vender (eixo das abscissas) a um determinado preço de mercado (eixo das ordenadas). Ela é representada aritmeticamente em função do preço do bem analisado (P_x), do preço de bens substitutos (P_1), do nível de tecnologia (t) e do custo dos insumos (π), logo $O_x = f(P_x,$

P_1 , t , π). Em relação aos custos, ela também é afetada pelo horizonte temporal. No curto prazo, a firma só lida com custos fixos e com o custo marginal do trabalho, que equivale ao custo marginal da firma (CMg). No mercado de concorrência perfeita, a decisão da empresa de permanecer ou não no mercado depende de seus custos variáveis (CV). Se houver vislumbre de melhora no longo prazo e a receita for ao menos suficiente para cobrir esses custos, a firma optará por permanecer. O CV também é importante para derivar outra representação da curva de oferta. É certo que a curva de CMg cruza a curva de CV médio em seu ponto mínimo, a partir de quando $CMg > CV_{me}$. Esta porção da curva de CMg acima da de CV_{me} equivale à curva de oferta. Quando $CMg = CV_{me}$, temos o ponto de encerramento, antes do qual não há oferta. No longo prazo, porém, temos que a firma lida somente com custos variáveis, logo ela decide com base em uma certa alocação de fatores que geram um dado nível de custo, o que é representado por isocustos. Estas são curvas negativamente inclinadas, de inclinação unitária e que indicam o maior custo máximo quanto mais à direita estiverem no gráfico. O nível de otimização da firma será sempre dado pelo tangenciamento da isocusto pela respectiva isoquanta, o demonstra ser impossível maximizar a produção e minimizar custos ao mesmo tempo.

A elasticidade-preço da oferta é a medida de quanto a oferta responde a variações no nível geral de preços. Em nosso plano (x , y) formado por produto nas abscissas e preços nas ordenadas, quanto menor a inclinação da oferta, maior o módulo de sua elasticidade. A curva de oferta é positivamente inclinada, pois quanto maiores os preços, maior a quantidade total ofertada. O horizonte temporal na ciência econômica sobre a elasticidade tem efeitos importantes. Como no curto prazo a firma enfrenta os custos fixos e não pode alterar a alocação de todos os seus fatores, já que o K costuma ser fixo, a curva de oferta tende a ser menos elástica, indicando a baixa capacidade da firma de adaptar sua produção nesse horizonte temporal. Por outro lado, no longo

prazo a firma é capaz de melhor adaptar-se às conjunturas, de forma que a curva de oferta tende a ser mais elástica.

A determinação da O no curto e no longo prazo de acordo com sua elasticidade é, então, fundamental na análise microeconômica. Assumindo a teoria da fronteira de possibilidades do ofertante, temos que a capacidade de variar os insumos e substituí-los para se atingir um produto é ponto central da teoria. Os diversos conceitos de custos, sejam os econômicos (se referem ao emprego de todos os recursos, incluindo custos de oportunidade) ou contábeis (depreciação do capital mais despesas correntes), também variam conforme o horizonte temporal adotado.

Resposta 2 – Bárbara Macedo Perrenoud

Nota: 30,00 TL: 53 TP: 793 TP/TL: 14,96

A Teoria da Firma estuda os parâmetros e as escolhas das empresas, cujo objetivo é a maximização do lucro. Sendo o lucro a diferença entre a receita total e os custos totais, incluindo o custo de oportunidade, a firma ofertará a quantidade (Q) que maximiza o lucro, ou seja, a quantidade em que o custo marginal (C_{mg}) é igual à receita marginal (R_{mg}). O C_{mg} representa o custo de produzir uma unidade adicional e é calculado como a variação no custo total dividida pela variação na quantidade (Q); já a R_{mg} representa a receita gerada por essa unidade adicional. A função de produção ($Q = f(K,L)$) mostra a quantidade máxima de produção quando a firma opera de forma eficiente, dado certo conjunto de fatores de produção. Esses fatores incluem o trabalho (L) e o capital (K), mas também podem englobar outros, como recursos naturais. A distinção entre curto prazo (CP) e longo prazo (LP) é crucial para as decisões da firma. Em economia, o prazo não está relacionado ao tempo cronológico, mas à flexibilidade dos fatores de produção. No

CP, ao menos um dos fatores é fixo, enquanto no LP todos os fatores são variáveis. No CP, há rendimento marginal decrescente para um fator, mantidos os demais fixos. No LP, a firma pode variar a combinação de fatores, alterando assim a função de produção. Haverá economia de escala quando a firma aumentar sua produção com um aumento proporcionalmente inferior nos custos. Os custos da empresa são as remunerações pagas aos fatores de produção. Custos fixos não variam com a quantidade produzida, enquanto os custos variáveis sim. O custo total é a soma dos custos fixos e variáveis. O custo médio é o custo total dividido pela quantidade, e o custo variável médio é o custo variável dividido pela quantidade.

Mercados em concorrência perfeita são caracterizados por numerosos ofertantes e demandantes, com produtos homogêneos. Tanto ofertantes quanto demandantes são tomadores de preço, que é definido pelo equilíbrio de mercado. A demanda para uma empresa individual é perfeitamente elástica ao preço, resultando em uma curva de demanda horizontal. A receita média da firma em concorrência perfeita será constante e igual ao preço, coincidindo com a curva horizontal de demanda e também com a curva de receita marginal. Devido à livre entrada e saída de firmas, no equilíbrio de longo prazo o preço será igual ao custo médio, e as empresas terão lucro econômico zero (assim, o mercado está em equilíbrio, sem incentivos para entrada ou saída de ofertantes, o que ocorreria caso o lucro fosse diferente de zero). A quantidade ofertada pela firma é aquela em que $Rmg = Cmg$, e, na concorrência perfeita, o preço será igual ao Cmg , pois não há poder de mercado. Haja vista que o preço é igual ao custo médio, temos que $Cmg = Cme$, ou seja, a firma opera na escala eficiente, onde o custo médio é mínimo.

A lei da oferta propugna que há relação direta entre preço e quantidade ofertada, de forma que a curva de oferta terá inclinação positiva. A curva de oferta da empresa em concorrência perfeita

corresponde à sua curva de Cmg, a partir do ponto onde ela cruza a curva de custo total médio, considerando-se o longo prazo, ou a curva de custo variável médio, considerando-se o curto prazo. Isso ocorre porque, no curto prazo, a firma permanece no mercado desde que o preço seja igual ou superior ao CVme. No longo prazo, como todos os fatores são variáveis, é possível eliminar os custos fixos, e a firma só permanece no mercado se o preço recebido for igual ou superior ao CTme (ou seja, se a receita total for maior ou igual ao custo total). Se o preço for menor que o CVme, a empresa suspende suas operações, mesmo no curto prazo.

A elasticidade-preço da oferta mede a sensibilidade da oferta em relação às variações no preço, *ceteris paribus*. Ela é calculada pela variação percentual da quantidade ofertada dividida pela variação percentual no preço. Quando a elasticidade, em módulo, é 1, há elasticidade unitária. A inclinação da curva de oferta reflete a elasticidade-preço da oferta. Uma curva de oferta vertical é perfeitamente inelástica a preço, enquanto uma horizontal é perfeitamente elástica. A oferta é menos elástica no CP, pois sua capacidade de expansão é limitada (há fatores fixos); já no LP, a oferta tende a ser mais elástica, pois a estrutura produtiva pode ser adaptada a uma escala maior de produção. No LP, quando todos os fatores são variáveis, a firma pode aumentar o nível de produção sem um aumento do Cme, o que não ocorre no CP, devido à lei dos rendimentos decrescentes dos fatores. Por isso, o horizonte de CP ou LP é um determinante importante da elasticidade-preço da oferta.

Resposta 3 – Juliana Barreto Tavares

Nota: 30,00 TL: 57 TP: 836 TP/TL: 14,66

A ciência econômica analisa as escolhas dos agentes diante de bens escassos. Na microeconomia, essas escolhas são

analisadas a partir da interação entre o lado produtor (oferta) e o lado consumidor (demanda). Em um mercado de concorrência perfeita, os agentes são atomizados e tomadores de preço (p), a informação é perfeita e não há custos de transação. Nesse contexto, os ofertantes decidem a quantidade que pretendem disponibilizar de um produto, considerando o preço de mercado. O objetivo principal do ofertante é maximizar o seu lucro e, para isso, precisam otimizar a produção seja pelo aumento da produtividade seja pela redução de custos, não sendo possível essas duas escolhas simultaneamente. A escolha do produtor baseia-se na tecnologia disponível, na restrição de custos e na disponibilidade de insumos.

Os fatores de produção são recursos necessários para obter-se o bem e são, geralmente, terra, capital e trabalho. Para efeitos de simplificação, consideram-se na função de produção (f), capital (K) e trabalho (t), em que o produto aumenta à medida que se alteram os fatores. No curto prazo, considera-se somente um fator como variável, sendo o outro fixo. Esse axioma pode ser verificado empiricamente na maior flexibilidade para a contratação de trabalhadores (t) e maior rigidez de capital (K), no curto prazo. A função de produção pode ser analisada pelas interações das curvas de produto total (PT), que corresponde ao total produzido considerando o número de trabalhadores e o capital; produto médio (PM), que se refere ao PT, dividido pela quantidade produzida (Q). e o produto marginal (Pmg) que indica o incremento adicional obtido com cada trabalhador. O comportamento **dessa curvas*** demonstra que a curva de PT tem a trajetória inicialmente ascendente, até atingir o ponto máximo, quando $Pmg=0$, depois sendo descendente. A curva de Pmg, obtida pela derivada da curva PT, é inicialmente crescente, depois decrescente e, finalmente, negativo. Isso comprova a "lei dos rendimentos marginais decrescentes", segundo a qual a utilidade e a produtividade do bem reduz individualmente, mesmo que, em conjunto se tenha uma função de rendimentos constantes. No longo prazo, os dois fatores

variam, de modo que o rendimento decrescente de cada um deles pode ser compensando pelo outro. Apesar disso, economistas como Pyndik defendem que os fatores podem ser analisados separadamente, não como se o outro não variasse, mas considerando-o como fator constante.

A oferta é também determinada pelas interações de custo, mas ao contrário do produto, em que se busca o valor máximo, as decisões são tomadas de acordo com os custos mínimos de produção. A curva de oferta representa o fluxo de interesse do produtor em disponibilizar um bem a um dado preço e ela dependerá da capacidade que ele tem em arcar com os custos necessários ao seu funcionamento. O custo fixo (CF) corresponde ao básico necessário para o funcionamento da firma, independente do total produzido; o custo variável (CV) trata do montante proporcional à produção de bens; o custo marginal (Cmg) é o aumento adicional de custo a cada unidade produzida; e o custo total (CT) é o somatório do CF e do CV. Na concorrência perfeita, a otimização do produtor ocorre no ponto em que o P é igual ao Cmg, pois esse é o momento de lucro máximo. Quando o preço for menor que o Cmg, mas ainda for maior que o CV, a firma pode escolher pela paralização. No longo prazo, há maior flexibilidade, de modo que, se o P for menor que o CV, ela pode paralisar; mas quando o P for menor que o CF é o momento de encerramento. O CF é representado por uma reta linear e o longo por uma reta em formato de "V", tem-se, graficamente, que a curva de oferta no longo prazo corresponde à Cmg superior ao CF, como se vê no gráfico 1* ao lado.

A elasticidade significa a sensibilidade de uma variável em relação à outra. Desse modo, a elasticidade-preço da oferta indica o quanto as decisões de oferta variam com as mudanças de preço. Sabendo que a oferta é uma função do preço pela quantidade, em que também influenciam o preço de insumos, os custos de transporte, a tecnologia disponível, os impostos, entre outras

variáveis; sabe-se que a elasticidade pode variar devido à influência desses fatores, às preferências do produtor, à estrutura de custos da firma. Geralmente, entende-se que a elasticidade-preço da oferta é maior no longo prazo, pois o produtor consegue equacionar melhor suas escolhas, sair do mercado se não lhe convir, entre outras possibilidades. No curto prazo, há menos flexibilidade nos fatores e nas escolhas, de modo que há uma reação mais inelástica ao preço. Essa tendência é verificada com mais intensidade considerando os bens duráveis que são mais elásticos às mudanças de curto prazo, pois eles podem ser armazenados e ter sua oferta controlada de acordo com o preço. Já os bens não duráveis são perecíveis e, portanto, tem uma oferta mais inelástica ao preço. Isso pode ser analisado no comportamento de venda de bens industrializados em comparação a de commodities, por exemplo.

**: eu desenhei um gráfico, para ilustrar a curva de oferta com base na curva marginal, usei um pedaço pequeno de 3 linhas.*

Resposta 4 – Marcel Soares de Sousa

Nota: 30,00 TL: 57 TP: 710 TP/TL: 12,45

Na teoria microeconômica, a teoria da firma analisa, sob o lado da oferta, as condições e comportamentos dos produtores/ofertantes de determinado bem ou serviço. O foco dessa análise está em como são decididas e operacionalizadas as combinações de fatores de produção, quais os efeitos dessas combinações em termos de quantidades produzidas, e quais as influências delas no curto e no **longo prazos***.

Os fatores de produção são os itens que, combinados, levam à produção dos bens em um espaço de tempo. Entre eles, podem ser citados o trabalho (mão-de-obra assalariada empregada no processo produtivo) e o capital (insumos, máquinas, equipamentos

e o terreno em que a produção é realizada). Também é parte do processo a capacidade decisória dos agentes ofertantes a respeito da alocação mais eficiente desses fatores, tendo como critério a maximização do lucro obtido ao fim.

Matematicamente e graficamente, a função de produção relaciona as quantidades empregadas de determinado fator e os impactos proporcionais na quantidade produzida, na forma $f(w,K)$, em que W expressa o fator trabalho e K expressa o fator capital. No curto prazo, os ofertantes só conseguem alterar um dos fatores envolvidos no processo. No longo prazo, há possibilidade de intervenção sobre ambos os fatores, e isso pode ser expresso por meio das chamadas curvas de isocusto, que exibem as diferentes combinações dos fatores que resultam em um mesmo custo, e pelas curvas de isoquantas, que apresentam as diferentes combinações de fatores de produção que proporcionam as mesmas quantidades unitárias de determinado produto.

Os diversos conceitos econômicos de custo envolvem: o custo total (CT), que envolve o custo da soma dos custos dos fatores físicos e variáveis ($CT = CV + CF$); o custo total médio (CTM), que significa o custo total dividido pelo número de unidades produzidas; os custos variáveis (CV), referentes aos custos que se alteram ao longo do processo de produção; os custos fixos (CF), referentes aos custos que não se alteram ao longo do processo de produção (o terreno e o maquinário); o custo fixo médio (CFM), que relaciona o custo fixo ao número de unidades produzidas; o custo variável médio (CVM), que divide o total dos custos variáveis pelo número de unidades produzidas. Finalmente, há o custo marginal (Cmg), que corresponde ao acréscimo de custo decorrente da produção de uma unidade adicional de um produto.

A respeito do conceito de elasticidade-preço da oferta, tem-se que por elasticidade se entende a sensibilidade à alteração em determinada variável. No caso da elasticidade-preço da oferta, mede-se quanto a oferta de um produto reage à variação em seu

preço. Em geral, vários elementos influenciam essa análise, a exemplo do custo dos insumos, ou de expectativas dos ofertantes a respeito do futuro da economia do país.

De acordo com a teoria dos rendimentos decrescentes, inicialmente ocorre queda no custo marginal do trabalho e, depois, ele passa a crescer. Essa relação é relevante pois a decisão de oferta da firma se dá no ponto em que a receita marginal se iguala ao custo marginal, que, por sua vez, iguala-se ao preço.

Para avaliar, portanto, a elasticidade-preço da oferta, deve-se entender como a firma se adequa na alocação de seus fatores de produção a uma variação no preço de mercado de determinado produto.

No curto prazo, a firma apenas consegue operar sobre um dos fatores de produção, aquele que tem custo variável. Se a relação entre o custo variável e a receita da empresa seguir positiva, esta poderá adequar sua produção, e mesmo operar com prejuízo durante certo período de tempo em que eventualmente tenha que suspender suas atividades.

No longo prazo, a empresa poderá manejar todos os seus fatores de produção, tanto aqueles que possuem custos fixos quanto aqueles que possuem custos variáveis. Dentro de uma curva de isoquantas, essa relação pode ser avaliada. Se a receita, a partir de então, seguir inferior aos custos variáveis, a permanência da firma no mercado resultará inviável e ela deverá encerrar suas atividades.

Em resumo, a elasticidade-preço da oferta expressa a capacidade de uma firma em adequar a alocação da distribuição de seus fatores de produção em função dos preços de mercado. No curto prazo, essa relação é mais inelástica, pois apenas um fator pode ser adequado. No longo prazo, há maior elasticidade, diante das maiores possibilidades de adaptação.

Resposta 5 – Rogério Gonçalves Graças

Nota: 30,00 TL: 60 TP: 883 TP/TL: 14,72

Fatores de produção são insumos por meio dos quais se transforma a natureza. Comumente, utiliza-se os insumos capital (K) e trabalho (L) para se analisar a produção de bens. Dada a produção Q, $Q = f(K, L)$. Logo, Q só pode aumentar (ou diminuir) com alteração em K e/ou L. A função de produção básica difere-se no curto e no **longo prazos*** dada a flexibilidade da escolha de produção com base no horizonte temporal. No curto prazo, há um insumo fixo (geralmente o nível de capital) e outro variável. No curto prazo, o produtor tem custo fixo, que não varia com a produção, e custo variável, que varia com a produção. A curva de custo fixo (CF) é representada graficamente por uma reta horizontal. O custo variável (CV), no curto prazo, é uma curva crescente. O custo total é a soma do CF e do CV. O custo fixo médio (Cfme) é divisão do CF pela quantidade (Q). O custo variável médio (Cvme) é CV/Q . O custo total médio (Ctme) é a soma de Cfme e Cvme. No curto prazo, o custo fixo é alto, pois independe da produção e não se tem flexibilidade para alterar a combinação de insumos. O CV aumenta (ou diminui) com a produção. No equilíbrio de longo prazo, o custo marginal (Cmg), que é o custo de se produzir uma unidade adicional do produto, corta as curvas de Ctme e Cvme em seus pontos de mínimo. No longo prazo, adicionalmente, a curva de Cfme tende a zero (é decrescente, mas não toca no eixo horizontal do gráfico). Quando $Cmg > Cme$, este é crescente; quando Cmg é menor que Cme, este é decrescente; quando $Cmg = Cme$, o Cme é mínimo e se tem o equilíbrio. No longo prazo, tem-se a diluição dos custos fixos e o produtor tem flexibilidade para combinar insumos (diferentes isoquantas, nas quais diferentes combinações de dois insumos quaisquer, por exemplo, resultam na mesma quantidade de produto). Ressalte-se que, com exceção da curva de Cfme (que tende a 0), as demais curvas (Cme, Cvme e Cmg) têm formato de "U", inicialmente são

decrecentes, depois crescentes. No longo prazo, há apenas custos variáveis, em contraposição ao curto prazo, em que também há o custo fixo. C_{me} torna-se igual a C_{vme} no longo prazo. Para a análise dos custos, ressalte-se, adicionalmente, o custo de oportunidade (aquilo que se deixa de escolher ao se fazer uma escolha) e os custos afundados (custos irrecuperáveis, que não devem ser considerados pelo produtor na tomada de decisão). Distingue-se também custo contábil e custo econômico. Custos contábeis envolvem desembolso monetário (receita total menos custos explícitos); custo econômico envolve custos explícitos (desembolso monetário) e custos implícitos (custos de oportunidade). Diferentemente da contabilidade, a ciência econômica considera o que se perde ao se aventar o melhor uso alternativo de determinado fator de produção (por exemplo, o aluguel não recebido por se utilizar um armazém para outro fim). Em razão das considerações sobre o custo de oportunidade, tem-se comumente lucro (contábil) positivo e lucro econômico zero (ou normal) quando da análise do lucro da firma ($L = RT - CT$, sendo RT a receita total e CT o custo total). A curva de oferta diz respeito à quantidade de bens que um determinado produtor (no caso da curva de oferta individual) espera vender no mercado (que reúne as curvas de oferta individuais na curva de oferta do mercado). A inclinação da curva de oferta é crescente: quanto maior o preço, maior a quantidade ofertada (para bens com $E_{po} > 1$). Em economias de escala, porém, ocorrem curvas de oferta negativamente inclinadas, pois os custos médios (decrecentes), em um contexto de longo prazo, diminuem com o aumento da produção. A elasticidade-preço da oferta remete à sensibilidade da quantidade ofertada em relação a variações no preço. É a reação, por parte do produtor, a alterações em P . Em módulo, se $E_{po} > 1$, há elasticidade positiva e o bem analisado é elástico. Se $E_{po} = 1$, tem-se elasticidade unitária da oferta. Se $E_{po} < 1$, o bem analisado é inelástico. Se o bem é elástico, a variação sobre a quantidade ofertada (Q_o) é mais que proporcional à variação de P ; se há

elasticidade unitária, a variação de Q_o é proporcional à variação de P ; se $E_{po} < 1$ (bem inelástico), a variação em Q_o é menos que proporcional à variação em P . Elasticidade significa sensibilidade e inelasticidade significa ausência de elasticidade. Há também casos extremos: bens perfeitamente elásticos (com elasticidade infinita) e bens perfeitamente inelásticos (com elasticidade igual a zero). Para o produtor, a elasticidade-preço da oferta de curto prazo é menor do que a de longo prazo. No curto prazo, em razão do horizonte temporal, o produtor é mais inelástico ao preço por não conseguir alterar a combinação dos insumos de produção de modo significativo; no longo prazo, porém, há maior flexibilidade para a combinação de insumos, pela maior possibilidade de acesso a novos fornecedores e a novas matérias-primas e de tomadas de decisão quanto à disposição das isoquantas (há bens, porém, com grande inelasticidade mesmo no longo prazo, como casas de praia). Em concorrência perfeita, os mercados são atomizados; os agentes econômicos são price-takers; o lucro máximo se dá quando $R_{mg} = C_{mg}$; a curva de demanda individual é perfeitamente elástica; $R_{mg} = P$.

Questão 2

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Ao longo de 1963 e até o início de 1964, a economia brasileira operou em verdadeiro estado de “estagflação” – estagnação da atividade econômica, acompanhada de aumento da inflação. Após um crescimento real médio de 8,8% ao ano no período de 1957-1962, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,6% em 1963, enquanto a inflação (medida pelo IGP) elevou-se da média de 32,5% ao ano, naqueles anos, para 79,9% em 1963.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973).

In: Giambiagi et al. Economia Brasileira Contemporânea – [1945-2010], Editora Campus, 2. ed. 2011, p. 51.

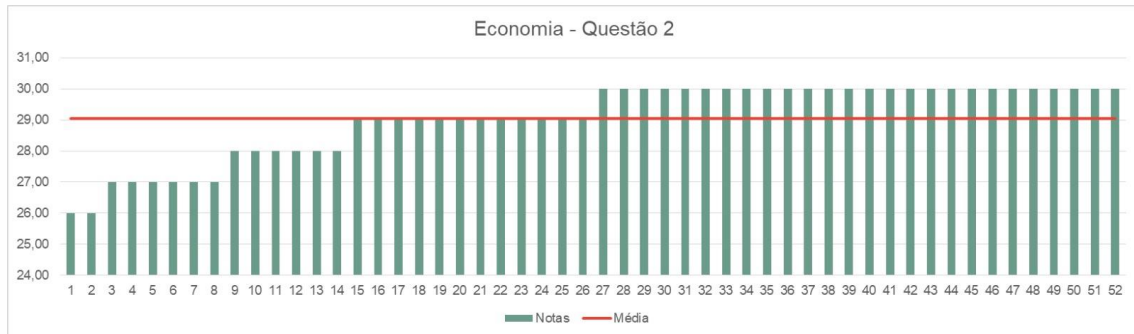
O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) teve como objetivo lidar com a situação descrita. Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do PAEG. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) o diagnóstico e a estratégia de combate à inflação;
- b) as mudanças estruturais introduzidas; e
- c) explanação acerca de como uma dessas mudanças levou à escalada da inflação na década de 1980.

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O diagnóstico de inflação atribuída aos deficits governamentais e à contínua pressão salarial o aumento de preços.

Q2. Uma abordagem gradualista de controle da inflação foi adotada.

Q3. Dessa forma, "o PAEG incluiu um programa de ajuste fiscal, com base em metas de aumento da receita (via aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas) e de contenção de despesas governamentais".

Q4. Restrição monetária, ou seja, "um orçamento monetário que previa taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamentos e uma política de controle do crédito ao setor privado".

Q5. Correção salarial, salário real médio acrescido de aumento de produtividade.

Q6. Em relação às mudanças estruturais, pode-se mencionar a introdução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Q7. Pode-se mencionar a reforma tributária, que buscava aumento e racionalização da arrecadação.

Q8. Pode-se citar a reforma financeira, que criou o Banco Central do Brasil e incluiu uma reestruturação do sistema financeiro nacional.

Q9. Pode-se indicar a reforma financeira que criou a ORTN, um mecanismo de correção monetária.

Q10. A correção monetária reforçou o caráter inercial da inflação brasileira, que viria a ser um problema principalmente na década de 1980.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Banvasten Noronha de Araújo

Nota: 30,00 TL: 60 TP: 648 TP/TL: 10,8

O PAEG foi implementado em um contexto de crescente inflação, recessão e ampliação do endividamento público vindo do governo Jango, que não logrou implementar o Plano Trienal, para

saneamento da economia, redução da inflação e melhoria dos termos de troca. Nesse contexto, o diagnóstico do PAEG era o de que a inflação era causada pelo excesso de demanda, derivado de desajustes entre salários, inflação e crescimento do PIB, excesso de gastos do governo e uma política fiscal e monetárias desequilibradas, com o financiamento inflacionário da dívida e dos gastos públicos via emissionismo. No eixo emergencial, de combate à inflação, o PAEG adotou uma estratégia de combate à inflação consoante o diagnóstico feito. Adotou-se uma política fiscal recessiva, com redução de gastos do governo (G) e ampliação de arrecadação via tributos (T) e uma fórmula de reajuste salarial que levou à redução do salário real. Como consequência, a demanda agregada e a inflação reduzida. A política monetária, embora inicialmente contracionista, variou ao longo do governo Castelo Branco, em virtude da estratégia do "stop and go" do PAEG, que buscava manter o crescimento econômico.

Do ponto de vista estrutural, o PAEG adotou medidas para lidar com problemas econômicos da economia brasileira, como o endividamento público, políticas monetárias e fiscais disfuncionais e recorrentes desequilíbrios cambiais. No âmbito fiscal, buscou-se centralizar, racionalizar e ampliar a estrutura de impostos com medidas como a criação do Código Tributário Nacional e do IOF. Paralelamente, buscou-se ampliar a poupança interna por atores privados, com a criação do FGTS, PIS e PASEP. Buscou-se racionalizar a estrutura do setor monetário do governo por meio da criação da ORTN como meio de financiamento não inflacionário, e da extinção da SUMOC e criação do BACEN e do CMN. Para assegurar o equilíbrio cambial, o PAEG fomentou a exportação, criando uma secretaria para o setor exportador, o fornecimento de créditos, a criação de missões comerciais e a proteção das exportações da inflação por meio do regime cambial das minidesvalorizações. Ademais, no âmbito financeiro, fomentou investimentos externos, por meio da facilitação da remessa de lucros, além de ampliar as possibilidades de acesso a crédito

externo por empresas e bancos privados. Por meio dessas medidas, o PAEG logrou ampliar a poupança interna (do governo, externa e privada) ao racionalizar os setores monetário e fiscal do governo e combater a inflação, constituindo-se, assim, como um dos pilares para o denominado “Milagre Econômico”, no governo seguinte, em que a economia brasileira cresceu de modo não inflacionário e, em regra, com equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Apesar disso, a introdução da ORTN levou à escalada da inflação na década de 1980. Mostrando-se renitente a medidas ortodoxas como as adotadas por Mario Henrique Simonsen, a espiral inflacionária brasileira era causada, principalmente, pelo processo de indexação de preços, como diagnosticado na proposta larida: a cada choque externo, os agentes econômicos do Brasil, antecipando-se a medidas anti-inflacionárias adotadas pelo governo, ajustavam preços para protegerem suas rendas e seus lucros. A indexação ocorria em tanto em salários e aluguéis, quanto em contratos. O governo tentava controlar a inflação por medidas de congelamento ou **indexações própria***, como a táblita. Planos de combate à inflação baseados em medidas desse tipo, como o Cruzado, Bresser e Verão, acabaram por agravar o problema da inflação. Isso se deveu, em grande parte, aos mecanismos de indexação da inflação em ativos financeiros, por meio de mecanismos equivalentes às ORTN, como a OTN. Uma vez que o governo passou a depender da emissão de títulos públicos para financiar seu déficit no curto prazo e atrair capital externo via juros, era fundamental que a inflação fosse indexada a ativos como títulos públicos, de modo a proteger o investidor. A indexação dos títulos, por sua vez, ampliava o fenômeno da indexação dos preços via sinalização de reajustes feitos pelo governo. Exemplo emblemático desse processo foi o overnight. Como consequência, a espiral inflacionária e o aumento da dívida pública intensificavam-se.

Resposta 2 – Dandara de Souza Araújo

Nota: 30,00 TL: 60 TP: 809 TP/TL: 13,48

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o plano econômico implementado pelo governo Castello Branco, o primeiro governo militar, iniciado após o golpe de abril de 1964. O PAEG foi adotado, desse modo, em contexto de crise econômica e de estagflação, que é a combinação de estagnação da atividade econômica (ausência de crescimento da atividade econômica) e de aumento da inflação, visto que esse foi o contexto dos anos iniciais da década de 1960 e, especialmente, do período entre 1962 e 1964. O governo João Goulart, que antecedeu o golpe, havia tentado realizar reformas estruturais e que pudessem retomar o ritmo de crescimento da atividade econômica, especialmente, por meio do Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado e que adotava perspectivas estruturalistas de Raul Prebisch e da Cepal, mas, diante da crise política do período e da radicalização que vigorava no país, o plano nem mesmo pôde ser implementado e o cenário econômico era de intensa crise, no momento de destituição do governo.

Nesse contexto, o PAEG foi adotado em 1964, partindo do diagnóstico de que o Brasil passava por uma inflação de demanda, causada por políticas fiscais expansionistas do governo anterior, bem como por medidas como a elevação dos salários acima dos valores de equilíbrio, o que teria ocorrido, por exemplo, em razão do aumento do salário mínimo, no governo Jango. Em razão desse diagnóstico, o plano considerava que era necessário conter a inflação por meio do controle da demanda e propunha uma estratégia gradual para o combate à inflação, por meio da qual se passaria de 90% de inflação ao ano a 30%, em três anos, reduzindo a inflação em 30% a cada ano. Além da estratégia gradualista, o PAEG apostava na necessidade de ajuste fiscal para conter o processo inflacionário. Desse modo, o governo realizou, sob a

égide do plano, uma série de medidas de cortes de gastos públicos, os quais envolveram a demissão de servidores públicos, para diminuir a chamada “máquina pública”, e a realização de ajustes salariais de servidores públicos em montantes abaixo da inflação, reduzindo o poder de compra da população, em espécie de arrocho salarial. Na década de 1980, a indexação dos salários contribuiu para a inflação inercial e descontrole.

Além do diagnóstico da necessidade de conter a inflação, o PAEG trabalhou com a premissa de que a retomada do crescimento do Brasil apenas poderia acontecer com a realização de mudanças estruturais no país. Nesse sentido, o plano orientou a adoção de uma série de reformas no país, entre as quais se destacam as reformas tributária, bancária e trabalhista. No âmbito da reforma tributária, o PAEG alterou a distribuição de tributos entre os entes da federação. Até aquele momento, a arrecadação tributária era recebida pela União, que se encarregava de distribuir os montantes devidos aos estados e municípios. Com a reforma introduzida pelo PAEG, foram criados impostos a serem recolhidos por cada ente, especificamente, de modo que a União ficou encarregada dos impostos sobre a renda (como o IRPF), os estados passaram a recolher o tributo sobre a circulação de mercadorias (ICM) e os municípios passaram a recolher os impostos sobre serviços e sobre a propriedade territorial urbana (ISS e IPTU, respectivamente).

No que tange à reforma trabalhista, as mudanças realizadas buscavam aumentar a arrecadação do governo. Nesse sentido, pôs-se fim à estabilidade no emprego antes garantida pela CLT e criou-se, no lugar, o FGTS, e criou-se, ainda, o PIS e o PASEP, para trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, respectivamente. No âmbito das reformas dos sistemas bancários e financeiro, foi criado o Banco Central (BACEN), com a função de ser o “banco dos bancos”, com base em experiências internacionais. Finalmente, outras medidas e reformas foram

adotadas, como, por exemplo, a criação do sistema nacional de habitação (SNH) e do banco nacional de habitação (BNH).

A estratégia gradualista do PAEG teve, efetivamente, sucesso em conter a inflação e o plano é considerado uma das bases que possibilitaram o chamado “milagre econômico”, que teve início no governo seguinte, de Costa e Silva, a partir de 1968. O período foi considerado “milagre”, pois, nele, houve crescimento econômico acelerado sem crescimento da inflação, o que, a princípio, contraria as principais teorias econômicas, como a Curva de Phillips. Apesar disso, acredita-se que o “milagre” foi possível, em razão da grande capacidade ociosa gerada pelo ajuste fiscal do PAEG e das reformas realizadas no período, principalmente, a tributária e a financeira, além do ambiente externo favorável, entre 1968 e 1973, até a ocorrência do primeiro choque do petróleo. Não obstante, a demanda reprimida no período do PAEG e a perda do poder de compra da população acompanhadas do crescente endividamento externo (agravado no período do “milagre” e do II PND) levaram à escalada da inflação na década de 1980, quando os arrochos foram suspensos e a dívida externa saiu de controle e inércia.

Resposta 3 – Reis de Souza Neto

Nota: 30,00 TL: 60 TP: 1061 TP/TL:17,68

Aplicado o golpe civil-militar e instaurada a ditadura, o Governo Castelo Branco se viu em grave cenário de crise econômica. Devido às pressões inflacionárias oriundas de medidas econômicas de financiamento inflacionário do Plano de Metas de JK, bem como oriundas do aumento de gastos e de reajustes salariais durante o Governo de Goulart, a inflação chegou a quase 80% em 1963, além da abrupta redução do crescimento do PIB em 63, de meros 0,6%. Embora os planos gradualistas de JK (PEM –

Plano de Estabilização Monetária de Lucas Lopes) e Jango (Plano Trienal de Furtado) tenham falhado, a equipe de Castello Branco decidiu elaborar outro plano gradualista, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Esse plano se contrapunha, como os outros dois, à lógica de choque ortodoxo do FMI. O diagnóstico era de que havia tanto elementos de demanda quanto de oferta para a inflação. Na demanda, os elevados gastos públicos, a dependência de financiamento inflacionário (emissão de moeda), a carga tributária insuficiente e com sistema ruim de arrecadação, além dos subsídios e do modelo de câmbio com taxas múltiplas e leilões, eram as principais razões para a inflação. Já na oferta, o principal motivo era o custo da mão de obra, em razão de constantes, na visão do governo, aumentos salariais, muitas vezes acima da produtividade. A estratégia do PAEG, assim, seria atacar todos esses fatores, de modo a reduzir gastos públicos, aumentar a arrecadação, elaborar alternativas de financiamento não inflacionário, promover o “realismo cambial”, modernizar as instituições públicas e privadas integradas aos sistemas financeiros mundiais, tornar a máquina estatal mais eficiente e conter aumentos salariais acima da produtividade, além de promover crescimento econômico e industrialização.

Para todos esses objetivos, múltiplas reformas ocorreram. Na política fiscal, o governo reduziu gastos, conteve aumentos para o funcionalismo e promoveu ampla reforma tributária. Aumentou, assim, a base de incidência do imposto de renda, otimizou a arrecadação com o uso da rede bancária, criou o ICMS e o ISS passou a ser municipal. Criou, ainda, o próprio ISS e o IPI, bem como extinguiu os impostos de selos e diversões públicas, além de criar o IOF. Por consequência, houve aumento da carga tributária e do número de brasileiros tributados, mas a reforma também foi regressiva, uma vez que foi mais incidente sobre tributos indiretos, especialmente aqueles sobre consumo. No âmbito monetário, criou as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), títulos de dívida pública que, por serem indexados, permitiram haver um

investimento que corrigisse perdas inflacionárias. Branco também editou a Lei de Mercado de Capitais, criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (BC e CMN), o que transformou os mercados monetário e de capitais do país, pois, com essas instituições e a ORTN, o país podia financiar seus gastos por meio da emissão de títulos, além de atrair capitais estrangeiros produtivos e especulativos. No âmbito cambial, deu cumprimento ao plano de unificação das taxas de câmbio, conforme pretendia a Instrução 204 da SUMOC, editada por Jânio Quadros. A SUMOC, aliás, foi extinta por Branco para dar lugar ao BC. A I. 204 era um desdobramento aprofundado da reforma cambial de JK (57), que simplificava as categorias de taxas geral e específica (havia, informalmente, uma terceira categoria). Estas haviam sido criadas pela Lei de Mercado Livre de 53, de Vargas, que, com a Instrução 70 da SUMOC, também de 53, realizava leilões cambiais. Uma consequência negativa da reforma do PAEG foi o fim da conta de ágios e bonificações, importante receita do governo. Por outro lado, com um câmbio realista mais desvalorizado, os saldos da conta corrente do balanço de pagamentos melhoraram. O FMI, ademais, aprovou a reforma, o que melhorou a imagem do país entre investidores estrangeiros. O PAEG também incluiu a criação de linhas de crédito, como o Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965, o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação, que foram fundamentais para a expansão do agronegócio nas décadas seguintes, bem como para a expansão da indústria de construção civil, que é, até hoje, uma das mais pujantes do país. No plano salarial, o PAEG criou o FGTS e extinguiu a estabilidade decenal, com o fim de diminuir o custo da mão-de-obra. Também buscou vincular os recursos do FGTS ao crédito habitacional, bem como vincular os reajustes salariais a indicadores mais próximos da produtividade, além de considerar, para os reajustes, a expectativa de inflação. A principal consequência foi a progressiva perda de poder de compra dos salários, cujos reajustes não repunham a inflação, e, para alguns

economistas, a concentração de renda decorrente de medidas como essa foi elemento fundamental para o crescimento econômico do “Milagre” e da ditadura, conforme a “teoria” do bolo. O PAEG também influenciou a crise dos 80.

A introdução da ORTN e de outros mecanismos de indexação seria fundamental para a escalada de preços nos anos 1980. Os debates sobre a inflação nos 80 incluíram quatro principais correntes, a do choque heterodoxo, que afirmava a centralidade do componente inercial para a inflação; a do choque ortodoxo, que afirmava ser necessário adotar rígidas políticas econômicas contracionistas; a do conflito distributivo, assentada na ideia de que a inflação era fruto do conflito entre classes sociais por mais renda, de modo que apenas um acordo de classes debelaria a inflação; a proposta de Arida e Lara Resende, segundo a qual era necessário um hiperindexador para uniformizar a forma de reajuste dos diversos preços da economia. A história mostraria a centralidade da inércia inflacionária para a inflação da década de 80, graças à ORTN, aos contratos indexados a diversos índices de correção e à própria dinâmica inflacionária, que distorce preços relativos, pois os setores diversos mudam seus preços de forma não sincronizada. Não por acaso, o Plano Cruzado criaria, no lugar da ORTN, a OTN não reajustável. O conjunto de mudanças no mercado monetário e de capitais foi fundamental, também, para a inflação. Com a criação do BACEN, a própria ORTN, a Lei de Mercado de Capitais, a modernização da rede bancária e nova lei de remessa de lucros, além de Circulares e Resoluções do BACEN favoráveis a empréstimos externos, o país foi dotado de estruturas financeiras para atrair a ampla disponibilidade internacional de capital. Nos anos 1970, isso se converteu em grande endividamento externo, cujos riscos cambiais passaram ao governo. Com a crise de liquidez de 79, a dívida rolou à custa dos preços.

Resposta 4 – Felipe Morelli Rodrigues de Souza

Nota: 30,00 TL: 40 TP: 624 TP/TL: 15,6

A década de 1960 marcou um ponto de inflexão na economia brasileira. De um momento de estagflação em 1963, a economia passou para um contexto e “milagre” de 1968 em diante. Entre esses extremos está o contexto político e econômico do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que assentou as bases para um crescimento econômico em anos seguintes e, décadas mais tarde, desafios de planejamento econômico em termos de combate à inflação.

Um dos primeiros desafios enfrentados pela equipe econômica em abril de 1964 foi o combate à inflação. Roberto Campos e Octávio G. Bulhões implementaram medidas que deram nova forma ao enfrentamento da inflação. Primeiro, adotou-se um gradualismo no combate à inflação, com realismo tarifário (levantando subsídios e controle de preços, o que inicialmente pressionou preços para cima). Depois, a equipe entendia que a inflação decorria de um excesso de demanda sobre oferta agregada da economia, dado esse diagnóstico, buscou-se forma de conter a demanda agregada de modo a reduzir a pressão sobre a oferta agregada; uma dessas formas foi a reforma salarial e outra foi a fiscal, analisados nos eixos estruturais.

A reforma salarial introduziu uma fórmula de ajustes salariais periódicos com base em uma previsão de inflação futura. Como essa previsão era quase sempre subestimada, o que ocorria era uma compressão dos salários reais e achatamento da renda de quem se submeta a essa fórmula. A reforma fiscal e tributária consistiu em aumento substantivo da carga tributária, com introdução de novos impostos e alguma sistematização com a introdução do Código Tributário Nacional. A ampliação da carga, naturalmente, reduziu a renda disponível e contribuiu para contenção da demanda agregada, contendo a inflação.

Em sequência às reformas estruturais, deve-se mencionar o eixo financeiro e bancário, que promoveu um modelo de conglomerados financeiros (em linha com um modelo norte-americano pós-crise de 1929), com a criação de bancos por áreas de atuação (Banco Nacional de Habitação; bancos de crédito pessoal; financeiras de consórcio e leasing, etc). Ademais, criou-se o Banco Central (BC), com atuação destacada na gestão de fundos do governo e possibilidade de financiamento não inflacionário no gastos. Por fim, no plano da gestão fiscal, introduziram-se formas de reposição do valor de títulos e dívidas, especialmente em títulos do governo, na forma de correção monetária. Esse mecanismo funcionava como um gatilho de ajuste monetário, repassando para momentos futuros o valor de face acrescido de um indicador (como um indicador de inflação).

Por fim, no plano de abertura financeira, pode-se mencionar a resolução 63 do BC que permitia empresas nacionais contrair dívidas diretamente de instituições estrangeiras, o que levou inicialmente a um processo de privatização da dívida externa e, posteriormente, à necessidade de estatização da dívida quando o governo entendeu que o endividamento dos agentes privados em moeda forte colocava em risco a estabilidade e saneamento do sistema financeiro nacional.

Nos anos 1980, uma das mudanças estruturais do PAEG foi fundamental para o quadro de escalada inflacionária. A correção monetária se disseminou como prática na economia, em contratos e dívidas, de forma a provocar uma lógica inflacionária inercial. Nessa situação, os preços sobem em cascata e a alta de preços é consequência da alta anterior, em retroalimentação inflacionária que condiciona uma lógica de inflação indefinida. Grande parte das dificuldades do combate à inflação nos anos 1980 em suas diversas formas (Plano Cruzado, Bresser, Verão, congelamentos e choque heterodoxo; moeda indexada) derivou da tentativa de equacionar a inflação inercial. Em contraponto, pode-se

argumentar que apesar da herança inercial da correção monetária, não se verificou no Brasil uma dolarização da economia; a correção jogava a inflação presente para o futuro, mas resguardava a função de ativos da moeda no sentido de refletir sua reserva de valor, diferentemente do que ocorreu em países vizinhos como a Argentina.

Resposta 5 – Rafael Rodrigues Oliveira

Nota: 30,00 TL: 60 TP: 923 TP/TL: 15,83

O PAEG foi lançado com o duplo objetivo de combater a inflação e efetuar mudanças estruturais na economia brasileira. Há divergência na literatura acerca do caráter ortodoxo ou heterodoxo do combate à inflação efetuada pelo PAEG. Ao mesmo tempo em que existem elementos ortodoxos, como o corte de despesas públicas, em uma política fiscal contracionista e a mudança da fórmula do cálculo dos salários (pela média da inflação esperada pelo governo, sempre abaixo da inflação real, o que resultou em arrocho salarial), a política monetária foi do tipo stop and go, com momentos de expansão e de retração do crédito e da base monetária. André Lara Resende defende o caráter heterodoxo do PAEG em razão do combate gradual à inflação, pois o plano pretendia naturalizar a convivência da inflação controlada, mas relativamente alta, com o crescimento, além disso, o combate seria mais por correções de preços do que por corte de gastos.

Elaborado por Roberto Campos e Octávio Bulhões, o PAEG diagnosticava a inflação como de demanda e de custos. A inflação de demanda se devia ao alto nível de despesas do governo, que emitia moeda para financiar sua dívida, para o pagamento do funcionalismo e para subsídios (diagnóstico clássico); os salários acima da produtividade do trabalhador, em especial o salário mínimo, eram um fator de inflação de demanda (aumento do

consumo), mas também de custos (aumento de custo de contratação para os empregadores). As altas tarifas praticadas no comércio exterior em razão do ISI (substituição de importações) produziam inflação de custos, pois aumentavam o preço de produtos importados utilizados na produção, especialmente combustíveis e máquinas. Dessa forma, a estratégia de combate à inflação visava a combater a inflação de demanda por meio da redução real dos salários (tolerava-se a inflação corretiva da retirada de subsídios ao trigo para reduzir o poder de compra da população) e a redução das despesas do governo, combinada ao aumento de impostos (reforma tributária) e ao "realismo tarifário" (aumento das tarifas cobradas pelas estatais, para refazer seu caixa e atuar como inflação corretiva na corrosão do poder de compra). A inflação de custos seria combatida com redução real dos salários e das tarifas externas, além de incentivos às importações de certos produtos.

Foram muitas as mudanças estruturais introduzidas pelo PAEG, houve uma reforma financeira, tributária, no mercado de trabalho e no setor externo. A reforma monetário-financeira incluía a criação das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), que criaram o mercado de dívida pública no Brasil e um mecanismo de financiamento do governo que não implicava aumento da dívida externa. A ORTN, ao pagar juros reais sobre os títulos da dívida pública, tornou a Lei de Usura caduca. Ao mesmo tempo, foi introduzida a correção monetária em preços públicos e contratos, geralmente com base no valor da ORTN. A difusão da correção monetária pelos preços da economia, como salários e aluguéis, seria um grande fator de indexação e da persistente inflação inercial da década de 1980. Como parte da política monetária foi introduzida uma nova moeda, foi criado o CMN e o Banco Central. A reforma tributária incluiu a criação de impostos, como o ICM e o ISS, e a redistribuição dos impostos entre os entes federados. Foi uma reforma centralizadora e regressiva, criou o Fundo de participação dos estados e municípios, deixou o IR e o ITR com a

União, além do II e do IE; o ICM ficou com os estados; o ISS e o IPTU com os municípios. A regressividade ficou por conta do aumento da carga relativa para os mais pobres. A base tributária foi ampliada e passou a haver cobrança de impostos a partir da rede bancária. Foi criada a caderneta de poupança e incentivado o seu uso, com garantia do BC. Um dos maiores objetivos do PAEG era aumentar a quantidade de poupança na economia brasileira. Por isso, a reforma do trabalho incluía o fim da estabilidade decenal em troca da criação do FGTS (poupança compulsória), cujos recursos financiariam o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação. Houve redução do salário mínimo por mudança no cálculo da correção inflacionária. No setor externo, haveria extinção de imposto sobre exportação, segundo a lógica de que não se exporta imposto, além da modernização da Cacex. O sistema bancário seria reformado para emular o sistema americano, com bancos setoriais (comerciais, de financiamento, de investimento). Foi também incentivado o mercado de ações. O PAEG teve sucesso no combate à inflação, com redução das taxas de inflação, ainda que com menor crescimento e aumento da capacidade ociosa (que seria usada durante o Milagre).

A ORTN e a prática da correção monetária, introduzidas pelo PAEG, criaram um mecanismo efetivo de financiamento do governo, sem aumento da dívida externa, mas a difusão da correção monetária pelos preços da economia, nas próximas décadas, seria o fator que criaria a inflação inercial dos anos 1980. A inflação inercial é típica de uma economia altamente indexada, em que o choque do aumento de preços se perpetua, por meio de correções, na tendência em alta. Por isso, esse tipo de inflação é efetivamente difícil de ser combatida e só seria derrotada pela URV, durante o Plano Real. Todos os planos que buscaram apenas choques deflacionários falharam. A prática do congelamento levaria a choques posteriores de preço pela disputa dos agentes econômicos sobre a renda, esses choques se juntavam à tendência inercial para criar uma espiral inflacionária, típica de uma economia

altamente indexada. Apesar de importante para a história econômica do Brasil pelas suas reformas estruturais, o PAEG teria esse legado inflacionário.

Questão 3

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A Guerra comercial EUA-China e os impactos da pandemia da Covid-19 sobre as cadeias produtivas globais têm gerado incertezas para a economia global. Nesse sentido, “a guerra na Ucrânia tem causado perturbações no comércio e nos investimentos em nível mundial, afetando os fabricantes de automóveis na Europa, a hotelaria na Geórgia [...], impactando também os consumidores de alimentos e combustíveis de maneira global. Embora os pobres do mundo – que gastam uma grande parte dos seus rendimentos com necessidades básicas – sejam os mais vulneráveis, nenhum país, região ou indústria fica imune a essas perturbações”.

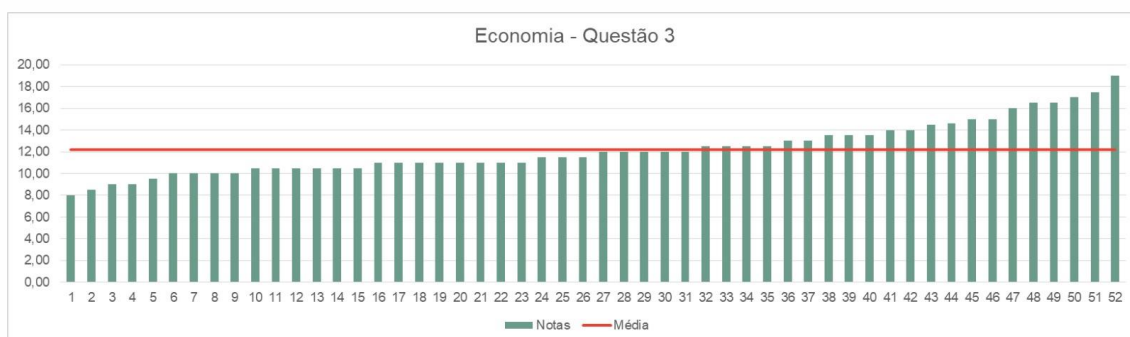
BANCO MUNDIAL. Como a guerra na Ucrânia tem remodelado o comércio mundial e os investimentos (tradução livre). Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/how-war-ukraine-reshaping-world-trade-and-investment>>. Acesso em: 15 set. 2023.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo comentando acerca da importância da internacionalização da produção. Aborde, necessariamente, as três formas pelas quais ela pode ocorrer: o comércio internacional de bens e serviços, o investimento externo direto e a relação contratual de licenciamento (ou terceirização).

Extensão do texto: até 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A internacionalização da produção acontece quando residentes de um país têm acesso a bens e serviços originários de outro país, e esse movimento é de grande importância para o crescimento do produto global, por envolver investimentos, criação de novas tecnologias, novos produtos e serviços, atingindo os mais diversos setores econômicos.

O processo de internacionalização ocorre por meio de operações de importação e exportação, pelos investimentos de empresas multinacionais e pela transferência de ativos específicos à propriedade, à terceirização da produção que ocorre pela cessão de marca ou patente, que permite a realização da produção em outros países. Cabe às empresas a escolha quanto à forma como farão sua oferta de bens e serviços a residentes de outros países.

A internacionalização por meio das exportações de bens é feita por empresas instaladas em um país, as quais vendem seus produtos no exterior. As exportações contribuem para o aumento da produtividade, da inovação, da diferenciação de produto e da competitividade das empresas, contribuindo para a melhoria da inserção externa de um país e o aumento da oferta mundial de produtos de melhor qualidade. As exportações ajudam, também, no enfrentamento de crises econômicas, geram divisas e agregam valor ao produto mundial.

No caso do comércio internacional de serviços, que envolve produtos intangíveis, os quais não podem ser armazenados, as respectivas transações envolvem o deslocamento dos consumidores (turismo, educação, entre outras) ou dos produtores (consultorias), ou mesmo a exportação de serviço embutido em um bem. Essas atividades geram oportunidades de desenvolvimento, uma vez que elas trazem a chance de abertura para novos mercados, avanço na competitividade e aumento da qualidade dos serviços internacionais prestados. Podem estar associadas, por exemplo, à entrada do investimento externo direto (IED).

Alternativamente, o acesso a bens por determinado país pode se dar por meio da entrada do (IED), ou seja, pelas operações de empresas multinacionais em seu território, as quais produzem localmente produtos que, de outra forma, seriam importados. A decisão da empresa de realizar sua produção por meio do IED pode significar, por exemplo, uma contribuição desse investimento para a Formação Bruta do Capital Fixo no país de destino (caso de instalação de uma nova planta) ou para melhoria da eficiência produtiva (quando faz aquisição de uma unidade produtiva já existente). Esses investimentos podem contribuir ainda para a economia do país de destino, em razão dos efeitos de substituição (redução de importações) e (ou) de complementaridade (comércio intraindústria).

Por último, a internacionalização da produção pode tomar a forma de terceirização ou de relação contratual quando uma empresa matriz escolhe contratar uma empresa independente para executar partes específicas da produção e, para isso, pode fazer licenciamento de uso de marca, patente ou tecnologia para a produção de bens e serviços em outro país (offshoring). Essa transferência é feita com base em uma relação contratual com preço e prazo.

A internacionalização da produção é um mecanismo pelo qual é possível a oferta de bens e serviços em nível global, contribuindo para a dinâmica dos negócios e para o crescimento do produto mundial.

Referências

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Editora Campos, 1998.

Quesitos de pontuação

Q1. O conceito de internacionalização da produção.

Q2. A importância da internacionalização da produção para a economia global.

Q3. O comércio internacional, o investimento externo direto e a terceirização como formas alternativas de internacionalização.

Q4. A importância do comércio internacional de bens.

Q5. Exportações, novos mercados, competitividade.

Q6. A importância do comércio internacional de serviços.

Q7. A importância do investimento externo direto (novas plantas).

Q8. A importância do investimento externo direto (aquisições de empresas).

Q9. A importância da relação contratual ou terceirização na internacionalização da produção.

Q10. O comércio, o investimento, a terceirização e o produto global.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Danilo Guilherme dos Santos

Nota: 19,00 TL: 40 TP: 479 TP/TL: 11,97

A internacionalização da produção é um fenômeno que ocorre já há mais de um século na economia mundial, especialmente a partir da 2ª Revolução Industrial, com as firmas buscando reduzir os custos **do fatores*** de produção em países diversos. Esse processo se intensificou nas últimas décadas, possibilitado pelas modernas redes de comunicações e transportes. Observa-se que a internacionalização da produção produz (sic) diversos efeitos na economia de um país, estimulando o mercado de trabalho por meio da criação de empregos direta ou indiretamente (fretes, seguros, agências de importação/exportação) e, com isso, impulsionando tanto os

investimentos (I), quanto o consumo (C) e o setor externo (X-M), o que tende a se refletir no aumento no PIB do país (tendo em vista que o Produto (Y) pode ser medido por $\rightarrow Y = C+G+I+(X-M)$).

A primeira forma de internacionalização da economia é por meio do comércio internacional. Teóricos clássicos da ciência econômica, como Adam Smith e David Ricardo já preconizavam a importância do comércio internacional para a "riqueza das nações", inclusive com a teoria de Ricardo (vantagens comparativas \rightarrow um país deve se especializar na produção daquele em que apresenta vantagens - menor custo de produção - em relação aos seus pares) sendo usada por muito tempo para justificar a especialização produtiva (seria aprimorada por Heckscher-Ohlin, que defendiam a especialização naquele setor mais intensivo no fator de produção abundante). Dessa forma, os bens seriam produzidos nos países que apresentam maior eficiência para tal e seriam comercializados no menor preço possível que o mercado internacional estivesse disposto a pagar (preço de equilíbrio), gerando bem-estar para toda a comunidade internacional (no país produtor, ainda que os preços de equilíbrio fossem baixos, seriam criados novos postos de trabalho em setores conexos).

No investimento externo direto, também observado com bastante intensidade após a Segunda Guerra Mundial (a "Era do Ouro do Capital"), o capital internacional adquire controle acionário da empresa no país de destino do investimento. Esse movimento (feito, por exemplo, por montadoras de automóveis no Brasil, a partir da década de 1950), busca aproximar a produção aos grandes mercados consumidores, em países onde os custos de produção (impostos, mão de obra), tendem a ser mais baixos. Esse modelo é apreciado por países receptores de investimentos porque implicam em maior tempo de permanência do capital, com os investimentos produzindo efeitos benéficos na economia em diversos setores (direta ou indiretamente ligados).

Finalmente, há a opção de relação contratual de licenciamento (terceirização), mais ligada ao período mais recente do capitalismo (pós-fordismo), em que a empresa espalha a sua produção por diversos países (cadeias globais de valores), com cada país se especializando em uma etapa do processo, sem ocorrer, no entanto, transferência direta de tecnologia. Aqui, há, também, aumento do nível de emprego e do produto, num processo identificado pelas “Maquiladoras” no México, ou pro empresas estadunidenses terceirizando sua produção no Sudeste Asiático (Nike, Apple - Vietnã).

Resposta 2 – José Kaio Souza Silva

Nota: 16,00 TL: 40 TP: 555 TP/TL:13,88

A internacionalização da produção pode trazer muitos benefícios para a empresa. Nesse sentido, as empresas decidem internacionalizar-se, realizando a sua produção em outros países, por meio de investimento externo direto, comércio internacional de bens e serviços ou por meio da terceirização.

O investimento externo direto (IED) vertical ocorre quando uma empresa verifica custos menores de produção que em seu país de origem. Geralmente, ocorre devido à menor burocracia, mão-de-obra barata e qualificada, **alem*** de fácil aquisição de insumos e de logística. Nesse sentido, visando a reduzir custos de produção, a empresa opta por internacionalizar sua produção, seja completamente, seja fracionando-a, logrando, destarte, produzir bens de forma mais econômica do que o faria se optasse por produzir domesticamente. O IED horizontal ocorre quando uma empresa se internacionaliza com o objetivo de aumentar seu mercado consumidor. Assim, abre uma filial de sua empresa onde o público-alvo está localizado, pois percebe que assim será mais vantajoso do que realizar comércio, haja vista que o comércio

internacional envolve custos de transporte e também alfandegários. Nesse sentido, a depender do custo de insumos, da mão de obra etc, a empresa pode optar por produzir diretamente no local em que se encontra seu mercado consumidor.

Por vezes, porém, os custos de produzir em outro lugar podem ser demasiado caros ou arriscados, seja na modalidade "greenfield"(quando se abre uma empresa do zero), seja na modalidade "brownfield" (quando a empresa se torna acionário de uma empresa existente). Desse modo, a empresa pode optar pelo comércio internacional de bens e serviços, produzindo seus bens completa ou parcialmente de modo doméstico e se internacionalizando por meio do comércio, exportando seus bens e serviços para outros países. O comércio pode ser benéfico, pois permite atingir mercados consumidores para além do nacional. Krugman explica que o comércio é vantajoso mesmo quando dois países produzem bens idênticos. Nesse caso, a empresa de um dos países alterará as características de seu produto, passando a produzir e exportar uma variedade distinta. O consumidor será beneficiado em termos de variedade. Falvey, a seu turno, explica o comércio por meio das diferenciações de produtos. Pessoas com rendas mais elevadas tendem a demandar bens com maior qualidade; assim, um país capital-intensivo pode se beneficiar do comércio internacional, exportando seus bens para países que apenas produzem uma versão trabalho-intensivo daquele bem, de menor qualidade.

A internacionalização também pode ocorrer por meio de relação contratual (terceirização), com uma empresa contratando empresas de outros países para realizar determinado serviço (como telemarketing) ou montando os componentes e transformando-os em produto final, ficando a empresa-sede responsável apenas pelo design e/ou concepção do produto, terceirando sua produção para onde seja mais econômico, conforme ocorreu com investimentos realizados na China e em

outros países asiáticos. A decisão de terceirizar também envolve analisar se há riscos envolvendo propriedade intelectual; caso considere que sim, a empresa pode optar por produzir diretamente.

A internacionalização da produção envolve custos de oportunidade e vantagens e riscos, podendo ocorrer por diversos fatores. Para além da economia na produção e ganhos de rendimento, também pode ser uma estratégia defensiva. Ao instalar-se primeiro em determinado mercado, a empresa adquire temporariamente a condição de monopólio, criando um público cativo para sua marca, o que pode criar uma barreira à entrada de outras empresas, haja vista que o mercado consumidor pode optar por consumir a marca que já é conhecida.

Resposta 3 – Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Nota: 17,00 TL: 40 TP: 557 TP/TL:13,92

Em um mundo crescentemente globalizado e conectado, a internacionalização da produção ganha cada vez mais relevo, seja pelo cenário econômico internacional de bens e serviços, pelo investimento direto ou pela terceirização. A importância do comércio internacional é destacada desde a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, que preconizava que cada país deveria se especializar na produção de bens nos quais sua produção, determinada pelas condições de oferta, fosse mais eficiente. Ricardo adaptaria a teoria ao salientar que mesmo que um país tivesse ganhos absolutos na produção de todos os produtos, ele teria ganhos ao se especializar na produção de bens em que ele tivesse vantagens comparativas, também determinadas pelo lado da oferta. Heckser-Olin, na teoria da dotação dos fatores, que eles consideravam como capital e trabalho, também defendiam a especialização em bens que o estado produzisse de forma mais eficiente. Contemporaneamente, pesquisas empíricas mostram que

o comércio internacional entre países industrializados que, a princípio, não dispõem de plantas produtivas muito complementares, é majoritário. Fatores como economias de escalas internas e externas às firmas, o comércio intrasetorial e intrafirmas podem explicar esse cenário, evidenciando a importância do comércio internacional. Em cenários de grandes firmas, setores produtivos maiores geram ganhos de escala externas às firmas, ao passo que firmas por si só relevantes usufruem de ganhos de escala internos, o que permite que maiores quantidades sejam vendidas a preços menores, fenômeno proporcionado pelos ganhos de um comércio com escala global. Ademais, a força do comércio global, fundada nas razões anteriormente descritas, ao permitir a comercialização a custos menores, maximiza o bem-estar dos consumidores, que sem o comércio internacional poderia se ver limitado às opções mais caras de produtores locais. A escala global de mercado, com fluxo entre países, também incentiva que produtores diversifiquem suas mercadorias, conforme argumenta Krugman, a fim de disputar a preferência de consumidores que, sem essa rede de comércio, teriam menos opções. Mesmo o comércio internacional intrafirmas, realizado verticalmente por uma empresa com suas filiais, pode proporcionar ganhos de eficiência na cadeia produtiva e garantir o fornecimento de produtos baratos.

Além do comércio internacional como forma de internacionalização da produção, o investimento externo direto, que consiste na realização de investimentos de mais longo prazo com ascendência do investidor sobre o processo produtivo. Instalação ou compras de empresas, por exemplo, também podem propiciar benefícios, ao colaborarem para melhores resultados do balanço de pagamentos de países receptores, aumento da demanda agregada local com acréscimo de investimento e renda, aumento do potencial da capacidade produtiva de um país e, do ponto de vista do investidor, um processo produtivo mais eficiente, o qual se concretizará a depender do tamanho e da renda do mercado consumidor do país

que recebe o investimento, da segurança jurídica local, do custo da mão de obra, do custo-país. A terceirização (relação contratual de licenciamento) é outra vertente da internacionalização da produção que pode permitir ganhos de eficiência. Nessa modalidade, o investidor contrata mão de obra local ou uma empresa local para conduzir parte do seu processo produtivo ou sua integralidade. Diferentemente do investimento externo, que demanda uma relação com todo o quadro institucional e econômico do país, a terceirização não implica uma relação tão intensa, diminuindo o número de variáveis a serem observadas. Terceirizar a produção para um país de mão de obra mais barata pode reduzir os custos do processo produtivo, barateando produtos.

Resposta 4 – Alcindo Li

Nota: 16,50 TL: 39 TP: 519 TP/TL: 13,30

A internacionalização é a expansão da presença de uma empresa por meio de seus bens ou serviços em diversos mercados internacionais. Para David Ricardo, a internacionalização pode beneficiar a todos quando cada país se especializa no bem no qual tem custo de oportunidade menor de produção. Similarmente, Heckscher-Ohlin adota pressupostos de retornos constantes de escala e de homogeneidade do produto para afirmar que haveria mais produção e consumo se cada país se especializasse na produção do bem que usa intensivamente o insumo relativamente abundante no país.

Contrariando Heckscher-Ohlin, a Nova Teoria do Comércio de Krugman adota pressupostos diferentes, como a diferenciação de bens de mesma espécie, retornos crescentes de escala e retornos crescentes de escala, ou seja, um crescimento mais que proporcional da produção dado um determinado aumento nos fatores de produção. Hoje, maior parte do comércio entre países do

Norte global consiste dos mesmos bens, porém de diferentes marcas ou modelos.

Assim, a internacionalização é boa, pois permite ganhos de escala dado o acesso a maiores mercados e os custos médios e marginais decrescentes. Há, portanto, ganhos de produtividade e inibição da concorrência local por conta dos custos menores e competitividade superior. Os ganhos de escala podem ser internos à firma (quando a firma ganha competitividade ao crescer) ou externos à firma (quando a indústria ganha competitividade com a entrada de mais firmas).

A internacionalização pode se dar via comércio, quando se exporta o bem ou o serviço. Contudo, expõe-se a taxas de importação e a barreiras não tarifárias como medidas sanitárias e leis trabalhistas. Os aviões da EMBRAER, por exemplo, são mundialmente conhecidos devido à internacionalização por comércio de bens. A vantagem é a menor complexidade do processo.

Outra modalidade é o investimento externo direto (IED), em que uma firma se faz presente internacionalmente através do investimento em unidades de produção no exterior. Vantagens são o contorno a barreiras comerciais e o maior controle da cadeia de produção. Desvantagens são os custos (relativos ao comércio) mais altos e necessidade de gestão específica, como o controle de qualidade, o treinamento de funcionários e a dificuldades de coordenação. Exemplos de IED incluem o investimento da JBS nos EUA em frigoríficos locais, consolidando sua presença no agronegócio internacional. Há IEDs “greenfield” quando se começa do zero e “brownfield” quando já há uma estrutura prévia para receber investimentos.

É possível a internacionalização por terceirização ou licenciamento, quando se terceiriza a produção a uma unidade no exterior, geralmente por vantagens comparativas como mão de

obra barata ou estrutura melhor para produção. As desvantagens são os riscos de roubo de propriedade intelectual, a perda de empregos nacionais e o descontrole da qualidade do produto. O “outsourcing” é comum na indústria de semicondutores (geralmente fabricados em Taiwan) e na de autopeças (fabricadas na China continental).

A internacionalização permite o acesso a novas tecnologias nos mercados estrangeiros, principalmente quando há investimentos em P&D em centros de pesquisa e universidades. No Brasil, a Apex é uma das principais promotoras de internacionalização de empresas brasileiras. Dificuldades gerais incluem: educação de clientes, riscos de expropriação e escrutínio de agências reguladoras do mercado (ex: FTC e SEC dos EUA).

Resposta 5 – Clara Stefanello Sakis

Nota: 16,50 TL: 40 TP: 574 TP/TL:14,35

A internacionalização da produção é um atributo importante das dinâmicas econômicas no mundo globalizado. Trata-se de uma estratégia que pode ser buscada de três maneiras e que conta com vantagens e desvantagens. A mais tradicional forma de internacionalização da produção é o comércio internacional de bens e serviços, que será tanto maior quanto maior for a liberalização comercial entre os agentes macroeconômicos envolvidos. A OMC, hoje, a despeito das dificuldades no avanço da Rodada Doha e da paralisação do Órgão de Apelações, busca ampliar o comércio de bens e serviços através das normativas dos anexos 1A e 1B do Acordo de Marraqueche. Esse ímpeto liberalizante, que também é verificado nos âmbitos bilateral e regional em acordos comerciais como os ACEs da ALADI, o RCEP, o Mercado Comum Europeu, o UMSCA e muitos outros, repousa na convicção sobre os benefícios da livre circulação de bens e serviços. Do ponto de vista

da produção, o comércio de bens e serviços aumenta o mercado consumidor potencial, diminui a dependência em relação às oscilações de um só mercado e amplia a competitividade da produção ao inseri-la em estrutura de mercado que normalmente opera em concorrência perfeita com grande número de produtores. A expansão da oferta, quanto a produção é internacionalizada, gera a possibilidade de ganhos de escala para algumas firmas ou, mesmo, grupos de firmas ("clusters") cuja atuação gera externalidades positivas em redes de infraestrutura, redução de custos etc. Uma desvantagem associada à produção internacionalizada, por quaisquer das três vias possíveis, é o aumento da complexidade da atividade produtiva, que exigirá maior número de horas gastas com planejamento tributário, estudo de legislações estrangeiras e burocracia.

Quando se avalia a possibilidade de internacionalização da produção por investimento externo direto, é a mobilidade do capital que determina o alcance da iniciativa. As diferentes taxas de juros nos países determinará [sic] a alocação de uma parte desses recursos, mas está mais diretamente vinculada aos investimentos em carteira. A direção e a quantidade dos IED costumam ser determinadas, em grande parte, pela avaliação dos investidores quanto à capacidade produtiva e ao contexto macroeconômico geral das diferentes economias. Os IEDs ampliam o estoque de capital físico nas economias receptoras, ampliando sua capacidade produtiva e dinamizando-as. Acontecimentos políticos inesperados nas economias receptoras, como grandes oscilações inesperadas do câmbio ou a estatização/encampamento de firmas podem resultar em perdas para os investidores. Com IEDs em várias localidades, no entanto, uma firma é capaz de pulverizar seus riscos, minimizando-os.

A produção internacionalizada pela terceirização ou licenciamento depende dos regimes legais dos países e das normas relativas a remessas de lucros, já que implica a

transferência da produção (no todo ou em parte) para países que ofereçam vantagens tributárias, trabalhistas, ambientais ou, de maneira geral, a simples redução de custo dos fatores de produção ou, ainda, o acesso a tecnologias produtivas mais avançadas. Em cadeias produtivas muito extensas e complexas, disrupções de suprimentos ou desequilíbrios na cadeia podem ter reverberações negativas grandes, como demonstra a Guerra na Ucrânia e a pandemia da Covid-19. A incerteza e a falta de controle em todas as etapas do processo produtivo podem desestimular a internacionalização. Algumas economias optam por resguardar a produção nacional de bens estratégicos (energia, alimentos, equipamentos de defesa) em decorrência disso, além do interesse em proteger o mercado de trabalho local, pois o alto desemprego causado pela desterritorialização da produção também é indesejável. É nesse contexto que se insere, por exemplo, o decoupling buscado pelos EUA quanto à China.

Questão 4

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Apesar de serem aplicadas, até hoje, em alguns países, políticas de congelamento de preços são bem antigas, bem como os próprios fracassos. Uma das primeiras de que se tem registro é o édito do preço máximo (edictum de pretiis rerum venalium), emitido pelo imperador Diocleciano no fim do ano 301, após um fracasso na tentativa de restaurar o valor do denário e a continuação da inflação no período. No édito, Diocleciano declarava que a crise inflacionária de então era resultado da ganância irrestrita dos mercadores, convocando a população a impor os termos do édito a fim de trazer “melhorias para todos”. O édito terminava com uma lista de mais de mil mercadorias, com os respectivos preços máximos, e incluía punições a serem impostas aos comerciantes que lhe desobedecessem.

Disponível em:
<<https://www.forumancientcoins.com/numiswiki/view.asp?key=Edict%20of%20Diocletian%20Edict%20on%20Prices>>. Texto adaptado de Diocletians Edict on Maximum Prices. Acesso em: 8 set. 2023, com adaptações.

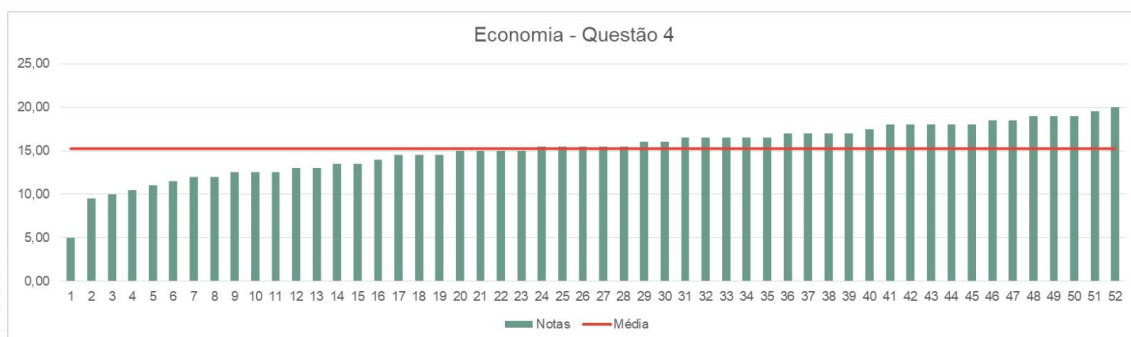
Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo explicando qual o problema gerado por políticas de controle de preços em um mercado de concorrência perfeita. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) formação do equilíbrio em um mercado de concorrência perfeita;
- b) políticas de preços máximos e de preços mínimos; e
- c) consequências dessas políticas para os produtores (ofertantes) e para os consumidores.

Extensão do texto: até 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Um mercado de concorrência perfeita caracteriza-se por existirem muitos produtores e muitos consumidores, e nenhum agente tem poder de alterar o equilíbrio sozinho. Além disso, deve haver livre entrada de agentes, homogeneidade de produtos e informação completa. A demanda é embasada no comportamento do consumidor que, dada a respectiva renda, consome certa quantidade do produto de acordo com o preço. Já a oferta consiste

no comportamento do produtor que, dados os preços dos insumos, produz e vende determinada quantidade do produto conforme o preço final.

O equilíbrio baseia-se no preço ao qual a quantidade demandada e a quantidade ofertada se igualam. Todavia, políticas governamentais podem impor, arbitrariamente, limites aos preços negociados do produto. Um primeiro caso é a imposição de um limite máximo de preço, como ocorre nos congelamentos. Tal limite, abaixo do preço de equilíbrio, faz com que os ofertantes não recebam o suficiente para cobrir o custo marginal de seu produto no nível de produção de equilíbrio, de modo que há escassez do produto: a oferta é menor que a demanda.

O segundo caso de política de preço é a imposição de um limite mínimo de preço. Tal política proíbe que o produto seja vendido a um preço menor que o limite, este último estando acima do equilíbrio de mercado. Com isso, haverá mais consumidores demandando o produto do que haveria no equilíbrio de mercado, fazendo com que a demanda pelo produto seja menor que a oferta e haja um excesso do produto.

Observa-se que, em ambos os casos, produtores e consumidores perdem em termos de bem-estar. Por exemplo, ainda que um limite de preço máximo abaixo do equilíbrio pareça benéfico ao consumidor, o fato de não haver quantidade ofertada suficiente para satisfazer a demanda acaba gerando uma perda de bem-estar que, usualmente, é maior que o ganho de “comprar mais barato”. Uma análise análoga pode ser feita em relação à imposição de um preço mínimo acima do equilíbrio.

Quesitos de pontuação

Q1. Definição de concorrência perfeita – “Um mercado de concorrência perfeita caracteriza-se por existirem muitos

produtores e muitos consumidores, e nenhum agente tem poder de alterar o equilíbrio sozinho. Além disso, deve haver livre entrada de agentes, homogeneidade de produtos e informação completa.”

Q2. Definição de demanda – “A demanda é embasada no comportamento do consumidor que, dada a respectiva renda, consome certa quantidade do produto de acordo com o preço.”

Q3. Definição de oferta – “Já a oferta consiste no comportamento do produtor que, dados os preços dos insumos, produz e vende determinada quantidade do produto conforme o preço final.”

Q4. Definição do equilíbrio – “O equilíbrio baseia-se no preço ao qual a quantidade demandada e a quantidade ofertada se igualam.”

Q5. Menção da política de preço máximo – “Um primeiro caso é a imposição de um limite máximo de preço, como ocorre nos congelamentos.”

Q6. Escassez como consequência da política de preço máximo – “[...] há escassez do produto: a oferta é menor que a demanda.”

Q7. Menção da política de preço mínimo – “O segundo caso de política de preço é a imposição de um limite mínimo de preço.”

Q8: Excesso como consequência da política de preço mínimo – “[...] fazendo com que a demanda pelo produto seja menor que a oferta e haja um excesso do produto.”

Q9. Mecanismo dos efeitos de escassez e excesso – “Tal limite, abaixo do preço de equilíbrio, faz com que os ofertantes não recebam o suficiente para cobrir o custo marginal de seu produto no nível de produção de equilíbrio [...]. Tal política proíbe que o produto seja vendido a um preço menor que o limite, este último estando acima do equilíbrio de mercado. Com isso, haverá mais

consumidores demandando o produto do que haveria no equilíbrio de mercado [...]”.

Q10. Perda de bem-estar como efeito geral sobre os agentes – “Observa-se que, em ambos os casos, produtores e consumidores perdem em termos de bem-estar. Por exemplo, ainda que um limite de preço máximo abaixo do equilíbrio pareça benéfico ao consumidor, o fato de não haver quantidade ofertada suficiente para satisfazer a demanda acaba gerando uma perda de bem-estar que, usualmente, é maior que o ganho de ‘comprar mais barato’. Uma análise análoga pode ser feita em relação à imposição de um preço mínimo acima do equilíbrio.”

O candidato poderá usar exemplos ou gráficos como parte da argumentação, mas eventuais incorreções ou inadequações conceituais no uso de tais ferramentas resultará na redução dos pontos do quesito correspondente.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Resposta 1 – Marcos Augusto Reinaldet

Nota: 20,00 TL: 38 TP: 547 14,39 palavras por linha

O mercado de concorrência perfeita caracteriza-se por muitos compradores e vendedores, os quais são price takers, sem poder de mercado, inexistem barreiras à entrada de novas firmas, a informação é perfeita, o mercado é atomizado, os bens são

homogêneos (substitutos perfeitos) e no equilíbrio é pareto eficiente e não há peso morto. O equilíbrio em concorrência perfeita é obtido quando a curva de oferta cruza com a curva de demanda, determinando o preço e quantidade de equilíbrio. A função oferta $O = f(P_x, P_1, P_2, T, C, E)$ mostra que a oferta tem relação positiva (lei da oferta) com o preço do bem ofertado (P_x) e depende do preço de bens substitutos (P_1), e complementares (P_2), da tecnologia de produção – T (relação positiva), dos custos de produção – C (relação negativa) e expectativas (E) do empresário. A curva de oferta é reta linear positivamente inclinada no eixo Preço x Quantidade e representa quanto ofertantes querem produzir a cada nível de preços. A função demanda $D = f(P_x, P_1, P_2, R, G, E)$ mostra que a demanda (quantidade bens de bens que consumidores aspiram consumir a cada nível de preços) depende do preço do bem P_x (relação negativa; lei da demanda), dos bens substitutos (P_1) e complementares (P_2), da renda do consumidor (R – relação positiva), de seus gostos (G) e expectativas (E). A lei da oferta e demanda indica que o preço se ajusta para igualar oferta e demanda no ponto de equilíbrio, onde o lucro econômico é zero e as empresas não têm incentivos para entrar ou sair do mercado. O equilíbrio em c. perfeita é dado pelo movimento de entrada ($L.E > 0; P > C_{TMe}$) ou saída ($L.E < 0; P < C_{TMe}$) de empresas no curto prazo. Ponto de paralização: $P = C_{VMe}$.

A política de preços máximos consiste em intervenção do governo na economia, estabelecendo um teto legal para os preços, buscando beneficiar o consumidor. Uma política de preços máximos compulsória ocorre quando $P \text{ máximo} < P \text{ equilíbrio}$ (se for maior, será não compulsória e só terá efeitos psicológicos). Essa política gera escassez permanente de oferta, beneficia consumidores que conseguem adquirir o bem pelo preço estabelecido pelo governo, gera perda de recursos do consumidor para tentar encontrar o bem, alocação ineficiente de recursos, redução da qualidade do bem fornecido e, muitas vezes, leva ao surgimento de mercado negro. Assim, introduz-se peso morto, que

representa perda líquida de bem-estar, reduzindo o excedente do produtor e gerando excesso de demanda.

A política de preços mínimos consiste em intervenção do governo na economia, estabelecendo um piso legal para os preços, para proteger produtores das flutuações dos ciclos econômicos. Política de preços mínimos compulsória ocorre quando $P_{\text{mínimo}} > P_{\text{equilíbrio}}$. Essa prática estimula a produção dos ofertantes (aumento de bem-estar) e produz excesso de oferta, já que os consumidores terão menos incentivos para comprar (perda de bem-estar). Ela beneficia ofertantes que conseguem vender o bem pelo preço estabelecido, gera alocação ineficiente de recursos (peso-morto) e alguns produtores não conseguirão vender seus produtos. Assim, nova intervenção do governo faz-se necessária, via programa de compras (se a demanda for inelástica, gerando gastos para o governo, redução excedente consumidor, aumento excedente produtor, aumento da demanda consumidor e demanda governo) ou política de subsídios (se demanda elástica, gerando gastos para o governo, aumento excedente produtor e consumidor).

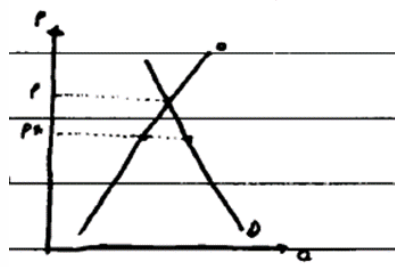
Resposta 2 – Sergio Cavalieri Hablitschek

Nota: 19,50 TL: 40 TP: 602 TP/TL:15,05

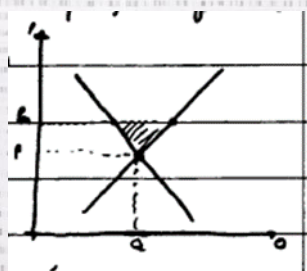
O mercado de concorrência perfeita é estimulado por teóricos liberais, visto que maximiza o bem-estar geral no sentido de Pareto. Esse mercado pode ser descrito como atomizado, já que comunidades e produtores são tão numerosos que se tornam tomadores de preços, sem influência sobre o mercado. O produto na concorrência perfeita é homogêneo e os consumidores têm informações completas, transparentes e simétricas. Como não há barreiras à entrada, o lucro econômico tende a zero, já que preços acima do C_{mg} atrairão novos ofertantes e preços inferiores ao C_{vm}

os repulsarão. O equilíbrio em um mercado competitivo se dá na igualdade da oferta e demanda, em que os preços ajustam automaticamente o bem-estar dos produtores e consumidores, sem formação de peso morto. A demanda será dada pela função $D_x = f(\text{preço do bem, preço de substitutos, preço de complementares, gastos e preferências})$; a oferta terá uma função $S_x = f(\text{preço do bem, } p_1, p_2, \text{ insumos})$; a igualdade entre as funções equilibra o mercado.

As políticas de preço máximo ou mínimo são intervenções do Estado no equilíbrio desse mercado, o que provocará alocações ineficientes para que se proteja um dos lados desse mercado. A política de preços máximos busca proteger o consumidor: o governo regulamentará um preço menor do que o de equilíbrio, para atender aos anseios de algum setor consumidor, o que costuma ocorrer com congelamento de preços durante processos inflacionários. Praticando preços máximos, busca-se preservar o poder de compra dos consumidores, de modo que uma parcela maior da demanda seja atendida. O gráfico ao lado que relaciona preços no eixo vertical e quantidade no eixo horizontal revela os efeitos da política de preço máximo: na concorrência perfeita, sem ação estatal, o preço de equilíbrio será P . Adicionando uma política de preços máximos, o preço se desloca para P^* , revelando uma maior parcela da demanda atendida e uma escassez de oferta, já que alguns ofertantes não conseguirão praticar tais preços. As consequências serão aumento da carestia, escassez do produto, alocação ineficiente de recursos, com a formação de peso morto e possíveis formações de mercados negros para suprir a demanda a um preço mais elevado, para além da intervenção e fiscalização estatal. Os produtores perdem bem-estar, enquanto os consumidores têm seu bem-estar aumentado.



Nas políticas de preços mínimos, o governo busca proteger os ofertantes e costumam ocorrer para salvaguardar um setor diante de choques de oferta ou entrada abrupta de bens pelo mercado externo. A política de preços mínimos fará com que mais produtores ofertem o bem, enquanto menos consumidores o demandarão, já que os preços estão acima do equilíbrio de concorrência perfeita. A depender da elasticidade da demanda, os preços mínimos podem ser acompanhados de programas de subsídios ou de compras governamentais (as compras diretas serão mais efetivas para demandas inelásticas). É certo também que quanto mais inelástica for a demanda, mais efetiva será a política de preços mínimos, já que o aumento do preço de equilíbrio não afetará tanto a demanda. O gráfico ao lado de oferta e demanda com as mesmas variáveis do gráfico anterior demonstra o efeito dos preços mínimos: o preço de equilíbrio em concorrência perfeita sai de P para Pm, revelando o excesso de oferta e retração da demanda. O bem-estar dos consumidores será reduzido e o dos produtores será aumentado, mas com formação de peso morto do tamanho da área do triângulo entre P e Pm. As consequências do preço mínimo são, além da alocação ineficiente e protecionismo de um setor, com abundância do bem produzido, e entrada de novos ofertantes no mercado, $P > c_{mg} = R_{mg}$, e deslocamento da oferta para a direita.



Resposta 3 – Alcindo Li

Nota: 19,00 TL: 40 TP: 580 TP/TL:14,50

Os preços são sinais importantes que orientam as ações dos agentes econômicos, principalmente nos mercados de concorrência perfeita em que não há entidade central que intervenha. Pelos preços, os trabalhadores abrem mão do lazer para trabalhar, as firmas contratam mais para produzir mais e os consumidores avaliam sua utilidade ao consumir o bem.

Em mercados de concorrência perfeita, há muitos produtores e consumidores, cada qual sem poder de mercado para determinar o preço, por isso são tomadores de preço. Ademais, há livre entrada e saída de produtores, homogeneidade do bem e informação perfeita. Os produtores se aglutinam em uma curva de oferta de mercado ($P \times Q$) que é ascendente, pois aumentam a produção quando o nível de preços é maior e compensam seus custos. Os consumidores se agregam numa curva de demanda de mercado decrescente ($P \times Q$), pois quanto mais barato for o preço, mais irão consumir. A junção da curva de oferta e demanda do mercado gera um nível de preços e de produção que equilibram o mercado e maximiza o bem-estar de todos os agentes; ou seja, os consumidores têm o máximo benefício ou utilidade de consumir, e o produtor vende o máximo sem ser em detrimento de ninguém.

Quando há introdução de políticas de preços na economia, os sinais que orientam a economia se distorcem, e o mercado não consegue se autorregular da melhor forma possível, surgindo as ineficiências de mercado. Quando há imposição de preços máximos ou de tetos na economia abaixo do preço de equilíbrio, os produtores não têm o mesmo incentivo de produção e produzem menos, pois o nível de preços está abaixo do equilíbrio; já os consumidores terão incentivo de consumir mais a preços menores que o equilíbrio, resultando em situação de escassez do produto que pode levar a desabastecimento no longo prazo, pois os

produtores podem sair da economia. Exemplos de tetos ou preços máximos são as mensalidades tabeladas pela ANS de planos de saúde, ou os tetos para aluguéis na Alemanha.

As políticas de preço mínimo acima do nível de preços de equilíbrio geram situação de excesso de oferta, pois os produtores têm incentivo a produzir mais com o aumento de preços; e os consumidores têm incentivo a consumir menos, pois houve aumento de preços. Exemplos de piso ou preço mínimo incluem a política de salário mínimo (gerando mais mão de obra que a economia pode absorver) e a compra da produção de pequenos agricultores por cooperativas agrícolas.

Políticas de preço máximo abaixo do preço de equilíbrio tendem a beneficiar o consumidor, que pagaria menos para ter o bem, e prejudicaria o produtor, que recebe menos pelo que vende; gerando escassez e peso morto. A perda de bem-estar (peso morto) se deve ao fato de que a economia está abaixo do ótimo e que os agentes não podem vender ou consumir o máximo. Durante o choque do petróleo, o tabelamento de preços da gasolina levou à escassez e a filas.

Políticas de preço mínimo acima do preço de equilíbrio tendem a beneficiar o produtor, -que receberá mais pelo seu produto e é incentivado a produzir mais-, e prejudicar o consumidor, que paga mais caro e consome menos. Haverá perda de bem-estar (peso morto) pelo excesso de produto que não é consumido e desperdiçado. Salários mínimos tendem a aumentar a quantidade de desempregados por ter mais pessoas dispostas a trabalhar e menos firmas que contratam. Em vez de pisos, o ideal é taxar, pois pelo menos o peso morto será parcialmente revertido em impostos.

Resposta 4 – Diogo Machado Gonçalves

Nota: 19,00 TL: 40 TP: 523 TP/TL:13,07

Um mercado de concorrência perfeita é caracterizado pela atomicidade (existência de grande quantidade de ofertantes e demandantes), pela livre entrada e saída dos participantes, pois o preço é dado pelo próprio mercado em equilíbrio, e pela transparência das informações. Nesse sentido, políticas governamentais de controle de preços, seja no contexto de contenção da inflação (preço máximo), seja no contexto de proteção de participantes de um mercado (preço mínimo), gera falhas de mercado – problemas que alteram o equilíbrio dos mercados em concorrência perfeita.

Antes de se chegar ao equilíbrio desse mercado, importa aclarar que ele é composto por ofertantes e demandantes. A oferta de mercado apresenta uma curva positivamente inclinada, considerando o eixo vertical (P) e o horizontal (Q), pois possui uma reação direta à movimentação do preço. Alterações no preço provocam deslocamentos ao longo da curva de oferta. Alterações de custos, expectativas, tecnologia e outros produtos (complementares ou substitutos) provocam deslocamento da curva de oferta. A demanda de mercado apresenta curva negativamente inclinada, pois reage inversamente à movimentação dos preços. Alterações no preço provocam deslocamentos ao longo da curva de demanda. Alterações na renda, nas expectativas, nos gostos e nos preços de bens complementares e substitutos provocam deslocamento da curva de demanda.

O equilíbrio de mercado é alcançado no ponto de interseção entre as curvas de oferta e de demanda, no qual o nível de preço (eixo vertical) e a quantidade (eixo horizontal) são maximizados. Nesse sentido, qualquer intervenção que modifique o equilíbrio provocará ineficiência de mercado, reduzindo os excedentes do

consumidor ou do produtor e redundando em peso morto, quando há perda de excedentes não absorvidos pelo mercado.

Em políticas de preço máximo, o governo estabelece um preço abaixo do preço de equilíbrio de mercado. Haverá, pois, um deslocamento ao longo da curva de oferta, para baixo e para a esquerda. Com efeito, nesse novo nível de preços, a quantidade ofertada será menor que a quantidade de equilíbrio. Em contrapartida, haverá um aumento da demanda, que reage inversamente ao preço. A quantidade será, portanto, maior que a quantidade de equilíbrio. Assim, a oferta não será capaz de suprir a demanda, nesse novo nível de preço máximo. Haverá perda de excedente dos consumidores e dos vendedores, embora o nível de preços se torne mais baixo. Exemplo dessa política são os congelamentos de preços, que causam escassez, como ocorreu durante o Plano Cruzado.

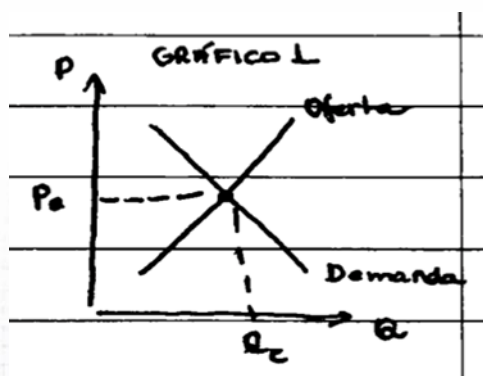
Em políticas de preços mínimos, como ocorreu no caso das políticas de salário mínimo, a ineficiência do mercado beneficia parte dos ofertantes, que irão vender seus bens ou serviços a um preço mais elevado. Outra parte não será atendida pela demanda, que se reduzirá com o aumento dos preços. Isso ocorre porque a curva de oferta reage positivamente em relação ao aumento de preços, apresentando deslocamento ao longo da curva, para cima e para a direita. A curva de demanda reage à alteração de preços, pois é negativamente inclinada. Assim, a subida do preço acima do preço de equilíbrio reduz a quantidade demandada no mercado.

No geral, quaisquer intervenções que visem a controlar os preços praticados em mercados de concorrência perfeita provocam falhas de mercado, redução de excedentes e peso morto.

Resposta 5 – Anônimo

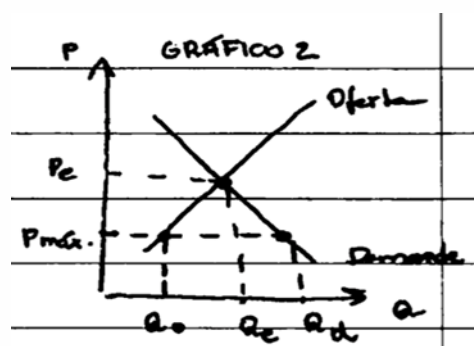
Nota: 19,00 TL: 40 TP: 377 TP/TL: 9,4

O mercado em concorrência perfeita é caracterizado por um cenário onde há muitos demandantes e muitos ofertantes, tido como atomizado, e nenhum deles tem poder de influenciar individualmente os preços. Além disso, os produtos comercializados são homogêneos, não há barreiras à entrada ou à saída de firmas do mercado e há simetria perfeita de informação. Os produtores maximizam o seu lucro no ponto onde o custo marginal é igual à receita marginal e o equilíbrio entre oferta, de inclinação ascendente, e demanda, de inclinação descendente, se dá onde as duas curvas se interceptam – indicando o equilíbrio de pareto da economia, bem como o ponto ótimo de preço e quantidade (gráfico 1).



A imposição de políticas de preço máximo e preço mínimo são formas de intervenção governamental na economia, de modo a beneficiar ofertantes ou consumidores de um determinado mercado. Ressalte-se, todavia, que embora possam servir a determinado propósito econômico, essas políticas desarticulam o equilíbrio de mercado, gerando peso morto e causando desproporção entre o excedente do consumidor e o excedente do produtor. No gráfico 2, ilustra-se a política de preço máximo, onde se impõe preços menores que os de equilíbrio de mercado, de modo a beneficiar os consumidores por meio de produtos mais baratos. Observe-se, todavia, que embora eleve o excedente do

consumidor, que passa a incorporar parte do excedente do produtor, a política gera um desequilíbrio entre quantidade ofertada e quantidade demandada, indicando uma restrição de acesso por parte dos consumidores, que se traduz na formação de peso morto e na conseqüente perda de bem-estar geral.



No gráfico 3, ilustra-se a política de preço mínimo, onde se impõe preço mais alto que o de equilíbrio, de modo a beneficiar os produtores de determinado setor, que passarão a receber mais pela venda de seus produtos. Observa-se, todavia, que embora o produtor tenha o seu excedente aumentado, incorporando parte do excedente do consumidor, há desproporção entre quantidade ofertada e quantidade demandada, o que resulta em um excesso de oferta e na formação de peso morto. Nesse caso, inversamente ao que ocorre na política de preço máximo, há ganho de bem-estar por parte do ofertante e perda de bem-estar por parte do demandante. Nos dois casos, no entanto, há perda de bem-estar total em razão do peso morto.

DIREITTO



Questão 1

Leia, com atenção, os excertos a seguir.

“International law exists in the slippery zone between abstract speculation on binding principles and realistic deference to power.”

“O direito internacional existe na zona cinzenta entre a especulação abstrata acerca de princípios vinculantes e a deferência realista ao poder”

KOSKENNIEMI, Martii. *Imagining the Rule of Law: Rereading the Grotian 'Tradition'*. In: *EJIL*, v. 30, n. 1, pp. 2019, 17-52.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados

Os Estados Partes na presente Convenção, considerando o papel fundamental dos tratados na história das relações internacionais, reconhecendo a importância cada vez maior dos tratados como fonte do Direito Internacional e como meio de desenvolver a cooperação pacífica entre as nações, quaisquer que sejam seus sistemas constitucionais e sociais, constatando que os princípios do livre consentimento e da boa-fé e a regra *pacta sunt servanda* são universalmente reconhecidos, [...] convieram no seguinte. [...]

Brasil. *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969*. Preâmbulo. Decreto no 7.030/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

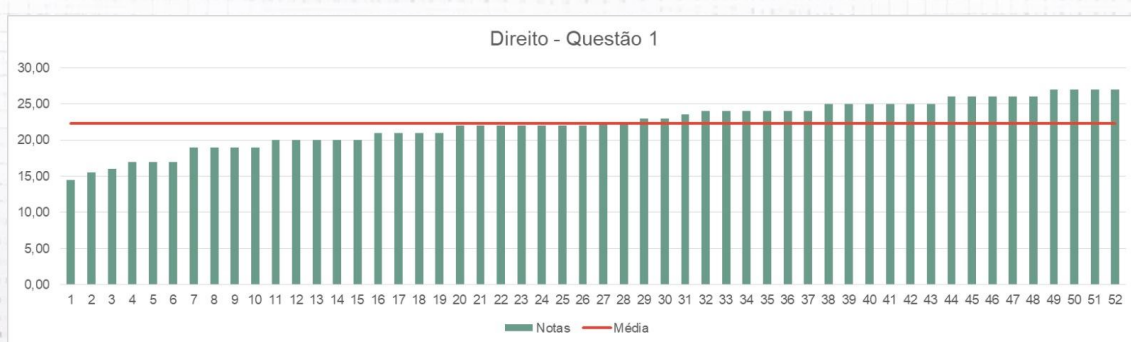
Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos tratados no direito internacional. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a importância dos tratados como fonte do direito internacional;
- b) os princípios do livre consentimento, da boa-fé e do pacta sunt servanda; e
- c) a limitação a que um Estado invoque disposições de seu direito interno para justificar descumprimento de um tratado (art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados – CVDT).

Extensão do texto: até 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Refletir a respeito das características peculiares do direito internacional, em especial de sua estrutura descentralizada, desprovida de autoridade central, e da organização horizontal entre as partes (sobretudo os atores clássicos, os Estados e as organizações internacionais) que se coordenam, conforme normas estabelecidas por meio de consentimento.

Q2. Discorrer acerca da relevância que os tratados apresentam para a conformação da ordem jurídica internacional como uma das principais fontes do direito internacional, de acordo com o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

Q3. Mencionar que o direito internacional busca estabelecer uma ordem com base em regras para seus atores (estado de direito criado pelo direito internacional, rule of law ou rules-based international order) e que, para tanto, os tratados constituem instrumento fundamental.

Q4. Analisar que, na dialética entre cooperação e coexistência (ou entre conflito e cooperação), própria do direito internacional, os compromissos assumidos pelos Estados por meio de tratados são essenciais para a manutenção da paz, porque viabilizam a solução pacífica de controvérsias e o alcance de objetivos comuns.

Q5. Comentar a respeito de como a soberania estatal implica que a ordem jurídica internacional / o direito internacional estruturam-se a partir do consentimento dos Estados, manifesto em tratados. Além disso, o candidato poderá tratar acerca de como se dá a expressão do consentimento para a celebração de tratados.

Q6. Refletir quanto à importância do princípio da boa-fé, consagrado na Carta das Nações Unidas, sendo anterior ao reconhecimento pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT) para o direito internacional. A CVDT trata da boa-fé não apenas como princípio que deve reger a aplicação e a interpretação dos tratados, mas também como comportamento

adequado em relação aos compromissos assumidos. A confiança entre os atores do direito internacional é elemento fundamental para a manutenção da paz nas relações internacionais.

Q7. Discorrer acerca do princípio do *pacta sunt servanda* como basilar para o direito como um todo e para o direito internacional, em especial. Parte da doutrina considera esse princípio como norma fundamental do direito internacional, que prescreve o cumprimento do que foi acordado.

Q8. Tratar da origem consuetudinária dos princípios da boa-fé e do *pacta sunt servanda*, bem como de sua eventual relativização decorrente da ocorrência de “mudança fundamental de circunstâncias”, também denominada *rebus sic stantibus*, conforme o art. 62 da CVDT. Pode-se considerar, ainda, que tais princípios constituem “verdadeiro princípio geral do direito internacional”.

Q9. Demonstrar compreensão relacionada ao que dispõe o art. 27 da CVDT. Parte da doutrina vislumbra, no referido dispositivo, a positivação da primazia do direito internacional na relação entre Estados quando se trata de direito dos tratados.

Q10. Refletir quanto à importância do art. 27 da CVDT para a consolidação do direito internacional como um sistema normativo. Caso os Estados pudessem invocar norma de direito interno para descumprir tratados, a insegurança jurídica impediria a observância do princípio do *pacta sunt servanda*.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Quesitos de avaliação

Item a – Q 1, Q 2, Q 3 e Q 4

Item b – Q 5, Q 6 e Q 7

Item c – Q 8, Q 9 e Q 10

Referências

BRASIL. Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Decreto no 7.030/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Decreto no 19.841/1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. do Nascimento e. Manual de direito internacional público. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de direito internacional público. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Princípios do direito internacional contemporâneo. 2. ed. rev. atual. Brasília: FUNAG, 2017.

KOSKENNIEMI, Martii. Imagining the Rule of Law: Rereading the Grotian 'Tradition'. In: EJIL, V. 30, n. 1, pp. 17-52, 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito dos tratados. 2. ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2014. REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

Resposta 1 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 27,00 TL: 60 TP: 957 TP/TL: 15,95

O Direito Internacional é dinâmico, refletindo a realidade existente em certo período. Isso justifica a atual tendência da convencionalidade das normas, que tende a superar a natureza consuetudinária prevalecente anteriormente. Frente a uma complexificação de agentes e temas, os tratados tornaram-se predominantes.

As fontes de DIP são tratados internacionais, costume, princípios gerais de direito (art. 38, CVDT/69); além de equidade, doutrina e jurisprudência (meios auxiliares) e atos unilaterais dos Estados (Caso NZ x França. Testes Nucleares) e decisões de OIs. Os tratados são normas de mesma hierarquia que costumes e princípios e atos unilaterais e de OIs, e são definidos como norma escrita entre Estados, com natureza jurídica vinculante e de qualquer nomenclatura. Há tratados bilaterais (como o Tratado de Methuen, Portugal e Inglaterra, 1703), multilaterais (a própria Convenção de Viena de 1969), tratados contratos (exemplo de cooperação judicial bilateral) e amplos, gerais, como o acordo de criação e OIs, por exemplo.

A positivação de normas tem sido buscada há décadas, devido a embates jurídicos, mas a preferência por tratados relaciona-se com a segurança jurídica buscada pelos Estados e que facilita a responsabilidade em caso de violações e a análise em cortes. Koskeniemi, assim como Rezek, dispõe que, apesar da relevância de princípios e costumes, tratados permitem clareza e objetividade, favorecendo perspectivas voluntaristas e realistas

Em DIP, o jusnaturalismo e o voluntarismo se contrapõem. O princípio do livre consentimento é relacionado a autores voluntaristas como Triepel, que advoga que o voluntarismo coletivo, ou seja, a vontade de Estados conjuntamente é o que gera

direitos. Há outros, como Verdross, que pensa que a vontade de cada Estado deve ser considerada. O princípio do livre consentimento trata da necessidade do agente em se vincular a uma norma, tal como expresso na CVDT/69 a respeito do efeito "inter partes" dos tratados. Apesar disso, há exceções como as normas de jus cogens e direitos erga omnes (Caso Barcelona Traction) que flexibilizam esse princípio.

O princípio "pacta sunt servanda" é correlacionado ao princípio da boa-fé e trata de que o que foi acordado deve ser cumprido, se foi acordado de boa-fé (sem coação ou intenções maliciosas). Esse princípio era entendido por Hans Kelsen como sendo a principal base para o fundamento do Direito Internacional e está explícito na Convenção de Viena (CVDT/69) em seu artigo 17, que trata da responsabilização estatal em caso de violação de norma acordada e até no artigo que dispõe sobre o dever de não contrapor norma de tratado ao qual um Estado demonstrou intenção de vincular-se. O pacta sunt servanda e o princípio da boa-fé são considerados princípios gerais de direito (Artigo 38, CVDT/69). O pacta sunt servanda não é apenas analisado em casos de tratados (convencionais), mas em normas por atos unilaterais de Estados também, como no caso Testes Nucleares, de 1974, CIJ. Cabe ressaltar que os três princípios supracitados coadunam com a ideia de soberania estatal e o princípio do "par in parem no habet imperium".

O artigo 27 da Convenção de Viena de 1969 dispõe que lei interna não deve ser utilizada para que um Estado possa isentar-se da obrigação internacional, essa ideia ressalta uma perspectiva monista internacionalista e existia mesmo anteriormente à 1969, como percebe-se na "ficção Mavrommatis", no caso da passagem pela costa alemã, o qual tornou-se emblemático da proibição de usar norma de direito interno como forma de desobrigar-se de norma internacional consentida. Entretanto, o artigo 46 da Convenção de Viena de 1969 dispõe que, caso se trate de norma

jurídica interna de caráter fundamental, seria possível a isenção do Estado. Nesses casos, pode-se pensar na força da Constituição Federal, em casos específicos, como norma fundamental que imiscuiria o Estado da obrigação citada no Artigo 27.

Os tratados têm, no Brasil, força de lei federal ordinária (RE 8004/70); assim, a Constituição é sobreposta a eles, em uma lógica kelseniana. Assim, percebe-se que a internalização de tratados segue o dualismo moderado. Ainda, tratados de direitos humanos possuem status supralegal (RE 343/2008) se internalizados de forma simples ou status de Emenda Constitucional (EC 45/2004) se por votação de 3/5 em 2 turnos nas 2 Casas do Congresso. Ainda, a teoria do duplo pilar, de Bevilacqua, foi substituída pela obrigação de que o Congresso trate do processo de saída de tratados (conclusão de 2023 do STF no caso da revogação de norma da OIT de 1995). Ainda, há o controle de convencionalidade de normas internacionais (Caso Arellano). Não obstante essa percepção interna dos tratados, o Brasil vincula-se à Convenção de Viena e, deve, assim, considerar o Artigo 27, tal como também o artigo 46. Tal artigo foi questionado no Caso Gomes Lund, no qual a Corte Interamericana dispôs que a Lei de Anistia não poderia ser utilizada para que o Brasil se imiscuisse da obrigação acordada no âmbito do Pacto de San José da Costa Rica, ao qual o Brasil se vinculou de boa-fé.

Desse modo, percebe-se que a preponderância de normas jurídicas internacionais costumeiras e principiológicas tem sido substituída pela relevância das normas convencionais e escritas. Assim, a vontade estatal, embora tenha sido questionada recentemente, devido à ascensão de normas jusnaturalistas e debates mais complexos, tem subsistido como fonte do aspecto jurisdicional do sistema internacional. Se os Estados são, por essa perspectiva voluntarista de Triepel, sujeitos de DIP por excelência, os tratados devem ser apontados como sendo, segundo a Convenção de Viena, vinculação voluntária entre esses atores

exclusivamente (pela CVDT/69). O fenômeno recente de multiplicação de tratados coaduna-se com a tentativa de positivação (e constitucionalização, segundo alguns estudiosos) do Direito Internacional, o que proporciona clareza e facilita a solução de controvérsias. Na conformação dos tratados, os princípios de boa-fé e *pacta sunt servanda*, tal como o do livre convencimento (que são princípios gerais de Direito expressos no preâmbulo da CVDT) devem ser considerados.

Resposta 2 – Alcindo Li

Nota: 27,00 TL: 54 TP: 775 TP/TL: 14,35

Tratados são fontes por excelência do direito internacional público (DIP), assim como o costume internacional e os princípios gerais de direito, conforme constante do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Tratados internacionais positivam direitos e obrigações; são acordos escritos, públicos (devem ser publicados à secretaria da ONU), entre entes com capacidades jurídicas internacionais (e.g. Estados e OIs), por meio do qual as partes expressam a vontade ou o consentimento (*animus contrahendi*) a cumprir os direitos e as obrigações estipulados pelo tratado. Ao contrário dos costumes e dos princípios gerais de direito, o fato de os tratados serem escritos permite interpretação e cumprimento mais fáceis.

Nesse contexto, a confecção e a existência dos tratados devem cumprir os princípios de livre consentimento, boa-fé e *pacta sunt servanda*, pressupostos indispensáveis. Na comunidade internacional, não há ente superior aos Estados (por ser anárquico) e não há ascendência de um Estado sobre o outro, pois entre pares não há império (igualdade soberana), por isso a vontade ou livre consentimento é fundamental para os tratados. Havendo vício de consentimento, o tratado pode ser anulado (e.g. coação a

representante) ou são nulos (“void”, e.g. violação a jus cogens ou tratados assinados devido ao uso da força). Contudo, a boa-fé das outras partes preservam as obrigações que tenham sido contratadas em casos anuláveis.

A boa-fé é necessária ao pleno cumprimento dos tratados, pois os Estados devem buscar com sinceridade o cumprimento de suas obrigações para garantir o bom direito. Estados não podem se beneficiar da própria torpeza ou ir contra fato próprio, violando a boa-fé. Mesmo antes da vigência de um tratado, os Estados pactuantes devem se abster de atos que comprometam os objetivos do tratado, respeitando a boa-fé. Mesmo havendo má-fé por parte do representante (e.g. corrupção) ou do Estado, em respeito à boa-fé dos outros Estados, as obrigações contratadas em boa-fé dos demais devem ser respeitadas.

O princípio *pacta sunt servanda* foi identificado como pedra angular do DIP por Hans Kelsen. *Pacta sunt servanda* é um princípio geral de direito que estipula que os tratados devem ser respeitados, afinal, é por meio deles que os Estados expressam o consentimento a cumprir os direitos e os deveres neles contidos. Sem esse princípio, não haveria lógica em obedecer tratados.

A Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados (CVDT) codifica o costume internacional, ou seja, positiva a prática generalizada dos Estados por convicção de obrigação jurídica em matéria de direitos dos tratados. Ela codifica também os princípios gerais de direito de livre-consentimento, boa-fé e *pacta sunt servanda*, que podem ser considerados costume internacional. De acordo com a CVDT, os Estados não podem invocar normas do direito interno para descumprir tratados (art. 27) em virtude da boa-fé das outras partes contratantes e do *pacta sunt servanda*, garantindo a segurança jurídica internacional. Contudo, a única exceção a respeito de normas internas justificarem o descumprimento de tratados é de ordem formal, quando a manifestação do consentimento a aderir-se ao tratado é praticado

por agente desautorizado pelo direito interno; porém mesmo nesses casos a boa-fé dos outros Estados pactuantes deve ser respeitada, e por isso as obrigações devem ser observadas mesmo nesse caso. Todavia, isso vale apenas para casos em que os demais pactuantes não sabem que o agente está desautorizado pelo direito interno daquele país (boa-fé), do contrário o tratado e suas obrigações não serão válidos. Para evitar constrangimentos, os agentes devem portar autorização ou credencial ao expressar o consentimento do Estado a obrigar-se, sendo que o chefe da delegação pode adotar tratados. Quem pode sempre expressar o consentimento a aderir-se a tratados são os Big Three, ou seja, o chefe de Estado, o chefe de governo e o Ministro das Relações Exteriores.

Outra fonte importante do DIP presente no Estatuto da CIJ é o princípio geral de direito, que são valores ou princípios que estão presentes nos países “civilizados” ou amantes da paz. Ao contrário dos costumes que podem não vincular um Estado objeto persistente, os princípios gerais de direito são universais.

Não se admite que normas internas possam eximir os Estados de cumprir os tratados por conta da alegação de incompatibilidade material ou por questões de ordem pública, pois o Estado já deveria ter feito essas considerações no momento da assinatura, e porque isso violaria a boa-fé dos outros Estados e o próprio *pacta sunt servanda*.

Os tratados têm longa história no *ius gentium*, existindo já na Babilônia e Suméria. Foram fundamentais na criação do DIP quando a anarquia era mais perigosa ainda. O descumprimento de tratados acarreta responsabilização internacional do Estado. Para denunciar tratados, o STF determinou que o Executivo deve aguardar autorização do Congresso, que resolve definitivamente sobre tratados.

Resposta 3 – Gabriel Fernandes Pimenta

Nota: 27,00 TL: 60 TP: 755 TP/TL: 12,58

Os tratados são elementos basilares do direito internacional, servindo como esteio formal da estruturação desse ordenamento e da expressão de consentimento dos Estados. Com efeito, o fortalecimento dos tratados como meio formativo do direito internacional é expressão da tendência evolutiva do campo no sentido da positivação, conforme formulação do jurista português Jorge Miranda. A importância dos tratados como fonte do direito internacional resta evidente não apenas pela adesão virtualmente universal à Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT), de 1969, como também pela menção a eles no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Esse artigo lista os tratados, o costume e os princípios gerais de direito como as fontes principais do direito internacional, sendo a doutrina e a jurisprudência fontes subsidiárias. Ainda que o artigo 38 não estabeleça hierarquia entre as fontes principais, a relevância dos tratados transparece no fato de que um tratado superveniente a um costume acerca de determinado tema pode mudar o que fora consuetudinariamente estabelecido para as partes daquele acordo. Mais recentemente, o projeto de 2006 da Comissão de Direito Internacional (CDI) das Nações Unidas reforçou a centralidade dos tratados ao dispor sobre a relação entre eles e as normas de jus cogens.

Dentre os princípios que orientam a CVDT, o do livre consentimento tem destaque. Ele expressa a condição dos Estados como sujeitos originários de direito, capazes de se vincularem a obrigações em âmbito internacional por meio da expressão da vontade soberana. Ao mesmo tempo, esse princípio também sinaliza que nada, além da vontade soberana, pode obrigar um Estado a se vincular a um tratado. Nesse sentido, o princípio articula uma das bases do paradigma voluntarista do direito

internacional. Além da CVDT, há expressão desse princípio no quarto elemento de caracterização dos Estados pela Convenção de Montevideu de 1933, a saber, a capacidade do ente estatal de manter relações e celebrar tratados com seus pares. Na doutrina, o princípio do livre consentimento foi consolidado no caso Lotus, dos anos 1920, que asseverou a autonomia dos Estados na extensão de sua jurisdição, e no parecer da CIJ sobre o caso Bernadotte, que cristalizou as características dos sujeitos de direito internacional.

O princípio da boa-fé, também constante na CVDT, abrange duas vertentes importantes do direito dos tratados. Na primeira delas, a boa fé é um elemento central para a interpretação dos tratados, exigindo que seus termos sejam lidos de acordo com o significado corrente, dentro do contexto de celebração, tendo em vista os objetivos almejados originalmente pelas partes. A segunda vertente diz respeito à identificação dos vícios de consentimento, ou seja, de violações **do princípios*** da boa-fé. Segundo a CVDT, existem vícios sanáveis, como a corrupção de representante e a não correspondência do representante aos poderes exigidos para a contração do vínculo – estes vícios podem ser superados pela confirmação posterior pelo Estado de seu consentimento. Os vícios insanáveis, por sua vez, derivam de condutas como a coação do representante ou a ameaça ao Estado, que violam tanto a boa fé quanto o livre consentimento.

O princípio do pacta sunt servanda sustenta a noção de que os tratados devem ser cumpridos. Em abordagem inicial, ele sustenta a perspectiva contemporânea de responsabilidade do direito internacional, consolidada por projeto de 2001 da CDI: os Estados incorrem em responsabilidade ao descumprirem obrigações adquiridas, mesmo que não haja dano. Logo, o descumprimento de um tratado, ação contrária ao princípio do pacta sunt servanda, é um ato ilícito para o direito internacional. Ademais, esse princípio estipula que os Estados devem evitar ações contrárias aos tratados para os quais expressaram vínculo

inicial – assinatura, nos termos da CVDT -, mesmo antes de concluir o processo de aquisição de obrigação definitiva por meio da ratificação.

O princípio do pacta sunt servanda também sustenta o artigo 27 da CVDT, segundo o qual é inválido que um Estado invoque disposições de seu direito interno para descumprir as obrigações adquiridas por meio de tratados. Conforme estabelecido por jurisprudência internacional no caso Wimbledon, na década de 1920, o direito interno é mero fato para o direito internacional, portanto, não há lastro jurídico para essa suposta hipótese de desobrigação. Segundo a CVDT, o descumprimento lícito de tratados se dá somente nos casos de mudança fundamental e superveniente de circunstâncias que impeça a obediência a seus dispositivos, de celebração de tratado posterior que desobrigue o cumprimento do anterior e de surgimento posterior de norma de jus cogens contrária ao texto do tratado. A denúncia é meio regular de desobrigação de tratados segundo a CVDT; seus efeitos, porém, só se dão mediante o cumprimento de rito previsto nos próprios acordos, como a notificação do depositário e o decurso de tempo conclusão do processo.

Resposta 4 – Anônimo

Nota: 27,00 TL: 60 TP: 827 TP/TL: 13,78

Ao contrário do direito interno, o direito internacional é aplicado em uma esfera na qual ocorrem relações de cooperação entre os Estados, visto inexistir uma instituição supranacional na esfera externa. Em decorrência do princípio da igualdade soberana dos Estados, os tratados são importante fontes do direito internacional aptos a gerar obrigações vinculantes aos Estados e, assim, auxiliar no desenvolvimento da cooperação pacífica entre as

nações, objetivo previsto na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969 (CVDT/69).

Os tratados são fontes primárias do direito internacional, visto estarem mencionados no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Nos termos da CVDT/69, os tratados são instrumentos assinados por Estados, seja no âmbito bilateral, seja no âmbito multilateral, por escrito. Assim sendo, instituem normas positivas, ou seja, obrigatórias, e codificadas. Essa codificação contribui para a geração de segurança jurídica no âmbito internacional, caracterizado por possuir uma tendência de desordem, conforme defendido pela perspectiva realista.

Após a assinatura e a ratificação de um tratado, momento no qual ele se torna obrigatório para o Estado na esfera internacional, que se transforma de Estado-contratante para Estado-parte, nos termos das definições da CVDT/69, ele coloca os Estados que com ele concordaram em posição de efetiva igualdade. Isso porque, independentemente do poderio militar e econômico que determinado Estado possui, todos os Estados-partes estão obrigados a respeitar as normas previstas no tratado, nos termos por ele estabelecido, sob pena de cometimento de delito internacional, que pode ser **julgados*** por cortes internacionais, a exemplo da CIJ. Assim sendo, em caso de descumprimento ou de dúvida acerca da interpretação das normas codificadas, os Estados podem buscar solucioná-las, com maior facilidade, por meio da solução pacífica de controvérsias. Há artigo na CVDT/69 que, inclusive, institui a competência da CIJ para julgar controvérsias relacionadas à interpretação de normas de jus cogens, caso o litígio não seja solucionado no prazo de 12 meses, ao qual o Brasil apresentou reserva. O Pacto de Bogotá também prevê a competência obrigatória da CIJ. Os tratados, logo, contribuem não apenas para promover uma maior igualdade no ambiente externo, mas também para fomentar a solução de litígios por meios pacíficos.

Os princípios do livre consentimento, da boa-fé e do pacta sunt servanda, que são universalmente reconhecidos, regem a celebração dos tratados. A vinculação de um Estado aos termos de um tratado é explicada pelo voluntarismo. Assim sendo, nos termos do princípio do pacta sunt servanda e do princípio do livre consentimento, é necessário que o Estado manifeste expressa e livremente sua vontade de se vincular ao tratado. Nesse sentido, segundo a CVDT/69, a ocorrência de coação é causa de nulidade absoluta, a qual não pode, em qualquer hipótese, ser sanada. A CVDT/69 também possibilita a apresentação de reservas, por meio das quais o Estado se desvincula do cumprimento das normas previstas em determinados artigos do tratado. O Brasil, por exemplo, apresentou reservas aos artigos da CVDT/69 que estipulam a aplicação provisória dos tratados e a competência obrigatória da CIJ para julgar litígios relacionados à interpretação de normas de jus cogens. Há, ademais, a possibilidade de denúncia de um tratado, nos termos da CVDT/69. A denúncia que, em regra, gera efeitos após 12 meses da notificação, desvincula o Estado da obrigação de cumprir as normas de um tratado. Acrescenta-se que há hipóteses excepcionais nas quais um tratado pode gerar obrigações para um terceiro Estado, ou seja, um Estado que não é parte desse tratado. Isso ocorre nos tratados que estipulem direitos reais, a exemplo da delimitação de fronteiras, bem como caso haja aceitação por esse terceiro Estado.

Pode-se afirmar que há, em regra, no âmbito externo, a supremacia do direito internacional. Isso porque, em regra, um Estado não pode invocar normas de seu direito interno para justificar o descumprimento de um tratado. A hipótese excepcional está prevista no art. 27 da CVDT/69. Segundo esse artigo um Estado pode invocar disposições de seu direito interno e, assim, justificar o descumprimento de um tratado somente quando se tratar de norma constitucional de extrema relevância relacionada à competência de celebrar tratados e devendo haver clara e manifesta violação dessa norma. Ressalta-se que se trata de

nulidade relativa, razão pela qual pode ser sanada se houver manifestação de legítimo representante do Estado nesse sentido. De acordo com a CVDT/69, no tocante aos plenipotenciários, não precisam apresentar carta de plenos poderes, o Chefe do Executivo Federal, assim como seu vice, que são, no Brasil, o presidente e o vice-presidente da República, e o Ministro das Relações Exteriores na efetivação de qualquer etapa da celebração de um tratado. Já o chefe da missão diplomática e o chefe da delegação em uma organização internacional não necessitam de carta de plenos poderes para adotar um tratado. Os demais necessitam dessa carta. Por fim, em relação ao princípio da boa-fé, deve haver a interpretação dos tratados conforme esse princípio e, em caso de dúvida, na interpretação ou aplicação de alguma norma, deve-se considerar a intenção das partes quando celebraram o tratado.

COMENTÁRIOS:

1. Optei por utilizar a caneta Muji 0.38 e por escrever o texto com uma letra bem pequena, a fim de inserir o máximo de informações possível. Assim, a resposta totalizou 827 palavras em 60 linhas, ou seja, uma média de 13,8 palavras por linha;

2. Só me lembrei de escrever sobre o princípio da boa-fé ao reler o comando quando estava terminando a resposta da questão. Por isso, esse princípio apareceu apenas nas linhas 58-60, razão pela qual não foi possível redigir uma conclusão;

3. Interpus recursos a 3 quesitos, os quais foram indeferidos.

Resposta 5 – Henrique Tacla Martins

Nota: 26,00 TL: 60 TP: 1101 TP/TL: 18,35

A reafirmação da existência do DIP como conjunto normativo de disposições vinculantes constitui uma empresa de Sísifo, diante da permanência de negadores práticos e teóricos do DIP, como John Austin, para os quais o DIP limita-se a um conjunto de normas morais ou de cortesia, devido à ausência de uma autoridade estatal e superior aos Estados que possa aplicar e implementar sanções. Com efeito, o DIP é regido por uma lógica de coordenação, não de subordinação, como no âmbito interno dos Estados. Há um consenso geral, contudo, de que o DIP representa um conjunto efetivamente normativo, que não se apaga em função de uma « deferência realista ao poder ». Diversas teorias buscam explicar o fundamento de validade do DIP, como as subjetivistas (da autolimitação dos Estados, de Jellinek, p. ex.) e as objetivistas (do jusnaturalismo ou dos direitos fundamentais dos Estados, p. ex.), além da teoria do pacta sunt servanda, de Dionisio Anzilotti. Atualmente, discute-se a efetividade das normas internacionais (aumento de jurisdições compulsórias na década de 1990, mas permanência de jurisdições facultativas, além de limitações de implementação de decisões da CIJ no CSNU devido ao poder de veto – Caso Nicarágua, 1986 – e a duvidosa legalidade de contramedidas unilaterais).

Por significativo período de tempo, o DIP foi majoritariamente formatado pelo costume (fonte que possui mesma hierarquia de tratados e princípios gerais de direito, segundo art. 38 do ECIJ), que acarretava dúvidas acerca de sua existência e normatividade em determinados casos (negador persistente, Caso Pescarias, 1951; Asilo Diplomático como costume regional na AL, 1951). Os tratados, por sua vez, consistem, segundo art. 2º da CVDT/69 (promulgada pelo Brasil em 2009, mas que já representava o costume internacional), em acordos escritos,

com animus contrahendi das partes, independentemente do nome adotado ou do número de instrumentos que o compõem. Justamente por reconhecer os valores dos tratados (mais democráticos, maior participação das partes, maior certeza sobre delimitações de deveres e direitos, maior estabilidade), a ONU criou, em 1948, a CDI, cuja missão é a codificação do DIP, de forma a aprimorar o ordenamento jurídico internacional e lhe assegurar maior previsibilidade. A CDI já elaborou importantes tratados, como a CVDT/69 (tratados firmados entre Estados ; aqueles celebrados por OIs são disciplinados por Convenção de 1986, ainda sem vigor), a CVRD/1961, a CVRC/1963, a CVST/1978 (sucessão de Estados em matéria de tratados, já em vigor ; sobre arquivos e dívidas, de 1983, ainda sem vigor), além dos projetos sobre responsabilidade internacional dos Estados (2001) e de OIs (2011) por fatos ilícitos. Os tratados vinculam as partes, estabelecem direitos e obrigações, preveem formas de denúncia, retirada, extinção e suspensão. Uma das tendências evolutivas atuais do DIP é a codificação, que auxilia na expansão de temas abrangidos (especialização, funcionalização e fragmentação). Os tratados, assim, propiciam a estabilidade, o fortalecimento e o aprimoramento do DIP (e devem ser registrados – art. 102).

Três princípios fundamentais para o funcionamento do DIP contemporâneo são o livre consentimento, a boa-fé e o pacta sunt servanda. O livre consentimento associa-se às discussões travadas entre as correntes subjetivista e objetivista do DIP relativas ao seu fundamento de validade. Pela maior parte do tempo, preponderou a primeira (soberania absoluta westfaliana, par in parem non habet iudicium), de modo que se reputava fundamental o consentimento do Estado para que normas internacionais pudessem afetá-los. Hodiernamente, embora o consentimento continue a ser importante, há diversas mitigações: art. 2 (6) da Carta da ONU, que submete Estados que não façam parte da organização, e intervenções com base no Capítulo VII da Carta da ONU; personalidade objetiva de OIs; tratados reais e

sucessão de Estados; jus cogens (arts. 53 e 64 da CVDT/69), obrigações erga omnes (Caso Barcelona Traction, 1970, CIJ), atos unilaterais de Estados, e “referral” do CSNU no TPI. Ainda assim, a participação de um Estado em um tratado demanda seu consentimento (e obrigações convencionais atribuídas a terceiros devem ser por eles consentidas). Os princípios da boa-fé e do pacta sunt servanda estão interconectados e se acham previstos pelo art. 26 da CVDT/69. É com base neles que se fala também em acta sunt servanda, em estoppel e em non venire contra factum proprium (proibição de adoção de condutas contraditórias), vedação de extradição dissimulada e do compromisso de não frustra o objeto e finalidade de um tratado desde sua assinatura (art. 18 da CDVT/69), mesmo antes da ratificação. A teoria do pacta sunt servanda foi concebida por Dionisio Anzilotti com o intuito de resolver a querela entre os subjetivistas e os objetivistas. De acordo com Anzilotti, é necessário o consentimento do Estado para participação no tratado, mas, a partir de então, o Estado deve agir de boa-fé, com fulcro no princípio do pacta sunt servanda.

De acordo com o art. 27 da CVDT/69, um Estado, em regra, não pode invocar disposições de seu Direito interno para justificar o descumprimento de um tratado (a exceção encontra-se no art. 46 do tratado, segundo o qual o Estado pode alegar a violação de um dispositivo de importância fundamental e matéria relativa à participação do tratado, o que não se confunde necessariamente com normas constitucionais). Isso significa que a CVDT/69 adotou a perspectiva do monismo internacionalista (segundo o qual não há separação entre Direito interno e DIP, prevalecendo o último, conforme defendido por Hans Kelsen). Rejeitou, portanto, a teoria do monismo nacionalista, do dualismo (separação entre os ordenamentos interno e internacional) radical ou moderado (adotado pelo Brasil quanto a tratados, segundo o STF). Dessa forma, o Direito interno constitui “mero fato” para o DIP, como afirmado pelo juiz Max Haber na arbitragem da Ilha de Palmas, em 1928 (EUA x Holanda). Entendimento análogo foi adotado no Caso

do Canal de Kiel, de 1923. Caso um Estado desrespeite um tratado com fulcro na legislação nacional, isso acarretará a possibilidade de invocação de sua responsabilidade internacional. O Brasil, por exemplo, foi condenado, no Caso Gomes Lund e Outros (2010), julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, devido à sua Lei de Anistia (1979), julgada constitucional pelo STF, mas considerada incompatível com a CADH. Ademais, a legislação recentemente adotada pelo Brasil que permite a retaliação de Estados que “apelam no vazio”, no quadro de disputa com o Brasil na OMC, poderá ser questionada neste órgão. O ARSIWA (2001), a seu turno, prevê expressamente que a responsabilidade internacional de um Estado por um ato ilícito independe da existência de disposição normativa interna que autorize a prática do ato reputado como violador de uma obrigação internacional em vigor para o Estado. Nota-se, assim, a evolução de um DIP de coexistência para um de cooperação e, finalmente, de solidariedade, alicerçada em robusto arcabouço normativo internacional codificado em tratados.

Questão 2

Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Ao ter por objetivo último a proteção do ser humano em todas e quaisquer circunstâncias, o corpus normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos abarca também, lato sensu, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados. Juntamente com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, estas três vertentes convergem na realização do propósito comum de proteger o ser humano em tempos de paz, assim como de conflitos armados em seu próprio país, assim como, alhures, em suma, em todas as áreas da atividade humana e em todas e quaisquer circunstâncias.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Desafios e conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do Século XXI.

In: MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de (Org.). Desafios do Direito Internacional Contemporâneo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 211-212, com adaptações.

Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. 1951. Artigo 33. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 3 set. 2023.

Nenhum Estado Parte procederá à expulsão, devolução ou extradição de uma pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura.

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES. 1984.

Artigo 3o. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0040.htm/>. Acesso em: 3 set. 2023.

Uma pessoa protegida não poderá ser, em caso algum, transferida para um país onde possa temer perseguições por motivo das suas opiniões políticas ou religiosas.

IV CONVENÇÃO DE GENEBRA RELATIVA À PROTEÇÃO DAS PESSOAS CIVIS EM TEMPO DE GUERRA. 1949.

Artigo 45. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D42121.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

Reitera a importância e a significação do princípio de non-refoulement (incluindo a proibição da rejeição nas fronteiras), como pedra angular da proteção internacional dos refugiados. Este princípio imperativo, respeitante aos refugiados, deve reconhecer-se e respeitar-se no estado atual do direito internacional, como um princípio de jus cogens.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DE 1984. Parte III. Quinta Conclusão. (Adotada pelo Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá). Problemas Jurídicos e Humanitários, com adaptações.

Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

BRASIL. Lei no 9.474/1997. Artigo 7o. Parágrafo 1o. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 6 set. 2023.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador e com base no direito internacional dos refugiados e no direito internacional dos direitos humanos, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

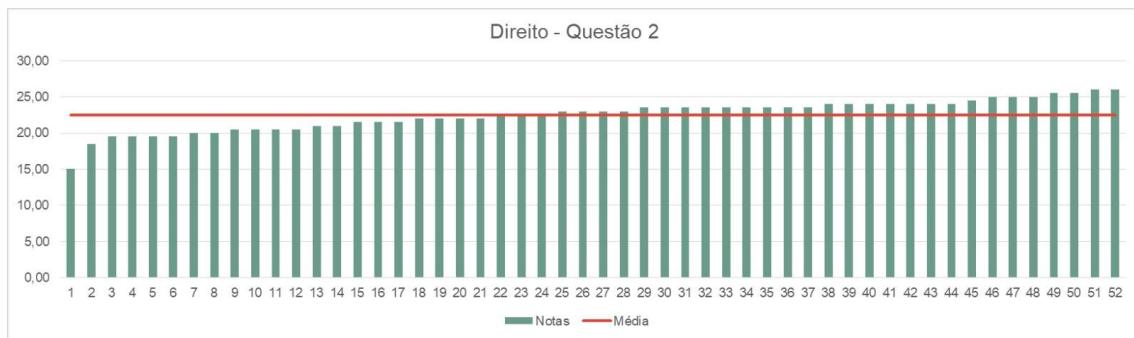
a) aproximações, convergências e complementariedades, em oposição à visão compartimentalizada, entre o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário;

b) o conceito de normas de jus cogens no direito internacional. Explique como o reconhecimento de uma norma como jus cogens afeta as obrigações dos Estados no direito internacional e apresente exemplos de normas de jus cogens relacionados ao direito internacional dos direitos humanos e ao direito internacional dos refugiados; e

c) regime internacional de proteção dos refugiados e arcabouço jurídico de proteção dos refugiados no Brasil.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Cabe ao candidato explicar que, no passado, defensores das diferentes áreas do direito internacional mostravam-se mais preocupados em assegurar as diferenças e especificidades entre essas áreas do que em desenvolver as relações entre elas.¹ Havia uma visão compartimentalizada das três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana – direitos humanos, direito dos refugiados e direito humanitário – que se devia, em grande medida, a uma ênfase exagerada nas origens históricas distintas desses três ramos.²

Q2. Espera-se que o candidato detalhe que o propósito comum de salvaguarda dos direitos da pessoa humana em toda e qualquer circunstância levou a aproximações ou convergências entre essas três vertentes de proteção da pessoa humana, que se manifestam nos planos normativo, operativo ou de aplicação e hermenêutico, e que fortaleceram e ampliaram a proteção.³

Q3. Relate que a visão compartimentalizada do passado foi superada e evoluiu-se para uma interação e complementaridade entre esses três ramos de proteção, em

benefício dos seres humanos protegidos. Na prática, pode haver aplicação simultânea das três vertentes de proteção, ou de duas delas, justamente por serem fundamentalmente complementares. Além disso, elas se deixam guiar por uma identidade de propósito básico: é inegável que as considerações básicas de humanidade subjazem tanto ao direito internacional dos direitos humanos como ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos refugiados.⁴

Q4. Mencione que a noção de jus cogens é expressa pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, que apresenta em seus arts. 53 e 64, as disposições a seguir.

Art. 53

Tratado em Conflito com uma Norma Imperativa de Direito Internacional Geral (jus cogens)

É nulo um tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com uma norma imperativa de direito internacional geral. Para os fins da presente convenção, uma norma imperativa de direito internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de direito internacional geral da mesma natureza.

[...]

Art. 64

Superveniência de uma Nova Norma Imperativa de Direito Internacional Geral (jus cogens)

Se sobrevier uma nova norma imperativa de direito internacional geral, qualquer tratado existente que estiver em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se.

Q5. Indique que noção de jus cogens não se limita à Convenção de Viena de 1969, ou seja, não se restringe a violações resultantes de tratados, mas é de aplicação geral, estendendo-se a toda e qualquer violação. Dessa forma, toda e qualquer transgressão que esteja sob o domínio de jus cogens, seja ela unilateral, bilateral ou multilateral, é proibida, sendo ilegal.⁵ Essa evolução acerca das normas de jus cogens aponta em direção à consagração de obrigações erga omnes, ou seja, obrigações relativas à proteção dos seres humanos, devidas à comunidade internacional como um todo. A consagração de obrigações erga omnes é uma manifestação da própria emergência de normas imperativas de direito internacional.⁶ O candidato poderá, ainda, abordar noção de jus cogens na jurisprudência de tribunais internacionais, como a Corte Internacional de Justiça.

Q6. O candidato poderá abordar também o conteúdo do projeto de conclusões sobre a identificação e as consequências jurídicas das normas imperativas de direito internacional geral (jus cogens) adotado em 2022 pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, o qual afirma que uma norma imperativa de direito internacional geral (jus cogens) é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo enquanto uma norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma norma subsequente de direito internacional geral tendo o mesmo caráter. As normas imperativas do direito internacional geral (jus cogens) refletem e protegem os valores fundamentais da comunidade internacional. Em especial, o candidato deverá destacar que as normas de jus cogens são universalmente aplicáveis e hierarquicamente superiores a outras regras do direito internacional. As normas imperativas de direito internacional geral

(jus cogens) dão origem a obrigações devidas à comunidade internacional como um todo (obrigações erga omnes), em relação às quais todos os Estados têm um interesse jurídico.

Q7. O candidato deverá apontar exemplos de normas de jus cogens relacionados ao direito internacional dos direitos humanos e ao direito internacional dos refugiados, que podem incluir:

- a proibição do genocídio;
- a proibição de crimes contra a humanidade;
- as regras básicas do direito internacional humanitário;
- a proibição da discriminação racial e do apartheid;
- a proibição da escravidão;
- a proibição da tortura;
- o direito à autodeterminação; e
- o non-refoulement.

Q8. Ao tratar do regime internacional de proteção aos refugiados, o candidato deverá abordar a Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e o respectivo Protocolo de 1967, responsáveis por estabelecer os elementos fundamentais do regime internacional dos refugiados contemporâneos. Essa Convenção define o termo refugiado, estabelece padrões mínimos para o seu tratamento, além de seus direitos e deveres. Entre as obrigações dos Estados, a fundamental é o cumprimento do princípio do non-refoulement, pedra angular da proteção internacional dos refugiados.

Q9. O candidato deverá mencionar ainda instrumentos regionais que ampliaram a definição de refugiado, como a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, de 1969, e a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, de 1984. O

candidato poderá mencionar o papel do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Q10. Ao tratar do arcabouço jurídico nacional de proteção dos refugiados, espera-se que o candidato aborde a Lei no 9.474/1997 (Lei de refúgio), que define o marco legal aplicável à proteção de refugiados e possui caráter avançado. O art. 1o, incisos I e III, apresenta uma definição abrangente de refugiado, em atenção à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e à Declaração de Cartagena, de 1984. O governo brasileiro instituiu, além disso, órgão colegiado específico – o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), a quem se atribui responsabilidade para apreciar pedidos de refúgio. Como exemplo prático, poderá mencionar a Operação Acolhida e o visto de acolhida humanitária, que possibilita o acolhimento de estrangeiros que se encontrem em países em situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de conflito armado

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

ALLAIN, J. The jus cogens nature of non-refoulement. In: *International Journal of Refugee Law*, v. 14, n. 1 (2002). pp. 533-558.

ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

BARNETT, Laura. Global Governance and the Evolution of the International Refugee Regime. In: International Journal of Refugee Law. Oxford: Apr. 2002, v. 14, n. 2 and 3. pp. 238-262.

BRETT, Rachel & LESTER, Eve. Refugee law and international humanitarian law: parallels, lessons and looking ahead – A non-governmental organizations's view. In: International Review of the Red Cross. Geneva: September 2001, v. 83, n. 843. pp. 713-726.

BROWNLIE, Ian. Principles of public international law. New York: Oxford University Press, 2003. 6th ed.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Aproximaciones y convergencias revisitadas: diez años de interacción entre el derecho internacional de los derechos humanos, el derecho internacional de los refugiados, y el derecho internacional humanitario. In: ACNUR. Memoria del Vigésimo Aniversario de la Declaración de Cartagena sobre los Refugiados. San José: Editorama, 2005.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2001.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. O direito internacional em um mundo em transformação. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2002.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. In: TRINDADE, A. A. C.; SANTIAGO, J. R. La nueva dimensión de las necesidades de protección del ser humano em el inicio del siglo XXI. San José: Corte Interamericana de Derechos Humanos/ACNUR, 2004, p. 60.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: S.A. Fabris Ed., vol I, 1997.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; PEYTRIGNET, G.; SANTIAGO, J. R. As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana: Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados. San José/Brasília: IIDH, CICV, ACNUR, 1996.

CLARK, Tom. Rights Based Refuge, the Potential of the 1951 Convention and the Need for Authoritative Interpretation. In: International Journal of Refugee Law. Oxford: 2004, v. 16, n. 4. pp. 584-608.

FELLER, E. & TÜRK, V. & NICHOLSON, F. (Ed.). Refugee Protection in International Law - UNHCR's Global

Consultations on International Protection. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. GOODWIN-GILL, Guy. The refugee in international law. New York: Oxford University Press, 1998.

MALANCZUK, Peter. Akehurst's Modern Introduction to International Law. London/ New York: Routledge, 7th revised ed, 1997.

MANDAL, Ruma. Protection Mechanisms Outside of the 1951 Convention ("Complementary Protection").

In: Legal and Protection Policy Research Series. UNHCR, Department of International Protection, June 2005.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 3. ed., 1997, pp. 4-24.

TERAYA, Koji. Emerging Hierarchy in International Human Rights and Beyond: From the Perspective of Non-derogable Rights. In: European Journal of International Law. v. 12, n. 5, 2001, pp. 917-941.

UNHCR. The Principle of Non-refoulement as a Norm of Customary International Law. Geneva: UNHCR, 1994.

WET, Erika de. The Prohibition of Torture as an International Norm of jus cogens and Its Implications for National and Customary Law. In: European Journal of International Law. Feb 2004. v. 15, n. 1. pp. 97-121.

¹ BRETT, Rachel; LESTER, Eve. Refugee law and international humanitarian law: parallels, lessons and looking ahead – A non-governmental organizations's view. In: International Review of the Red Cross. Geneva: September 2001, vol. 83, n. 843. p, 714.

² CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos, Porto Alegre: S.A. Fabris Ed., vol I, 1997. p. 270.

³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Aproximaciones y convergencias revisitadas: diez años de interacción entre el derecho internacional de los derechos humanos, el derecho internacional de los refugiados, y el derecho internacional humanitario. In: ACNUR. Memoria del Vigésimo Aniversario de la Declaración de Cartagena sobre los Refugiados. San José: Editorama, 2005, p.140.

⁴ Ibid.

⁵ ALLAIN, J. The jus cogens nature of non-refoulement. In: International Journal of Refugee Law, vol. 14, n. 1 (2002), p. 535. CANÇADO TRINDADE, A.

A. El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2001, p. 417. MALANCZUK, Peter. Op cit supra 11, p. 57.

⁶ CANÇADO TRINDADE, A. A. Op cit supra 5. pp. 417-419. Ver Barcelona Traction, Light and Power Co. Ltd. (Belg. v. Spain), 1970 I.C.J. 3, 32 (Feb. 5).

Resposta 1 – Carlos Paulo Cavasin Neto

Nota: 26,00 TL: 59 TP: 773 TP/TL: 13,10

Antônio A. Cançado Trindade dizia que a evolução do Direito Internacional Público, no sentido de reconhecer o indivíduo como seu sujeito, era “inevitável”. De fato, a proteção do ser humano está no cerne dos atuais regimes internacionais dos direitos humanos que, de maneira ampla, abarcam também o regime do direito humanitário e do direito do refugiado. Antes de rigidamente separados, tais regimes convergem para a proteção do ser humano. O princípio do non-refoulement impede que o indivíduo seja enviado a outro Estado em que sua vida ou segurança estejam ameaçadas, e é princípio que protege tanto o refugiado quanto o civil em tempo de guerra ou mesmo em tempo de paz. Tal princípio é considerado como norma imperativa de DIP e está codificado nas principais convenções dos três regimes internacionais. Ademais, os regimes se complementam no direito à vida, à segurança e à liberdade, previstos no Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos (1966) e com claro respaldo no direito dos refugiados e no direito humanitário. As convenções de direitos humanos sobre a proteção de crianças e sobre o combate da discriminação contra as mulheres aproximou-se do Protocolo de 1977 às Convenções de Genebra, que dão maior atenção à proteção de mulheres e crianças civis, ao mesmo tempo que esses grupos representam parte considerável dos refugiados no mundo e recebem proteção mais qualificada da ACNUR, o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. Ademais, o princípio da humanidade, próprio do direito humanitário, é contundentemente aplicado no regime de direitos humanos e dos refugiados. Por fim, a regra de proibição de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, típicas dos direitos humanos, tem respaldo no princípio da proporcionalidade e da necessidade militar no direito humanitário e nas regras de proteção dos refugiados.

Conforme o art. 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969), uma norma imperativa de direito internacional é aquela aceita e reconhecida como tal, de modo amplo, pela comunidade internacional dos Estados, como norma a qual não cabe derrogação, exceto pelo advento de outra norma também reconhecida como tal. A Convenção acrescenta que é nulo qualquer tratado que contrarie norma imperativa de direito, também conhecida como jus cogens. No direito internacional, as obrigações dos Estados encontram-se limitadas e condicionadas às normas de jus cogens. Trata-se mesmo de relativização da própria soberania dos Estados, visto que a eles não é lícito contrariar normas de jus cogens, o que gera responsabilidade internacional agravada e sem possibilidade de excludentes de ilicitude, conforme projeto de artigo da Comissão de Direito Internacional da ONU. Em relação aos direitos humanos, são normas de jus cogens a proibição da tortura, da escravidão ou, por exemplo, a proibição do desaparecimento forçado de pessoas (caso Gomes Lund, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos). No direito dos refugiados, são normas de jus cogens o princípio do non-refoulement, o direito à vida e à segurança.

O Estatuto dos Refugiados (1951) define o refugiado como pessoa que busca refúgio em outro Estado devido à perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou por opinião política. A convenção trazia duas reservas ao conceito: a temporal (eventos anteriores a 1951) e a geográfica (europeus ou não europeus também), as quais vieram ao fim pelo Protocolo de 1967. Em 1950, a ONU criou a ACNUR para aumentar a proteção aos refugiados. A Convenção da União Africana sobre Refugiados (1969) adicionou às causas que que impulsionam o refúgio a agressão ou ocupação estrangeira, a violência generalizada e distúrbios internos graves. Já a Declaração de Cartagena (1984) adicionou a violação generalizada de direitos humanos como causa de refúgio. Recentemente, diversos países

firmaram o Pacto Global sobre Refugiados, documento não vinculante.

No Brasil, o tema se rege pela Lei nº 9474/1997, o Estatuto dos Refugiados. Inspirado na Declaração de Cartagena, a Lei define o refugiado como pessoa perseguida ou que teme perseguição e se refugia em outro Estado, por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social, opinião política ou generalizada violação de direitos humanos. A Lei prevê o non-refoulement, na esteira do regime internacional, além de uma série de direitos, como a reunião familiar, acesso à saúde, educação, documentação e liberdades individuais. A Lei criou o CONARE, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça que decide sobre os pedidos de refúgio. Ainda em consonância com o regime internacional, o Brasil não concede status de refugiado a pessoa que tenha cometido crimes de guerra, contra a humanidade, de genocídio ou de agressão, ou que viole os princípios da Carta da ONU. O refugiado perderá seu status de refugiado caso seja comprovada fraude em sua documentação. Ainda, em regra geral, o refugiado não será extraditado.

Resposta 2 – Anônimo

Nota: 26,00 TL: 60 TP: 675 TP/tl: 11,25

Embora a doutrina costume dividir o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional dos Refugiados e o Direito Internacional Humanitário como regimes distintos, há ampla complementariedade entre eles. O Direito de Nova York tende a ser mais abrangente, destinando-se a assegurar os direitos políticos, sociais, econômicos e culturais por meio de instrumentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e os Pactos de 1966, bem como os direitos das minorias, por meio de convenções como a da situação e da mulher e a das crianças,

firmadas durante a década de 1990. O Direito dos Refugiados, por sua vez, visa a assegurar a proteção de refugiados, tidos como aqueles que deixaram os seus países em razão de perseguição ou potencial perseguição relacionada a raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, prevendo princípios como o “non-refoulement” e a proteção dos seus direitos fundamentais. O Direito Internacional Humanitário, por fim, originou-se da necessidade de proteger civis e combatentes em tempos de guerra, de forma a reduzir os abusos e crimes cometidos em situação de conflito.

Esses três regimes apresentam muitas similaridades, já que se destinam a proteger a dignidade da pessoa humana, e são especialmente importantes em caso de conflito. O Direito Internacional dos Direitos Humanos prevê a proteção do direito à vida, o direito à liberdade de expressão, bem como direitos políticos e sociais frequentemente violados em caso de guerra. No mesmo sentido, protege os direitos de populações como mulheres e crianças, particularmente vulneráveis em caso de conflito. O Direito de Nova York também está intrinsecamente relacionado aos direitos dos refugiados, na medida em que garante a dignidade desses indivíduos, devendo, também, ser aplicado a combatentes e civis em caso de guerra. De maneira análoga, o Direito Internacional Humanitário também deve ser garantido na proteção aos refugiados. Percebe-se, assim, que os três regimes reforçam-se mutuamente, em conformidade com os princípios da interdependência e da indivisibilidade dos direitos humanos estabelecidos na Conferência de Viena de 1993.

As normas de jus cogens, por sua vez, são normas imperativas de direito internacional, aplicáveis de maneira erga omnes em relação a toda a comunidade de Estados e cuja obrigatoriedade deriva do seu forte valor axiológico relacionado à proteção da dignidade da pessoa humana. Além de estarem previstas na Convenção de Viena de Direito dos Tratados de 1969,

essas normas são objeto de um projeto de artigos elaborado por Alain Pellet no âmbito da Comissão de Direito Internacional. Como exemplos de normas desse tipo relacionadas ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao Direito Internacional dos Refugiados, podemos citar a proibição ao trabalho escravo, a proibição de crimes contra a humanidade, a proibição à tortura, e a proibição ao genocídio e ao “non-refoulement”.

No que diz respeito ao regime internacional de proteção aos refugiados, a Convenção de 1951, que inicialmente se referia apenas aos refugiados europeus no contexto pós-2ª Guerra, foi posteriormente complementada por Protocolo que extinguiu essas limitações. Além de preverem o “non-refoulement”, que diz respeito à proibição da devolução de refugiados a países de origem, esses acordos estabelecem medidas de proteção à dignidade dessas pessoas, como a não-discriminação, o direito ao trabalho e à reunião familiar. A ONU tem uma estrutura voltada à proteção dos refugiados – o ACNUR, que busca promover medidas de acolhimento, proteção e integração dessas comunidades nos países onde estão refugiados. A UNRWA, por sua vez, dedica-se exclusivamente à proteção dos refugiados palestinos.

O Brasil, em atendimento ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, à Convenção de 1951, da qual faz parte, e à Declaração de Cartagena de 1984, oferece ampla proteção aos refugiados. Por meio da Lei de Migração, o Brasil aceita refugiados que deixaram os seus países por conta de graves violações de direitos humanos, e garante a eles uma série de direitos, como o de reunião familiar. Por meio do CONARE, que processa os pedidos, e da Operação Acolhida, situada em Roraima, busca integrá-los ao território nacional, com ações de acolhimento, proteção e interiorização. Ressalte-se, por fim, que esse arcabouço tem sido especialmente importante no contexto da crise venezuelana.

Resposta 3 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 25,50 TL: 60 TP: 1026 TP/TL: 17,10

Fala-se em direitos humanos desde, pelo menos, o cilindro do Rei Ciro; o jusnaturalismo tem advogado a existência de direitos inerentes à pessoa humana de forma contundente há séculos, como pode-se notar na Antígona de Sófocles. No mundo hodierno, segundo Cançado Trindade, há uma transição de uma “raison d’État” a uma “raison d’humanité”. Os direitos humanos não apenas são ponto de intersecção entre o direito interno e o Direito Internacional, como também associam o Direito Internacional dos Refugiados, o Direito Internacional dos Direitos Humanos lato sensu e os Direito Internacional Humanitário.

A visão compartimentalizada do Direito de Nova York (Direitos Humanos de 48 e 66) em relação ao Direito de Haia e de Genebra (humanitário) e de Cartagena (refúgio) foi substituída completamente pela convergência, o que pressupõe que a ideia de direitos humanos não é baseada em gerações ou matizada de acordo com diferentes culturas, como parte de estudiosos defendeu em 1968, em Teerã. Prevalece a concepção de 1993, em Viena, segundo a qual os direitos humanos são universais, inalienáveis, interdependentes, interrelacionados e igualmente relevantes (apesar de não absolutos). Como consequência disso, as três vertentes de direitos supracitadas convergem e são complementares. Em caso de conflito armado, por exemplo, o Direito Humanitário será observado, mas os direitos mais amplos dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) também serão aplicáveis no que for concernente a matérias gerais; a especialidade (*lex specialis derogat legi generali*) tornará o regime de prisioneiros de guerra regido pela lei de Genebra e os métodos por Haia.

Entretanto, se o conflito gerar refugiados (deslocamento forçado, no caso, por motivos de perseguição política, por

exemplo), os tratados de 1957 (e protocolo de 1951 e de 1984), tal como os tratados de 2018, regerão tal condição. Há ainda, o princípio “in dúbio pro homine”, segundo o qual a norma mais favorável ao ser humano será aplicável, se não houver lei especial.

Essa ideia coaduna-se com o diálogo de Cortes e com a simbiose teorizada por Peter Haberle. Como ilustração da convergência, pode-se citar o Artigo 3º comum presente nos documentos humanitários e os artigos iniciais da Convenção de Montevideu sobre Direitos dos Estados (1933), os quais são *ipsis literis* retirados da Declaração Universal de 1948 e estão presentes no Pacto de San José e nos dois protocolos de 1966 também. Ainda, o Protocolo de San Salvador repete o Pidesc (66).

As normas de jus cogens associam-se diretamente à perspectiva jusnaturalista, pois tendem a ser consideradas como relativização do voluntarismo dos Estados, advogado por Jellinek, por exemplo. Jus cogens estão presentes na Convenção de Viena do Direito dos Tratados (1969) no artigo 36 e no relatório da Comissão de Direitos Internacional da ONU (CDI) sobre normas de jus cogens, de 2016. Essas são normas imperativas de direitos as quais apenas podem ser alteradas por normas de igual valor e que, por seu valor, nenhuma derrogação é permitida. Não são fontes, mas status normativo que *sole* ser encontrado em normas costumeiras. Segundo o relatório supracitado, elas possuem valor *erga omnes* e hierarquia superior às demais normas (até mesmo em relação ao artigo 103 da ONU). Se um tratado violar jus cogens, todo o tratado, em tese, será nulo desde origem (*ex nunc*), havendo possibilidade de exceção caso alguma disposição não tenha sido afetada. Os Estados devem agir para desfazer atos realizados que violem jus cogens e não há qualquer formação de norma (positivação) em violação a jus cogens, pois *ex injuria jus non oritur*; assim, como em casos como o parecer sobre a Namíbia e o Caso de Manchukoo (Doutrina Stimson), não se deve reconhecer atos nesse sentido. Os costumes violadores tampouco são

formados, segundo o relatório e a CVDT/69. Os atos unilaterais de Estados, as resoluções de OIs seguem a mesma lógica: nenhuma derrogação é permitida, há nulidade ab initio e ex tunc e dever de cessar qualquer ato remanescente de uma norma violadora. As normas de jus cogens têm origem, geralmente, por meio de costume, assim, é necessário que haja uma percepção de norma obrigatória e um compartilhamento por parte substancial dos Estados nesse sentido, não há necessidade de unanimidade, mas ambas as características subjetivas (*opinio iuris sive necessitatis*) e a material (*inverterato consuetudo*) devem estar presentes. O jus cogens pode ser por meio de Princípio Geral ou tratado (ou qualquer outra fonte). Por exemplo, a Resolução 2625/1970 tem normas principiológicas consideradas jus cogens (apesar de soft power, a princípio), como a autodeterminação dos povos. No relatório, tem-se a proibição da escravidão e tráfico de escravos (justiça universal), por exemplo. Essas duas citadas são normas de direitos humanos, mas o princípio do “non refoulement” (Convenção de Refugiados de 1951) também é jus cogens, relacionando-se ao Direito dos Refugiados.

No Brasil, o direito que protege refugiados data de 1951, quando a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados foi criada. O Brasil internalizou, também, o Protocolo de 1967 (com reserva geográfica, entretanto). Em 1954, o Brasil assinou, em Caracas, um acordo sobre asilo diplomático e asilo territorial; em 1984, em Cartagena, a Declaração de Cartagena ampliou significativamente o escopo de refúgio no hemisfério, abrangendo fatos como opinião política e crises humanitárias e ultrapassando limites que restringiam a proteção à Europa, de 1967. Em 1997, a Lei 9474 foi promulgada no Brasil, inaugurando um regime mais protetivo que os citados e possibilitando a concessão de domicílio no país. Em 2017, a Lei de Migração alterou a perspectiva legislativa, entendendo os refugiados como tendo direitos trabalhistas e culturais, por exemplo. O Conare foi criado para gerir o estatuto do refúgio e decretos como o de 2011 possibilitam refúgio

simplificado para pessoas em fuga por matéria climática, o que destoa das normas internacionais positivamente e serviu para acolher haitianos. A Operação Acolhida recebeu refugiados venezuelanos. O refúgio é apenas declaratório no Brasil, ou seja, é um dever estatal preservar tais indivíduos. Em 2018, em Nova York, os acordos sobre Migração e Refúgio complementaram o arcabouço existente: Convenção de 1951 (restrita temporal e localmente), o protocolo de 1967 (retirou restrições), Convenção de 1984 em Cartagena, que explicitou o “non refoulement” e cabe mencionar que o artigo 4º de CF/88 trata da proteção aos direitos humanos como princípio de relações internacionais.

Resposta 4 – Marco de Rosis Muniz

Nota: 25,50 TL: 60 TP: 1022 TP/TL: 17,03

Como a Declaração final da Conferência da ONU sobre Direitos Humanos de 1993 reconheceu, os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. Nesse sentido, o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), o Direito Internacional Humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Refugiados (DIR) não são campos compartimentalizados na prática, embora se estude cada um deles separadamente, por opção didática. Os três são vertentes da busca internacional de promover a presidência dos direitos humanos e de proteger a dignidade humana, sob a égide do princípio “pro homine”, uma vez que se reconheceram os indivíduos como sujeitos de direito internacional.

O DIDH aproxima-se do DIH e do DIR, porquanto os três buscam proteger os mesmos aspectos jurídicos, os indivíduos, ainda que cada um se dedique a situações diferentes, nas quais essa proteção se faz necessária. Compõem a base normativa do DIDH a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Pactos Internacionais de 1966 (o de Direitos Civis e Políticos e o de

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), bem como a Carta da ONU (1945). Por sua vez, o DIH está baseado no Direito de Haia (1907) e no Direito de Genebra (1949). Já o DIR está pautado pela Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo adicional. Nota-se que as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (Direito de Nova Iorque), o Estatuto do TPI (Direito de Roma), bem como convenções como as sobre apatridia, eliminação da tortura e contra a discriminação feminina são, junto com declarações como a de Cartagena (1984) fontes de princípios, "soft law" e "hard law" dedicados à proteção dos indivíduos.

A convergência entre o DIDH, o DIH e o DIR refere-se ao fato de que essas três vertentes da realização do propósito comum de proteger os indivíduos internacionalmente, em qualquer situação (Cançado Trindade). Convergem ao reconhecer os indivíduos como titulares de direitos e até de deveres no direito das gentes, bem como ao buscarem limitar a ação estatal, em casos que os Estados atacam ou não protegem seus nacionais, o que fundamenta noções como "dever de ingerência" e "responsabilidade de proteger", no bojo do CSNU, por exemplo.

As três vertentes de proteção internacional do indivíduo são complementares, pois cada uma se refere a uma circunstância: o DIDH majoritariamente ao tempo de paz; o DIH, aos tempos de guerra e de conflitos intraestatais; o DIR às situações de perseguição ao indivíduo. Tanto no antigo "jus ad bellum" quanto no "jus in bello", há normas de proteção aos indivíduos.

Sobre o conceito de "jus cogens", deve-se dizer que ele é definido no artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 (CVDT69) e também pela doutrina. O direito cogente é, no direito das gentes, um conjunto de normas peremptórias, obrigatórias a todos os sujeitos de direito internacional, que são inderrogáveis, exceto por normas de igual natureza. Vale dizer que a CVDT69 não os enumera, de forma que

cabe à doutrina majoritária e a cortes internacionais identificá-los, de forma unânime.

O reconhecimento de uma norma de "jus cogens" afeta obrigações dos Estados no direito internacional ao impor eles obrigações objetivas, cujo desrespeito implica a anulação de normas que não forem contrárias lhes forem contrárias e pode implicar responsabilidade internacional agravada, se se seguirem os termos do projeto de artigos da Comissão de Direito Internacional (CDI) de 2001, sobre a responsabilidade internacional dos Estados, elaborado por Roberto Ago. Nesse sentido, princípios como o "ex-injuria non oritur" demonstram o aspecto "erga omnes" e inderrogável do "jus cogens".

Doutrinadores como Salem Nasser e Dire Tladi têm enumerado alguns exemplos de normas de "jus cogens". Nota-se que Tladi é o autor do projeto de artigos da CDI sobre o tema de "jus cogens". São exemplos de normas peremptórias de direito das gentes: 1) a autodeterminação dos povos; 2) e proibição da escravidão; 3) a proibição da tortura; 4) o "non-refoulement" (Segundo se lê na Declaração de Cartagena de 1984).

Vale ressaltar que normas de "jus cogens" podem advir das fontes mais variadas de direito das gentes, como tratados, costume, decisões de organizações internacionais e princípios gerais de direito.

Quanto ao regime internacional de proteção dos refugiados, instituído com base no DIR, reconhece-se que a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seus protocolos da década de 1960 são a base jurídica desse regime. Trata-se de um regime pautado pela existência de organizações, com destaque para o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR). Nota-se, também, a relevância, ainda que haja polêmica quanto a sua existência, da agência da ONU dedicada à proteção dos palestinos (UNRWA). São importantes, também, a Declaração de Cartagena de

1984 e o Pacto Global sobre Refugiados (2018), dado o “soft law” que apresentam.

No direito internacional, são reconhecidos como refugiados aqueles indivíduos que deixam seu país de origem ou de residência por fundado temor de perseguição em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social e opinião política. Aspectos como fuga por catástrofe ambiental e por violência generalizada são aspectos em debate como motivos para considerar-se um imigrante forçado como um refugiado. O refúgio, comprovado os requisitos, torna-se um direito subjetivo do indivíduo e impõe deveres ao Estado receptor, como o de garantia de direitos humanos, direito à vida e à educação, por exemplo, o de não extraditar ou expulsar refugiados de volta a países nos quais poderão eles serem alvo de perseguição.

No Brasil, a proteção dos refugiados está, juridicamente, pautada pelo Estatuto do Refugiado (Lei 9474/1997) e pela Lei de Migração (Lei 13445/2007), bem como pela dignidade humana, nos termos da Constituição de 1988. Em linhas com a Convenção de 1951 e com a Declaração de Cartagena (1984) o Brasil reconhece como motivos de refúgio a perseguição mencionada no regime no regime internacional do tema, bem como motivos enumerados na Declaração de 1984, como grave violação de direitos humanos. O refúgio é direito subjetivo e cabe ao CONARE avaliar os pedidos, negando-, se o indivíduo tiver cometido crimes de guerra ou contra à humanidade, como a Lei de Migração determina. Assim, no direito das gentes, os indivíduos deixaram de ser objeto de compaixão e se tornaram sujeitos de direito (Paul Sieghart).

Resposta 5 – Luis Marcelo Gomes Mendes Leite

Nota: 25,00 TL: 60 TP: 774 TP/TL: 12,9

O surgimento do indivíduo como sujeito do DIP, ainda que não consensual na doutrina, fica evidente por meio da análise de Antônio Augusto Cançado Trindade acerca das três vertentes do Direito Internacional: o Direito Internacional dos Direitos Humanos (centrado na Carta Internacional dos Direitos Humanos), o Direito Internacional Humanitário (centrado na Convenção de 1949 e nos protocolos de 1977) e o Direito Internacional dos Refugiados (centrado na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967). É, portanto, no período do pós-Segunda Guerra Mundial que esses ramos se aprofundaram.

Muito embora seja comum apresentar didaticamente uma leitura compartimentalizada e tripartite do referido assunto, convém pontuar que existem aproximações, convergências e complementaridades entre os três, especialmente o caráter protetivo dos indivíduos. Desse modo, protegem-no em contexto de guerra (humanitário), em contexto de migração forçada (refugiados) e em contexto mais amplo de paz (direitos humanos).

O direito internacional dos direitos humanos é delimitado pelo conjunto de documentos de alcance regional ou universal que criam obrigações positivas e negativas para os Estados. Destaca-se a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), os Pactos das Nações Unidas de 1966, dentre outros instrumentos temáticos.

O direito internacional dos refugiados é delimitado pelo Pacto de 1951, que criava limitações geográficas e cronológicas para a conceituação de refugiados (europeus no pós-guerra), pelo Protocolo de 1967, que retirava as limitações. Houve, ainda, a Declaração de Cartagena, de 1984, que ampliou o escopo do conceito de refugiado, com o objetivo de respeitar o princípio da prevalência dos Direitos Humanos. Além disso, apresentou o

princípio do "non-refoulement" como norma imperativa de jus cogens, que, segundo o art. 53 da CVDT/69, não pode ser afastado pelos Estados nem mesmo por tratado, sendo norma hierarquicamente superior.

O direito internacional humanitário protege os indivíduos durante os conflitos. É regido pelo conjunto de convenções de Genebra de 1949, que regulam a proteção dos indivíduos (civis, militares e serviços médicos) em guerra (conflito entre Estados). Seu escopo é complementado pelos dois protocolos de 1977, que regulam a proteção em conflitos internacionais (entre sujeitos do DIP) e não internacionais (entre não-sujeitos do DIP). Estes conflitos são regidos pelos protocolos adicionais e pelo art. 3º comum às convenções de 1949.

O conceito de "jus cogens" refere-se a normas de natureza vinculante a todos os sujeitos do DIP, sendo apontadas pela doutrina como normas de caráter hierárquico superior. Estão intimamente ligadas aos direitos humanos, e podem emanar de todos os tipos de fontes do DIP (estas não apresentam diferença hierárquica entre si). Ao reconhecer-se uma nova norma peremptória, como faz a Declaração de Cartagena de 1984 com o princípio do "non-refoulement", os Estados passam a estar vinculados a elas e os dispositivos contrários a elas passam à ilegalidade. Não há um rol exaustivo de normas de jus cogens, mas, em 2018, a CDI da ONU apresentou um relatório com alguns exemplos como: proibição da escravidão; proibição de penas degradantes como tortura; proibição de tráfico humano; proibição do genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

O regime internacional de proteção dos refugiados conta com um Alto Comissariado (ACNUR) e com documentos seminais, como a convenção de 1951, que, apesar de restritiva, criou as bases para o reconhecimento do atual conceito de refugiado: indivíduo que por razões de perseguição por motivo de raça,

religião, opinião política, grupo social ou nacionalidade, tenha sido obrigado a deixar seu país. Estas, que são as cláusulas de inclusão clássicas do conceito de refugiado, foram reiteradas pelo protocolo de 1967, suas restrições geográficas ou cronológicas, e foram ampliadas pela Declaração de Cartagena, que incluiu como cláusula de inclusão o cenário de violação generalizada de direitos humanos como condição. Mais recentemente, foram firmados os Pactos da ONU sobre Migração e Refúgio, que reiteraram o caráter protetivo, ampliando o conceito com a introdução dos refugiados climáticos.

No caso do Brasil, o arcabouço jurídico de proteção dos refugiados é fundamentado na Lei 9474/97, que incorporou o "espírito de Cartagena" ao consagrar o princípio do "non-refoulement" em seu artigo 7º. Além disso, a lei criou o CONARE, órgão responsável por subsidiar os processos de concessão de refúgio, a cargo do Ministério da Justiça. Em conformidade com o art. 4º da CF/88 (prevalência dos direitos humanos), a nova Lei de Migração (2017) reitera o sentido protetivo aos refugiados no Brasil, materializada na Operação Acolhida. Ainda, o Brasil foi o primeiro país latino americano a ratificar a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967. A Lei de 1997 estabelece os critérios de inclusão (mesmos de Cartagena), de exclusão (ação contra os princípios da ONU, crimes de guerra etc) e de perda de status (saída do país sem comunicação, cessação do risco etc).

Questão 3

Leia, com atenção, o excerto e a informação a seguir.

O Professor Cançado Trindade desempenhou muitos papéis ao longo de sua distinta trajetória. (...) No exterior, foi juiz primeiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (1995-2008) – tendo sido seu presidente (1999-2004) – e depois na Corte Internacional de Justiça (2009-2022). Em ambos os tribunais, desempenhou um papel de liderança na evolução do direito internacional contemporâneo. Dedicou uma quantidade enorme de pesquisa a seu Curso Geral de Direito Internacional Público, apresentado em dois volumes à Academia de Direito Internacional de Haia, em 2005 (“Direito Internacional para a Humanidade: rumo a um novo Jus Gentium”). Com o risco de cometer injustiça aos demais livros que publicou, cabe destacar também seus Princípios do Direito Internacional Contemporâneo e seu Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos – este publicado em três volumes.

TRINDADE, Adriano; Otávio; Vinícius. A nosso pai, com carinho: uma homenagem ao professor Cançado Trindade por seus filhos. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, 81, 15-28, 2022.

Em sua trajetória acadêmica e profissional, o professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade marcou o direito internacional, em especial o direito internacional dos direitos humanos. Tendo atuado como juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos e, posteriormente, na Corte Internacional de

Justiça, o professor Cançado Trindade fez história por sua dedicação às instituições internacionais e por ter inspirado gerações de profissionais e acadêmicos comprometidos com os direitos humanos no Brasil e no mundo.

Considerando que o excerto apresentado e a informação têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a relação do Brasil, com esse sistema. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) a origem histórica, os órgãos constitutivos e as normas fundamentais que orientam o Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
- b) a participação do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e as características de dois casos referentes ao Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- c) o funcionamento do sistema de petições e casos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e
- d) o papel das organizações da sociedade civil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Extensão do texto: até 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, deve-se discorrer a respeito do momento histórico em que foi elaborada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada meses antes da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, com ativa participação das delegações latino-americanas. Espera-se, também, menção à criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no bojo da Organização dos Estados Americanos (OEA). Destacadamente, deve-se fazer menção à aprovação da Convenção Americana dos Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica. A Convenção, que tem status de tratado internacional de direitos humanos, estabelece o mandato da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A convenção também estabelece todas as normas que regem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No segundo tópico, o candidato deve comentar acerca da participação ativa do Brasil na proposição e negociação das normas interamericanas. O Brasil, como Estado-membro da OEA, participou ativamente da negociação da Declaração Americana dos

Direitos e Deveres do Homem e da Convenção Americana dos Direitos Humanos. O Brasil reconhece ainda a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que possibilita que casos de violações de direitos humanos ocorridas no território brasileiro sejam recebidos e considerados por aquela Corte, dentro das normas previstas pela Convenção Americana. Inúmeros casos contra o Brasil podem ser citados. Chegaram à Corte Interamericana e podem ser mencionados pelo candidato casos Vladimir Herzog e outros; Favela Nova Brasília; Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde; Damião Ximenes Lopes; Escher e outros; Sétimo Garibaldi; Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia); Povo Indígena Xucuru e seus membros; Sales Pimenta; e empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus. Na Comissão, e não referenciados para a Corte, há um amplo número de casos que podem ser citados, sendo dois exemplos o caso Maria da Penha Maia Fernandes e o caso do Soldado Márcio Lapoente da Silveira.

No terceiro tópico, é desejável que o candidato demonstre conhecimento relacionado ao funcionamento do sistema de petições e casos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. É importante que aborde a possibilidade de que vítimas de violações de direitos humanos recorram à Comissão quando tiverem sido esgotados os recursos judiciais internos. Nessas situações, pode-se apresentar petição diretamente à Comissão, sem necessidade de advogado. Em casos graves e urgentes, em que haja o risco de danos irreparáveis, possíveis vítimas podem solicitar à Comissão que determine medidas cautelares para observância do Estado em questão. Em ambas as circunstâncias, a Comissão cumpre papel subsidiário ao sistema de justiça e proteção dos direitos humanos dos estados-membros da OEA, inclusive daqueles que não são signatários da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

No quarto e último tópico, é importante que o candidato discorra a respeito da atuação das organizações da sociedade civil como representantes de vítimas de violações de direitos humanos, ainda que não haja exigência de representação para se peticionar à Comissão. As organizações da sociedade civil, com seu conhecimento e experiência no sistema interamericano, ajudam as vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares a entenderem as regras e os ritos do sistema. Elas oferecem apoio também para redação das peças apresentadas à Comissão, para coleta dos documentos necessários e nas audiências para consideração do caso. Por fim, e não menos importante, as organizações da sociedade civil podem auxiliar vítimas e seus familiares no pedido de reparação pelo Estado e de medidas de não repetição, as quais visam ao estabelecimento de políticas e ações que possam impedir futuras violações.

Referências

ALBUQUERQUE, Aline; PERES, Luciana. Sistema interamericano de direitos humanos: teoria e prática. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2019.

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, 1948.

Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica, 1969. CIDH. Folheto Informativo: Sistema de Petição e Casos, 2010.

PIOVESAN, Flávia; CUNHA CRUZ, Júlia. Curso de direitos humanos: sistema interamericano. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SIKKINK, Kathryn. Latin American countries as norm protagonists of the idea of international human rights. *Global Governance*, 20, 389, 2014.

TRINDADE, Adriano; TRINDADE, Otávio; TRINDADE, Vinícius. A nosso pai, com carinho: uma homenagem ao professor Cançado Trindade por seus filhos. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, 81, 15- 28, 2022.

Quesitos de pontuação

Q1. Menção à adoção da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

Q2. Menção à criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Q3. Menção à adoção da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

Q4. Menção à criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q5. Identificação da participação ativa do Brasil na proposição e negociação das normas interamericanas.

Q6. Identificação do reconhecimento, pelo Brasil, da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q7. Apresentação das características de um caso referente ao Brasil junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q8. Apresentação das características de outro caso referente ao Brasil junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Q9. Explicação a respeito da submissão de petições e da abertura de casos junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Q10. Explicação acerca da atuação das organizações da sociedade civil como representantes de vítimas de violações de direitos humanos e como proponentes de medidas de não repetição.

Resposta 1 – Bárbara Macedo Perrenoud

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 562 TP/TL: 14,05

A Carta de Bogotá (1948), que constituiu a Organização dos Estados Americanos (OEA), consagra o respeito aos direitos humanos como um princípio fundamental do sistema interamericano e determina a criação de uma instância específica para o tema. No entanto, apenas em 1959 foi estabelecida a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como um órgão da OEA, sediado em Washington, cuja membresia abrange todos os 35 Estados-membros da organização. A Comissão é composta por 7 indivíduos que exercem suas funções de forma independente, não sendo representantes dos Estados. A regulamentação integral da Comissão ocorreu em 1969, com a adoção da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), que dispõe sobre direitos civis e políticos. O Pacto de San José também criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, efetivamente inaugurada em 1979. Em contraste com o que ocorre na Comissão, nem todos os membros da OEA são signatários do Pacto e, conseqüentemente, parte do Estatuto da Corte. O Brasil ratificou o Pacto em 1992 e reconheceu a competência da Corte em 1998 (para fatos posteriores a essa data e com reserva de reciprocidade). A Corte é composta por 7 juizes, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, e detém jurisdição contenciosa e consultiva. Apenas a Comissão e os Estados podem ser partes em casos contenciosos. Para que um caso chegue à Corte, é necessário que todos os recursos internos tenham sido esgotados e que o caso tenha sido previamente submetido à Comissão.

Após a adoção do Pacto de San José, foram concluídos outros tratados que também integram o sistema interamericano. O Protocolo de El Salvador, sobre direitos sociais e culturais, foi assinado em 1987. Em 2001, foi adotada a Carta Democrática Interamericana. Outros tratados no âmbito do sistema interamericano incluem a Convenção Contra a Tortura, a Convenção Contra o Desaparecimento Forçado e a Convenção Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, esta última promulgada no Brasil com status de Emenda Constitucional. Ressalte-se que a jurisdição contenciosa *ratione materiae* da Corte abrange o Pacto de San José, os artigos 8 e 13 do Protocolo de San Salvador, e as Convenções Contra Tortura e Desaparecimento Forçado.

Um dos casos mais paradigmáticos envolvendo o Brasil na Comissão foi o Caso Maria da Penha, relativo à omissão do Estado na proteção da Sra. Maria da Penha, vítima de violência doméstica. Em decorrência da orientação da Comissão, foi promulgada, em 2006, a Lei Maria da Penha, que tipifica a violência doméstica e estabelece medidas de proteção às mulheres. Na Corte, o primeiro caso contra o Brasil foi o Caso Ximenes Lopes, com condenação proferida em 2006 e recentemente extinta por cumprimento de sentença. Ximenes Lopes foi um paciente psiquiátrico que faleceu em decorrência de maus-tratos no hospital. Petições à Comissão podem ser feitas por Estados, indivíduos ou organizações da sociedade civil. Há exigência de esgotamento dos recursos internos para a submissão de um caso à Comissão. Tanto a Comissão quanto a Corte podem adotar medidas cautelares, uma importante ferramenta de proteção aos direitos humanos à qual as organizações da sociedade civil têm acesso.

O Brasil comprometeu-se com a proteção e promoção dos direitos humanos, reconhecendo a jurisdição da Corte e cumprindo suas determinações. Além disso, brasileiros contribuíram significativamente para o funcionamento da Corte, a exemplo de

Cançado Trindade, que, enquanto presidente, alterou o regulamento interno para permitir que indivíduos se manifestassem em casos em julgamento.

Resposta 2 – Danilo Guilherme dos Santos

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 558 TP/TL: 13,95

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) tem suas origens na Carta das Nações Unidas (1945), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Carta da Organização dos Estados Americanos (1948) e na Declaração Interamericana de Direitos Humanos (1949), que passavam a consagrar a defesa da vida humana e dos direitos fundamentais dos indivíduos, como obrigação não apenas dos Estados, mas de toda a sociedade internacional. Dessa forma, nas décadas seguintes, são criados os órgãos que compõem o SIDH: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ("Comissão"), ligada diretamente à OEA; e a Corte Interamericana de Direitos Humanos ("Corte"), órgão criado pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica" - 1969) e à ela diretamente ligado.

Considera-se que todos os Estados-membros da OEA são, também, parte da "Comissão", mas apenas aqueles que assinaram a Convenção são partes da Corte (o Brasil ratificou apenas em 1992, aceitando a jurisdição obrigatória em 1988). A competência "Ratione personae" do SIDH é apenas para os Estados (polo passivo) e a Comissão, representando as vítimas, no polo ativo (jurisdição contenciosa); nessa mesma jurisdição, considerando a competência "ratione materiae", consiste na Carta da OEA e na Convenção (considerando seu Protocolo de 1988 - Pacto de San Salvador - direitos sociais, não ratificado pelo Brasil). Já na Consultiva, a competência "Ratione personae", diferentemente da contenciosa, não exige que seja o Estado parte da Corte, pode ser

qualquer membro da OEA. Materialmente, a competência é ampla, aceitando toda e qualquer normativa relacionada, de Direito Interno ou Direito Internacional Público, do SIDH ou de outros sistemas/regiões do mundo.

A participação brasileira no SIDH se dá tanto pela expertise de seus juristas, como também, no polo passivo, respondendo a processos. A Corte, que é composta por 7 membros, com mandatos de cinco anos (possibilitando reeleição) e responsável por julgar os casos a ela apresentados pela Comissão, de violações de DDHH e em ofensa aos princípios da Carta e da Convenção, já contou com o brilhante jurista mineiro Antonio A. Cançado Trindade (1995-2008) e, atualmente, tem o jurista Rodrigo Mudrovitsch em seus quadros (desde 2022). A Comissão, por sua vez, recebe petições de indivíduos, analisa a viabilidade do caso, verifica aspectos formais (esgotamento das vias internas), promove diligências, colhe provas, dentre outras atribuições, é composta também por 7 membros (indicados a título pessoa, como no caso da Corte), para mandatos de quatro anos, também passível de recondução e já contou com a jurista paulista Flávia Piovesan (2018-22) e atualmente conta com presidente e vices todas mulheres, fato inédito na história. Como polo passivo, o Brasil já figurou em casos que passaram apenas pela Comissão: Caso Maria da Penha (orientou a elaboração da lei homônima de 2006) e Belo Monte (nesse caso, o Brasil não seguiu a orientação). Na Corte, é possível apontar os casos Lund (Desaparecimento forçado é crime continuado); Herzog (imprescritibilidade de crimes contra a humanidade) e Alcântara (Brasil deveria ter concedido títulos de terra para comunidades quilombolas). Quanto ao direito de petição, o SIDH o confere aos indivíduos, mas o peticionamento só pode ser feito à Comissão, após esgotamento das vias internas, que, após investigação preliminar, apresenta o caso à corte. Nesse sentido, repete-se o papel das organizações da sociedade civil, que auxiliam nas orientações conferidas às vítimas, no peticionamento

(técnicos e advogados) e, depois, pressionam e fiscalizam o SIDH, podendo, inclusive, figurar como "Amicus Curiae".

Resposta 3 – Marco de Rosis Muniz

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 652 TP/TL: 16,30

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) surgiu após a Segunda Guerra Mundial, na esteira do desenvolvimento da noção de necessidade de se proteger, de se promover e de se garantir os direitos humanos. Diante dos horrores da guerra e das violências perpetradas pelos Estados, o SIDH desenvolveu-se em paralelo ao sistema internacional dedicado aos direitos humanos. Há uma declaração interamericana sobre os direitos humanos. Em 1959, no bojo da Organização dos Estados americanos (OEA), estabeleceu-se a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), cuja sede é em Washington. Posteriormente, nos marcos jurídicos do SIDH, criou-se a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtIDH), criada em 1969 e estabelecida em 1979, com sede em São José. A CtIDH foi criada pelo principal instrumento jurídico do SIDH, o Pacto de São José da Costa Rica (1969), que foi complementado pelo Protocolo de San Salvador. Nota-se que, na Carta da OEA e em outros documentos jurídicos interamericanos, mencionam-se direitos humanos.

A participação do Brasil foi a de Estado engajado, a partir de 1990, quando o país passou a reconhecer a jurisdição da CtIDH para julgar casos ocorridos no país, após a data de reconhecimento desta jurisdição. Foi um momento de renovação de credenciais internacionais, que visou a engajar o Brasil no tema dos direitos humanos, após décadas de posição defensiva, em função do regime militar no país. Um célebre caso para envolver o Brasil foi a condenação na CtIDH por ter violado o direito da família de Vladimir Herzog à justiça e a informação, diante do

desaparecimento forçado dele (Caso Herzog). Outro célebre caso foi o da “condenação” do Brasil, na CIDH, não na Corte, por não evitar a violência contra Maria da Penha e não garantir a ela o acesso à justiça e reparações (Caso Maria da Penha). O engajamento do Brasil refere-se à aceitação de responsabilidade por atos que geraram estes casos ou outros, como o Gomes Lund, Damião Ximenes Lopes, Favela Nova Brasília e Comunidades Quilombolas de Alcântara (MA). Os direitos e a dignidade humanos prevalecem na política externa pátria.

Na Comissão de Direitos Humanos, composta por especialistas a título pessoal (como Flávia Piovesan), permite-se que indivíduos, grupos da sociedade civil e Estados peticionem a CIDH, para que esta analise casos de violação de direitos humanos nas Américas. O SIDH pauta-se pelo princípio da subsidiariedade, de forma que, somente quando há demora injustificada ou negligência estatal é que a jurisdição do SIDH pode ser acionada. A CIDH analisa as petições, inclusive por meio de visitas “in loco”, e pode emitir recomendações para o Estado violador, para que este sane violações de direitos humanos. Se houver extrema urgência e necessidade de proteger direitos e indivíduos, a CIDH pode emitir medidas cautelares. Uma vez que tenha recomendado medidas ao Estado denunciado na petição que recebeu, a CIDH encerrará o caso, se o Estado sanar a violação e reparar danos causados. No entanto, se isso não ocorrer, a CIDH poderá submeter o caso à CtIDH, que julgará e emitirá decisões vinculantes. Esta ação da CIDH é uma das duas formas de acionar a CtIDH. Ou a CIDH aciona, ou os Estados americanos, já que indivíduos, grupos e organizações civis não têm acesso direto à CtIDH.

No SIDH, as organizações da sociedade civil têm papel fundamental. Primeiro, elas funcionam como agentes de representação de indivíduos que não podem acessar ou não conhecem o SIDH. Nesse sentido, são agentes de denúncia, que peticionam à CIDH e que lhe oferecem informações convenientes e

oportunas sobre a situação dos direitos humanos no espaço interamericano. Também, essas organizações difundem regional e nacionalmente direitos e decisões da CIDH e da CtIDH, garantindo o acesso à informação de todos. As organizações monitoram, defendem, denunciam e pressionam Estados e órgãos do SIDH e do sistema interamericano. Vale notar que a Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha são tributárias da ação de organizações da sociedade civil no bojo do SIDH.

Resposta 4 – Rogério Gonçalves Graças

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 632 TP/TL: 15,8

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos surgiu no escopo da Organização dos Estados Americanos, criada na Conferência de Bogotá (1948). No mesmo ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), foi criada a Convenção Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem. Em 1969, foi criada a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José). Em 1979, criou-se o Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Referidos tratados americanos de DH (1948, 1969) versam sobre direitos de 1ª geração (civis e políticos, relacionados à abstenção por parte do Estado). Criado em 1988, o Protocolo de San Salvador dispõe sobre direitos econômicos, sociais e culturais (2ª geração). Em 1994, criou-se a Convenção de Belém (sobre os direitos das mulheres). A Corte Interamericana teve sua jurisdição aceita pelo Brasil em 1992. O Sistema Interamericano visa a complementar tanto o direito internacional dos DH quanto a legislação brasileira, ao possuir caráter subsidiário em relação à jurisdição doméstica dos Estados. No Brasil, tratados de direitos humanos aprovados com rito comum têm status supralegal (acima das leis ordinárias, mas abaixo da CF/88, cf. ADI 1480). Prioriza-se a jurisdição doméstica na proteção dos DH, se efetiva.

Todos os Estados partes da OEA são partes no Pacto de São José. A Corte Interamericana deve ter sua jurisdição aceita pelos Estados (não ocorre ipso facto). Apenas Estados e a Comissão Interamericana podem ser partes na Corte. Permite-se que indivíduos, porém, façam sustentações orais no curso de um processo, em defesa de direitos e no fornecimento de provas. A Corte Interamericana delibera por quórum de cinco juízes. Estados, se condenados, devem cessar a prática do ilícito (violação do Pacto de São José), fornecer garantias de não repetição e, se for o caso, indenizar as vítimas (a sentença da Corte tem força de coisa julgada e cogência no Brasil, cabendo a execução pelo juiz de 1º grau). Em 2018, o Brasil foi condenado pela Corte no caso Vladimir Herzog, que ocorrera no contexto do regime militar. Para a Corte, a Lei de Anistia (1979) não deveria continuar a obstar a investigação e a punição, por parte do Estado brasileiro, daqueles que cometeram graves violações de direitos humanos, não cabendo à Corte analisar a compatibilidade entre a Lei da Anistia e a Constituição Federal de 1988, mas sim efetuar controle de convencionalidade entre o Pacto de São José (supralegal) e a legislação comum do país (Lei da Anistia). No caso Guerrilha do Araguaia, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana, que afirmara, na sentença, ser o desaparecimento forçado crime de natureza continuada. Houveram outras condenações (caso Escher e outros x Brasil). No âmbito da Comissão Interamericana, recomendações atinentes ao caso Maria da Penha contribuíram para a edição da Lei Maria da Penha no Brasil. Em todas as ocasiões referidas, o Estado brasileiro observou as decisões da Corte. Por essa razão, medidas foram tomadas em prol da reparação à violação de direitos humanos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode receber petições de indivíduos, grupos de indivíduos, ONGs e outras entidades não estatais que se achem lesadas pela violação de direito previsto no Pacto de São José. A Comissão realiza recomendações. Caso pertinente, os casos são por ela remetidos à

Corte Interamericana. A Corte pode editar medidas provisórias. O sistema de petições confere maior abrangência protetiva aos direitos humanos, pois a Comissão, ao ter extenso escopo de atuação (ainda que recomendatório), constrange os Estados a respeitar a Convenção Americana. No caso de Belo Monte (2011), porém, o Brasil considerou inadequado (intervenção nos assuntos internos) parecer da Comissão (que tem sede em Washington) e passou a defender sua reforma desde então. Sobretudo por meio da Comissão, organizações da sociedade civil são atores fundamentais na defesa de direitos humanos, seja por meio do sistema de petições, seja por meio da constante vigilância da atividade estatal.

Resposta 5 – Tércio William Pereira Rocha

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 474 TP/TL: 11,85

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) está assentado em dois sistemas – Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1948, e Convenção Interamericana de Direitos Humanos, de 1969, também conhecida como Convenção de San José. A OEA, criada pelo Pacto de Bogotá de 1948 – que não se confunde com o pacto de mesmo nome e ano, que estabelece cláusula compromissória para a Corte Internacional de Justiça (CIJ) -, remonta às Conferências Pan-Americanas, que ocorreram em dez oportunidades – a OEA foi criada na nona edição. No âmbito da OEA, foi celebrada a Declaração Interamericana de Direitos Humanos (1948), que é anterior à Declaração Internacional celebrada pela ONU. A Convenção de San José dispõe somente de direitos civis e políticos – os direitos econômicos, sociais e culturais foram incorporados à Convenção por meio do Protocolo de San Salvador (1988). Anteriormente à Convenção, em 1959, foi criada a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que se encontra sediada em Miami, assim como

a OEA. A Convenção estabeleceu a Corte Interamericana de Direitos Humanos (1969), com sede em San José.

A Corte possui competência contenciosa e consultiva. A competência contenciosa abrange a Convenção e seu protocolo (artigos 8º e 13), além da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e da Convenção Interamericana contra o Desaparecimento Forçado de Pessoas (*ratione materiae*). A competência consultiva abrange a resposta a dúvidas com respeito à legislação de direitos humanos (DH) no âmbito interamericano, cujas solicitações de parecer podem ser apresentadas pelos Estados Partes e pela Comissão. A Corte pode, também, fornecer parecer relacionado a qualquer tratado de DH no âmbito dos Estados Partes. Somente Estados Partes e a Comissão têm acesso direto à Corte. Desse modo, os indivíduos, esgotados os recursos internos em seus Estados, podem realizar petições somente à Comissão, que, por sua vez, os direcionará à Corte. Caso seja iniciada uma ação pela Corte, o indivíduo interessado terá o direito de acompanhá-la diretamente. No âmbito da Comissão, admitem-se comunicações interestatais, caso os Estados reconheçam essa possibilidade sob reciprocidade – o Brasil não admite essa possibilidade. As organizações da sociedade civil têm acesso somente à Comissão. Estas, entretanto, têm exercido papel de crescente protagonismo no desenvolvimento regional dos DH.

O Brasil ratificou a Convenção em 1992 e reconheceu a jurisdição obrigatória da Corte em 1998. O Brasil já participou de diversos casos no SIDH, tendo sido absolvido apenas no Caso Nogueira de Carvalho. Nos Casos Gomes Lund e Herzog, o Brasil foi condenado, nos quais restou demonstrada a incompatibilidade entre a Lei de Anistia brasileira (1979) e os DH, pois, ainda que o Brasil não seja parte da Convenção sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade, está vinculado pelo Costume. No âmbito da Comissão, destaca-se o Caso Belo

Monte, em 2001, cujas críticas ao projeto brasileiro estremeceu o relacionamento entre o país e a Comissão.

Questão 4

Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Por quase meio século – tempo similar à existência das Nações Unidas –, a Assembleia Geral reconheceu a necessidade de estabelecer um tribunal para processar e punir responsáveis por crimes como genocídio.

Muitos pensaram, sem dúvida, que os horrores da Segunda Guerra Mundial – os campos, a crueldade, os extermínios, o Holocausto – não poderiam voltar a acontecer.

E, no entanto, repetiram-se. No Camboja, na Bósnia e Herzegovina, em Ruanda. Nosso tempo – mesmo esta década – mostrou-nos que a capacidade do homem para o mal não conhece limites.

Genocídio – a destruição de um povo inteiro com base em suas origens étnicas ou nacionalidade – é hoje uma palavra também de nosso tempo, uma realidade hedionda que demanda uma resposta histórica.

Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas – 1997-2006
(tradução livre)

Considerando que o excerto apresentando tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos tribunais penais internacionais. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) o processo de criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), os tribunais ad hoc que o antecederam e os principais aspectos que os distinguem;

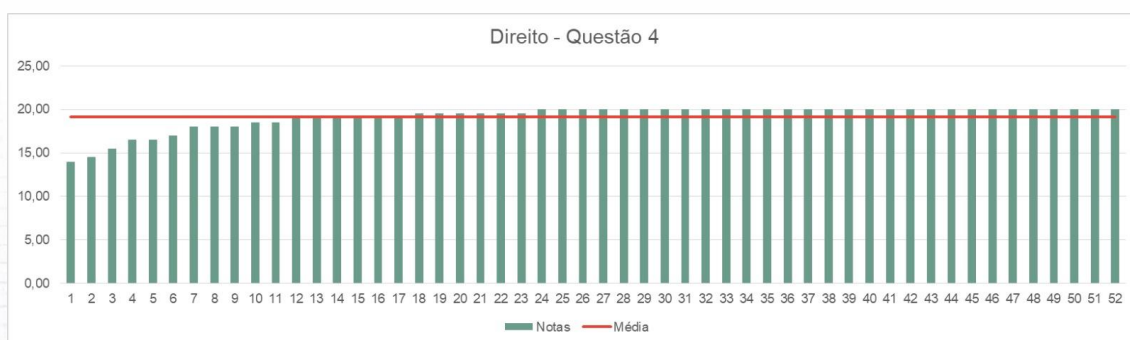
b) a relação entre direito internacional penal, direito internacional dos direitos humanos e direito internacional humanitário; e

c) a complementaridade entre o TPI e as jurisdições penais nacionais.

Extensão do texto: até 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer a respeito do histórico do pós-Segunda Guerra Mundial; dos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio, bem como das discussões para a conformação do Estatuto de Roma no pós-Guerra Fria.

Q2. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer acerca dos Tribunais ad hoc para a antiga Iugoslávia e para Ruanda.

Q3. Espera-se que o candidato trate dos aspectos que distinguem o Tribunal Penal Internacional (TPI) dos tribunais ad hoc para a antiga Iugoslávia e para Ruanda, como, por exemplo, o caráter permanente do TPI; a excepcionalidade e a complementaridade do TPI, que difere dos tribunais ad hoc para a antiga Iugoslávia e para Ruanda por não concorrer com as jurisdições nacionais; a competência espacial do TPI em relação aos Estados-parte do Estatuto de Roma, entre outros.

Q4. Espera-se que o candidato seja capaz de tratar da evolução do direito internacional penal em sua relação conceitual, terminológica e principiológica com a crescente afirmação dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, verificada em tratados e na jurisprudência internacionais pertinentes, conforme corroborado pela doutrina referente ao assunto.

Q5. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer no tocante à característica do direito internacional penal como a ultima ratio da proteção internacional dos direitos humanos, ou seja, a investigação e a punição pelo cometimento dos crimes internacionais, possibilitada pelo direito internacional penal, como mecanismo utilizado pela comunidade internacional para implementar o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário, quando sua promoção e proteção tiverem sido insuficientes.

Q6. Espera-se que o candidato trate da relação entre, de um lado, os direitos e as garantias que o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário, que têm o objetivo de proteger e promover e, de outro lado, os crimes internacionais contemplados pelo Estatuto de Roma, que prevê

investigação e eventual punição quando aqueles direitos são gravemente violados.

Q7. Espera-se que o candidato seja capaz de discorrer acerca do conceito e da definição de complementaridade, no sentido de que “a jurisdição do TPI terá caráter excepcional e complementar, isto é, somente será exercida em caso de manifesta incapacidade ou falta de disposição de um sistema judiciário nacional para exercer sua jurisdição primária”.

Q8. O candidato deverá tratar da importância do princípio da complementaridade, enunciado não apenas no preâmbulo, mas, também, no art. 1º do Estatuto de Roma, considerado, por parte da doutrina, como “basilar” ou um dos dispositivos mais relevantes do tratado. Consumidores perdem em termos de bem-estar. Por exemplo, ainda que um limite de preço máximo abaixo do equilíbrio pareça benéfico ao consumidor, o fato de não haver quantidade ofertada suficiente para satisfazer a demanda acaba gerando uma perda de bem-estar que, usualmente, é maior que o ganho de ‘comprar mais barato’. Uma análise análoga pode ser feita em relação à imposição de um preço mínimo acima do equilíbrio.”

O candidato poderá usar exemplos ou gráficos como parte da argumentação, mas eventuais incorreções ou inadequações conceituais no uso de tais ferramentas resultará na redução dos pontos do quesito correspondente.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Q9. Espera-se que o candidato discorra a respeito da complementaridade do TPI em sua relação com a soberania estatal, conforme estudos relacionados ao tema.

Q10. Espera-se que o candidato analise a complementaridade prevista no Estatuto de Roma e sua importância tanto para que os Estados signatários do Estatuto de Roma cooperem com o TPI quanto para que desenvolvam seus sistemas judiciais internos.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo, ou seja, a avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Quesitos de pontuação

Item a – Q 1, Q 2 e Q 3

Item b – Q 4, Q 5 e Q 6

Item c – Q 7, Q 8, Q 9 e Q 10

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BRASIL. Decreto no 4.388/2002. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm>. Acesso em: 26 set. 2023.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. Disponível em: <<https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/2024-05/Rome-Statute-eng.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2023.

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. do Nascimento e. Manual de direito internacional público. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de direito internacional público, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2015.

CARDOSO, Elio. Tribunal penal internacional: conceitos, realidades e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-315-tribunal_penal_internacional_conceitos_realidades_e_implicacoes_para_o_brasil>. Acesso em: 26 set. 2023.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Direito internacional penal: imunidades e anistias. Barueri, SP: Manole, 2012.

Resposta 1 – Luiza Griesang Cabistani

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 514 TP/TL: 12,85

O Direito Penal Internacional é o ramo do direito internacional que busca responsabilizar sujeitos perpetradores de crimes graves contra a comunidade internacional, como a violação de direitos humanos. O Tribunal Penal Internacional (TPI) resulta do Estatuto de Roma (1998-2002), e foi amplamente discutido por

2 anos. Diferente da proposta da Alemanha, não tem jurisdição universal, e depende da adesão dos Estados, exceto quando se trata de “refuller”, ou seja, quando o caso é encaminhado pelo CSNU. Ainda assim, tem competência ratio materie somente em relação a 4 crimes: genocídio (homicídio, tortura), crimes contra a humanidade, crimes de guerra e de agressão (definido pela Emenda de Kampala, de 2018, ainda não ratificada pelo Brasil). O TPI já contou com uma juíza brasileira, tem jurisdição permanente, prospectiva, com regras determinadas e estipuladas anteriormente ao julgamento do caso. Tem caráter rígido, na medida em que seus juízes não podem ser escolhidos pelas partes e foi constituído em contextos de limpeza étnica e genocídios. Sua competência pode decorrer de acordo com a localidade do crime ou da nacionalidade do perpetrador, exceto no crime de agressão, em que ambos requisitos são necessários.

Por outro lado, os tribunais ad hoc, como os de Ruanda e Nuremberg, também julgam indivíduos, como o TPI, mas são criados de maneira pontual, e após o julgamento, são finalizados. O direito aplicado é acordado, portanto, mais flexível, e seus juízes são escolhidos, de modo que não há jurisdição prospectiva, tampouco regras antecedentes ou permanentes. A decisão é inapelável, mas as partes podem requerer interpretação e revisão em relação ao laudo expedido. Já o TPI depende fundamentalmente da cooperação entre os Estados membros (art. 28 do E. de Roma) para exercer sua jurisdição, na medida em que os Estados devem fornecer informações e colaborar por meio de suas autoridades judiciais e administrativas. A jurisdição do TPI é subsidiária, ou seja, complementar às jurisdições penais nacionais; sua competência é atraída na medida em que os crimes tipificados não forem sancionados pelos Estados de forma independente, seja por omissão, complacência ou incapacidade.

O direito penal internacional está intimamente ligado aos direitos humanos e humanitário. Os crimes de guerra, por exemplo,

ocorrem em contextos onde o direito humanitário deveria prevalecer, conforme Conv. de Genebra (1949) e seus Protocolos Adicionais (1977). O DPI busca responder às violações graves de direitos humanos, como limpezas étnicas e transferências forçadas. De igual forma, ao ser aplicado, o DPI também deve respeitar os direitos humanos em suas fases instrutórias e executórias, a fim de que o indivíduo responsabilizado tenha direito à defesa, ao contraditório, e não seja submetido à condição vexatória ou degradante. Em caso de transferência de preso pelo TPI, deve haver consentimento do apenado e a garantia de condições dignas para o cumprimento de pena, proibida a tortura e os maus tratos. Em caso de extradição, o país deve cooperar, ainda que o acusado possua imunidade de jurisdição em seu país, conforme entendimento do TPI, do qual o Tribunal Africano discorda. A relação do DPI, dos DH e do direito humanitário é estreita e importante para uma resposta histórica, conforme Kofi Annan.

Resposta 2 – Leonardo Steil

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 643 TP/TL: 16,07

No direito internacional, a responsabilidade internacional do indivíduo é penal. Apesar de tentativas anteriores sem sucesso, a responsabilização de indivíduos por crimes graves no plano internacional emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial com a criação do Tribunal de Nuremberg e do Tribunal de Tóquio para julgar crimes de guerra, contra a paz e contra a humanidade. Após as crises nos anos 1990 na Iugoslávia e em Ruanda, com a criação de outros dois tribunais ad hoc, renovaram-se discussões que levariam a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) pelo Estatuto de Roma (1998). A principal distinção entre eles é o caráter permanente do TPI, com um secretariado, conferências das partes, procurador e 18 juízes, com a competência de julgar

indivíduos que cometeram crimes de genocídio, de guerra, de agressão ou contra a humanidade. Com essa tipificação detalhada, o TPI superou críticas dos tribunais ad hoc anteriores, de violarem princípios de juiz natural e condenação de crimes até então não tipificados ou de autoridades imunes. No TPI, o tribunal tem competência *ratione personae* de julgar indivíduos nacionais de Estado parte que cometeram algum crime de sua competência *ratione materiae* ou de qualquer nacionalidade se os crimes foram cometidos no território de algum Estado parte. Quanto ao crime de agressão, a jurisdição existe se o Estado do indivíduo nacional e o Estado onde o crime ocorreu forem ambos Estados partes das Emendas de Kampala (2010), para episódios a partir de 2018. O TPI também pode exercer tais competências caso o caso seja remetido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Ademais, o fundamento do TPI é convencional, pelo consentimento das partes.

Como o direito internacional penal atua sobre crimes de genocídio e contra a humanidade, ele se relaciona com o direito internacional dos direitos humanos. Como também atua sobre crimes de guerra e sobre o crime de agressão, também se relaciona com o direito internacional humanitário. De fato, esses regimes se relacionam e se complementam mutuamente, com a definição de limite de atuação dos Estados e indivíduos, cuja violação enseja a responsabilização do Estado e do indivíduo – no caso, o direito internacional penal procura processar e punir os responsáveis pelos crimes mais graves, combatendo a impunidade internacional. No processo de julgamento, também incidem princípios do regime geral dos direitos humanos, como a inexistência de pena de morte no TPI, ou o direito a um julgamento justo, com ampla defesa e a presunção de inocência.

Princípio norteador do TPI é a complementaridade. Neste sentido, a jurisdição do TPI é complementar às jurisdições penais nacionais. Assim, os Estados partes do TPI podem julgar

internamente os responsáveis pelos crimes previstos no TPI, como seria o caso do Brasil com relação ao genocídio, tipificado internamente, No entanto, caso o Estado não tenha competência de julgar algum crime, ou as condições, ou vontade, ou ainda haja um julgamento apenas para livrar a responsabilidade, o TPI tem competência sobre o caso e os Estados têm a obrigação de cooperar. O Brasil é parte do TPI por exemplo, mas ainda não é parte das Emendas de Kampala, nem regulamentou o tratado ou tipificou todos os seus crimes internamente, reconhece o princípio da complementaridade e o dever de cooperar com o tribunal. Esse tema é afastado também quando o CSNU remete o caso diretamente ao TPI. Em suma, há o dever de julgar ou cooperar – no caso, entregar o réu ao TPI.

No caso brasileiro, a jurisdição do TPI foi esclarecida com a EC-45 no Art. 5º, com parágrafo genérico sobre adesão a tribunal penal internacional, seja o TPI ou outro (inclusive ad hoc) que venha a fazer parte. O tema da cooperação com o TPI se dá via o instituto da entrega, que pode alcançar inclusive nacionais, haja vista que não se trata de uma extradição, esta sim vedada sobre brasileiro natos e brasileiro naturalizados (exceto por crime anterior à naturalização ou narcotráfico).

Resposta 3 – Géssika Mayumi Nakandakari Saori

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 465 TP/TL: 11,63

Os tribunais penais internacionais são tristes lembranças dos crimes que a raça humana é capaz de cometer em contextos de guerra (seja o conflito internacional ou interno). Logo após a Segunda Guerra Mundial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou dois tribunais penais internacionais ad hoc: o tribunal de Nuremberg e o Tribunal de Tóquio. Ambos julgavam crimes contra humanidade, crime de genocídio e crimes de guerra. Tóquio

também julgava crimes contra a paz, um antecessor do crime de agressão.

Com o fim da Guerra Fria, Francis Fukuyama chegou a falar em fim da história, alegando que o fim da bipolaridade traria a paz. Não aconteceu. Os massacres em Ruanda e na Ex-Iugoslávia fizeram com que o Conselho de Segurança criasse mais dois tribunais ad hoc: o tribunal penal internacional de Ruanda e o tribunal penal internacional para a ex-Iugoslávia.

Todos esses tribunais foram criados exclusivamente para lidar com situações específicas, de modo que suas jurisdições já se exauriram. Mostrava-se necessário, portanto, criar um tribunal internacional perene que pudesse zelar pelo Direito Internacional Humanitário. Foi assim que, em 1998, surgiu o Tribunal Penal Internacional (TPI). O TPI julga 4 crimes: crimes contra a humanidade, crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes de agressão (esse último regido pela Emenda de Kampala). Ademais julga crimes cometidos por pessoas dos Estados-parte ou cometidos em território de Estado-parte (o crime de agressão tem essas duas condições como cumulativas e exclusiva para Estados que assinaram a Emenda de Kampala).

A relação entre o direito penal, o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário é que todos tem o propósito comum de protegerem os seres humanos, seja em tempos de paz ou em tempos de guerra. O direito penal é tema de direito interno e rege relações dentro de um Estado entre civis daquele Estado. O direito internacional dos direitos humanos rege princípios universais de proteção aos humanos. O direito internacional humanitário rege o jus in bello, ou seja, a proteção de humanos durante a guerra. Os três zelam por relações pacíficas entre seres humanos e visam a coibir comportamentos tidos como danosos ao ser humano como um todo.

Sendo assim, o TPI não busca resolver sozinho o problema dos quatro crimes que julga. O TPI age de forma complementar às jurisdições penais nacionais de seus Estados-parte (e dos Estados que deem seu consentimento ad hoc). É um tribunal que trabalha com base no princípio aut dedere aut iudicare, ou seja, ou o Estado julga o crime ou envia para o TPI julgar.

Interessante pontuar que a criação do TPI consubstanciou que indivíduos são sujeitos de direito internacional e que não estão imunes à responsabilização por crimes internacionais. Os 4 crimes do TPI são uma das únicas instâncias em que se julga penalmente no direito internacional.

Resposta 4 – Anônimo

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 441 TP/TL: 11

No pós-2ª Guerra, foram criados tribunais penais internacionais "ad hoc" como forma de promover a responsabilização individual daqueles envolvidos na prática de atrocidades como crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Para além dos Tribunais de Nuremberg e de Tóquio, na década de 1990, foram criados o Tribunal para a ex-Iugoslávia e o Tribunal para Ruanda. Ressalte-se, todavia, que esses tribunais foram objeto de crítica, na medida em que, por terem sido criados pelos vencedores para punir os vencidos, se aproximavam de tribunais de exceção, julgando diferentes crimes e impondo diferentes penas, de acordo com o arbítrio de seus criadores. O Tribunal Penal Internacional surge, nesse contexto, como forma de garantir a responsabilidade penal dos envolvidos nos crimes de guerra, de genocídio, nos crimes contra a humanidade e de agressão (embora esta última tenha sido regulamentada posteriormente pela Emenda de Kampala).

Por meio do Estatuto de Roma, que estabelece a competência “*ratione materiae*” e “*ratione personae*” do Tribunal, que requer, de uma maneira geral, a aceitação de sua jurisdição, pune-se crimes cometidos por nacionais de Estados-membros ou cometidos dentro do território destes, mas também são aceitos “*referrals*” do Conselho de Segurança e denúncias do Procurador-Geral. Reduz-se, assim, a arbitrariedade do Tribunal, que tem juízes próprios, uma estrutura permanente e regras claras, ao mesmo tempo em que se busca garantir a responsabilização de graves violações de direitos humanos. Ressalte-se, ainda, que o Tribunal julga indivíduos e que os seus nove juízes são eleitos a título pessoal.

O TPI surge, assim, como forma de garantir a aplicação do Direito Internacional Penal – fortalecendo o Direito Internacional e a sua obrigatoriedade – e está intimamente relacionado com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e com o Direito Internacional Humanitário, já que pune crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, os quais constituem graves violações desses direitos. A punibilidade, nesse sentido, dissuade a prática de novos crimes e oferece justiça a suas vítimas.

No que diz respeito à complementariedade entre o TPI e as jurisdições nacionais, ressalte-se que aquele é acionado apenas em caso de impunibilidade a nível interno, servindo como recurso subsidiário caso os Estados não possam ou não estejam dispostos a punir o nacional envolvido no crime. Esse caráter do Tribunal busca resguardar princípios de soberania e de não intervenção. Ademais, o Tribunal depende da entrega do acusado em questão, uma regra que se aplica a qualquer membro que o abrigue em seu território.

Por fim, ressalte-se que, embora o TPI tenha representado importante evolução no Direito Internacional Penal, ele ainda sofre críticas por seletividade (por julgar majoritariamente africanos) e

por não ser capaz de responsabilizar nacionais de grandes potências.

Resposta 5 – Anônimo

Nota: 20,00 TL: 40 TP: 621 TP/TL: 15,53

No decorrer do século XX, a comunidade internacional percebeu a necessidade de criar um tribunal penal internacional, a qual se intensificou após as atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial. Assim, nos anos 1940, foram estabelecidos o Tribunal de Nuremberg e o Tribunal de Tóquio, os quais sofreram críticas por poderem ser considerados tribunais de exceção ao julgarem delitos pretéritos, violando o princípio da irretroatividade da lei penal. Já nos anos 1990, foram criados o Tribunal ad hoc para a ex-Iugoslávia e o Tribunal ad hoc para Ruanda, por meio de resoluções do CSNU, visando a evitar a impunidade de crimes cometidos nas guerras que aconteceram nesses países. Em 1998, houve a adoção do Estatuto de Roma, que entrou em vigor em 2002 e criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), com sede em Haia. Trata-se do primeiro tribunal penal internacional permanente e, ao contrário dos anteriores, esse tribunal foi constituído por tratado.

Outra distinção é que tanto a competência *rationae materiae* como a *rationae loci* do TPI são mais amplas que dos tribunais penais antecedentes. Além dos crimes de guerra, genocídio e contra a humanidade, que eram tipos penais já julgados pelos tribunais ad hoc, o TPI, que julga somente indivíduos, também tem competência para julgar o crime de agressão, conforme a Emenda de Kampala, em vigor desde 2018. Em relação à competência *rationae loci*, o TPI pode julgar crimes cometidos no território de Estado-parte do Estatuto ou por nacional de Estado-parte do estatuto, sendo ambos esses requisitos necessários no crime de agressão, caso a iniciativa seja do Procurador do TPI ou a denúncia

tenha sido feita por Estado. Esses requisitos são relativizados se a denúncia for proveniente do CSNU.

Logo, a competência do TPI é mais abrangente, o que fortalece o direito penal internacional e, conseqüentemente, o direito internacional dos direitos humanos (DIDH). Nos termos da Declaração de Viena de 1993, os direitos humanos são universais, indivisíveis e indisponíveis. Eles podem ser divididos em três gerações: direitos civis e políticos; direitos sociais, culturais e econômicos e direitos difusos. O direito à vida e à liberdade estão entre os direitos de 1ª geração e a atuação do TPI quando julga os crimes de sua competência tem como função assegurar o respeito a esses direitos humanos. Ressalta-se que, enquanto o DIDH é aplicado inclusive em tempos de paz, o direito internacional humanitário (DIH) aplica-se em contexto de conflitos. Ele pode ser subdividido em Direito de Genebra (proteção àqueles que não são combatentes no conflito), Direito de Haia (que regula os métodos e meios que podem ser empregados no decorrer do conflito, em respeito aos princípios da proporcionalidade e da necessidade) e Direito de Roma, no qual está inserido a implementação do direito internacional penal do TPI. Há, portanto, uma intrínseca relação entre direito penal internacional penal, DIDH e DIH.

Um dos princípios que regem o TPI é o princípio da complementariedade. Assim, cabe aos Estado nacionais julgarem primariamente os crimes de competência do TPI. A jurisdição do TPI é, portanto, subsidiária, razão pela qual só ocorre caso o Estado demonstre ser incapaz de julgar esses crimes, seja porque não possui legislação tipificando esses delitos, seja porque não detém instituições jurisdicionais imparciais ou impossibilitadas de efetivar o devido processo legal em tempo razoável. Essa complementariedade do TPI visa a evitar a ocorrência de impunibilidade dos delitos considerados de alta gravidade pela comunidade internacional. Ressalta-se que a exigência da presença do acusado no julgamento, assegurando-lhe direito ao

contraditório e à ampla defesa, bem como a ausência de previsão de pena de morte no Estatuto de Roma (a pena mais grave é a prisão perpétua), também são garantias que fortalecem o respeito aos direitos humanos. Violações às Convenções de Genebra de 1949 são crimes de guerra.

COMENTÁRIOS:

1. *A caneta utilizada (Muji 0.38) contribuiu para que eu conseguisse escrever 621 palavras nas 40 linhas disponíveis, ou seja, uma média de 15,5 palavras por linha;*

2. *Minha estratégia foi escrever tudo o que lembrava sobre o tema e que julgava responder o comando. Logo, optei por inserir ideias novas no último parágrafo, inclusive na última frase da resposta, visando a ter mais oportunidade para atender aos quesitos. Com isso, não houve espaço para um parágrafo de conclusão;*

3. *Interpus recursos a 4 quesitos, os quais foram deferidos.*

ESPAANHOL E FRANCÊS



Resumen

Carlos Saura frente al espejo: las memorias inacabadas del gran director

Por Elsa Fernández-Santos 06 de septiembre de 2023

Aunque en alguna ocasión aseguró que no perdería el tiempo escribiendo sus memorias, Carlos Saura se acabó traicionando a sí mismo y tres años antes de su muerte (falleció el 10 de febrero de 2023, a los 91 años) empezó a redactarlas. En su descargo hay que decir que seguramente no lo hubiese hecho sin el insospechado desafío de una pandemia. La soledad impuesta, especialmente cruenta con los ancianos, colocó al cineasta ante su propio espejo. Saura tituló esas memorias, que ahora se publican, *De imágenes también se vive* (Editorial Taurus). Trabajó en ellas hasta sus últimos días, aunque no las acabó. Su estilo fragmentado responde al propio carácter de su autor, a su vida entre sueños, y a que, como su hermano, el pintor Antonio Saura, tenía “la manía de llenar tableros de corcho de una iconografía particular”.

Creador incansable que se implicó en proyectos escénicos y documentales hasta el final de su vida, a Saura le gustaba bajar a Madrid desde su casa de Collado Mediano en el tren de Cercanías, pero con las alas cortadas por la alarma sanitaria global solo le quedó volar por la memoria, repasando álbumes y textos en el ordenador de su abigarrado estudio, un lugar repleto de cámaras, apuntes, postales, dibujos y fotografías. Una habitación con vistas que era el corazón de una casa y ese tablero visual de una vida:

“Ese tablero se renueva de vez en cuando”, escribe Saura en su libro, “no solo cuando una convulsión sentimental da al traste con años de vida en común y por lo tanto de recuerdos fotográficos, sino porque de vez en cuando surge la imperiosa necesidad de renovar la iconografía y ponerla al día”.

En ese lugar, donde nunca faltaron animales y niños, el cineasta empezó a desempolvar rincones de su infancia y primera juventud, médula de una existencia plena marcada por la sombra de la Guerra Civil, pero iluminada por los recuerdos de un hogar que sorteó con música y juegos las terribles circunstancias. Saura recuerda cómo su padre, vinculado al Gobierno de la II República, cuando el sitio de Madrid ya no daba tregua, improvisó una hoguera en el salón con la madera de las puertas de la casa. Creció asustado por las bombas, pero bajo el amoroso amparo de sus padres, Fermina y Antonio; la complicidad y camaradería con su hermano mayor, Antonio, enfermo y postrado en la cama durante casi toda su adolescencia, y el afecto de sus hermanas, María Pilar y Ángeles.

En uno de los mejores pasajes de su libro, resume así su paso por el mundo: “Con el estado de ánimo de quien reconoce que la vida ha sido amable, y que sería un desagradecido si no reconociera que hasta ahora los momentos placenteros han superado con creces aquellos otros dominados por la amargura y la desesperación, ahora me encuentro, con 90 años en las espaldas y en otro siglo del que nací, en condiciones de reflexionar sobre la persistencia de ciertas imágenes en la retina. Esas imágenes me han acompañado para recordarme que sí hay una respuesta a las grandes preguntas: ¿de dónde vienes y adónde vas? Vengo de allí, de la guerra. Voy allá, hacia la muerte, y entre medias la vida de cada día”.

Desde muy joven, Saura mostró su interés por diferentes disciplinas artísticas. La fotografía, la pintura y la música formaban parte del calor familiar. Pero la pasión por el cine nació en la calle,

cuando en el Madrid pobre y apaleado de la posguerra el pequeño se escapaba a las sesiones de los cines de barrio cercanos a su casa familiar de la avenida de Menéndez Pelayo para ver una y otra vez la versión de los años treinta de El prisionero de Zenda.

Saura evoca con precisión los primeros días de la guerra: los desfiles de milicianos con el puño en alto, las canciones, las ventanas de la ciudad cerradas y los juegos inocentes en un descampado contiguo a su edificio. También el hambre y los muertos. Una experiencia traumática que acabará reflejada de forma alegórica en películas tempranas como La caza (1966), El jardín de las delicias (1970), o La prima Angélica, filme de 1974 seleccionado para el Festival de Cannes que hablaba de la contienda desde la memoria de los vencidos y que se convirtió en diana mediática para la olla a presión de la agónica dictadura. La película provocó tal revuelo que acabó con el cese de dos ministros y algunos altercados ultras, incluida una bomba en la entrada del cine Balmes de Barcelona y un intento de robo de varios rollos de la película en otro cine, el Amaya de Madrid. Según Saura, que escribió el guion con Rafael Azcona, fue una conocida frase de Valle-Inclán la que le dio la clave narrativa que perseguía: "Las cosas no son como las vemos, sino como las recordamos".

Mucho antes de aquel suceso clave en la historia del cine español, la fotografía le permitió ganarse la vida muy pronto y configuró su manera de documentar la realidad y, por tanto, de filmar. Es imposible trazar el multifacético legado cinematográfico de Saura sin el eje de su ojo fotográfico. Su filmografía, más de medio centenar de largometrajes y medimetrajes, responde a épocas y tentativas muy dispares, con aciertos y tropiezos, éxitos internacionales incontestables y un homenaje final un día después de su muerte, el Goya de Honor, que sirvió de colofón para catalizar la admiración e influencia de su obra en las nuevas generaciones de cineastas.

Fue vanguardista por vocación, con un oído desprejuiciado que conectaba con las raíces y modas populares y un instinto que le permitía avanzar sin miedo a cambiar y equivocarse. Entre sus prácticas para el Instituto de Investigaciones y Experiencias Cinematográficas, embrión de la Escuela Oficial de Cine, destaca el cortometraje que le valió el título de fin de carrera, *La tarde del domingo*. Como en *Los golfos* (1960) o en *Deprisa, deprisa* (1981), a Saura le atraía el desasosiego y frustración juvenil, su inmediatez emocional.

Además, su obra está ligada a la colaboración con las mujeres de su vida. Su primera esposa fue la profesora, escritora y directora Adela Medrano, madre de sus hijos mayores, Carlos y Antonio; la actriz Geraldine Chaplin, madre de su tercer hijo, Shane, trabajó estrechamente en una etapa crucial de su cine, aportándole un importante bagaje intelectual y cultural; con Mercedes Pérez tuvo a sus hijos Manuel, Adrián y Diego, y con su compañera en las últimas décadas, la actriz Eulalia Ramón, a Anna, su única hija y el ojo derecho de su padre hasta el final.

Aunque en su trayectoria hay de todos los géneros, él picoteaba entre los hitos de su filmografía sin demasiado interés en mirar atrás. Ese sabio desapego, como su curiosidad de aprendizaje con lo nuevo y desconocido, le dotaban de una generosa naturaleza, algo que apreciaban muchos de los actores y colaboradores que trabajaron con él. La preparación de sus memorias no fue una excepción. Durante los últimos meses de su vida, Saura compaginó pasado y futuro mientras terminaba el documental *Las paredes hablan y los ensayos de Lorca por Saura con los recuerdos de casi un siglo recogidos ahora en De imágenes también se vive*.

Extraído y adaptado de [www.elpais.com](https://elpais.com). Disponible en: <https://elpais.com/eps/2023-09-06/las-memorias-visuales-de-carlos-saura.html#?rel=lom>. Consultado en septiembre de 2023.

Elabore un resumen, en lengua española, con su propio vocabulario, del texto presentado.

**Extencion del texto: hasta 60 líneas.
[valor: 25,00 puntos].**

Distribuição de notas



Padrão de respostas

En el texto, Elsa Fernández-Santos empieza comentando que, aunque Carlos Saura no pretendiera escribir sus memorias, empezó a hacerlo, sobre todo gracias a la soledad que la pandemia impuso, especialmente a los mayores. Las intituló De imágenes también se vive y, a pesar de no haberlas terminado, se han publicado recientemente por la Editorial Taurus.

En el libro se observa que, dada su gran creatividad, Saura iba constantemente a Madrid, pero con la pandemia se quedó en su estudio rodeado de objetos que le permitieron volar por sus memorias como si estuviera en un tablero visual de una vida. Allí empezó a rememorar su infancia y juventud, marcada por ecos de la Guerra Civil disminuidos por la alegría de su hogar. Como ejemplo trae a la memoria la alianza de su padre y el Gobierno de la

II República, lo que hizo que Saura creciera asombrado por las bombas, pero todo se amenizó con el cariño de sus padres, su hermano y sus hermanas.

Según Fernández-Santos, en uno de los mejores pasajes de su libro, Saura describe su paso por el mundo diciendo que la vida le había sido amable y que los momentos buenos suplantaban los malos. Igualmente, destaca que ya con 90 años, en un siglo distinto al que nació, puede reflexionar sobre ciertas imágenes que le permiten contestar las dudas existenciales tanto sobre su origen, el lugar y la época en que nació como sobre su destino.

Entre los temas que se presentan en su libro está el diversificado interés del joven Saura, como la fotografía, pintura y música, aunque cuenta que su pasión hacia el cine empezó en las calles del Madrid pobre y bajo la guerra, por las que iba a las escondidas a las sesiones de cine para ver, especialmente, las diversas versiones de El prisionero de Zenda.

Aún recuerda el director que esa experiencia de la guerra también se ve reflejada en su obra, en sus primeras películas como La caza (1966), o en otras como La prima Angélica (1974), una de las elegidas para el Festival de Cannes, que hablaba de la dictadura, lo que provocó un revuelo en la época. No obstante, a pesar del éxito con el cine, fue la fotografía que le permitió mostrar una manera propia de retratar la realidad. Todo ello lo hizo ser un gran éxito y resultó en un homenaje tras su muerte con el Goya de Honor, que lo convierte en una gran influencia a las nuevas generaciones.

Asimismo, Saura menciona en su libro la colaboración con las mujeres de su vida, con las que tuvo sus hijos y quienes le aportaron mucho: Adela Medrado, Geraldine Chaplin, Mercedes Pérez y Eulalia Ramón.

Finalmente, Elsa Fernández-Santos resalta la versatilidad de Saura y su curiosidad con lo nuevo y desconocido, cualidades

apreciadas por los que trabajaban con él, y menciona uno de los ejemplos de ese espíritu creador e innovador es el propio hecho de haber escrito sus memorias, realizar un documental y elaborar ensayos al final de su vida, uniendo así el pasado y el futuro.

Para la corrección del texto, en lo que concierne a los elementos gramaticales, se observará si el texto está escrito en un español correcto y formal. Acerca de los elementos estructurales y de estilo, además de la capacidad de síntesis, se considerarán los siguientes aspectos formales:

1. Tiempo verbal del texto;
2. Organización textual con elementos que enlazan un párrafo al otro y le permiten al lector una lectura creciente y fluida;
3. Presentación de operadores argumentativos y elementos ricos que conforman la cohesión y la coherencia, por ejemplo, los deícticos;
4. Riqueza lexical en la elaboración de las frases, sin exceso de ecos y repeticiones.

Resposta 1 – Giovanna Pereira de Souza Laporte

Nota: 25,00 TL: 37 TP: 8 TP/TL: 296 NE: 0

El texto expone las memorias del cineasta español Carlos Saura, que las escribió mientras estaba en reclusión debido a la pandemia. Por ende, él publicó el libro *De imágenes también se vive*, que subraya la infancia del cineasta.

Mientras la Guerra Civil ocurría, Saura creció en un hogar donde había afecto y amor. En sus memorias, él cuenta que su vida fue una transición de imágenes vividas entre la guerra y la muerte.

Aunque las circunstancias fueron marcadas por la guerra y por la enfermedad de su hermano mayor, fue en la infancia que Saura se hizo un aficionado por el cine, pues solía ver una versión de El prisionero de Zenda en los cine de barrio.

Según el texto, los recuerdos de la guerra jamás fueron olvidados por Carlos Saura. Así, uno puede admirar estos recuerdos por medio de películas hechas por el cineasta en los años 60 y 70. La película La prima Angélica fue muy polémica, pues su guion generó una olla de contestación frente a la dictadura española.

Además, es importante subrayar la influencia de la fotografía en la filmografía de Carlos Saura, ya que él empezó su carrera sacando fotos, lo que le dio su estilo propio de crear narrativas. Así, Saura se hizo muy conocido por su filmografía llena de rasgos vanguardistas. Además de las experiencias traumáticas de su infancia, las mujeres de su vida, la escritora Adela Medrano, la actriz Geraldine Chaplin, Mercedes Pérez y la actriz Eulalia Ramón, fueron cruciales para la creación artística del cineasta.

El texto subraya también la trayectoria fragmentada del cineasta. Él se implicaba en demasiados proyectos al mismo tiempo. De esa manera, la fragmentación, rasgo importante del estilo artístico de Saura, está presente hasta en su último proyecto: sus memorias jamás fueron acabadas.

Resposta 2 – Arthur Praxedes

Nota: 25,00 TL: 32 TP: 300 TP/TL: 9,37 NE: 0

Carlos Saura empezó a escribir sus memorias pocos años antes de su muerte. Las tituló de imágenes también se vive y trabajó en ellas hasta sus últimos días, aunque no las acabó. Él fue

un gran creador que se implicó en trabajos escénicos y documentales hasta su muerte.

A Saura le gustaba ir a Madrid, pero durante la pandemia pasó a recordar las memorias, repasando álbumes y textos en su estudio, un lugar lleno de material que era el corazón de una casa y el tablero visual de una vida. Según Saura, el tablero se cambiaría de vez en cuando, porque surgía la necesidad de renovar la iconografía.---

En el estudio, Saura empezó a recordar su infancia y adolescencia, marcadas por la Guerra Civil, pero iluminadas por las memorias de una casa amorosa. Él creció asustado por las bombas, pero bajo el importante cuidado de su familia. En sus memorias, el director evocó con precisión los primeros días del conflicto. Esas experiencias traumáticas se reflejaron en algunas de sus películas. Una de esas películas provocó la respuesta rabiosa de la dictadura española.

Sin embargo, antes del cine, la fotografía le permitió ganarse la vida y configuró su manera de documentar la realidad. Saura fue vanguardista por vocación, con un oído sin prejuicios que conectaba con las raíces y modos populares y un instinto que le permitía avanzar sin miedo a cambiar y equivocarse.

Además, su trabajo está ligado a la colaboración con la mujeres de su vida, exesposas, compañeras y con su única hija mujer, Anna. Aunque en la trayectoria de Saura hay de todos los géneros, él observaba su trabajo sin demasiado interés en mirar atrás. Ese desapego y su gran curiosidad le dotaban de una generosa naturaleza, algo que apreciaban muchas de las personas que trabajaron con él.

Resposta 3 – Felipe Morelli Rodrigues de Souza

Nota: 25,00 TL: 41 TP: 458 TP/TL: 11,17

El texto aborda los principales marcos de la vida de Carlos Saura, director español. Aunque haya dicho que no escribiría sus memorias, la pandemia forzó a Saura redactarlas, tres años antes de su muerte, en febrero de 2023, a los 91 años. Las memorias del cineasta, que se publicaron con el título de “De imágenes también se vive”, refleja el carácter del autor, con estilo fragmentado. En un repaso de su vida personal y preferencias artísticas, se abordarán los años iniciales de Saura en España, su interés por disciplinas artísticas, el impacto de la guerra en su vida, el papel de la fotografía en su producción artística y la colaboración de mujeres en su vida.

Desde los rincones de su infancia, se ve una existencia marcante de la Guerra Civil Española, al mismo tiempo que su casa era un lugar lleno de música, de amparo y de amor. Una familia amplia y afectuosa pero que vivió de forma traumática los bombardeos. Sin embargo, Saura no ve con amargura esos años; el director afirma en sus memorias que las imágenes de su retina son las de ánimo y de superación.

A continuación, Saura habla de su interés por las artes como la fotografía, la pintura y la música. Eso, además nació aún en su familia, diferentemente de su amor por el cine, que creció en las calles de Madrid, una ciudad que sufría con el contexto de pobreza de posguerra. En ese contexto Saura recuerda la influencia de la guerra en su vida. Los desfiles de milicianos, el hambre y los muertos formarán parte de esa experiencia traumática, que está presente en películas como “La caza” (1966), “El jardín de las delicias” (1970) y “La prima Angélica” (1974), esa última provocó una presión de parte de la dictadura.

El destaque para la fotografía en la vida de Saura es notable. Ella le permitió que ganase la vida y influenció su mirada hacia el mundo, la realidad y la sociedad. Naturalmente su ojo fotográfico determinó su forma de filmar y por lo tanto está en la base de su éxito como cineasta.

Finalmente, la contribución de las mujeres en la vida de Saura fue central. Su primera esposa, Adela Medrano, y su segunda, Geraldine Chaplin, influyeron en su producción con aportes intelectuales y culturales. Su tercera esposa, Mercedes Pérez, y su compañera en las últimas décadas, Eulalia Ramón, también representaron momentos importantes en la vida de Saura, en momento de madurez personal.

La vida de Saura demuestra la complejidad de un artista incansable. A los 91 años, él trabajaba en proyectos (el documental "Las paredes hablan" y los ensayos "Lorca por Saura"). Su obra refleja los momentos y las experiencias vividas por el cineasta, lo que comprueba su valor estético.

Resposta 4 – Gustavo de Freitas Campos Jucá

Nota: 25,00 TL: 49 TP: 586 TP/TL: 11,9

El texto presenta el tema de la vida de Carlos Saura. Durante la pandemia, empezó a escribir sus memorias, aunque hubiera asegurado que no lo haría. Fue la soledad impuesta por la pandemia que lo provocó a hacerlo. Saura las escribió hasta sus últimos días, pero no las acabó. Tituladas "De imágenes también se vive", sus memorias tienen un estilo fragmentado que tienen relación con su vida entre sueños.

Carlos Saura se implicó en proyectos hasta al final de su vida. Le gustaba viajar a Madrid, pero, en razón de la pandemia, solo le quedó viajar por las memorias. Su estudio era el corazón de

su casa y él decía que era un tablero visual de una vida. En efecto, era un tablero que se cambiaba, pues Saura sentía la necesidad de renovarlo.

Su infancia fue marcada por la Guerra Civil, pues su padre era vinculado al Gobierno de la II República. No obstante, su infancia también se marcó por el amparo de sus padres y por la amistad de sus hermanos. Hay un pasaje de su libro que resume su vida y que reconoce que vivió más momentos buenos que malos y que sabe que vino de la guerra y que iba hacia la muerte.

Desde niño, Saura tuvo interés por varios tipos de arte, pues la fotografía, la pintura y la música formaban parte de su vida familiar. Sin embargo, la pasión por el cine no nació en su hogar, sino en la calle, donde se escapaba a los cines de barrio para olvidar el Madrid de la posguerra.

Saura no olvidó los primeros días de la guerra, cuando se podía escuchar los desfiles de milicianos y las canciones. Además, no pudo olvidar el hambre y los muertos, lo que se puede notar en sus películas, como "La prima Angélica", que trataba de la Guerra por la memoria de los vencidos. La película provocó tal revuelo que incluso intentaron robar los rollos de la película en un cine. Para escribir el guion, Saura se inspiró en una frase de Valle-Inclán que afirmaba: "las cosas no son como las vemos, sino como las recordamos".

Antes de las películas, Saura vivió de la fotografía, que configuró su modo de ver las cosas. Aunque tenga un legado multifacetado en el cine, no es posible comprenderlo sin la fotografía. Su filmografía es, en efecto, muy vasta, con equívocos y aciertos, y acabó con un homenaje final un día después de su muerte, lo que sacramentó su obra para las generaciones futuras.

Vanguardista, Saura fue siempre muy cercano de la gente y contaba con el Instituto de Investigaciones y Experiencias

Cinematográficas para avanzar sin miedo a equivocarse. Fue así que filmó "La tarde del domingo", que le valió mucho.

Asimismo, las mujeres de su vida forman parte de su obra. La directora Adela Medrano fue su primera esposa y la madre de sus dos hijos mayores. La madre de su tercer sujo fue la actriz Geraldine Choplin, que trabajó con él en una terna muy importante de su cine. Como colofón, la última mujer de su vida, la actriz Eulasia Román, fue la madre de su única hija.

Desapegado, Carlos Saura siempre miraba hacia frente. Además, a los actores y colaboradores les gustaba su curiosidad. En efecto, con la preparación de sus memorias, no fue diferente. Mientras terminaba el documental "Las parades hablan", Saura pasó los últimos meses de su vida compaginando pasado y futuro con sus memorias, lo que se puede notar en "De imágenes también se vive".

Resposta 5 – Victor Thives dos Santos

Nota: 25,00 TL: 39 TP: 396 TP/TL: 10,15 NE: 0

Se trata de un texto de Elsa Fernández-Santos, sobre la vida del director Carlos Saura. El director había dicho que no iba a escribir sus memorias, pero empezó a hacerlo tres años antes de su muerte, en febrero de 2023. El trabajo empezó en el contexto de la pandemia, con mucha soledad. Saura murió antes de terminarlas y su esfuerzo fragmentado está en ellas. Él se envolvió en proyectos hasta su muerte. En razón de la pandemia, pasó sus últimos años con sus recuerdos, como un tablero visual con fotografías e iconografías. En su casa, tenía muchos animales y niños. Su juventud fue marcada por la guerra civil, pero había música y fuegos en su hogar. A pesar de las bombas de la guerra, creció con el amor de sus padres y de sus hermanos.

En uno de los mejores trechos de su memoria, Saura dice que ha venido de la guerra y va en dirección a la muerte. Desde joven, el director se interesó por las artes, pero el cine fue su gran pasión; cuando chico, iba muchas veces a los cines de barrio. Saura trata de los primeros días de la guerra con detalles, subrayando los desfiles y las canciones, pero también el hambre y las muertes. Su trauma se reflejó en sus películas de manera poética, como en "La prima Angélica", de 1974, que mostraba la visión de los vencidos y se convirtió en un instrumento de presión contra la dictadura. Sin embargo, antes de sus éxitos en el cine, él trabajaba como fotógrafo, documentando la realidad. A lo largo de su vida, Saura produjo más de 50 películas. El Goya de Honor fue su homenaje final, un día después de su muerte.

Se trató de un vanguardista sin prejuicios. A Saura le gustaba mostrar la frustración de la juventud. El cortometraje "La tarde de domingo" fue su trabajo de fin de carrera en el instituto donde estudió. Además, sus producciones tuvieron la colaboración de sus compañeras de vida, como la actriz Geraldine Chaplin y la directora Adela Medrano. Saura tuvo seis hijos y una hija. El director produjo películas de todos los géneros y era conocido por su desapego y su generosidad, muy apreciada por sus colaboradores. Además de trabajar en sus memorias, llamadas "De imágenes también se vive", Saura pasó sus últimos meses trabajando en un documental y en ensayos.

Versión

Ser jovem

Ser jovem é não perder o encanto e o susto de qualquer espera. É, sobretudo, não ficar fixado nos padrões da própria formação. Ser jovem é ter abertura para o novo na mesma medida do respeito ao imutável.

É acreditar um pouco na imortalidade em vida, é querer a festa, o jogo, a brincadeira, a lua, o impossível, o distante. Ser jovem é ser bêbado de infinitos que terminam logo ali. É só pensar na morte de vez em quando. É não saber de nada e poder tudo. (...)

Ser jovem é estar sempre aprendendo inglês, é gostar de cor, xarope, gengibirra e pastel de padaria. Ser jovem é não ter azia, é gostar de dormir e crer na mudança; é meter o dedo no bolo e lamber o glacê. (...)

Ser jovem é beber chuvas, ter estranhas, súbitas e inexplicáveis atrações. É temer o testemunho, detestar os solenes, duvidar das palavras. Ser jovem é não acreditar no que está pensando exceto se o pensamento permanecer depois. É saber sorrir e alimentar secretas simpatias pelos crentes que cantam nas praças em semicírculo, Bíblia na mão, sonho no coração(...)

Ser jovem é ser capaz de compreender a tia, de entender o reclamo da empregada e apoiar seu atraso. Ser jovem é continuar gostando de deitar na grama. É gostar de beijo, de pele, de olho. Ser jovem é não perder o hábito de se encabular. É ir para ser apresentado ("—Já conhece fulano?") morrendo de medo.

Ser jovem é permanecer descobrindo. É querer ir a lua ou conhecer Finlândia, Escócia e praias adivinhadas. É sentir cheiros raríssimos: cheiro de férias, cheiro de mãe chegando em casa em dia de chuva, cheiro de festa, aipim, camisa nova, marcenaria ou toalha lá do clube.

Ser jovem é andar confiante como quem salta, se possível de mãos dadas com o ar. É ter coragem de nascer a cada dia e embrulhar as fossas no celofane do não faz mal. É acreditar em frases, pessoas, mitos, forças, sons, é crer no que não vale a pena mas aí da vida se não fosse isso.

É descobrir um belo que não conta. É recear as revelações e ir para casa com o gosto de seu silêncio amargo ou agriçoce. (...)

Ser jovem é misturar tudo isso com a idade que tenha, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, setenta ou dezenove. É sempre abrir a porta com emoção. É esperar dos outros o que ainda não desistiu de querer. Ser jovem é viver em estado de 25 fundo musical de superprodução da Metro. É abraçar esquinas, mundos, espaços, luzes, flores, livros, discos, cachorros e a 26 menininha com um profundo, aberto e incomensurável abraço feito de festa, cocada preta, dentes brancos e dedos tímidos, 27 todos prontos para os desencontros da vida. Com uma profunda e permanente vontade de SER.

DA TÁVOLA, Arthur. Ser jovem. In: SER jovem. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. ISBN 978-8520903179. Disponível em: <<https://contobrasileiro.com.br/ser-jovem-cronica-de-artur-tavola/>>. Acesso em: 15 set. 2023. (adaptado)

Traduzca al español el texto presentado.

[valor: 25 puntos]

(detestar, odiar) los solemnes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en lo que está pensando, salvo (a excepción) si el pensamiento permanece (perdura). Es saber sonreír y alimentar secretas simpatías por los religiosos que cantan en las plazas en semicírculos, biblia en manos, sueño en el corazón. [...]

Ser joven es ser capaz de comprender a su(tu) tía, de entender la reclamación (demanda, reivindicación, queja) de la empleada doméstica y apoyarla en su retraso. Ser joven es seguir disfrutando de tumbarse en el césped. Es gustar (disfrutar) los besos, la piel, los ojos. Ser joven es no perder la costumbre de avergonzarse (ruborizarse, enrojarse). Es ir para ser presentado ("¿Ya conoces a fulano?") aunque con miedo (muriendo de miedo).

Ser joven es seguir haciendo descubiertas. Es desear ir a la luna o a Finlandia, Escocia y a playas desconocidas. Es sentir olores raros (excéntricos, peculiares, inusitados): olor de vacaciones, olor de madre llegando a casa en día de lluvia, olor de fiesta (conmemoración), de mandioca (yuca), camiseta nueva, carpintería o toalla del club (de la asociación).

Ser joven es andar con confianza como quien brinca (salta), se posible, de manos dada con el aire. Es tener coraje de nacer a cada día y liberarse de los problemas. Es acreditar en frases, personas, mitos, fuerzas, sonidos, es confiar (fiarse) en lo que no merece la pena, pero qué sería de la vida se no fuera eso.

Es descubrir (encontrar) un bello que no cuenta. Es recrear las revelaciones e ir a casa con gusto de su silencio amargo o agridulce. [...]

Ser joven es mesclar todo con la edad que tenga, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta, setenta o diecinueve. Es abrir la puerta siempre con emoción. Es esperar que hagan lo que usted todavía no desistió de desear (querer). Ser joven es vivir en estado musical de superproducción de la Metro. Es abrazar esquina

(córner), mundos, espacios, luces, flores, libros, discos, perros (animales) y la niñita (niña) con profundo e ilimitado abrazo hecho de fiesta, cocada preta (dulce de coco quemado), dientes blancos, dedos tímidos, todos listos para los desacuerdos (las discordancias) de la vida. Con ganas (afán, deseo) profundo y permanente de SER.

Para la corrección del texto, en lo que concierne a los elementos gramaticales, se observará si el texto está escrito en un español correcto y formal. Acerca de los elementos estructurales y de estilo, se considerarán los siguientes aspectos formales:

1. Tiempo verbal del texto;
2. Organización textual con elementos que enlazan un párrafo al otro y le permiten al lector una lectura creciente y fluida;
3. Presentación de operadores argumentativos y elementos ricos que conforman la cohesión y la coherencia, por ejemplo, los deícticos;
4. Riqueza lexical en la elaboración de las frases, sin exceso de ecos y repeticiones.

Resposta 1 – Marcus Paulo Lisboa Barbosa

Nota: 24,65 TL: 44 TP: 544 TP/TL: 12,36 NE: 1

Ser joven es no perder el placer y el susto de una espera cualquier. Es, sobre todo, no quedarse fijado en las tradiciones de la propia formación. Ser joven es tener apertura para lo nuevo en la misma intensidad del respeto a las cosas que no cambian.

Es creer un poco en la inmortalidad en vida, es querer la fiesta, el juego, la broma, la luna, lo imposible, la cosa que está lejos. Ser joven es ser borracho de infinitos que acaban luego allí.

Es solamente pensar en la muerte unas pocas veces. Es no saber de nada y poder hacer todo. (...)

Ser joven es estar siempre aprendiendo inglés, es disfrutar del color, de remedio, de "gengibirra" y de aperitivo de una tienda de panes. Ser joven es no tener problemas estomacales, es tener deseo de dormir y creer en el cambio; es poner el dedo en la tarta y lamer el glaseado. (...)

Ser joven es beber lluvias, tener deseos difíciles de entender, inmediatos y sin explicaciones. Es tener miedo del testimonio, detestar los solemnes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en las cosas que está pensando excepto si el pensamiento continua después. Es saber sonreír y alimentar las simpatías secretas por las personas religiosas que cantan en las plazas de manera conjunta, con la Biblia en la mano, el sueño en el corazón. (...)

Ser joven es ser capaz de entender la tía, de entender la reclamación de la empleada y dar apoyo a su atraso. Ser joven es continuar deseando ponerse en la grama. Es disfrutar del beso, de la piel, del ojo. Ser joven es no perder la costumbre de preocuparse. Es irse para ser presentado ("? - Ya conoce a fulano?") muriendo de miedo.

Ser joven es continuar conociendo las cosas nuevas. Es desear viajar hasta la luna o conocer Finlandia, Escocia y las playas adivinadas. Es sentir olores muy raros: el olor de vacaciones, el olor de madre llegando a la casa en día de lluvia, el olor de fiesta, de yuca, de camiseta nueva, carpintería o toalla de un club.

Ser joven es andar con la confianza de personas que saltan, si posible de manos dadas con el aire. Es tener el coraje de nacer a cada día y guardar las tristezas en hojas de quien no se importa. Es creer en frases, personas, mitos, fuerzas, sonidos, es creer en las cosas que no son tan buenas mas que hacen la vida interesante.

Es conocer algo bonito que no tiene importancia. Es tener miedo de las revelaciones e irse para casa con el gusto de su silencio amargo o un poco dulce. (...)

Ser joven es mixturar todo eso con la edad que tenga, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta, setenta o diecinueve. Es siempre abrir la puerta con emoción. Es esperar de los otros lo que aún tiene deseo. Ser joven es seguir vivo en estado de hondo musical de una gran producción de Metro. Es abrazar cruces, mundo, espacios, luces, flores, libros, discos, perros y la pequeña chica con un profundo, abierto y enorme abrazo hecho de fiesta, dulce de coco, dientes blancos y dedos tímidos, todos listos para las cosas difíciles de la vida. Con una profunda y permanente voluntad de SER.

Resposta 2 – Rafael Rodrigues Oliviera

Nota: 23,40 TL: 47 TP: 537 TP/TL: 11,42 NE: 1

Ser joven

Ser joven es no perder el encanto y la sorpresa de cualquier espera. Es, sobre todo [sobrescrito], no quedarse fijado a los patrones de la propia formación. Ser joven es tener apertura para la novedad en la misma medida del respecto al inmutable.

Es creer un poco en la inmortalidad en vida, es querer la fiesta, el juego, el jugar, la luna, lo imposible y lo lejano. Ser joven es estar borracho de infinitos que terminan pronto. Es solo pensar en la muerte de vez en cuando. Es no saber de nada y poderlo todo. (...)

Ser joven es estar siempre aprendiendo inglés, es gustar de calor, xarope, aguardiente y pastel de panadería. Ser joven es que no le duela el vientre, es gustar de dormir y creer en el cambio, es colocar el dedo en la torta y lamer el glacet. (...)

Ser joven es beber las lluvias, tener raras, súbitas e inexplicables atracciones. Es temer el testigo, odiar a los solemnes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en lo que se piensa, excepto si el pensamiento se sostiene después. Es saber sonreír y tener secretas simpatías por los creyentes que cantan en las plazas, en un medio círculo, con la Biblia en la mano y un sueño en el corazón. (...)

Ser joven es ser capaz de comprender la tía, de entender la reclamación de la empleada y apoyarla cuando llega tarde. Ser joven es continuar gustándole acostar en el pasto. Es gustar al beso, a la piel y al ojo. Ser joven es no perder la costumbre de sentir vergüenza. Es ir a una presentación (" – ¿Ya le conoces?") muriendo de miedo.

Ser joven es quedarse descubriendo. Es querer ir a la luna o conocer Finlandia, Escocia y playas desconocidas. Es sentir olores rarísimos: el olor de las vacaciones, el olor de la madre que llega en casa en día de lluvia, el olor de fiesta, de aipim, de blusa nueva, de timbre o de la toalla de baño del club.

Ser joven es andar confiante como quien brinca, si posible de manos con el aire. Es tener el coraje de nacer a cada día y envolver las tristezas en el papel del "no le haga caso". Es creer a frases, a palabras, a mitos, a fuerzas y a sonidos. Es creer en lo que no vale la pena, ¡ pero qué triste si así no fuera!

Es descubrir un bello que no es importante. Es tener miedo e ir a casa con el gusto de su silencio amargo o medio dulce y medio amargo.

Ser joven es mezclarlo todo a la edad que tengas, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta o diecinueve. Es siempre abrir la puerta con emoción. Es esperar de los otros lo que uno todavía no dejó de querer. Ser joven es vivir en estado de fondo musical de superproducción de la Metro. Es abrazar las esquinas, los mundos, los espacios, las luces, las flores, los libros, los discos, los perros y

a la niñita con un profundo, abierto e inconmensurable abrazo hecho de fiesta, coco, dientes blancos y dedos tímidos, todos listos para los vaivenes de la vida. Con una profunda y permanente voluntad de SER.

Resposta 3 – Marcela Rangel dos Santos Oliveira

Nota: 23,25 TL: 39 TP: 510 TP/TL: 13,09 NE: 5

Ser joven

Ser joven es no perder el encanto y el susto de cualquier espera. Es, sobre todo, no permanecer en los padrones de su propia formación. Ser joven es tener apertura para lo nuevo en la misma medida del respeto a lo invariable.

Es creer un poco en la inmortalidad en vida, es querer la fiesta, el juego, la diversión, lo imposible, lo distante. Ser joven es ser lleno de infinitos que se encierran rápidamente. Es solo pensar en la muerte a veces. Es no saber de nada y poder todo. (...)

Ser joven es estar siempre aprendiendo inglés, es tener aprecio por los colores, el remedio, la gengibirra y el emparedado de panadería. Ser joven es no tener problemas en el estómago, es gustar de dormir y creer en el cambio; es poner el dedo en el pastel y lamiar el dulce. (...)

Ser joven es beber lluvias, tener raras, aleatorias e inexplicables atracciones. Es tener miedo del testigo, odiar a los solemnes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en lo que está pensando excepto si el pensamiento permanecer después. Es saber sonreír y alimentar secretas simpatías por los creyentes que cantan en las plazas en semicírculo, Biblia en la mano, sueño en el corazón. (...)

Ser joven es ser capaz de comprender a la tía, de entender la reclamación de la empleada y apoyar su retraso. Ser joven es continuar gustando de estirarse en el césped. Es apreciar el beso, la piel, el ojo. Ser joven es no perder la costumbre de avergonzarse. Es salir para ser presentado (“- ¿Conoces a esa persona?”) con mucho miedo.

Ser joven es permanecer descubriendo. Es querer ir a la luna o conocer Finlandia, Escocia y playas adivinadas. Es sentir olores rarísimos: olor de vacaciones, olor de madre llegando en casa en día de lluvia, olor de fiesta, de comida, de ropa nueva, de madera o de toalla allá del club.

Ser joven es caminar con confianza como quien salta, si posible con las manos levantadas al aire. Es tener el coraje de nacer cada día y guardar las fosas en el celofán de aquello que no hace mal. Es creer en frases, personas, mitos, fuerzas, sonidos, es creer en lo que no vale la pena, pero la vida es hecha de eso.

Es descubrir un bello que no cuenta. Es temer las revelaciones e ir a casa con el gusto de su silencio amargo o agrídulce. (...)

Ser joven es mezclar todo eso con la edad que tengas, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta, setenta o diecinueve. Es siempre abrir la puerta con emoción. Es esperar de los otros lo que aún no ha desistido de querer. Ser joven es vivir en estado de fondo musical de superproducción de la Metro. Es abrazar rincones, mundos, espacios, luces, flores, libros, discos, perros y a la niña con un profundo, abierto y incomensurable abrazo hecho de fiesta, dulce de coco negro, dientes blancos y dedos tímidos, todos listos para las dificultades de la vida. Con ganas profundas y permanentes de SER.

Resposta 4 – Gustavo de Freitas Campos Jucá

Nota: 23,25 TL: 40 TP: 505 TP/TL: 12,6

Ser Joven

Ser joven es no perder el encanto y el susto de cualquier espera. Es, especialmente, no quedar fijado en los patrones de la propia formación. Ser joven es tener apertura para lo nuevo en la misma medida del respeto al imutable.

Es creer un poco en la inmortalidad mientras se vive, es querer las fiestas, los juegos, las bromas, la luna, lo imposible, lo lejano. Ser joven es estar borracho de infinitos que acaban justo allí. Es solo pensar en la muerte a veces. Es no saber de nada y poder todo.

Ser joven es estar siempre aprendiendo el inglés, al joven le gustan los colores, las bebidas y las empanadas. Ser joven es no ponerse mareado, es creer en el cambio, al joven le gusta dormir; es poner el dedo en la torta y lamerla.

Ser joven es beber las lluvias, tener atracciones raras, de la nada e inexplicables. Es tener miedo del testigo, odiar a los solenes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en lo que está pensando excepto si el pensamiento permanecer después. Es saber sonreír y alimentar secretas simpatías por los crentes que cantan en las plazas en una media rueda, con la Biblia en las manos y el sueño en el corazón.

Ser joven es ser capaz de comprender a la tía, de comprender la reclamación de la empleada y de sostener su retraso. Al joven le continua gustando recostarse en el césped. Al joven le gustan los besos, las pieles, los ojos. Ser joven es no perder la costumbre de avergonzarse. Es ir a ser presentado ("– ¿ya lo conoces?") muriendo de miedo.

Ser joven es permanecer descubriendo. Es querer ir a la luna o conocer Finlandia, Escocia y playas adivinadas. Es sentir olores muy raros, olor de vacaciones, olor de madre llegando en casa en día de lluvia, olor de fiesta, de comida, de camisa nueva, de madera, o de toalla allá del club.

Ser joven es caminar confiante como quien salta, si posible con las manos en el aire. Es atreverse a nacer a cada día y no preocuparse con nada. Es creer en frases, personas, fuerzas, sonidos, es creer en lo que no vale la pena, ¿pero qué sería de la vida si no fuera eso?

Es descubrir algo bello que no cuenta. Es tener miedo de las revelaciones e ir a la casa con el gusto de su silencio.

Ser joven es mezclar todo eso con la edad que tenga, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta, setenta o diecinueve. Es siempre abrir a la puerta con emoción. Es esperar de los otros lo que aún no se desistió de querer. Ser joven es vivir en estado de la canción bien producida de la Metro. Es abrazar rincones, mundos, espacios, luces, flores, libros, discos, perros y la pequeña niña con un profundo, abierto y sin medida abrazo como uno de fiesta, dulces, dientes blancos y dedos tímidos, todos listos para los desencuentros de la vida. Con una profunda y permanente voluntad de SER.

Resposta 5 - Tércio William Pereira Rocha

Nota: 23,05 TL: 51 TP: 523 TP/TL: 10,25 NE: 2

Ser joven

Ser joven es no perder el encanto y la sorpresa de cualquier espera. Es, sobre todo, no quedarse fijado en los modelos de la propia formación. Ser joven es estar abierto hacia el nuevo en la misma proporción del respeto a las cosas que no cambian.

Es creer un poco que no se puede morir en vida, es querer la fiesta, la disputa, el juego, la luna, el imposible, el lejos. Ser joven es ser borracho de infinitos que terminan más adelante. Es solamente pensar en la muerte a veces. Es no saber de nada y poder todo. (...)

Ser joven es estar siempre aprendiendo la lengua inglesa, es encantarse por el calor, los remedios y por las comidas de la panadería. Ser joven es no tener problemas en el vientre, es encantarse por el sueño y creer en el cambio; es poner el dedo en el pastel y comer el creme. (...)

Ser joven es beber lluvias, tener extrañas, súbitas e inexplicables atracciones. Es tener miedo del testigo, odiar a los solemnes, dudar de las palabras. Ser joven es no creer en el pensamiento, excepto si el pensamiento permanecer después. Es saber sonreír y alimentar secretas simpatías por los creyentes que cantan en las plazas en media rueda, Biblia en la mano, sueño en el corazón. (...)

Ser joven es ser capaz de entender a la tía, de entender la reclamación de la sirvienta y apoyar a su retraso. Ser joven es continuar encantándose por acostarse en la hierba. Es encantarse por beso, por piel, por ojos. Ser joven es no perder la costumbre de quedarse con vergüenza. Es irse para ser introducido ("¿Ya conoces a este?") con mucho miedo.

Ser joven es permanecer descubriendo. Es querer ir hacia la luna o conocer Finlandia, Escocia y playas adivinadas. Es sentir olores rarísimos: olor de vacaciones, olor de madre llegando a casa en día de lluvia, olor de fiesta, vegetales, camisa nueva, trabajos con madera o la toalla del club.

Ser joven es caminar confiante como quien salta, si posible de manos dadas con el aire. Es tener coraje de nacer todos los días y poner en un paquete el no hace mal. Es creer en frases, personas, mitos, fuerzas, sonidos, es creer en el que no es necesario, pero pobre de la vida si no hubiera eso.

Es descubrir un bello que no es importante. Es tener miedo de las revelaciones e irse hacia casa con el gusto de su silencio amargo o medio dulce, medio amargo. (...)

Ser joven es mezclar todo eso con la edad que tenga, treinta, cuarenta, cincuenta, sesenta, setenta o diecinueve. Es siempre abrir la puerta con emoción. Es esperar de los otros lo que todavía no desistió de querer. Ser joven es vivir en estado de música de fondo de una gran producción de la Metro. Es abrazar rincones, mundos, espacios, luces, flores, libros, discos, perros y la pequeña niña con un profundo, abierto e incomparable abrazo de fiesta, dulce de coco negro, dientes blancos y dedos tímidos, todos listos para los desencuentros de la vida. Con profundas y permanentes ganas de SER.

Résumé

Les super-plateformes, rivales des États?

(...) De nombreux observateurs considèrent désormais les super-plateformes, plus particulièrement les plateformes américaines, comme des acteurs tout-puissants, dont les prérogatives empiètent sur celles des États. L'existence dans certains pays d'« ambassadeurs pour les questions numériques » constituerait à leurs yeux la manifestation évidente d'un tel état de fait. Ainsi la France ou le Danemark ont l'un et l'autre un ambassadeur en charge des questions numériques.

Or, ces diplomates ont le plus souvent des attributions qui portent sur les affaires numériques en général, et ils ne sont pas exclusivement nommés auprès des plateformes. L'existence d'ambassadeurs pour les questions numériques ne traduit en fait que la réalité suivante : le numérique représente dorénavant un enjeu central pour la diplomatie des nations.

L'apparition de puissances économiques rivalisant avec des États n'est en outre pas l'apanage exclusif de l'ère numérique actuelle. Aux XVIIe et XVIIIe siècles, la toute-puissance de la Compagnie néerlandaise des Indes orientales et ses rivalités avec les Provinces-Unies en constituent un précédent.

Peut-on dès lors considérer ces plateformes comme des acteurs géopolitiques au même titre que les États ? Une analyse rapide pourrait conduire à reconnaître aux super-plateformes des pouvoirs quasi régaliens. Il est notamment vrai que les douze super-plateformes offrent des services de paiement. Et Facebook

développe un projet de cryptomonnaie privée, le diem (ex-libra). Cependant, aucun de ces acteurs ne frappe encore monnaie.

Le rôle des plateformes numériques dans le débat public, par la place qu'elles y occupent désormais, pourrait également être associé à une forme de pouvoir de police. Font notamment débat la question des contenus hébergés et les règles d'utilisation que ces firmes fixent et imposent aux utilisateurs – les fameuses conditions générales d'utilisation. Pourtant, là encore, qu'il s'agisse de sanctionner des contenus illégaux, à caractère terroriste ou pédopornographique, le pouvoir de police émane toujours exclusivement des institutions étatiques.

Certaines plateformes (Facebook, ByteDance) ont certes introduit, dans le processus de modération des contenus, des mécanismes qui s'apparentent à une cour d'appel. D'une portée assez limitée, ils ne sont en fait que la conséquence du retard de réaction des systèmes judiciaires étatiques qui « délèguent » encore de facto la gestion de ces sujets aux plateformes.

Quant à l'impôt, aucune des plateformes n'en lève. En revanche, toutes optimisent leur assiette fiscale en s'appuyant sur une fiscalité internationale obsolète conçue à l'ère industrielle, et qui fait l'objet actuellement d'âpres négociations dans le cadre de l'Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE) pour l'adapter à l'ère numérique et aux activités mondiales des plateformes. Ces négociations ont abouti en juin 2021, lorsque les ministres des Finances des États du G7 réunis en Cornouailles se sont mis d'accord sur l'instauration d'un impôt minimal pour les multinationales de 15 %, et ce dans chaque pays où elles opèrent.

Sur la question de la sécurité, les plateformes peuvent être instrumentalisées par certains acteurs. Utilisées lors de mouvements sociaux ayant entraîné la fin de certains régimes – comme lors des printemps arabes –, elles sont parfois perçues

comme une menace par des États qui n'hésitent pas à les bloquer ou à les limiter.

La Chine a ainsi depuis longtemps interdit Google (2010), Facebook (2009), Twitter (2009), Instagram (2014) et Twitch (2018). En août 2020, le président Trump a pris un décret visant à bannir la plateforme chinoise TikTok (ByteDance) aux États-Unis. L'application de ce décret a finalement été suspendue en novembre 2020, et TikTok peut encore être téléchargée et utilisée. L'Inde a également interdit TikTok en juin 2020, ainsi que de nombreuses autres plateformes chinoises. L'Iran a, de son côté, bloqué l'usage de certaines plateformes américaines.

Les plateformes peuvent également être le vecteur de larges campagnes de désinformation visant à déstabiliser un gouvernement ou à influencer sur le résultat d'une élection. Dans cette perspective, pour les États, elles représentent une préoccupation nouvelle quant à la sécurité et la défense. A contrario, les flux d'information qu'elles contrôlent les mettent aussi parfois en situation d'auxiliaire des services étatiques de renseignement. Elles contribuent alors à la sécurité des États, tant dans l'espace physique que dans le cyberspace.

Si les super-plateformes sont encore loin de posséder des prérogatives régaliennes, elles n'en constituent pas moins des organisations qui défient les États par la forme nouvelle de « pouvoir d'infrastructure » qu'elles ont construit au fil des ans.

Ce pouvoir repose sur leur capacité à faire circuler l'information, la stocker, l'exploiter. De ce point de vue, les super-plateformes américaines ont bâti des infrastructures essentielles à la circulation des flux d'information que ne possèdent pas encore les super-plateformes chinoises. Le développement des réseaux d'infrastructures privés par les plateformes, notamment le déploiement de leurs propres réseaux de câbles sous-marins à

l'échelle mondiale, est à cet égard révélateur de la marginalisation du rôle des États dans certains domaines.

À cette capacité de transport de l'information s'ajoutent celles de stockage et de traitement des flux d'information, qu'incarnent en particulier les centres de données (data centers). Contrôlant ces centres, les super-plateformes sont devenues les principaux fournisseurs de l'informatique dématérialisée (cloud computing). Amazon, Microsoft, Google disposent d'au moins 60 centres de données dans le monde, dont au moins trois dans chacune des quatre régions suivantes : États-Unis, Asie-Pacifique, Europe-Moyen-Orient-Afrique et Amérique latine. La firme chinoise Alibaba est également très présente dans les data centers. Les autres firmes ont tendance à concentrer leurs centres de données principalement aux États-Unis (Apple, Facebook, Twitter) ou en Chine (Tencent, Baidu). (...)

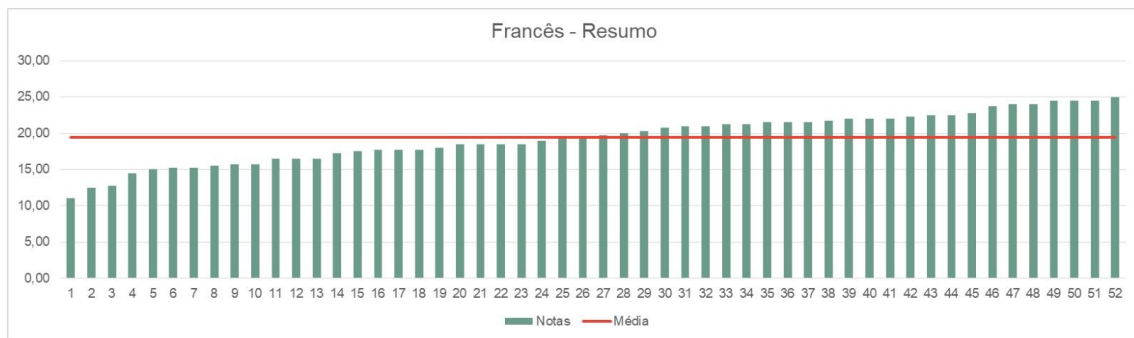
Extrait de: ISAAC, Henri. L'irrésistible montée en puissance des super-plateformes numériques. In: Questions internationales n° 109 – Septembre-octobre 2021, p. 29-37

Résumez le texte présenté avec vos propres mots.

Extension du texte: maximum de 60 lignes.

[valeur: 25,00 points]

Distribuição de notas



Padrão de respostas

Pour de nombreux observateurs, les super-plateformes ont acquis un pouvoir démesuré qui s'assimile à celui des États. Des pays comme la France et le Danemark ont d'ailleurs nommé des "ambassadeurs pour les questions numériques". Mais cela démontre avant tout l'importance que prend le numérique pour la diplomatie des nations. Si de grandes puissances économiques sont déjà entrées en concurrence avec les États au cours des siècles passés, les super-plateformes semblent, quant à elles, posséder des pouvoirs quasi régaliens, mais seulement à première vue. Tout d'abord, elles proposent des services de paiement et Facebook voudrait créer une cryptomonnaie privée. Par contre, aucune de ces plateformes ne frappe monnaie. En ce qui concerne le pouvoir de police, les plateformes peuvent contrôler le contenu qui est publié par leurs utilisateurs, mais seules les institutions étatiques peuvent sanctionner les contenus illégaux. Les mécanismes de modération des contenus sont encore limités et représentent surtout une réaction à la lenteur des systèmes judiciaires des États. Pour ce qui est des impôts, les plateformes n'en prélèvent pas, mais l'optimisation fiscale qu'elles pratiquent a obligé les États à négocier entre eux pour adapter le système fiscal international à la nouvelle ère numérique et, en juin 2021, ils ont déterminé l'instauration d'un impôt minimal pour les

multinationales de 15 % dans tous les pays où elles opèrent. Enfin, en matière de sécurité, les plateformes peuvent être considérées comme une menace et certains États décident de les bloquer ou de les limiter. D'ailleurs, des campagnes de désinformation peuvent y être lancées dans le but d'ébranler un gouvernement ou de s'immiscer dans le processus électoral. D'un autre côté, elles peuvent contribuer à la sécurité des États en aidant à contrôler les flux d'information. Il en découle que les super-plateformes ne possèdent pas vraiment de pouvoirs régaliens, néanmoins leur "pouvoir d'infrastructure" représente un défi pour les États. En effet, les plateformes ont construit leurs propres réseaux de câble sous-marins à l'échelle du monde et des centres de données qui leur permettent de stocker et traiter les informations, ce qui fait de celles-ci les principaux fournisseurs de l'informatique dématérialisée.

Resposta 1 – Thaís Barros Muniz de Souza

Nota: 25,00 TL: 35 TP: 366 TP/TL: 10,46 NE: 0

Les super-plateformes, en particulier les plateformes américaines, sont considérées par des nombreux analystes comme des acteurs qui possèdent des prérogatives similaires à celles des États. Le fait que certains pays, à l'instar de la France ou du Danemark, ont un ambassadeur responsable des questions numériques représente une évidence de cette réalité. Toutefois, ces diplomates ont aussi d'autres attributions, ce qui signifie que leur existence démontre seulement la centralité du numérique dans la diplomatie mondiale.

L'opposition entre les États et des puissances économiques n'est pas nouvelle, comme l'a démontré la Compagnie néerlandaise des Indes orientales aux XVII et XVIII siècles. Néanmoins, bien que les super-plateformes soient très puissantes, elles manquent

quelques prérogatives, telles que l'émission de monnaie. En outre, bien qu'elles aient le pouvoir de sanctionner les utilisateurs en raison de l'utilisation inadéquate du milieu numérique, ce sont des institutions étatiques qui ont le pouvoir de police. Malgré les mécanismes judiciaires que certaines plateformes adoptent, le système judiciaire des États a la prérogative de l'action.

En ce qui concerne le système fiscal, les plateformes utilisent une fiscalité internationale de l'ère industrielle qui doit être adaptée à l'ère numérique. Les pays du G7 ont déjà entamé des négociations à propos de ce sujet. Quant à la sécurité, les plateformes peuvent être utilisées par certains mouvements sociaux comme un espace de mobilisation, ce qui est considéré par de nombreux pays comme une menace. Ainsi, ces pays adoptent des mesures pour limiter l'accès de leurs citoyens à ces plateformes, comme l'ont déjà fait la Chine, les États-Unis et l'Iran.

De surcroît, si d'une part, les plateformes peuvent menacer la sécurité des États en raison des campagnes de désinformation qui ont lieu dans le cyberspace, de l'autre, elles sont capables de contribuer à la sécurité de ces mêmes États, en raison de larges flux d'information qu'elles contrôlent.

La capacité des ces super-plateformes à construire des infrastructures de circulation et d'exploitation des flux d'information révèle que les États sont marginalisés dans certains domaines. En outre, au-delà de cette capacité, il y a aussi celles de stockage et de traitement des flux d'information, ce qui est représenté par les centres de données. Les super-plateformes américaines et chinoises sont présentes dans ces data centers.

Resposta 2 – Henrique Tacla Martins

Nota: 24,50 TL: 45 TP: 544 TP/TL: 12,08

Selon les informations du texte, aujourd'hui, la numérique est une question essentielle pour la diplomatie et les dynamiques de la scène Internationale. L'importance accordée à ce sujet est illustrée par l'existence d'"ambassadeurs pour les questions numériques". Cela découle du fait que les plateformes (ou les « super-plateformes ») numériques, notamment celles localisées aux États-Unis, sont devenues des puissants acteurs internationaux, à tel point qu'elles commencent à rivaliser avec les États. Toutefois, cette situation n'est pas complètement nouvelle. Auparavant, aux XVIIe et XVIIIe siècles, le pouvoir de la Compagnie néerlandaise des Indes orientales rivalisait avec celui des États.

Par conséquent, serait-il possible d'affirmer que ces plateformes peuvent rivaliser avec les États de nos jours ? En effet, ces plateformes ont déjà commencé à développer leurs propres services de paiement et leurs propres monnaies, comme la cryptomonnaie diem, en train d'être développé par Facebook. Cependant, se sont seulement des projets jusqu'ici. En outre, les conditions générales d'utilisation des plateformes sont une forme de pouvoir de police, puisqu'elles limitent la liberté des utilisateurs. Malgré cela, les États restent les responsables de la punition des terroristes, par exemple, et de ceux qui commettent des crimes sur les réseaux sociaux. Même si certaines plateformes disposent de mécanismes de modération, les systèmes judiciaires de l'État, qui retardent souvent l'application de la loi, sont les responsables de la gestion de ces affaires.

Par ailleurs, ces plateformes ne disposent pas de pouvoir de lever des impôts. En même temps, elles profitent de la faiblesse fiscale des États en ce qui concerne les entreprises numériques. En conséquence, les pays de l'Organisation de coopération et de développement économique (OCDE) ont décidé d'établir un impôt

minimal de 15% pour ces entreprises multinationales. Quant à la sécurité, les réseaux sociaux peuvent servir aux mouvements sociaux qui souhaitent la chute de certains régimes. Cela a été le cas au Moyen-Orient dans les années 2010. Ainsi, ces plateformes sont devenues des menaces, selon l'avis de certains pays. La Chine, par exemple, a bloqué l'usage des plateformes Google, Facebook, Twitter, Instagram et Twitter. Les États-Unis, durant la présidence de Donald Trump, ont tenté de bloquer l'usage de la plateforme chinoise TikTok. D'autres pays adoptent aussi des mesures avec l'objectif de limiter l'accès à diverses plateformes.

Ces plateformes peuvent faciliter la propagation de désinformation sur les réseaux sociaux, ce qui peut saper la stabilité des gouvernements ou compromettre le résultat des élections. En revanche, elles ont accès à une énorme quantité d'information et peuvent, ainsi, aider les services de renseignement de l'État.

Les super-plateforme ne sont encore ne sont pas capable, jusqu'ici, de rivaliser avec les États, car elles ne disposent pas des prérogatives étatiques, mais elles possèdent un « pouvoir d'infrastructure », fondé sur leur contrôle et leur exploitation de l'information. Dans ce domaine, la Chine n'est pas capable de rivaliser avec les États-Unis encore. Ce « pouvoir d'infrastructure » dépend, par exemple, de l'installation de câbles sous-marins. Le coût de cette infrastructure marginalise divers pays en ce qui concerne ce type de pouvoir, qui dépend également de la construction de centres de données (« data centers »), qui sont responsable de la gestion du flux de l'information. La plupart des centres de données du monde appartiennent à Amazon, Microsoft, Google et Alibaba, et sont répandus dans le monde.

Resposta 3 – João Lucas Rocha Alves

Nota: 24,50 TL: 49 TP: 415 TP/TL: 8,46 NE: 1

Pour certains observateurs, l'existence des « ambassadeurs pour les questions numériques », dans des pays comme la France, serait l'évidence que les super-plateformes ont aujourd'hui des capacités proches de celles des États. Cependant, vu qu'ils ont des attributions plus générales et qu'ils ne sont pas nommés seulement auprès des plateformes, leur existence représente, en fait, que le numérique est aujourd'hui au centre des enjeux étatiques.

L'existence des puissances économiques rivales des États n'est pas une nouvelle de l'ère numérique, vu que, dans le XVIIe et le XVIIIe siècles, la Compagnie néerlandaise des Indes rivalisait avec les Provinces-Unies. Une analyse rapide pourrait donc faire conclure que les plateformes ont des pouvoirs quasi-régaliens et d'importance géopolitique : les douze super-plateformes offrent des services de paiement et, même si aucune ne frappe pas de monnaie, Facebook développe un projet de cryptomonnaie.

Le rôle des plateformes est aussi associé, dans le débat public, au pouvoir de police, parce que les conditions d'utilisation imposent quelques règles aux utilisateurs. Le pouvoir de sanctionner émane pourtant encore de l'État, même si quelques applications, comme Bytedance, ont introduit des mécanismes semblables à des cours d'appel. Or, ces mécanismes résultent, en réalité, du retard des systèmes étatiques qui délèguent quelques actions aux plateformes.

Aucune application, cependant, ne lève pas d'impôt, même si elles s'appuient sur des systèmes fiscaux obsolètes. Cette question, pourtant, est l'objet des nombreuses négociations, comme celles dans le cadre de l'OCDE, qui ont instauré un impôt minimal de 15% pour les multinationales depuis juin 2021.

Les plateformes peuvent aussi être instrumentalisées par des mouvements de contestation sociale, comme exemplifié par le Printemps Arabe, ce qui est perçu comme menaçant par les États. Par conséquent, des pays comme la Chine, l'Iran et les États-Unis ont introduit quelques mesures visant à bloquer ou à limiter l'usage d'applications comme Facebook ou TikTok.

Elles peuvent également être utilisées pour véhiculer des campagnes de désinformation ou de déstabilisation, représentant une nouvelle préoccupation de défense nationale, même si les informations qu'elles possèdent sont parfois utilisées par les gouvernements, contribuant à la sécurité des États. Le pouvoir de posséder et de faire circuler les informations, cependant, pourrait constituer une préoccupation, parce que, au fil des ans, ces plateformes ont bâti des infrastructures propres, comme le déploiement des câbles sous-marins, ce qui révèle la marginalisation des États dans certains domaines. À cause de cette capacité de transport et de stockage d'information, ces plateformes sont aujourd'hui les principaux fournisseurs d'informations dématérialisées, disposant de plusieurs centres de données dans le monde.

Resposta 4 – Juliane Becker Facco

Nota: 24,50 TL: 48 TP: 543 TP/TL:11,31

Plusieurs observateurs voient les super-plateformes, spécialement les plateformes américaines, comme des rivales des États en raison de leur pouvoir, et le fait que certains pays, comme la France et le Danemark, disposent d'un ambassadeur pour les questions numériques serait une confirmation de leur vision. Cependant, ces diplomates ont généralement des tâches qui ne se limitent pas aux plateformes. La création d'ambassadeurs pour les

questions numériques démontre, en fait, que le numérique est devenu une question centrale pour la diplomatie étatique.

De fait, les États ont déjà eu des puissances économiques rivales avant, comme la Compagnie néerlandaise des Indes orientales au XVIIe et XVIII siècles. Il faut se questionner si ces plateformes peuvent être vues comme des acteurs géopolitiques au même titre que les États. Quand on analyse vite, les super-plateformes semblent avoir des pouvoirs quasi régaliens. Toutes les douze super-plateformes ont des services de paiement, et Facebook a un projet pour une cryptomonnaie privée, mais aucune plateforme ne frappé encore monnaie.

En ce qui concerne le débat public, le rôle des plateformes est souvent lié aux contenus hébergés et aux règles d'utilisation pour les utilisateurs, mais, dans ce cas, même si on considère une sanction des contenus illégaux, les institutions étatiques sont celles dont le pouvoir de police émane. Il y a, dans certaines plateformes, des mécanismes similaires à une cour d'appel, mais cela est un résultat du retard de réaction des systèmes judiciaires des États.

Quand on considère les impôts, l'action des plateformes se limite à profiter d'une fiscalité international obsolète et qui est actuellement discutée dans le cadre de l'OCDE pour l'adapter aux enjeux actuels. Cela est une conséquence d'un accord du G7 pour la création d'un impôt minimal pour les multinationales de 15%. Quant à la sécurité, les plateformes peuvent être instrumentalisées par d'autres acteurs, comme les mouvements sociaux dans le contexte des printemps arabes, ce qui mène les États à les bloquer ou à les limiter dans le cas de menace. De fait, la Chine l'a fait avec Google, Facebook, Twitter, Instagram et Twitch. De même, Trump a pris un décret pour bannir Tiktok et l'Inde l'a interdit en 2020.

Ces outils peuvent être un instrument de larges campagnes de désinformation pour déstabiliser un gouvernement ou changer le

résultat d'une élection. Celle devient, pour les États, une préoccupation nouvelle en ce qui concerne la sécurité et la défense. Pourtant, les flux d'information des plateformes peuvent aider les services étatiques de renseignement et contribuer à la sécurité nationale, dans l'espace physique et dans le cyberspace.

Même si les super-plateformes n'ont pas encore de prérogatives régaliennes, elles disposent d'un pouvoir d'infrastructure défiant. De fait, leur pouvoir comprend une capacité de faire circuler l'information, la stocker, l'exploiter. Les super-plateformes américaines ont, dans ce cas, dépassé les chinoises. De plus, les infrastructures privées des plateformes, surtout leurs réseaux de câbles sous-marins mondialement, démontrent la marginalisation étatique dans ces domaines. En outre, la capacité de stockage et de traitement des flux d'information dans les centres de données est aussi dominée par les super-plateformes, qui sont à la tête de l'informatique dématérialisée. Amazon, Microsoft e Google ont au moins 60 centres de données dans le monde et Alibaba dispose de plusieurs centres aussi. Les autres entreprises concentrent souvent leurs centres aux États-Unis ou en Chine.

Resposta 5 – Bruno Variani Carpeggiani

Nota: 24,00 TL: 35 TP: 387 TP/TL: 11,05

Les super-plateformes sont souvent considérées comme des acteurs tout-puissants, ayant des pouvoirs quasi-régaliens. En ce sens, certains pays ont même nommé des « ambassadeurs pour les questions numériques », ce qui traduit la réalité que le domaine du numérique est devenu un enjeu fondamental pour la diplomatie des nations.

Mais les super-plateformes sont des rivales des États comme la Compagnie néerlandaise des Indes orientales l'a été aux

XVIIe et XVIIIe siècles? Ces plateformes offrent des services de paiement et peuvent aussi développer des projets de cryptomonnaies, mais elles ne sont pas encore capables de frapper monnaie. Ces entreprises ont un rôle central dans le débat public, par le biais des fameuses conditions générales d'utilisation, sanctionnant des contenus illégaux, mais le pouvoir de police est toujours exclusif des États. Dans certains cas, le processus de modération des contenus exercé par les plateformes est similaire à une cour d'appel. Néanmoins, cela est le produit du retard des institutions juridiques de l'État, qui, en pratique, délègue la gestion de ces sujets aux acteurs privés. Ceux-ci ne lèvent [ausência de palavra requerida] encore des impôts non plus, mais profitent de la fiscalité internationale, qui est déjà obsolète, même si le G7 promeut un impôt minimal pour les multinationales.

Les États voient parfois les super-plateformes comme des menaces à leur sécurité, étant donné qu'elles peuvent être instrumentalisées par certains acteurs. Plusieurs pays ont donc cherché à bannir leur usage. C'est le cas, par exemple, de la Chine, de l'Inde, des États-Unis et de l'Iran. De plus, les applications peuvent être utilisées dans des campagnes de désinformation, pour déstabiliser les gouvernements ou changer le résultat des élections. En revanche, le contrôle des flux d'information par les plateformes peut aussi aider les services de défense et de sécurité d'un État, contribuant à leur efficacité.

De manière générale, on peut conclure que les super-plateformes n'ont pas de pouvoirs similaires à ceux d'un État. Pourtant, leur « pouvoir d'infrastructure » peut être considéré comme un défi, vu qu'elles ont une énorme capacité de gestion de l'information. C'est le cas des infrastructures privées des plateformes américaines, telles que les réseaux de câbles sous-marins, marginalisant le rôle des États. On constate aussi l'existence d'une grande capacité de stockage et de traitement des

données, dans les « data centers », contrôlés par ces entreprises, qui fournissent les services de « cloud computing ».

Version

A família em Paris

É difícil, antes impossível, formar hoje ideia do que era Paris nesses tempos. Certamente o bairro latino não se parecia mais com o da época romântica e boêmia de Murger; mas conservava, bem que um tanto alterado pelas longas avenidas de Haussmann, uma fisionomia original e pitoresca, pois a transformação profunda que sofreu totalmente desde a exposição de 1900 não se tinha ainda operado. Era uma cidade francesa, habitada principalmente por franceses, que viviam à moda francesa, de vida já intensa, é certo, mas com vestígios de uma existência patriarcal, não ainda modificada pela feição cosmopolita que a caracterizou no século XX.

Quando vinha passar o fim de semana conosco, conduzia-me meu pai aos lugares históricos e aos monumentos. Essas visitas eram, sobretudo, aos museus da cidade e dos arredores, como Fontainebleau, Versalhes. Anos depois, compreendi que, assim procedendo, procurava meu pai, sobretudo, reviver as impressões de admiração e entusiasmo de sua visita de 1867. Mas lembro-me bem que dizia não ser o mesmo. Faltava já à cidade de 1880 alguma coisa dessa vida aristocrática, tão cheia de elegância e de distinção de que o Faubourg St. Germain foi o centro. Os lugares públicos de mais gosto, como o 12 Café Tortoni, a Maison d'Or, o Café Anglais, já não tinham o mesmo gosto e a mesma clientela.

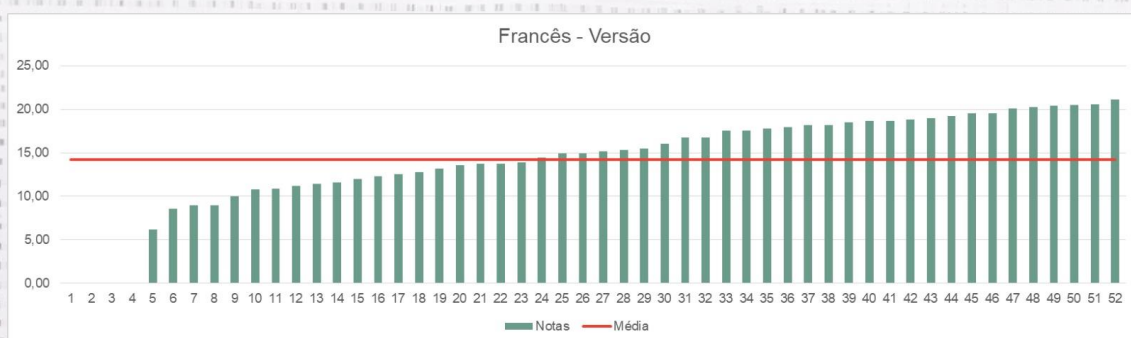
Disse-me ele, mais tarde, que era desconcertante procurar recompor, a certos anos de distância, algumas impressões de mocidade porque a lembrança as aformoseia e as gentes, os costumes, o próprio progresso estão em perene transformação. 15 Esses confrontos deixam no coração e no espírito certo desengano como a luz maravilhosa que a criança cuida ter surpreendido 16 no pó deixado em seus dedos pela borboleta multicolor. “É preferível, concluía ele, não procurar ressuscitar o que passou, 17 conservando na nossa memória as imagens que a lembrança reteve”. Tive a oportunidade de ouvir a mesma observação a 18 Joaquim Nabuco, mais tarde, quando foi buscar em Nápoles as impressões de sua primeira visita. De uma cidade incômoda e 19 suja, mas radiosa de cores, de luz e de um pitoresco inigualável, se fazia outra moderna, de quarteirões antigos substituídos por 20 outros de construção impecável, com a regularidade arquitetônica e a banalidade monótona das metrópoles modernas.

RIO BRANCO, Raul da Silva Paranhos do. Reminiscências do Barão do Rio Branco por seu filho, o Embaixador Raul do Rio Branco. Brasília: FUNAG, 2023.

Elaborez une version en français du texte présenté.

[valeur: 25,00 points]

Distribuição de notas



La famille à Paris

Il est difficile, voire impossible, de se faire une idée aujourd'hui de ce qu'était Paris à cette époque. Le Quartier latin ne ressemblait sûrement plus à celui de l'époque romantique et bohème de Murger ; mais il conservait, bien que quelque peu modifié par les longues avenues de Haussmann, une physionomie originale et pittoresque, car la transformation profonde qu'il a subie totalement depuis l'exposition de 1900 ne s'était pas encore opérée. C'était une ville française, habitée principalement par des Français, qui vivaient à la française, à la vie déjà intense, certes, mais avec des vestiges d'une existence patriarcale, pas encore transformée par l'aspect cosmopolite qui l'a caractérisée au XXe siècle.

Quand il venait passer le week-end avec nous, mon père m'emmenait voir les endroits historiques et les monuments. Ces visites étaient surtout dans les musées de la ville et de ses alentours, comme Fontainebleau, Versailles. Quelques années plus tard, j'ai compris que, en procédant ainsi, mon père cherchait surtout à revivre les impressions de l'admiration et l'enthousiasme de sa visite de 1867. Mais je me souviens bien qu'il disait que ce n'était pas pareil. Il manquait déjà à la ville de 1880 quelque chose de cette vie aristocratique, pleine d'élégance et de distinction dont le Faubourg Saint-Germain a été le centre. Les lieux publics de meilleur goût comme le Café Tortoni, la Maison d'Or, le Café Anglais, n'avaient déjà plus le même goût et la même clientèle.

Il me dit, plus tard, qu'il était déconcertant de chercher à recomposer, à des années de distance, quelques impressions de jeunesse parce que le souvenir les embellit et les personnes, les

habitudes, le progrès même, sont en transformation permanente. Ces confrontations laissent dans le cœur et dans l'esprit une certaine désillusion comme la lumière qu'un enfant croit avoir surprise dans la poudre laissée sur ses doigts par le papillon multicolore. « Il est préférable, concluait-il, de ne pas chercher à ressusciter ce qui s'est passé, gardant dans notre mémoire les images que le souvenir a retenues ». J'ai eu l'opportunité d'entendre la même remarque faite par Joaquim Nabuco, plus tard, quand il est allé chercher à Naples les impressions de sa première visite. D'une ville désordonnée et sale, mais radieuse avec ses couleurs, sa lumière et son pittoresque inégalable, il s'en faisait une autre moderne, les quartiers anciens étant remplacés par d'autres de construction impeccable, avec la régularité architectonique et la banalité monotone des métropoles modernes.

Resposta 1 – Henrique Tacla Martins

Nota: 21,10 TL: 33 TP: 413 TP/TL: 12,51

Il est difficile, voire impossible, d'arriver aujourd'hui à une idée de ce que Paris était à cette époque. Bien sûr, le quartier latin n'était plus semblable à celui de l'époque romantique et bohème de Murger ; mais il conservait, même si un peu changé par les longues rues de Haussmann, une physionomie originale et pittoresque, puisque la transformation profonde qu'il a subi totalement depuis l'exposition de 1970 ne s'était produite encore. C'était une ville française, qui était habitée en particulier par les Français, qui vivaient à la mode française, dans le cadre d'une vie très intense, bien sûr, mais qui conservait les vestiges d'une existence patriarcale pas modifiée encore par l'apparence cosmopolite lui l'a caractérisée au XXe siècle.

Lorsqu'il venait passer la fin de la semaine avec nous, mon père m'emmenait aux endroits historiques et aux monuments. Ces

visitations étaient surtout aux musées de la ville et des alentours, comme Fontainebleau et Versailles. Plus tard, j'ai compris que, en ce faisant, mon père cherchait surtout à revivre les impressions d'admiration et d'enthousiasme de sa visite de 1867. Mais je me souviens très bien qu'il disait que les choses étaient différentes. La ville de 1880 manquait quelque chose de cette vie aristocratique, remplie de l'élégance et de la distinction dont le Faubourg St. Germain a été le centre. Les endroits publics les plus sophistiqués, comme le café Tortoni, la Maison d'Or, le Café Anglais n'étaient plus si sophistiqués et n'avaient plus les mêmes clients.

Il m'a dit, plus tard, qu'il était difficile de retrouver, en raison du passage du temps, certaines impressions de la jeunesse, parce que la mémoire les rend plus belles et les personnes, les habitudes, le progrès lui-même changent toujours. Ces comparaisons apportent au cœur et à l'esprit une certaine désillusion, comme la lumière merveilleuse que l'enfant pense avoir trouvé au milieu de la poussière laissée sur ses doigts par l'insecte à divers couleurs. « Le mieux », il concluait, c'est ne chercher pas à revivre ce qui s'est produit, conservant dans notre mémoire les images que le souvenir a conservées ». J'ai eu l'opportunité, plus tard, d'écouter Joaquim Nabuco faire la même observation après son voyage à Naples pour chercher les impressions de sa première visite. D'une ville inconfortable et sale, mais remplie de couleurs, de lumière et d'un pittoresque sans égal, la ville était devenue moderne, ses anciens quartiers avaient été remplacés par d'autres de construction parfaite, avec la régularité architectonique et la banalité monotone des métropoles modernes.

Resposta 2 – Victor Thives dos Santos

Nota: 20,55 TL: 46 TP: 337 TP/TL: 7,33 NE: 2

La famille à Paris

Il est difficile, presque impossible, d'avoir une impression réelle de Paris dans le passé. Certainement, le quartier latin ne ressemblait à celui de l'époque romantique et bohème de Murger ; mais el conservait, malgré les modifications en raison des longues avenues d'Hausmann, une impression originale et sympa, car la transformation profonde après l'exposition de 1900 n'avait pas encore eu lieu. Il s'agissait d'une ville française, habitée principalement par les Français, qui vivaient d'une manière française une vie certainement intense, mais avec des vestiges anciens, toujours pas modifiée par les caractéristiques cosmopolites du XXe siècle.

Quand mon père venait passer le weekend avec nous, il m'amenait aux endroits historiques et aux monuments. Les visites étaient aux musées de la ville et de la région, comme Fontainebleau et Versailles. Après des années, j'ai compris que mon père voulait revivre les impressions d'admiration et de sa visite de 1867. Toutefois, je me souvien (sic) qu'il disait que les choses avaient changé. En 1880, la ville n'était plus aristocratique et élégante, comme la ville du Faubourg St. Germain. Les endroits publics plus chics, comme le Café Tortoni, la Maison d'Or et le Café Anglais, n'étaient plus comme avant.

Plus tard, il m'a dit qu'il n'était pas agréable d'essayer de reconstruire, quelques temps après, certaines impressions de la jeunesse, vu que la mémoire les améliore et les gens, les habitudes et le progrès lui-même sont toujours en transformation. Ces confrontations trompent le cœur et l'esprit, comme la belle lumière qu'une maripose (sic) colorée laisse dans la main d'un enfant. Selon lui, il était mieux de ne pas revivre le passé, laissant dans

notre esprit les images de la mémoire (sic). Après, j'ai eu la chance d'écouter de Joaquim Nabuco la même observation, quand je suis allé en Italie chercher les impressions de sa première visite. Une ville difficile et sale, mais colorée et unique avait devenu (sic) moderne, avec des constructions impeccables à la place d'anciens quartiers, avec une architecture régulière et la banalité monotone des métropoles modernes.

Resposta 3 – Gustavo Baquião Dantas Rocha

Nota: 20,45 TL: 42 TP: 416 TP/TL: 9,9

La famille à Paris

Il est difficile, ou même impossible, d'imaginer aujourd'hui ce qui était Paris à ces temps. Le quartier latin ne ressemblait certainement plus à celui de l'époque romantique et bohème de Murger ; mais il retenait, même que bien changé par les longues avenues de Haussmann, une physionomie originale et pittoresque, parce que la transformation profonde qu'il a subie depuis l'exposition de 1900 n'avait pas encore eu lieu. Il s'agissait d'une ville française, habitée principalement par des Français, qui vivaient à la française, une vie déjà intense, c'est vrai, mais avec des vestiges d'une existence patriarcale, pas encore modifiée par l'allure cosmopolite qui l'a caractérisée au XXe siècle.

Quand il venait passer le week-end avec nous, mon père m'emmenait aux lieux historiques et aux monuments. Ces visites étaient, surtout, aux musées de la ville et des villes autour de Paris, comme Fontainebleau, Versailles. Quelques années plus tard, j'ai compris que, en ainsi le faisant, mon père essayait, surtout, de revivre les impressions d'admiration et d'enthousiasme de sa propre visite de 1867. Mais je me souviens très bien qu'il disait que ce n'était pas le même. Il manquait déjà à la ville de 1880 quelque chose de cette vie aristocratique, pleine d'élégance et de distinction

dont Faubourg St. Germain a été le centre. Les lieux publics qui avaient plus de goût, comme le Café Tortoni, la Maison d'Or, le Café Anglais, n'avaient plus le même goût et la même clientèle.

Il m'a dit, plus tard, qu'il est embarrassant essayer de revivre, après quelques années, des impressions de quand on était jeune, parce que la mémoire les rend plus belles et les gens, les coutumes, et le propre progrès sont en pérenne transformation. Ces confrontations laissaient dans le cœur et dans l'esprit une certaine déception, comme la lumière merveilleuse que l'enfant pense qu'il a surpris dans la poussière laissée sur ses doigts par le papillon multicolore. << Il vaut mieux, il conclurait, de ne pas essayer de revivre ce qui s'est passé, en conservant dans notre mémoire les images que le souvenir a retenues >>. J'ai eu l'opportunité d'écouter la même observation de Joaquim Nabuco, plus tard, quand il est allé chercher à Naples les impressions de sa première visite. À partir d'une ville inconfortable et sale, mais radieuse de couleurs, de lumière et d'un pittoresque incomparable, une autre ville moderne se faisait, à des quartiers antiques remplacés par des autres d'une construction impeccable, avec la régularité architectonique et la banalité monotone des métropoles modernes.

Resposta 4 – Geórgia B. de Menezes Gomes

Nota: 20,40 TL: 38 TP: 420 TP/TL:11,0

La famille à Paris

Il est difficile ou même impossible de former aujourd'hui une idée de ce que Paris a été à cette époque. Certainement, le quartier latin n'était plus similaire à celui de l'époque romantique et bohème de Murger; mais il conservait, même si considérablement changée par les longues ruse de Haussman, une physionomie originale et unique, parce que la transformation profonde par laquelle elle a passé dès l'exhibition de 1900 n'avait pas encore eu lieu. Paris était

une ville française, habitée principalement par les Français, qui vivaient à la mode française, d'une vie déjà intense certainement mais avec des traces d'une existence patriarcale, qui n'avait pas encore été modifiée par le caractère cosmopolite qui a marqué cette ville au XXème siècle.

Quand il passait la fin de semaine avec nous, mon père me conduisait aux lieux historiques et aux monuments. Ces visites étaient principalement aux musées de la ville et de la région, comme Fontainebleau, Versailles. Des années après, j'ai compris que, de cette manière, mon père cherchait surtout à vivre de nouveau les impressions d'admiration et de joie de son voyage de 1867. Mais je me suis bien rappelé qu'il disait ne pas être la même chose. La ville de 1880 n'avait pas une partie de cette vie aristocratique, très élégante et distincte dont le Faubourg St. Germain a été le centre. Les lieux les plus raffinés, comme le Café Tortoni, la Maison d'Or, le Café Anglais, n'avaient pas plus le même caractère raffiné et les mêmes clients.

Plus tard, il m'a dit qu'il était difficile de chercher à retourner après certaines années à certaines impressions de la jeunesse, parce que la mémoire change les impressions et les personnes, les habitudes, le progrès lui-même sont marqués par une transformation constante. Ces confrontations mènent à une certaine tristesse du cœur et de l'esprit avec la lumière magnifique que l'enfant connaît après toucher un papillon très beau. Il concluait que <<la meilleure option était ne chercher pas à retourner à ce qui a déjà passé, conservant dans notre mémoire les images que le souvenir a gardé>>. J'ai eu l'opportunité d'entendre la même observation pour Joaquim Nabuco, quand il a cherché à Naples les impressions de sa première visite. D'une ville étrange mais remplie de vie, de lumière et d'un caractère propre, était formée une autre moderne, de quartiers remplacés par d'autre d'une construction très bien faite, avec l'architecture homogène et le caractère monotone des villes modernes.

Resposta 5 – Filipe Brito Hamburgo

Nota: 20,25 TL: 33 TP: 427 TP/TL: 12,9

La famille à Paris

Il est difficile, voir impossible [] que l'on comprend aujourd'hui l'idéede ce qui était Paris à cette époque-là. Certainement le quartier latin ne rassemblait plus le quartier de l'époque romantique et bohème de Murger ; mais il conservait une semblance originale et singulière (même s'il avait été modifié par les avenues longues de Haussmann) car la transformation profonde qu'il a subi totalement depuis l'exposition de 1900 n'avait encore eu lieu. C'était une ville française, habitée majoritairement par les Français, qui vivaient à la mode française, qui constituait déjà une vie intense, c'est sûr, pourtant avec des vestiges d'une existence sous le pouvoir masculin, qui n'avait pas encore été modifié par la semblance cosmopolitaine qui avait caractérisé la ville au XXe siècle.

Lorsqu'il venait passer le week-end avec nous, mon père m'emmenait aux lieux historiques et aux monuments. Ces visites constituaient majoritairement des visites aux musées de la ville et des lieux proches, notamment Fontainebleau et Versailles. Nombre d'années après, j'ai compris que, en faisant cela, mon père essayait prioritairement de sentir de nouveau les impressions d'admiration et d'excitation lors de sa visite en 1867. Mais je me souviens qu'il disait que ce n'était pas la même chose. La ville de 1880 manquait déjà quelque chose de la vie d'aristocratie, pleine d'élégance et de distinction, dont Faubourg St. Germain a été le centre. Les lieux publics les plus intéressants comme le Café Tortoni, la Maison d'Or et le Café anglais n'avaient plus le même goût et les mêmes clients.

Il m'a dit après qu'il était problématique [] essayer de reconstituer après nombre d'années quelques impressions de la

jeunesse, car la memoire les rend plus belles et les gens, les habitudes et le progrès changent toujours. Ces conflits mettent un peu de frustration dans le coeur et dans l'esprit, comme la lumière merveilleuse que l'enfant pense qu'il a trouvée dans le poivre qui a été mis sur ses doigts par le papillon de plusieurs couleurs. « Il est mieux, il disait en concluant que l'on n'essaye pas de ressusciter ce qui est passé, et que l'on conserve dans la memoire les images que l'on a retenus. » J'ai eu l'opportunité d'écouter la même observation dite par Joaquim Nabuco, plus tard, quand je suis allé à Naples pour chercher les impressions de sa première visite. D'une ville irritante et sale, mais pleine des couleurs, des lumières et tellement singulière, elle devenait une autre ville moderne, avec de vieux quartiers remplacés par d'autres bâtis parfaitement de manière régulière et avec la banalité ennuyeuse des grandes villes modernes.

NÃO TÃO MELHORES RESPOSTAS



Língua Inglesa - Composition

Anônimo

The threat of force in the relations between states is a well-known aspect of international relations. Deciding whether it belongs in the field of current diplomacy is a hotly-debated topic. In practice, diplomats must deal with real-world problems and employ the tools at their disposal to serve their countries, while abiding by the rules of international law. History shows that, in order to reconcile the peaceful nature of diplomacy with the often gruesome reality of state affairs, diplomats must be principled, balanced, and creative.

In the early days of the Greek cities, when diplomacy as we know it was at its infancy, the affairs of the nation were intimately linked to the affairs of individuals. Diplomats were not necessarily drawn to peace commitments. Honor and prestige dictated most of the action, and violence was seen as a natural part of life. In the book *History of the Peloponnesian War*, which is often quoted by IR theorists, Thucydides recounts an incident in which diplomats of two different city-states in Greece meet in a conference regarding the recent outbreak of hostilities between their allies. In this episode, an Athenian representative is quoted as stating that "the strong did what could, and the weak suffered what they must". According to this worldview, justice and law existed only between equals. This illustrates how coercive measures were seen as an integral part of diplomacy until the early-Modern period.

In the age of Colonialism, the notion that the strong could do as they pleased and bully others into submission was gradually

replaced, in Europe, by the notion that the mission to civilize the world granted superiority to the expanding powers. In spite of this, intimidation remained a tool employed by states, usually as a cheaper alternative to fully fledged war. Gunboat diplomacy is a textbook example. In order to open new consumer markets in Asia, the United Kingdom, used the Royal Navy to intimidate them, should the British demands for extraterritorial rights and free trade be rejected. Facing this situation and other diplomatic approaches by European and American powers, Japan, a close neighbor, chose not to engage in international affairs until toward the end of the 19th century.

It was only after the world wars that a truly peaceful approach to diplomacy emerged with the creation of the league of the Nations, with the signing of the Briand-Kellog pact and the creation of the United Nations, all under the principles of the 14 Points enunciated by Woodrow Wilson. Within this framework, international violence was restricted to the cases defined in the UN charter. However, even after this monumental effort by diplomats from all over the world to develop a multilateral system based on peaceful methods, the Cold War period was characterized by the constant threat of a nuclear exchange between the superpowers of the time. According to some experts, the world had never been so close to the point of total destruction as it was during this period. On the other hand, it was the very menace of mutual assured destruction that prevented the outbreak of conflict between the Norts Atlantic Treaty Organization and the Warsaw Pact. That means that, by utilizing threats to put their huge stockpiles of nuclear weapons to good use, the nuclear superpowers eventually secured a more peaceful future, in which conventional warfare was relegated to more local conflicts.

In light of this, it seems that diplomacy, understood primarily as a tool of the states that belong in the international system, must face challenges to its nature that stem from the reality of the

international arena. Because of that, and as shown in the past, diplomats must do all in their powers to uphold the interests of their constituents by using the methods most aligned with the requisites of international law.

COMENTÁRIO:

Esta redação foi avaliada com rigor no critério 1C e, por isso, a nota final ficou bastante prejudicada. Atribuo isso tanto à falta de concretude do texto quanto à mudança dos critérios de avaliação da redação de inglês no CACD 2023, que, originalmente, pareciam privilegiar visões fatalistas da guerra e da diplomacia.

Fiz a tentativa de atender ao comando da questão utilizando uma abordagem histórica, concentrando-me em realçar a importância do direito internacional para o atingimento do objetivo da diplomacia. Infelizmente, já na última hora do tempo de prova, identifiquei que o segundo parágrafo que havia rascunhado aprofundaria demais a discussão histórica e não serviria para estruturar o argumento principal. Por isso tive que improvisar o parágrafo 4 e a conclusão, tendo perdido parte considerável da confiança que tinha no meu texto.

Tirei uma lição muito importante desse ocorrido: por mais que devemos nos preocupar com o número de erros e com escolhas de palavras, é importante conservar, ao menos em nossas mentes, uma visão geral dos textos que produzimos, tal como uma espinha dorsal, que deve guiar a construção dos argumentos. As redações de línguas não devem ser meras colchas de retalhos.

Além disso, entendi que, às vezes, menos é mais: ter uma linha argumentativa mais simples, sem grandes voltas, pode servir para aumentar a autoconfiança e para preservar a coerência e a coesão do texto.

Por fim, cumpre sublinhar a sabedoria popular: mesmo que você sinta que falhou num exercício do concurso, jamais desista no meio. Persista, até perseverar.

Língua Inglesa - Translation

Anônimo

Nota: 10 TL: 19 TP: 275 TP/TL14,47

A análise política das instituições internacionais revela-se um campo de estudo acadêmico diverso e vibrante. Nas últimas décadas, a pesquisa acadêmica voltou-se ao estudo de regimes e instituições, tanto informais quanto formais, em lugar do estudo voltado, exclusivamente, às organizações internacionais formais. Essa mudança foi, em grande parte, fundamental, uma vez que refletiu um amplo interesse não só por organizações formais, mas também pelo papel mais salutar que regras e normas desempenham em um sistema de Estados formalmente iguais. Inicialmente, essa mudança foi estimulada pela percepção de que boa parte do que é interessante na política internacional – sobretudo durante o período da Guerra Fria – parece ter ocorrido entre atores intensamente interdependentes, mas para além dos limites das organizações intergovernamentais formais. Essa mudança também foi encorajada pela abordagem racionalista-funcionalista do estudo das instituições, que decifram o enigma de como compreender minimamente a cooperação internacional, considerando-se as premissas do neorealismo predominante na literatura das relações internacionais dos EUA à época. Enquanto isso, nos círculos europeus, teóricos da sociedade internacional trabalhavam com base em premissas sociológicas para responder a questionamento semelhante: como pode a ordem ser mantida em uma sociedade internacional anárquica?

Essas vertentes deram origem a debates interessantes, como vimos no caso dos debates mais amplos entre os construtivistas e os racionalistas da atualidade. Esse debate encontra-se claramente refletido na literatura institucional como uma distinção entre aqueles que concebem as instituições internacionais (inclusive a forma institucional) como respostas racionais às situações estratégicas em que se encontram os atores, e aqueles que insistem em uma interpretação subjetiva de arranjos sociais (que podem ser racionais ou não e que dificilmente serão compreendidos por meio do uso de metodologias positivistas).

COMENTÁRIO:

A candidata recorreu do único erro marcado em sua Tradução, mas seu recurso não foi acatado. Argumentou-se que a frase do texto original, em inglês, lia-se: " which may or may not be 'rational'", em referência aos arranjos sociais anteriormente mencionados ("social arrangements"). Desse modo, não havia erro gramatical no trecho marcado; não obstante esse fato, a Banca Examinadora manteve a penalização.

Geografia - Questão 1

José Kaio Souza Silva

Nota: 8,00 TL: 47 TP: 647 TP/TL: 13,76

As análises de rede urbana buscam analisar as diferentes funções que os centros urbanos desempenham e a forma como esses centros interagem entre si. No Brasil, a REGIC busca categorizar os núcleos urbanos de acordo com sua maior ou menor inserção com outros centros: há as metrópoles, sendo São Paulo a Grande Metrópole Nacional, e o Rio de Janeiro e Brasília Metrópoles Nacionais; há as capitais regionais, centros de zona e centros locais. O Brasil é majoritariamente urbano (mais de 75%), embora sua urbanização varie de acordo com cada região (sendo o Sudeste e o Centro-Oeste as mais urbanizadas e o Nordeste a menos urbanizada). No mundo, durante a maior parte da história, as populações viveram em meio rural, tendo se tornado majoritariamente urbano apenas no século XXI.

Os núcleos urbanos exercem funções diferentes na rede, não sendo possível distingui-los apenas pelo seu nível populacional. A ONU classifica as cidades com mais de 10 milhões de habitantes como megacidades, por exemplo. A maioria delas se encontra no mundo em desenvolvimento (especialmente África e Ásia), com exceções, como Tóquio, no Japão. A rede urbana está em constante alteração, em dialética com o tempo e o espaço. Cidades que outrora foram grandes centros manufatureiros, com o advento do meio técnico-científico-informacional, reconfiguraram-se. As que não se adaptam, acabam declinando em nível de relevância política e econômica, como Detroit, no Rusty Belt dos EUA. Outros,

por sua vez, tornam-se lugares de “mandar” no complexo nó de redes urbanas, uma vez que passam a centralizar atividades de criação, design, a sediar as redes de grandes empresas, decidindo o que será feito nos “lugares de fazer”. O estudo GAWC divide as cidades globais de acordo com o papel que desempenham nessa complexa rede. A cidade de São Paulo, nesse sentido, é cidade do tipo Alfa.

Com o MTCL, pode ocorrer maior “verticalidade” em detrimento da “horizontalidade”, em que uma cidade passa a ter relações mais intrínsecas com centros de outros países, em vez de seu entorno imediato, fortalecendo-se o “cityness” em vez do “townness”. Isso pode acarretar com que as decisões políticas afeitas ao local levem mais em consideração as necessidades de atores externos, em vez das pessoas que vivem no local. Indivíduos com maiores condições financeiras objetivam comprar imóveis nas grandes metrópoles do mundo, o que encarece a residência para as populações locais e gera movimentos contrários à globalização, conforme se verifica nos recentes manifestos pedindo o fim ou a limitação de plataformas como o AIRBNB.

A inserção das cidades nas redes urbanas está, portanto, em constante transformação e a função exercida indica se será um papel de centralidade ou periférico, de integração ou não. Nesse cenário, vários atores interagem: empresas, famílias, movimentos sociais, governo, atuando sobre o espaço, transformando-o. As decisões políticas tomadas por determinado governo podem afetar o papel dos centros urbanos. Ao decidir empreender determinada obra, como uma ferrovia, em um centro em detrimento de outro, o governo acaba impactando a urbanização, pois tenderá a haver maior urbanização e integração no centro de destino da ferrovia, que passará a polarizar outras cidades em seu entorno, em detrimento de outros. O centro preterido, a seu turno, tende a decair em importância.

A geografia humanista se debruça sobre questões de ordem política, social e cultural da cidade. De acordo com Yi-Fu Tuan, indivíduos desenvolvem relação de topofilia ou topofobia com o lugar, a depender de seu maior ou menor afeto. O Estado é um mediador essencial, podendo diminuir as desigualdades e organizar as redes urbanas. No Brasil, é competência dos estados estabelecer regiões metropolitanas, cabendo à União estabelecer RIDEs. Encontra-se no Objetivo 11 dos ODS estabelecer cidades e comunidades sustentáveis, incentivando os governos a adotarem diferentes políticas para a construção de cidades voltadas para as pessoas. No Brasil, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole têm como objetivo, respectivamente, criar cidades mais justas e regiões metropolitanas mais organizadas.

COMENTÁRIO:

No dia da prova em questão, mal havia dormido pela ansiedade. Ademais, estava com uma tendinite que, além de me causar muita dor, havia reduzido consideravelmente a mobilidade da minha mão. Minha caligrafia estava tão feia, que mal a reconhecia. Para piorar, ao ler o comando da questão, simplesmente não entendi o que o examinador quis dizer. Enquanto os outros candidatos presentes na sala elaboravam suas respostas, permaneci sentado, refletindo sobre o CACD e sobre a vida como um todo. "Vários anos estudando e sequer sou capaz de entender o comando da questão", pensei. Naquele momento, duvidei da minha própria inteligência e uma vizinha continuava a me dizer para eu entregar a prova, ir embora e procurar outro objetivo para a minha vida. Quase cheguei a fazer isso, mas acabei ficando e concluindo o exame. A nota dessa questão específica, de fato, não foi das melhores, como você pode ver muito bem. Contudo, não foi determinante para a minha aprovação e tirei notas excelentes em outras disciplinas. A lição que fica é: não desanime se você tem dificuldade em uma matéria ou assunto específico. O

conjunto determinará sua aprovação. O resultado do último certame atestou essa verdade para mim. Siga estudando e com resiliência!

Geografia - Questão 4

Anônimo

Nota: 13,50 TL: 40 TP: 601 TP/TL: 15,03

Devido à grande extensão territorial, 8,5 milhões de km², localizados principalmente entre a linha do Equador e o Trópico de Capricórnio, o Brasil possui grande biodiversidade, razão pela qual o espaço brasileiro é subdividido em diversos domínios morfoclimáticos. Trata-se da classificação de regiões geográficas com base no clima, relevo e vegetação existentes na área e que possibilitam sua diferenciação em relação a outras regiões. A definição dos domínios morfoclimáticos é importante para orientar o planejamento governamental e foi realizada na segunda metade do século XX, quando já havia amplo conhecimento do território nacional e a busca estatal pela preservação ambiental.

O maior domínio morfoclimático brasileiro é o Amazônico, caracterizado pelo clima equatorial, com pouca variação pluviométrica e amplitude térmica e muita chuva ao longo de todo o ano, relevo de planícies e planaltos e pela Floresta Amazônica, floresta tropical latifoliada com enorme biodiversidade. A Mata Atlântica é caracterizada pelo clima tropical litorâneo, relevo de mares de morro e vegetação da Mata Atlântica, floresta com elevada biodiversidade. A Mata das Araucárias há o clima subtropical, relevo mais acentuado e vegetação com maior homogeneidade, com destaque para as araucárias. No Cerrado há o clima tropical típico, relevo em chapadas e planaltos e vegetação rasteira e com troncos tortuosos. Já a Caatinga, característica do sertão nordestino, há o clima semiárido, com precipitação

concentrada em poucos meses do ano, relevo mais plano e vegetação caracterizada pela perda de folhas durante a seca. Na Zona da Mata há o clima tropical de altitude, relevo dos mares de morros e vegetação da Mata Atlântica. No Pampa, há o clima subtropical, vegetação rasteira e gramínea e relevo plano, sendo característico do estado do Rio Grande do Sul. Por fim, no Pantanal há o clima tropical típico, relevo com depressões e vegetação típica do Cerrado, com áreas alagáveis em período do ano. Há faixa de transição entre o Cerrado e a Caatinga e perto do litoral, onde há mangues.

Os domínios morfoclimáticos brasileiros sofrem diversos impactos ambientais. A região mais afetada foi a litorânea, onde se concentrou a ocupação territorial desde o Período Colonial e até hoje reside grande parte da população. Assim, as vegetações da Mata Atlântica e da Mata das Araucárias foram as mais desmatadas, havendo a existência de cerca de 10% daquela e de 3% desta na atualidade. Devido ao avanço da fronteira agrícola, há um crescente desmatamento tanto do Cerrado quanto da Floresta Amazônica. Enquanto o Cerrado sofreu devastação de cerca de 50% principalmente após os anos 1970, com a calagem do latossolo, a Floresta Amazônica já perdeu cerca de 20% da sua cobertura vegetal. Esse desmatamento afeta tanto a fauna quanto a flora do país. Isso porque, além de contribuir para a extinção de animais, gera modificações nas precipitações. O Cerrado é caracterizado como origem dos “rios voadores”, pois importantes rios nascem na região, a exemplo do São Francisco. Já o desmatamento da Amazônia gera perda de fertilidade do solo e, com isso, reduz as precipitações causadas pela Massa Equatorial Continental durante o verão em grande parte do território brasileiro. Outro impacto ambiental é a poluição das águas, gerada tanto pela ausência de saneamento adequado quanto pelo grande uso de fertilizantes e agrotóxicos, que afetam principalmente os aquíferos, a exemplo do Aquífero Guarani e do Aquífero Alter do Chão. Esses impactos ambientais podem ocasionar a desertificação no

semiárido e a arenização no Pampa. Há também os impactos da poluição atmosférica e a existência de elevado desperdício hídrico entre as fontes hídricas e a chegada desse recurso no destino para consumo humano ou animal. Tudo isso contribui para a perda de biodiversidade dos domínios morfoclimáticos.

COMENTÁRIOS:

Utilizei a caneta Muji 0.5 nesta questão, escrevendo 601 palavras em 40 linhas (em média, 15 palavras por linha);

No período do almoço, optei por revisar os principais pontos do meu caderno de geografia. Nesse sentido, revisei geografia física, com exceção dos domínios morfoclimáticos, pois julguei (erroneamente) que isso dificilmente cairia na prova.

Quando vi esse tema, senti um leve desespero e deixei para responder esta questão por último. Não consegui lembrar de forma alguma nada sobre os domínios morfoclimáticos e, com isso, escrevi uma introdução bastante vaga e tudo que vinha na minha mente (e de maneira desordenada) no segundo parágrafo. Como acreditava que sabia um pouco mais sobre o item 3, optei por utilizar grande parte da resposta (19 linhas) para responder esse item. Logo, mesmo sabendo muito pouco sobre o tema, consegui completar todas as linhas disponíveis.

Confesso que achei que não iria passar por causa desta questão, principalmente porque geografia era a matéria na qual eu ia relativamente melhor em todos os simulados que tinha feito. Todavia, tentei ao máximo não pensar sobre isso até o final do terceiro dia de provas, a fim de não atrapalhar meu desempenho nas demais disciplinas. Geografia acabou sendo minha pior nota, mas mesmo assim deu tudo certo!

Interpus recursos a 4 quesitos, os quais foram indeferidos.

Política Internacional - Questão 4

Tércio William Pereira Rocha

Nota: 8,50 TL: 60 TP: 640 TP/TL: 10,67

O relacionamento bilateral entre Estados Unidos (EUA) e Irã remonta à segunda metade do século XX, quando os norte-americanos passaram a influenciar mais decisivamente a política interna do recém-independente país persa. Exemplo disso foi a interferência norte-americana e britânica na deposição de Mossadegh, na década de 1950, para favorecer o Xa Reza Pahlavi, cujo objetivo seria a maior participação de ambos os países na exploração do petróleo iraniano. Após mais de duas décadas de um secularismo explorador de Pahlavi, permitido pelas forças ocidentais, a Revolução Iraniana de 1979 – incluindo o episódio do sequestro dos reféns da embaixada norte-americana – representou um ponto de virada no relacionamento iraniano com o ocidente e, sobretudo, com os EUA.

Além da reversão do secularismo do país por meio da implementação de um islamismo xiita, personificado na figura do aiatolá Khomeini, a Revolução Iraniana também representou um forte estímulo à emergência de um terrorismo islâmico fundamentalista, cujos principais alvos eram EUA e Israel – como evidenciam os ataques terroristas à embaixada norte-americana no Líbano e o sequestro do voo 847.

O apoio dos EUA ao Iraque na guerra entre este país e o Irã acirrou ainda mais as tensões entre norte-americanos e iranianos, o que estimularia o início do programa nuclear do país, especialmente para impor-se no Oriente Médio frente a

importantes rivais de islamismo sunita, como a Arábia Saudita, e a Israel, o qual possuiria um projeto nuclear desenvolvido, embora tal informação não seja comprovada. O Irã apresenta-se, na região, como um líder na matriz xiita, exercendo forte influência sobre países como o Afeganistão – liderado pelo Taliban –, o Iraque e, mesmo sobre a Síria, já que Bashar-al-Assad pertence a uma seita de orientação xiita. Todos esses fatores contribuem para o desequilíbrio regional, especialmente porque o Irã exerceria influência sobre grupos desestabilizadores de outros países, como os rebeldes houthis no Iêmen, que levaram à formação de uma coalizão liderada pela Arábia Saudita a intervir na guerra civil iemenita – com fornecimento de armas pelos EUA, durante o governo Trump –, responsável por deflagrar uma grande crise humanitária no país. Recentemente, a China promoveu o restabelecimento das relações bilaterais entre Irã e Arábia Saudita, o que representou uma derrota geopolítica para os EUA.

O programa nuclear iraniano é a principal fonte de controvérsia entre ambos os países, o qual passou a ganhar mais corpo durante a liderança de Ahmadinejad, em meados dos anos 2000, quando foi anunciado que o país estava próximo de beneficiar urânio no limite necessário para o desenvolvimento de uma potencial arma nuclear, o que levou à ampliação das preocupações da sociedade internacional com questões relacionadas à segurança – embora, para Kenneth Waltz, a posse de uma arma nuclear pelo Irã traria equilíbrio para a região, por promover o equilíbrio de forças com Israel. Nesse contexto, após o malogro de iniciativas apresentadas por França, Inglaterra e Alemanha, o Brasil e a Turquia promoveram o alcance de um acordo em 2010 – Declaração de Teerã –, o qual, para Ricupero, teria sido o ponto alto da política externa do governo Lula, que dizia respeito à troca de urânio enriquecido para o uso energético pelo urânio enriquecido pelo Irã, para que este não excedesse os limites de enriquecimento definidos pela AIEA. O acordo, entretanto, não foi confirmado pelos EUA de Obama. Solução definitiva seria

alcançada por meio do JCPOA, em 2015, que apresentava proposta similar à declaração de 2010, o que permitiu um melhor relacionamento entre ambos os países, especialmente diante do levantamento de algumas sanções ao país. Na gestão Trump, todavia, os EUA retiraram-se do acordo, denunciando o caráter desestabilizador do Irã na região, culminando, inclusive, com o assassinato do general Suleimani pelos EUA, o que evidencia o ponto baixo atual no relacionamento. O E-3 (França, Inglaterra e Alemanha) apresentaram o INSTEX, para permitir que o Irã permanecesse no sistema de pagamentos global, mas a situação permanece tensionada.

COMENTÁRIO:

Caro ceacedista, saiba que, embora um bom planejamento seja tudo no nosso concurso, em muitos momentos, ele será insuficiente para lidar com o insuspeitado - este vilão ardiloso que surge e se esconde sub-repticiamente nas extremidades mais recônditas das mentes dos membros da banca! Na questão 4 de PI, por exemplo, obtive minha menor nota no certame, cujas razões para tanto serão relatadas a seguir.

Para a edição 2023 do CACD, tentei cercar-me de todos os cuidados possíveis para aumentar minha competitividade nas fases discursivas. Inicialmente, resolvi alterar minha estratégia de estudos e decidi apostar nos flashcards (fiz uso do Anki), o que se mostrou uma decisão acertada, pois minha capacidade de retenção das informações se expandiu sobremaneira.

Ademais, pensei em estratégias específicas para ter uma boa performance na realização das provas discursivas: 1) fiz simulados contra o relógio, a fim de saber exatamente o ritmo de escrita que precisaria seguir para vencer as temíveis provas de HB e PI, que, até a edição 2023, possuíam questões de 90 e 60 linhas (imagino que vocês estejam consideravelmente mais aliviados por

saberem que, após as últimas alterações no edital, deixarão de escrever cem linhas em cada uma dessas provas); 2) investi em canetas específicas que poderiam reduzir meu esforço na redação das questões (apostei nas famigeradas Muji 0.5, as quais recomendo fortemente); 3) decidi redigir cada questão das provas discursivas na ordem em que estas estavam organizadas no caderno de questões, já que, querendo ou não, teria de escrevê-las de qualquer forma. Acreditava que essa estratégia poderia me ajudar a economizar minutos preciosos e evitar aquele famoso choque inicial que tende a acometer 9 em cada 10 ceacedistas que decidem ler todas as questões antes de começar a prova: "Não sei nada! Por qual questão começar? E agora, José?".

Com essa estratégia definida, parti para o CACD 2023. Tudo parecia correr "bem", galerinha, até que ele surgiu: o inexorável insuspeitado. Lá estava ele, esse doidivanas sem face e amante do caos, abrindo a caixa de Pandora na prova de PI. Ainda que tenha conseguido terminar as três primeiras (e apocalípticas) questões, tive de despender esforço hercúleo nessa tarefa, o que comprometeu decisivamente meu tempo e minhas sinapses para encarar a última questão (a que nos interessa aqui). Como resultado, redigi a questão de maneira completamente atabalhoada, o que repercutiu na nota. E sabe o que é mais irônico, pessoal? A última questão foi a única que não me assustou quando li o comando. Pelo contrário, o tema da questão era o único que conhecia em maior profundidade (ainda que, após a leitura do texto que produzi, não pareça).

Após este breve relato, vocês poderiam me questionar: "Tércio, se pudesse voltar atrás, você teria lido todas as questões antes de iniciar a prova e teria começado por esta?". Minha resposta seria um sonoro e categórico "Não". E a explicação é simples: a prova de PI foi tão difícil, mas tão difícil, que, caso tivesse começado pela questão 4, meu desempenho poderia ter sido pior no conjunto. Olhando para o padrão de resposta da

questão, dificilmente teria atendido a todos os itens previstos. Além disso, acredito que meu desempenho nas três primeiras questões superou demasiadamente minhas expectativas, o que tendo a atribuir ao maior tempo que dediquei à redação desses exercícios. Logo, sinto que, ao final, a balança mostrou-se mais que favorável.

Dito isso, a mensagem que gostaria de deixar a vocês é: invariavelmente, haverá questões em que vocês performarão aquém de suas capacidades e/ou possibilidades naquele momento, seja por desconhecimento do tema tratado, seja por fatores externos (gestão do tempo, questões físicas, problemas familiares, etc.). Ainda assim, meus amigos, vocês passarão! Para isso, basta que vocês mantenham a confiança em si mesmos e que lutem até a última linha da última questão do último dia de prova.

Muito boa sorte, pessoal! Vejo vocês no Itamaraty!

Só mais algumas palavras...

600 páginas depois, há ainda algo a ser dito? Sim.

A Turma 2024/2025 do IRBr produziu este guia após ter passado por um concurso cheio de idas e vindas.

Quinze dias depois da posse, já estávamos trabalhando na reunião de chanceleres do G20. Desde então, à pesada rotina de estudos do IRBr se somou a participação de integrantes da turma em uma série de eventos internacionais espalhados pelo país. Somos a maior turma desde que o guia passou a ser publicado neste formato, o que impõe desafios adicionais de logística e de representatividade. Buscamos, também, acrescentar textos temáticos, para que este Guia seja não somente um apoio de estudo, mas um instrumento de diálogo entre nós, que há pouco éramos também ceacedistas. Não foi fácil, mas demos nosso melhor para termos o Guia a tempo de ser consultado antes das provas discursivas de 2024, e o fizemos em nome de um firme compromisso com o esforço sobre-humano de ceacedistas ano após ano.

